



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MAURO GLEISSON DE CASTRO EVANGELISTA

**ATO INFRACIONAL E LAÇO SOCIAL:
O LUGAR DA FAMÍLIA, DA ESCOLA E DA COMUNIDADE.**

**BRASÍLIA
2018**

MAURO GLEISSON DE CASTRO EVANGELISTA

**ATO INFRACIONAL E LAÇO SOCIAL:
O LUGAR DA FAMÍLIA, DA ESCOLA E DA COMUNIDADE.**

Tese apresentada à banca examinadora, como requisito para o Exame de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Inês Maria Marques Zanforlin Pires de Almeida.

BRASÍLIA
2017

EM457

EVANGELISTA, MAURO GLEISSON DE CASTRO
ATO INFRACIONAL E LAÇO SOCIAL: O LUGAR DA FAMÍLIA, DA
ESCOLA E DA COMUNIDADE / MAURO GLEISSON DE CASTRO
EVANGELISTA; orientador Inês Maria Marques Zanforlin Pires
de Almeida. -- Brasília, 2018.
480 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Educação) -- Universidade
de Brasília, 2018.

1. Ato Infracional. 2. Laço Social. 3. Escola. 4. Família.
5. Comunidade. I. Marques Zanforlin Pires de Almeida, Inês
Maria, orient. II. Título.

MAURO GLEISSON DE CASTRO EVANGELISTA

**ATO INFRACIONAL E LAÇO SOCIAL:
O LUGAR DA FAMÍLIA, DA ESCOLA E DA COMUNIDADE.**

Tese apresentada à banca examinadora como requisito para o Exame de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Inês Maria Marques Zanforlin Pires de Almeida.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Inês Maria Marques Zanforlin Pires de Almeida
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Sandra Eni Fernandes Nunes Pereira – INTERPSI

Prof^a. Dr^a. Kátia Curado Pinheiro Cordeiro - FE/UnB

Profa. Dra. Maria de Fátima Olivier Sudbrack – IP/UnB

Prof^a. Dr^a. Leila Chalub-Martins – FE/UnB
(Membro suplente)

BRASÍLIA
2018

DEDICATÓRIA

Aos profissionais da educação que, com seu trabalho, ajudam a construir um mundo melhor.

AGRADECIMENTOS

À Vida, toda a minha gratidão.

Aos meus pais, instrumentos da Vida, que tão bem A representaram para mim, em memória, todo o meu afeto, amor e reconhecimento.

À professora Carmém Lúcia e, em nome dela, a todos os professores que me inseminaram e inseminam, toda a gratidão que há em mim.

Aos meus alunos, que me fertilizavam em uma caminhada tão difícil, todo o meu reconhecimento e agradecimentos.

A todos os meus amores, porque o amor é o que mais importa.

Jovens

No estudo das idéias inatas, pensemos nos jovens, que somam às tendências do passado as experiências recém-adquiridas.

Com exceção daqueles que renasceram submetidos à observação da patologia mental, todos vieram da estação infantil para o desempenho de nobre destino.

Entretanto, quantas ansiedades e quantas flagelações quase todos padecem, antes de se firmarem no porto seguro do dever a cumprir!...

Ao mapa de orientação respeitável que trazem das Esferas Superiores, a transparecer-lhes do sentimento, na forma de entusiasmos e sonhos juvenis, misturam-se as deformações da realidade terrestre que neles espera a redenção do futuro.

Muitos saem da meninice moralmente mutilados pelas mãos mercenárias a que foram confiados no berço, e outros tantos acordam no labirinto dos exemplos lamentáveis, partidos daqueles mesmos de quem contavam colher as diretrizes do aprimoramento interior.

Muitos são arremessados aos problemas da orfandade, quando mais necessitavam de apoio amigo, junto de outros que transitam na Terra, à feição das aves de ninho defeito, largados, sem rumo, à tempestade das paixões subalternas.

Alguns deles, revoltados contra o lodo que se lhes atira à esperança, descem aos mais sombrios lamaçais do crime, enquanto outros muitos, fatigados de miséria, se refugiam em prostíbulos dourados para morrerem na condição de náufragos da noite.

- Pede-se-lhes o porvir, e arruina-se-lhes o presente.
- Engrinalda-se-lhes a forma, e perverte-se-lhes a consciência.
- Ensina-se-lhes o verbo aprimorado em labor acadêmico, e dá-se-lhes na intimidade a palavra degradada em baixo calão.
- Ergue-se-lhes o ideal à beleza da virtude, e zomba-se deles toda vez que não se revelem por tipos acabados de animalidade inferior.
- Fala-se-lhes de glorificação do caráter, e afoga-se-lhes a alma no delírio do álcool ou na frustração dos entorpecentes.
- Administra-se-lhes abandono, e critica-se-lhes a conduta.

Não condene a mocidade, sempre que a vejas dementada ou incoseqüente.

Cada menino e moço no mundo é um plano da Sabedoria Divina para serviço à Humanidade, e todo menino e moço transviado é um plano da Sabedoria Divina que a Humanidade corrompeu ou deslustrou.

Recebamos os jovens de qualquer procedência por nossos próprios filhos, estimulando neles o amor ao trabalho e a iniciativa da educação.

Diante de todos os que começam a luta, a senha será sempre — «velar e compreender» —, a fim de que saibamos semear e construir, porque, em todos os tempos, onde a juventude é desamparada, a vida perece.

Francisco Cândido Xavier/Emmanuel (1960/1999)

Neste texto, eu passo do eu ao nós, do nós ao eu. O eu não é pretensão, é tomada de responsabilidade do discurso. O nós não é majestade, é de companheirismo imaginário com o leitor.

(Edgard Morin)

Ante essa poética citação de Morin, acrescentamos que o *nós* é também um partilhar de ideias com os autores e com aqueles que nos acompanharam nessa caminhada.

RESUMO

ATO INFRACIONAL E LAÇO SOCIAL: O LUGAR DA FAMÍLIA, DA ESCOLA E DA COMUNIDADE.

Esta pesquisa investigou o processo de fraturas com o laço social por parte de adolescentes que atuaram pela infracionalidade. Como objetivos específicos investigamos o processo de socialização da psiquê de nossos sujeitos de pesquisa na família, as contribuições da comunidade para a construção de seus percursos infracionais e o lugar que a Escola vem ocupando nas trajetórias comuns desses jovens. O trabalho se inscreve na teoria da complexidade, a partir da psicossociologia, com ênfase na psicanálise. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, ainda que dialogue com dados quantitativos. Apostamos em uma bricolagem metodológica, utilizamos como dispositivo de pesquisa a análise documental e a escuta clínica. Foram sujeitos desta pesquisa 141 (cento e quarenta e um) adolescentes que cumpriam medida socioeducativa ou que se encontram em internação cautelar na Unidade de Internação de Santa Maria em maio de 2017. Concluimos que a infracionalidade é uma forma de funcionamento naturalmente possível para todos nós seres humanos, que é desconstruída pela socialização da psiquê e construção do laço social dialogicamente pela família, Escola e comunidade. Como tal, é sintoma das rupturas nesses processos e instâncias que nunca ocorrem isoladamente. Feita inicialmente pela família, onde se convoca a mônoda autística para a intersubjetividade; pela Escola, como primeira instituição socializadora da pólis sem a mediação direta dos pais e pela comunidade, por meio de processos interacionais gradativamente mais profundos, estando essas três instâncias imersas em um grande transfundo econômico e cultural que se (retro)alimentam recursiva e recorrentemente. Todavia, também constatamos a força dos vínculos com adultos referência para a soldagem das fraturas, mesmo quando a família não tenha conseguido inscrever suficientemente as psiques na intersubjetividade. Por essa razão, apostamos na política pública de escolarização como a mais eficiente, eficaz e efetiva no enfrentamento do fenômeno da infracionalidade adolescente.

Palavras-chave: ato infracional; laço social; adolescência; Escola; Família;

Abstract

INFRATIONAL ACT AND THE SOCIAL BOND: THE ROLE OF FAMILY, SCHOOL AND COMMUNITY

This research investigated the process of cracks with the social bond by teenagers in conflict with the law. As specific goals we investigated the process of socialization of our research subjects' psyche in the family, the contributions of the community in the making of their infraction pathways, and the place that the School has been taking in the common paths of these youngsters. The work is subscribed in the complexity theory, from the psychosociology, with emphasis in psychoanalysis. It is a qualitative research, even though it deals with quantitative data. We bet in a methodological execution, so we used as research device the documental analysis and the clinical hearing. 141 (A hundred and forty-one) teenagers that were serving socio-educational measures or that were in interim care in the Hospitalization Unit of Santa Maria in May of 2017 were subjects in this research. We have concluded that the infrationality is a way of behaving naturally possible to all human beings, that it's deconstructed by the psych's socialization and the construction of the social bond dialogically by the family, school and community. As such, it's a symptom of the cracks in these process and instances that never occurred separately. It is done initially by the family, where the autistic monad is called upon to the intersubjectivity; by the School, as the first socializing institution of the polis without the direct intercession of the parents and by the community, through gradatively deeper interactional processes, being these three instances immersed in a huge economical and cultural transfound that (retro) feed recursive and recurrently. Nevertheless, we also perceived the strength of the bonds with role model adults in the solving of the cracks, even when the family hasn't been able to properly subscribe the psyches in the intersubjectivity. For that reason, we bet with property that the public politic of schooling is the most efficient and effective in the facing of the juvenile delinquency phenomenon.

Key-words: teenager; infrational act; social bond; school; family.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Homicídios de Jovens (15 – 29 anos) nas área Metropolitana de Brasília	151
Mapa 2	Taxa de abandono escolar no ensino Médio e homicídios no Rio de Janeiro	155
Gráfico 1	Taxas de homicídios por idade simples e escolaridade – Homens	144
Gráfico 2	Probabilidade de ser vítima de homicídio por idade e nível de escolaridade	146
Gráfico 3	Taxa de atendimento de jovens de 15 a 17 anos – Brasil	158
Gráfico 4	Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio	159
Gráfico 5	Fluxo – Taxa de distorção idade-série – Brasil Ensino Fundamental – Por ano – 2014 (Em %)	160
Gráfico 6	Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – Brasil – 2014 (Em %)	161
Gráfico 7	Taxa Mensal de Abandono Escolar em 1 Ano de Escola População que frequentava a Escola no período inicial 15 a 17 Anos de Idade	163
Fotografia 1	Print de uma postagem no whatsapp da mãe do Guri 3	287
Fotografia 2	Cartão de natal do Guri 2.	300
Fotografia 3	Print do status de whatsapp da mãe do Guri 3	345

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Média de Indicadores Seleccionados de Educação entre os Bairros Mais Violentos e Mais Pacíficos do Rio de Janeiro	154
Tabela 2	Ensino Médio – Jovens de 15 a 17 anos por etapa de ensino em que estão matriculados ou que estão fora da escola - 2014	162
Tabela 3	Quantidade de Teses e Dissertações entre os anos de 2012 a 2015 que contenham as palavras: “adolescente autor de ato infracional”, “socioeducação” e “adolescente em conflito com a lei”.	185
Tabela 4	Quantidade de Teses e Dissertações entre os anos de 2012 a 2015 que contenham a expressão socioeducação.	185
Tabela 5	Quantidade de Teses e Dissertações entre os anos de 2012 a 2015 que contenham a expressão ato infracional.	186
Tabela 6	Quantidade de Teses e Dissertações entre os anos de 2012 a 2015 que contenham a expressão adolescente em conflito com a lei.	186
Tabela 7	Indicadores precoces de violência juvenil	264
Tabela 8	Idade em que as mães pariram pela primeira vez	341
Tabela 9	História com os pais dos sujeitos atendidos no contexto clínico.	356
Tabela 10	Informações sobre os pais reportadas no prontuário.	443
Tabela 11	Transgeracionalidade infracional entre os sujeitos atendidos clinicamente	369
Tabela 12	Rankeamento dos territórios de vulnerabilidades do DF	444
Tabela 13	Dados gerais de escolarização, vida sexual, drogas e atuação infracional	445

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LA	Liberdade Assistida
CAJE	Centro de Atenção Juvenil Especializada
	Código Penal Brasileiro
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
NAI	Núcleo de Atendimento Inicial
UISS	Unidade de Internação Socioeducativa de Internação de São Sebastião
UISM	Unidade de Internação Socioeducativa de Internação de Santa Maria
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
CONANDA	Conselh Nacional dos Direitos da Criança
STJ	Superior Tribunal de Justiça
SNDH	Secretaria Nacional dos Direitos Humanos
PNAS	Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo
MEC	Ministério do Desenvolvimento Social
VIJ	Vara de Infância e Juventude
UAI	Unidade de Atendimento Inicial
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
SL	Semi-Liberdade
CREAS	Centro de Referencia Especializado em Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
UAMA	Unidade de Atendimento em Meio Aberto
UNIRE	Unidade de Internação Recanto das Emas
UNISS	Unidade de Saída Sistemática
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
TJDF	Tribunal de Justiça do Distrito Federal
VEMSE	Vara de Execução das edidas Socioeducativas
SIPIA	Sistema de Informação para Infância e Juventude

SUMÁRIO

MEMÓRIA EDUCATIVA: MARCAS	18
INTRODUÇÃO	28
CAPÍTULO 1: METODOLOGIA	34
Breves considerações sobre o Estado da Arte	34
Nossas comunidades de sentido: o lugar do qual falamos	36
Por uma ecologia das ideias	37
Entre o psíquico e o social	41
Entre o paradigma moderno e o complexo	45
A complexidade da psicanálise	47
O porquê de uma pesquisa qualitativa	48
PROCEDIMENTOS	50
Por uma bricolagem metodológica	50
Pesquisa-intervenção (psicossociológica)	54
O local da pesquisa	56
Os sujeitos de pesquisa: Guris e Gurias	57
Dispositivo de escuta clínica	59
Fontes	62
Instrumentos	67
Sobre a coleta e tratamento dos dados	67
Procedimento de coleta de dados	67
Procedimento de organização dos dados	68
Procedimento de análise dos dados	68
O processo de interpretação	69
CAPÍTULO 2: APROXIMAÇÕES DA ADOLESCÊNCIA QUE ATUA PELA INFRACIONALIDADE E JUSTIÇA JUVENIL	72
Breves considerações sobre o ato infracional e as medidas socioeducativas	72

Uma visada quantitativa do desamparo juvenil: números da Socioeducação no Brasil e no DF	81
Perfil dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil	84
Breve diálogo com a sociologia da juventude	86
A condição humana	92
A sociedade (humana)	99
<i>Ecce Homo</i> adolescente	102

CAPÍTULO 3: SUBJETIVAR-SE E ADOLESCER NA PÓS-MODERNIDADE 113

Pós-modernidade? Esforço conceitual	114
Subjetivar-se/adolescer na pós-modernidade	120
O Novo paternalismo	123
FRAGILIDADE DOS MEDIADORES CULTURAIS	130
Entre alteridade e narcisismo	131
Desamparo	142
Presentismo e tradição	145
Autoridade e celebridades	148
O império da imagem	153
A Moral Consumi(dor)a	154
(Im)potência	161
Consumir(se)	162
O corpo hedonista	167
A passividade do agir	170
A drogadição	172
PERVERSÃO E LAÇO SOCIAL: ENTRE O PERDEDOR E O PREDADOR	173
Perversão e reconhecimento	175
Onipotência e reconhecimento: (T/S)er	176
Exclusão e (não) reconhecimento	179
Adolescer na pós-modernidade?	181

CAPÍTULO 4: UMA CRIMINOLOGIA COMPLEXA	183
Definição e breve histórico da criminologia	183
O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DE UMA CRIMINOLOGIA COMPLEXA: CORRENTES CRIMINOLÓGICAS	187
<i>Nature and Nurture</i>	189
A Escola de Chicago	195
Teoria da desorganização social	197
Teoria da Associação Diferencial	201
Teoria Pares de risco	202
Teoria da neutralização	205
Teoria do Etiquetamento Social	207
Teoria dos Fatores de Risco	211
Teoria da Violentização	216
Teoria da Fragilização do Vínculo	217
A PSICANÁLISE DO ATO INFRACIONAL: BREVE ESTADO DA ARTE	222
Breve história do diálogo entre a psicanálise e o crime/ato infracional	222
Kate Friedlander	225
Melita Schmideberg	226
August Aichhorn	228
Melanie Klein e Recortes menores de alguns psicanalistas que debruçaram-se sobre o psiquismo dos que delinquem	232
Jacques Lacan	235
Donald Wood Winnicott	241
Maud Mannoni	256
Charles Melman	257
Teóricos do traumatismo	259
CAPÍTULO 5: O LUGAR DA ESCOLA JUNTO À Infracionalidade JUVENIL: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES	264
Escolarização: escudo contra a infracionalidade juvenil?	265

Os territórios de risco e vulnerabilidade e a Escola	273
Números de fragilidades da Escola	281
Um pouco do que está por trás da crise da Escola	291
Convém ainda reafirmar que a Escola pode muito!	296
Uma Escola Suficientemente Boa	301
CAPÍTULO 6: RESULTADOS E DISCUSSÃO	308
Entre a empiria e nossas comunidades interpretativas	308
Entre o biológico, o psíquico e o social na adolescência	309
PRIMEIRA CATEGORIA DE ANÁLISE: A DISRUPÇÃO COMO SINTOMA DO PROCESSO DE RUPTURA DO LAÇO SOCIAL	313
A infracionalidade como sintoma de uma laço social frágil	313
SEGUNDA CATEGORIA DE ANÁLISE: A SOCIALIZAÇÃO NA PSIQUÊ PELA FAMÍLIA	320
As Famílias que encontramos: informações gerais sobre os (des)arranjos de famílias fragilizadas	321
As Famílias que encontramos: dinâmicas familiares patogênicas	333
Mães transgressoras	336
Maternagem fragilizada	342
E o pai?	349
Inter/Transgeracionalidade	363
METAPSICOLOGIA FAMILIAR PSICANALÍTICA	369
O Édipo	370
O Superego	372
Princípio do Prazer/Princípio da Realidade	377
Latência	378
Sublimação	387
TERCEIRA CATEGORIA DE ANÁLISE: A CONSTRUÇÃO DO LAÇO SOCIAL E A ESCOLA	390
QUARTA CATEGORIA DE ANÁLISE: O LAÇO SOCIAL E A COMUNIDADE	407
Gangues	417

QUINTA CATEGORIA DE ANÁLISE: A SOCIALIZAÇÃO DA PSIQUÊ NA CULTURA CAPITALÍSTICA DO NARCISISMO 420

CONSIDERAÇÕES FINAIS 430

Por uma criminologia (psicossocial) complexa 430

A Prevenção como caminho 437

A Escola é o caminho. Mas, qual Pedagogia? 445

CONCLUSÃO (MOMENTÂNEA) 451

REFERÊNCIAS 457

APÊNDICE 478

ANEXOS 479

MEMÓRIA EDUCATIVA: MARCAS

“A história não é o passado. A história é o passado na medida em que é historiado no presente – historiado no presente porque vivido no passado”.

LACAN

Sou o nono e último filho de um casal de cearenses que veio para o Distrito Federal no início da década de 60. Meus primeiros passos na leitura foram dados em casa, com auxílio de minha mãe, que possuía o curso normal, não tendo exercido a profissão para além do lar. Meu avô planejou uma vida de independência para minha mãe, mas meu pai não coadunou com essa inovação.

O principal fator motivacional para que eu desenvolvesse a leitura foi a disputa com meus amigos da minha idade. Lembro, com tristeza, que aprendi a ler após todos eles.

A escola, nesse momento, era um mundo estranho, para o qual me disseram que eu tinha que ir. Essa situação assemelhava-se à fábula do personagem Pinóquio: ali, na escola, me tornaria gente.

Lembro-me bem da imagem de meu primeiro dia de aula. Com medo, encarei um mundo grande, escuro e frio.

Do pré-escolar, lembro-me muito pouco. Recordo-me apenas de uma imagem em que estou sentado em uma sala escura, com duas professoras na sala de aula. Uma delas me parecia amorosa.

Da primeira série, também me lembro pouco. A sala era mais iluminada e a professora era séria. Nesse momento, acredito ter passado despercebido, visto ser uma exceção, pois já sabia ler. Lembro-me dos demais alunos aguardando que a professora os orientasse a respeito de algo que já estava escrito na ordem de comando de uma questão.

Já na segunda série, em uma escola mais distante de minha casa, descobriram que eu escrevia e falava errado. Era aluno de uma professora mais velha e com pouco domínio de turma. As broncas e as reclamações eram comuns. Não me recordo de minha relação com o conhecimento, mas lembro-me de um dia, em que uma mulher que mais parecia uma alienígena (por questões que não sei explicar), nos deu uma única aula. O tema da aula foi “pressão da água”. Ainda

guardo os exemplos dados por ela. Logo, o problema de aprendizagem não era também um problema de ensinagem. Não gostava da escola e, assim, passei a matar aula.

Na terceira série, estava em outra escola. Desta vez, mais distante da minha casa e mais próxima do trabalho do meu pai. Teria sido por causa das matanças de aula? Íamos para a escola juntos eu e uma irmã, mas não me lembro de minha irmã na escola nem no caminho de volta. Lembro-me, com horror, daquela escola e de uma professora muito agressiva e rígida. Recordo-me de quando, certa vez, minha irmã mais velha foi buscar o resultado e da frieza com que a professora, em pé, na porta da sala dos professores, deu a notícia de que eu havia sido reprovado. Comecei a chorar e minha irmã, grávida, também. A professora, pelo que me lembro, manteve-se impassível e contra-argumentou que eu não tinha condições de cursar a quarta série.

Depois desse episódio fiquei sabendo que minha mãe, uma mulher instruída e muito bem articulada com a fala (não obstante o desfavorecimento das condições socioeconômicas) também foi à escola para (*sic*) ser humilhada, pois, segundo ela, eram assim todas as vezes em que precisava ir a uma escola ou a um hospital público. Sofri numa intensidade indizível. Tinha nove anos de idade e recordo-me de noites acordado, dos amigos de rua que me provocavam pela minha reprovação e pela aprovação deles. Só mais tarde, vim saber que havia obtido nota para aprovação em português, mas a professora decidiu pela minha reprovação, haja vista que eu não sabia escrever corretamente, pois tinha dislalia e, assim, escrevia como falava.

Soube de uma conversa na qual a professora disse à minha mãe que eu precisava de ajuda especializada de um fonoaudiólogo e que eu falava errado por manha. Esta é a escola! Fonoaudiólogo para quem se desdobrava para comer? Manha?

Não me lembro da outra terceira série, cursada pela segunda vez. Recordo, sim, as constantes brigas de gangue, as invasões sofridas na escola, as intimidações que sofria no trajeto.

Passei a estudar pela manhã. Como meu pai trabalhava à tarde, ia sozinho para a escola. Eu morava na região de uma gangue chamada “Balão Mágico”. Estudava na região da gangue arquirrival, “Mavoca”, e há quem diga que

violência na escola é fenômeno de nossos dias. Lembro-me de um dia em que todos nós fomos levados para fora da escola, porque um membro da comunidade (acho até que era aluno) pulou o muro com uma arma.

Ainda me lembro de estar na quarta série, na mesma escola. A professora, uma senhora jovem, evangélica, que me olhava com olhos de pena, me cobrava a higiene pessoal e a organização que faltava minhas atividades. Ela me colocou entre dois bons alunos, para ver se eu “pegava no tranco”.

Interessante que na rua onde morava eu sempre fui um menino alegre, feliz, fortalecido, amado e amante, criativo (tinha o apelido de *Professor Parda* entre os meus amigos da infância e, depois, de *Magaiver* pelas minhas invenções ou pela forma como, rapidamente, solucionava os desafios). Na escola e para ela, contudo, eu era um erro, um estorvo. Tão intensa era minha emoção para com a Escola que a emparelhei com situações que me lembravam do momento de ir para a escola, o que ainda hoje me causam mal-estar. Não gosto do prédio dessas escolas nas quais fui muito infeliz.

A escola era para mim um lugar para onde ia, todos os dias da semana, ser lembrado do que não sabia, não podia e não era capaz. Não fora a rede familiar que me sustentava, eu teria buscado a proteção e o fortalecimento em alguma rede juvenil de passagem ao desvio, muito comum naquele momento e na minha rua. Na escola, eu era amaldiçoado. Toda a alegria que colhia na rua, ao ser elogiado pelos meus amigos, era desfeita na escola. Lá, eu me sentia um incompetente e incapaz. Os poucos momentos de alegria que fruía eram quando me fortalecia pela bagunça, quando fazia os outros rirem. Com o tempo, nem mais isso eu conseguia. Tornei-me apático, desinteressado. Mas, quando dominei seus códigos e rituais foi também a escola que me fez o que sou.

Na quinta série, havia uma professora de História que eu amava. Formei-me em História. Havia, também, uma professora de Matemática e outra de Português que muito se dedicaram a mim. A professora de Português disse que me reprovava, caso não aprendesse a escrever corretamente. Fiquei desesperado. Foi a professora de Matemática, porém, quem fez a diferença em minha vida. Ela reconheceu em mim uma pessoa inteligente e capaz. Ensinou-me como estudar e obrigou-me a fazê-lo. Não sentava comigo para ajudar na realização de exercícios.

Mandava que eu fizesse as tarefas em casa. Carmém Lúcia era seu nome. O nome de um anjo que modificou minha vida para sempre.

Inicialmente, ela questionou por que eu fazia aquilo comigo mesmo, sendo eu tão inteligente. Lembro-me de que olhei para os colegas de classe que se sentavam ao meu lado e disse algo do tipo: “Ela é doida, dizer que eu sou inteligente.” Meus colegas, em concordância comigo, responderam em coro: “É mesmo!” Ou seja, este não era apenas um autoconceito. A Escola parece não ter dimensão do quanto constrói (auto)conceitos. A mesma professora exigiu que eu estudasse, com base no livro didático, os exemplos dos problemas de matemática. Ensinou-me que deveria ler linha a linha, buscando compreender o que cada palavra dizia e, depois, entendendo número por número, como se chegava a cada resultado.

Claro que não fiz isso. Qualquer olhar mais desatento caracterizaria, de imediato, minha atitude como preguiça. Até eu mesmo assumiria tal rótulo e culpa sem nenhuma dificuldade naquele momento, como fiz muitas vezes e como vejo muitos dos meus alunos fazerem quando são cobrados por outros colegas. Todavia, hoje, vejo, perscrutando o meu coração menino, que não seguia os conselhos de Carmém Lúcia porque não me julgava capaz de aprender.

Um dia, quando eu saía para casa, a dita professora me chamou. Fiz como se não ouvisse e apressei o passo. Ela correu para me alcançar, me segurou pelo braço e perguntou por que não fui fazer a prova de recuperação, no que dei, de pronto, uma desculpa qualquer. Ela não deu atenção às minhas palavras e, olhando nos meus olhos, repetiu toda a orientação, de forma que eu pudesse fazer a prova em outro dia. Que insistência! Eu resolvi estudar, não sei dizer o porquê. Teria sido pela insistência dela? Acredito que não. Insistência maior tinha minha mãe. Acho que pelo olhar de credibilidade, pelo cuidado, pela exigência que traduzia confiança.

Lembro-me de estar estudando, e do prazer que senti ao perceber que estava compreendendo o tal exemplo. Fui fazendo a tarefa, exemplo a exemplo, e fui entendendo a lógica dos livros de matemática. Não sei que nota tirei na prova. Não sei se passei por mérito próprio, mas sei que aprendi a matéria e o mais importante: aprendi que podia aprender.

Já que podia aprender Matemática, poderia também aprender o tal do Português, ainda mais com uma professora que me ameaçava com nova

reprovação. Algo me disse que a minha disfunção de escrita estava ligada à disfunção de fala. Sei que aprendi sozinho a dobrar as orelhas, para escutar a minha própria voz e, assim, fui corrigindo a minha fala. Tentei copiar a forma como as pessoas falavam o “b”, o “d”, o “g”, o “v” e o “z”, letras que não conseguia pronunciar e, com esforço, fui conseguindo, sozinho. Aprendi a falar e a escrever corretamente. Passei de ano, entrei em férias, então peguei uma gramática e a estudei de ponta a ponta. Se não podia vencer o meu inimigo, a Língua Portuguesa, juntar-me-ia a ela. Eu tinha onze anos de idade.

Na sexta série, fui para uma escola bem próxima de minha casa, aquela na qual estudei no pré-escolar e na primeira série. Nesse momento, já não era mais um *dalit* da educação. Brilhei como aluno e, conseqüentemente, como cidadão, como pessoa e, dessa forma, como adolescente. Fiz amigos. Lembro-me de ter feito do centro cívico um grêmio livre. Daí para frente, minha relação com a escola foi outra. Achava banal tudo aquilo que os professores ensinavam. Prestava atenção no discurso do professor e, depois, ia conversar. Passei a ensinar meus amigos de classe. Adorava ir para a escola, mas não para as aulas. Gostava muito dos meus professores, inclusive dos de Português. Que ironia!

No Ensino Médio, nem caderno eu costumava ter. Captava o discurso dos professores e os reproduzia nas provas, e eles, é claro, me achavam o máximo. Gostava de ser desafiado pelo conhecimento e me esforçava até dominá-lo.

Perdi meu pai no fim do Ensino Médio. Tinha que trabalhar. Passei em História, numa faculdade particular, pois a Universidade de Brasília (UnB) não tinha o período noturno. Minha mãe, sem receber a pensão, pediu que eu não fizesse a prova, pois sabia que eu iria passar no vestibular e que não teríamos como pagar as mensalidades. Naquela época, ao menos para meu mundo, não era comum passar no vestibular. Não ouvi minha mãe, pois meu desejo era maior. Um amigo me emprestou o dinheiro e minha mãe voltou atrás.

No Ensino Superior, aprendi que não sabia ler, visto que passei uma vida copiando o discurso dos professores e reproduzindo-os nas provas. Mas, foi também ali que tive certeza do meu ofício de professor, visto que brilhei como professor nos seminários. Fui escolhido pela direção do curso para dar aula na escola de Ensino Médio da Faculdade. No fim do curso, fui aprovado no concurso da Secretaria de Educação. Optei por trabalhar na periferia, larguei o emprego na Faculdade, onde

recebia um salário três vezes maior e, na Secretaria, vivi os momentos mais significativos de minha existência como educador.

Tornei-me diretor, com menos de seis meses de Secretaria e, depois, fui novamente diretor em três outras escolas e, em menos de um ano, dirigi uma Regional de Ensino. Em seguida, fui coordenador local e intermediário em duas Regionais distintas. Fui assessor especial de gabinete, gerente e coordenador de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

Não obstante o sucesso em minha trajetória administrativa, indiscutivelmente, foi na sala de aula que vivi meus momentos áureos. Aproximei-me dos adolescentes que tinham dificuldade na escola, tanto no que diz respeito ao conhecimento quanto ao comportamento. Eu verdadeiramente os conhecia, pois me reconhecia neles. Aos poucos, os adolescentes que cumpriam medida socioeducativa conquistaram meu interesse e foram eles que me aproximaram primeiramente da Psicanálise e, depois, da Psicologia.

Tendo em vista minha biografia acadêmica, em parte expressa aqui, sempre tive prazer e *expertise* em trabalhar com adolescentes que apresentam dificuldades de aprendizagem. Motiva-me o objetivo de representar para eles o que um dia Carmém Lúcia representou para mim. É minha dívida simbólica com a profissão de professor e faço isso muito bem.

Sempre que posso, opto pelas turmas dos programas de distorção idade-ano escolar e sempre escutei desses adolescentes histórias muito comuns. Reconstruo com cada um dos alunos a memória educativa deles e todos se apresentaram para mim como “burros”, incapazes, bagunceiros - o que demonstro não ser verdade. A partir desse momento, inicia-se uma caminhada de descobertas.

Em 1998, assumi a direção de uma escola na periferia, com um grupo de professores novos para mim. Fizemos coisas muito bonitas na escola. Entretanto, mudar substancialmente a prática de um professor não é tarefa fácil, o que nos levou a ousarmos bastante.

Foi nesta escola que conheci os adolescentes autores de ato infracional. É assim que a lei os chama, apesar que, de fato, eles não são autores. Antes, atuam pela infracionalidade. Eram adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de liberdade assistida.

É interessante a peculiaridade de que é comum em escolas de adolescentes ouvirmos a fala comum de que os “L.A” (Liberdade Assistida) são a causa da indisciplina. As escolas sempre dirão que os possuem às dezenas, o que nunca comprovei documentalmente. Quando eles existem, são, no máximo, três. Há alunos que se dizem em cumprimento de medida para se empoderar perante outros alunos e perante a escola. Outra questão que contribui para esse fato de o aluno dizer que está em cumprimento de medida é que, realmente, muitos adolescentes que são encaminhados pelo Judiciário para o cumprimento da medida socioeducativa não chegam a fazê-lo devido à falta de recursos humanos por parte da Secretaria executora das medidas, sobretudo para o meio aberto o que contribui para o reforço da ideia comum da impunidade para o adolescente.

Retomo a história da escola que assumi em 1998. Por um fenômeno que ainda precisa ser estudado, essa escola possuía 21 adolescentes em cumprimento de medida. Isso o que descobri entre eles. Nunca vi esse número em nenhuma outra escola. No ano de 2015 fui homenageado por essa escola e estando lá descobri que eles possuíam 28 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Fiz um trabalho com esses adolescentes, com exceção de dois alunos que saíram nos primeiros dias, pois o pai de um deles e tio do outro entenderam que aquilo que eu fazia era uma violação dos direitos humanos. Eu os recrutei e exigia deles o cumprimento de deveres básicos da convivência. Vinham para a escola no turno inverso e me ajudavam em diversas tarefas. Semanalmente, tinha com cada um deles um momento para cobrar o que determinava o “Termo de Guarda e Responsabilidade por adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida”. Documento que os responsáveis legais e o adolescente assinavam. O item “b” desse documento versava sobre as obrigações escolares e foi do que me utilizei.

Logo esses meninos passaram a ser chamados de “os fi (em alusão a palavra filho) do Mauro”. Não tinha apoio sequer de meu vice-diretor, que os via como causa perdida. Porém, em poucas semanas, eles apresentaram mudanças surpreendentes e os professores, que apesar da convivência muito saudável não me apoiavam nessa empreita, decidiram em um Conselho de Classe, criar uma lista com quarenta e três adolescentes denominados “quase L.A”, para que eu fizesse o mesmo trabalho. Senti-me só e percebi que precisava respirar outros ares.

Ocorre que um desses adolescentes, durante o trabalho que fazíamos, teve uma outra ação julgada (disfunções do sistema socioeducativo) e foi recolhido ao Centro de Atenção Juvenil Especializada (CAJE) e eu tive autorização para visitá-lo. Então pensei: numa unidade de internação de adolescentes que atuam pela infracionalidade, encontraria uma escola diferenciada. Larguei a direção de uma escola bem sucedida e fui para o CAJE e “quebrei a cara”. A Escola é Escola onde quer que receba esse nome.

Foi assim que me veio o desejo de buscar entender esse algo que denominamos Escola e vim parar no curso de especialização em Administração Escolar da UnB, onde conheci o professor Rogério Cordóva, com os seus autores psicossociólogos franceses. Sentia-me profundamente alinhado com as falas dos autores apresentados pelo professor Rogério, mas essa minha admiração não era compartilhada com meus professores da especialização, apesar de me elogiarem publicamente e solicitarem que eu me inscrevesse para o mestrado sob orientação deles.

Afastei-me da academia com mágoa. Daí só passei a ver os acadêmicos quando, alienígenas, pousavam suas naves em nossos estacionamentos para dizerem de nossa incompetência e reafirmar que o caos da educação devia-se a nós que não conhecíamos seus artefatos teóricos, panaceia para todos os males da educação. Para um desses, rompi meu silêncio e falei de nossa realidade. A assistente pedagógica falou baixinho ao meu ouvido: “Pare, porque ele vai chorar!”. Todavia, nunca mais me afastei da socioeducação.

Um dia, participava de uma reunião pedagógica numa escola que havia sido diretor e, após formar uma equipe da própria escola, retornei para a sala de aula, onde realmente gosto de estar. Uma professora recém-chegada de um afastamento de mestrado esperou o término da reunião para perguntar, sentando-se ao meu lado, por que eu não estava na academia. Vomitei minhas mágoas e ela pediu que eu assistisse uma aula com ela, pois eu gostaria. Recusei, de início, mas ante a insistência dela, consenti. A professora era a Dra. Inês Maria, que fora minha professora no ano de 1993, ela lembrou de meu nome ao primeiro contato.

Lembro de uma dia em que cheguei cabisbaixo para uma aula com a professora Inês, ainda no ano de 1993. Ela percebeu minha tristeza e perguntou o que havia ocorrido. Falei que comecei a trabalhar na Secretaria e todo o meu

entusiasmo era ironizado pelos meus colegas. Ela pediu que conversássemos depois da aula e me contou uma linda história de sua trajetória acadêmica, para terminar com a mensagem de que o estudo era seu combustível. “Mauro, nunca deixe de estudar!”. E agora estava eu ali, com ela novamente.

Fui capturado pelos feitos da bruxa (psicanálise). Aqueles autores falavam a mim e por mim e, por vezes, contra mim. Levei anos lendo e estudando até que, intimado, inscrevi-me para a seleção do mestrado. Mas, pretendia conhecer mais sobre a psique humana e decidi-me por fazer o curso de Psicologia. Apaixonei-me pela complexidade desse campo do saber. A psicanálise, a fenomenologia, as teorias humanistas, a teoria sistêmica, as terapias corporais e especialmente a psicossociologia me encantaram. Desde então acumulo o fantástico ofício de psicólogo clínico com o qual muito aprendo todos os dias.

Um ano antes de terminar o mestrado, assumi o cargo de coordenador de educação em direitos humanos, setor da Secretaria de Educação que organiza as políticas públicas da escolarização das populações em situação de risco ou vulnerabilidade, dentre os quais os adolescentes que atuam pela infracionalidade. Fizemos coisas lindas por essa política e foi assim que retornei a essa discussão.

Fiz uma disciplina linda no Instituto de Psicologia sobre a justiça juvenil e voltei a atuar diretamente em uma Unidade de Internação. Estava tudo certo para meu caminho de doutorado pelo Instituto de Psicologia, mas, dentro de uma Unidade, via que os conceitos psicossociológicos me faltavam. Foi quando, de última hora, inscrevi-me para o doutorado. Foi, então, que realizei meu retorno à Faculdade de Educação e aqui estou.

Hoje, tenho como uma das minhas práticas atender a convites de escolas ou Regionais de Ensino para falar aos professores e, sempre que possível, eu sento, escuto e compartilho com eles as histórias mais linda que vivi em minha caminhada na SEDF. São histórias de amor, que um dia escreverei, em que pese o risco do simplismo e pieguismo que envolve essa palavra tão desgastada. Sou muito grato à minha caminhada como servidor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Aos meus amores, muito obrigado por me permitirem sentir algo tão grande, agradável e nobre!

Gratidão!

O Meu Guri

(Chico Buarque)

Quando, seu moço, nasceu meu rebento
 Não era o momento dele rebentar
 Já foi nascendo com cara de fome
 E eu não tinha nem nome pra lhe dar
 Como fui levando não sei lhe explicar
 Fui assim levando, ele a me levar
 E na sua meninice, ele um dia me disse
 Que chegava lá
 Olha aí! Olha aí!

Olha aí!
 Ai, o meu guri, olha aí!
 Olha aí!
 É o meu guri e ele chega

Chega suado e veloz do batente
 Traz sempre um presente pra me encabular
 Tanta corrente de ouro, seu moço
 Que haja pescoço pra enfiar
 Me trouxe uma bolsa já com tudo dentro
 Chave, caderneta, terço e patuá
 Um lenço e uma penca de documentos
 Pra finalmente eu me identificar
 Olha aí!

Olha aí!
 Ai, o meu guri, olha aí!
 Olha aí!
 É o meu guri e ele chega

Chega no morro com carregamento
 Pulseira, cimento, relógio, pneu, gravador
 Rezo até ele chegar cá no alto
 Essa onda de assaltos está um horror
 Eu consolo ele, ele me consola
 Boto ele no colo pra ele me ninar
 De repente acordo, olho pro lado
 E o danado já foi trabalhar
 Olha aí!

Olha aí!
 Ai, o meu guri, olha aí!
 Olha aí!
 É o meu guri e ele chega

Chega estampado, manchete, retrato
 Com venda nos olhos, legenda e as iniciais
 Eu não entendo essa gente, seu moço
 Fazendo alvoroço demais
 O guri no mato, acho que tá rindo
 Acho que tá lindo de papo pro ar
 Desde o começo eu não disse, seu moço!
 Ele disse que chegava lá
 Olha aí! Olha aí!

Olha aí!
 Ai, o meu guri, olha aí!
 Olha aí!
 É o meu guri

Olha aí!
 Ai, o meu guri, olha aí!
 Olha aí!
 É o meu guri

INTRODUÇÃO

“No cerne de qualquer discussão sobre a questão criminal está o problema do laço social” (SALUM, 2009, p. 57).

Num tempo em que as antíteses acirram-se convocando desesperadamente o parto de um novo, os Egos, conservadores como são, agitam-se pelo medo do que se mostra e mais ainda pelas possibilidades do futuro. Até nesse ponto a indústria do marketing a serviço do Mercado busca lucrar apregoando o medo como produto que a paranóia compra desesperada e como produto vende soluções *fast food* para o medo que alimenta ainda mais medo num ciclo recursivo e recorrente. Resta aos que caíram nessa armadilha o mecanismo de defesa do Ego da regressão.

Regredidos ao funcionamento arcaico de nossa biografia psíquica, damos vazão ao mais paranóico em nós e a intolerância campeia as coletividades. Propostas populistas-punitivas pautam os debates até mesmo dentro da Academia. As massas procuram desesperadamente por culpados, tal como se jogava um bode que expiava pelos pecados do coletivo ante as intempéries que caíam sobre a coletividade; tal como um asteca ante as mudanças climáticas para a qual uma vida devesse ser sangrada em oferta aos deuses; tal como o romano do século IV ante a queda da cidade eterna; tal como o medieval ante a Ira de Deus no século XIV; tal como a Grande Depressão para a qual o nazifascismo foi a resposta, as coletividades clamam por culpados.

Após tanto negarmos a tradição em favor do novo, a culpa pertence às inovações impostas a esse mundo. A contraproposta é voltar, regredir, mesmo porque acreditamos que esteja lá atrás o paraíso perdido pelas castrações do real. A proteção de um grande pai é convocada, pois a culpa perpassa indubitavelmente pela lei e quem melhor que os adolescentes para serem os bodes expiatórios por representarem o momento de contestação.

Tal como analisou Freud em *Psicologia das Massas e Análise do Ego*, os grupos vulneráveis carecem de figuras de poder, como o pai imaginário que um dia os protegeu dos fantasmas que os assombravam. As características elencadas pelo

pai da psicanálise para esses grupos, não por acaso, são as mesmas que atribuímos ao que temos chamado de pós-modernidade e, não menos por acaso, as que vêm sendo ostentadas pelos adolescentes de nosso tempo adolescêntrico.

Tal como ontem, os castigos são convocados em praça pública. Mulheres e homens dóceis são possuídos pelo ódio e os valores da democracia, da razão, da solidariedade, do auxílio aos mais necessitados são tomados como propostas de comunistas, entendendo-se por esse termo um algo que responde pelas disfunções do momento.

É preciso prender, torturar, matar. Fazer com as próprias mãos o que o Estado não vem conseguindo. Os padrões são convocados para conter as mudanças que tanto assustam nossa dimensão egoica. E quem questiona e desafia os padrões mais que eles, os adolescentes?

O adolescente é um sintoma da cultura, mais ainda aquele que fratura ou rompe com o laço social pela infracionalidade. O discurso moderno acreditou que a razão nos emanciparia e a moral e os afetos são reconvocados ante a falácia dessa proposta.

Não resta dúvida para nós de que o velho Freud estava certo quando analisou momento análogo em sua obra *O Mal-estar na Civilização*, que melhor seria traduzi-la como o mal-estar na cultura. No transfundo de sua discussão está o apontamento da falência da função paterna e nem ele, nem nós estamos falando do macho, mas de uma função que desde Ur vinha sendo feita por eles. As instituições socializadoras não precisam do macho para serem bem sucedidas, mas precisam da função que em nossa história social foi realizada pelo pai, ainda que seja uma mulher que o faça.

A família não vem conseguindo realizar como antes a socialização primária e a Escola a condena sem, contudo, querer também assumir essa função. Mas, se os pais estão convocados por uma carga de trabalho que os tiram do convívio com os seus, se as tecnocracias usurparam os saberes da tradição quanto a educação de seus filhos e nos encontramos todos atônitos, quem educará nossas crianças? Seguiremos entregando-as ao abandono?

Este percurso de doutoramento aposta na potencialidade da Escola em socializar, mesmo quando a família não consegue convocar devidamente as psiques de seus narcisismos primários para a intersubjetividade. Teve como objetivo

investigar o processo de fraturas com o laço social entre nossos sujeitos de pesquisa, aqui denominados “Guris” e “Gurias¹”, que os levaram à atuação pela infracionalidade e qual o lugar que a Escola, enquanto uma das mais importantes instituições socializadoras do projeto moderno, tem ocupado nessa trajetória.

Percebemos que o adolescente que infringe o Código Penal é bem pouco “autor de ato infracional” conforme orientam como politicamente correto os debatedores da causa; antes, atua pelo infracionalidade. Não o faz por uma disposição, mas emoldurado por contextos pessoais, institucionais, sociais e culturais. Se o adolescente, por si, já é sintoma da cultura, mais ainda são aqueles que agredem tão diretamente o laço social.

Acreditamos que a Escola já faz muito, mas pode fazer muito mais, mesmo quando a família não tenha conseguido inscrever devidamente as psiques na intersubjetividade. Ocorre que os adolescentes que atuam pela infracionalidade não possuem uma boa relação com a Escola, visto que apresentam desde dificuldades de aprendizagem, reiteradas medidas disciplinares, transferências à revelia de seus interesses e ou de seus familiares, até mesmo reprovações sucessivas e o abandono/expulsão da Escola.

Assim, utilizando-se de uma ampla leitura documental de 141 (cento e quarenta e um) Guris/Gurias que se encontravam internados na Unidade de Internação Socioeducativa de Santa Maria e de uma intervenção-pesquisa-ação que teve como uma das principais ações a escuta clínica de alguns desses adolescentes, desenhamos os percursos comuns de fraturas com o laço social e qual o lugar que a Escola ocupou na história deles e dessa ruptura.

Para tanto, nos predispomos a uma pesquisa qualitativa inscrita na teoria da complexidade a partir da psicossociologia, mediados pelos parâmetros de uma intervenção psicossociológica, logo, com análise de implicação e da (contra)transferência.

No intuito de nortear o leitor, apresentamos breve roteiro do percurso traçado por nós na escrita desta tese. No primeiro capítulo apresentamos o delineamento metodológico que seguimos nessa caminhada.

¹ Em respeito ao sigilo ético e legal, todos os nossos sujeitos de pesquisa serão tratados de agora em diante pelo termo Guri (para adolescentes do sexo masculino) e Guria (para adolescentes do sexo feminino), o que representa também uma homenagem à pérola de nossa poesia e música, composta por Chico Buarque de Holanda que, para nós, traduz com mestria o sentimento das mães que aqui buscamos honrar em seus contextos tão adversos a seus anseios de maternidade e maternagem, cuja letra encontra-se em uma das epígrafes desta tese.

No capítulo 2 buscamos inteirar sobre a complexidade do fenômeno da socioeducação com seus neologismos e slogans pomposos de sentidos difusos. Para tanto, explicaremos de forma sucinta como está organizada a justiça juvenil no Brasil e faremos um esforço de síntese psicossociológica sobre a condição humana, especialmente do adolescente que para nós é um analisador do sintoma da cultura pela sua peculiar condição de sujeito entre o psíquico e o social que é convocado a negociar o herdado e seus (re)posicionamentos na teia de significados sociais. Abordaremos teóricos que debatem o fenômeno da adolescência e da juventude com especial ênfase para a cultura, como forma de demonstrar a fragilidade dos mediadores culturais de nosso tempo.

No capítulo 3 abordamos o que tem sido subjetivar-se e adolecer no que tem sido chamado de pós-modernidade e condição pós-moderna. Nele pontuamos uma discussão do adolescente e o jovem entre o psíquico e o social de um tempo, o que compreendemos pela condição e sociedade humana. Dialogamos com aqueles que consideramos os principais debatedores desse momento para pautar o novo paternalismo e as fragilidade dos mediadores culturais. Discutimos o quanto tem nos tem restado um funcionamento narcísico-perverso ante a fragilidade da apresentação da outriedade; o desamparo ao qual estamos todos condenados ante a fluidez das grandes narrativas e dos enquadres culturais; o quanto temos apostado em um presentismo em detrimento da tradição e com isso a preterência das autoridades pelas celebridades. O império da imagem e a moral consumi(dor)a; a (im)potência ante o consumir(se), tendo a corporeidade-vitrine um lugar especial nessa conjuntura hedonista; a passividade do agir e a drogadição como saídas; a escolha entre a posição de predador como recusa à de perdedor e com isso a perversão do laço social; a perversão e reconhecimento; a onipotência e o reconhecimento entre o (t/s)er; a exclusão e o (não) reconhecimento. Finalizamos tencionando os sentidos de adolecer na pós-modernidade.

No capítulo 4 dialogamos com as principais escolas criminológicas críticas e com clássicos da psicanálise que debateram o fenômeno da infracionalidade no sentido de compor uma criminologia complexa.

No capítulo 5, último de nossa revisão bibliográfica, discutimos o lugar que a Escola vem ocupando na trajetória dos adolescentes que atuam pela infracionalidade. Debates suas potencialidades e as limitações que vem

enfrentando. Ilustramos, por meio da estatística e da econometria os grandes feitos, as grandes possibilidades e limitações da Escola para com os adolescentes. Colocamos em questão se a escolarização é ou não escudo contra a infracionalidade juvenil, como também demonstramos fragilidades da Escola em números estatísticos e tentamos elucidar um pouco do que está por trás da crise da Escola para finalizarmos com a defesa de uma Escola suficientemente boa para os nosso Guris.

No sexto capítulo apresentamos e discutimos nossos achados em cinco categorias de análise que são níveis de socialização da psiquê e construção do laço social: a socialização da psiquê na família, o laço social e a Escola e o laço social na comunidade. Tudo isso inserido em um transfundo econômico e cultural. O ato infracional, como analisador, do processo de rupturas na socialização da psiquê e construção do laço social.

No último capítulo apresentamos nossas considerações finais num esforço de síntese, tentamos construir uma abordagem (psicossociológica) complexa sobre a criminologia e apresentamos a prevenção a partir da Escola como possível caminho no enfrentamento dos desafios apresentados por essa investigação.

Finda essa caminhada, nossa tese é de que a infracionalidade é uma forma de funcionamento naturalmente possível para todos nós seres humanos, que é desconstruída pela socialização da psiquê e construção do laço social dialogicamente pela família, Escola e comunidade. Como tal, é sintoma das rupturas nesses processos e instâncias que nunca ocorrem isoladamente. Feita inicialmente pela família, onde se convoca a mônada autística para a intersubjetividade; pela Escola, como primeira instituição socializadora da pólis sem a mediação direta dos pais e pela comunidade, por meio de processos interacionais gradativamente mais profundos, estando essas três instâncias imersas em um grande transfundo econômico e cultural que se (retro)alimentam recursiva e recorrentemente. Todavia, também constatamos a força dos vínculos com adultos referência para a soldagem das fraturas, mesmo quando a família não tenha conseguido inscrever suficientemente as psiques na intersubjetividade. Por essa razão, apostamos na política pública de escolarização como a mais eficiente, eficaz e efetiva no enfrentamento do fenômeno da infracionalidade adolescente.

Utilizando-se da atuação infracional como analisador, convocamos todos os homens e mulheres coerentes a cobrarmos e ajudarmos a construir políticas públicas que deem à Escola o locus privilegiado como grande maestrina da construção de uma novo pacto civilizatório, mais humano, com respeito às diversidade, com olhar especial para as minorias políticas e para o ecossistema, do qual somos frágil teia de vida.

CAPÍTULO 1

METODOLOGIA

É talvez a maldição das ciências do homem ter de tratar com um sujeito que fala.

Bourdieu, Chamboderon e Passeron

Esta pesquisa tem como objeto a infracionalidade adolescente como analisador do enlaçamento social na contemporaneidade. Foram objetivos desta pesquisa investigar o processo de fraturas com o laço social por parte de adolescentes que atuaram pela infracionalidade e qual o lugar que a Escola enquanto uma das mais importantes instituições socializadoras do projeto moderno tem ocupado nessa trajetória.

A questão-problema que nos instigou a esta caminhada foi de compreender de que forma vêm se dando as rupturas com o laço social por parte de adolescentes que atuam pela infracionalidade e qual o lugar que a Escola enquanto uma das mais importantes instituições socializadoras do projeto moderno tem ocupado nessa trajetória?

Como objetivos específicos investigamos o processo de socialização da psiquê de nossos sujeitos de pesquisa na família, as contribuições da comunidade para a construção de seus percursos infracionais e o lugar que a Escola vem ocupando nas trajetórias comuns desses jovens.

Breves considerações sobre o Estado da Arte

O fenômeno que estudamos recebe denominações distintas conforme sejam as áreas de conhecimento: socioeducação, ato infracional, adolescente em conflito com a lei.

Em janeiro de 2016 pesquisamos por meio da plataforma IBICT teses e dissertações relacionadas ao nosso objeto e chegamos aos seguintes resultados:

Tabela 3: Quantidade de Teses e Dissertações entre os anos de 2012 a 2015 que contenham as palavras: “adolescente autor de ato infracional”, “socioeducação” e “adolescente em conflito com a lei”.

Ano	Quantidade
2012	17
2013	16
2014	14
2015	24

Especificamente com a palavra “socioeducação” constaram 118 produções, sendo:

Tabela 4: Quantidade de Teses e Dissertações entre os anos de 2012 a 2015 que contenham a expressão socioeducação.

Área de Conhecimento	Quantidade
Serviço Social	6
Educação	5
Ciências Criminais	4
Ciências Humanas	88
Psicologia	4

Com a expressão “ato infracional” constaram 10.596 produções, sendo

Tabela 5: Quantidade de Teses e Dissertações entre os anos de 2012 a 2015 que contenham a expressão ato infracional.

Área de Conhecimento	Quantidade
Direito	1918
Educação	986
Letras	785
Psicologia	539

Com a expressão: “adolescente em conflito com a lei”, mais usada no passado, constam 238 produções. Sendo as mais comuns das áreas:

Tabela 6: Quantidade de Teses e Dissertações entre os anos de 2012 a 2015 que contenham a expressão adolescente em conflito com a lei.

Área de Conhecimento	Quantidade
Direito	1918
Educação	986
Letras	785
Psicologia	539

Correlacionando esses termos com “Escola” e ainda laço social encontramos 56 (cinquenta e seis) produções. Lemos o resumo de todas elas e separamos apenas aquelas que falavam da relação do sujeito com a Escola anterior à inserção no sistema socioeducativo e os resultados se encontram expressos na tabela “Estado da Arte” (anexo).

Nossas comunidades de sentido: o lugar do qual falamos

A partir da psicanálise como aldeia de onde buscamos ver melhor o mundo, nos afiliamos à complexidade como paradigma, à transdisciplinaridade e à multirreferencialidade como tentativas de minimizar as limitações da caminhada epistemológica hegemônica, filha do pensamento herdado, para fazer, aqui, referência a Castoriadis (1982).

Apesar de muito se falar em transdisciplinaridade aos moldes do que propõe Nicolescu (2000); multirreferencialidade, como sistematiza Ardoino (1988) e complexidade, de acordo com a proposta de Morin (2008c), essas expressões apresentam-se mais como *slogan*, haja vista, entre outras questões, as excessivas fidelizações às comunidades interpretativas, como nomeia Belo (2003), com pouca ou nenhuma abertura para o diálogo com o inusitado, o inédito e com a diferença, mesmo porque a complexidade exige bem mais que uma adesão de palavras.

Em nossa caminhada acadêmica, temos assistido a uma polarização entre as abordagens que reduzem o humano a seu psiquismo e as que o reduzem à

condição sócio-histórica sem que dialoguem essas importantes dimensões, como bem demonstra Lasch (1991) ao historiar os estudos acadêmicos sobre a família no século XX. Essa foi a razão que nos aproximou da psicossociologia por meio de autores que são importantes referências em suas áreas de conhecimento.

A infracionalidade juvenil é um fenômeno complexo, seja a autoria de “crimes” tipificados no Código Penal por parte de adolescente - que no Brasil recebe o nome de ato infracional (e jamais de crime), seja pela tentativa de corrigir fragilidades do laço social junto a esses sujeitos, que no Brasil recebe o nome de socioeducação. Apesar de falarmos a partir da psicanálise, o faremos dialogando com outras campos de saber de forma multirreferenciada e com respeito à complexidade do real, sobretudo no que tange aos seres humanos.

Por uma ecologia das ideias

O pensamento disjuntivo não é apenas uma escolha que fazemos. É, antes, resultado de uma grande lente pela qual tentamos ler a realidade. Assim, julgamos muito oportuno discutir com Morin (2008b), a urgência de uma ecologia das ideias que se faz ainda mais sentida por nós que investigamos fenômeno tão complexo, no sentido moriniano do termo (MORIN, 2008b), visto estarmos lidando com um dos ofícios da ordem do impossível (FREUD, 2006/1925), uma vez que anseia a transformação de um outro que, do lugar de objeto de nossos anseios, é também sujeito (CASTORIADIS, 1982).

Como falamos a partir de teorias, julgamos conveniente defini-las, com o auxílio de Bertrand (2001), como “um conjunto de ideias, organizadas mais ou menos sistematicamente, sobre um assunto” (p. 10), que inclua uma análise dos problemas e das propostas de mudança.

A teoria é, de acordo com Morin (2008b), um dos poucos movimentos visíveis dos sistemas de ideias e possui conexões para além da relação com o empírico, cabendo ao real a função desequilibrante que evoca constante (re)equilíbrio por processos assimilatórios ou acomodativos. O cenário atual se apresenta pela diversidade de sistemas de ideias como mediadores entre o humano e o mundo. Por sistemas de ideias, compreendemos com Morin:

Uma constelação de conceitos associados de maneira solidária, cujo agenciamento é estabelecido por vínculos lógicos (ou com tal aparência), em virtude de axiomas, postulados e princípios de organização subjacentes;

tal sistema produz o seu campo de competência, enunciados e acontecimentos que deverão manifestar-se (MORIN, 2008c, p. 157).

E Neubern (2000) sintetiza bem essas ideias apresentando-as como:

Um núcleo irrefutável (axiomas, regras fundamentais e ideias mestras), um conjunto de subsistemas interdependentes (em que podem ser incluídas teorias, metodologias, certos conceitos) que permite certa relação com o real e um dispositivo imunológico de proteção que consiste nos procedimentos e nas táticas de proteção e refutação contra os ataques ao sistema. Um conhecimento sobre o próprio conhecimento (epistemologia) que estude suas origens, pressupostos e cenários de surgimento é fundamental para o estudo dos sistemas de ideias (p. 153).

Os sistemas de ideias apresentam um núcleo que, por vezes, é polinuclear; são axiomas que legitimam o sistema, regras fundamentais de organização e ideias mestras; subsistemas (inter)dependentes e um dispositivo imunológico de proteção.

Contudo, os paradigmas atravessam os sistemas de ideias inscrevendo-se em seu núcleo e determinando a formação de ideias-chaves, conceitos, regras e formas de associação entre as ideias e os conceitos. Apesar de sua invisibilidade, o que o torna inatacável diretamente, favorece uma visão da realidade central e determinante do que é tido como certo.

Por paradigma, compreendemos com Morin (1996) a grande matriz formada pelos conceitos fundamentais, categorias mestras de inteligibilidade e tipos de relações entre eles. Trata-se de uma dimensão do sistema de ideias não percebida facilmente, por tratar-se da alma do corpo científico que escolhe o que pode ou não entrar em seu campo de percepção e estudo, sem que percebamos.

Acrescentamos a esses pensamentos as considerações de Plastino (2001). O autor compreende esse mesmo conceito como um conjunto de perspectivas dominantes sobre o ser e o conhecer, com desdobramentos para o fazer que se naturalizam, adquirindo uma autoridade inquestionável, mesmo porque não é visível.

Morin (1996) como voz crítica da epistemologia contemporânea, chama a atenção para as simplificações de algumas abordagens científico-metodológicas e nos lembra que o que mata o indivíduo não é a simplicidade, mas a abstração simplista, a generalidade simplista, a causalidade simplista, a objetividade simplista, o determinismo simplista, o acaso e a estatística quando encaradas de forma simplistas, a concepção não recorrente e a hierarquização simplificadora, nas quais

o indivíduo é dissolvido nas simplificações diversas da redução, subordinação, disjunção.

Esta obra sistematiza importantes contribuições críticas que vêm sendo feitas à epistemologia moderna e contemporânea, ao demonstrar as fragilidades do pensamento cartesiano, mecanicista, simplificador, disjuntivo etc. O autor relembra que “É bem de nosso século que o messianismo e o nihilismo se combatem, entrecrocaram-se e produzem-se um ao outro, a crise de um operando a ressurreição do outro” (2008b, p. 16)

No livro do Método, em que discute as ideias, nos lembra que “todo conhecimento, inclusive o científico, está enraizado, inscrito no e dependente de um contexto” (MORIN, 2008c, p. 17), visto que, para o epistemólogo, “o conhecimento está ligado, por todos os lados, à estrutura da cultura, à organização social, à práxis histórica” (MORIN, 2008c, p. 27). Assim, todos os sistemas explicativos são determinados pelas condicionantes sócio-bio-psico-históricas.

Tal compreensão contribui para a desconstrução do mito científico e propõe, como caminho uma postura que denomina como metassociológica de autocrítica do conhecimento, o que equivale a um tipo de conhecimento que esteja aberto para “a emergência da crítica livre, da objetividade, da racionalidade, sem, todavia, considerar isso decisivo quanto à verdade dos conhecimentos nascidos em tais condições” (MORIN, 2008b, p. 18).

A Sociologia do Conhecimento sofre de uma crise generalizada, pois “seu determinismo é grosseiro ou débil, suas aptidões verificadoras, insuficientes; ela não dispõe de princípios e de instrumentos cognitivos seguros” (MORIN, 2008c, p. 17). Segundo o epistemólogo, o indivíduo (retro)alimenta-se de memória biológica e de memória cultural, numa interação recursiva, dialógica e hologramática na relação indivíduo-sociedade-cultura. Mas, tal qual Castoriadis (1982), lembra que as interações entre indivíduos, eles próprios portadores/transmissores de cultura, regeneram a sociedade, a qual regenera a cultura.

Portanto, Morin sugere um ponto de vista *auto-trans-meta sociológico* para situarmos o conhecimento: 1) histórica, sociológica, cultural e epistemologicamente; 2) reconhecer os seus princípios e critérios de verdade e de erro; 3) enfrentar a complexidade de sua problemática em vez de escamoteá-la na

concepção inepta de um determinismo trivial, imposto por uma sociedade trivial a um conhecimento trivial.

O autor compreende a complexidade como caminho para um conhecimento que se deseja autônomo, ou seja, deve ser *auto* (aberto à críticas), *trans* (ultrapasse os limites teóricos e metodológicos e o rigor científico possa estabelecer um diálogo com outros saberes – união do pensamento científico com o humanístico) e também *metassociológico* (contextualizado social e culturalmente).

Para Morin, as teorias racionais são sistemas de idéias coerentes, pois dependem de mecanismos lógicos de indução e dedução, cujos enunciados são obedientes ao princípio de não-contradição. O resultado disso tudo é que se “produziu um pensamento redutor ocultando as solidariedades, inter-retroações, sistemas, organizações, emergências, totalidades e suscitou conceitos unidimensionais, fragmentados e mutilados do real” (*Ibidem*, p. 232).

Interessante perceber, também, com o epistemólogo francês (MORIN, 2005; 2008b; 2008c), o quanto as teorias, ideologias, mitos e deuses adquirem autonomia com relação ao humano, passando a possuí-los. Tornam-se seres noológicos (compondo uma noosfera), dispondo de certas propriedades da existência viva. Não são, portanto, como muito se acredita, produto acabado do humano, visto serem constantemente (retro)alimentadas pela cultura, compondo um ecossistema co-organizador e co-produtor.

[...] essa substância ectoplásmica autonomiza-se, auto-ativa-se e dita as suas vontades aos espíritos/cérebros de que provém. Assim, estabelece um circuito auto-ecológico no qual a comunidade de crença e de fé dos espíritos/cérebros constitui o ecossistema dos deuses. O contexto é co-organizador das palavras e idéias (MORIN, 2005, p. 103).

Em obra específica, Morin afirma que “as idéias são dotadas de vida própria porque dispõem, como os vírus, de um meio cultural/cerebral favorável que possibilita a auto-nutrição e de auto-reprodução”. Acrescenta: “Os seres de espírito multiplicam-se via discursos, educação, doutrinação, palavra, escrita, imagem. O poder duplicador/multiplicador da imprensa, do filme, da televisão, aumentou e continua a aumentar o potencial reprodutor dos seres do espírito.” (2008c, p. 154).

Logo, toda conotação é ecoconotação, e quem possui uma ideologia é, também, possuído pela mesma. O autor (MORIN, 2008c, p. 34) nos adverte que “toda a noção inicialmente elucidativa torna-se estupidificante logo que se encontre

numa ecologia mental e cultural que deixa de alimentá-la em complexidade”.
Adverte-nos, também, para o fato de que

na crise dos fundamentos e diante do desafio da complexidade do real, todo o conhecimento hoje necessita refletir sobre si mesmo, reconhecer-se, situar-se, problematizar-se. A necessidade legítima de todo cognoscente, doravante, seja quem for e onde estiver, deveria ser: não há conhecimento sem conhecimento do conhecimento (MORIN, 2008b, p. 34).

Após doze anos de intensa leitura e reflexão sobre o conhecimento do conhecimento, o epistemólogo nos convida a observar os importantes sistemas de conhecimento a aplicarem em si próprios suas teses. Na conclusão desse livro, Morin (1996, p. 228) destaca que “o conhecimento humano [...] corre, incessantemente, o risco de fechar-se nas crenças e opiniões quando as ideias e as teorias perdem a comunicação com as suas referências”.

Entre o psíquico e o social

Conforme já discutido neste trabalho, nos propomos ao escrutínio de um tema que, de forma muito patente, conforme tentamos demonstrar com nossa fundamentação teórica, funciona tanto entre quanto através do psíquico e do social.

Já Freud (1921/2011), como fundador de um sistema de ideias que privilegia o intrassubjetivo, nos alertou para o risco de abordagens que tentassem separar a psicologia individual da coletiva. Castoriadis (1982) - discutindo essa interface, esclarece que o humano é uma constituição psíquica, constantemente integrada à teia social de onde é oriundo, na qual existe e na qual se movimentam que se dissolva nela e tampouco ela nele.

Nessa mesma linha, Pagès (2001) defende uma articulação entre os aspectos sociais e mentais (sociometais), que não podem ser tomados isoladamente, mas por uma “análise dialética”. Defende, assim, que podemos “ajuntar a continuidade do trabalho psicológico de escuta, de comunicação e de análise, com um trabalho ‘sociológico’ de estudo de métodos de tomadas de decisão e de papéis” (p. 254). O autor considera o trabalho psicológico e o sociológico de compreensão da realidade deficitários quando buscam analisar os papéis e os métodos, ignorando as dimensões de ambas as abordagens.

Por questões didáticas e de limitação desta produção, apresentamos o psíquico e o social ainda dissociados. Todavia, solicitamos o cuidado do leitor para a compreensão da interconexão sempre presente entre essas dimensões.

Morin, apesar de dialogar com Pagès, teria utilizado o termo dialógica, que para ele é

Unidade complexa entre duas lógicas, entidades ou instâncias complementares, concorrentes e antagônicas que se alimentam uma da outra, se completam, mas também se opõem e combatem. Distingue-se da dialética hegeliana. Em Hegel, as contradições encontram uma solução, superam e suprimem-se numa unidade superior. Na dialógica, os antagonismos persistem e são constitutivos das entidades ou dos fenômenos complexos (MORIN, 2007a, p. 300-301).

Joel Birman, psicanalista de posicionamento claramente psicossociológico, nos lembra que

[...] as marcas antropológicas da subjetividade são eminentemente históricas. Não existira, portanto, a natureza humana no sentido abstrato do termo, que funcionaria como uma invariante a-histórica e, que ficaria incólume aos valores engendrados ao longo da história das sociedades. (BIRMAN, 2012, p. 139)

Birman (2007) nos ajudará a compreender que há uma economia pulsional no psiquismo, correlata à economia política que regula o espaço social, visto que a colocação do sujeito em qualquer posição dos polos narcísico ou alteritário do psiquismo será atravessada pela regulação dos bens e dos valores no espaço social, de forma que a economia política e a pulsional articulam-se densamente, pois “o sujeito inscrito na trama complexa das relações intersubjetivas se inscreve, ao mesmo tempo, nos registros social, político e econômico, sendo impensável sua estrutura na exterioridade daquela trama” (p. 283).

A concepção simbólica da lei não pode se restringir aos processos linguísticos, mas deve ser necessariamente relançada nos campos social e político, nos quais a economia política dos bens e valores intercambiados no espaço social remete para a economia psíquica das pulsões, desejos e demandas dos atores sociais (p. 280).

E, para evitar confusões, esclarece ainda que

Não se trata, absolutamente, de interpretar os problemas sociais a partir de certas características psíquicas dos agentes sociais, mas de procurar pensar em como a ordem simbólica e política do social é a condição de possibilidade para a produção de sujeitos que funcionam segundo certas regularidades psíquicas e não conforme outras, também possíveis (BIRMAN, 2007, p. 295).

Nesse contexto justifica-se nos anunciarmos a partir da psicossociologia que, segundo Barus-Michel, Enriquez e Lévy (2005), trata-se de um campo de

conhecimento que considera o intrincamento entre as dimensões psíquicas e sociais na análise das relações dos fenômenos humanos. Por excelência transdisciplinar, aposta na possibilidade de enxergarmos os fenômenos que existem nos espaços entre-através-além dos objetos disciplinares. Atribui para si mesmo a tarefa de “analisar de modo crítico as modalidades de organização predominantes e suas consequências para as pessoas e para as coletividades, e elaborar meios para melhor as transformar” (p. 10).

Não se trata de ramo marginal da Psicologia ou da Sociologia, tampouco de uma mescla de ambas, mas de abordagem dos fenômenos psíquicos e sociais - vistos de forma sempre intrincadas - que vem se constituindo a partir de um rico debate entre várias compreensões do real, entre as quais podemos destacar o marxismo, a psicanálise e o institucionalismo. Todavia, esse campo recebeu e recebe preciosas contribuições de autores que falam a partir do socialismo utópico, do interacionismo, da sociologia e antropologia estrutural, da antropologia cultural, da sociologia crítica, de perspectivas sócio-históricas, da filosofia alemã e da psicologia social.

Ocorre que em nossas compreensões disjuntivas, herança do modelo científico moderno,

quando se lança um olhar psicológico, o indivíduo aparece na sua autonomia e nas suas características e, no limite, a sociedade desaparece; mas quando lançamos um olhar sociológico, o indivíduo apaga-se ou, geralmente, não passa de um instrumento, um zumbi do determinismo social (MORIN, 2007a, p. 51).

A sociedade vive para o indivíduo, que vive para a sociedade, que são antagônicos, complementares, irreduzíveis e instâncias recursivas, pois o ser humano é, a um só tempo, 100% biológico e 100% cultura, não havendo possibilidade de disjunção dessas dimensões (*op. cit.*, p. 66). Para o epistemólogo, “o tesouro da humanidade está na diversidade criadora, mas a fonte de sua criatividade está na sua unidade geradora”. O ser humano possui uma identidade individual, que se constrói a partir do ‘nós’. Uma identidade polimorfa que comporta multiplicidades e dualidades internas e ocupa papéis sociais com os quais exerce trocas com sua personalidade.

Outra grande contribuição para a construção das subjetividades é dada por Castoriadis (1982), o qual entrelaça elementos do marxismo, da psicanálise freudiana (essas duas com significativos ajustes) e da filosofia grega. Para o filósofo-

psicanalista, a mônada é inserida na cultura por meio de um longo processo de sublimação. A sociedade humana, para perpetuar-se, precisa costurar as novas gerações na tessitura social, o que é feito por meio das instituições imaginárias que sustentam as instituições responsáveis pela socialização, com especial destaque para a família e para a escola. Ao longo de nossa formação vimos como essa questão foi sendo pensada por inúmeros pensadores e educadores em seus tempos e contextos.

Para Morin (2007a, p. 273) esse processo de dá por meio do *imprinting*.

A cultura inscreve no indivíduo o seu imprinting, registro matricial quase sempre sem volta que marca desde a primeira infância o modo individual de conhecer e de comportar-se, que se aprofunda com a educação familiar e escolar. O imprinting fixa o prescrito e a interdição, o santificado e o maldito, implanta as crenças, ideias, doutrinas, que dispõem da força imperativa da verdade ou da evidência. Enraíza nas mentes os seus paradigmas [...] É seguindo por uma normalização que cala qualquer dúvida ou contestação das normas, verdades e tabus.

Neubern (2004) compreende o momento atual, traduzido anteriormente com auxílio de Edgar Morin, como o resultado da falha do *imprinting*, no qual se abre mão das ilusões de certezas tão comuns no paradigma simplificador. Nas palavras desse autor, caminhar pela complexidade é assumir “o olhar daquele que se sente pequeno diante dessa teia, mas que prefere se sentir assim a tatear pelo escuro” (p. 20).

Assim, este estudo, não obstante utilizar-se da psicanálise como teoria central na qual nos apoiamos para a interpretação da realidade, esforça-se por localizar-se no paradigma da complexidade, pois, tal como Morin (1996), considera os fenômenos bioantropossocias como hipercomplexos, opondo-se, assim, à pretensão simplificadora que vem do paradigma ainda hegemônico, não obstante os questionamentos que o envolvem.

Resta desses breves recortes que psiquismo e contexto sócio-histórico são dimensões que se retroalimentam em um movimento antagônico, complementar, recorrente e recursivo. Todavia, o que estamos compreendendo como sendo o humano é o resultado de uma história pessoal, social, um *bios*, membro de uma espécie em um dado momento e localidade do planeta, conforme nos lembra Morin (2007a).

Entre o paradigma moderno e o complexo

Os paradigmas, ao tempo em que organizam a produção do conhecimento, o limitam. Ilustrando essa questão, Castoriadis (1982) pondera que o saber do paradigma cartesiano foi de uma eficácia ilimitada em certos aspectos, apesar de pouco ou nada servir em outras áreas mais importantes, como é o caso da impotência ante os desafios da convivência coletiva e da miséria de dois terços da população mundial. Essa construção é inseparável do contexto social e histórico no qual o paradigma se encontra inserido. Não poderíamos, assim, pensar o paradigma hegemônico dissociado das construções próprias da consolidação da ordem burguesa no mundo Ocidental.

Segundo Morin (2008c), este poderoso transfundo, mediante o pensamento cartesiano, estabeleceu regras rígidas para separar o que era ciência do que não o era, hierarquizando os saberes graças à crença na capacidade de avançar, drasticamente, no domínio da natureza.

O psicanalista Carlos Alberto Plastino (2001) localiza o nascimento da ciência moderna ao lado das Revoluções Burguesas, para demonstrar o quanto reforçam o ideal de dominação da burguesia por meio da Física mecanicista de Newton (fiscalismo), do cartesianismo e na lógica matemática (quantificação) e do positivismo, que arroga o tom inquestionável dos achados do que denominam como ciência.

O conhecimento é apresentado como a transcrição dada, acabada e fechada da realidade, que, na compreensão desse modelo, é homogênea. Estabelecem dualismos: corpo *versus* psiquismo, natureza *versus* humano, sujeito *versus* objeto, natural *versus* cultural. Este conjunto de características considera o paradigma “totalitário”, haja vista que valorizava o conhecimento objetivo e explicativo em detrimento do conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo (*Idem*).

Em clara contraposição a esse modelo de ciência, retomando a discussão já realizada em Evangelista (2012), consideramos, conforme Ardoino (1985), o caráter molar e holístico da realidade estudada e a impossibilidade de redução a elementos simples por corte ou decomposição. A ciência moderna tentou reduzir o

real à sua concepção de ordem, por vezes separando o que está ligado ou unindo o que está desligado, conforme assevera Morin (1996).

Apesar de nos inserirmos na ordem da racionalidade acadêmica hegemônica, preocupa-nos possíveis excessos oriundos do academicismo em nós. Buscaremos dialogar com o real cientes da impossibilidade de dizê-lo plenamente, como bem ensinou Lacan (2005). Nesse sentido, subscrevemos Barbier (2004, p. 89) ao reconhecer que “a complexidade aceita a incerteza, o imprevisível, o não saber e a contradição”.

Tentamos o diálogo, inclusive, com o que é tido como inconciliável, apesar de vermos complementaridade, como é o caso da psiquê e do sócio-histórico, do interno e do externo, do micro e macroaspecto, e de distintos sistemas de ideias. Morin (1996) referiu-se a essa questão como recursão organizacional, pelo qual o fenômeno complexo é simultaneamente produto e produtor de sua existência.

Ao nos propormos a compreender um pouco mais sobre a relação conflituosa entre o adolescente que atua pelo ato infracional e a Escola, reconhecemos que, assim como a sociedade é produzida pelas interações entre os sujeitos, retroage sobre eles, sendo, a um só tempo, produto e produtora deles, assim a relação entre o adolescente e a escola o é. Nesse sentido aplica-se o princípio da hologramática, pelo qual Morin considera que o todo está, de alguma forma, presente nas partes.

Sabemos, assim, do esforço necessário para não privilegiarmos percepções que nos vêm sendo apontadas pela teoria que nos suporta. Esperamos ter conseguido alcançar o que Bornheim (1998) denomina “admiração ingênua”, ou suspender fenomenologicamente o quanto possível. De fato, no campo, percebemos que nossa teoria não dava conta do que estávamos vendo.

Conforme citação em epígrafe, acreditamos na multirreferencialidade, aos moldes do que nos apresenta Ardoino (1985), como caminho possível de apropriação, ainda que parcial, de fenômenos tão pluridimensionais quanto os das ciências bioantropossociais, especialmente da socioeducação.

Acreditamos na complementaridade para além da junção harmônica de simétricos e como coordenação de realidades heterogêneas, visto que:

A complementaridade é, aqui, a dos conjuntos, profunda senão irredutivelmente, heterogêneos. O trabalho de análise consiste menos em tentar homogeneizá-los, à custa de uma redução inevitável, do que em procurar articulá-los, senão em conjugá-los (ARDOINO, 1985, p. 45).

Esperamos ter conseguido a diferenciação dos olhares centrados nas pessoas observadas em suas interações em seus grupos no trabalho, assim como na escola. Tentamos, portanto, a multirreferencialidade de compreensão interpretativa e explicativa.

A complexidade da psicanálise

Foi também Plastino (2001) quem nos ajudou a perceber que a constituição da psicanálise como sistema de ideias deu-se justamente pelo fato de a ciência moderna, em sua acepção positivista rígida, não possuir elementos conceituais para a compreensão e o tratamento do que se denomina histeria. Freud tornou-se célebre por não negar o real em função do que a ciência do momento dava conta de interpretar. Antes, (re)inventou o conhecimento, para dar conta do que não havia sido codificado pelo paradigma científico em voga, em sua vã presunção de tudo saber, ao ponto em que negava as suas limitações de tradução da realidade juntamente com os fenômenos que não conseguia nomear.

É esta caminhada que, ao ferir, narcisicamente, a epistemologia moderna, contribuiu para o questionamento deste paradigma. O nascimento da psicanálise, segundo Plastino (2001), dá-se na contramão de um paradigma que busca simplificar elementos do real, para estudá-los e, assim, conhecê-los. Trata-se, portanto, de uma metodologia que promove redução e disjunção com vistas ao controle, pois, sobre estes conhecimentos, elaboram-se leis que permitem prever, controlar e dominar a natureza e, mais à frente, o humano, a sociedade e a cultura.

No que denomina como “primado da afetividade”, Plastino (2001) demonstra que Freud rompe com esta lógica dualista, ao propor a ideia da pulsão, e com a ideia de inconsciente anárquico e não passível de controle. Assim, o conhecimento emerge da clínica e, como tal, é aberto, não havendo separação entre sujeito e objeto, visto que essa construção se dá na intersubjetividade do processo clínico (transferência, contratransferência e resistência). Para este autor, a psicanálise contesta o paradigma hegemônico nos três registros: do real, do humano e do conhecimento. Discutindo esta questão, Castoriadis (1982, p. 374) lembra-nos que “muito mais do que a ordem moral da sociedade, é sua ordem lógica e ontológica que a psicanálise põe em causa”.

Nesse sentido, Plastino (2001) demonstra que a psicanálise representou uma ruptura epistemológica no paradigma moderno onde nasceu, o que contribuiu para o atual estado de questionamento em que este se encontra. A caminhada de Freud não foi outra senão uma ousada luta por vencer os meandros deste paradigma no corpo doutrinário da psicologia profunda, o que se dará nas etapas de sua construção epistemológica. Plastino defende a continuidade da obra freudiana, no sentido de privilegiar o diálogo com as teorias e as experiências do pensamento que compartilham da crítica ao paradigma moderno.

O porquê de uma pesquisa qualitativa

Propomo-nos a uma pesquisa de caráter qualitativo por buscarmos compreender mais sobre o percurso das subjetividades a partir delas próprias. Todo o percurso epistemológico que traçamos no item anterior, justifica-se pelo fato de ter sido a subjetividade a maior vítima do paradigma moderno, como magistralmente demonstra Neubern (2004).

O pesquisador da Universidade de Brasília, (*op. cit.*) mergulha na compreensão do modelo hegemônico de ciência para demonstrar o quanto ele promoveu e sustentou nova caça às bruxas, às “impurezas” reais ou fantasmáticas iniciadas pelo Humanismo e Iluminismo. A subjetividade foi tida como fonte de impureza, daí a defesa de métodos e formas de dizer algo, na qual se acreditava que ela não estivesse presente. Com isso, toda uma gama de fenômenos que tinham o humano - incluindo aí a sua subjetividade - como objeto, sobretudo, quando se ousasse manifestar-se de uma forma mais patente é colocada em cheque. Acrescente-se a isso o preconceito e a discriminação com que foi tachado o principal inimigo do discurso científico: o senso comum.

Além disso, apesar de tanto a pesquisa quantitativa quanto a qualitativa evocarem a necessidade de justificativa dos enunciados de conhecimento e dos meios de produção, e de ambas (re)estabelecerem o distanciamento entre o pesquisador e o objeto, em nosso caso, tentamos a mediação *a posteriori*, pela análise de implicação ou da contratransferência (BARUS-MICHEL, 2004). Tanto que tivemos que complementar nosso referencial teórico.

Para nós, a linguagem é matéria-prima inevitavelmente *multívoca*, com todas as suas “impurezas”. Buscamos não analisar a generalidade ou a

universalidade dos enunciados dos sujeitos desta pesquisa como imediata, mas mediante o retratamento dos dados (ARDOINO, 1985).

Nossos sujeito de pesquisa são compreendidos como objeto-sujeito, com suas negações, opacidades legítimas e constantemente recriadas e, portanto, não transparentes.

Buscamos não ignorar nossa implicação nem agora nem quando da primeira construção do referencial teórico nem no momento da coleta e análise dos dados, visto que buscamos ser parte desse processo (ARDOINO, 1985; BARUS-MICHEL, 2004). (Pré)ocupamo-nos com a singularidade e com a parcialidade, ainda que tenhamos voltado ao universal midiaticizado por um distanciamento dos resultados a que chegamos.

Buscamos privilegiar, amparados pela complexidade, a heterogeneidade da realidade cujos sentidos e significações que tentamos conhecer, a fim de evitar as coerências *a priori*, o isomorfismo, a regularidade com fins de controle, os quais não acreditamos possíveis para os seres humanos. Tentamos estar sempre atentos à análise de implicação (BAREMBLITT, 2002), e evitamos a “ex-plicação”, conforme nos adverte com mestria Ardoino (1985, p. 58).

Buscamos examinar o fenômeno dos adolescentes que atuam pela infracionalidade mediante as subjetividades desses e, de seus familiares. Até mesmo o estudo dos dados quantitativos, que tanto nos aprazem, ganharam sentido dentro das condições objetivas que cercam os fenômenos, os quais se tornaram relevantes por meio de significados subjetivos.

Para tanto, adotamos uma atitude indutiva, dentro do possível. Apesar de possuímos nossas afiliações teóricas já anunciadas, tentamos que essas fossem (re)construídas continuamente no processo de diálogo com o real, por meio de um processo sempre aberto. Buscamos as subjetividades pela análise interpretativa. Por este conjunto de características, localizamo-nos na abordagem qualitativa.

Nossa incursão tem tanto o anseio de explorar o fenômeno quanto o de tentar descrevê-lo, dado que essa compreensão poderá contribuir para novas percepções sobre as formas de socialização da psiquê na contemporaneidade e o lugar que a Escola vem ocupando nesse processo, especialmente dos adolescentes que atuam pela infracionalidade.

Buscamos dar voz às subjetividades, cientes de que essas vozes foram atravessadas pela nossa própria voz, além de reconhecer a complexidade dos fenômenos tão inextrincáveis e subjetivos como são os fenômenos do laço social, do ato infracional e de seus atravessamentos com a Escola.

PROCEDIMENTOS

Por uma bricolagem metodológica

Apesar de considerarmos a importância desse desenho inicial para nortear nossa caminhada, consideramos com Kincheloe e Berry (2007) a necessidade de uma nova postura metodológica para as ciências humanas, em resposta aos modelos “mortos” (*idem*, p. 64) que convencionalmente vinham sendo utilizados, ainda com forte atavismo do positivismo, para esses autores compreendido como movimento síntese do racionalismo e do mecanicismo e de um paradigma simplificador incompatível com a complexidade dos fenômenos sociais.

A esse esforço, os autores denominam bricolagem, palavra de origem francesa que designa um sujeito esperto, “faz-tudo que lança mão das ferramentas disponíveis para realizar uma tarefa” (*ibidem*, p. 15). O conceito é inspirado em Levi-Strauss.

Conforme já discutimos aqui, os conhecimentos são narrativas que se constroem em meio a estruturas, a partir do relacionamento entre as formas de ver de um pesquisador (suas comunidades de pressupostos e sentidos herdados) e o lugar social de sua história pessoal e coletiva. Assim, a pesquisa é também um ato de poder. A teoria corre o risco de ser usada como uma compreensão que opera sem variação para os diversos contextos, ou seja, um artefato cultural e linguístico, pois antes de ser uma explicação sobre o mundo, a teoria é uma explicação de nossa relação com o mundo (*ibidem*).

Os autores criticam as concepções de pesquisa que se baseiam em ingênuos métodos monológicos e passivos, apresentados como abstratos e objetivos, numa perspectiva unilateral pela qual os pesquisadores respondem a roteiros que desconsideram as demandas específicas da investigação em curso, quase sempre prescritos antes da relação empírica com o objeto e fielmente seguidos conforme previamente apresentados. Nesse sentido, correm o risco de ser apenas uma “tecnologia de justificação do que afirmamos saber” (*ibidem*, p.17), pois

podemos criar mais que encontrar o sentido da realidade pesquisada, e esse sentido é sempre “provisório e em processo” (*ibidem*, p. 49).

As pesquisas monológicas correm o risco de inscreverem-se num contexto sócio-histórico discursivo que legitima vozes. No afã de uma descrição densa de uma ordem e certeza, solapam em visões reducionistas da complexidade social. Um “tapa-olhos epistemológicos [...], que algemou a agência humana ao evangelho daquilo que se chama lei natural e procedimentos científicos, [...] uma noção etnocêntrica do progresso científico que legitimou muito mais que um “sistema de produção de conhecimentos, mas um mundo que poderia ter sido muito diferente do que veio a ser” (*ibidem*, p.37). Os autores denunciam que, ao aferrarem-se a um racionalismo exacerbado, o fizeram e o mantêm por meio de investimentos emocionais do que se imaginou, ao passo que os *bricoleurs* assumem a dimensão emocional da pesquisa, tanto no que tange ao pesquisador, quanto ao que concerne aos seres humanos com suas dores, sofrimentos, alegrias e desejos.

O *bricoleur*, ao contrário, é apresentado pelos autores como um instituinte subversivo, contra-hegemônico, alforriados de modelos predefinidos e endurecidos que se insere no campo e entre os saberes instituídos com responsabilidade criativa para romper as lentes “acomodadas”; como um sujeito que não abandona sua subjetividade em momento algum e com ela negocia metodologia. Trata-se de um navegador que reconhece que o “navegar” da pesquisa não é preciso como sempre se acreditou. Assume a aposta e a aventura nos mares revoltos da complexidade e das incertezas, sem a ingênua e vã ilusão de portos-seguros definitivos. Tem a certeza, somente, da precisão, da necessidade de navegar. Ao longo da obra, demonstrará que a aparente fluidez é mais honesta e prazerosa que agarrar-se a tábuas soltas das certezas construídas. Evocando Prigogine, alerta que “a complexidade demanda que os pesquisadores desistam da tentativa de dominar e controlar o mundo (*ibidem*, p. 49).

Não é que valha tudo, mas que tudo vale ser pensado e questionado para além das trilhas instituídas dos saberes hegemônicos. Kincheloe e Berry (2007) consideram a necessidade de um mapa epistemológico e ontológico que alerte para a natureza multidimensional da realidade. Assim, os autores não abrem mão dos métodos quantitativos, mas sugerem que consideremos e desnudemos suas

ancoragens, pois “nenhum ato de pesquisa ou tarefa interpretativa começa em território virgem” (*ibidem*, p. 48).

A bricolagem pressupõe um rigor (na ausência) real e não fantasioso ao documentar “lugares de sentido que transcendem as palavras de entrevistadores ou observações de comportamentos específicos” (*ibidem*, p. 35) ou ao escavarem “o que se perdeu na ingenuidade da disciplinaridade monológica”, desenvolvendo, assim, um “elemento imaginativo ficcional da pesquisa” (*ibidem*, p. 35), o que não pode ser confundido com irreal, pois “tanto o inventor quanto o *bricoleur* tem os olhos no futuro, ao explorar o domínio da possibilidade, uma epistemologia cinética do possível [...] quarta dimensão da pesquisa” (*ibidem*, p. 35).

O *bricoleur* deve assumir um lugar de humildade ante o que a pesquisa é de fato, apenas um novo lugar que nos permita “novos pontos de vista para investigar a selva epistemológica e as possibilidades ocultas em sua vegetação” (p. 36), “forma de apontar e organizar impulsos existentes” (*ibidem*, p. 47).

Em contraposição aos que se autodenominam como os “guardiões da ‘pureza da pesquisa’” (p. 29) que, confundindo pensamento bitolado com padrões elevados, determinam uma clara marcação entre as investigações empírica e a filosófica, o *bricoleur*, em respeito às recentes reflexões epistemológica e ontológicas, questiona essa bifurcação, clama por uma “forma mais rigorosa de conhecimento empírico e uma afirmação mais humilde do que ele representa” (*ibidem*, p. 52). O *bricoleur* a complexidade do real com suas realidades explícitas e implícitas que interagem entre si; questiona o universalismo, reconhece a polissemia e localidade dos termos, processo vivo no qual se situam entidades culturais; reconhece a ontologia das relações e conexões, considera o cruzamento dos contextos e a retroalimentação dos sistemas. Para tanto, o *bricoleur* deve assumir as múltiplas epistemologias e a intertextualidade, dimensão discursiva de todos os saberes. deve assumir a condição interpretativa de todo conhecimento, a ficcionalidade das conclusões de toda pesquisa, a pertença cultural de todos os métodos de pesquisa e a relação entre poder e conhecimento.

A bricolagem assume a fragilidade do discurso que sustenta as imaginárias fronteiras que separam as disciplinas, e assume a interdisciplinaridade em que pese o receio das academias mais formais. Afirmam ter escutado: “se alguém está concentrado na carreira, deve evitar a interdisciplinaridade; se estiver

interessado em fazer boa pesquisa, deve adotá-la” (*ibidem*, p. 67), haja vista que essa abordagem é tida como superficial. Os recentes movimentos epistemológicos implodiram a disciplinaridade e, ante o rigor nas ruínas, a bricolagem posiciona-se com uma postura dialética de interdisciplinaridade.

Concomitante a nossa caminhada, a bricolagem assume a hermenêutica como o percurso filosófico de diálogo com os pressupostos e sentidos apriorísticos e aposteriorísticos como um novo patamar da criatividade hermenêutica crítica e dialógica, produtiva e não reprodutiva. “A forma como todos os pesquisadores selecionam aquilo que alguns chamam de fatos, e outros chamam de conclusões, é sempre condicionada pelas matrizes conceituais que sua cultura lhes proporcionou” (*ibidem*, p. 118). Portanto, o *bricoleur* assume a responsabilidade de escolher as interpretações de acordo com os princípios de seleção: aquilo que proporciona uma visão mais rica do texto do que outras, constrói um retrato interconectado e coeso do fenômeno, dá acesso a novas possibilidades de sentido, beneficia grupos marginalizados em sua luta por fortalecimento, ajusta-se ao fenômeno em estudo, dá conta de muitos dos contextos culturais e históricos nos quais o fenômeno é encontrado, leva em consideração interpretações anteriores do fenômenos em questão, gera visões obtidas a partir do reconhecimento da dialética entre particularidade e generalização, ou todos e partes; indica uma consciência das forças que a construíram, faz uso das perspectivas de diversos indivíduos oriundos de lugares sociais distintos e catalisa a ação justa, inteligente e conveniente, afinal, “todas as pessoas, todos os lugares e todas as coisas são partes de unidades maiores” (*ibidem*, p.81).

Portanto, a hermenêutica é dialógica porque considera que o relacionamento é maior que a soma das partes. “Promove uma noção dialética de concepção que busca libertar a produção de conhecimentos das explicações autoritárias dos especialistas autorizados” (*ibidem*, p. 107). A hermenêutica, assim, busca resgatar os sentidos perdidos em decorrência, também, do paradigma hegemônico.

Assim, apesar de possuímos e apresentarmos um mapa inicial, buscamos ser sensíveis às exigências da empiria de nossa pesquisa. Independentemente do fiel cumprimento desta proposta metodológica ou dos responsáveis ajustes que o percurso nos exija, o processo será atravessado pela

escuta sensível, aos moldes do que propõe Barbier (2004), e pela intervenção que se deu até agosto do ano de 2018.

Pesquisa-Intervenção (psicossociológica)

Nosso processo de intervenção não era previsto antes de adentrarmos o campo, apesar de adotarmos a compreensão de pesquisa aqui definida como bricolagem. Essa intervenção surgiu de um pedido explícito tanto por parte da Direção da Unidade, quanto da Segurança e, especialmente dos Guris e Gurias, aos moldes do que propõem Dubost e Levy (2005). Tratava-se de um pedido por analgésico à dor psíquica.

Apesar de não ter sido planejada previamente, julgamos utilitarismo fazer uso do campo sem ofertar nossas possíveis contribuições que não enviesavam nossa coleta de dados, antes, colaboraram com elas.

Inúmeras outras foram as atividades que promovemos na Unidade de Internação de Santa Maria, que não guardam relação com o nosso objeto, mas que compreendemos como uma possibilidade de contribuir com o processo.

Não apenas colhemos dados, intervimos sem que deixássemos a condição de pesquisador. Sem que nos descuidássemos de nosso lugar como tal.

Pelo nosso cronograma, deixaríamos a Unidade em dezembro de 2017, mas não conseguimos, haja vista a vinculação e êxito de nossas atividades. Ainda hoje permanecemos acompanhando alguns desses Guris dentro e fora da Unidade, mas não mais trabalhando com a coleta de dados.

Buscamos sempre fazer uso de uma escuta sensível é para nós um neologismo de Barbier para reforçar o que a escuta já deveria ter por si (possuir uma sensibilidade à alteridade radical) e é nesse sentido que adotamos aqui a expressão.

Durante esse período, buscamos ter em mente o que Barus-Michel (2004) denomina como homotesia (observador e observados são da mesma natureza). Tratou-se de uma relação especular na qual “o clínico não é estranho àquilo que busca compreender e talvez não esteja senão à procura de si mesmo e de se surpreender através do que supõe diferente” (p. 69). E isso foi muito forte em nós. Vivemos meses pensando sobre transgressão e desamparo enquanto

pesquisadores. Além disso, ainda ancorando-nos nesta autora, despertou nossa atenção a dessemelhança e a dissimetria desta relação.

Também com Barus-Michel (*idem*), subscrevemos Freud no que nomeou como “inquietante estranheza”, para definir aquilo que o observador busca no outro, evitando reconhecer-se nele. Também seguimos esta autora quando defende que o olhar que emprestamos para a observação de alguma forma interfere nos olhares já encontrados.

Tivemos a cautela de, seguindo as orientações da autora, cuidar para não servirmo-nos do “campo institucional como de um palco para representar seu poder e seu saber, verificar as teorias, agenciar os atores sociais e criar uma dinâmica” (p. 178).

Entendemos por escuta sensível: “um escutar/ver”, um esforço por tentar perceber o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro, a existencialidade interna do outro. Pressupõe uma aceitação incondicional do outro segundo ele. Nas palavras de Barbier, “assumir um ‘vazio criador’ na complexidade do objeto” (BARBIER, 2004, p. 94). Para nos ajudar a compreender este conceito, Barbier (2004), retoma Bordieu, com a teoria do *habitus*. Enriquez e Pagès, com suas teorias do desconhecimento e da pulsão de morte, para defender o “apreciar o ‘lugar’ diferencial de cada um no campo das relações sociais, para poder escutar sua palavra ou sua capacidade ‘criadora’” (BARBIER, 2004, p.97).

Antes de perceber a pessoa em seu *status*, a escuta sensível busca percebê-la em seu ser. Como derivação da escuta psicanalítica, a escuta sensível não é uma projeção de nossas angústias ou desejos; não se trata de interpretação dos fatos segundo uma teoria, aproximando-se da “admiração ingênua” (BORNHEIM, 1998) ou de uma tentativa de suspensão fenomenológica.

As interpretações são possíveis quando ocorre aproximação e estabelecimento de uma relação (contra)transferencial (BARUS-MICHEL, 2004), mas, desde que não seja projeção do desejo do analisador/pesquisador. Nas palavras de Ardoino (1985), trata-se de propor e não de impor interpretações, pois cada experiência é única e não redutível a nenhum modelo. Quando isto ocorre, “tudo é continuamente retraduzido em função do contexto.” (p. 98). Apoiase sobre a totalidade complexa da pessoa e, para tanto, utiliza-se de todos os sentidos, inclusive da sensibilidade do pesquisador.

A escuta sensível é uma presença meditativa, o que Barbier (2004) traduz como uma *epoke* para além da teoria, uma hipervalorização. Especificamente para a análise da fala dos sujeitos, utilizamos a hermenêutica ancorada na compreensão de Laplanche (1992 e 1999) e de Belo (2003).

O local da pesquisa

Realizamos promover o levantamento de dados junto à Unidade de Internação de Santa Maria, pelo fato de ser uma unidade com a qual mantemos um bom diálogo com a direção e com os professores. Estes, inclusive, já haviam nos convidado para auxiliá-los na compreensão do lugar que a Escola vem ocupando na trajetória desses adolescentes, de forma a melhor saberem agir como professores dentro de uma Unidade de Internação.

O convite dos professores dessa Unidade surgiu espontaneamente, quando apresentamos um retrato da política pública de escolarização no sistema socioeducativo do DF, em seminário sobre as políticas públicas nas Unidades de Internação socioeducativas do DF, promovido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada no dia 10 de agosto de 2016.

Além desses fatores, trata-se da Unidade mais mista do Distrito Federal: a única que possui, concomitantemente, internação cautelar (provisória) e estrita (sentenciada) e atende tanto a adolescentes do sexo masculino quanto do sexo feminino.

A Unidade de Internação de Santa Maria é uma das Unidades recém construídas com sérios problemas de carência de recursos humanos e com o público mais diversificado do Distrito Federal, conforme apresentaremos e com tudo aquilo que é percebido por Baptista (2013). Não foi fácil evitar os constantes conflitos entre as carreiras de especialistas (pedagogos, assistentes sociais e psicólogos) e os Atendentes de Reintegração Social (ATRS) que fazem a função de segurança

Compreendemos, conforme Barus-Michel (2004), que toda presença externa à instituição, ao aproximar-se dela, por mais que busque a discrição, interfere na sua dinâmica. Por mais que nos desdobrems em cuidado, fomos muito hostilizados, sobretudo pelos especialistas

Por esse motivo, pretendemos redobrar os cuidados com a nossa presença no campo de pesquisa.

Além disso, consideramos utilitarismo não tentar contribuir com possíveis reflexões sobre os desafios que possivelmente nos sejam apresentados, cientes que somos de qual seja o nosso lugar lá.

Os Sujeitos da pesquisa: os Guris e as Gurias

Foram sujeitos desta pesquisa 141 (cento e quarenta e um) adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação, ou se encontravam em internação cautelar na Unidade de Internação de Santa Maria no dia 23 de maio de 2017, momento no qual dispúnhamos de todas as autorizações judiciais, éticas e administrativas (anexas).

De início eram 148 (cento e quarenta e oito) adolescentes. Contudo, retiramos de nossos sujeitos as Guris e Gurias que se encontravam em internação sanção, visto que não dispúnhamos de dados sobre os mesmos, por tratar-se de modalidade rápida de internação e quando terminamos a análise dos prontuários já não se encontravam mais na Unidade.

Desses 141 (cento e quarenta e um), 12 (doze) eram Gurias e 129 (cento e vinte e nove) eram Guris.

54 (cinquenta e quatro) desses guris e gurias nos foram encaminhado por algum setor da Unidade para atendimentos emergenciais, dada a nossa condição de psicólogo clínico especialista no atendimento de adolescentes. O que buscamos fazer numa modalidade de intervenção em crise. Desses 54 (cinquenta e quatro), 8 (oito) adolescentes foram atendidos por mim sistematicamente ao curso de semanas ou meses. Foram eles os Guris 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8 e 9. Por questões éticas de sigilo, evitaremos sempre maiores detalhes que possam identificar alguns desses Guris. Os atendimentos foram interrompidos por intercorrências da própria medida: um deles fugiu, outro foi transferido de Unidade por ter completado 18 anos, dois foram liberados da medida, outro foi transferido da Unidade por ocorrência grave e a um deles foi desligando dos atendimentos devido à melhora da queixa que nos foi apresentada. Os dois últimos passaram a ser atendidos por colegas psicólogos que entraram na Unidade com essa função a nosso pedido. Os 54 (cinquenta e quatro)

citados, foram atendidos mais ou menos regularmente, sempre que nos demandavam e de alguns tivemos mais proximidade que de outros.

Neste momento fomos chamados à condição de psicólogo, com o cuidado sempre presente de reconhecer meu lugar naquele espaço como pesquisador. Tentava ser ali o psicólogo, sem me furtar aos possíveis conteúdos que se apresentavam. A título de ilustração, recordo-me de especial momento no qual Guri 6 nos convocou, quando ainda não o atendíamos semanalmente para falar de uma grande angústia:

Seu Mauro, quando eu falo com o senhor eu tiro umas coisas ruins daqui (apontando o peito). Mas, quando vai passando o tempo essas coisas vão voltando e eu não quero mais essas coisas pra mim. Mas, acho que eu sou isso mesmo. Acho que o senhor está perdendo tempo comigo, porque sou isso mesmo. (Seu olhar transmitia uma sensação de frustração e tristeza).

Tensionei essas falas e o jovem compreendeu que essa é uma condição de todos nós seres humanos, isso o acalmou por mais um tempo, com constante retorno a esse tema.

Assim como vivenciamos em nossa intervenção nesta pesquisa e nossa caminhada com essa população, o tratamento da tendência antissocial não é necessariamente a psicanálise, mas aquele que ao tempo em que dê suporte e continência, seja *holding* ao emaranhado confuso dos sujeitos, administre uma conduta no sentido de ir ao encontro do momento de esperança e corresponder a ele, tornando o adolescente capaz de retomar e completar seu desenvolvimento emocional.

O conjunto das tabelas anexas e de algumas que aparecerão ao longo da discussão falam um pouco de nossos sujeitos de pesquisa. Contudo, a Tabela 13 (anexa) é a que agrêmia mais dados sobre esses sujeitos:

Coluna 1: o número que receberam, recurso do qual nos utilizamos para garantir o sigilo e trabalhar com um número muito grande de sujeitos. Lembrando que 87 (oitenta e sete) deles foram estudados apenas pelos bancos de dados disponíveis.

Coluna 2: ano escolar que cursavam quando chegaram na Medida Socioeducativa de Internação. Isto porque dentro das Unidades funciona uma modalidade de escolarização que os avança de série, o que poderia enviesar a defasagem idade-ano escolar que apresentam.

Coluna 3: ano em que nasceram.

Coluna 4: ano escolar no qual vivenciaram sua primeira reprovação, segundo o sistema I-Educar.

Coluna 5: Idade que apresentavam quando vivenciaram a reprovação reportada na coluna 3.

Coluna 6: a defasagem que apresentam entre o ano escolar que deveriam estar cursando pela sua idade e o que efetivamente estavam cursando quando entraram na Unidade.

Coluna 7: ano em que abandonaram a Escola. Essa é uma informação precária nos bancos de dados investigados.

Coluna 8: idade que tinham quando abandonaram a Escola.

Coluna 9: Idade que reportam terem iniciado o uso indevido de drogas. Em todos os casos foi a maconha a droga informada.

Coluna 10: idade na qual tiveram sua primeira experiência sexual. Quase sempre iniciam aí uma vida sexualmente ativa.

Coluna 11: Idade com que realizaram o primeiro ato infracional. Lembrando que muitos nos relataram atos infracionais quando possuíam menos de 12 (doze) anos, que não são judicializados, mas atendidos por meio de medidas de proteção, conforme veremos.

Coluna 12: a quantidade de atos infracionais que se encontravam judicializados em junho do ano de 2017 de acordo com o próprio sistema do TJDF, ao qual tivemos acesso.

As demais informações constarão dos momentos de discussão dos resultados, o que fizemos no sentido de resguardar ainda mais o sigilo das informações recebidas dos adolescentes.

Dispositivo de escuta clínica

O principal dispositivo utilizado para compreender mais sobre as subjetividades com as quais lidamos foi o atendimento clínico. Compreendemos com Barus-Michel (2005) a clínica como uma abordagem compreensiva das situações humanas, reinventada por Freud para a escuta daquilo que não vem conseguindo ser falado, um vazio para um sentido a vir.

Espaço onde o clínico, a partir de uma dinâmica de distanciamento e aproximação, ocupa o lugar suposto-saber para mostrar que é o outro quem sabe de si. Espaço de (contra)transferência, no qual, “como se sabe, o psicanalista entende tanto melhor o seu paciente quanto mais apto estiver a utilizar as suas próprias ressonâncias. [...] Onde “o real do sujeito está sempre a escapar, e é indizível [...]” (BARUS-MICHEL, 2005, p. 244).

Espaço no qual vale a realidade psíquica, que se busca por meio de um método e uma ética pensadas desde o fundador.

Seguimos trilhas propostas por Braier (1997), por tratar-se de modalidade de uma terapia breve e de Aichhorn (2006), conforme discutiremos nos resultados por privilegiarmos num primeiro momento a psicoeducação com vistas à instalação de um processo (contra)transferencial; de uma clínica como espaço transicional, *holding*, suporte e continência.

Como modalidade de psicoterapia breve, haja vista a imprevisibilidade e transitoriedade dos tempos em uma Unidade, esforçamo-nos por uma clínica mais diretiva e voltada a elementos do Ego, com focalizações, prescrições, *insights*, com interpretações e enfrentamentos de conflitos, com ênfase para a auto-implicação/ auto-responsabilização, tensionamento do princípio do prazer pelo da realidade, proposição de enquadres aos moldes do que ensinou Winnicott.

A mais completa de nossas fontes foi o diálogo com os adolescentes. As realizamos com 141 adolescentes e não fizemos mais porque: a) alguns saíram da Unidade, seja por liberação/progressão de medida, transferência de Unidade ou evasão; b) por esgotamento dos nossos prazos e, principalmente, porque c) os/as adolescentes atendidos nos demonstram que os dados não são muito comuns e nos dão a forte impressão de que praticamente todos reafirmarão o que já alcançamos com os/as adolescentes atendidos.

Para a psicossociologia, a entrevista se inscreve numa clínica social, o que equivale a dizer que se desenrola em um contexto que é permeado pelas instituições, as organizações, os grupos, conforme já discutimos com relação à Escola em Evangelista (2012), com auxílio de Enriquez (1997).

Convém lembrar que, segundo Oury (apud PAIN, 2009, p. 4): “O problema não é deixar a palavra (livre) – pois sabe-se que deixar a palavra, dar a palavra, é,

exatamente, dá-la, deixá-la para a elite, (pois) é sempre a cultura que fala. Trata-se, antes de mais nada, de tomá-la.”, ou seja, fazê-la trabalhar.

Nas palavras de Giust (2005), desnaturalizar os enunciados. Ajudar os sujeitos a encontrarem sua própria palavra. Segundo ela, um artifício por excelência essa não diretividade absoluta, haja vista que o modelo de comunicação seria o universo simbólico da burguesia.

Conforme já dito aqui, não acreditamos num modelo de objetividade que vem sendo implementado pelo paradigma cartesiano, pois há outro tipo de rigor que não da ciência positiva. O psicossociólogo faz uma análise de implicação e das determinações sociais e culturais. Por implicação, compreendemos, consoante Amado (2005), destrinchar o envolvimento na teia complexa com os riscos de se prender em seus entrelaçamentos, de ser abafado por enredos que não percebemos por ser muito parte de nós. É cuidar para que, no afã de explicar, não implicar-se, ou não analisar nossa implicação no estranho, visto que o psicossociólogo compreende que ao estudar as subjetividades, o faz levando a sua própria subjetividade para o campo.

Devereux (1980), físico e psicanalista ainda na década de 30, após quatrocentos e trinta e nove observações etnográficas, advogou pela revalorização da subjetividade do pesquisador. Para ele, a subjetividade está presente em qualquer observação e, portanto, deve ser considerada como a principal via para uma objetividade autêntica e não fictícia, como tentam os métodos que buscam negá-la. Trata-se de negligência direta ou por meio das resistências da (contra)transferência maquiada de metodologia, mesmo porque o problema não é subjetividade, mas a inobservância de sua existência, sobretudo quando se tenta negá-la. Quando as ditas “perturbações” da subjetividade são levadas em conta, torna-se mais válida e mais capaz de produzir tomadas de consciência.

Enriquez (1997) afirma que a implicação dá-se no espaço entre a simpatia e a distância. Concordamos, também, com Bourdieu (2011), quando afirma que a relação de entrevista frequentemente só se instaura na base de um acordo dos inconscientes. Nas palavras de Amado

Também a psicossociologia e os psicossociólogos devem abordar a implicação, central na sua prática, com circunspeção. Fonte de conhecimento e de vida, meio de comunicação e de mudança democrática, representa também o utensílio privilegiado da influência perniciosa, até mesmo da manipulação perversa, e necessita de um trabalho autocrítico,

garantia de uma certa ética, tanto no plano do saber como no da ação (AMADO, 2005, p. 286).

Haja vista, ainda, a importância que atribuímos à profundidade dessas entrevistas, não acreditamos que sejam necessárias mais que cinco sujeitos para esse aprofundamento, ainda que, como resultado da análise dos prontuários, venhamos a abordar um número muito maior de adolescentes. Queremos fazer da entrevista uma abordagem por camadas, às quais iremos aprofundando à medida que o adolescente nos permita o acesso à sua história de vida e interioridade. Mesmo porque, caso sintamos necessidade, pretendemos visitar a casa dos adolescentes e suas escolas.

Fontes

Almejavamos apresentar uma estatística quantitativa inicial, o que não foi possível devido à fragilidade dos dados existentes, conforme explicamos.

Prontuário de adolescentes

A primeira fonte de investigação que tivemos foi o prontuário dos/das adolescente que se encontravam na Unidade no dia 23/05/2017.

Demoramos mais de um mês neste trabalho, pelo qual líamos o diariamente as pastas dos adolescentes. Logo percebemos a fragilidade dessa fonte, haja vista que algumas eram compostas da parte do processo judicial que sustentou a sentença (o relato policial, o posicionamento/apresentação do Ministério Público e a sentença final), o Plano Individual de Atendimento (PIA) Relatório Avaliativo/Informativo, petições dos familiares/técnicos. Em outros prontuários constavam apenas partes de documentos judiciais.

Assim, percebemos que precisávamos de outras fontes. Solicitamos acesso ao CADIN

CADIN

O CADIN é um banco de dados informatizado construídos pelas próprias Unidades de Internação no intento de atender às necessidades documentais e organizacionais desta.

No CADIN tivemos acesso às pastas virtuais dos adolescentes com seus PIA e RA/RI. Outra importante fonte foram os relatórios produzidos pela Unidade de Internação Provisória de São Sebastião, os quais apresentavam importantes informações complementares.

Porém, também o CADIN não era completo, pois os documentos que o compõem são muito frágeis: PIA e Relatórios.

Os PIA e Relatórios são documentos sem padronização. Alguns apresentam informações mais completas e outros não. Assim, enquanto alguns raros PIA e Relatórios apresentam informações sobre a escolarização dos pais, outros não apresentam sequer dados consistentes sobre a organização familiar dos jovens.

Ficamos com nítida impressão que os PIA e Relatórios são construídos a partir de um modelo disponível na Unidade, no qual se colocam os dados dos adolescentes. Ocorreu algumas vezes de nos depararmos com dados de outros adolescentes que são do PIA/Relatórios sobre o qual foi construído.

As ideias principais desses documentos são:

- ✓ Informar que o/a adolescente declarou-se quanto à sua raça-etnia, orientação sexual (alguns acrescentam a opção religiosa);
- ✓ Organograma da família e informações básicas de seu funcionamento. O organograma é descrito, nunca desenhado. Em grande parte dos casos, as informações são confusas e incompletas;
- ✓ Informação sobre as condições de moradia e da comunidade na qual esta se encontra;
- ✓ Informação sócio-econômicas e de programas pelos quais a família é assistida;
- ✓ Impressões sobre a compreensão/engajamento na medida por parte dos/das adolescentes.

Essa é sempre a maior parte dos documentos e normalmente é feita por seu assistente social.

Apreensões sempre superficiais, sucintas e, por vezes rasas, sobre as impressões psicológicas do profissional de psicologia. Não lemos nenhum documento com impressões mais elaboradas desse profissional;

Em muitos documentos consta que uma parte não será feita por falta de profissional de psicologia no módulo.

Apreensões nunca aprofundadas sobre o processo escolar dos/das adolescentes;

Tem-se uma impressão de um roteiro comum no qual se pergunta como o jovem era nas escolas, se possuía dificuldades de aprendizagem ou de comportamento e que espera da escola.

Em praticamente todos os documentos os jovens afirmam que eram bons alunos e que não tinham dificuldade de aprendizagem, o que não confirmamos nesta pesquisa.

Apreensões sobre sua experiência e expectativas profissionais

Alguns poucos PIA/Relatórios apresentam uma tentativa de apreensão de possíveis causas do envolvimento do/da adolescente com a trajetória infracional

Uma parte respondida pelo setor de saúde, sempre bastante padronizado, mas com informação sobre uso de drogas, início da vida sexual, informações sobre infecções/doenças sexualmente transmissíveis e informações gerais de saúde (problemas, atendimentos e medicações em uso).

Essas informações eram sempre superficiais e padronizadas

Informações do setor de segurança que relatam se o/a adolescente possui alguma ocorrência no período sobre o qual versa o documento, informações sobre sua higiene pessoal e no quarto e sobre sua relação com servidores e pares

Também aqui ficamos com a impressão de que o PIA/Relatórios são documento dos técnicos e não da Saúde e da Segurança.

Não percebemos um esforço compreensivo e de intervenção para ressocialização em quase nenhum dos documentos.

Aliás, os bons PIA/Relatórios costumam pertencer aos mesmos profissionais/técnicos de referência. Porém, conforme já dito, essa é a estrutura geral que quase nunca é encontrada completa nos documentos em tela.

Assim, apesar de ser um anseio nosso, não pudemos trabalhar com estatísticas quantitativas precisas, pois não há dados comuns a todos os PIA e Relatórios. Por exemplo, apesar de ser muito comum que outros sujeitos do sistema familiar numa relação (trans/inter/intra)geracional tenham precedido o/a adolescente na infracionalidade, é comum que essa informação conste dos PIA ou Relatórios.

Logo, escapa-nos as condições de afirmar qual a porcentagem dos sujeitos da pesquisa apresentam tal condição. Mesmo porque quando dos atendimentos sempre constatamos uma informação apesar de não constar nos documentos oficiais do/da adolescente.

É preciso lembrar que os/as adolescentes sabem que o técnico confeccionará o documento que servem de base para as decisões judiciais, o que os leva mitigar informações. Muitas vezes ouvimos dos jovens informações que eles mesmos afirmam nunca terem dito a ninguém.

Três dos nossos sujeitos nos falaram de homicídios cometidos, mas não “esparrados” (como se referem a atos não descobertos/julgados pela justiça). Um jovem nos falou com receio do envolvimento dos pais no crime. Outro demorou três meses para nos dizer que sua própria mãe o iniciara no tráfico e que ela própria era traficante. Um jovem nos relatou em segredo que muito novo descobriu que a mãe era prostituta, mas que nunca tivera coragem de falar isso com ninguém.

Apesar dessas dificuldades podemos fazer afirmações muito precisas das características gerais desses sujeitos, o que faremos em seguida à apresentação das fontes.

SIPIA

Uma terceira fonte à qual recorreremos foi o SIPIA, uma plataforma nacional a qual os técnicos deveriam manter atualizada. Todavia, tal não ocorre. Poucos são os adolescentes que apresentam informação nesta plataforma, apesar de o SIPIA ser mais minucioso.

Dados do Núcleo de Atendimento Inicial (NAI)

Apesar de não se referir especificamente aos sujeitos de nossa pesquisa (os/as adolescentes internados), é uma importante fonte sobre esse sujeito comum, o/a adolescente que atua pelo ato infracional em Brasília.

I-Educar

O I-Educar é uma plataforma que a Secretaria do Estado de Educação de Brasília adotou a partir do ano de 2012 para fins de matrícula e sua respectiva escrituração escolar.

Por meio dela baixamos e pesquisamos todo o histórico escolar de nossos sujeitos de pesquisa. Mas também essa plataforma apresenta sérias lacunas de informação. Boa parte dos estudantes apresentam dados apenas a partir de 2012, o que não foi um problema para nós, pois pudemos inferir o percurso dos jovens e porque os problemas maiores com a escolarização começam a surgir a partir deste ano (2012).

Todavia o sistema, na maioria dos casos, não informa se o estudante parou de estudar ou se estudou em outro Estado. Todos os sujeitos atendidos/entrevistados afirmam tanto o abandono da escola (o mais comum) como o estudo em outro Estado (casos isolados).

Outra importante lacuna dessa plataforma é não informar quando o aluno estudou na modalidade de Educação para Jovens e Adultos, informação que muito nos interessa.

Fizemos muitas investidas junto à Secretaria de Educação para termos os dados do SGE (antigo sistema de secretaria), mas não fomos atendidos até a presente data, apesar de já termos feito esta solicitação ao próprio Secretário de Educação.

Importante informação sobre esta fonte é o fato de haver muita incongruência dos dados. É comum a informação de que o/a adolescente foi reprovado, quando de fato, ele abandonou a escola. Também é comum vermos adolescentes com frequência e notas, apenas em alguma disciplinas quando já tinha abandonado a escola.

Essa fonte oficial documenta a vulgarização do fenômeno da transferência dos/das alunos à revelia de seus interesses e ou de seus familiares, fenômeno universalizado entre nossos sujeitos de pesquisa.

Ficha de passagem dos Adolescentes

Com a devida autorização judicial tivemos acesso à ficha de passagem dos adolescentes. Esse documento, extraído diretamente do Sistema do TJDFR nos permite ter acesso a todos os atos infracionais pelos quais os adolescentes foram apreendidos com suas respectivas medidas. Esse foi o único banco de dados completo a que tivemos acesso, o que nos fala do descaso do com o registro e tratamento das informações em nosso país.

Instrumentos

Além de todos os instrumentos citados, utilizamo-nos ainda do recurso de grafia simbólica da estrutura das famílias dos adolescentes por meio do genograma e deixávamos cadernos com os adolescentes de forma que eles pudessem escrever sobre suas vidas.

Os cadernos surgiram de momento que tivemos com um Guri (1) que relatou insônia tantas eram as coisas que ficou pensando para me contar em nossa sessão. Pedi que ele priorizasse seu sono e que, a partir daquele dia, deixaria com ele um caderno e uma caneta² para que ele colocasse no papel tudo o que gostaria de me dizer. A cada semana trocava os cadernos. A ideia se popularizou e tivemos que providenciar cadernos para muitos outros. A ideia do caderno muito nos felicitou por tratar-se de recurso à simbolização, tão precário entre eles.

Sobre a coleta e tratamento dos dados

Os dados obtidos por meio da análise documental foram tratados manualmente por este pesquisador. Buscamos apresentar um retrato dos adolescentes que se encontram na Unidade no período da análise documental.

Para a análise documental, utilizamos uma leitura flutuante dos documentos disponíveis nos órgãos de execução da medida socioeducativa, bem como os documentos judiciais que determinaram a medida e o histórico escolar.

Para manuseio das informações nos utilizamos do Number- Apple.

Sobre o procedimento de coleta de dados

Construímos uma ficha para cada um dos sujeitos de pesquisa no qual registramos a sua data de nascimento, desenhamos seu genograma, informações referentes à escolarização, informações referentes às suas configurações familiares, informações sobre o uso de drogas e início da vida sexual, informações sobre os atos infracionais praticados e anotações que julgamos importantes dentro daquilo que lemos. Apenas após esse levantamento de todos os documentos que tivemos

² De fato os Guris ficam apenas com a parte interna da caneta, uma vez que esse instrumento não é permitido nos módulos.

acesso é que passamos a atender os Guris e a Gurias. Para esses, além da ficha mencionada, possuímos um caderno no qual fazíamos registro de todos os atendimentos. Também possuíamos um caderno pessoal no qual registrávamos percepção e impressões nossas sobre todo esse processo. Realizamos uma grande intervenção na Unidade com múltiplas parcerias, à qual não nos reportaremos neste estudo por não ser objeto dela.

Procedimento de organização dos dados

Tentamos sem muito sucesso organizar esses dados com auxílio do Number - IOS. O que melhor funcionou foi o manuseio das fichas e dos cadernos no sentido de buscar informações sobre os Guris e as Gurias sempre que necessitávamos.

Nossa primeira organização dos dados contava com muitos campos e tivemos dificuldade em manuseá-la. Então passamos a montar tabelas de acordo com as necessidades que surgiam, extraíndo dessa tabela maior que houvera sido construída. Mas, até o último momento, as fichas foram nossa principal fonte de trabalho.

Ao longo do texto fomos trabalhando com algumas tabelas. Evitamos colocar a tabela maior no corpo desta tese por conter informações que poderiam identificar algum adolescente por parte de algum profissional que atua na Unidade de Internação.

Procedimento de análise dos dados

De posse de todos esses dados, passamos a registrá-los com auxílio da teoria à qual tivemos que recorrer no sentido de nos ajudar a lê-los, conforme será melhor explicado no capítulo 6 (dos resultados e as discussões).

As correntes criminológicas e os psicanalistas que se debruçaram sobre o fenômeno da infracionalidade, além de saberes da teoria da complexidade, da adolescência, da sociologia da juventude, da econometria da violência e da escolarização, da psicossociologia e eventualmente saberes da teoria sistêmica foram ferramentas das quais nos utilizamos para nos ajudar a lermos os dados.

Todavia, a principal ferramenta foi a hermenêutica psicanalítica, conforme também especificaremos melhor. Apesar de nossos diálogos com outros campos de saber, a psicanálise é nossa principal comunidade interpretativa.

Registrados todos os nossos achados em diálogos com a academia e com a realidade do campo de pesquisa - sempre numa relação de figura-fundo para alguns conceitos basilares da história dos meninos ou da interpretação que a psicanálise faz deles - buscamos nuclea-los e percebemos que os dados se distribuíam em cinco categorias de análise, sendo três níveis de socialização da psiquê: os processos de socialização da psiquê na família, na Escola e na comunidade, entremeados pelo contexto econômico e cultural do mundo contemporâneo e a infracionalidade como um analisador do processo de ruptura do laço social por parte desses adolescentes. Por tratarem-se do mesmo fenômeno observado pela perspectiva figura-fundo, separamos apenas para fins didáticos. Ocorre que os processos de socialização da psiquê são tão específicos em cada uma dessas instâncias, dimensões e instituições que as destrinchamos em quatro núcleos de sentido e a atuação infracional como analisador do processo de ruptura.

Assim, cinco são núcleos de análise: 1 - a ruptura como sintoma do processo de ruptura do laço social; 2 - a socialização da psiquê pela família, 3 - a construção do laço social e a Escola, 4 - o laço social e a comunidade e 5 - a construção do laço social na cultura capitalística do narcisismo.

O processo de interpretação

Além das contribuições já citadas, especialmente Barus-Michel (2004), compreendemos a interpretação como processo semelhante à investigação analítica que busca o discurso latente das palavras (LAPLANCHE e PONTALIS, 1998) e que se inicia já na leitura, influenciados que somos pela comunidade interpretativa à qual nos afiliamos.

Logo, aceitamos que os significados não pertencem apenas aos textos, mas passam às nossas construções conforme Belo (2003). Assim, para este autor, “o que produz entendimento entre as pessoas não é o fato de saberem o significado das palavras, mas o fato de compartilharem uma forma de vida” (p. 197). Por forma de vida, o autor compreende o entrelaçamento entre uma cultura, uma visão de

mundo e uma linguagem. Sendo assim, o contexto será o pano de fundo para esta interpretação.

Soubemos *a posteriori*, que lemos os dados privilegiando e ignorando os significados. Tivemos o esforço, porém, no sentido de que nossa comunidade interpretativa e nossas compreensões fossem colocadas o quanto possível em suspenso, como propõe Bornheim (1998), de forma que fizemos “uma hermenêutica que privilegia a narrativa daquele que a constrói e que pode, em qualquer tempo, refazer os sentidos” (MAZARGÃO, 1996, p. 91).

Todavia, não nos iludimos quanto ao que o pragmatismo tem chamado de objetivo, pois, conforme defende Rorty (1991, p. 266): “O termo ‘objetivo’ é definido pelos pragmáticos não como uma relação com as características intrínsecas de objetos, mas, antes, por referência à facilidade relativa de atingir consenso entre investigadores”.

Seguimos Gadamer (1997, p. 407), para quem, apesar de o fato de pertencer a uma comunidade interpretativa equivaler a possuir preconceitos, “o preconceito básico da *Aufklärung*³ é o preconceito contra os preconceitos, enquanto tais, e, com isso, a despotencialização da tradição.”

Considerando-se nossa afiliação à complexidade, a partir da psicanálise, compreendemos com Belo (2003, p. 212-213) que, “interpretação não é a arte de analisar (partir em pedaços), até que se alcance o que ‘realmente é’ o objeto em estudo, mas a arte de construir (adicionar pedaços a) esse objeto”. Buscamos, assim, expor, e não impor nossas percepções, movidos que somos por dupla motivação: vontade de suspeita e vontade de escuta, visto que a fala nos foi endereçada à maneira de uma mensagem cifrada.

Desta forma, para além do texto manifesto, tentamos buscar o latente, sem nada omitir nem privilegiar a *priori*. Nesse sentido, somos orientados por Laplanche (1992, p. 26), para quem:

Interpretar é se segurar, sem [se] deixar preso às margens do discurso, aceitando não ver mais longe que o passo seguinte, animado somente pela certeza de que os traços do caçador acabarão por desenhar, pela retomada de seus inúmeros entrelaços, os nós significativos que determinam certa sequência inconsciente.

³ Crítica do autor ao preconceito do Iluminismo que, como sabemos, manteve suas superstições próprias.

Esperamos ter conseguido demonstrar nossas afiliações teóricas e comunidades interpretativa não apenas quanto a nossos aportes teóricos, mas com desdobramentos para nossa incursão na empiria. Ante tanta ancoragem teórica, pode parecer que tenhamos certezas, quando de fatos não as temos.

Ao iniciarmos essa caminhada é possível que as tivéssemos ou pelo menos hipóteses muito convictas. Mas, a própria teoria, sobretudo o que versa sobre o método em ciências humanas foi nos devolvendo a dúvida, a incerteza juntamente com a curiosidade científica por conhecer um pouco mais sobre esse fenômeno que tanto nos encanta, mobiliza e instiga.

CAPÍTULO 2

APROXIMAÇÕES DOS FENÔMENOS DA ADOLESCÊNCIA QUE ATUA PELA INFRACIONALIDADE E DA JUSTIÇA JUVENIL

Quem é castigado já não é aquele que realizou o ato. Ele é sempre o bode expiatório.

Frederich Nietzsche.

Breves considerações sobre o ato infracional e as medidas socioeducativas

No presente capítulo buscaremos localizar os leitores nesse fenômeno complexo⁴ repleto de neologismos e *slogans* pomposos de sentidos difusos. Para tanto, explicaremos de forma sucinta a justiça juvenil e a questionaremos com auxílio da criminologia crítica.

Não concordamos com o termo vigente: “adolescente autor de ato infracional”, visto que em psicanálise, conforme demonstraremos, trata-se muito mais de uma atuação/*acting out*/passagem ao ato. Situações nas quais não há autoria, visto também não haver sujeito. Assim trabalharemos com a expressão: adolescentes que atuam pela infracionalidade.

Também rejeitamos o termo “delinquente” por cometer o equívoco de reduzir o sujeito a um feito, conforme também discutiremos com a ética da complexidade logo em seguida. Utilizaremos os termos infracionalidade e sujeitos que infracionam. Por vezes usaremos os termos atuação infracional/infracionalidade/seara infracional, como versa o ordenamento jurídico. Delinquente rotula dentro daquilo que compreenderemos com auxílio de algumas correntes criminológicas como etiquetamento e carreiras criminais. Rejeitaremos ainda a palavra delinquência, pelo peso que adquiriu na criminologia ontológica-etiológica-naturalista-determinista-simplificadora.

Assim, por infracionalidade compreendemos momento da “carreira criminal” de alguns adolescentes que praticaram reiteradamente atos infracionais. Elliot e Menard (1996), a definem como classe observável de comportamentos ilegais ou de subjacentes, inobserváveis, individual predisposição construída para o

⁴ O termo *complexidade*, reinventado por Morin de acordo com o termo latino *complexus*, refere-se ao que é tecido em conjunto (MORIN, 1996).

desvio (potencial infracional), fruto da trajetória de adolescentes que apresentam dificuldade no enlaçamento social, sintomatizando por meio da atuação infracional.

No ordenamento jurídico brasileiro, o adolescente é inimputável. A Constituição Federal é clara em seu artigo 228: “são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. A Legislação Especial, lei complementar à Carta Magna, veio com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei 8.069/1990), que em seu artigo 103 normatiza que “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” e no art. 105 esclarece que “o ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas previstas no art. 101”, que denominamos “protetivas”. Após uma série de asseguramentos legais, define no art. 108 que “a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.”

Os artigos 110 e 111 definem os procedimentos processuais. Os artigos 112 a 125 discorrem sobre as medidas socioeducativas, que são de advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semi-liberdade, internação em estabelecimento educacional, qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI (de proteção). Os artigos 126 a 128 versam sobre a remissão e os artigos 130 versam sobre medidas pertinentes aos pais ou responsáveis pelo adolescente.

Ainda sobre a questão da (in)imputabilidade, o Código Penal Brasileiro assinala no Art. 26 que

É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

No ensinamento de Nucci, a Imputabilidade penal configura-se como:

o conjunto das condições pessoais, envolvendo inteligência e vontade, que permite ao agente ter entendimento do caráter ilícito do fato, comportando-se de acordo com esse entendimento. O binômio necessário para a formação das condições pessoais do imputável consiste em sanidade mental e maturidade (NUCCI, 2013 p. 287).

Assim, o inimputável não comete crime, mas pode ser sancionado penalmente, aplicando-lhe medida de segurança, no caso em questão, socioeducativa. Todavia, o que vimos no Brasil é uma penalização com adaptações

da justiça penal do adulto. Uma penitenciarição do sistema socioeducativo. Versa a Doutrina SINASE (conjunto de normas que versam sobre o atendimento socioeducativo: Resolução 119/2006 - CONANDA; Lei 12.594/2012 e leis já citadas aqui) que a medida socioeducativa tem um caráter sancionatório e centralidade em seu caráter pedagógico. Contudo, não é o que assistimos no Brasil. Prevalece uma concepção de justiça retributiva e punitiva.

Os adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação, como é o caso dos sujeitos desta pesquisa foram sentenciados por muitas reincidências, conforme demonstra a Tabela 13 e gravidade. São poucos os que sejam sentenciados para uma internação socioeducativa sem reincidência, como será o caso de um de nossos sujeitos de pesquisa Guri 15, o que se explica pela gravidade.

Um adolescente que comete um ato infracional é conduzido a uma Delegacia de Polícia Especializada. No caso do DF: Delegacia da Criança e do Adolescente (o DF possui duas dessas delegacias, uma na cidade de Brasília e outra em Taguatinga), de lá é encaminhado para o Núcleo de Atendimento Inicial (NAI) onde é atendido pelas políticas públicas de assistência social, escolarização e saúde e é atendido pela promotoria de justiça, a defensoria pública e por juiz da infância e juventude. De lá é liberado ou encaminhado para uma Internação Provisória ou cautelar (no caso do DF na Unidade de Internação Provisória de São Sebastião e, se do sexo feminino, para a Unidade de Internação de Santa Maria onde realizamos nossa pesquisa). A Vara da Infância e Juventude tem até 45 (quarenta e cinco) dias para julgar o ato. Caso caracterize um ato infracional, o adolescente é sentenciado e passa a cumprir a medida em uma das Unidades de Internação do DF considerando critérios de proximidade da residência e segurança.

Alguns pressupostos sobre o ato infracional

Nossa compreensão sobre fenômeno infracional é complexa. Conforme já sinalizado em alguns momentos desta pesquisa, compreendemos a interlocução entre o psíquico, o social, o biológico e o cultural, num movimento que dialógico e recursivo (MORIN, 1996).

Afiliamo-nos a uma ética complexa. Em poética escrito, Morin (2007) nos lembra que ao tempo em que avançamos na compreensão do estrangeiro e do estranho,

parece termos regredido na compreensão do próximo e a incompreensão produz a vontade de prejudicar que gera incompreensão.

É da incompreensão que se produz culpados.

Defende uma compreensão complexa, como aquela que não reduz o outro a um de seus traços, ou um de seus atos, mas busca compreendê-lo em uma apreensão mais ampla de suas dimensões, inclusive seus contextos.

Para o autor, a intolerância ao erro, a indiferença, a incompreensão de cultura a cultura, o apego às ideias, o egocentrismo, a cegueira por desconhecimento da complexidade e o medo de compreender são grande motivadores da incompreensão.

Esclarece que compreender não é justificar, visto que a compreensão não desculpa nem acusa. Não é que não julgue, mas complexifica esse julgamento. Compreender um sujeito que cometeu um crime não significa tolerar o crime, não é inocentar nem se abster de julgar e de agir, mas reconhecê-los em sua condição humana, sem reduzi-lo à perversidade e ao crime que ele tenha cometido, mas reconhecer suas potencialidades, por vezes dominadas por suas ações destrutivas.

Trata-se de uma ética do perdão, que não é o prêmio pelo arrependimento (como na religião), mas uma postura que antecede o arrependimento. É um crédito conferido ao sujeito, por suas potencialidades, por sua face boa, por sua dimensão de humanidade. É uma aposta ética, uma aposta na possibilidade de transformação, regeneração, conversão daquele que falha. Tem o objetivo de gerar o arrependimento, um processo de reflexão crítica de seus atos; baseia-se na compreensão. Afirma Morin:

A compreensão complexa engloba explicação, compreensão objetiva e compreensão subjetiva. A compreensão complexa é multidimensional; não reduz o outro a somente um dos seus traços, dos seus atos, mas tende a tomar em conjunto as diversas dimensões ou diversos aspectos da sua pessoa. Tende a inserir nos seus contextos e, nesse sentido, simultaneamente, a imaginar as fontes psíquicas e individuais dos atos e das ideias de um outro, suas fontes culturais e sociais, suas condições históricas eventualmente perturbadas e perturbadoras. Via a captar os aspectos singulares e globais (MORIN, 2007b, p. 112-113).

Esse caminho considera a dimensão *sapiens/demens* da condição humana.

Morin nos lembra que o arrependimento abre caminhos para o perdão, assim como o perdão pode abrir a porta para o arrependimento, pois o verdadeiro

perdão vem antes do arrependimento e é capaz de desencadeá-lo. Portanto, o perdão é um ato de confiança.

Nossa caminhada enquanto e com o ser humano e mais especificamente com a temática infracional juvenil desde o final da década de 1990, nossos caminhos pelos estudos e vivência clínica com a Psicologia não nos permite associação ao discurso comum de uma disposicionalidade criminosa como escolha individual ou patologias que encontrariam na genética ou na psicofisiologia explicações que desconsiderassem o sócio-cultural.

Até podemos considerar com Rolim (2014) uma disposicionalidade violenta como a propensão socialmente legitimada por uma matriz valorativa com exterioridade e generalidade, que se calca em condições sociais objetivas que aumentam a probabilidade de ocorrência e fenômenos independentes da vontade/consciência dos agentes envolvidos.

Outra questão que convém considerarmos é nossa compreensão de que estamos lidando com “verdades Jurídicas”, segundo Young (2002), produto de uma seleção realizada pelo aparato persecutório do Estado que vai desde a abordagem policial, às limitações estruturais à justiça sobretudo aos pobres e negros com baixa escolarização. Assim, compreendemos os nossos dados não como mera expressão do real, mas também como resultado dessas verdades jurídicas e como sintomas das disfunções do sistema.

Compreendemos com Wacquant (2005) que as ações desses adolescentes ancoram-se também num *habitus*, por ele compreendido como as disposições duráveis, propensões estruturadas do pensar e do agir, matriz de percepção, apreciação e ação resultante da interação do sujeito com o mundo, interiorização do interior, exteriorização do interior e princípio das escolhas.

O comportamento delinquente não é uma constante na vida dos indivíduos, mas especialmente vinculado à juventude. Inúmeros são os estudos, entre os quais destacamos Flood-Page et al. (2000), que demonstram que os jovens aparecem como os principais atores desse fenômeno. É possível citar algumas correntes de explicação do fenômeno da infracionalidade juvenil: organicista, intrapsíquicas, interacionistas, conforme demonstram Cerqueira e Lobão (2004).

O econometrista Thorneberry (1996) demonstra, a partir de dados empíricos, que os crimes violentos não são uma constante na vida dos indivíduos, mas um ciclo que se inicia na pré-adolescência, atinge seu ápice em torno dos 20 anos de idade e seu esgotamento em torno de 30 anos. Também Legge (2008) atesta esse padrão.

Interessante estudo é feito por Loeber (1996), no qual defende que os problemas comportamentais iniciam-se na primeira infância podendo persistir com agravamento, caso não sejam devidamente administrados – o que é objeto desta pesquisa. Os transtornos de comportamento costumam redundar em perdas escolares, desempoderamento, empoderamento pela indisciplina, formação de novas alianças, isolamento e reforço por parte do ambiente. Todavia, essa porta que se fecha coincide com as portas que se abrem entre os pares ou nos grupos mais organizados para o crime, conforme apresentado aqui em minha memória educativa.

Agregando uma discussão socioeconômica a esse fenômeno, L.Chioda et al. (2015) demonstram a diminuição dos homicídios entre adolescentes de 16 e 17 anos de idade, atendidos pelo Programa Bolsa Família, em contextos de vulnerabilidade. Investigando os canais que poderiam explicar essa causalidade, os autores destacam o aumento da renda e as convivências no ambiente escolar.

Segundo o ordenamento jurídico brasileiro, adolescentes são pessoas entre 12 e 18 anos de idade, delimitação com a qual trabalharemos nesta tese. Pessoas menores de 12 anos de idade são consideradas crianças e maiores de 18 são consideradas adultas.

Ato infracional é a atitude cometida por adolescentes análoga ao que é tipificado pelo Código Penal como crime ou à contravenção penal cometida por adultos. As crianças e os adolescentes são inimputáveis de acordo com o texto legal.

Quando uma criança comete um ato infracional, o Estado implementa o que o ECA denomina como “medidas de proteção” ou “protetivas”. Quando um adolescente é o autor do ato, a questão é tratada no âmbito da justiça juvenil, por meio da qual o adolescente é apreendido pela Polícia, preferencialmente uma delegacia especializada. A Polícia o leva para o Núcleo de Atendimento Inicial (NAI), onde é apresentado pelo Ministério Público a um juiz (plantonista ou especializado) que, na presença de um defensor público, determina a soltura ou internação cautelar

(ou provisória) em unidade própria – no caso do Distrito Federal a Unidade de Internação Socioeducativa de São Sebastião (UISS) e a Unidade de Internação de Santa Maria (UISM), em caso de adolescentes do sexo feminino – por um período de até 45 (quarenta e cinco) dias, durante o qual seu processo será julgado, podendo resultar em liberação da medida ou encaminhamento para uma medida socioeducativa.

Dessa pequena explicação apresentada, é possível identificar que uma série de disfunções já se mostram em nosso país, visto possuímos uma legislação muito arrojada, contudo, ainda marcada por uma prática equivocada, chamada pelos ativistas de *menorista*, punitiva, hiperencarcerizante.

Primeiramente destacamos que a justiça juvenil no Brasil ainda é muito frágil, como demonstra levantamento do próprio Conselho Nacional de Justiça (BRASIL, 2012b), que demonstra a fragilidade do Poder Judiciário no que tange às Varas especializadas de infância e juventude, à especialização do magistrado concernente à psicologia do desenvolvimento adolescente e sobre a Doutrina de Proteção Integral e ao *déficit* de comarcas e de defensores públicos, especialmente para as áreas da infância e juventude.

Por “Doutrina SINASE”, compreendemos o conjunto de leis que compõem o que Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo (SINASE). São elas o ECA que versa sobre a adolescência e a autoria do ato infracional, inclusive sobre o direito processual desses casos; a Resolução nº 119 de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança (CONANDA), e a lei 12.594, de janeiro de 2014, também conhecida como lei SINASE. Além desses documentos, há recomendações e súmulas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a conseqüente operacionalização em documentos orientadores federais, normalmente emitidos pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, como é o caso do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo ou pelos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social e da Saúde. Há, ainda, os Planos Estaduais e Municipais e normatizações próprias das Secretarias executoras das medidas.

Se a situação ainda é frágil até mesmo para os juizes titulares das Varas de Infância e Juventude, não fica difícil pensar as implicações negativas para os adolescentes quando a questão é tratada por juizes plantonistas. Como um número muito grande de atos infracionais é cometidos nos fins de semana, noites e feriados,

muitos adolescentes têm o primeiro atendimento por um juiz plantonista, que tendem a determinar a internação para a maioria dos casos, em desacordo, inclusive, com as orientações próprias do poder judiciário, como é o caso da Súmula 492/2006 (BRASIL, 2006).

As medidas socioeducativas previstas em lei são: advertência, reparação do dano, prestação de serviço à comunidade (PSC), liberdade assistida (LA) – todas essas consideradas como medidas de meio aberto e são exatamente o que os nomes sugerem –, semi-liberdade (SL) e internação estrita (essas duas consideradas de restrição de liberdade). Os adolescentes em cumprimento de PSC ou LA são atendidos pelos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), como parte da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com exceção do Distrito Federal, onde esses adolescentes são atendidos por uma Secretaria específica para a infância e juventude, o que afeta, diretamente, o recebimento de verbas federais para essas importantes políticas.

No Distrito Federal, os adolescentes cumpridores dessas medidas são atendidos pelas Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMA). No entanto, como faltam servidores para esse serviço, muitos dos adolescentes prescrevem a medida sem que nenhum atendimento seja feito, o que costuma reforçar o sentimento de impunidade. Os adolescentes em cumprimento de PSC e LA devem estar matriculados em escolas e terem sua vida escolar acompanhada. Estas são as políticas que mais eficientes, efetivas e eficazes, quando devidamente implementadas.

A doutrina SINASE sugere que o adolescente, mesmo internado, esteja o mais próximo possível de sua comunidade. Todavia, no Distrito Federal, promoveu-se uma divisão também por faixa etária, separando-se os jovens que se encontram entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade em uma UI específica: a Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE). Há, ainda, a Unidade de Saída Sistemática (UNISS), que também fica nessa cidade, o que não tem sido uma boa experiência por juntar em um mesmo espaço conflitos de territorialidade que redundam numa grande evasão.

O adolescente ficará internado por um período de até três anos ou até que complete 21 vinte e um anos. Ocorre que, quando o adolescente comete o ato

infracional próximo aos 18 (dezoito) anos de idade, conclui o cumprimento da sentença ainda no sistema socioeducativo, no caso do DF, na UNIRE.

Em tese, a medida socioeducativa deveria ser uma medida educativa e sancionatória e as UI deveriam ser educandários. No entanto, o que a prática nos mostra é que são uma tentativa mal-sucedida de reprodução do sistema prisional. O resultado é que a reincidência no Brasil e no DF é muito alta para as medidas em meio fechado e, ainda assim, o Distrito Federal faz um investimento muito maior para as medidas de meio fechado e pouco investimento no meio aberto.

Nas medidas socioeducativas, de acordo com a Doutrina SINASE, deve-se sempre observar o princípio da incompletude inconstitucional, pelo qual se reconhece que nenhuma política pública é suficiente se for aplicada isoladamente, razão pela qual se defende um trabalho multidisciplinar, que, na prática, pouco ocorre. Toda UI agremia serviços da Saúde, Educação, Segurança, Justiça e Assistência Social. Logo, em toda UI oferta-se a política de escolarização.

No caso específico do Distrito Federal, essa política é ofertada por um Núcleo de Ensino, que é vinculado a uma escola pública da rede com o intuito de escriturar a documentação escolar dos estudantes sem estigmatizá-los e regularizar a vida profissional dos profissionais da educação.

Ante as constantes denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes associadas ao ato infracional, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) promoveu uma investigação da realidade nas Américas, registrando os resultados no *Relatorio sobre los derechos de la Niñez* (OEA, 2011).

Não obstante o Brasil ser signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente e do relatório sobre a Condição Jurídica e Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, conforme vimos nos transcórrer deste estudo, muitas das pactuações não vêm sendo cumpridas.

O objetivo do ordenamento jurídico sobre a juventude no Brasil é de proteção dos sujeitos que ocupam o *status* legal de prioridade absoluta, dada sua peculiar condição de desenvolvimento e a notória escassez e fragilidade das políticas públicas para a juventude. Contudo, o que percebemos da observação da realidade, das vozes dos operadores do direito e da execução das medidas socioeducativas, assim como da análise dos dados estatísticos é uma reprodução da ideologia da defesa social com um rigor ainda mais severo no caso dos jovens.

Muitos são os momentos da história humana nos quais se buscaram culpados para os problemas contemporâneos. As bruxas, os hereges, os bárbaros, os infiéis, os sindrômicos, as pessoas com deficiências específicas entre outros. Em nossos dias, temos assistido a uma linear vinculação da violência social à condição de impunidade de uma juventude desregrada.

Do conjunto dessas reflexões, reiteramos o distanciamento entre a letra da lei e a realidade da justiça juvenil no Brasil. A Doutrina SINASE é das leis mais belas com a qual já lidamos, ao passo em que a execução é marcada, como demonstraremos, por distanciamentos abismais. Ocorre que o Direito ainda é demasiadamente ideológico, carente de criticidade sócio-histórica. A justiça juvenil é apenas um dos analisadores⁵ dessa realidade. País no qual as contradições são tão patentes e agressivas, esse desalinhamento entre a teoria e a prática dá-se também entre o que o Brasil assina nos acordos internacionais e sua prática na questão. Esperamos poder contribuir com a denúncia-crítica desse modelo. Todavia, uma melhor compreensão das fragilidades do adolescente passa pela construção das subjetividades no tempo atual, temas aos quais nos dedicaremos nos capítulos que se seguem.

Uma visada quantitativa do desamparo juvenil: números da Socioeducação no Brasil e no DF

Sabemos que, ao promovermos esse diálogo com os números, o fazemos na contramão dos estudos em educação, visto percebermos pouco apreço e, por vezes, rejeição pelas ciências estatísticas por parte de alguns acadêmicos da Pedagogia da Universidade de Brasília. Talvez isso ocorra pelo uso equivocado que muitas vezes foi feito, por uma estatística não crítica que demonstra o óbvio ou manipula dados de acordo com os interesses hegemônicos.

De nossa parte, reconhecemos nos estudos estatísticos e econométricos poderosa ferramenta de convencimento até mesmo das posições mais enrijecidas, haja vista que retira muitas das questões da educação do campo da crença, do desejo e da suposição para a comprovação empírica. Pouco antes da escrita deste

⁵ “Dispositivo inventado e implantado pelos analistas para propiciar a explicitação dos conflitos e sua resolução. [...] qualquer montagem que torne manifesto o jogo de forças, os desejos, interesses e fantasmas dos segmentos organizacionais.” (BAREMBLITT, 2002, p. 135).

capítulo, fui convidado para falar em muitos espaços hostis na defesa da redução da maioria penal, mas o público calava-se ante a apresentação de alguns desses dados estatísticos. Assim, buscamos ilustrar, por meio da estatística e da econometria, um pouco mais sobre as trajetórias comuns de adolescentes que atuaram pelo ato infracional. Para tanto, trabalharemos essencialmente com dados de pesquisas e levantamentos de entidades do Estado e de organizações não-governamentais. Portanto, as datas de corte variarão segundo os documentos, com ênfase, sempre que possível, na primeira metade da segunda década deste século. Optamos pelo ano de 2013, no que foi possível, por coincidir com alguns levantamentos estatais sobre o ato infracional em nosso país.

O Brasil possuía, no ano de 2013, segundo projeção do IBGE, 201.032.714 habitantes, dos quais 26.154.356 eram adolescentes. Desses, 23.066 cumpriam medida socioeducativa de restrição de liberdade, o que equivalia a 0,08% do número de adolescentes brasileiros naquele momento. Ou seja, não há embasamento científico para a afirmação comum de que a violência em nosso país é motivada pelos adolescentes, um dos argumentos para a redução da maioria penal (BRASIL, 2015a e 2015b).

Todavia, dentro de uma política do hiperencarceramento, na lógica de um Estado Penal, esse é um número que vem crescendo. Aumentou 12% apenas entre 2010 e 2013. E, apesar de ser um incremento maior em algumas Unidades Federadas (UF), 21 delas tiveram aumento na restrição de liberdade de adolescentes, sendo que 8, entre as quais o DF, apresentaram incremento acima de 30%. Ou seja, a lógica do hiperencarceramento de jovens pobres e pretos aplica-se também para os adolescentes, conforme denuncia Brasil (2015a).

No ano de 2013, o número de atos infracionais foi de 23.913. Desses, 43% (10.051) foram análogos ao roubo e 24,8% (5.933) análogos ao tráfico de drogas; 9,23% desses atos infracionais foram crimes contra a pessoa. No DF, os atos análogos ao roubo somam 56,2% dos casos; o tráfico é o ato mais gravoso para 8,7% dos casos, e os atos contra pessoas somam 37,8% dos casos. Portanto, essa UF diferencia-se do cenário nacional (BRASIL, 2015a e 2015b).

Dentro das Unidades de Internação, nas quais trabalhamos em dois momentos de nossa trajetória profissional, ficamos empiricamente convencidos que os atos infracionais contra a vida ocorrem hegemonicamente ou têm suas bases de

sustentação nos bolsões de miséria ou territórios de vulnerabilidade socioeconômica dos quais os adolescentes são oriundos, estes agem motivados por conflitos de territorialidade e do tráfico de drogas. Tais atos podem apresentar desdobramentos, como a vivência nas ruas e o latrocínio.

Os dados revelam que, conforme discutiremos no capítulo terceiro deste estudo, o anseio por possuir produtos da classe dominante ainda é uma insígnia comum no universo de muitos dos adolescente pobres. Em pesquisa realizada no DF, Distrito Federal (2013) questionou aos próprios adolescentes como gostam de gastar dinheiro. Itens de vestuário foi o item mais relatado por adolescentes em cumprimento de todas as medidas, na casa dos 80%. Lazer, alimentação e auxiliar na renda familiar se dividem entre os adolescentes das várias medidas entre as primeiras colocações, sempre revelando que as questões de renda são importante fator para o entendimento e enfrentamento dos desafios da socioeducação.

Os dados da pesquisa de Distrito Federal (2013) sugerem-nos que a drogadição pode ser um fenômeno que se intensifica conforme a regressão das medidas. Verifica-se que a droga é fenômeno comum mesmo nas UI. 74,8% dos internos afirmaram-se usuários de drogas. A maconha é a substância mais usada (89%), seguida pela cocaína (43%), crack (21%), inalantes (9%) e outros (24%).

Lamentavelmente, apesar de sabermos que pobreza é variável muito considerável na infracionalidade juvenil, a renda é tema pouco explorado pelas pesquisas e levantamentos nacionais, mesmo naquelas que buscam demonstrar a vinculação do encarceramento com a cor da pele. Quando aparece, limita-se aos cortes grosseiros do IBGE. Não se pretende afirmar que o pobre é naturalmente violento, mas o local de moradia dos adolescentes que atuam pela infracionalidade coincide com os territórios de vulnerabilidade do Distrito Federal levantados por DIEESE (DISTRITO FEDERAL, 2011a). A pesquisa ranqueou os territórios de vulnerabilidades sociais do Distrito Federal, chegando aos resultados expressos na tabela 12, anexo 1.

Diante disso, para melhor compreendermos o conceito de territórios de vulnerabilidade, julgamos pertinente retomar os conceitos de risco e vulnerabilidade, haja vista a confusão que é feita com esses termos, que se encontram tão comuns em nosso cotidiano.

Perfil dos adolescentes autores de ato infracional no Brasil

Farrington (2002) é reconhecido por seus estudos sobre os indicadores de infracionalidade juvenil em todo o mundo e as conclusões às quais chega não diferem das que encontramos também aqui no Brasil. Segundo Brasil (2012a), a maioria absoluta dos adolescentes em cumprimento de medida de internação são do sexo masculino (96% no caso do Brasil e de 97,6% no DF).

A faixa etária em que mais se comete ato infracional é entre 16 e 17 anos (57%). As faixas etárias acima de 16 anos respondem por 79% dos adolescentes privados de liberdade no Brasil e a média de idade é de 16,7 anos e o primeiro ato infracional é majoritariamente cometido entre os 15 e 17 anos de idade (47,5%), mesma faixa etária em que a Escola apresenta maior dificuldade, conforme veremos em FGV (2009) e Unicef (2013). O mesmo cabe ao Distrito Federal conforme podemos comprovar analisando os dados do NAI do Distrito Federal no ano de 2015.

São em sua ampla maioria negros. No caso específico do DF, 80% dos adolescentes declaram-se negros, número superior à média da população negra do DF, que segundo Brasil (2015a) é de 55%, é tematizado e discutido por este último levantamento como consequência direta da escravidão, do preconceito e da discriminação racial, como também é tematizado pelo FBSP (2015) e Brasil (2015a).

No que tange à escolarização, o levantamento do CNJ (BRASIL, 2012b) revela que os adolescentes que se encontravam privados de liberdade em 2011 eram alfabetizados em sua grande maioria (91%); maioria absoluta dos adolescentes que pararam de estudar o fizeram aos 14 anos de idade; 57% dos adolescentes declaram que não frequentavam a escola antes da internação socioeducativa; 86% dos adolescentes encontravam-se no Ensino Fundamental, sendo que a grande maioria se encontrava entre o sexto e sétimo ano, em consonância com FGV (2009) e Unicef (2013).

A condição de escolarização entre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Distrito Federal no ano de 2012 (DF, 2013) revela que 46,5% dos adolescentes em cumprimento de PSC declararam não estudar, e 55,6% dos que estudam não vêm cumprindo com suas obrigações escolares. Na LA, 56,7% declararam não ir para a escola ou sequer encontrar-se matriculados, e 61,6% não

têm instrução ou têm ensino fundamental incompleto. Na SL, 79,7% possuíam Ensino Fundamental incompleto e 40,7% não frequentavam a escola. No regime de internação, 82% declararam-se sem instrução ou com o Ensino Fundamental incompleto, ainda que essa seja uma obrigatoriedade da medida. Esses dados são a comprovação em números do objeto desta tese, de que os adolescentes que atuam pela infracionalidade não possuem uma boa relação com a Escola.

Considerando que a família é a primeira instituição de socialização da psique, a pesquisa DF (2013) informa que 43% foram criados apenas pelas mães, 38% foram criados por ambos. No entanto, pesquisando adolescentes de uma comunidade muito vulnerável, Pereira (2008) percebe que a maior dificuldade não é a ausência de pai ou mãe, mas a presença do que denomina como autoridade líquida em ambientes emaranhados, nos quais a autoridade circula entre vários membros do sistema e mostra-se de forma ambivalente, difusa e contraditória. Também Abramovay (2009) e Brasil (2009 e 2010) desconstróem a ideia comum nas escolas de que os estudantes não possuem pai, o que revela profundo patriarcalismo e machismo que ainda assola nosso imaginário.

Festas, bailes funks, boates, frevos e afins são eleitos pelos adolescentes como espaços de cultura e lazer que gostariam de participar, o que nos fala de espaços de socialização e transmissão de uma cultura muito própria das periferias. Sobre as violências sofridas, é notório o incremento da porcentagem da violência física conforme o agravamento da medida: 55,8% na PSC; 57,6% na LA; 64,5% na SL e 71,8% na internação. Quando questionados quanto à origem dessa violência, 58,1% da polícia; 30,8% em conflitos com grupos rivais; 10%, de conflitos na família; 10,6%, da Escola; 8,9% no tráfico de drogas (DF, 2013).

Digno de uma menção especial é o fato de a Escola ser apresentada pelos adolescentes em cumprimento de medida no DF como a segunda fonte de violência para a PSC com 24,2% (DF, 2013) e quando questionamos quanto aos locais em que se sentem mais seguros, 83,9% afirmam ser em casa, a Escola aparece em apenas 0,2% dos entrevistados. A sensação de insegurança é maior na rua (49,7%), seguida pela Unidade de Internação (36,5%).

Questionados quanto aos planos de futuro, revelam-se otimistas. Dizem haver alguém em suas casas que cuidariam deles caso estivessem doentes, no entanto, nossa vivência empírica nos informa que isso é mais da ordem do ideal que

do real; reportam boas lembranças de seus pais, o que também acreditamos ser muito atravessado pelo imaginário de parentalidade. 31,9% disseram que a rua atrapalha em seus anseios de mudança de vida; 30,2% afirmam que os problemas da família contribuíram para a situação onde se encontram; 20,6% já se sentiram rejeitados por sua família; 19,3% desses adolescentes são pais ou mães.

Sobre a execução da medida, 94,8% dos adolescentes internados compreendem que é justo que pague pelo que fizeram e 61,2% afirmam não ser justo a perda da liberdade; 61,2% afirmam que quem cumpre a medida volta para o ato infracional ou para o crime quando sai da Unidade; 83,7% consideram que a Unidade é como uma prisão.

Voltando à dimensão escolar, 93,1% dos socioeducandos internados compreendem que ir à escola pode mudar a vida deles; 92,2% dos socioeducandos afirmam ter um bom relacionamento com os professores na escola (acreditamos que da Unidade); 34% já se envolveu em conflitos na escola e 24,7% não gosta de estudar. O que os pesquisadores não observaram é que o adolescente em situação de internação compreende por Escola o Núcleo de Ensino que existe na UI, espaço onde se sentem mais livres, respeitados e no qual assumem o papel de aluno, e não mais de socioeducandos.

Quanto ao trabalho informal antes da internação, 39,5% dos jovens alegaram ter trabalhado no tráfico de drogas antes dos 14 anos de idade e 56% trabalhavam no mercado informal quando foram internados, o que nos remete à questão da pobreza e da carência de políticas públicas, sobretudo para as novas gerações que, segundo nossa Constituição, é prioridade absoluta.

Breve diálogo com a sociologia da juventude

Já tivemos a oportunidade de discutir me Evangelista (2012) a disputa em torno dos conceitos de adolescência e juventude. O primeiro mais de uso das ciências médicas e jurídicas e o último mais de uso das ciências sociais. Adolescência numa perspectiva mais intrapsíquica com desdobramentos para as interrelações e juventude tem uma perspectiva das interações, ainda que considerem desdobramentos para o intrapsíquico. Apesar de trabalharmos aqui com o conceito de adolescência, nos propomos a um rápido diálogo com alguns sociólogos da juventude.

George Lapassade discute os “rebeldes sem causa” para criticar a velha mania da academia em “compreender o novo em função dos quadros de referência já elaborados.” (1968, p. 115). Sugere que, ao lado da crise da adolescência, exista uma revolta (social).

[...] a crise da adolescência - no sentido tradicional do termo - pareceria sobretudo diminuir, enquanto a crise da juventude se generaliza. O que era apenas uma perturbação momentânea da adaptação se torna uma revolta generalizada contra todas as formas de existência social. (LAPASSADE, 1968, p. 117).

Esse fato não deve ser confundido com uma revolução, haja vista não terem um programa explícito de transformação da ordem social, o que se aproxima dos movimentos de tipo enxame em nossos dias, como esclarece Bauman (2013), nem, tampouco, com a infracionalidade. O autor critica, assim, os psicólogos e sociólogos que, ante esse fenômeno, “retornam às suas classificações habituais e param de se interrogar sobre os fatos com os quais se confrontam” (1963, p. 119). Para Lapassade, esses revoltados desejam o reconhecimento deles e de seus lugares sociais.

Não obstante ser próprio de uma minoria, conforme demonstraremos em nossa análise dos dados estatísticos e econométricos, o autor defende que

comportamentos aparentemente “minoritários” podem ensinar mais sobre o indivíduo como sobre a civilização tomada em dado momento de sua história, do que uma exploração das condutas e das normas que parecem características da média de certa população. A exploração clínica da neurose permitiu avançar muito mais no conhecimento do homem que os trabalhos acumulados anteriormente sobre o dito “normal” (LAPASSADE, 1968, p.119-120).

O autor compreende que Freud, estudando a doença, lançou mais luz sobre a dita normalidade do que todos os que o precederam. Essa afirmação de Lapassade nos inspirou a pensarmos que compreendermos um pouco mais sobre os processos de subjetivação dos adolescentes autores de ato infracional pode clarear muito sobre as formas de subjetivação no momento presente chamado por alguns de pós-modernidade, haja vista compreendermos esses adolescentes em muitos aspectos como uma caricatura das formas de subjetivação dos nossos dias. Também Birman (2014) considera que o desviante coloca em evidência as formas de subjetivação de um dado tempo.

Outra preciosa contribuição desse artigo antológico de Lapassade é denunciar o caráter ideológico das ciências sociais ao renderem-se ao conceito de

desvio, preferindo o termo crise, com auxílio das psicologias, momento no qual o sujeito, em seu mundo, se escolherá. Logo, a crise da adolescência, de caráter mais individual, é ancoragem da crise juvenil, de caráter mais social e, em nossa compreensão, o adolescente autor de ato infracional dialogiza ambas. Lapassade responsabiliza o sistema capitalista por seus paradoxos que, à semelhança de uma neurose, promete o que não está a seu alcance conceder.

O absurdo é a contradição não percebida e, portanto, não elaborada; a organização capitalista da sociedade é contraditória no estrito sentido em que um indivíduo neurótico o é: ela não pode tentar realizar suas intenções senão por atos que as contrariam constantemente. (LAPASSADE, 1968, p. 122)

Por tudo o que foi escrito até então, assumimos a psicossociologia como um importante aporte teórico para este estudo, um campo de conhecimento que considera o intrincamento entre as dimensões psíquicas e sociais na análise das relações dos fenômenos humanos, o que será melhor explicado na metodologia.

Todavia, a questão do etiquetamento, no caso específico da juventude, encontra ancoragem nas representações sociais sobre a questão. Discutindo a fragilidade das políticas públicas para juventude, Abramovay e Esteves (2009) afirmam que tanto no passado quanto em nossos dias, prevalece uma visão “dualista” e “maniqueísta” da adolescência e ou juventude: responsável-irresponsável, esperança-medo, futuro, irreverente, além da comum criminalização da figura do jovem, que é constantemente associada à ameaça social e à criminalidade.

Ante a aparente crença de valorização da juventude, o pesquisador Charlot (2007) alerta-nos para não nos iludirmos com o fato de que, apesar de a sociedade valorizar os estigmas ligados à juventude das classes abastadas, não vê com bons olhos o jovem, sobretudo quando se trata de jovens moradores de conjuntos residenciais de periferia, invasões e favelas; quando a aparência física ou maneira de se vestir são próprias dessas comunidades; quando têm dificuldades em encontrar emprego; pela condição social e são negros

As representações sobre adolescência ou juventude idealizadas, estereotipadas, preconceituosas e discriminatórias não é fato recente. Segundo Pámpols (2004, p. 257), a juventude tem sido vista como um:

Jano de dois rostos: uma ameaça de presente obscuro e uma promessa de futuro radiante. Os jovens são anjos que nos deslumbram e monstros que nos assustam (ou, para dizê-lo no feminino, princesas que nos encantam ou víboras que nos devoram).

Essas representações sociais da adolescência ou juventude retroalimentam-se nas apreensões que são feitas pelos meios de comunicação voltados às massas, ao associarem, de forma simplista e reducionista, a juventude com a violência e a adolescência com a impunidade.

Gonçalves (2005) demonstra que nossa sociedade apresenta um interesse cíclico com relação à temática da juventude, associando-a ao estudo de situações-limites. Essa postura justifica os esforços disciplinadores que acompanham as discussões sobre juventude e a associação comum entre juventude e as grandes questões de cada tempo comuns à sociedade. São imputadas à juventude, no entanto, de uma forma especial o individualismo, o consumismo e a violência.

Uma das explicações para este fenômeno, segundo Krauskopf (1998), é o adultocentrismo: uma relação assimétrica e de tensão que norteia as interações entre adultos e jovens, própria das sociedades pré-modernas e modernas patriarcais.

Para a autora, essa lógica ancora-se no aspecto biológico, para subordinar e excluir as mulheres, por razões de gênero, e os jovens, pela idade. Este conceito considera a representação dos adultos como um modelo acabado, com base em um universo simbólico e de valores que é característico da sociedade patriarcal e que condena os jovens, na compreensão de Singer (2005), a uma situação de submissão aos mais velhos.

Matza, em texto escrito originalmente em 1961, discute a rebeldia, a infracionalidade e a boemia e o trazemos aqui pela riqueza de detalhes e elucidações que faz sobre as revoltas juvenis, especialmente a infracionalidade. A rebeldia é compreendida como contestação ao estatuto demonstrado pelo mundo adulto a partir da infância dos que se apresentam jovens, o que pode ser acentuado em sociedade que se mostre dinâmica, como é a nossa.

Para Matza (1968, p. 81), essas “tradições ocultas da juventude” possuem semelhanças: exercem maior atração à juventude do que à população em geral; têm implicações distintas de anti-civilidade; oferecem ameaças à estabilidade da “ordem”; são anti-burguesas. Aquele que delinque não se indis põe abertamente

contra as disposições burguesas sobre a propriedade, embora as transgrida; rejeita os sentimentos burgueses de método e rotina (sobretudo escolar). O boêmio mostra-se indiferente à propriedade; sua ira volta-se contra os elementos puritanos e metódicos da ética burguesa. O radical é o que mais aberta e conscientemente se coloca contra os valores burgueses mediante seus fundamentalismos políticos, religiosos e ideológicos.

As modalidades de revoltas da juventude destacadas por Matza possuem também diferenças: quanto à escolarização, a infracionalidade, por ser mais comum em uma idade específica de vulnerabilidade, tem mais baixo grau de escolarização, enquanto a boemia é mais comum entre jovens com maior grau de escolaridade, o mesmo dando-se com relação ao radicalismo. No que concerne ao grau de consciência de suas condutas, o radicalismo parece ser o que tem maior consciência de sua intelectualidade. Quanto às ambições, a infracionalidade parece ser a que menos apresenta planos para a sociedade e a que mais reproduz os valores instituídos quanto às reivindicações dos valores morais.

Por razões óbvias nos centramos na infracionalidade. Matza (1968, p. 89) destaca o culto da proeza e a busca constante de excitação, de “sensações” ou “emoções” por meio de uma vida de aventura, um estilo de vida atravessado por atividades que demonstrem ousadia. “O fato de uma atividade implicar desrespeito às leis é muitas vezes a razão de ser do seu aspecto atraente”, pois fazer proezas é procurar e receber as recompensas materiais da sociedade, evitando, à moda da classe privilegiada, os cânones da escola e do trabalho e suas respectivas dedicações ao metodismo, à segurança e à rotina.

Assim, os que delinquem, comumente, exteriorizam um desdém pelo “progresso” aos moldes da escola ou do trabalho. No seu lugar, existe uma espécie de movimentação errante ou sonhos grandiosos de rápido sucesso, apesar de o dinheiro não ser menosprezado no código dos que infracionam, não para fins a longo prazo, mas para o prazer imediato, o luxo, o supérfluo, a ostentação e o gozo.

A infracionalidade demonstra versatilidade ímpar na manipulação emocional, uma virilidade agressiva que a aproxima do código do guerreiro. Os que delinquem apresentam dificuldade em receber infâmias sobre a sua honra e têm forte senso de territorialidade. Mostram-se machistas, sexistas e homofóbicos. A condição de infracionalidade é definida pelo código legal, mas dispõe sobre duas

formas comuns: a vitimização do outro e a prática de ações proibidas para os jovens, mas permitidas para os adultos, para os quais a sociedade tem atitude de relativa aceitação, ainda mais se tratar-se de jovem pertencente a estratos mais abastados de nossa sociedade.

Não obstante a popularização das formas citadas por Matza de revoltas juvenis, a única expressão para a qual há uma intervenção institucional é a infracionalidade. Sob vertente marcadamente retributiva de justiça, que se traduz em programas ineficientes, com pouco ou nenhum investimento, ainda que, no caso do Brasil haja um corpo legal extremamente arrojado para essa política: Resolução 119/2006 (CONANDA); Lei 12.594/2012 (Lei SINASE) e o próprio ECA.

O autor observa uma colagem da infracionalidade por considerável fração da juventude, o que é tratado como “cultura adolescente”: estímulo dado à diversão e à aventura, desdém pelo esforço escolástico, participação mais ou menos constante em delitos de status toleráveis, persistente interesse nas credenciais de masculinidade e feminilidade, o que tem levado muitos de nossos jovens à adoção de uma insígnia de adolescência como uma espécie de infracionalidade aceitável.

Uma última contribuição em nossa formação na sociologia da juventude nos foi dada pelo sociólogo húngaro, Karl Mannheim (1961)⁶, um dos pioneiros na denúncia da tendência moderna de exaltar as reivindicações dos jovens com pouca ou nenhuma atenção às reivindicações da sociedade para com eles, semelhante a pais excessivamente protetivos que, no intuito de proporcionar o melhor a seus filhos, reduzem as potencialidades de adaptação destes às adversidades próprias da vida.

Este contexto mostra uma oscilação extremista entre a educação autoritária, cega às necessidades vitais e psicológicas dos filhos, e o *laissez-faire*, que perturba o equilíbrio salutar entre o indivíduo e a sociedade. Mannheim reconhece nas novas gerações grandes potencialidades de recursos que dependem da orientação das gerações precedentes, o que não era viabilizado pela educação dada às novas gerações no passado próximo, fortemente marcada pela transferência da tradição, pautada em métodos de ensino centrados na lição seguida de cópia, memorização e repetição.

⁶ Conferência pronunciada em Oxford (Inglaterra), escrita em inglês no ano de 1941 e publicada juntamente com outros textos em 1943, no livro *Diagnose of our time*.

Para o autor muitas sociedades buscam a utilização dos recursos revitalizantes da juventude, desconsiderando o caráter pulsional, entregando-a a uma condição de abandono em nome de um equívoco: a crença de que a juventude é, por índole, progressista, o que não significa ser conservadora, esquecendo-se da sua condição de sujeito não suficientemente “enredada” na teia e na “ordem” social sob a efervescência do aspecto biológico.

Saída de um universo (familiar) no qual as normas ensinadas diferem das colocadas pelo mundo adulto, a juventude é compreendida por Mannheim como potencialidade pronta para as oportunidades que lhe forem apresentadas, especialmente as que se assemelharem ao dinamismo próprio de sua condição, o que não pode ser confundido com progressividade predeterminada. O autor chama-nos a atenção para o fato de os interesses da juventude ainda serem tênues e que é próprio desta condição o lugar marginal, estranho, alienígena, colocado em sociedade, portanto de relativa dependência aos valores do mundo que os recebe. Daí comparar as reservas latentes da juventude com o mercado, no sentido de lembrar que a posse privada de capitais e lucros é permitida numa sociedade de mercado, desde que não se coloquem em risco os interesses coletivos.

A escola pública é também objeto da reflexão de Mannheim, que segundo ele, favorece a vida em coletividade por parte dos jovens. Contudo, ao invés de promover experiências autorreguláveis da vida espontânea em grupo,

[...] parece ansiosa por impor regras de uma rigidez artificial ao equilíbrio natural automático, de modo a inculcar o espírito de hierarquia, submissão e outras virtudes de coesão social que são necessárias, sobretudo, para a perpetuação de uma minoria dominante (MANNHEIM, 1961, p. 51-52).

Defende, assim, para as escolas, um papel tanto de transmissor da cultura como de promotor da potencialidade juvenil, ou seja, que constrói o laço social ao tempo em que incentiva a especificidade.

Queremos, com esse último item, chamar a atenção da sociedade para suas responsabilidades para com as novas gerações.

A condição humana

O sujeito que se apresenta como objeto desta pesquisa é um ser humano que se encontra em momento ímpar da construção de sua identidade, conforme

teorizou o antropólogo-psicanalista Erik Erikson (1987/1968). Há um momento de (re)negociação entre o que lhe foi dado, sobretudo pela família, o que pulsa oriundo de si e o que advém da cultura, a partir de suas idiossincrasias biográficas. Logo, as fragilidades do processo de socialização da psiquê são, também, dos mediadores culturais que lhes servem de referência, razão pela qual julgamos procedente discutir o que compreendemos pela condição humana e como vêm se dando os processos de construção das subjetividades em nosso tempo.

Os psicossociólogos Jacques Ardoino e Jaqueline Barus-Michel (2005) nos lembram que a forma como nos acreditamos, sentimos e nos colocamos como seres humanos é um fenômeno moderno, uma vez que os pré-modernos não dedicavam atenção à singularidade do indivíduo. Este mundo, fundado pela ordem burguesa, com sua paixão pela interioridade, teve em Rousseau momento áureo e foi profundamente explorado pela literatura autobiográfica e romanesca e tentou criar um real mais verdadeiro do que a realidade (COSTA, 1998).

Ao contrário do que afirmam as correntes psicogenéticas, é imperioso considerar que todo sujeito é situado no tempo e no espaço sociocultural e autobiográfico, com um nome no qual ancora sua originalidade e tentativa de singularidade. Trata-se de um sistema complexo e conflituoso, que se esforça por uma unidade coesa em uma continuidade coerente. É um ser ávido por prazer e, conseqüentemente, temente do desprazer, apesar dos inevitáveis atropelamentos do real. Reivindica o reconhecimento e a partilha, ao tempo em que é responsável e alienado e utiliza-se de máscaras para os papéis que ocupa na sociedade (ARDOINO e BARUS-MICHEL, 2005).

Assim, um adolescente que comete um ato infracional situa-se em um tempo especial de crise, e com uma forte marcação territorial, com histórias de vida muito comuns, com sérias dificuldades em não se inscrever em uma serialidade muito própria de suas comunidades devido às *personas* comuns a esses territórios, conforme será aqui discutido. Devido às dificuldades com a latência⁷ e a

⁷ Fase psicosexual posterior à fase fálica e anterior à puberdade na qual o sujeito direciona sua libido especialmente para a aquisição de conhecimento. Sucede à dissolução do Édipo com recalcamen- to de conteúdos pré-edípicos.

sublimação⁸ são especialmente ávidos por prazer e tementes do desprazer, sobretudo pelos atropelamentos do real. Assim, pensarmos o adolescente como fragilização do laço social passa por refletir sobre as fragilidades desse processo de identificação e reconhecimento por parte desse mesmo social.

Sartre (1970) diferenciou o sujeito do indivíduo, que, para o autor, era uma unidade constitutiva, indivisível, holística, biológica, tornada também econômica, inscrita na serialidade. Instiga-nos considerar em que medida o adolescente autor de ato infracional não se reduz a um indivíduo, haja vista a manifestação mimética e estereotipada com que se apresenta para o social, os lugares comuns que costumam ocupar na discursividade que os ajudam a construir.

Na percepção de Ardoino e Barus-Michel (2005), o sujeito é, a um só tempo, agente, ator, autor e possui uma intencionalidade, visto que se define por uma função, tarefa, competências e lugar na máquina-organização, em ligação solidária com os outros agentes. No caso específico dos adolescentes autores de ato infracional, trata-se de um lugar marginal, de exclusão do acesso aos bens de consumo que ofertam reconhecimento social (GUERRA; MARTINS e OTONI, 2014), conforme demonstram as estatísticas, o que será objeto de um momento nesta produção bibliográfica.

O adolescente é também um agente que, pelo seu processo de hominização (MORIN, 1988), foi inscrito numa narrativa e contexto social, dotado de iniciativa. Desempenha, pois, um papel em instituído que lhe é dado, no qual pode improvisar, conforme discutiremos melhor mais adiante retomando o trabalho de Castoriadis (1982).

O adolescente, assim, é autor, ou ao menos tenta ser, quando, a partir de uma origem, normalmente de proscricção, a assume ou tenta negá-la pela atuação na sua história, em seu percurso. Cabe, aqui, o questionamento do termo 'autor' para esses adolescentes que, de fato, mais atuam.

No afã de conquistar unidade e continuidade no próprio seio da sua divisão e de suas rupturas, o adolescente dá sentido à experiência, pela qual o

⁸ Tipo particular de atividade humano que não tem nenhuma relação parente com a sexualidade, mas que extrai sua força da pulsão sexual na medida que se desloca de um algo não sexual, investindo objetos socialmente valorizados. Freud a compreendia como o Mecanismo de Defesa bem sucedido (ROUDINESCO e PLON, 1998).

mundo se constitui na tensão entre o ser, o viver e o fazer. É um Ego Ideal⁹, produto de um Ideal do Ego¹⁰, uma projeção no mundo, um esforço de negociação entre o anseio e o que se manifesta no hoje (ARDOINO e BARUS-MICHEL, 2005). Ocorre que, a atual conjuntura, conforme bem demonstra Costa (2004), não tem favorecido a travessia do Ego ideal para o ideal de Ego, permanecendo os sujeitos em um funcionamento predominantemente narcísico-primário¹¹, com pouco ou pouquíssimo espaço para o reconhecimento do outro.

Todo sujeito é, assim, um projeto de ser, esforço de síntese entre a memória e o futuro; é o imaginário que (re)trabalha o discordante e o heteróclito para associar e ligar os seus elementos numa duração e coerência suficientes à sua partilha do mundo. A partir do Ego, o adolescente regula seu projeto-de-ser em segredo, até para si mesmo, na tentativa de evitar as contradições e se proteger dos ataques internos e externos (ARDOINO e BARUS-MICHEL, 2005). No caso específico dos adolescentes autores de ato infracional, concordamos com Guerra et al. (2014b) e com Pereira (2008) sobre o esforço com que esses adolescentes protegem uma autoimagem negada pelas suas biografias.

Esses adolescentes possuem uma identidade, que compreendemos com Gaulejac (2006) como aquilo que permanece do sujeito no percurso de sua incessante e frágil construção de uma representação de si que aspira à unidade singular, contínua e reconhecida, fortalecida ou não pelo que fornece o ambiente, conforme discutido nas linhas precedentes. É o produto sempre em construção do processo dialógico da interação entre as instâncias psíquicas e as identificações. Ocorre, todavia, que essa identidade é, muitas vezes, atacada pelos valores circulantes impostos pelo contexto no qual vivem com menores chances de negociação, conforme discute Guerra et al. (2014a).

Esse processo da identificação passa pelo dialógico entre o similar e o antagônico, entre o eixo narcísico e o alteritário, entre a objetividade e a subjetividade. Nesse sentido, é mais um processo que um produto. Todavia,

⁹ Transfundo psíquico do narcisismo primário de onipotência. Em parte oriundo da história psíquica do sujeito, em parte do projeto de filho ideal.

¹⁰ Síntese decorrente da elaboração do Ego ideal que se dá com a dissolução do Édipo, como herdeiro. Introjeção que o sujeito realiza do produto da negociação que faz entre o Ego Ideal e o que resta do Complexo de Castração.

¹¹ Narcisismo pré-edípico no qual predomina o Ego Ideal.

assistimos a um recrudescimento da função paterna (ROUDINESCO, 2003) e, com ela, da alteridade (LASCH, 1983; COSTA, 1998; BIRMAN, 2007; 2009), vacuidade que vem sendo assumida pela tecnocracia em conluio com a indústria do *marketing* (LASCH, 1983; 1991), pela celebridade (COSTA, 2004), pelas lideranças do crime organizado ou pelos grupos de passagem ao desvio (PEREIRA, 2008), pelos representantes da lei (ARAÚJO, 2006).

Assim, a identidade não é algo primordialmente dado, mas o resultado do herdado, com toda a herança transgeracional (KAËS, 2001 e SAVIETTO, 2010); nas instituições socializadoras.

Apesar de ser um produto sempre em construção, a identidade mantém algo de si que o faz ser reconhecido numa temporalidade. O sujeito é aquilo que está submetido, que vamos tentar dominar, ou até dele nos apropriarmos (tornar proprietário). Este sujeito-objeto não está longe do sujeito histórico, subdito, do rei submetido, coisificado, que gerencia a vontade e o poder da rainha e do primeiro ministro, em uma interação mais caracterizada pela relação de força do que de relacionamento. É uma consciência reflexiva, um lugar de fala e de função (ARDOINO e BARUS-MICHEL, 2005). Esse processo acentua-se na adolescência e, quando o mundo não pode ser o suporte, tende o sujeito a afogar-se em si (MARTY, 2006; RASSIAL, 1997a; 1997b; WINNICOTT, 2005a) ou no grupo (KHEL, 2000).

Trata-se de um sujeito de enunciação e de intenção que se inscreve em um contexto espaço-temporal e social, com trajeto, filiação e afiliação, percurso, projeto próprio, cujos elementos esforçam-se para se reunirem e para deles se apropriarem em uma singularidade significativa, numa intenção de sentidos e na relação com os outros (PEREIRA, 2008). Logo, o sujeito não existe em si, mas para si; uma obstinação selvagem por existir, viver, fruir, poder, possuir, ter amor e reconhecimento, seja pelo pedido ou pela agressão (GAULEJAC, 2006).

O sujeito humano não é o todo harmônico que a sociedade acredita e exige. No intuito de minimizar as tensões que aqui buscamos expressar, a sociedade lança mão de mecanismos defensivos que tentam gestionar, sempre provisoriamente, o luto da onipotência, da unidade e da completude. A identidade é uma narrativa do sujeito falante e falado. Como nos lembra Lacan (1999), fala porque foi falado, mas jamais se diz definitivamente. A identidade é o esforço do Ego em regular toda essa conflituosidade e consolidações por um sujeito apresentável.

Nesse esforço, recalca, retira ao sujeito uma parte, sempre efervescente, com uma pesada carga de cegueira quanto ao que o constitui (GAULEJAC, 2006).

Mesmo não sendo senhor em sua própria casa (FREUD, 1917/2014),¹² o sujeito constrói uma trajetória de sentido a partir de sua história vivida e herdada, dos seus objetos e projetos escolhidos e impostos. O sentido é a intencionalidade posta nas coisas e nas situações, cuja ocorrência teria um autor, uma direção, um fim. É o resultado do duelo e da negociação entre a intencionalidade de si e do outro, visto que o discurso que cada um tem sobre si próprio tem sempre por interlocutor o outro e o Outro¹³. Esse sujeito está sempre em luta com o outro do inconsciente para manutenção desse sentido. Ele existe pelo reconhecimento dos outros na sua pertença e dos princípios que lhe garantem a existência e a dignidade (GAULEJAC, 2006).

Edgard Morin (2007a) discute o humano, acrescentando às nossas reflexões o resgate que faz da dimensão *bios*, sem contudo restringe-se a ela. O autor descreve o humano como um vertebrado frágil, mas que superou suas limitações pela técnica; um hiper-mamífero, pois estende os vínculos à vida adulta; hiper-sexuado, visto que sua atividade sexual não é sazonal e, tampouco, restrito ao genital, além de super-primata que hipertrofiou o cérebro dos ancestrais.

O humano, assim, se faz pela cultura, “[...] faz-se homem pela linguagem que o faz” (MORIN, 2007a, p.37). “O *eros* é filho do espírito e do sexo, nunca conheceu a lei, transgride as regras, as convenções e interdições”; possui a racionalidade do *sapiens* e a técnica do *faber*; produz uma noosfera que o possui. É a um só tempo indivíduo, sociedade e espécie; cérebro, cultura e espírito; razão, afetividade e pulsão.

É consenso científico que somos *homo sapiens*. Todavia, nos lembra o autor em tela que é *sapiens-demens*, visto que o *homo faber* é também *killer*, como mostram as marcas de violência nos fósseis dos neandertalenses e entre os próprios *sapiens*. O *homo economicus* não é diferente, muito pelo contrário, pois a

¹² Buscamos diferenciar a data da edição utilizada da data de primeira publicação do original apenas para as obras cuja essa diferenciação seja importante para marcar o momento histórico da primeira publicação e ou o vanguardismo do autor. Sempre que duas datas existirem, a primeira referir-se-á à data da primeira publicação e a segundo à edição com a qual trabalhamos.

¹³ “Termo utilizado por Jacques Lacan para designar um lugar simbólico - o significante, a lei, a linguagem, o inconsciente, ou, ainda, Deus - que determina o sujeito, ora de maneira externa a ele, ora de maneira intra-subjetiva em sua relação com o desejo” (ROUDINESCO e PLON, 1998, p. 558)

história da propriedade privada é, também, a história da barbárie. Cultura e pulsão duelam dentro e fora do humano e não são poucas as vezes nas quais a *hubris* reina. “Os germes de todas essas loucuras estão escondidas em cada indivíduo, em cada sociedade; o que nos diferencia dos outros é o maior ou menor controle, sublimação, dissimulação, transformação de nossa própria loucura” (MORIN, 2007a, p. 119).

A afetividade é, a um tempo, a possibilidade de salvação e de perdição, de saúde e de doença. Em inúmeros momentos de sua obra, Morin inscreve-se na compreensão psicanalítica freudiana (não sem fazer contestações a Freud, com algumas referências a Lacan), como é o caso quando afirma o humano como o resultado da dinâmica psíquica entre o Id e o Superego, com desdobramentos para o Ego. Porém, de uma forma dialógica, reconhece a disputa entre afetividade, pulsão e racionalidade.

Vivemos, de fato, num circuito de relações interdependentes e retroativas que alimenta, de maneira, ao mesmo tempo, antagônica e complementar, a racionalidade, a afetividade, o imaginário, a mitologia, a neurose, a loucura e a criatividade humanas. [...] Somos seres infantis, neuróticos, delirantes, mesmo sendo racionais. Tal furor cego quebra as colunas de um templo de servidão, como a tomada da Bastilha e, ao inverso, tal culto da Razão, alimenta a guilhotina (MORIN, 2007a, p. 127).

Tal como Freud (1911/2010) e os psicossociólogos citados, Morin compreende o humano como um compromisso neurótico entre o princípio do prazer e o da realidade, com desdobramentos históricos no corpo. Dessa incongruência, surge o pacto surrealista, por meio dos jogos, filmes e outras atividades aliadas ao racional e o imaginário pelo viés simbólico. O humano tenta o domínio do real, tanto pela ciência, quanto pela magia.

Somos, *homo consumans* e *homo economicus*, pois “carregamos não somente um princípio de economia, mas, também, um princípio de dilapidação e de dissipação” (MORIN, 2007a, p. 129); *homo ludens*, como se esse quisesse, de dentro, “rasgar a máscara do *homo sapiens*” (*idem*, p. 130).

Para destacar a importância do imaginário no que é o humano, Morin (2007a) nos lembra que as vias de entrada e de saída do sistema cerebral que conectam o organismo e o mundo exterior só representam 2% do conjunto, enquanto 98% dizem respeito ao funcionamento interior. Somos seres estéticos, na acepção do termo, pois sentimos e somos seres poéticos.

Logo, somos *homo complexus*, visto que o humano é compreendido por meio da ligação, articulação e interpretação de diversos saberes relativos ao ser humano, no qual não se separa a subjetividade do cientista que estuda a subjetividade. Somos uno e diversos, visto sermos físicos, biológicos, psicológicos, sociais, mitológicos, econômicos, sociológicos e históricos. Por ser complexo, o ser humano junta verdades separadas e que se excluem, alia a dimensão científica e as epistemológicas e reflexivas; dá novo sentido às palavras esvaziadas das ciências, como é o caso de alma, espírito e pensamento (MORIN, 2007a).

É preciso lembrar que pode haver “conflito de finalidades ou parasitismo das finalidades pelo meio que se torna fim”: avareza, dependência afetiva, egocentrismo individualista, sexolatria etc. “O indivíduo pode esquecer seu dever cidadão” (MORIN 2007a, p.155-156), mesmo porque nossa identidade social e a sensibilidade ao outro era mais significativa no núcleo arcaico.

Ecce homo é homo sapiens-demens, faber-ludens-imaginarius, economicus-consumans-estheticus, prosaicus-poeticus. Ser de muitos mistérios.

A sociedade (humana)

Edgar Morin apresenta ainda as sociedades humanas, assim como os indivíduos, como auto-eco-organizações, sistemas, entendendo por esses “a organização de partes diferentes em um todo, estabelecendo injunções sobre as partes e produzindo qualidades próprias ou emergências, as quais retroagem sobre as partes.” (MORIN 2007a, p. 167).

O autor nos lembra também que “dentro de cada sociedade, cada indivíduo é, ao mesmo tempo, um sujeito egocêntrico e um momento/elemento de um todo sociológico. [...] A relação indivíduo – sociedade é hologramática, recursiva e dialógica (MORIN 2007a, p. 167).

Assim, as sociedades humanas são múltiplas, conforme sejam as culturas e épocas, mas são inconfundíveis e irreduzíveis. Essa dialogicidade é complementar, antagônica e ambivalente.

As sociedades contemporâneas são organizadas por “Estados-nação, que comportam duas megamáquinas: uma econômica, capitalista, semi-autônoma, e outra administrativa, burocrática, de Estado” (MORIN 2007a, p. 185). Todavia, na era

moderna, “uma megamáquina econômica de amplitude planetária foi instalada, impulsionada por um quadrimotor sem freios: ciência, técnica, indústria, capitalismo.

Ao contrário do que apregoam as concepções deterministas, a história não constitui uma evolução linear. É um complexo de (des)ordem, e (des)organização. Obedece a determinismos e acasos, vivência, turbulências, bifurcações e derivas. Os próprios avanços trazem consigo retrocessos em outras áreas, como é o caso dos progressos técnicos e econômicos, que não são uma garantia de progressos intelectual e ético.

Morin destaca ainda uma dupla hélice que movimenta a história: a conquista (*polemos*) e o pacto humanista, e aposta neste como via para um provável amanhã, mas lembra que “o inimigo da humanidade não é externo. Esconde-se dentro dela; é o *sapiens-demens*.”

Uma importante contribuição sobre a subjetividade para esta fundamentação teórica é dada pelo trabalho do filósofo-psicanalista grego, radicado na França, Cornelius Castoriadis (1982). Mesmo lembrando que não há teoria que dê conta do real e de criticar com muito embasamento o método conjuntista-identitário, Castoriadis, do lugar de filósofo e psicanalista, com uma vasta caminhada pelas fileiras teóricas e ativistas do marxismo, apresenta uma compreensão da subjetividade, no esforço de fazer trabalhar um diálogo entre as abordagens teóricas e aplicadas que lêem o mundo a partir do intrapsíquico com as que a fazem a partir do social.

Sua teoria da subjetividade articula Freud e Marx, com marcada predileção pelo primeiro. Para o autor, a psiquê é produto e produtora da representação, tal como Freud a apresentou ao longo de sua obra. Aliás, desfere severas críticas às correntes que, segundo ele, minimizaram a radicalidade dessa revolução no conhecimento, ao se propor lógicas do mundo da vigília ao universo do inconsciente, que, segundo o próprio Freud, é atemporal e desconhece a contradição. O inconsciente é regido por representações que se vinculam a afetos. Ele só existe como fluxo indissociavelmente representativo, afetivo e intencional” (CASTORIADIS, 1982, p.317), reguladas sempre pelo princípio do prazer.

Logo, o sujeito, se é que existe para ele, passa pela compreensão de realidade psíquica como representações revestidas de afeto, de imagens e coisas,

sem nenhuma vinculação com as ideias de verdade ou ficção. Só mais tarde vindo a ser mediatizado pelas representações, o que já não mais é do domínio do consciente, e sim do pré-consciente. O autor evoca o conceito de fantasia de Freud, para referir-se ao imaginário radical, fonte das representações. O que difere do fantasiar, o fantasiado, que somente será possível com a continuidade desse processo.

O capitalismo, como modo de produção social, não apenas da materialidade, mas também das relações, estabelece as leis da subjetividade capitalística. Guatarri e Rolnik nos lembram que “é a própria essência do lucro capitalista que não se reduz ao campo da mais-valia econômica: ela está também na tomada de poder da subjetividade” (2010, p. 21). Não somente uma produção de subjetividades individuadas – subjetividade de indivíduos – mas uma produção de subjetividade social, que se pode encontrar em todos os níveis de produção e do consumo e, mais ainda, uma produção de subjetividade inconsciente.

Guatarri e Rolnik defendem os processos de singularização:

para construir modos de sensibilidade, de relação com o outro, de produção, de criatividade que produzem uma subjetividade singular [...] que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos (GUATARRI e ROLNIK, 2010, p. 22).

Segundo os autores, o indivíduo é serializado, registrado, modelado. Nesse sentido, “a subjetividade é essencialmente fabricada, modelada no registro social (2010, p. 40). Visto que, para eles, “certos processos de constituição da subjetividade coletiva [...] não são resultado da somatória da subjetividade individuais, mas sim do confronto com as maneiras com que, hoje se fabrica a subjetividade em escala planetária (2010, p. 37).

Costa (2001), apresenta uma subjetividade exterior para exibir as formas de expressão de nossos dias como modo de reforçar a diferença entre as formas de subjetivação do passado em relação às de nossos dias. Para tanto, propõe um caminho lógico que inicia por lembrar que, apesar de sermos sujeitos sócio-históricos, mudanças na vida afetiva dos sujeitos demandam longos prazos. O autor nos lembra que o neoliberalismo, ao tempo em que estimula comportamentos subjetivos necessários à sua manutenção, é retroalimentado por esses mesmos comportamentos.

A supremacia do mercado contribuiu com o enfraquecimento de instituições historicamente responsáveis pela construção das subjetividades, restando aos sujeitos o narcisismo e o hedonismo. O cuidado de si passa a ser confundido com o cuidado com o corpo, conforme demonstra, também, Costa (2004): uma desconfiança generalizada perpassa todos os lares e a performance é a tônica do momento.

Ecce Homo adolescente

Ao considerarmos o tema da adolescência, o fazemos em retomada e complemento de discussão presente em Evangelista (2012). Assumimos, conforme Marty (2005), a violência do adolescente como também consequência da violência com a adolescência e, ainda, conforme Rassial (1997b), uma oposição à ideia desenvolvimentista, naturalista, organicista, biologizante do adolescer como momento comum para todos os seres humanos, estanque ao que já estava ali, sem, com isso, cair em outro extremo que desconsideraria a radicalidade desse momento que vai além do material herdado do infantil, conforme asseveram também Ouvry (2010) e Marty (2008).

Ao discutir a transição adolescente, o fazemos ancorados por uma concepção de tempo em psicanálise que não obedece a uma linearidade estanque, conforme discutido por Lacan (1986) e, ainda, porque transitivos são todos os momentos do ciclo da vida humana. Conforme afirma Evangelista (2012, p. 29):

Tomados estes cuidados, reforçamos que, em nossa compreensão, apesar de evocada e atravessada por um aspecto biológico, em muito influenciada pelo contexto cultural e com significativas influências do quadro social dos sujeitos que a vivenciam, a adolescência é um fenômeno intrapsíquico, em que se operam grandes transformações na subjetividade, especialmente na construção da identidade dos sujeitos que a vivenciam.

Também retomamos a primazia das ideias de Freud nesses estudos, apesar de não ter construído uma teoria específica sobre a adolescência. Freud foi pioneiro em destacar a puberdade como momento de troca objetal e das fragilidades egoicas daí decorrentes, da reedição do Édipo (FREUD, 2016/1905; 2015/1909; 1923/1996) e da reedição narcísica (FREUD, 2010/1914; 2010/1930).

Jean-Jacques Rassial (1997a; 1997b; 1999), é autor que retomamos para lembrar a adolescência como momento singular na constituição psíquica do sujeito,

no qual a própria inscrição psíquica primeira, da dissolução do Édipo, é colocada em causa por nova operação simbólica, podendo ser ratificada ou retificada, o que o aproxima dos estados-limites. Trata-se, nas palavras do autor, de uma “afecção imaginária do Eu, sob efeito do violento golpe do real-adolescência” (RASSIAL, 1997a, p. 187), que o convoca a uma reapropriação egoica do novo e compulsório corpo. Momento de luto pela “perda do corpo, do *status* e dos pais imaginários da infância” (RASSIAL, 1997a, p. 76).

A adolescência é, portanto, momento privilegiado de reinscrição da estrutura psíquica e, na qual há o encontro com a sexualidade genital por meio do outro. Há um violento ataque ao narcisismo promovido pelo atropelamento da corporeidade, e uma certa complementaridade (e não completude) o arranca da manutenção dos investimentos narcísicos, a qual o adolescente percebe como ameaçadores de sua integridade. Outro grande ataque se dá pelo remanejamento das identificações, o que abala profundamente as defesas narcísicas, em função do desinvestimento nos objetos da infância. Trata-se de um corpo estrangeiro que demanda um trabalho psíquico

violento por essência já que o adolescente é “vítima” de uma mudança que ele não pode, em hipótese alguma, controlar: a puberdade é acionada de modo programado geneticamente, ela é totalmente independente do querer, e confronta o adolescente com uma reorganização completa de si mesmo no plano de sua identidade corporal, psicológica e sexual (MARTY, 1996, p. 13).

Ocorre, ainda, a desidealização do mundo adulto, do qual esperava-se o pleno gozo, sobretudo pela falácia de voltar ao UM com o outro pelo gozo sexual, tão presente no discurso social. Reposicionados no lugar de adultos comuns, tão faltantes quanto o adolescente, os pais são percebidos como seres que também projetam o gozo para um só depois (RASSIAL, 1997a). O autor denomina esse trabalho como apropriação, com um desamparo que, apesar de rebuscar o arcaico, é potencializado pela violência deste corpo e do contexto.

O nome-do-pai é posto em xeque, e disso advém a necessidade de buscá-lo no social. A família, qualquer que seja a sua configuração, é a condição para a presença da metáfora paterna, que perde seu valor, o que coloca o sujeito adolescente numa condição de desespero ante a vacuidade do lugar do outro, que passa, então, a ser buscada no social. Assim, para Rassial (1997b), a adolescência

é o momento em que a operação nome-do-pai¹⁴ ressurge e é ressignificada de sua representação imaginária sustentada na família para encontrar o discurso do mestre, que funda o laço social. Contudo, a fragilidade ou a perversão desse laço que anuncia essa operação pode afetar a própria inscrição simbólica do sujeito, visto não ser apenas imaginária.

Também as novas escolhas objetais decorrem da evocação das operações fundadoras, em que o infantil é rebuscado e reeditado, gerando um hiato entre as identificações objetais primitivas e as novas (sociais), que podem ser preenchidas por uma concordância imaginária a uma relação genitalizada ao outro do outro sexo, retomando dos cuidadores um olhar, e a uma fala que modifique o valor e a função do sintoma (RASSIAL, 1999). Nesse sentido, a comum desqualificação imaginária do outro, tão frequente na adolescência e os pais, entendidos como os donos da lei, são percebidos em sua condição de ancoradores desta e faltantes, tanto quanto eles próprios, meros perpetuadores da lei.

Importante síntese referente aos teóricos da adolescência e traumatismo é feita por Cardoso e Marty (2013), os quais apresentam a adolescência como processo psíquico fundamental, pelo qual o sujeito é convocado pelo “arrombamento pubertário” à necessidade de intenso trabalho psíquico que envolve a (re)elaboração do corpo – apropriação subjetiva deste e de seu psiquismo (identidade) –, questão também discutida por Marty e Chagnon (2006) – nesse peculiar momento de subjetivação (CAHN, 1997). Tamanha é a força do novo corpo, que Driew (2010), compara este momento à metamorfose de Kafka¹⁵, haja vista como o adolescente é do próprio corpo.

Não é apenas uma transição, mas uma crise da vida que coloca o sujeito na iminência de perder-se ante tantas e intensas mudanças, “de perder o fio da continuidade de si mesmo, quando não o sentido da vida” (CARDOSO e MARTY, 2013, p. 11). Ante o estranhamento em relação a seu próprio corpo, a partir de seu olhar e do olhar do outro (pais e pares), é tomado em passividade extrema, à qual reage com agressividade e, por vezes, com violência.

Como sintoma da puberdade, Guerra et al. (2014a) apresentam que a adolescência requer do sujeito árduo processo adaptativo, ante a pulsão e o externo,

¹⁴ Significante da função paterna relida e teorizada por Jacques Lacan.

¹⁵ Kafka descreve em *As metamorfose*, a mutação de Gregor Samsa em inseto gigantesco.

para que possa viver essa experiência inédita de integrar-se sem perder o sentimento de continuidade. O grande desafio consiste em administrar, mudar e permanecer o mesmo. Consequentemente, acirra-se o conflito entre as pulsões e as defesas, e entre as relações narcísicas e objetais, por meio de uma revivência do Édipo com potência, disponibilizando o púbere à sedução ou à perseguição por parte dos objetos (internos) parentais, favorecendo as possibilidades de rupturas (neurótica/psicótica). Sobre o Édipo, Cardoso e Marty comentam:

[...] a adolescência é um processo psíquico que organiza o conjunto da vida do sujeito retroativamente dando sentido à sexualidade infantil (no a posteriori), dando-lhe novos significantes de amarração e àquilo que está por vir na vida adulta, tanto do ponto de vista das escolhas objetais quanto das evoluções potencialmente patológicas. (CARDOSO e MARTY, 2013, p. 11)

Muitos psicanalistas da adolescência, a exemplo de Rassial (1997a; 1997b) e Marty (2010) tratam a adolescência como uma situação fronteiriça. Marty considera que, a depender do material herdado, a adolescência se configura mais ou menos próxima da esquizofrenia, visto ser marcada, de forma muito especial, pela questão dos espaços psíquicos, por tratar-se de um momento-situação limite entre o infantil e o adulto, o corpo e o psiquismo, o outro externo e o outro interno, o eixo narcísico e o alteritário. Nesse sentido, há o risco eminente e paranóico de o adolescente de fundir-se ou ser engolido pelo outro. Em razão do luto, há a necessidade de investimento em novos objetos, o que abre espaço ao novo, à diferença. Considerando-se a intensidade dessas sensações, o adolescente corre o risco de confundir o dentro e o fora, do eu e do outro, as instâncias do aparelho psíquico. A saída pode ser a expulsão violenta dessa excitação desorganizadora, traumática.

[...] presença significativa de patologias nas quais as modalidades de defesa são agenciadas por uma convocação do corpo e do ato, revelando assim a presença de uma base traumática [...] Mostra-se igualmente fundamental uma análise apurada sobre a intrincada relação entre subjetividade e cultura, através da qual seja possível avançar na compreensão e na identificação de elementos que caracterizam a cultura contemporânea, assim como da singularidade própria à estruturação dos laços sociais na atualidade. Para iluminar esses tópicos, consideramos inescapável e mesmo urgente um aprofundamento do estudo da organização familiar. (CARDOSO e MARTY, 2013, p. 13)

Ocorre que, conforme veremos mais adiante, o contexto sócio-histórico não vem favorecendo esse processo, antes disso, provoca danos ainda maiores aos adolescentes, haja vista as questões levantadas anteriormente. Assistimos a uma infantilização dos sujeitos, ou utilizando um jargão kleiniano, a predominância de esquizoparanoia, que promove um prolongamento da adolescência. Assim, a violência se torna um outro caminho de resposta a um mundo que não dá suporte a esse peculiar momento de fragilidade. Assistimos assim à

[...] irrupção de um excesso pulsional, correlativo, por sua vez, de uma fragilidade narcísica, egoica, processos cujo destino será, muitas vezes, o das respostas psíquicas extremas, limites, situação de violência, seja dirigida para si mesmo ou orientada para um outro. (CARDOSO e MARTY, 2013 p.14).

Savietto (2010), ao discutir a atualidade do ato adolescente, compreende a passagem ao ato como uma convocação que o Ego faz ao corpo como último recurso a um transbordamento pulsional que faculta recursos psíquicos efetivamente mentalizados, como decorrência de uma dimensão traumática.

Logo, resta claro que o adolescer é momento de peculiar desamparo em decorrência do caráter fronteiro dessa condição de fragilidade narcísica, da precariedade dos mecanismos de simbolização que promovem um curto-circuito no trabalho psíquico, reforçado, ainda, pelo traumático ante o mal-estar na civilização. É preciso, todavia, considerar que, ao tempo de Freud, a grande preocupação da cultura era com a contenção dos impulsos, ao passo que, em nossos dias, a tônica é a liberdade e o prazer, a supressão da dor a qualquer custo.

Na compreensão de Savietto (2010), essas novas formas de manifestação dos sintomas são regidas por uma economia do trauma, um excesso de excitação que põe em risco a integridade do psiquismo, recorrendo a um apelo à repetição, como é o caso dos transtornos alimentares, drogas, compulsões.

Neste contexto, com base em Rassial (1997b), o adolescer é mais lógico que cronológico. A genitalidade representa um ponto de chamada que reorienta a sexualidade não contra o narcisismo, mas é um movimento pulsional em direção à genitalidade para além do narcisismo.

O narcisismo, por meio do investimento da libido no Ego, tornará possível a organização do sistema egoico, haja vista “[...] que o narcisismo e o Ego são contemporâneos e correlatos da totalização do sujeito numa unidade

imaginária” (COSTA, 1998, p. 156). Esse autor, no estudo em pauta, retoma toda a construção freudiana sobre o tema para demonstrar que o Ego é, por essência, Ego narcísico. É conservador, teme a mudança sobretudo da autoimagem e da unificação, ao tempo em que o Id é voltado para a obtenção de prazer e regido pelo princípio do prazer. Já o Ego é governado por considerações de segurança, estabelece para si a tarefa de autopreservação que o Id parece negligenciar. Isso explica o fato de toda tentativa de alteração da composição egoica agir como estímulo para a autodefesa narcísica.

Para Marty (2002), essa transação narcísica é a negociação que o adolescente deve realizar ante a vacilação entre o narcísico e o edipiano, de um vivido despersonalizante rumo a uma reapropriação. Todavia, o (re)direcionamento à polaridade edipiana não se faz possível na ausência de significativo e sólido preâmbulo narcísico, no qual as relações objetais primárias tenham sido capazes de oferecer aos sujeito uma solidificação narcísica, visto que as falhas narcísicas arcaicas emergirão no momento da transição da dependência à autonomia. Como afirma Costa (2000), a transição adolescente pode ser agravada por falhas narcísicas arcaicas.

Nesse sentido, o apoio narcísico parental é fundamental e complementar em ambos os momentos (arcaico e adolescente), como afirma Marty visto que a elaboração da violência corporal da puberdade necessita, além dos recursos e capacidades internas do adolescente, do “apoio narcísico parental”, na necessidade do adolescente de que seus pais sustentem ativamente o processo pubertário (1997, p. 15) . O suporte parental é, portanto, fundamental (no antes) como base narcísica e no atual como apoio na transição, uma vez que, como assevera Pinheiro,

[...] o objeto abandonado não é somente o objeto a partir do qual todos os outros - que virão a ser constituir como objeto de desejo do adolescente e do adulto - serão derivados, meros disfarces, cópias ou simulacros [...]. O objeto abandonado é também - e, principalmente - o objeto primeiro que o inventou narcisicamente. (2001, p. 71)

Ao tempo em que o adolescente remaneja os referenciais identificatórios, que lhe permitirão novos modelos com a vida adulta, os arcaicos permanecem como apoio para assegurar a continuidade do ser. Isso explica o luto das figuras parentais da infância com o enfraquecimento narcísico do sujeito como um mal necessário.

Os objetos originais da idolatria, certeza e onipotência são fragilizados, abrindo espaço para novos investimentos no campo da alteridade. O Ego, como um naufrago que ainda não aprendeu a nadar e, por isso, agarra-se à uma tábua que o salvou do afogamento, é convocado a um trabalho de abandonar o passado e o presente e admitir transformações, dúvidas, e, principalmente, a existência de falhas no sujeito. O ideal de ego - que remete ao futuro, ao devir do sujeito e, portanto, à sua falta - é a instância que abriga os modelos que serão investidos libidinalmente (COSTA, 1998).

Os novos objetos, assim como os ideais, são símbolos de alteridade. Ante a insegurança com a mudança, o único outro aceitável para o ego, com o qual este consente em lidar sem conflito, é seu outro especular encarnado pelo Ego Ideal. Este 'outro' tolerado pelo Ego é, na verdade, um outro idêntico. Isso tudo exige um desprendimento do passado (corpo infantil, pais e *status* infantil) e uma aposta no futuro.

As defesas narcísicas são, portanto, decorrentes da fragilidade, impotência e revivência do desamparo. O Ego, angustiado, por estar ameaçado em sua integridade, recorre ao seu outro especular, enquanto o Ego Ideal tenta restaurar a onipotência infantil em atitude regressivo-defensiva. Segundo Pinheiro (2001), caberia à cultura ofertar meios que concedessem ao adolescente a possibilidade de dissipar a onipotência, o que, conforme demonstraremos, não está ocorrendo a contento. A passagem da predominância do Ego Ideal (da onipotência narcísica) à prevalência do Ideal do Ego corresponde ao próprio processo de subjetivação que, quando bem-sucedido, permite que o adolescente se aproprie de uma nova identidade .

O desamparo ao qual nos referimos na adolescência é algo além do biológico, ainda que este tenha sido o detonador do processo. É, antes, fruto da insuficiência do aparelho psíquico para dar conta do excesso de excitação, da representação e da simbolização da força pulsional. Freud (1926/2014), compreendeu o desamparo como um estado no qual o sujeito encontra-se inundado por um excesso de excitações que ultrapassam sua capacidade de dominação.

O desamparo é, também, da fluidez da ordem simbólica, enquanto poder, que deveria ser o suporte para que o sujeito lidasse com a força anárquica do pulsional, uma vez que engendra possibilidades de mediação, de contenção e

canalização (BAUMAN, 1998). Todavia, o contexto sociocultural é marcado de uma forma muito especial pela precariedade, instabilidade, vulnerabilidade, incerteza e insegurança.

Já Winnicott (2005a), que cuidou de crianças e adolescentes antissociais e que infracionam reforçados pelo contexto da Segunda Guerra Mundial, com resultados excepcionais demonstra que o desamparo está associado mais à desadaptação do ambiente que à impotência intrínseca do sujeito. É a inconsistência dos pais, entendida como déficit do ambiente, que impossibilita a criança a começar a ser e sentir que a vida é real e vale a pena ser vivida.

Trata-se de falhas narcísicas precoces, em que as carências do ambiente estancam as ações criativas do *self*,¹⁶ instaurando uma descontinuidade na experiência da vida. O desamparo só é gerado mediante a revivência “da emoção precoce de *paralisia ou silêncio da imaginação criativa*” (COSTA, 2000, p. 44, grifos do autor). A adolescência retoma esse processo e, havendo fraturas, ocorre de elas se apresentarem com mais potência.

Outra importante análise sobre a adolescência enquanto juventude é dada por Erikson (1987/1968), o qual compreende a identidade como a mais importante realização adolescente, compreendida como um sentimento de consciência e luta inconsciente pela continuação da experiência e solidariedade com os ideais dos outros. Não é a mera soma das identificações infantis, mas uma nova *Gestalt*¹⁷. O adolescente sofre, como nunca antes sofreu e como nunca mais sofrerá, uma confusão de papéis. Isso explica o perigo de *gestalts* não fechadas na trajetória anterior.

Portanto, a identidade final, tal como fixada no final da adolescência, é super ordenada em relação a qualquer identificação singular com indivíduos do passado; ela abrange todas as identificações significativas mas também as altera de modo a constituir com elas um todo único e razoavelmente coeso. (ERICKSON, 1987/1968, p. 161).

¹⁶ Termo muito utilizado pelo psicanalista britânico Donald Winnicott para designar o produto da subjetivação que resta da relação com o ambiente, tendo esse autor diferenciado o verdadeiro do falso *self*.

¹⁷ Termo alemão de difícil tradução muito utilizado, sobretudo pela psicologia da forma, que leva seu nome, quanto pela *gestalt* terapia. Designa a ideia de todo maior e diferente da soma das partes.

Trata-se de uma nova configuração gestáltica de todas as identificações e de nenhuma delas em específico, ainda que se considere as intensidades de cada uma delas.

A diferença entre a identidade do ego e a identidade do eu é que a primeira equaliza e integra as imagens do eu à luz do clima ideológico que é ofertado à juventude. O que é alcançado, mas permanentemente revisitado pelo eu, um papel psicossocial do ego. Já a identidade do eu emerge de experiências nas quais os eus são sucessivamente reintegrados em papéis socialmente reconhecidos. É uma agência integradora das imagens do eu, organizadora que filtra e sintetiza o que chega à consciência. Ela diferencia, ainda, o eu (consciente) dos eus (pré-conscientes) e o eu mesmo, a integração.

O Ego é compreendido como agência parcialmente inconsciente. Compete ao Ego equalizar os desequilíbrios entre o interno e o externo através de sínteses e (re)sínteses.

Há, ainda, que se considerar o Ego ideal como o conjunto de metas ideais para o eu e permanentemente organizador. Erickson, tal como Freud, não diferencia claramente Ego ideal de ideal de ego. Antes, retoma Freud para apresentar o superego como herdeiro do superego parental.

Em sua compreensão, a adolescência reedita todas as crises dos processos precedentes, com especial destaque para a confiança e a fé (em si e nos outros) decorrente das experiências e sínteses dos anos iniciais. É o reconhecimento mais básico, fundante e fundamental. Decorre, sobretudo, da relação mãe-bebê, recebendo influência, também, da esperança que os pais possuem, o que decorre de seus sucessos e frustrações em suas vidas.

O autor compreende a crise de identidade como processo psicossocial do adolescente, que exige da estrutura psíquica reinventar-se. Não se trata de uma doença, mas uma crise normativa na qual ocorrem flutuações na robustez do Ego e fluidez das defesas naturais, o que não deveria ser patologizado. É uma elaboração e uma nova síntese das identificações infantis. Muitas de suas posturas advêm de uma experimentação de papéis e das desconfianças sonoras e cínicas. A juventude é vista por esse autor como uma forma moderada, mais populosa e publicizada, de um velho fenômeno.

Esse processo pode resvalar para a escolha de uma identidade negativa, o que é compreendido como uma perda do sentimento de identidade, devido a uma confusão de identidade. Não se trata de anulação da identidade pessoal, mas de uma introjeção das identificações e papéis que, em momentos críticos do desenvolvimento, foram-lhes apresentados como sumamente indesejáveis ou perigosos, o que pode ser mais concreto do que os modelos (por vezes inflacionados) que lhes são apresentados.

Para o autor, os esquizóides e delinquentes comungam de uma auto-descrença. Há uma dimensão da infracionalidade que é uma moratória social para o desvio.

Especificamente nessa obra, Erikson apresenta muitas causas para essa “escolha” ou resposta às condições idiossincráticas – das principais contribuições de Erikson para as questões intrapsíquicas.

Uma das causas apresentadas é a resposta aos ideais excessivos que lhe são apresentados pelo mundo adulto. Ante à passividade e à sensação de incompetência ante esses ideais existe uma tentativa de tornar-se ativo e senhor de suas escolhas. É uma busca desesperada de recuperação de algum domínio frente aos papéis inatingíveis pela sua avaliação de seus recursos internos.

Outra causa apresentada pelo autor é a questão das mães fusionais, ávidas de aprovação por um amor desesperado e intensivo. Uma fusão ameaçadora. O “autismo” infantil, bem ou mal manejado pelos pais, é uma causa sempre presente. O antropólogo psicanalista discute, ainda, o risco da doença e da condição de paciente como lugar autorizado e reconhecido. Erikson destaca sempre a dimensão sócio-histórica na história individual do sujeito. Para ele, os jovens somam as crises internas com as externas. Em todos os casos citados, há sempre uma atração retrospectiva para a infância, aos tipos desprezados nessa fase. O autor compreende esse fato como as cristalizações probatórias, a crença de que sabe quem é, o que volta a ser colocado em suspenso na adolescência.

O autor destaca, ainda, a atenção à latência com seu desafio de autoconsciência de sua competência, o que deveria ser uma calma antes da tempestade. A onda que recua antes do seu retorno tempestuoso. Na ausência da sensação de competência, o sujeito recusará a Escola, em função da família ou do grupo onde encontrará o reconhecimento de sua identidade negativa e terá uma

paradoxal autonomia antes os modelos que lhe são impostos. Outro fator fragilizador da autoimagem é a vergonha pela cor da pele, família e condições socioeconômicas.

Pelo exposto em nosso esforço de síntese psicossociológico sobre a condição humana, resta claro o adolescente como especial analisador e sintoma da cultura, pela sua peculiar condição de sujeito entre o psíquico e o social, e de negociador entre o herdado e seus (re)posicionamentos na teia de significados sociais. Ante um corpo que lhe convoca de forma tão violenta à (re)elaboração psíquica num contexto de extrema fragilidade dos mediadores culturais, reduzem-se as opções de uma possível escolha.

Acrescente-se a essa discussão que nada disso ocorre fora de um transfundo econômico e cultural. Nossos sujeitos nesta pesquisa são pobres, negros e do sexo masculino em sua maioria, questão á qual retornaremos. Nos próximos capítulos, buscaremos compreender melhor o que têm discutido os debatedores desse fenômeno denominado pós-modernidade para, logo em seguida, demonstrar, em números, o desamparo de nossos jovens e os grandes feitos, possibilidades e limitações da Escola.

CAPÍTULO 3

SUBJETIZAR-SE E ADOLESCER NA PÓS-MODERNIDADE

O adolescente “sem lei”, ou à margem da lei, é efeito de uma sociedade em que ninguém quer ocupar o lugar do adulto, cuja principal função é ser representante da lei diante das novas gerações. Quando os adultos se espelham em ideais teen, os adolescentes ficam sem parâmetros para pensar o futuro. Como e por que ingressar no mundo adulto, onde nenhum adulto quer viver? O que os espera, então?

Maria Rita Khel

Tendo em vista compreendermos o adolescente como o protótipo e caricatura dos (des)caminhos da subjetivação e sabermos que as subjetividades não são algo dado, mas construção que se desenrola no tempo e no espaço, julgamos oportuno refletir sobre o transfundo cultural que vem sendo apresentado especialmente às novas gerações, haja vista sua condição tecelã de sua própria subjetividade às redes já existentes.

Conforme discutido no capítulo anterior, o adolescente é esse ser humano que é convocado inicialmente pelo corpo a assumir novo lugar na tessitura social, o faz balizado por sua biografia inscrita sobretudo em seu psiquismo e - ante a confusão que encontra dentro - numa visada desesperada para fora no afã de encontrar solo firme onde possa apoiar-se. Mas, que mundo é esse que se apresenta a seus olhos? Este capítulo, com ênfase mais na limitação que na potencialidade, pelas razões que serão aqui explicadas, busca elucidar um pouco mais sobre essa questão.

Para tanto tentaremos nos posicionar sobre o que compreendemos por pós-modernidade e como nos colocamos nessa discussão, apresentaremos pontuações fundamentais desse tempo para dedicarmos, por fim, ao intrincamento dessas questões com a ordem socioeconômica e seus sicários e a montagem perversa.

Inicialmente, pretendíamos separar a temática da pós-modernidade da subjetivação, o que vimos não ser possível, visto que, como afirma Birman (2007), a pós-modernidade é uma nova forma de subjetivação. Para esse importante psicossociólogo o que denominamos pós-modernidade é um conceito genérico para

designar, em ruptura com as formas hegemônicas modernas, as novas formas de sociabilidades hegemônicas. Assim, nesta seção, apresentaremos uma breve percepção de alguns autores que vêm discutindo o momento atual, sem grandes aprofundamentos que destoem dos objetivos desta pesquisa.

Pós-modernidade? Esforço conceitual

Um primeiro momento desta discussão se dará em torno do termo pós-modernidade. Sobre essa questão, Featherstone (1997) ressalta que uma das dificuldades na aceitação deste termo se deve a sua origem fora dos domínios da ciência (sobretudo sociológica) e lembra que “o termo, porém, pode ter alguma utilidade no modo pelo qual direciona nossa atenção para a mudança cultural” (1997, p. 69). Apesar da trégua (e não consenso), ainda é grande a disputa conceitual em torno deste tema.

O próprio Bauman, um dos ícones dessa discussão, abandonou o termo pós-modernidade, após tê-lo utilizado como título de uma de suas obras, preferindo, hoje, falar em modernidade líquida. Já Lipovetsky (2004), que polariza discussões com Bauman, prefere falar em hipermodernidade; Giddens (2002), retomando a polarização entre tradição e modernidade e dialogando com autores classificados como pós-modernos, destaca a reflexividade dos agentes e das instituições como um trajeto rumo à democratização das relações sociais, compreendendo, então, uma visão a respeito de uma modernidade radicalizada. Já Habermas (1984), contrapondo-se aos pós-modernos e aos neo-conservadores, nos fala de um projeto inacabado de modernidade.

Interessante perceber com Buck-Mors (2005) como o prefixo “pós” comumente vem sendo apropriado pelos grupos progressistas, ao passo que o prefixo “neo” é muito usado por grupos conservadores que negam o passado e tentam atualizar o velho por meio dele. Há, no entanto, que se cuidar com o risco de não valorizarmos o tempo compartilhado que um presente global possa oferecer.

Entre os teóricos que tentam elucidar o momento que estamos vivendo, predomina uma discussão escatológica e com ênfase na degeneração das relações sociais. Adelman, do lugar de feminista, critica que “[...] mesmo as análises mais brilhantes costumam albergar subtextos ou pressuposições, às vezes pouco

examinados.” (2009, p. 188). A autora historia os focos da Sociologia, do pós-guerra aos nossos dias, para demonstrar o quanto uma nostalgia em torno da autoridade e das relações de gênero e familiares como a explicação para o momento atual têm dominado a cena em nossos dias, situação com a qual dialogaremos nesta pesquisa.

A autora destaca a importância de qualquer sociologia que se interesse pela subjetividade em debruçar-se sobre a pós-modernidade e critica a apreensão comum das sociologias em considerar apenas a associação hipermoderna da imagética, do hedonismo consumista e o império do gozo. Na crítica ao pós-modernismo, somam-se tanto neo-conservadores de direita – que aceitam seus efeitos sobre o mercado de trabalho, mas rejeitam a perda de controle das autoridades instituídas sobre a expressão cultural, sociabilidades e sexualidades – quanto neo-conservadores de esquerda, que negam a contribuição particular de novas formas contra-hegemônicas.

A controvérsia se dá em relação ao modo de produção: como poderíamos falar de uma nova marcação histórica se não houve mudança nas relações trabalhistas? Caso assim fosse, porém, também não haveria Idade Contemporânea, no que Habermas (1984) concorda. Todavia, compreendemos que há, sim, novas formas de subjetivação (as quais se dão pelo desgaste e pela percepção das fragilidades da proposta moderna de sociedade, fenômeno já denunciado por Freud (2010/1930) – e a mudança da sociedade da produção e do trabalho para a sociedade do consumo e do desemprego.

Em concordância com Featherstone (1997), manteremos o termo pós-modernidade, sem nos aprofundarmos nos méritos dessas posições pelas razões já expostas. Não obstante a opção pelo conceito de Featherstone, nos afiliaremos, em outros momentos, aos teóricos que consideram a radicalidade de um novo momento.

Referendados nomes que discutem a classificação desse momento apresentam ideias contraditórias e, por vezes, paradoxais sobre o mesmo. Predomina uma percepção muito negativa, em muitas abordagens saudosistas, como já criticamos em Evangelista (2012). Transitivos são todos os tempos, com avanços, cristalizações e retrocessos. Assim é, também, para nós, a pós-modernidade.

Do lugar de historiador, temos a impressão de que o saudosismo em relação aos costumes e valores sociais é algo que ocorre em todos os tempos da história humana, salvo quando o poder instituído nos quis fazer assim crer ou na embriaguês idealista da Idade Moderna, que se mostra como uma resposta ao imaginário medieval, ainda assim com retorno aos clássicos. Contudo, também acreditamos que há momentos de transição nos quais essa sensação amplia-se, como é no nosso caso, sobretudo por sermos a ressaca do enlevo idealista da modernidade.

Essas fragilidades do momento que se apresentam como crise do ideário moderno foram polemizadas pioneiramente por Freud. Segundo Plastino (2001), essa temática foi pontuada durante toda a década de 1920, com culminância em obra referência de sua construção epistemológica: *O mal-estar na civilização* (FREUD, 1930/2010). Nesta obra, o pai da psicanálise nos relembra que o mal-estar é intrínseco aos processos de constituição psíquica, haja vista a imposição da lei do outro ao pleno exercício das pulsões, o que gera contínua tensão na busca de uma economia psíquica que (re)equilibre a necessidade de prazer e evitação do desprazer (princípio do prazer), muitas vezes pela via do adiamento em nome do princípio da realidade.

Já apresentamos, em Evangelista (2012), que o discurso da modernidade veio ao encontro da onipotência infantil megalomaníaca de um ser humano egoico, centrado, unificado, racional e de consciência. Logo, de negação da diferença, da sombra, da instabilidade, da irracionalidade, da inconstância, como tão bem discute Morin ao longo de sua obra, com especial ênfase para o Método. (1977/2008; 1996/2005; 1996/2008; 2008b/1991; 2001/2008; 2007b/2004) Freud (1930) encontra-se no lado oposto desse discurso.

Para Birman (2007), a modernidade equivale ao que Freud designou como “civilização”, com o aumento e a complexidade das suas normas, regras, instituições e organizações. Isso, segundo o autor, favoreceu o mal-estar humano.

Para definir a pós-modernidade, assumimos, com Birman, que esse período é “um conceito genérico, capaz de dar conta das sociabilidades inéditas” (2007, p. 187), que se tecem em ruptura com o discurso da modernidade. Para o autor, Freud colocou em questão menos a antinomia entre pulsão e civilização e mais o estatuto do sujeito na modernidade, o que promoveu a

psicanálise como “uma leitura da subjetividade e de seus impasses na modernidade.” (2007, p. 17).

O autor compreende este como um mundo perturbado e conturbado, no qual guardamos a impressão de estarmos chegando atrasados no lance. Para ele, Freud (2010/1930) estava mais preocupado com o mal-estar do sujeito na modernidade que na antinomia insuperável entre pulsão e civilização. O mal-estar é da subjetividade, daí compreendermos melhor as novas formas de subjetivação.

Enquanto nos primórdios da modernidade, interioridade estava associada a uma visada para si, em nossos dias assume uma relação muito direta com a exterioridade, logo com o olhar do outro a partir de padrões estéticos. Os destinos do desejo assumem uma direção marcadamente exibicionista e autocentrada, na qual o horizonte intersubjetivo se encontra esvaziado e desinvestido das trocas inter-humanas (BIRMAN, 2007 p. 24).

Hall (2006) destaca-se como um compilador da discussão sobre o tema, para quem a pós-modernidade é um abalo nas referências que davam uma ancoragem relativamente estável ao mundo social pela descentralização do sujeito e pela fragmentação dos enquadres culturais que ofereciam as localizações sociais. A pós-modernidade é apresentada pelo autor como a crise da proposta de mundo apresentada pelo Iluminismo e sua proposta sociológica da reprodução, pela qual o sujeito não era autônomo nem tampouco autossuficiente — visto que era compreendido como continuamente (re)construído por um diálogo com o mundo cultural que o suturava à estrutura, em que essas estruturas se encontram fragmentadas e fluidas.

Giddens (2002) demonstra que as práticas sociais na pós-modernidade são constantemente examinadas e reformadas à luz da ininterrupta onda de informações novas recebidas, que ocorrem em nível planetário, promovendo uma extração das relações sociais de seus contextos locais, o que o autor denomina como um desalojamento do sistema social e Bauman (1999) denomina como desenraizamento.

Apesar de já dito, julgamos procedente reafirmar o cuidado com maniqueísmo de um presente ruim em resposta a um passado que não o era. Todos os tempos possuem seus avanços e retrocessos, ou seja, suas contradições. Uma preciosa discussão sobre essa questão é feita por Costa (2004), para quem a discussão sobre a representação da tradição é especialmente relevante.

Para o renomado psicanalista, a tradição é como o Ego: conservadora. Apesar de lidar mal com o tempo e com a impermanência, é fundamental para que as novas gerações tenham solo mais ou menos conhecido onde pisar e, assim, construir suas próprias trajetórias. Também Birman, ao discutir os mediadores culturais dos dias atuais, demonstra o quanto as angústias e imprecisões vêm acentuando e reforçando a instabilidade, o que se deve à perda do lugar ocupado pela tradição com as suas cartografias ancestrais claras e definidas que perderam espaço à neofilia com uma multiplicidade de possibilidades que rebuscam e reforçam o desamparo original, “revelando-se o tempo todo como uma ferida exposta e sangrenta” (2007, p.79).

Bauman (2013), sobre essa questão, assevera:

[...] Trata-se, de fato, de uma técnica insidiosa - que torna agradável a privação contínua e faz da servidão algo percebido e sentido como liberdade de escolha. [...] sociedade de consumidores e uma cultura 'agorista' - inquieta e em perpétua mudança - que promove o culto da novidade e da contingência aleatória. (2013, p.34)

Também Bauman (1998) destaca a necessidade de um mundo que nos anteceda em significações e instituições, o que fica mais claro na obra de Castoriadis (1982). Todos precisamos de uma rede de discursos anteriores a nós e sobre a qual também construímos a nossa subjetividade. Contudo, a marca do novo tempo é, segundo o sociólogo da modernidade líquida, a precariedade, instabilidade, vulnerabilidade, incerteza e insegurança, e não é difícil pensar na extensão desses danos, sobretudo para as novas gerações, visto que “nenhum de nós pode construir o mundo das significações e dos sentidos a partir do nada [...]” (BAUMAN, 1998, p. 17).

Apesar de opor-se e criticar o discurso catastrófico, anuncia seu posicionamento no time da perplexidade para reconhecer que

existe algo de verdadeiro na constatação de que a ética cotidiana baseada no trabalho, na família e na religião vem sendo abalada pela moral do espetáculo. Os ideais da felicidade sensorial e da vida como entretenimento corroeram a credibilidade das instituições que davam suporte à moral tradicional. Desse prisma, sem dúvida, houve um remanejamento profundo e perturbador na esfera dos valores, cujo epicentro é a crise de autoridade [...] (COSTA, 2004, p. 12).

Ocorre que esse discurso de alarmismo escatológico sempre acompanhou a ordem burguesa, tanto pelo populesco quanto pelo erudito, o que se deve, também, ao declínio das grandes narrativas, como pioneiramente denunciou Lyotard (1979/2002).

Contudo, Costa demonstra como resultado de suas pesquisas bibliográficas que não é correta a afirmação de que a tradição se perdeu. O que ocorre é um esforço por retirá-la de seus velhos nichos. Ela vem sendo “desritualizada”, des-localizada e, por vezes, des-personalizada.

Refletir sobre destradicionalização não é deixar o passado da aura que o magnifica, nem reduzir o presente às ruínas do que passou. Os valores tradicionais ou não, são deste mundo. Eles nunca são o ouro puro concebido por nosso narcisismo ou o chumbo de nossas culpas superegoicas. Oscilamos incessantemente entre o pior e o melhor. No que somos e queremos ser, há sempre um resto das ‘baixas origens’, avistadas por Nietzsche, Freud, Marx e Cioran, ou das ‘altas origens’, que o Buda, Jesus de Nazaré, Francisco de Assis, Ghandi, Winnicott, Simone Weil ou Diretrich Bonhoeffer souberam ver. (COSTA, 2004, p. 20).

E mais à frente, conclui:

[...] Não se trata, porém de elogiar a doçura hipócrita dos que acendem velas para o ‘diabo e o bom Deus’. Trata-se de sugerir que a arte de viver é a de criar o ‘suficientemente bom’, de fazer o possível para que o melhor se torne uma real possibilidade para todos ou para a maioria. Fora disso, deixar-se seduzir por éticas de pureza é resvalar, história oblige, para a servidão consentida, para o terror que se reclama da Verdade ou, o que é pior, do Amor (COSTA, 2004, p. 21).

Assumimos integralmente os posicionamentos desse apreciável erudito do pensamento brasileiro, ao qual nos afiliamos especialmente. Uma revisão da história nos mostra a pós-modernidade como resultado de uma construção que se desenha desde a invenção da modernidade, com avanços e retrocessos na qualidade de vida dos sujeitos que a experimentam. É, pois, uma resposta às idealizações iluministas e a ratificação de muitos avanços que foram propostos por este movimento. Além disso, é momento especial da crise da ordem burguesa, do paradigma moderno, como o entende Morin (2008b), um acirramento dos conflitos, a proximidade e a consolidação de novas sínteses com avanços e perdas, como foram todas as épocas da humanidade, com a diferença de que as rupturas são mais rápidas e constantes.

Do indivíduo soberano do Humanismo renascentista, passamos ao indivíduo sem a necessidade da instituição Igreja, proposto pela Reforma

Protestante, ao homem racional e individual do Iluminismo (reação ao não individualismo medieval), ao indivíduo do Estado burocrático moderno, localizado nas instituições responsáveis pelo seu projeto educativo, conforme observa Hall (2006).

O século XIX inaugura um conjunto de críticas a este modelo tão idealizado que vinha sendo construído: o indivíduo biológico de Darwin; o sujeito proposto por Marx, relido na década de 1960, para quem o humano só é senhor da sua história nas condições que lhe são dadas; o humano que não é senhor em sua própria casa, proposto por Freud, e toda a relação do humano-criança com os mediadores biológicos propostos pela releitura de Lacan; o humano de Saussure, para quem não somos autores nem de nossas próprias falas e línguas; a severa e sólida crítica proposta por Foucault às estruturas; por fim, os questionamentos da epistemologia feminista, nos quais os movimentos vão espelhar-se para novas bandeiras em que se agremiam identidades sociais e não mais classes ou nacionalidades.

Também, segundo Hall (2006), o feminismo veio politizar as subjetividades, questionar as velhas dicotomias entre público e privado - dentro e fora - e questionar os lugares que nos eram dados e nos quais nos inseríamos com severos prejuízos de nossas subjetividades. As culturas nacionais, como comunidades imaginadas, são colocadas em cheque pela globalização, na qual os processos são realizados numa escala que atravessa fronteiras, integrando a população do planeta em novas formatações e combinações de espaço e tempo que mudam de sentido e significado. Há, segundo Giddens (2002), uma separação entre espaço e lugar coincidente nas sociedades pré-modernas. Esse é um processo pelo qual temos assistido à contra-tendência à homogeneização global, o que se tem revelado, entre outras questões, pela fascinação à diferença paralela a uma ocidentalização do mundo.

Subjetivar-se/adolescer na pós-modernidade

Como já o dissemos, Freud (2010/1930) foi pioneiro na denúncia da fragilidade do projeto iluminista ante o narcisismo, em um tom que nunca foi do elogio, mas da crítica - apesar dos flertes iniciais com o projeto de racionalidade moderna. Ante a insegurança que o momento presente favorece, reeditamos o

desamparo e, conseqüentemente, o autoinvestimento narcísico, com desdobramentos para a violência, a crueldade e a destruição (BIRMAN, 2007; 2012). Devido à nostalgia da figura do pai que perde espaço no real e no simbólico (ROUDINESCO, 2003), resta ao superego inflar-se para tentar, sozinho, dar conta dos fantasmáticos conteúdos ameaçadores do Id, o que redundará numa paranóia coletiva e agressividade pré-edípica-oral (LASCH, 1983; WINNICOTT, 2005). Esse quadro mostra-se ainda mais complexo para o adolescente que, conforme vimos no capítulo anterior, reedita o Édipo com potência, reforçando ainda mais a necessidade do pai.

Bauman compreende que a modernidade líquida caracteriza-se por uma encenação diária da infinita duração de todas as coisas, exceto a vida mortal. A vida líquido-moderna é uma encenação diária de transitoriedade universal, na qual nada se destina a durar, que dirá para sempre. “Tudo nasce com a marca da morte iminente e emerge da linha de produção com o ‘prazo de validade’ impresso ou presumido” (2013, p. 22). O sociólogo polonês afirma que a modernidade líquida é uma civilização do excesso, da redundância, do desejo e do seu descarte. Apesar de os seres humanos terem sido sempre seres de escolha, em nenhuma outra época a necessidade de fazer escolhas foi tão profunda, tendo um constante fantasma da ameaça de ficar para trás. Todas essas características são observáveis em adolescentes, os quais são denunciados como os bodes expiatórios de um tempo que os faz serem assim. Mecanismo defensivo-projetivo da sociedade que ao condenar o adolescente e ou o jovem, retira de si os olhos da condenação.

Ante um mundo tão fluído e liquidificado “manter-se em movimento é mais importante que o destino” (BAUMAN, 2013 p. 36), como se caminhássemos sobre uma fina camada de gelo. Nessa cultura, na qual prevalece desengajamento, a descontinuidade e o esquecimento, há uma obsolescência instantânea pela qual se reduz a distância e o tempo entre a novidade e a lata de lixo com produtos culturais preocupados em não abusar da hospitalidade, dispostos a logo deixar o palco para abrir espaço aos novos produtos de amanhã. Na compreensão do autor, o mercado capta, usa, alimenta e se alimenta dessa lógica. Para Lasch (1983), o mercado também alicia. E que outro momento da vida terá mais a marca da transitoriedade que a adolescência, que é rejeitada também pela mensagem especular que oferece a este mundo.

Utilizando-se de outra metáfora, Birman (2012), também ao discutir o sujeito na contemporaneidade, considera que vivenciamos a vertigem da proximidade com o abismo, ante o cenário de constantes surpresas, e o descolamento de suas posições e lugares simbólicos dos signos e códigos de interpretação que nos orientavam no mundo. Realidade ainda mais patente para um sujeito que em decorrência de seu ciclo de vida já experiencie essa vertigem.

Tudo isso exige uma readaptação – não apenas, mas especialmente do adolescente, que, segundo Sennett (2009/1998), leva à corrosão do caráter. Esgotado pela luta em favor do seu direito de ser, sentir e agir, o sujeito contemporâneo se vê consumido pela fadiga de si mesmo. Paralelo a isso, há uma tirania da intimidade, produto da renúncia à civilidade do Antigo Regime, em prol das relações psicológicas pretensamente espontâneas, que, conforme podemos constatar, pouco acrescentou à harmonia do convívio humano (SENNETT, 1993).

Para o psicossociólogo, de fato, o mundo interior não apenas se revelou menos encantador do que anunciavam seus defensores como produziu um fator de desequilíbrio crônico na formação da identidade, ao repudiarem o teatro do mundo, o que tão bem fazem os adolescentes, para viverem imersos nas incertezas sentimentais, frustrações românticas e obsessões sexuais. As crenças emocionais encontraram na apropriação dos objetos um meio de se exteriorizar no mundo e a identidade burguesa encontrou na compra de objetos um esteio similar ao que a identidade do nobre encontrou nos vínculos de sangue.

Lipovetsky compreende a moda, enquanto império do efêmero, como imaginária da cultura deste momento. Diferentemente dos demais autores aqui apresentados, Lipovetsky não possui uma visão escatológica do momento atual, não obstante os títulos de suas obras. Segundo o autor, “o velho dispositivo religioso da submissão humana em relação a um princípio superior fora de alcance” (1997, p. 247) foi eliminado pelo individualismo democrático, em decorrência da desafeição pelas odisséias ideológicas e o adolescente é o próprio protótipo do individualismo, que, ante o transfundo cultural promotor, o vivencia ao extremo do risco dos laços sociais.

Feita essa tentativa de delimitação conceitual inicial, destacaremos, em seguida, as principais características apontadas pelos debatedores desse momento. A primeira é, justamente, a mais citada por todos aqueles com os quais dialogamos

através de algumas de suas obras: o autocentramento narcísico. Tivemos o cuidado de, após resenhar todos esses autores, separar suas falas por núcleos de sentido e o autocentramento narcísico, ainda que não receba exatamente esse significante, foi o tema mais citado. Outro esclarecimento que se faz necessário é que as divisões aqui feitas são realizadas meramente por um esforço didático, pois são intrinsecamente interligadas.

O Novo paternalismo

Esse tema é discutido especificamente por Christopher Lasch (1983 e 1991), assumindo centralidade em sua obra de historiador freudo-marxista e o colocamos aqui por compreendermos seu caráter explicativo dos itens que se seguem. O racionalista freudo-marxista, historiador e psicanalista, acreditava em critérios trans-históricos para o bem e o mal que, por vezes, resvalou num neo-conservadorismo, o que o faz (des)agradar pós-modernos, feministas, marxistas, psicanalistas, progressistas, conservadores e reacionários. Segundo Costa (1994) o que parece não ser claro para essas críticas é que Lasch nunca defendeu um congelamento do *status quo*, mas

[...] procurar preservar pragmaticamente tudo aquilo que nos torna indivíduos capazes de agir eticamente com autonomia. [...] manter os experimentos morais que modelaram nossa imagem de sujeitos éticos. [...] Não se trata de ir contra qualquer mudança; trata-se de lutar contra aquelas que agredem a integridade dos seres humanos que vêm na dor física e na humilhação, o limite para qualquer proposta ou imposição de formas de viver (COSTA, 1994).

Para o autor, as transformações aqui discutidas provocam mudanças também na família, que, como berço das subjetividades, as projetam nas personalidades. As demais instituições socializadoras as reforçam. Lasch critica a rendição dessas instituições aos interesses do mercado. Para ele, as novas demandas e invasões técnicas fazem as famílias lutarem para fazer os filhos sentirem-se amados e desejados, ao tempo em que há um esfriamento afetivo, o que o autor compreende como a prescrição para novos narcisistas, conforme já trabalhado aqui. Os arranjos sociais subsistem no indivíduo sepultados na mente, abaixo do nível da consciência, mesmo após haver eles se tornado objetivamente indesejáveis (LASCH, 1983, p. 77).

Como marxista, o autor contesta, ao longo de sua obra, o que denomina como reformismo, por considerar a organização da produção como causa muito

importante das disfunções vivenciadas pela contemporaneidade. Lasch sustenta sua oposição ao que denomina novo liberalismo, que se utilizou de uma estratégia que denomina como “novo paternalismo”. Para ele, esse é um importante fenômeno para compreensão das disfunções vivenciadas pelo nosso tempo.

Por novo paternalismo, o autor compreende o mecanismo utilizado pelo neoliberalismo para a manutenção das massas, que é feito por meio da redução aos contextos sociais dos insucessos e mal-sucedidos, desresponsabilizando a organização da produção. Concomitantemente, há uma desresponsabilização moral dos sujeitos por seus atos (o que denomina como ética da equidade) em nome de uma ética terapêutica, pela qual o transviado é visto e tratado como um paciente. Para tanto, o novo paternalismo desenvolveu e utiliza-se de uma ampla tecnocracia, que criou necessidades e retirou da família o saber que lhes houvera sido dado pela tradição.

Lasch (1983) faz questão de evitar a posição paranóica que vê em tudo isso uma teoria da conspiração, pois, segundo ele, processou-se à luz do dia e tampouco trata-se de movimento unificado. Para o autor, esse movimento impôs que as tensões sociais assumissem forma política sem resolver as fontes. Ainda que defendam bandeira progressistas, o fazem na esteira do Estado mínimo, mesmo porque hoje compreende que não dá conta das demandas que buscou para si, inclusive familiares.

Para o historiador-psicanalista, o novo paternalismo enfraqueceu as redes sociais “somente para reviver a dependência sob a capa da racionalidade burocrática” (LASCH 1983, p. 263). Ainda quando se esconde sob a pele do bem-estar social, desresponsabiliza os sujeitos por meio de uma vitimização que assegura novos modos de controle social, os reduzindo a uma condição apassivada de paciente. O novo paternalismo disfarçou o individualismo predatório do Adão americano em um jargão terapêutico, o qual celebra não tanto o individualismo, mas o solipsismo, justificando a auto-absorção como “autenticidade” e “conscientização”. Apenas substituem-se as velhas autoridades por administradores, burocratas, técnicas e especialistas, cuja nova forma de dominação, por não ostentar características das formas anteriores, passa desapercibidamente.

Lasch (1983) critica a devastação da vida pessoal, em decorrência da fragilização das redes sociais, sustentada por um discurso psicologizante que apresenta um mergulho em si como a saída, o que denomina como privatismo.

Discussão semelhante é feita por Sennett (1993), para quem essa invasão do mundo público pelo mundo privado no século XIX, deu-se, entre outros fatores, pelo discurso romântico de rasgar as personas sociais, o que matou o distanciamento necessário para o encontro lúdico e gerou medo do social como espaço de exposição, visto que a conversa pública assume o tom de confissão. Todavia, Lasch (1983) discorda do psicossociólogo quando responsabiliza a política e não a *hubrys* e *demens* humanas pelos equívocos do espaço político-público e, também, pelo fato de compreender que foi a vida privada que solapou a pública.

O autor demonstra, ainda, como a justiça equitativa cedeu a uma justiça terapêutica, que desresponsabiliza moralmente os indivíduos. Ela perpetua a dependência infantil na idade adulta, o que fragiliza o cidadão ante o Estado, ainda que se busquem prerrogativas que tentam igualizar a grandeza do Estado ante a pequenez do cidadão. No campo médico, ao tempo em que desresponsabiliza o sujeito, o submete e o cobra pela sua participação em sua cura. Substitui a autoridade de um lar pela autoridade dos tribunais. Há uma mudança no registro: de pecador a doente. Ao tentar eliminar a culpabilidade, elimina a competência. Os sujeitos constroem um cego otimismo e ilusões de grandeza e autossuficiência, como reação ao medo da dependência impotente na primeira infância. Ante o distanciamento da gratificação no amor e no trabalho, lança-se no consumismo desenfreado (LASCH, 1983).

Ilustrando essa questão por meio da infracionalidade juvenil, objeto deste estudo, as famílias foram responsabilizadas e os filhos entregues à tutela de tribunais que buscam, por meio de um discurso pomposo, mas não mais que isso, serem novas famílias para esses órfãos virtuais. “Quase todos concordavam em que a família promovia uma mentalidade estreita, paroquial, egoísta e individualista, impedindo assim o desenvolvimento da sociabilidade e da cooperação” (1983, p. 195). Exemplifica com os tribunais de menores, os quais esforçam-se por sintetizar um altruísmo organizacional numa concepção terapêutica do Estado e a apropriação de funções da família.

A legislação de Illinois de 1889 afirma que se os pais virtualmente deixaram órfãos seus filhos por sua inadequação, negligência, ou tratamento cruel, os poderes parentais do Estado – *parens patrie* – davam-se o direito de remover as crianças da custódia de seus pais.

Os novos tribunais tratavam os ofensores juvenis mais como vítimas de um meio deficiente do que como criminosos, iluminaram eles a relação adversa entre criança e o Estado e fizeram da prevenção do crime, não da privação, o principal objetivo da lei aos olhos dos reformistas [...]. As relações os filhos com seus pais e outros adultos e com o Estado ou a sociedade são definidos e ajustados sumariamente de acordo com as descobertas científicas sobre a criança e seu meio. Os magistrados deram lugar a juízes orientadores para o social, que ouvem e ajustam os casos não de acordo com rígidas regras da lei mas conforme as exigências. [...] Numa nova corte, eliminamos o preconceito, o ódio e a hostilidade primitivos pelo infrator da lei (LASCH, 1983, p. 196).

O neoliberalismo buscou controlar o social por meio da saúde pública, autorizando uma invasão da vida familiar pela Justiça. O jovem trocava seus direitos pela custódia protetora do Estado, tão severa e inflexível quanto o sistema que buscavam negar. Na década de 1920, os especialistas perceberam que os lares ditos normais também produziam a infracionalidade, o que os fizeram crer que os filhos deveriam ser educados por especialistas. Ante o fracasso da Escola em também fazê-lo, apostaram na educação de pais como uma saída para a onipotência do Estado. É interessante – e triste – perceber como nós, brasileiros, nos encontramos na plena vivência desse projeto.

Nas décadas de 1930 e 1940, a Escola Nova e as simplificações das psicologias apregoaram o *laisse faire* por meio do qual “a espontaneidade e os estilos foram negados. As raízes mais profundas não estão nos erros dos pais, mas em atitudes culturais das quais os pais são meros intermediários” (LASCH, 1983, p. 203).

O imperialismo psiquiátrico inibiu a espontaneidade e suscitou em muitos pais “estados de ansiedade” superpostos. Temerosos de repetir os erros de seus próprios pais, repudiaram práticas úteis do passado e abraçaram as “rotineiras meias-verdades dos especialistas”. Tornou-se moda em todo o mundo da psiquiatria e da psicologia, não somente em sua relação imediata com as práticas da criação de filhos, falar em termos dramáticos e radicais sobre o efeito opressor da autoridade e da tradição.

O fracasso em reconhecer os aspectos essencialmente válidos e encorajadores dos métodos tradicionais e diferenciá-los de medidas ultrapassadas malélicas e excessivamente restritivas, resultou em uma desmoralizada confusão dos pais modernos e, assim, teve um desastroso efeito sobre os filhos (LASCH, 1983, p. 204).

Lasch demonstra, por meio de uma revisão da literatura sobre o tema, que as novas profissões não nascem de novas necessidades. Antes, as inventam. Substituem a dependência pessoal por novas formas de dependência e não pela racionalidade burocrática, como os teóricos da modernidade (iniciada por Weber) admitiram quase unanimemente.

Essa expropriação da família, de seu saber sobre a educação dos filhos, em consonância com a indústria da publicidade, convenceu que a solução estaria no comprado e não do que há de disponível gratuitamente em casa. Herdeira da tradição, que, antes dessa intervenção, sempre soube educar seus filhos, a família se viu expropriada de seu saber. Nessa mesma esteira, os pais foram severamente culpabilizados pelos desvios pessoais e individuais de seus filhos, ao tempo em que o técnico era apresentado, ancorado em meias verdades desenvolvimentistas, para dizer o que fazer. Em outro momento, quando percebem a fragilidade de seus ensinamentos, a mesma tecnocracia lançará mão de um discurso falacioso de defesa da espontaneidade como se o fato de sermos obrigados a sentir “espontaneamente” mudasse a angústia do sentir.

A justiça juvenil é um bom ilustrador disso, visto que passou a ver todos os desvios sociais da juventude como resultado de filhos real ou virtualmente abandonados, de pais despreparados, para os quais criou programas de educação parental. As instituições correccionais surgem para corrigir os danos de pais equivocados. Mais uma vez, a família é a única responsabilizada pelas disfunções da produção e da cultura. Essa expropriação deixou os pais na posição de “executivos responsáveis pela coordenação suave [...]. Os pais lidam com os especialistas de uma posição de inferioridade e impotência” (LASCH, 1983, p. 273).

A indústria da publicidade explorou os medos e desejos dos pais segundo seus interesses. O fracasso desse modelo levará a um movimento de defesa da autenticidade parental, que reflete o colapso da orientação dos pais e dá a eles uma justificativa moral revestida com o jargão da liberação emocional, juntamente com a impotência dos pais em educar as crianças. Assim, essa indústria legitima a proletarianização parental na educação dos filhos em favor das profissões auxiliares. Lasch (1983) busca um relatório do período que afirma:

Encontramos pais convencidos de sua impotência, agarrados à doutrina de enfrentar o fato consumado, falta de espontaneidade (ou equivalentemente, forçando-se, como uma rotina, a ser espontâneos), cheios de culpa, em

dívida sobre sua própria capacidade de discriminação, sob dupla tutela – a do próprio filho e a de seu agente, o especialista – permeáveis, indefesos, crédulos e seguros somente de que, embora ainda não seja à vista, o dia da salvação está à mão. [...] Aos pais restou apenas a culpa pelas desgraças do mundo. Ironicamente a desvalorização da paternidade coincide com um movimento tardio de devolver à família funções que ela havia cedido aos aparelhos da terapia e do ensino organizados” (SEELEY, apud LASCH, 1983, p. 208).

Os dados convenceram os especialistas de que toda essa “parafernália” é decorrente das deficiências da família. Já naquele momento, denuncia o mimetismo dos mais velhos pelos jovens em contraposição ao ensino e à educação. A manipulação da indústria do *marketing* fomentou a terceirização da educação dos filhos e assumiu muitas das funções do lar e coloca as que restaram sob o comando da ciência e da técnica.

O autor denuncia esse mesmo cinismo nas relações de trabalho, nas quais disfarça-se a autoridade como autoridade consentida, pois “[...] o declínio da autoridade não provoca o colapso das restrições sociais, apenas as priva de uma base racional” (1983, p. 228). Na percepção de Lasch, essa negação da autoridade na empresa ou na família desresponsabiliza os superiores hierárquicos e hiper responsabiliza os subalternos que interiorizam uma falaciosa ideia grandiosa das oportunidades abertas a todos de uma inflacionada crença de suas próprias capacidades.

Na sociedade do espetáculo, o eu restringe-se à nossa imagem refletida nos olhos dos outros, haja vista que restam aos humanos como parâmetro outros humanos, importando mais a admiração que a estima. Deseja-se mais o fascínio e a excitação da celebridade, que o êxito; a inveja mais que o respeito. A celebridade, conforme já discutido aqui, é o prêmio dos que projetam um exterior vivido agradável e evanescente como as notícias que deles e a eles alimentam.

O sucesso tem que ser ratificado pela publicidade [...] Toda política torna-se uma forma de espetáculo. [...] O príncipe moderno não mais se preocupa com o fato de que há um trabalho a ser feito [...] confunde a consecução bem sucedida de uma tarefa qualquer com a impressão que causa ou espera causar em outros. Quando o fazer político, a busca de poder e a perseguição da riqueza possuem outro objeto além de excitar a admiração ou a inveja, os homens perdem seu senso de objetividade sempre precário, na melhor das circunstâncias. As impressões eclipsam as realizações. [...] As pessoas falam constantemente não das coisas, mas de suas próprias imagens (LASCH, 1983, p. 88-89).

Outra ilustração da qual se utiliza Lasch é o esporte, como espaço do jogo, importante instrumento de resgate do infantil e de mobilização de forças

inconscientes, que é espetacularizado pela burocracia. Profissionaliza-se o jogo e o aproxima mais da regra que da arte, o que foi também utilizado pelo jornalismo amarelo: que mais se preocupa com a venda de sensações do que com a apresentação de fatos.

A guerra dos sexos promove um esfriamento nas relações conjugais, com desdobramentos para o psiquismo dos filhos: o colapso da civilidade na convivência, a busca do prazer sexual como um fim em si mesmo, a sobrecarga das relações emocionais, a resposta masculina irracional e a emergência da mulher liberada, a substituição da imagem de pureza pela popularidade da mulher como papel reconhecido socialmente.

A cinematografia, reproduzindo o imaginário social, apresenta uma mulher calculista, fria, astuta, sedutora, com uma pseudo hipersexualidade histórica, calorosa e emocionalmente envolvida. Homens e mulheres colocam em pauta os riscos de uma relação afetiva e tentam dominar e manipular as emoções do outro com uma proteção dos riscos: criam uma superficialidade protetora e um distanciamento cínico, ao tempo em que exigem intensidade da relação. “A degradação do trabalho e o empobrecimento da vida comum forçam as pessoas a se voltarem para a excitação sexual, para satisfazer a todas as suas necessidades emocionais” (LASCH, 1983, p. 237).

Também o feminismo contribui com esse processo quando, contrapondo o modelo hegemônico de feminino, projeta o que Lasch (1983 e 1991) chama de expectativas impossíveis e, por isso, frustradoras de ambos os sexos, que fazem extravagantes exigências uns aos outros e experimentam ódios irracionais pelo não atendimento dessas.

A democratização do acesso à educação escolar também é utilizada pelo historiador psicanalista para demonstrar as ações do novo paternalismo, ao promover o que Lasch (1983) denomina como novo analfabetismo, que, segundo ele, impôs uma cultura caduca que apenas reforçou as exclusões, quando a Escola foi colocada a serviço da estupidificação dos sujeitos para darem conta do tédio e da injustiça da sociedade industrial, o que criou a falsa realidade de que é possível vencer pelos estudos, culpabilizando aqueles que não conseguem.

Lasch contrapõe-se à ideia recorrente no Brasil de que precarização do ensino se deva apenas à massificação do acesso, pois demonstra esse declínio de

anos antes desse processo nos EUA. O autor afirma que “A educação pública universal, em vez de criar uma comunidade de cidadãos auto-suficientes, contribuiu para difundir o torpor intelectual e a passividade política” (LASCH, 1983, p. 166).

O autor ainda apresenta a escolarização dentro do sistema capitalista estadunidense para defender que a escolarização, sem uma redistribuição de renda, não é suficiente para a mobilidade social. No caso específico dos EUA, uma grande mudança advém com as emigrações, que delegou à Escola a disciplinarização das massas. Ao anunciar a possibilidade de mobilidade, desencoraja ambições incompatíveis das massas.

As reformas do período progressista deram origem a uma burocracia educacional sem imaginação e a um sistema de recrutamento industrial que eventualmente minou a capacidade da Escola de servir como agente de emancipação intelectual. [...] os reformistas trouxeram o trabalho do lar para a escola, na esperança de fazer da escola um instrumento não só de educação, mas também de socialização (LASCH, 1983, p. 173-174).

Em resumo, a ética do trabalho e da construção do bem-estar é solapada pela ética do prazer, do lazer, do hedonismo; do objeto pronto para o uso e descarte. A cura da psiquê substitui a da almas; a justiça terapêutica cega-lhes. A ciência social substitui a filosofia. Os especialistas e as celebridades suplantam as autoridades que se fundam na história. Disfarça-se a competição com uma cooperação antagônica; as pessoas são dominadas com informações simbolicamente mediadas, pela qual a realidade é substituída pelas imagens da realidade; criam-se novas formas de analfabetismo, ao universalizar-se o acesso à escola; vulnerabiliza-se ainda mais a família ao tentar socorrê-la; matam-se princípios de civilidade da convivência por meio da guerra entre os sexos; expropria-se o conhecimento dos pais e elaboram-se novos padrões de dependência.

FRAGILIDADE DOS MEDIADORES CULTURAIS

Por meio dos itens que se seguem desejamos demonstrar a fragilidade que os mediadores culturais apresentam para o ser humano na contemporaneidade. Situação que é debatida pelos grandes debatedores deste momento. Dos enquadramentos rígidos de ontem, o mundo pós-moderno vinha flexibilizando a tal ponto esses enquadres que as pessoas, sobretudo as novas gerações, sentem-se sem parâmetros e sentem angústia na dificuldade de se enredar na teia simbólica já existente.

Entre alteridade e narcisismo

O autocentramento narcísico está sempre em voga na fala dos autores aqui evocados, talvez, por ser uma marca do humano com a qual a sociedade mais duela no sentido de garantir a sua existência. Do lugar de historiador, temos a nítida impressão de que a caminhada humana é a da luta entre o polo narcísico e o alteritário, conforme defendeu Freud ao longo de sua obra, especialmente a partir de 1914. A modernidade apresentou um projeto que, assim como Habermas (1984), consideramos que ainda não foi possível concretizar, não obstante todos os ajustes que ainda teremos que fazer no diálogo entre a idealização do projeto e a possibilidade real.

O que se segue é dito pelos debatedores da pós-modernidade como características comuns da condição humana na pós-modernidade e nós acrescentamos que essas marcas são ainda mais visíveis nos adolescentes, haja vista sua condição de revivência do narcisismo primário ante o desamparo da adolescência reforçado e do contexto cultural e pela maior vulnerabilidade ante as imposições da indústria do *marketing*, para quem ela, especialmente se dirige.

Como muitos dos conceitos psicanalíticos que foram incorporados pelo senso comum, o narcisismo vem sendo utilizado por inúmeros teóricos, por vezes, de forma equivocada. Tanto é utilizado para se referir a um autoinvestimento libídico (no próprio Ego) com uma maior ou menor indiferenciação entre o eu e o objeto, seja pelo momento comum do processo constitutivo ou por falhas do ambiente em remanejar o narcisismo por meio da castração. É enquadrado dentro do espectro das patologias narcísicas quando perpetua características do narcisismo primário mesmo após a dissolução do Édipo, desdobrando-se em prejuízo para o funcionamento do sujeito na intersubjetividade. Como fiel da balança, o autor do termo (FREUD, 2010/1914) definiu o narcisismo como o deslocamento dos investimentos libidinais para o eu do sujeito como tentativa de manejar as frustrações da onipotência ou as feridas narcísicas.

Em *A Cultura do Narcisismo*, Lasch (1983) defende a tese de que ante as fragilidades dos suportes culturais apresentados pelo pós-guerra, o sujeito estadunidense - e ante a difusão planetária do *life american way* - tenta refugiar-se em si mesmo, fenômeno que foi usado pela indústria do *marketing* para movimentar

o consumo, seja de bens materiais, seja das meias-verdades da tecnocracia. O autor compreende, portanto, a personalidade narcisista no final do século XX como uma metáfora da condição humana, e a cultura narcisista como um movimento que se utiliza do *slogan* de conscientização para, de fato, invadir o eu pelo social por meio de um imperativo de interiorização dos sujeitos, com severos prejuízos para a coletividade.

Vivemos cercados de espelhos. “Neles, procuramos impressionar outras pessoas, ansiosamente procurando por manchas que possam prejudicar a aparência que desejamos projetar” (LASCH, 1983, p. 124). A publicidade alicia e reforça isso. Sennett (2009) aponta que o século XVIII acentuou elementos comuns à natureza humana, enquanto o século XIX deu ênfase ao ímpar e às idiossincrasias, o detalhe torna o emblema e as relações tornam-se mais superficiais.

Ao longo de toda a sua obra, apesar de evocar a importância dos elementos internos (inconscientes), destaca sempre a importância do meio. Para ele, as “novas formas sociais requerem novas formas de personalidade, novos modos de ser e de organizar a experiência” (LASCH, 1983, p. 76). Para o autor, ocorre ainda que “cada época desenvolva suas próprias formas particulares de patologia, que exprimem de forma exagerada sua estrutura de caráter subjacente” (LASCH, 1983, p. 66). Enquanto no momento de Freud era a neurose, em nossos dias é o narcisismo, do qual o capitalismo se utiliza por meio de uma burocracia que tem como aliada a indústria da publicidade e a sociedade do espetáculo, as quais tanto aliciam o narcisismo quanto o reforçam.

Percebe-se, pois, que o autor não apresenta o narcisismo como um modelo determinista, mas resposta a esse tempo.

O narcisismo parece realisticamente representar a melhor maneira de lutar em igualdade de condições com as tensões e ansiedades da vida moderna, e as condições sociais predominantes tendem, em consequência, a fazer aflorar os traços narcisistas presentes em vários graus, em todos nós (LASCH, 1983, p. 76).

Para defender sua tese, Lasch transita por temas, muitos dos quais, ainda extremamente atuais, outros com ranços da historicidade do autor. As múltiplas escolas da psicanálise consensuam que a socialização da psiquê transita do narcisismo primário para o secundário. Para melhor compreensão dos termos, o

historiador freudo-marxista esclarece o que compreende por narcisismo primário e secundário, tendo o primário como o momento da indiferenciação entre a necessidade (interna) e a satisfação (externa) e o secundário como o produto da castração imposta pelo Édipo, sendo a defesa contra as frustrações da satisfação pelo objeto. O patológico, é, portanto, a regressão ou a fixação no primário. O autor também diferencia o narcisismo, que precisa do outro (plateia) para afirmar-se, do narcisista que vive no deserto.

Numa discussão mais aprofundada sobre a questão, Szpacenkopf defende que a passagem do narcisismo primário para o secundário ocorre numa lógica de (des/re)territorialização para o sujeito, na qual o outro como território tem importância capital. Também do lugar da psicossociologia, ainda que não se anuncie daí, o autor nos lembra que, no atual contexto, “[...] a passagem do investimento narcísico para o investimento objetal fica modificada, se não prejudicada” (2011, p. 79). Compreendemos o conceito de território com o auxílio de Deleuze e Guatarri (1992), os quais buscam a etologia para demonstrar que o outro é um território para o animal, assim como a família o é para o humano e que não há territorialização sem saída para uma desterritorialização e a possibilidade de reterritorialização.

Lasch (1983) propõe ainda a diferenciação entre narcisismo e auto-amor, visto que para Freud a autoestima advém do narcisismo primário, momento de onipotência que comumente é corroborado pela experiência e pela satisfação da libido objetal.

A autoestima por um lado é definida como um resíduo do narcisismo infantil, por outro decorre da onipotência que é corroborada pela experiência (a realização do ideal de ego), enquanto uma terceira parte provém da satisfação da libido objetal” (FREUD, 2010/1914, p. 118).

Também o psicossociólogo Sennett (1993) compreende o auto-amor como o justo-oposto do amor próprio, visto ser muito mais um falso-self (WINNICOTT, 2005a), uma montagem reativa de onipotência ante a impotência imposta pelo Édipo por meio do complexo de castração ou pelo contexto. Essa distinção é muito apropriada, haja vista que o auto-amor é vendido como a solução para todos os problemas e a alteridade é desconsiderada.

Na pós-modernidade, o que importa é a exaltação gloriosa do eu (LASCH, 1983). Contudo, como a auto-exaltação não é bem aceita pelos valores ainda

influentes, é feita por meio de subterfúgios, dentre os quais a exaltação da estética e os auto-cuidados excessivos que fazem do corpo um espetáculo, o que Birman nomeia como “polimentos intermináveis para alcançar o brilho social.” (2007, p.167). Esse fenômeno se insere na cultura do espetáculo (DEBORD, 1997), da interpretação, na qual a exibição é lema essencial da existência como exigência infinita de performance.

Nessa performance, marcada pelo narcisismo funesto em seus menores detalhes, o que importa é que o eu seja glorificado, em extensão e em intenção. Com isso, o eu se transforma numa majestade permanente, iluminado que é o tempo todo no palco da cena social [...]. Psicopatologia da pós-modernidade [...] é sempre o fracasso do indivíduo em realizar a glorificação do eu e a estetização da existência que está em pauta (BIRMAN, 2007, p. 168).

Esse quadro encontra eco nos fronteirios¹⁸ e nos adolescentes, haja vista o abandono do teatro da neurose, a dificuldade comum desses com o tempo e a conseqüente integração de todos os tempos no agora. De modo a polir e aperfeiçoar o papel que escolheu para si, o novo narciso olha para seu próprio reflexo, não tanto por admiração, mas por um incessante processo de imperfeições, sinais de fadiga, decadência (LASCH, 1983, p. 123).

Rassial (1997a, 1997b e 1999) com o qual já dialogamos no capítulo anterior, associa a adolescência aos fronteirios. Goffman (1974), que tão bem descreveu o eu atuante, elucida com seus estudos que, apesar de sermos seres de impulsos variáveis e de conflito, somos exigidos como uma homogeneidade. A autoconsciência é buscada como alternativa ao descrédito do mundo externo. “Para o eu atuante, a única realidade é a identidade que ela pode construir a partir de materiais fornecidos pela publicidade e pela cultura de massa” (LASCH, 1983, p. 123). Consideremos então os reflexos deste tempo especialmente para a vulnerabilidade adolescente.

O narcisista patológico desenvolve um senso de identidade caricato comum em nossos dias especialmente entre os jovens, depende excessivamente da validação do outro a quem admira/aprecia o que o impõe um auto-escrutínio ansioso, pois resta seu eu como mercadoria importante. A ironia e o cinismo apresentam-se como uma forma de pairar acima das limitações do mundo, pela qual

¹⁸ Modos de funcionamentos psíquico próprio de sujeitos que não transitaram devidamente do narcisismo para o pós-edípico.

distanciam-se da rotina e, ante a desvalorização das meta-narrativas, refugiam-se nas ideias fixas, nas compulsões neuróticas, nas sublimes objeções a qualquer coisa.

Não se trata apenas do incremento na quantidade de narcisistas, mas de terem eles se destacado ao ponto de impor o tom a uma multidão que almeja ser admirada. O resultado é uma sociedade que se exhibe pela celebridade, mingua a autoridade dificulta o crescimento e cria variadas dependências burocráticas.

Belpoliti (2010) afirma que,

A crescente insegurança a respeito da identidade que é típica da sociedade pós-moderna e as constantes humilhações a que nossa autoimagem é submetida causam o que Alain Ehrenber chamou de “o peso de ser eu mesmo”. Passamos de uma sociedade baseada na obediência e na disciplina a uma sociedade que valoriza e promove de modo incomum a crença de que, em todos os níveis, tudo é possível. Édipo, o símbolo da sociedade patriarcal, e do sentimento tipicamente burguês de culpa, é substituído pela vaidade, isto é, por Narciso e seu fascínio pelo espelho. Narciso traz a liberdade, mas também um crescente sentimento de vacuidade e impotência. (BELPOLITI 2010, p. 22, apud BAUMAN, 2013, p. 123.)

Lasch (1983) enumera características do caráter narcísico (e nós acrescentamos, do adolescente), que para ele apresenta uma pseudo auto-percepção reativa à autodepreciação que tenta camuflar até de si mesmo por meio de um Ego inflado. É, portanto, reativo, e funciona por meio de uma superficialidade protetora de sua autoimagem e com receio da privação oral pré-edípica. Por isso, é fronteiriço, hábil e atento às impressões que transmite, pelo fato de ser ávido por admiração.

Para tanto, o caráter narcísico seduz calculadamente e revela desdém por aqueles que manipula; é performático e inautêntico, em decorrência do vazio existencial que experimenta; sequioso por emoções fortes e aferrado à imagem; aterroriza-se com o envelhecimento e a morte, haja vista o investimento que faz no externo em decorrência da auto-descrença velada de si mesmo; possui pouca capacidade de sublimação; pode ocorrer de buscar a promiscuidade como mecanismo de defesa do apego e por vezes é pansexual. Percebamos o quanto essas são características estigmatizadas para os adolescentes, talvez por camuflarem menos que os adultos as marcas deste tempo pós-moderno.

Nas dimensões culturais o caráter narcísico (e diríamos, do adolescente pós-moderno) possui um senso de tempo alterado, marcado por um presentismo;

fascina-se pelas celebridades, de quem busca proximidade mimética e as quais descarta no primeiro desapontamento; teme a competição, afasta-se do lúdico, onde a culpa cede lugar à ansiedade, “exalta o respeito às regras na crença secreta de que não se aplica a ele” (LASCH, 1983, p. 15). O autor aponta que grandes referências da psicanálise pós-freudiana reconhecem a existência de um novo modelo de funcionamento com características orais (pré-edípicas).

Também discutindo o que caracteriza o narcisismo, Costa (1998a) lembra que resta do “narcisismo em tempos sombrios” nessa “cultura narcísica da violência” três características básicas: uma visão cínica do mundo, pela qual se busca fazer da realidade que temos a instância normativa de uma realidade ideal, utilizando-se, para este fim, dos porta-vozes eruditos da moral e do desespero. A abordagem teórica sobre a violência é uma ilustração desse fenômeno.

Uma segunda característica é a desmoralização da lei e dos ideais sociais decorrentes desse elogio irresponsável da violência que favorece uma cultura da infracionalidade em uma alternância ambivalente entre onipotência e impotência. E a terceira, ante esse quadro, é que no lugar que outrora pertencera à autoridade, surgem as miragens midiáticas dos Egos ideais (com prejuízo para o Ideal de Ego) e a arrogância onipotente decorrente da falência dos ideais que acenam para o colapso narcísico, desequilibrando a economia psíquica e comprometendo, seriamente, o bem-estar do sujeito e da sociedade.

Consideremos essas três características especialmente para os adolescentes para comprovarmos o quanto são marcas muito fortes dos sujeitos que adolecem na contemporaneidade. Não só deles, é claro, mas apontadas e atuadas especialmente por eles.

A psicanálise, ao tempo em que foi pioneira na denúncia da conspiração entre o narcisismo e o laço social, também trouxe à discussão importantes causas para esse fenômeno. A primeira e, em nossa forma de ver, a mais importante delas é a falência da função paterna. Ante a fragilização da castração simbólica da onipotência infantil pela qual um terceiro retirava os neófitos humanos da condição de ser o falo¹⁹ para tê-lo, assistimos a uma diluição das diferenças, da intersubjetividade, da alteridade, do limite, da lei. Na atual conjuntura prevalece a onipotência e não o reconhecimento da potência do outro como tônica das relações.

¹⁹ Para Freud está muito associado à ideia de potência. Para Lacan, o significante do desejo.

Na ausência ou fragilização do Édipo, ocorre uma fragilização do superego, enquanto herdeiro desse complexo, ante um contexto que privilegia as posições narcísicas do Ego ideal (narcisismo primário), em detrimento do Ideal de ego (modelo ideal que o norteará, oriundo da ordem simbólica externa) e do superego. Conseqüentemente, na cultura narcísica do pleno gozo e da usufruição do outro, a lei e a justiça perdem os significados propostos desde a revolução iluminista. Importante considerar com os conhecimentos do capítulo anterior que a visão psicanalítica da adolescência à qual nos afiliamos considera esse momento de (re)edição do desamparo, do Édipo e das identificações, exigindo uma função paterna que seja suporte e continência de suas angústias e conteúdos do palco interno.

Birman (2007) destaca ainda a importância do Ideal de Ego como forma de retirar o sujeito da fixação no Ego Ideal. Todavia, além da fragilização do primeiro, a flexibilização dos limites e fronteiras, tão próprias de nosso tempo, redundou numa grande confusão entre as dimensões do dentro e do fora, do eu e o outro, e que a lógica do consumo e da lei do mercado, associados ao declínio do simbólico do nome do pai, redundam em uma crise para as subjetividades, especialmente as que se encontram em momento peculiar de construção, como é o caso dos adolescentes, que se constituem a partir de uma equação entre fatores internos e externos.

Lasch (1983) apresenta como uma das causas do narcisismo a transmissão transgeracional de mães narcísicas que regridem à fusionalidade arcaica, o que também acirra o inflacionamento do superego dos filhos. Isso interage com um contexto que substituiu o império do Superego, tão comum no autodomínio imposto pela modernidade, por um império do Id, como auto-identidade tão defendida na pós-modernidade. O autor dialoga com grandes nomes da psicanálise para apresentar o narcisismo como uma resposta ao esfriamento afetivo de mães normalmente narcísicas, que ofertam atenção excessiva como resposta ao esfriamento que percebem do mundo para com elas. Trata-se de uma relação duplo-vincular.

O narcisista, assim como o esquizofrênico, costuma ser monumento de um ausente. Essas famílias são fruto da patologia individual e das condições sociais, visto que quanto mais o mundo mostra-se ameaçador, mais a família protege-se em

si: nega as tensões internas e cria uma ilusão de normalidade. Essa ressalva é importante para não cairmos numa culpabilização do feminino, tão bem denunciada por Zanello (2018). Contudo, é preciso considerar que, ainda que injusto, o patriarcalismo conduziu as coisas assim. Voltaremos a essa questão.

Lasch (1983 e 1991) discorre pormenorizadamente sobre novos hábitos de cinismo que são incorporados pelo ambiente doméstico. “As mudanças sociais que dificultam às crianças interiorizar a autoridade parental não aboliram o superego, mas simplesmente fortaleceram a aliança entre este e o *thanatos*” (LASCH, 1983, p. 220). Na ausência de uma lei externa forte, resta à criança inflar seu superego com elementos orais agressivo-destrutivos. Essa discussão é também elaborada por Winnicott (2005a).

Outro fator que, segundo Lasch (1983; 1991/1977) dá origem a desejos orais vorazes manifestados como raiva sem limites contra quem os deixa de gratificá-los é a mecanicidade do cuidado parental. Todavia, a sociedade burocrática não oferece espaço para a expressão da agressividade, restando o recalque pelo Ego e seu exílio no superego.

O historiador psicanalista compreende ainda por narcisismo a patologia do ser que, ante a fragilidade dos suportes parentais arcaicos, constitui um superego tirânico que faz frente aos fantasmáticos e perigosos impulsos de um Id que não encontrou no mundo a possibilidade de refreamento. O autor retoma Klein, para descrever um superego tirânico como decorrente da introjeção do ódio e da imagem de pais maus, que a criança identifica como sendo sua própria identidade.

Caso o contexto não ofereça espaços de reedição, permanecem as experiências arcaicas agressivas. Acentua-se, assim, a necessidade da defesa contra si próprio por meio de um superego tirânico. Predominam sentimentos de medo e culpa com relação aos sentimentos que identifica em si. Destaca-se a onipotência como reação a um ambiente que não lhe oferta a segurança que necessita.

As chamadas patologias narcísicas dominaram a pauta da psicopatologia dos últimos anos dessa virada de século, com ênfase no biológico, do qual a mente é vista como mero epifenômeno, financiado por poderosa indústria farmacológica. “O que se define por psicopatologia é o destaque conferido a quadros clínicos fundados

sempre no fracasso da participação do sujeito na cultura do narcisismo” (LASCH, 1983, p. 169).

Discutindo a psicopatologia contemporânea, Birman (2007) nos chama a refletir que, apesar da possível armadilha, o que caracteriza a cultura do espetáculo é a exterioridade e o simulacro como um paradoxo da pós-modernidade: o fora-de-si (metáfora da qual o autor se utiliza para falar dos que perderam o domínio de si, mesmo sendo inscritos nas nosologias se dá por um autocentramento em si e que, diferentemente de ontem, não é excluído, antes, é exaltado, o que ele denomina como fora-de-si de colarinho branco.

O caminho para o equacionamento desse desafio é apresentado por Benjamin (1995) que, com auxílio de Lacan e Winnicott, nos lembra que o que se opõe ao narcisismo é a libido objetal. A autora defende, portanto, a negociação entre os polos narcísicos e objetais, de forma a manejar a onipotência. Quando a onipotência passa à condição de estratégia de ação é porque essa negociação não foi bem sucedida. Assim, os vínculos sociais são fragilizados e marcados pelo utilitarismo.

Tendo em vista o objeto deste estudo, mais uma vez evocamos a consideração do que seria o fenômeno do narcisismo na adolescência, momento ímpar de reedição do narcisismo arcaico que deveria encontrar no mundo adulto a sua dispersão, o que não vem ocorrendo pelas questões já expressas, como discute Pinheiro (2001), o que não ocorre em razão, segundo Khel (2004), da vacuidade do lugar de adulto.

Outra face da moeda do narcisismo, diferente forma de ver o mesmo fenômeno, é a alteridade. A fragilização do laço social é a crítica comum com status de centralidade a todos os teóricos com os quais dialogamos que discutem a pós-modernidade.

A psicanálise compreende um lugar especial ao outro em nossas vidas. Para tanto, destaca que Freud sempre frisou a dependência arcaica ao outro, dada a condição de desadaptação do bebê humano. Já Lacan percebe o outro como objeto de desejo e de rivalidade (desejo do inconsciente e desejo do desejo do outro). Além desses autores, Winnicott sempre salientou a importância da mãe em adaptar-se às necessidades do bebê, assim como de sua sobrevivência aos ataques do bebê, em uma relação em que é, a um só tempo, a mãe-objeto e a mãe-ambiente e dos

objetos (transicionais) que instrumentalizarão a transição entre a dependência e a independência. Todos esses autores destacam a importância das figuras parentais (outro) desde os períodos mais arcaicos, sejam como os braços que amparam, sejam como a espada que corta e castra.

Considerando-se a violência como analisador, no sentido psicossociológico do termo, seguimos Birman, que a apresenta como consequência de contextos que “conduzem as subjetividades para o polo narcísico de seu psiquismo, colocando, entre parênteses, as relações alteritárias” (2007, p. 283). Assim, para o autor, conforme já destacado no início deste capítulo, as normas e os dispositivos presentes no espaço social possibilitam a boa ou má circulação de bens e valores, tanto quanto interferem na dinâmica das satisfações e no gozo pulsional.

A pobreza ou ausência de experiências alteritárias legítimas e de instâncias seguras que possam regular a perversidade pulsional dos corpos, reforça atitudes autocentradas, particularistas, empurrando os sujeitos para o gozo solitário, para a estetização da vida e para a violência.

Birman (2007) nos lembra que, quando o outro nos é colocado como rival pela cultura do narcisismo, o perdemos como presença mediadora no espaço social, e a subjetividade restringe-se à pura negação abstrata e vazia, que o restringe a uma condição de impotência e melancolia. Resulta disso uma dificuldade maior em perceber o outro em sua diversidade radical pelo autocentramento, o que é reforçado pela ausência de projetos sociais compartilhados. Resta o outro como objeto a ser usado, visto que esse autocentramento atingiu limiares tão impressionantes e espetaculares em nossos dias que a alteridade empobrece na economia psíquica do sujeito.

Para Lasch (1983), a percepção do mundo e do futuro como perigoso, embora encontre ancoragem no sócio-histórico, advém das agressividades do narcisismo. Para ele, o enfraquecimento dos vínculos sociais advém do medo da dependência narcisista que tenta desesperadamente a negação do vazio e da desesperança. Na cultura do narcisismo, a política, como reflexo de tudo isso, luta não mais para o bem comum, mas para a autorrealização do político. Soma-se a esse contexto uma literatura confessional na qual o autor, tentando disfarçar seu vazio interior, negocia com o leitor sua própria celebridade.

É muito claro na leitura da obra de Bauman o valor que se atribui às relações na pós-modernidade. Considerando-se sua afiliação a Levinás, critica a “banalização da alteridade por uma troca de cortesias como um comércio interpessoal de alfândegas. Para ele, a posse mata o ser no mundo” (BAUMAN, 2011, p. 87).

Em obra específica sobre as interrelações na pós-modernidade, Bauman (2004) discute a fragilidade das relações e dos laços sociais, que passam a ser considerados sob a ótica do consumo de uso e descarte. O autor toma de empréstimo dos *chats* de relacionamento o termo conexão, para referir-se às relações afetivas que enfatizam não apenas pela quantidade de conexões que fazemos, mas pela facilidade de desconectar.

Para o autor, a lógica do consumo inscreve-se nas dimensões mais fundamentais do humano, inclusive do sexo, que assume uma conotação apenas instintual, sem pretensões de união. Quando a qualidade das relações declina vertiginosamente, resta investir na quantidade de parceiros. As relações se estabelecem com o que se tem, não se lançam ao risco da possibilidade para o amanhã.

Lasch (1983) destaca a promiscuidade como forma de fuga da emoção pela qual se busca separar sexo e sentimento como se fosse possível dissociar essas vivências das forças inconscientes profundas. Tenta-se, pelo palco externo, uma contenção aos impulsos intoleravelmente insistentes e ameaçadores, haja vista que o colapso da autoridade abandonou o Superego sozinho na batalha. Faltam referências para o Ideal do Ego, restando o Ego Ideal como referência ao superego regressivo. Também as exigências dos papéis sexuais aterrorizam homens e mulheres que se vêm violados em suas demandas para atenderem aos ditames do momento. Assim como Freud (2011/1925), Lasch (1983 e 1991) não defende a androgenia, mas a convivência na diferença. Para Lasch, os hedonistas tornaram-se prestoriais e manipuladores. A satisfação depende de se pegar o que se quer, ao invés de se esperar pelo que é justo receber.

A dimensão afetiva-sexual é, ainda, explorada de forma muito interessante por Birman (2007) e por Costa (2004). Pelo viés da psicanálise, esses autores apresentam o outro como destituído de sua condição de sujeito desejante para assumir o lugar de objeto do desejo de um outro, o que reduz as relações a

processos predatórios, pelos quais a construção do afeto cede ao gozo que existe na condição de objeto descartável, buscado apenas para se contribuir com a atuação narcísico-primária. Costa (2004), tal como Lasch, ilustra que o outro é visto como um produto, tal qual os que se encontram nas prateleiras dos supermercados. Isso é, ao mesmo tempo, uma causa e uma consequência da profunda fragilização do laço social, da intersubjetividade e da alteridade (BIRMAN, 2007).

O próprio romantismo buscou no gozo das sensações uma ancoragem para o deleite da posse ou o monopólio do desejo erótico do parceiro (COSTA, 1998b). Assim, o que é desejável passa a ser aquilo que pode ser sensorialmente experimentado como agradável e prazeroso, no sentido extático e aquilo que necessita do tempo para se realizar ou que não traz o gozo sensorial esperado passa a ser da conta do desagradável. O autor evoca Bauman (2004) para elucidar que o outro perde sua conotação de uma “chance para a ação” para ser uma “promessa de sensação” (COSTA, 2004, p. 194).

Por fim, contrapomos o discutido com Lipovetsky (2005), para quem a pós-modernidade tem um intenso investimento nas relações humanas com mais autonomia em relação às estruturas, mas a partir de uma hiperindividualidade, pela qual diminui o coletivo nas escolhas do indivíduo, mas com o hiperreconhecimento do outro na condição de um ser único.

O diálogo com os debatedores dos tempos presentes evocados neste item nos permite reforçar a tese de que vivemos tempos adolescênticos tendo em vista a vacuidade do lugar do adulto, conforme epígrafe, o que abandona nossos adolescentes restando a esses a condição de sintoma da cultura pós-moderna. A adolescência é momento peculiar de desamparo, reforçado pela fragilidade dos enquadres e mediadores culturais, conforme discutiremos no próximo item.

Desamparo

O desamparo foi compreendido por Freud (1926/2014) como a imersão num excesso excitatório que ultrapassa as possibilidades de elaboração do sujeito. Em nossa compreensão, conforme discutido no capítulo anterior, com auxílio dos teóricos do traumatismo, é bem a marca da adolescência. Mas é Winnicott (2005a) quem dará ênfase ao desaparecimento do ambiente (e não ao do sujeito) para com o sujeito, que estanca as ações criativas do *self*. O autor ilustra a questão com os

efeitos das depressões maternas e seus efeitos no nascituro. Essa discussão é evocada por Costa (2000), para quem tais carências promovem a (re)vivência da emoção primitiva.

Para Birman (2012, p. 55), o mal-estar é analisador, haja vista sua condição de signo privilegiado e a caixa de ressonância daquilo que se configura nas relações do sujeito consigo mesmo e com o outro, revelando, assim, as coordenadas cruciais que seriam constitutivas da experiência subjetiva.

Tendo em vista a importância da dimensão da esperança e do sonho, especialmente para a adolescência e juventude, convém discutir com esse renomado psicanalista que nos lembra o quanto temos deixado a dimensão do sonho com pesados prejuízos para o nosso funcionamento psíquico a desdobrarem-se nas relações sociais. Utiliza-se do fenômeno do sonhar para discutir o quanto somos regidos pelo desejo de subverter o tempo e o espaço e que a relativa passividade do sonhar é minimizada quando narramos, rememoramos e reorganizamos as lembranças oníricas.

Contudo, ante o pesadelo, resta-nos a passividade frente a angústia. Bem a imagem da contemporaneidade. Pontalis (2005), destaca como a dor vem assumindo a manifestação subjetiva com prejuízos para a sustentação simbólica do sonho, com perda do potencial de simbolização do sujeito contemporâneo.

Desde as tradições judaicas, passando-se pela cultura greco-romana e pela cultura cristã - grandes matrizes culturais do Ocidente - é possível identificar o sonho como ocupante de um lugar privilegiado na tradição dessas culturas, no que diz respeito à revelação das subjetividades. Freud inovou essa discussão ao considerar o sonho como resultante do psiquismo, em decorrência da castração civilizatória, e propôs que a interpretação se desse a partir da própria subjetividade, e não por padrões externos. Já Lacan colocou a ênfase na linguagem. Freud o compreendeu.

Ante o exposto, resta claro que o sonho não é regido apenas pelo princípio do prazer, visto necessitarmos da narração e do discurso. Contudo, há distinção entre as gramáticas de Freud, do desejo, que privilegia representação-coisa e Merleau-Ponty, da percepção, que privilegia a representação-palavra.

Assim, Kant (ao deslocar a discussão filosófica do pensamento para a ética, estética e política, com ênfase na imaginação), Freud (ao trabalhar com os

conceitos de pulsão, inconsciente e fantasma) e a fenomenologia (ao lidar com a percepção) derrocam o pensamento como elemento primordial da modernidade. “Tudo se passa como se a incidência do excesso sobre reais registros do psiquismo produzisse um ataque e um curto-circuito no registro do pensamento, que não pode assim, funcionar devidamente” (BIRMAN, 2012, p. 132).

Dessa maneira, os sujeitos da contemporaneidade, especialmente os adolescentes, são tomados por angústias que se traduzem como um incômodo no corpo, com intensidades que as esvaziam e apassivam. “Tudo se passa como se o que lhes ocorresse fossem coisas estranhas a elas mesmas, que não poderiam ter qualquer acesso ao que lhes acontece” (BIRMAN, 2012, p. 132).

Consequentemente, assistimos na clínica, como reprodução do mundo, um empobrecimento da linguagem e uma inundação das imagens, entre as quais a metáfora perde espaço para a metonímia, especialmente expressa na linguagem e *modus operandi* dos adolescentes, e mais especificamente ainda, nos adolescentes autores de ato infracional.

Em outros termos, Birman (2012, p. 138) compreende que “o mal-estar contemporâneo se caracteriza principalmente como dor, e não como sofrimento”, compreendendo a dor como uma experiência subjetiva hermética, sem espaço para o outro. É, portanto, uma experiência solipsista e passiva, que, na cultura do narcisismo (LASCH, 1983), vem acompanhada da vergonha. Já o sofrimento é eminentemente alteritário, visto haver uma direção de apelo, uma interlocução. O espaço está para a dor como o tempo está para o sofrimento, visto que a dor está para o espaço como a imagem está para o sofrimento.

Depreende-se disso que, se o corpo, a ação e as intensidades são os registros do mal-estar hoje, isso é o correlato da condição solipsista da subjetividade, coartada da interlocução com o mundo. Este se restringe cada vez mais ao registro supostamente pragmático, perdendo sua dimensão simbólica. Daí por que a linguagem como poiesis empobrece, perdendo seu poder metafórico. O desejo fica então à deriva, nas cadeias metonímicas do discurso, não sendo relançado mais pelas rupturas, que são promovidas pela simbolização metaforizante (BIRMAN, 2012, p. 142).

Em um mundo onde o desamparo apresenta-se como marca até mesmo para os adultos, o que pensarmos dos adolescentes que pela sua própria condição reeditam desamparos arcaicos esperando-se que o mundo adulto lhes oferte o suporte e continência para seus desafios? Qual o lugar que vem sendo dado à

tradição que tinha como função ofertar uma rede de significados às novas gerações? É o que buscaremos discutir no item que se segue.

Presentismo e tradição

O tema da tradição é especialmente convocado para este estudo tendo em vista sua importância para as novas gerações, especialmente adolescentes que dela necessitam para, uma vez inscritos no mundo, questioná-lo e reinventá-lo. Contudo, como reinventar um mundo que não nos vem sendo dado?

Tradição, em nossos dias, é comumente sinônimo de obsolescência e conservadorismo, se não reacionarismo. Dizer que um profissional é tradicional pode ser entendido como ofensivo em nossos dias, quando, de fato, a tradição tem seu saber, que também precisa ser considerado, pois o mundo pós-tradicional não tem elementos para se anunciar muito melhor.

Isso não significa que estejamos fazendo uma defesa do congelamento do *status quo* e assumindo uma posição oposta, de que tudo na tradição é bom. A tradição, assim como o Ego, teme a mudança mesmo quando o que se apresenta está provocando dor. A própria psicanálise é acusada de conservadorismo pelo seu flerte com saberes da tradição, o que não significa que esse flerte seja realizado com o conservadorismo.

Entre os autores estudados, Lasch (1983 e 1991) é o que mais critica a neofilia e o presentismo como as das principais características do momento atual. O presentismo é um fenômeno do qual a burocracia liberal se utilizou e promoveu para vender sua parafernália de meias verdades, utilizando-se das lacunas deixadas pela ausência da tradição.

Como das mais importantes guardiãs da tradição, a família será objeto de reflexão desse historiador e psicanalista, pela qual demonstrará em duas importantes obras (LASCH, 1983 e 1991) como se deu o processo de expropriação de seus saberes em nome de uma tecnocracia que vende meias verdades, em muito responsáveis pelo estado de confusão da educação na contemporaneidade, o que será objeto de seção específica neste estudo.

O investimento excessivo no presente é filho da descrença no passado e da falta de expectativa no futuro. Quando o que passou é tomado à conta de obsoleto e descartável e, ante a confusão que se apresenta não conseguimos

apostar muito no futuro, resta o presente como tempo de investimento e o novo como tábua de salvação ainda que momentânea.

Costa (2004) discute a desvalorização do futuro como tempo de investimento, o que é captado e reforçado pela indústria do *marketing*, que instaura a vigência de uma lógica da instantaneidade com um incômodo insuportável a espera pelo que falta. Assim, os objetos buscados precisam estar prontos para o uso. Nas palavras do autor:

Em poucas palavras, no gozo com as sensações, o tempo de separação ideal é o que se congela e aglutina na atualidade; o objeto ideal é o objeto dócil, a coisa fácil de ser achada e manipulada. Um desses objetos é o objeto-droga. O outro é o corpo próprio, tema deste estudo. Sem poder renunciar à criatividade e à corpolatria narcísica, o eu tenta servir-se dos dois senhores, usando o próprio corpo como objeto transicional (COSTA, 2004, p. 106).

Para o renomado psicanalista brasileiro, “esse lugar que outrora pertenceu ao universal incontestável é hoje ocupado pelo mito cientificista (e não pela moda), que vem substituindo as instituições tradicionais na função de propor recomendações morais de teor universal” (COSTA, 2004 p. 190).

Segundo Lasch (1983), ante a descrença na religião que propiciava a salvação, resta-nos a ciência (psicoterapia) que promete o bem-estar e nega o amor, que é visto como pieguismo infantilista, o que é utilizado pela indústria da publicidade como uma imposição de um modelo de felicidade confundido com plenitude, o qual perseguimos desesperadamente. Para o autor o mito científico, articulado com a mídia, arrogou para si a primazia intelectual de falar do lugar da Verdade, e a qualidade de vida passou a ser referencial do bom ou do bem com a perda de espaço da virtude moral.

Outro autor que apresenta uma contribuição sobre esse tema é Cunha (2014), o qual evoca o contexto socioeconômico nessa discussão:

Sem direito a futuro eles se instalam em um presente radical e de modo paradoxal, negam a morte para que possam morrer. [...] É, portanto, a partir de sua instalação no mundo como simuladores que eles podem revelar o que há de simulacro no próprio ideal hegemônico de felicidade, fundado na cúmulo e relação de imagens. (CUNHA, 2014, p.57)

Que outro personagem de nossa história necessita mais de uma proposta de futuro que os adolescentes, que, naturalmente necessitavam dialogar com esse amanhã?

Gilles Lipovetsky (1997), filósofo francês contemporâneo, também discute a neofilia e o presentismo. Denomina o indivíduo de nosso tempo como hiperindivíduo e a sociedade atual como sociedade-moda ou neofilica. Segundo o autor, em oposição à sociedade tradicional que repete, a regra é a inovação que mobiliza o consumo e forja as identidades hipermoderna, na qual o consumo ocupa uma centralidade. Moda e consumo, duas visíveis marcas da adolescência contemporânea.

Para o filósofo francês, o hiperindivíduo - e nós acrescentamos: especialmente o adolescente - luta por uma liberdade a qualquer custo como fim em si mesmo, sem um projeto que a sustente. Apesar de considerar o futuro, esse é percebido sob a marca da insegurança, uma crono-reflexividade. Disso surge o investimento excessivo no aqui-e-agora reflexivo e no individualismo que se coloca como resposta à perda de poder do Estado e das instituições coletivas. Trata-se de um sujeito sem tempo para seus anseios e as temporalidades têm como referência os sujeitos que a vivenciam e não mais um tempo externo.

Numa percepção que consideramos com Costa (2004) por demais otimista, Lipovetsky compreende que o narcisista não dispensa a tradição, mas apenas aquilo que nela envelheceu, visto que, no fundo, preserva o que a democracia têm de mais importante, “amadurecendo-as, tornando-as mais estáveis e mais impermeáveis às guerras santas, menos ameaçadas do interior, menos vulneráveis aos delírios histéricos da mobilização total” (LIPOVETSKY, 1997, p. 275-277).

Consideramos significativo e importante, no que diz respeito à obra desse autor, representar um contrapeso a posições tão escatológicas sobre a pós-modernidade. Todavia, apesar dessa vantagem, equivoca-se ao relatar, por exemplo, a atenção aos princípios democráticos da igualdade e da liberdade e dos direitos humanos, da liberdade de pensamento com o fim das grandes ideologias, além do fato de não apresentar bases para afirmar que somos mais críticos que ontem, haja vista que a liberdade da tradição religiosa não é parâmetro seguro para afirmativa tão peremptória. Assim, Costa nos lembra que

No presente como no passado, os princípios de justiça e decência da República e da Democracia permanecem invenções frágeis, criadas pelos espíritos mais livres. E, como ideais que são, continuam longe de espelhar as condutas das massas na era da efemeridade (2004, p. 89).

Um dos sintomas dessa sociedade é a valorização e cola da jovialidade, denúncia que já houvera sido feita por Lasch em 1979 (LASCH, 1983) e não da juventude por mais paradoxante e paradoxal que seja. O medo da velhice e da morte, que para historiador psicanalista denuncia uma cultura moribunda que buscou no individualismo sua saída, leva a uma guerra de todos contra tudo, pois, como já visto, na ausência das seguranças externas, os sujeitos refugiam-se em si próprios.

Lasch (1983) critica com muita propriedade as teorias que defendem para a velhice um obsoletismo planejado, visto ser antes o resultado do desempenho de papéis que de fatores biológicos. Esses são riscos de uma psicologia desenvolvimentista e de uma indústria médica que prescreve o (a)normal ao sujeito. Para o autor,

o temor à velhice origina-se não de um culto da juventude, mas de um culto do eu" [...] "Patológico em suas origens e (de) inspirações psicológicas, supersticioso em sua fé pela opinião do médico, o movimento pela longevidade exprime de forma característica as ansiedade de uma cultura que não acredita ter futuro (LASCH, 1983, p.262).

Todo esse contexto desdobra-se na autoridade. Costa nos lembra que "autoridade e tradição são face e verso da vida ética" (2004, p. 168-169) e a cultura do espetáculo, por meio do estardalhaço da moda e dos mitos científicos, que se alimentam da irrelevância do que passou, abafou as principais vozes que representavam a tradição/autoridade: pais, professores, líderes religiosos etc. e, em nossa forma de compreender o momento presente, são eles, os adolescentes, os que mais sofrem ante a fluidez dos lugares que deveriam ter sido ocupados pelo adulto, conforme frase em epígrafe.

Autoridade e celebridades

Retomando última fala de Costa, compreendemos melhor a extensão da confusão que é feita em relação aos conceitos de tradição e de autoridade, especialmente no que diz respeito a esta última, haja vista a história deste fenômeno e as profundas transformações decorrentes dos avanços nos direitos humanos, mais ainda no Brasil, que muito pouco experienciou um legítimo estado de Direito.

Em decorrência do processo de reabertura democrática e das meias-verdades da burocracia liberal, sempre com calçamento na dificuldade que tem o psiquismo em lidar com a castração, a autoridade é confundida com autoritarismo, como se vivêssemos imaginariamente em regime anarquista. Imbert (1994; 2001) e Castoriadis (1982) elucidam que o outro/a lei/a realidade/a “função paterna” corta, diferencia, inaugurando lugares às novas gerações.

Ocorre que a tecnocracia, a serviço de sua irmã: - a burocracia liberal - , denunciou a autoridade como excesso de formalismo, distanciamento afetivo e causadora de problemas psíquicos, quando, de fato, “significa, exatamente, a promoção de contatos e relacionamentos possibilitados por um posicionamento efetivo de cada um diante do ‘Outro’”, conforme esclarece o lacaniano Justo (2004, p.98). Resta a fragilização do laço social, pois, como afirmou Freud (1930/2010), sem a lei ficamos à mercê da força bruta..

A interdição, que deveria apresentar o outro especular e simbólico - inserindo o sujeito no laço social com auxílio do “princípio da realidade” tendo o superego ancorado no Ideal de Ego como produtos - esvaece-se junto com as figuras de autoridade. Assim, ao contrário do que anunciaram os tecnocratas, as fragilidades do laço social, como é o caso da experiência do nazifascismo, não decorrem da aplicação da lei, mas da ausência dela, como bem observou Freud (1930/2010).

Tal processo contribuiu, também, para a fluidez das fronteiras e lugares; com desdobramentos para as relações, que ficaram mais emaranhadas e confusas, seja pela recusa dos vínculos decorrentes do esvaecimento do outro, seja pela sobreposição de lugares num amálgama que dificulta a diferenciação. Concomitantemente ocorre um antagonismo exacerbado que cria uma dependência similar pela negação: “onde cada um se define, não por afirmar o que é e pretende, mas por se afirmar em oposição ao outro ” (JUSTO, 2004, p. 97).

Freud (1930/2010) já havia se referido a grupos vulneráveis ou psicologicamente pobres para expressar um fenômeno comum às sociedades em que as figuras de autoridade não assumiam sua devida importância; lugar com severos prejuízos para o laço social, haja vista nossa condição de seres de pulsão. Também discutido por Freud em *A Psicologia dos Grupos e Análise do Ego* (FREUD, 2021/2011), na qual caracteriza os grupos vulneráveis como possuidores de excesso

emocional, impulsividade, violência, inconstância, presença de contradição e de extremismo nas ações, caráter rude das emoções, descuido nas deliberações, pressa nos julgamentos, formas de raciocínio simples e imperfeitas, ausência de autorrespeito e de senso de responsabilidade, facilidade de influenciar tais grupos.

Conforme mencionado no início deste as características evocadas por Freud são normalmente imputadas aos adolescentes. A autora percebe que essas características são as mesmas imputadas aos tempos pós-modernos, o que a faz denominar este momento, com a sua fragilidade identitária, como “adolescêntrico”, visto que os pais da atualidade, que deveriam apresentar os modelos de socialização frente à entrada de seus filhos na adolescência, comportam-se, muitos deles, como adolescentes.

Ocorre que os pais que foram adolescentes na década de 1960, quando das transformação culturais e profundas modificações nas configurações familiares, em resposta aos padrões que consideravam excessivamente rígidos em que foram criados, se propuseram a relações mais horizontais com seus filhos (ROUDINESCO, 2003; RENAULT, 2004). Nas escolas, contudo, permanece um modelo baseado nos adultos tradicionais, marcados pelo autoritarismo e pelo distanciamento afetivo (OBIOLS, 2002; BIRMAN, 2006.). Nas palavras de Birman (2006), temos um déficit afetivo gerado pela saída da mulher para o mercado do trabalho, sem que o homem ou outro assumisse a lacuna deixada. São justamente estas as crianças e os jovens que chegam às escolas, em busca de apoio parental, para o qual muitos professores se mostram despreparados e assustados.

É neste sentido que Khel afirma:

O adulto que se espelha em ideais teen se sente desconfortável ante a responsabilidade de tirar suas conclusões sobre a vida e passá-las a seus descendentes. Isso significa que a vaga de "adulto", na nossa cultura, está desocupada. Ninguém quer estar "do lado de lá", o lado careta, do conflito de gerações, de modo que o tal conflito, bem ou mal, se dissipou. (2004, p. 96)

Na ausência destas ofertas simbólicas, resta aos adolescentes buscar essa continência e esse suporte no crime organizado (PEREIRA, 2008; SZPACENKOPF, 2011), na lei (SUDBRACK, 1992; ARAÚJO, 2006), no fundamentalismo religioso (BIRMAN, 2009), no grupo (KEHL, 2000). Ainda, Driew

(2010) destaca o risco de o adolescente afogar-se no grupo e não mais sair, quando há desencantamento com o mundo, apesar da priorização da vinculação horizontal.

Também Almeida e Tracy (2003) discutem os efeitos, especialmente para o adolescente, de relações que assemelham-se a passagens efêmeras e fluidas tão próprias deste tempo. Utilizam-se da noção de “não lugar” de Augè para evidenciar a marca das relações afetivas na pós-modernidade, haja vista que os não lugares são, para esse antropólogo, espaços marcados pela passagem, pelo efêmero e pelo transitório e, portanto, da ordem do provisório. Logo, as relações autênticas perdem espaços para as conexões entre os passantes anônimos. Reforçam com isso, como observou Bauman (2004), o deslocamento nas relações que fogem a qualquer forma de fixação.

Conforme discutido na seção 3.3, Costa (1998a) nos lembra que nestes tempos sombrios de narcisismo, em decorrência também da frágil expectativa no futuro, resta ao sujeito, principalmente adolescentes, a perseguição de “miragens de Egos ideais”, associadas a um prazer imediato, característico da satisfação narcísica, o que dificulta ainda mais o deslocamento do narcisismo primário ao secundário, que deveria encontrar sua síntese na adolescência. Isso significa, também, uma dificuldade no deslocamento do lugar da onipotência (ego ideal) para o lugar da alteridade (ideal do ego).

É também Costa quem afirma que as celebridades na condição de representantes da moda ou da ciência - visto que ambas trabalham com o registro da transitoriedade e do obsoleto - substituem as figuras de autoridade que se apresentavam como referência para o Ideal de Ego, quando não confundíamos tradição com conservadorismo, como se fosse possível a manutenção da *pólis* sem a apropriação do legado deixado pelas gerações anteriores. Diz o autor:

Ciência e moda são práticas sociais que se alimentam da mesma fonte, a irrelevância do que passou. [...] Encolhida entre as duas, a autoridade parece minguar. Autoridade é sabedoria fundada na história. Não se pode ‘ter ou ser autoridade’ no que ainda não aconteceu ou no que aconteceu, mas no que não resistiu à prova do tempo (2004, p. 169).

O narcisista, assim como o adolescente, se vincula às figuras de poder e às celebridades por perceber-se desempoderado e, portanto,

inconscientemente fixados em um outro objeto idealizado, ao qual continuam a desejar, [...] estas pessoas estão sempre em busca de poderes

onipotentes exteriores, de cujo apoio e aprovação tentam extrair força [...] Uma sociedade narcisista idolatra antes a celebridade do que a fama e substitui pelo espetáculo formas mais antigas de teatro (LASCH, 1983, p. 115 - 117).

Martins Souza, trazendo o contexto sócio-histórico, afirma que “a sociedade capitalista desenraíza, exclui para poder incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica.” (2003, p. 32). A exclusão se aplica, também, ao que a vítima traz como interpretação de si e de sua reinclusão. Comumente, esta confunde a busca de igualdade com o mimetismo dos famosos.

As celebridades assumem os espaços que outrora pertenceram às autoridades, filhas da tradição, pois são as únicas investidas de reverência, estando o restante condenado ao anonimato, com prejuízos para a teia simbólica de nossa sociedade, especialmente para os adolescentes que dependem das figuras de autoridade e da tradição para se (re)posicionarem no mundo. Sem raízes e sem sonhos, restam as celebridades.

Todavia, demonstrando a fragilidade dessas figuras Ego-ideais, com auxílio de Sennett (2001), Costa nos lembra que “autoridade é sabedoria fundada na história. Logo, não se pode ‘ter ou ser autoridade’ no que ainda não aconteceu ou no que aconteceu, mas não resistiu à prova do tempo.” (2004, p. 169). Contudo, em nossos dias, a celebridade tomou o lugar da autoridade, logo, autoridade do provisório que alia moda e tecnologia a serviço do entretenimento.

As celebridades são personagens, em parte criadas por essa indústria em torno do qual orbita uma legião de fiéis fãs, servos e discípulos, detratores e comentadores até que um novo nome arraste o séquito consigo. Enquanto a autoridade tem lastro na notoriedade e talento, a celebridade sustenta-se no sucesso e na visibilidade com um recado emocionalista em torno da máxima: apareça ou pereça, pois fora das passarelas e manchetes não há salvação. Toda autoridade passa a ser vista como autoritarismo e toda recomendação moral é vista como cinismo de quem ganhou, ou frustração de quem não viveu.

O problema dessas criações é a força que passam a possuir essas figuras em responder ao estranho das massas. Assim, figuras narcisistas meteóricas ditam um tom esdrúxulo do viver, ante a fragilização da tradição, o que equivale ao lugar da autoridade, o que é engolido com facilidade pelos adolescentes, não importa a idade que tenham.

Substitui-se a disciplina moral por uma ética terapêutica, cínica, comercial, de meias verdades, publicitária, superficial, desresponsabilizante dos equívocos pessoais e responsabilizadora pelas desditas pessoais. A indústria publicitária exalta um discurso de fama e glória como o caminho para a felicidade e, assim, resta ao ser humano comum “aquecer-se com o brilho refletido pelas estrelas” (LASCH, 1983, p. 44).

Ante essas reflexões, somos convocados a pensar na potencialidade dos adolescentes em fazer frente a esse cenário catastrófico. Felizmente existe a resiliência dos sujeitos e os adultos que ainda nadam contra a correnteza no sentido de fazer frente a esse caos. Continuando nossa caminhada, discutiremos os efeitos desse mundo tão marcado pela imagem no geral e para os adolescentes.

O império da imagem

Se a imagem conforme veremos neste item é uma marca significativa da pós-modernidade, muito mais o é para a adolescência pelas razões já discutidas no capítulo anterior e que serão associadas às desta seção.

Segundo Debord, pioneiro e atualíssimo com a publicação de (1961/1997), como mecanismo da indústria do *marketing*, aquilo que se mostra ao olhar, a visibilidade, a cena e a exibição se destaca na configuração das novas modalidades de sociabilidade. Nesse sentido, assistimos à “produção e a exaltação desenfreada das imagens de si mesmo, para o deleite do outro, num campo sempre imantado pela sedução, o que passaria a dar as cartas do jogo na estética performática do espetáculo” (1961/1997. p. 55).

Esse fato nos chama a atenção para não cairmos na armadilha de culpar o mensageiro pelo conteúdo e pelas consequências da mensagem, visto que os meios de comunicação de massa apenas trazem à superfície, revelam e expõem o que está “dentro” de nós. Nisso discordamos de Debord, haja vista que, ao passo que os meios de comunicação reproduzem as mensagens, também as aliciam e reforçam.

No mundo regido pela imagem, segundo Baudrillard (1991), o sujeito vale pelo que parece ser em sua materialidade e corporeidade, como bem mostram os adolescentes pela febre das redes sociais, as tatuagens, os piercings, os estigmas

das tribos. A vida imita um grande palco de performances, teatral, uma encenação na eterna busca de holofotes e ribalta, o que exige um imenso investimento libídico no afã de (a)parecer, ser visto e, assim, sair da invisibilidade, da impotência, do anonimato, da exclusão. Em outros termos, viver pela exterioridade em contraposição à interioridade proposta pela modernidade (COSTA, 2004).

Lasch (1983) responsabiliza o capitalismo, por meio do Estado paternalista que por meio de uma tecnocracia ocupa lugar de destaque na vida das pessoas em apresentar receitas aos descontentamento que se devem a ordem socioeconômica, sem que essa seja colocada em questão. Há um auto-enaltecimento profissional, associado a um crescimento da indústria da publicidade, que difundiu o pensamento de que: o comprado fora é melhor do aquilo que se tem em casa.

As mídias exercem um importante papel ao indiferenciar o original da cópia, e, desde muito pequenas, as novas gerações são incentivada à captura do outro de forma espetacular e narcísica, inclusive pelos produtos que mobilizam o mercado de consumo. Essas marcas também se mostram muito claras na adolescência, haja vista a utilização da juventude pelo mercado de consumo (BAUDRILLARD, 2008; BAUMAN, 2013).

A Moral Consumi(dor)a

Ante o cenário que se desenha, na impossibilidade de ser fálico, o sujeito da contemporaneidade busca sê-lo por meio da aquisição daquilo que é apresentado como insígnia de reconhecimento. O consumo, como Ideal de Ego falacioso para as coletividades, apresenta-se como caminho: ter o bem de consumo para ter o falo e, assim, ser um sujeito de potência, visto somente se é reconhecido ao ser que tem. Logo, o ser confunde-se com as imagens com as quais se identifica (sujeitos-imagens).

Condenando os excluídos a um sem saída, a referência então é a uma melancolia no sentido de, se Ter tornou-se importante para Ser, não Ter ou não poder Ter, seguindo os moldes do consumo, pode aproximar-se de um sentimento de menos-valia, de importância e de depressão. (SZPACENKOPF, 2011, p. 63)

A relação sujeito-sujeito cede lugar à relação sujeito-objeto, e o amor narcísico e objetual deixam de ser excludentes, para serem complementares. “A distância entre o que somos e o que gostaríamos de ser parece diminuir com a possibilidade de ter” (2011, p. 103). Todavia, essa condição de permitir ser àquele que tem é perversa, pois resta ao despossuído aceitar sua condição de não ser e limitar-se à contemplação dos que são.

Os fenômenos aqui discutidos ocorrem em um transfundo ético-moral. Muito desse transfundo salta da discussão já feita, mas não tudo e nem o essencial. Julgamos o tema importante para nosso objeto, haja vista que o adolescente que comete um ato infracional está justamente manifestando-se dentro dessa noção de moral e ética.

Conforme já vimos, é consenso entre os vários debatedores do momento atual que a globalização enfraqueceu as instituições doadoras de identidade (a família, a religião, o trabalho, a Escola, o bem comum), restando ao indivíduo pós-moderno o narcisismo e o hedonismo.

Também como já visto, no narcisismo compreende-se o sujeito como ponto de partida e de chegada no cuidado de si e, no hedonismo, compreende-se a felicidade como sinônimo de satisfação sensorial. Apesar do caráter que reforça os tensionamentos deste momento, Costa (2004) considera que não abdicamos a todos os valores tradicionais, como parece quererem nos convencer.

Especialmente Bauman e Lipovetsky polarizam essa discussão sobre ética e moral na pós-modernidade. Para Bauman (2004), é o amor ao outro que nos arrancar de nossos instintos mais básicos, fundando a realidade e, com ela, a moral, antes mesmo de qualquer classificação entre o que seja o bem e o mal. Já fazemos escolhas desde então, o que faz de nós seres responsáveis. Essa posição arcaica e basilar permanece como *matrix* da moral como contrato, cálculo e adaptabilidade às normas sociais.

Para o saudoso sociólogo polonês, essa ambivalência é especialmente reforçada por uma sociedade que retirou dos contratos e códigos e delegou aos sujeitos que façam suas escolhas e assumam o ônus e bônus por tais escolhas. Dubet (1998) a isso denomina “desinstitucionalização do social”.

Essa desinstitucionalização se dá pela crise do modelo de mundo proposto pela modernidade, que acreditou-se capaz de, por meio da lei, acabar com

a ambivalência. Assim, a culpa seria eliminada através do cumprimento da regra-lei-código, como um catálogo orientador - ancorada num discurso racional. A transferência retirou do sujeito a autonomia no que concerne à capacidade de decidir, entregando-a a agências especializadas sustentadas por uma tecnocracia, com formas patenteadas de fugir das decisões morais, o que já discutimos com Lasch neste estudo. Essa postura de deslocar as escolhas e suas responsabilidades dos sujeitos às agências investidas de autoridade ética diminuiu a angústia da ambivalência em relação ao tempo em que retirou autonomia e, nesse sentido, com a crise das instituições que a sustentavam, entrou em colapso. Consequentemente, temos um humano desnortado.

Para Bauman (2011), a modernidade impôs um projeto de liberdade com formas patenteadas, inclusive de burlá-la, e delegou ao mercado e ao jurídico que escolhesse por ele, o que ainda se encontra em execução e incremento.

os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os mal-estares da pós-modernidade provêm de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais (BAUMAN, 1998, p.10).

O sociólogo é questionado por alguns teóricos pós-modernos, a exemplo de Adelman (2009), por uma suposta dificuldade em compreender as novas formas de organização familiar, social, de poder e de autoridade. Bauman (2011) propõe o retorno de uma moral calcada na responsabilidade e critica Lipovetsky que, para ele, é uma espécie de profeta descritivo da moral pós-moderna.

Ante a fluidez dos padrões éticos, resta aos sujeitos, desorientados e desnortados, recorrer aos especialistas no afã de balizamento. Para Bauman (2011), a pós-modernidade vive uma moralidade sem ética, pois, assim como a modernidade ficou conhecida como a era da ética, a pós-modernidade é conhecida como era da moralidade.

Bauman concorda com a percepção de Lasch (1977/1991) da família como refúgio privado, o que é criticado pelo feminismo, haja vista os sofrimentos impostos pelo patriarcado. O autor denuncia, ainda, a fragmentação das identidades. Traduzindo muito bem o momento atual, o sociólogo nos lembra que:

miscifilia bem pode ser substituída pela miscifobia; a tolerância da diferença bem pode ser aliada à categórica recusa da solidariedade; o discurso

monológico, em vez de dar lugar a um discurso dialógico, cindir-se-á em uma série de solilóquios, com os falantes não mais insistindo em ser ouvidos, mas se recusando também a escutar (BAUMAN, 2011, p. 103).

O modelo ético-moral hegemônico da modernidade sólida, que ainda faz coro em nossos dias, baseava-se numa concepção do humano como uno, harmônico e integrado, senhor de si, devido ao uso da razão. Bastava-lhe seguir todo um conjunto de normas e regras que eram colocados pela cultura. Bauman critica a fragilidade desse modelo que, segundo ele, tem em Nietzsche um referencial e, em Freud, seu brilhantismo. Não apenas o modelo de ética e moral é questionado, mas os próprios valores que costuravam as relações em nossa sociedade, o que leva um número maior de sujeitos a realizarem o que outrora era muito mais camuflado ou negado.

O sociólogo saudoso defende um retorno a uma ética da responsabilidade, muito próxima do que é proposto por Levinás visto vivermos uma moralidade sem ética, mas nem por isso uma não-ética, mas uma ética que busca em si próprio seus limites e extensões.

É também em Levinás que buscamos o conceito do ser-para, que são formas de integração que baseiam-se em uma responsabilização genuína pelo outro, o que diferencia das formas de integração inconsequentes, nas quais não há expectativa de um amanhã e, portanto, uma responsabilização pelo outro. O princípio da moralidade é “uma preocupação com o outro que chega até o sacrifício, até a possibilidade de morrer pelo outro” (BAUMAN, 2011, p. 87).

Para Levinás, lido por Bauman (2011), o que separa a atual agonia da escolha dos desconfortos que sempre atormentaram o *homo eliges* é a descoberta - ou suspeita - de que não há regras pré-fixadas e objetivos universalmente aprovados a serem seguidos. O autor defende, portanto, um ensino que provoque e propague a abertura, e não a oclusão mental.

A forma de vida atual, em relação à qual tenho lutado para fazer um inventário nos últimos dez anos, mais ou menos (a sociedade ‘líquido-moderna’ dos consumidores, desregulamentada e individualizada, constituída num ambiente cada vez mais globalizado, não é exceção (BAUMAN, 2013, p. 28).

Ante o vazio que se coloca, resta o consumo orientado e anunciado pelo mercado como remédio. De uma forma falaciosa, a decisão ética retorna ao sujeito. Ela domina um contexto movediço de relativismo moral muito bem ilustrado pelos

meios de comunicação de massa. Há um menor compromisso com as consequências, visto que o episódio, como aquilo que não se anuncia e não se despede, assume o tônus do momento.

Como o consumo está na base do fenômeno da socioeducação, convém discutir com Bauman a crítica que faz ao consumismo, pois

os objetos de desejo cuja ausência é mais violentamente deplorada tornaram-se múltiplos e variados - e seu número, assim com as tentações que representam, está crescendo a cada dia. E com ele a raiva, a humilhação, o despeito e o rancor motivados por não tê-los - assim como o impulso de destruir e que não se pode ter. (2013, p. 82)

Para Bauman, “compro, logo existo.” (2013 p. 83). Na modernidade líquida, não comprar não está associado apenas a não ter prazer, mas a não reconhecer-se ou ser reconhecido como alguém digno de autorrespeito e de respeito do outro.

O Lasch lembra-nos que a sociedade de consumo está mais preocupada em criar necessidades do que satisfazê-las. Vende a miragem da posse como insígnia de vitória, como um lugar ao sol. Compondo esse arranjo, o poder das instituições sociais camufla-se de benevolência e “[...] os pais fazem de seu próprio problema - a insubordinação - o problema de seus filhos” (LASCH, 1983, p. 224).

Bauman chega a apostar em avanços dos tempos pós-modernos, mas, conforme já visto aqui, descrê radicalmente dos laços sociais, o que dá força ao mercado, conforme discutido em item anterior.

O estudo da ética pós-moderna é objeto de estudos em algumas obras de Lipovetsky (1994), na qual descreve o *ethos* contemporâneo e explica uma “ética indolor”, suave, destituída da noção de dever e de imperativos categóricos, ancorada em valores narcisista e hedonistas.

Não se trata mais de uma ética regida por imperativo externo, mas a partir de normas individualistas em si mesmas, com base na satisfação do desejo no momento atual. Em Lipovetsky (2005) aponta-se um esgotamento dos ideais e o declínio da moral que se baseava nas fortes estruturas sociais, nas instituições, na figura de Deus e nas grandes narrativas. As regras no novo momento obedecem mais à realização pessoal do que às verdades de sistemas que as estabeleciām para o coletivo. O dever é escrito com letras minúsculas e o interesse pessoal é a lei exaltada. “Queremos o respeito da ética sem mutilação de nós mesmos e sem

obrigações difíceis; o respeito da responsabilidade, não o dever incondicional. Por trás das liturgias do dever demiurgo, chegamos ao minimalismo ético” (2005, p. 101).

Para o autor, vivenciamos uma fase pós-moralista, mas não pós-moral, pela qual complementamos a secularização do mundo iniciada com o Iluminismo. Para o filósofo, não estamos dispostos a sacrificar a exaltação dos desejos e do bem-estar individual, do ego. Não ocorre a mistura do ocaso do dever e da moral com o declínio dos valores, que, para ele, continuam sendo exaltados.

Os valores morais não mais exigem o sacrifício do indivíduo, mas uma adesão voluntária e de duração limitada. Pensar só em si não é mais tido como algo imoral, “a nova era individualista conseguiu a façanha de atrofiar nas consciências a alta consideração que desfrutava o ideal altruísta, redimiu o egocentrismo e legitimou o direito de viver só para si.” (2005, p. 107). E ainda: “as grandes ordens moralistas caem em desuso, mas a ética volta à ordem do dia, a religião da responsabilidade está mais vazia do que nunca, mas o suplemento da alma está na ordem do dia” (LIPOVESTKY, 2005, p. 185).

Todavia, Lipovetsky não tem uma percepção negativa, como pressupõem os títulos de suas obras. O autor entende que “é preciso abandonar a ideia fictícia de um mundo em que todos os critérios foram por água abaixo, em que os homens não se deixariam mais guiar por nenhuma crença ou dispositivo de natureza moral” (2005, p. 125). Assim, defende que desfaçamos “essa imagem caricatural da sociedade na qual todos os valores teriam sido precarizados”, pois, para ele

uma tolerância maior não significa a derrocada completa dos valores, não significa logo a total incapacidade de sim ou de não em nome de princípios nos quais se acredita. Esta é uma necessidade individual, uma urgência da vida e, portanto, não se “desfaz no ar” tão facilmente (LIPOVETSKY, 1994, p. 168-169).

Ao contrário do que possa parecer de uma leitura superficial, o autor defende um individualismo responsável em oposição a um individualismo autossuficiente, visto que “ou o século 21 será ético ou não será nada” (2005, p. 185). Faz a defesa das éticas inteligentes em contraposição às pregações moralizadoras. Para o autor, essas éticas são “Mais inovadoras do que meramente teóricas; mais abertas às mudanças realistas do que a concepções dogmáticas; mais atentas à responsabilização pessoal e menos ao indiciamento compulsório” (2005, p. 34). Nesse sentido, o autor critica esse altruísmo tradicional e ultrapassado, mas reconhece o seu lugar na vivência coletiva, sob outros moldes. Defende

[...] sim, a causa da ética inteligente, porque o culto ao dever já não tem credibilidade social, porque a justiça social requer eficácia (ao menos na era neo-individualista), não pode ser concebida sem respeito ao homem, sem uma dimensão humana (LIPOVETSKY, 2005, p. 35).

Finalizando esse pequeno recorte da obra do autor, lembramos que para esse filósofo, trata-se de uma ética do pós-dever, que é mais realista, sem recair em um idealismo ético. Apesar da insegurança em decorrência de tudo o que apontamos, o autor questiona:

Mas será que isso nos autoriza a diagnosticar um processo de rebarbarização do mundo no qual a democracia não é mais que uma “pseudodemocracia” e um “espetáculo cerimonial”? Chegar a tal conclusão seria subestimar o poder de autocrítica e de autocorreção que continua a existir no universo democrático liberal. A era presentista está tudo menos fechada, encerrada em si mesma, dedicada a um niilismo exponencial. Dado que a depreciação dos valores supremos não é sem limites, o futuro continua em aberto. A hipermodernidade democrática e mercantil ainda não deu seu canto do cisne - ela está apenas no começo de sua aventura histórica (LIPOVETSKY, 2004, p. 100).

Em referência às críticas comuns ao universo midiático, pondera:

O universo da informação conduz maciçamente a sacudir as ideias aceitas, a fazer ler, a desenvolver o uso crítico da razão; é máquina de tornar complexas as coordenadas do pensamento, de despertar exigência de argumentações, ainda que em um quadro simples, direto, pouco sistemático. É preciso operar uma revisão de fundo: o consumo midiático não é o coveiro da razão, o espetacular não abole a formação da opinião crítica, o show da informação prossegue a trajetória das luzes (LIPOVETSKY, 1997, p. 225).

Para o autor, então, vivemos tempos diferentes da sociedade do dever - nem por isso, menores - quem sabe, a caminho de um algo novo. De nossa parte, consideramos procedente a argumentação do autor que representa um contraponto a essa percepção escatológica e finalista do momento atual. Todavia, apesar de concordarmos com sua descrição da hipermodernidade, não vemos o momento atual de forma tão otimista quanto ele apresenta, e conservamos uma opinião mais a próxima de Bauman quanto a essa análise. A sociedade hipermoderna é pós-política, puramente administrativa, sem grandes projetos sociais, tomada de posição política clara e radical, e apregoa a eficiência dissociada do político-ideológico.

Pensem especificamente essa questão com os adolescentes que (re)editam o desamparo adolescente em um cenário que os fazem crer mais desempoderados por essa lógica de ter que ter para ser e que encontram no

narcisismo primário, do Ego Ideal, o caminho para o equacionamento de seus desafios. Quando nos faltam as grandes narrativas, o outro enquanto suporte, as instituições socializadoras mostram-se à deriva e a lógica do consumo nos diz que precisamos ter para ser, resta-nos a impotência.

(Im)potência

Auxiliados por Freud (1913/2010) compreendemos a onipotência buscada pelos castrados sociais como uma forma de pensamento mágico que tenta controlar a realidade, por meio de uma evitação do desprazer. Esse contexto convoca o sujeito da contemporaneidade, especialmente o adolescente que vê-se submetido por um corpo e transições inconscientes que o atropelam, à tentativa da vivência da potência para além da fantasia arcaica ou dos neuróticos obsessivos. Ante a carência generalizada e multifacetada, o excesso apresenta-se como palavra de ordem e o medo é capturado pela comunicação do espetáculo que, ante a 'im+potência', responde com a 'oni+potência'. O que torna mais correto denominarmos uma oni+impotência.

Ao imperativo do gozo, do qual nos falou Birman (2007 e 2009), pelo qual busca-se um prazer que esvai-se rapidamente, exigindo, assim, novas fontes de prazer como tentativa de preencher o vazio e superar a impotência, soma-se a necessidade de defesa contra qualquer mobilização de sentimentos no indivíduo, por meio, também, da satisfação imediata do seu desejo, como bem observou Lipovetsky (2005).

No contexto dessa discussão, ao contrário do que possa demonstrar uma percepção pouco refletida, a transgressão não é a negação da proibição, mas uma negociação com a lei paterna. Movimento que pode nos aproximar do criativo e do inovador. Ela busca ultrapassar linhas divisórias, conhecer novos territórios, possibilidades de humor, tentativa de apostar na criação.

Acrescenta-se a esses mecanismos de exclusão social (renegação, denegação, fabricação de leis próprias) o desmedido da força da violência física, simbólica e social. Assim, a perversão individual e social retroalimentam-se em um movimento recursivo e recorrente. Por vezes, esse retorno do recalcado se faz por meio de um duplo, com a duplicação da imagem de si mesmo, que passa a atuar de

forma independente, com existência própria, quando o narcisismo primário parece ter sido atacado de forma traumática.

Em momento de crise identitária como é o caso da adolescência, os caminhos possíveis são silenciar, por meio de um movimento agressividade voltada para si (implosão), ou um movimento para fora (de luta). Resulta disso a busca dessas ordens simbólicas, como demonstra Sudbrack (1992). Nas palavras de Szpacenkopf “não se trata de esperar o simbólico melhorar de saúde para fazer acontecer o reconhecer.” (2011, p. 67). Tal como Pereira (2008), Szpacenkopf (2011) percebe que muitos adolescentes buscam o tráfico como possibilidade de existência na lógica instituída e como resposta ao medo, ante a fragilidade das instituições sociais, entre as quais, e, sobretudo, o Estado em lhes dar a proteção desejada.

Consumir(se)

Tendo o consumismo como possível saída para adultos e adolescentes, Costa demonstra a fragilidade da tese de que a hipertrofia da economia capitalista diluiu esferas da vida social (política, religião e tradição familiar) em consumismo hedonista e narcisista. Neste sentido, a infracionalidade seria apenas um efeito da avidez por objetos supérfluos e o culto ao corpo, efeito do fascínio pelas imagens corporais da moda, ambos estimulados pela publicidade. Lembra que “não existe, propriamente, perda de valores na sociedade atual; existe uma re-hierarquização dos valores tradicionais sob o dossel da moda e da mitologia científica” (2004, p. 132).

Para Baudrillard (2008), o motor de todo esse consumismo é a insatisfação emocional ante a sociedade da abundância, que de fato é da falta e da promessa de abundância, pois o consumo é, de fato, desigualdade social dissimulada como igualdade de oportunidades econômicas. Para ele, essa insatisfação decorre de uma pauperização psicológica, de um estado mental de insatisfação crônica que torna o indivíduo um consumidor modelo ante o imperativo do gozo a qualquer custo, pois todos temos a obrigação de ser feliz segundo os moldes instituídos. A economia da ideologia cede vez à ideologia da economia.

Costa (2004) critica essa tese de Baudrillard, por postular a ideia de insatisfação sem conexão com a prática da vida. As pesquisas bibliográficas de

Costa demonstram que a grande mola da produção nos séculos XVII e XVIII era a produção de supérfluos, que eram comprados por uma classe de renda mediana e emergente. Com base nesses estudos, o autor critica Weber, por generalizar a imagem do protestante austero e averso ao consumo, visto que o protestante defendeu-se do racionalismo moderno por meio de um sentimentalismo, pois o que sentia era mais confiável para a salvação do que aquilo que fazia.

O marxismo critica essas teses, que denomina como psicocentristas. Para os marxistas, o consumismo é consequência da alienação do trabalho próprio do modo de produção capitalista. Costa (2004) discorda dessa proposição, chegando mesmo a taxar como moralismo, julgamento moral decorrente do saudosismo marxista, a reboque da crítica ao universo da mercadoria. Para Costa, não há dúvida de que o mundo capitalista reforçou limitações do humano para a convivência. Todavia, é extremo defender que os compradores burgueses eram puramente narcisistas. Veja-se como exemplo a base, a moldura da família burguesa. Para o autor em tela, ao agirem assim, fazem uma crítica com base em uma visão de mundo.

A privacidade sentimental colaborou, certamente, para a diluição do papel cultural do cidadão. Uma coisa, porém, é mostrar como a hipertrofia do privatismo sentimental foi um dos fatores responsáveis pelo descaso para com o mundo público; outra é afirmar que a compra de objetos perturba o desenvolvimento das emoções ou do interesse moral pelo outro (COSTA, 2004, p. 161).

O pensador-psicanalista nos lembra que não há consistência em afirmar que os objetos por si só pervertem as emoções, sem que haja campo psíquico, pois “na relação do sujeito com o mundo, todo objeto cede parte de sua concretude física à imaginação emocional e toda intencionalidade emocional recorre à matéria física dos objetos para ganhar consistência e durabilidade culturais” (2004, p. 163). A questão então é como participam na gestação, manutenção e reprodução de nossos ideais de Ego.

Para Sennett (1998/2009), esse processo se deve às identidades desenraizadas, processo de desapego a lugares, pessoas, tradições étnicas, religiosas ou políticas, e, enfim, à própria história pessoal decorrente das mudanças nas relações de trabalho, tais como a precariedade dos empregos, a competição econômica e o esfriamento das manifestações psicológicas.

A consideração pelo outro passa a ser vista como repressão e ônus cívico sem bônus bancário, relegada aos discursos religiosos. Resta-nos o impasse de decidir entre a responsabilidade moral com degrado social e a inconsequência moral socialmente recompensada. Costa (2004) compreende que a moral das sensações, em consonância com a moral do entretenimento, constituiu o que temos chamado de moral do espetáculo. O autor pondera que reduzir isso apenas ao consumismo é ferrugem economicista. Nas palavras do autor:

Custo a crer, igualmente, que o aumento da criminalidade urbana se deva apenas ao apetite irracional dos mais pobres por superfluidades que não podem comprar. A meu ver, a criminalidade urbana vem, em primeiro lugar, é óbvio, da miséria material degradante e, em segundo lugar, de um estilo de vida no qual sociabilidade e moralidade se tornaram adversárias. Os delinquentes fazem, na realidade, o que grande parte de nós faz na fantasia (COSTA, 2004, p. 175).

Costa nos lembra que “onde não há totem, não há tabu” (2004, p. 175). Assim, critica a burguesia de nossos dias, que se vendeu aos “delinquentes engravatados” para garantir seus interesses, abrindo mão de seu ideal civilizatório. Em sua compreensão, fizemos da vida um arremedo de parque de diversões, que, “para ter acesso real ou fantasioso à vida-espetáculo, sacrificamos a dignidade à idiotia e nossos corpos à sanha dos mais degradados” (2004, p. 177). Para Costa,

Demonizar o consumismo capitalista é a forma de encontrar um monstro à altura da demência. Contudo, criar atalhos fáceis para caminhadas longas pode sedar nossas ansiedades, mas não abole o que nos consterna. Em épocas de crise, nada mais cômodo do que criar supersentidos para explicar o sem-sentido (p. 178).

O autor critica a ideologia marxista ao colocar a compra como o demônio que se apossa e transforma os pobres e impotentes sujeitos. Apesar de reconhecer a importância do modo de produção material na influência de muito do que somos ou temos sido, Costa compreende que muito do que queremos ser condiciona o “modo como produzimos materialmente as circunstâncias de nossas vidas” (2004, p. 179), discussão que já fizemos com auxílio de Castoriadis (1982).

Nesse sentido, Costa afirma que “dinheiro e objetos não secretam ética ou sentido de vida. Se toda a sociedade brasileira pudesse comprar o que os mais ricos compram e viver como eles vivem, em nada mudaríamos a estupidez do ideal de felicidade dominante” (2004, p. 180). Muito pelo contrário,

Se quisermos, entretanto, enfrentar os problemas éticos de nosso tempo, teremos de rever nossos ideais de felicidade e não dar ao 'consumismo' mais do que ele merece. Sem isso, continuaremos a tomar a sombra pela presa; com isso teremos muito trabalho pela frente. O convite é risível para muitos. Estes são os verdadeiros, os únicos e - espero - os 'últimos consumidores (2004, p. 181).

Considerando-se as asseverações de Costa, é possível observar que, para Lipovetsky (1997), não há uniformização das consciências pela moda. Costa destaca como grande vantagem no estudo desse autor:

[...] deflacionar os perigos imaginários que cercam os novos acontecimentos culturais. Ao mostrar que o indivíduo moderno não se tornou um monstro moral, ele lembra que podemos não tornar vítimas de hábitos de interpretação caducos. Afinal, o mundo que antecedeu a nossa era estava longe de ser o melhor dos mundos. (2004, p. 188)

O autor nos lembra que “continuamos, como quaisquer seres humanos, a valorar nossas ações, ou seja, a classificar e a hierarquizar o que fazemos em termos de Bem e de Mal” (2004, p. 189). Para ele, a religião, o trabalho, a política e a família não perderam toda a força normativa que tinham – como querem fazer crer muitos dos debatedores do momento atual – antes, foram privatizados, pois deixaram de agir institucionalmente por meio de regras impessoais e universais, para serem ativados caso a caso.

O erudito psicanalista nos lembra que “estamos em vias de destronar o império da introspecção pelo exercício da ação; o gozo por realidades psicológicas imutáveis pela prática de realidades transicionais” e que, portanto, “cabe a todos, e aos psicanalistas em especial, estar atentos aos novos inícios, sem saudade do que caducou pela própria insistência de ser tornar imortal” (2004 p. 201).

Lasch (1983) nos ajuda a compreender como se deu a passagem dos trabalhadores para a condição de consumidores, sobre os quais as instituições se lançaram na tentativa de construir necessidades com auxílio da sociedade do espetáculo e sobreposição do ser pelo ter.

A satisfação de necessidades básicas e geralmente reconhecidas cede lugar a uma fabricação ininterrupta de pseudo-necessidades (DEBORD). A divulgação de um produto é feita por meio da construção do consumidor, levando em consideração a insatisfação crônica, a insegurança, ansiedade e o tédio de nossos tempos. Os produtos são anunciados como o remédio para todos os males. O consumo também acalma a revolta e promete felicidade. O trabalhar por dignidade cede lugar ao trabalhar para consumir como o ter um lugar ao sol, antes apenas da aristocracia. Apoia-se os movimentos civis, se representarem consumo, ainda que mexam com a correlação de forças do lar. Publicidade e propaganda fundem-se para

difundir meias verdades, pois o que mais importa é o crível, mais do que sua veracidade ou falseabilidade. Vivemos em um mundo de pseudo-eventos e quase informações. (LASCH, 1983, p. 102)

O propagandista evita a mentira, apela sutilmente ao emocional, usa os números de acordo com seus interesses, utiliza-se da abordagem técnica que, com seu mistério, soa como verdade; busca fatos, busca o herói e aposta no futuro. O imediato perde espaço para o simbolicamente mediado. A política se torna a arte de convencimento do valor da política, sem ter que preocupar-se com o bem comum. A indústria propagandista vende a ideia de crise, com os respectivos produtos para saná-la; e os presidenciáveis vendem-se como a panaceia para as crises. A política transformou-se em publicidade e, as eleições, em um evento esportivo.

A superexposição a ilusões fabricadas, logo, destrói o poder de representação. A vida pública e a vida privada assumem as feições de espetáculo.

A ilusão de realidade se dissolve, não em uma sensação exacerbada da realidade, como poderíamos esperar, mas em uma notável indiferença pela realidade. Nosso senso de realidade parece repousar, bastante curiosamente, em nosso desejo de ser envolvidos pela ilusão representada da realidade (LASCH, 1983, p. 119).

Pensando especificamente na juventude, Bauman (2013) compreende o jovem como lata de lixo da indústria do consumo. O autor retoma Adorno para lembrar que estamos retrocedendo a um estágio que substituiu o complexo de Édipo pelo parricídio. Nesse discurso, os jovens são cada vez mais compreendidos como um outro encargo social, não mais incluídos na promessa de um futuro melhor. Em lugar disso, agora são considerados parte de uma população dispensável, cuja presença ameaça evocar memórias coletivas reprimidas da responsabilidade dos adultos. Assim,

O que os salva da dispensabilidade total – embora pouco – e lhes garante certo grau de atenção dos adultos é sua real e, mais ainda potencial contribuição à demanda de consumo [...]. O problema dos jovens está sendo considerado clara e explicitamente uma questão de 'adestrá-los para o consumo', e de que todos os outros assuntos relacionados à juventude não deixados numa prateleira lateral - ou eliminados da agenda política, social e cultural (BAUMAN, 2013, p. 52-53).

Resta claro o grau ainda maior de vulnerabilidade por parte de nossos jovens, a quem a sociedade tanto tem apontado, cobrado e responsabilizado por atuarem a performance de um mundo que os que apontam criaram e impõem.

O corpo hedonista

O hedonismo é particularmente discutido por muitos debatedores com os quais dialogamos nessa caminhada, por ser também uma das marcas mais destacadas na pós-modernidade e mais ainda dos que adolecem na pós-modernidade. Logo, crucial para o objeto deste estudo.

Costa compreende a moral das sensações como um grande transfundo do momento atual, cujo traço mais saliente é o peso dado à sensorialidade (do corpo) na perseguição dos ideais de felicidade. “Em outros termos, as regras de satisfação da identidade ideal têm no prazer das sensações um de seus ingredientes fundamentais” (2004, p. 89), que tem como um de seus efeitos imprevistos a patoplastia dos distúrbios corporais.

Para melhor compreendermos o imperativo do gozo de nossos tempos, faz-se necessário diferenciarmos satisfação, prazer e gozo. Por satisfação, compreendemos com Costa o estado decorrente da resposta bem sucedida de uma intenção. Já prazer é traduzido por esse autor como o conjunto dos fenômenos afetivos relativos ao estado de satisfação. E gozo, palavra muito retomada na psicanálise, sobretudo lacaniana, o temos como a dimensão biológica da vida que escapa às imposições dos mecanismos de adaptação da cultura. Espécie de dimensão fenomênica de satisfação dos organismos humanos na interação com o meio que não é passível de qualificação. Portanto, da ordem do real, ou seja, a-psicológica, haja vista sua condição de aquém/além do que podemos simbolizar ou significar. Logo, não satisfaz a nada ou ninguém. “Do gozo, apenas experimentamos os seus efeitos, isto é, aquilo que é capturado na rede dos significastes” (2004, p. 91).

O cuidar de si, que ontem estava associado aos sentimentos, em nossos dias, passou a compreender o corpo com perda de espaço para os grandes sentimentos, pensamentos ou ações. O corpo deixa de ser uma massa opaca e obscura de automatismos cegos ou instintos malsões para se tornar objeto de curiosidade, admiração e cuidados sutis; novo *locus* da dignidade ontológica (o substrato deixou de ser a alma), epistemológico (a chave do conhecimento de si) e ética do sujeito (bem-estar físico com a saúde, a beleza, a esbelteza, a juvenilidade

se tornaram indícios de responsabilidade e maturidade na capacidade de se autogovernar).

Todavia, não podemos olvidar o contexto socioeconômico: injusta estratificação social de acentuada concentração de renda, dificuldades de mobilização social, limitações de acesso ao modelo econômico hegemônico e as condições de status e prestígio das classes altas (constantemente reforçadas e vendidas pela mídia). Todavia, não obstante essa rigidez, Costa (2004) percebe que o corpo apresenta-se como possibilidade viável de acesso, inclusive para os oriundos das classes baixas.

Os padrões, fortemente marcados por uma estética, impõem a ideia de um “corpo-vitrine” como modelo de êxito, sujeito ao constante olhar e à avaliação do outro. O corpo assume, assim, um lugar privilegiado e exclusivo nas atuais buscas objetivas erotizadas, chegando a ser confundido com a subjetividade do sujeito como nunca outrora ocorrera, o que explica a hipervalorização da sensação em detrimento do sentimento..

Nas palavras do psicanalista, “o futuro do corpo é cindido do passado e posto em suspenso, à espera da nova palavra de ordem da moda ou dos mitos cientificistas” (COSTA, 2004, p. 84). Haja vista as problemáticas do corpo para o adolescente, que é objeto de item específico deste estudo, é possível compreender melhor a força da corporeidade para os sujeitos objetos desta pesquisa.

Há uma renaturalização das condutas humanas, sem descartar os antigos valores, mas, sim, retraduzi-los por meio do saber triunfal do cientificista. O cuidado de si, que outrora tinha uma vertente mais interiorista, passou a ter uma relação com o corpo e com estética. Costa chega a denominar como uma bioidentidade: um novo modelo de identidade e uma nova forma de preocupação consigo, a bio-ascese, na qual o *fitness* é a suprema virtude. Também é efeito dessa renaturalização a perda do mundo político para o ecológico. “Tornamo-nos, dessa forma, politeístas tolerantes, sexualmente liberados e complacentes com as pequenas transgressões morais, desde que nada disto desequilibre as taxas de colesterol” (2004, p. 191).

Assistimos a uma revolução cultural do corpo, pois passamos de uma tradição que secundarizava o corpo como referência de reconhecimento - por vezes o menosprezava como morada do pecado, do erro, fonte de culpa - para uma confusão entre o corpo e a identidade, da imagem corporal à fama, passaporte

possível para os menos favorecidos. Na felicidade sentimental, buscávamos a “posse” antecipada ou rememorada dos objetos, materializando os objetos em narrativas. Logo, o bom objeto é aquele que resiste ao tempo. Já na felicidade sensorial, a felicidade depende da presença do objeto, o qual o sujeito devora. Assim, o bom objeto é aquele que excita o corpo. Cuidar de si misturou-se com cuidar do corpo.

Birman (2012) nos lembra que o corpo tem sido a caixa de ressonância privilegiada do mal-estar, além do que a performance encontra-se sempre aquém do que tem sido exigido pelo corpo espetáculo, corpo vitrine (BIRMAN, 2007, 2009; COSTA, 2004). A perseguição da saúde é uma atitude constante e o estresse é apontado como a causa de tudo. Resta a medicalização apresentada pelo biopoder como a panaceia de todos os males humanos. Ocorre o esvaziamento da relação médico-paciente, passando-se a buscar mais o alívio das dores que acolher os pacientes.

Costa critica a ideia de um hoje mais hedonista que ontem, mesmo porque não teríamos como comprovar essa hipótese. Os defensores dessa hipótese, afiliados às religiões ou à academia, apesar do equívoco da generalização, “acertam ao desnudar os limites que o êxtase impõe à fruição da felicidade” (2004, p. 93), visto que o prazer estático entrava na felicidade pela passividade, pela fugacidade e pela situacionalidade. “A felicidade, entretanto, é um Bem que queremos desfrutar, conservar e acumular. Uma felicidade que se consome no instante em que se realiza é uma felicidade pela metade, um aperitivo que desperta a fome sem poder saciá-la” (2004, p. 94).

Contestando a tese comum de que os dilemas identitários de nosso tempo decorrem do conflito entre o prazer estático e o mitigado, Costa defende que esses derivam “[...] da disputa entre satisfações de intensidade similar pela atenção do eu. [...] A felicidade de um só prazer é o passo mais curto entre o ideal psicológico e o sintoma psicopatológico” (2004, p. 95), mesmo porque o importante não é o tipo de prazer, mas o efeito sobre o psiquismo do sujeito. A felicidade sensorial cria uma oposição entre as expressões do eu-senciente e do eu-agente, visto que a preocupação excessiva com o prazer sensível põe em choque os interesses narcísicos do eu e aprofunda o fosso que separa a imagem do corpo como sede de sensações da imagem do corpo como centro de ações motoras.

Para Lasch (1991), a apoteose do individualismo e do hedonismo surge como uma farsa da luta pelo poder e compreende a adoção da cultura da periferia como uma universalização da desesperança, pois os pobres sempre tiveram que viver para o presente.

Lembrando que o corpo possui destaque no fenômeno da adolescência, haja vista que é ele quem a convoca por meio da puberdade e é também o novo corpo que, ante o corpo perdido da infância, cabe como tarefa de elaboração para o adolescente, aproximemos mais uma vez a discussão da pós-modernidade à da adolescência para reafirmarmos a tese de que os tempos pós-modernos são tempos adolescênticos, nos quais tenta-se pelo corpo jovial e da moda responder à impotência e ao desamparo. Ante um corpo tão apassivado, resta o agir como tentativa de autoria.

A passividade do agir

Deslizamos da primazia da reflexão na modernidade para a primazia, e quase a exclusividade, do agir na contemporaneidade. “Ajo, logo existo!”, afirma Birman (2012). Utiliza como imagem as compulsões, pelas quais os sujeitos agem repetidamente sem que jamais alcancem o alvo, mas com um imperativo que assujeita o eu. É nesse contexto que os festins comestíveis e outras orgias se colocam como reedição das buscas da pulsão humana ante a civilização.

O vazio no existir desenha-se com cores que nos parecem mais fortes do que em um passado no qual nos sustentávamos nas grandes narrativas. Essa intensidade manifesta-se, primeiramente, nos sentimentos que, pelos excessos, escapam ao controle da vontade manifesta como um corpo estranho. Todavia, ante o império do excesso, que nos assujeita, resta à subjetividade a escravização de algo que a ultrapassa (BIRMAN, 2012).

Contudo, haja vista a dificuldade que tem a psique em apassivar-se - fantasma da perda de si que invade o palco e rouba a cena constantemente - no anseio de circunscrever a experiência traumática e, assim, transitar da passividade à atividade, a subjetividade recorre à compulsão da repetição.

O vazio, a impotência e a apatia - e não mais a culpa - vêm assumindo a tônica maior das narrativas psíquicas nos espaços clínicos. Na ausência dos

deuses, resta-nos as imposições da ciência e do mercado, como muito bem observa o psicanalista Birman (2012). Porém, nem mesmo as drogas, como a panacéia prometida, têm suprido suficientemente..

Já discutimos em Evangelista (2012) a violência do adolescente como atuação, expectoração e regurgito do que não consegue ser contido, digerido, elaborado, ligado ao mundo interno, ultrapassado, que se encontra o sujeito pela intensidade das sensações impostas. Paradoxal relação de violação e convocação do outro (MARTY, 2006, 2010; CARDOSO, 2010; WINNICOTT, 2005a).

Consideramos com Marty a atuação como o “segundo tempo do traumatismo” (2010, p. 61). A um só tempo defesa e tentativa de elaboração da angústia; de colocar para fora objetos destrutivos. Um curto-circuito do pensamento, oclusão e não simbolização de uma parte da realidade que faz retorno ao real na tentativa de preencher um vazio de simbolização. Logo, trata-se de uma atualização de conteúdos inconscientes, descarga canalizada para o corpo semelhante ao modo primitivo de evacuação da tensão, tão comum nos bebês com sua agitação motora, que tende a diminuir à medida que é inserido no mundo da simbolização (WINNICOTT, 2005).

Contudo, segundo Houssier, “a natureza do ato nunca dá conta da problemática psíquica em jogo.” (2010, p. 90). Atuar é também uma tentativa de sair de uma condição de passividade, ocasionada pela puberdade, para a atividade. Tentativa de sair da condição, de feminilização, o que endossa o discurso kleiniano de que o adolescente delinquente está, a todo tempo, tentando provar a sua masculinidade, haja vista a sexualidade fragilizada da adolescência. Portanto, uma reação contra o fantasma de ser penetrado.

A gestão da angústia para os psicopatas e adolescentes cuja estrutura repousa em bases narcísicas frágeis, é feita através do recurso ao ato na tentativa de transformar a realidade castradora à qual nega.

É por essa razão que negamos a orientação dos organismos de defesa de direitos de denominarmos esses adolescentes como “autores de ato infracional”, quando, pelo que foi expresso, são adolescentes que atuam pela infracionalidade.

A drogadição

Apesar de não ser objeto direto desta pesquisa, mas ser fenômeno comum entre os adolescentes que atuam pela infracionalidade, além de bastante difundido na pós-modernidade como um dos analisadores do mal-estar contemporâneo, trouxemos uma breve passagem pela drogadição.

A droga, o corpo e o outro são exemplos de objetos dóceis passíveis de produzirem gozo no agora, pois, de acordo com Bauman (1998), há um discurso hegemônico que carrega consigo a marca da indeterminação e da maleabilidade do mundo. É como se tudo pudesse ser feito, mas nada fosse para sempre, pois os acontecimentos não se anunciam nem se despedem.

As experiências da sensibilidade afetiva, que também encontram calcamento na lembrança ou na imaginação, perdem espaço para a fruição baseada no agora, tornando emocionalmente obsoleta a sensação em outro tempo que não o do imediato do gozo, haja vista que sua evocação raramente ou pouco proporciona prazer, fazendo, assim, que os sujeitos busquem, freneticamente, objetos que lhes permitam a felicidade sensorial de forma rápida e acessível - o outro e/ou as drogas - que, apesar de marcarem a sociedade, são atribuídas à juventude e ou à adolescência como exclusiva destas faixas etárias (COSTA, 2004).

O fenômeno das drogas, tão difundido, sobretudo entre os jovens, é discutido também por Birman (2007), para o qual é resposta de uma estrutura psíquica que não conseguiu transitar da condição de objeto do desejo do outro para um registro predominantemente de sujeito desejante. A busca da droga ou 'do outro enquanto droga' é marca de um momento histórico que acentua a perversão como economia psíquica e impõe o desamparo pelo desencantamento do mundo, seja pela causa dos valores religiosos, seja pela berlinda dos valores iluministas.

O psicanalista dialogou com Radó para associar o orgasmo alimentar, questão central em sua obra, às toxicomanias com o registro da oralidade na impossibilidade da experiência do desmame. "Os toxicômanos buscariam, de modo permanente, a restauração de um estado primário de satisfação absoluta, do qual seria impossível se privar" (BIRMAN, 2007, p. 210). O estado de vazio psíquico e a depressão pré-tóxica indicariam a impossibilidade para o sujeito de existir sem a infusão libidinal, representada pelos efeitos da ingestão da droga, o que denuncia

uma carência na fase oral e uma mãe insuficiente, numa relação em que o masculino é recusado e buscado.

De acordo com Birman (2007), a drogadição se apresenta como um pacto de morte (e não contrato, haja vista a imposição de uma das partes): de uma lado, a promessa do alívio da dor e, de outro, a vida do indivíduo. Assim, ocorre a alienação da vida do sujeito num outro, por meio de um objeto ambíguo de satisfação/insatisfação.

é a busca desesperada de uma poção mágica que impossibilite o reconhecimento do sofrimento inerente à existência, impedindo então a constatação das decepções que a vida inevitavelmente provoca em qualquer ser humano, de forma que o sujeito possa existir em estado nirvânico (BIRMAN, 2007, p. 202).

O outro apresenta-se como polo fundamental nessa inscrição da pulsionalidade do infante no campo da representação. O intérprete seria, então, responsável por articular o universo das pulsões.

PERVERSÃO²⁰ E LAÇO SOCIAL: ENTRE O PERDE E A PREDADOR

Nesse momento, recapitulamos que o perverso atua o que o neurótico fantasia. A respeito da perversão do laço social, Cunha discute a dupla face do desmentido na atualidade, entre o aniquilamento do outro e a felicidade em simulacro, na qual considera a perversão ou a montagem perversa “produzidas não em função dos históricos singulares dos indivíduos, mas como resultado de sua inserção em um contexto cultural de recusa generalizada da lei e da castração” (2014, p. 46-47). Ou seja, como adjetivo,

para designar a prevalência do desmentido como operador em destaque no funcionamento psíquico dos sujeitos contemporâneos que faz com que a perversão retome o centro da cena, embora não necessariamente como classificação diagnóstica e sim como categoria descritiva do tipo possível de relação com o outro na atualidade (2014, p. 47).

²⁰ O termo tanto é utilizado para designar uma das três estruturas psíquicas teorizadas por Freud como saídas do Édipo, quanto para designar um modo de funcionamento psíquico que em psicanálise está muito associado à ideia de burla ou denegação da norma, da lei e do limite, do outro enquanto esse limite. Tentativa de negação da castração.

O autor compreende o desmentido como mecanismo necessário à perversão de fato, que permeia a regulação do laço social. Revisa a bibliografia para dar o nome de perversão do laço social à dificuldade de reconhecimento do outro como humano e dotado de desejo.

Evoca o significante “predador” como aquele que não se contenta apenas com a vitória, mas somente com a eliminação do outro, que é reduzido a um corpo-cadáver (sem eros).

[...] o predador contemporâneo não é propriamente um assassino, mas encontra-se capturado pelo fascínio do aniquilamento do outro. Ancorado em uma crença absoluta na divisão do mundo entre vencedores e perdedores, sem poder de barganha, ele se submete ao funcionamento automático do extermínio. Ao recusar o lugar da vítima, ele sabe que sua única escolha é tomar o lugar do carrasco e, nesse sentido, a encenação do ato é o fantasma que lhe serve de guia e determina a sua posição no mundo. (CUNHA, 2014, p. 52).

O autor nos lembra que, ante uma realidade insuportável podemos: modificar a percepção que se tem dessa situação por meio da ilusão; podemos, também, tornar a percepção inconsciente por meio de uma alucinação negativa; podemos reconhecer e recusar a realidade pelos mecanismos da renegação e perceber o que não existe por meio de uma alucinação positiva.

Ao retomar Mannoni (1969) com sua lapidar expressão: “eu sei, mas mesmo assim...”, para elucidar o sentido do desmentido como mecanismo psíquico próprio ao processo primário (inconsciente), que permite aos sujeitos afirmar sua realidade psíquica singular, contrapondo-se à dita realidade objetiva, regulada pelo discurso do outro. Esse mecanismo aproxima-se do conceito de simulacro para Baudrillard “fingir, ou dissimular, deixa intacto o princípio da realidade: a diferença continua a ser clara, está apenas disfarçada, enquanto que a simulação põe em causa a diferença do ‘verdadeiro’ e do ‘falso’, do ‘real’ e do ‘imaginário’.” (1991, p. 9-10)

Ao associar as reflexões dos autores com o nosso atual contexto de hiper-realidade, a espetacularização da vida, tão bem denunciada por Debord (1961/1997), ficamos com a nítida impressão de que o desmentido tem sido a base metapsicológica das microexistências que comungam da contemporaneidade.

Sem direito a futuro eles se instalam em um presente radical e de modo paradoxal, negam a morte para que possam morrer. [...] É, portanto, a partir de sua instalação no mundo como simuladores que eles podem revelar o

que há de simulacro no próprio ideal hegemônico de felicidade, fundado na cúmulo e relação de imagens. (CUNHA, 2014, p.57)

O modelo de felicidade que se faz hegemônico funda-se, a um só tempo, e, de modo paradoxal, na percepção da própria insuficiência, paralelamente à inevitabilidade da transgressão. Assim, ao contrário do perverso típico, o perdedor-predador transgride a lei para afirmá-la e, por meio dela, também a supremacia do seu próprio desejo, de sua própria lei. Logo, recusa a lei em resposta à constatação de que esta o exclui e ignora. Recusa a realidade porque nela não encontra lugar para si mesmo e para a colocação em movimento do seu desejo. Como ser fora da potência, recorre à onipotência pela morte, como se a mínima fraqueza pudesse minar completamente sua existência como sujeito.

Perversão e reconhecimento

Em parte decorrente do universo semântico dos autores em tela neste estudo, e em parte decorrente dos modos de funcionamento de cada um, o fato é que há sujeitos que respondem às suas idiossincrasias pelo funcionamento narcísico e há sujeitos que respondem a uma montagem perversa. A perversão é um conceito mais explorado pelas escolas lacanianas - mas não exclusivamente - as quais o compreendem como um modo de funcionamento pelo qual o sujeito substitui a lei pelo seu desejo.

Freud (1905/2016; 1923/1996; 1924/2011) definiu o funcionamento perverso como o de um sujeito que evita a experiência da castração a todo custo, mantendo-se na posição alucinada do Ego ideal (narcisismo primário), não passando para a experiência da intersubjetividade que pressupõe o reconhecimento do outro, ou passando de forma frágil. Ocorre que os excessos do autoinvestimento narcísico, especialmente próprios de nossos dias, reforçam esse fenômeno, fragilizando a existência e importância do outro, que assume o lugar de fetiche, de um corpo para ser usufruído e devastado pela apropriação perversa, na qual o desejo do outro não pode ser reconhecido e, tampouco, valorizado.

Para Cunha (2014), o significante “perversão” é uma tentativa da psicanálise de nomear tudo aquilo que escapa ao entendimento do ordenamento civilizatório e, logo, do animalesco que existe em nós, como tentativa de dar um lugar ao ininteligível.

O autor denuncia, ainda, a “ausência de mecanismos institucionais e jurídicos capazes de dar lugar à esperança de que possa existir uma organização política legítima, isto é, capaz de transformar as regras do gozo predatório instituído” (BIRMAN, 2007, p. 285). Nesse sentido, critica o psicologismo e o psicanalismo que marcam as explicações da violência apenas pelo intrapsíquico, mesmo quando se busca o social.

Já Birman (2007, 2012, 2014) e Costa (1998a; 2004) por compreenderem a ordem simbólica como fundamental para a tessitura do sujeito na rede social, a reconhecem como, da forma como se encontra organizada, promotora de defesas narcísicas, com especial ênfase para o funcionamento perverso, haja vista a fluidez e fragilidades do momento atual.

Para Birman (2007), na ausência do desejo, próprio do funcionamento perverso, restam os objetos dóceis da lógica do consumo, com seu imperativo do gozo pleno e ininterrupto. Resulta daí uma homogeneização das massas, depauperando os emblemas simbólicos por meio da racionalização das práticas sociais e da burocratização das instituições, negando aos sujeitos suas especificidades, docilizando os corpos e apassivando as subjetividades.

Essa montagem perversa, que é das principais explicações da violência em nossos dias, encontra ancoragem, também, no processo educativo, que vem sendo feito por pais que desejam mal, pouco ou não desejam, mantendo os filhos no lugar de objeto de seus desejos, como seus falos, impedindo o sujeito de ter o falo, haja vista sê-lo para seus pais (FERRETI, 2004). Assim, os pais, na condição de primeiros e mais importantes avatares do outro, permanecem como promotores e mantenedores dos plenos desejos dos filhos, o que será exigido dos demais outros.

Onipotência e reconhecimento: (T/S)er

Outra importante contribuição sobre a fragilização do laço social é feita por Szpacenkopf (2011), para quem a “perversão social” encontra suporte no contexto sociopolítico-cultural, que favorece a exclusão por meio da lógica do consumo. O reconhecimento na condição de afirmação e garantia da existência do outro é destacado pela autora como uma posição terceira, caminho simbólico capaz

de favorecer a formação de vínculos sociais, recuperando “o que de humanidade ainda nos resta” (2011, p. 29).

A autora compreende os processos de subjetivação como a produção e invenção que cada um empreende no trabalho de enfrentar e escapar às técnicas de sujeição. Logo, também uma forma de resistência às manifestações de poder atuantes, que se faz por meio de criatividades singulares de existir, possibilitando o alargamento e a distensão de fronteiras impostas pela repetição de valores e padrões já dados.

As subjetividades buscam configurações que, apesar do esforço para não sucumbirem às demandas e exigências calcadas em ideais, que parecem pertencer a um mundo de promessas virtuais, acabam alcançando formas de existência fragilizadas como num falso self, numa produção em massa de sujeitos vazios (SZPACENKOPF, 2011, p. 24).

A prioridade do investimento libídico deixa de ser, então, a questão da identidade, para voltar-se à potência do reconhecimento, que passa pelo reconhecimento da potência como fator influente nas formas de subjetivação. Ser, saber-ser e querer-ser aproximam-se da identificação com imagens, num esforço performático, que leva ao esgotamento. Assim, seres-imagens, “representantes do vazio da era do consumo, transitam sem a ancoragem necessária, refletida enquanto ego ideal, e, pela performance, apresentam uma existência vaga e errante, com prejuízo na capacidade criativa e de fantasiar.” (SZPACENKOPF, 2011, p. 26).

Já Debord (1961/1997) nos houvera denunciado e decifrado elementos da sociedade do espetáculo, na qual a aparência, o representável e a imagem, de acordo com os ditames estéticos do momento, passaram a ser a vestimenta e o invólucro perseguido, idolatrado e usado como padrão aceitável de existência.

Assim, a violência, como importante analisador de nossos dias, pode ser encarada como reação, gozo e resistência. É uma forma de subjetivação que encontra na onipotência resposta à impotência imposta pela relação de injustiça sustentada pelo Estado.

Debord diferencia a perversão individual-estrutural da social, compreendendo por perversão social “a pulsão de dominação, na dessubjetivação e na instrumentalização do outro” (1997, p. 11); a substituição de todas as leis pelas leis próprias, próprias, enquanto a estrutural é a resposta psíquica à castração, por meio de um desmentido de algo que precisa ser evitado, escamoteado,

desembocado no desafio e na transgressão à lei (do pai) e à instrumentalização do outro.

Assim, para Szpacenkopf (2011), ser, ter e reconhecer conjugam-se nas subjetividades, visto que, para ela, “os sujeitos, as subjetividades, as identidades e as singularidades esforçam-se para emergir ou pelo menos, para evitar o risco de submergir” (2011, p. 76). A imposição do virtualmente possível ante a vacuidade do ser sustenta os falsos-selves. “Sou porque tenho, tenho para ser, terei para ser ou tive e não sou” (2011, p. 78).

A violência é, assim, a via da qual se utiliza a perversão que dessubjetiva o outro, pois, sabendo que o perverso é o semblante do paranóico, podemos percebê-lo como aquele que optou por impor medo ao invés de senti-lo, no qual a fragilidade é substituída pela esperteza. Como elucidam Hardt e Negri, “o medo é um dos elementos fundamentais a ser comunicado pelo espetáculo - funciona como possibilidade de ordem social e é o mecanismo principal de controle da sociedade do espetáculo.” (2000, p. 2014)

Também a espetacularização da violência, para Szpacenkopf (2011), vem sendo utilizada como tentativas de negação ou suspensão do luto da perda e da falta. A autora evoca a análise que Judith Butler faz do discurso de Bush, em relação ao 11 de setembro, na qual percebe a tristeza como algo temido e exige uma ação ou um impulso para soluções rápidas, no afã de restaurar a perda por meio de uma tentativa de retornar o mundo à fantasia de uma forma satisfatoriamente organizada do passado.

Fazer barulho, como ressalta Honneth, fazendo com que metaforicamente a presença renegada passe a ser remarcada e notada, provoca-se a reação do outro, e dessa forma sua existência torna-se percebida. Por outro lado, a falta de reação só serve para confirmar a invisibilidade” (SZPACENKOPF , 2011, p.158).

Na sociedade do medo, todos somos suspeitos a *priori*, visto que um dos mais presentes ingredientes é a perda de confiança no ser humano diuturnamente explorado pela mídia de massa. Conseqüentemente, baixa-se o nível de tolerância e fé em relação ao outro e aumentam-se as distâncias como proteção em relação a aquele que, afinal, é um agressor em potencial. A cultura do medo aliena as pessoas umas das outras, uma vez que “além de perigoso, estranho, diferente, é alguém a ser evitado” (SZPACENKOPF, 2011, p. 150).

Fugindo ao que denomina como psicologismo, a autora reitera que perversão, violência, onipotência e narcisismo ancoram-se nessa política de mercado que prostituiu-se ao consumo instituído como lei, tendo a indústria do marketing - para usar aqui uma expressão de Lasch (1983) - um eficiente meio de comunicar valores que lhes interessa. Assim, num mundo onde “*só é quem tem*”, a autoestima, o autorrespeito e a dignidade de cada um são gratificadas ou recusadas de acordo com os princípios do mercado, no qual o produto assume o lugar do falo.

Pensemos a força dessa discussão especificamente para o adolescente que negocia com o contexto sócio-histórico sua identidade e potência, que passa, inevitavelmente, sobretudo para eles, pela questão do reconhecimento que não seja do estigma da violência, transgressão e problema. Reconhecimento de suas potências criativas.

Exclusão e (não) reconhecimento

Ante o que foi exposto nos capítulos anteriores sobre a condição adolescente, o que temos discutido neste sobre os mediadores culturais e o que será retomado na discussão de nossos resultados, o caminho da exclusão precede o do ato infracional. Exclusão social que se reproduz numa Escola quando não atenta a essas lógicas.

Varikas (2001) elucida com brilhantismo que “a igualdade não é incompatível com as diferenças, mas com a diferenciação hierárquica, vale dizer, com... a desigualdade.” (p. 358) A ordem perversa do sistema capitalista invisibiliza socialmente (conscientemente ou não) como recusa aos sujeitos que não atendem aos padrões instituídos do ser. Essa postura é compreendida pelo excluído como desprezo social e renegação, recusa, tornada sem efeito. Para Szpacenkopf (2011), esse processo opera segundo o conceito freudiano de uma clivagem do Ego (FREUD, 1938/1996), fetichismo (FREUD, 1927/2014). Dentro daquilo que Mannoni (1969) magistralmente sintetizou como: “Eu sei, mas mesmo assim...”.

Falamos de estratégias de ação pela via da perversão social dentre as quais o não-reconhecimento faz parte: eu sei que o outro existe, mas... mesmo assim eu não o reconheço ... retratam o medo da existência do outro - o outro, no caso, não deixa de ser percebido: ele é renegado ... a pessoa atribui a este outro um perigo que na verdade está muito mais em si mesma (SZPACENKOPF, 2011, p. 82).

Na negação, o mecanismo dirige-se à representação, na renegação, a atuação é no sentido da não existência, já que o desmentido é do que é percebido.

Em um momento que assistimos a uma onda contra os programas sociais e contra a pobreza, relembramos com Freud (1924/2011) que negar algo por meio de um julgamento severo nos fala de um também severo recalçamento. O estranho é uma parte nossa que foi recalçada e com a qual se perdeu o contato, de tal modo que, ao reaparecer, faz surgir a angústia de um encontro que não deveria acontecer, de um retorno do recalçado.

Um contraponto à lógica citada na seção anterior estaria no reconhecimento da potência de cada um, entendendo por isso o

respeito e dignidade da condição humana em sua vulnerabilidade, por meio de um movimento de atravessamento das barreiras narcísicas em direção ao outro, visando disponibilizar um acesso à questão da potência de cada um em relação ao seu próprio desenvolvimento. (SZPACENKOPF, 2011, p. 12).

Para Szpacenkopf, “por meio de um olhar que descubra o humano, eu também me humanizo” (2011, p. 83). O reconhecimento passa pelas relações de confiança (primárias): amor e amizade/maus tratos e violação e relações de respeito (jurídicas): direitos/privação de direitos, comunidade de autoestima (valores): solidariedade, degradação e ofensa.

Pelo viés filosófico, a pesquisadora dialoga com Honneth, que busca na produção de Hegel anterior à Fenomenologia do Espírito da qual depreende que todo

sujeito é fundamentalmente dependente do contexto de troca social organizado segundo princípios normativos do reconhecimento recíproco. [...] O desaparecimento das relações de reconhecimento desemboca em experiências de desprezo e humilhação que não podem ser consideradas em consequências para a formação do indivíduo (SZPACENKOPF, 2011, p. 45).

Outro autor com o qual dialoga é Spinoza para destacar a alegria do reconhecimento pelo outro.

Assim, mais do que produzir identidades, apostar no reconhecer relaciona-se ao direito à potência, ao singular, ao estranho, àquilo que nos escapa enquanto território conhecido - é dirigir-se ao fora do território narcísico em direção ao outro, que pode e deve existir, acreditando no direito à existência individual, política e social de si mesmo e do outro. (Szpacenkopf, 2011, p. 58)

A potência do reconhecimento funciona como caminho para o reconhecimento da potência, visto que toda potência é igualmente impotência, pois, como assinala Agamben “não seria autenticamente livre nem o que pode cumprir tal ou tal ato, nem simplesmente o que pode não cumpri-lo, mas aquele que, em se mantendo em relação com a privação, pode sua própria impotência” (2006, p. 236).

Por essa lógica, ‘poder-não’ é diferente de ‘não-poder’, posto que implica potência tanto quanto poder.

Pereira (2008) já percebera a força do não reconhecimento na trajetória de adolescentes que se entranham com o tráfico de drogas. Enquanto a criança depende essencialmente do reconhecimento dos pais para sua saúde sócio-emocional, como bem estudou Erikson (1968/1987), o adolescente depende mais ainda do (re)conhecimento do social e, na sua ausência por parte das instituições socializadoras, resta o crime como possibilidade de lhe dar um lugar social (re)conhecido.

Adolescer na pós-modernidade

Lipovetsky (1997) compreende que o estilo de vida lúdico-estético-hedonista-psicologista-posmidiático minou as utopias revolucionárias num movimento recursivo e recorrente, o que estimula o culto da salvação individual e da vida imediata; sacraliza a felicidade privada e o pragmatismo das atitudes; rompe as solidariedades e as consciências de classe, como bem já havia destacado Lasch (1983).

Reiteramos a discussão já feita em Evangelista (2012), de que a ênfase dada aos fatores promotores de vulnerabilidade, sobretudo para os adolescentes, foi no sentido de fazer frente ao discurso comum de muita cobrança e pouca oferta a essa população. Contudo, é preciso relativizar conforme Khel (2004), sintetizando tantos outros pensamentos presentes em outras obras, a responsabilidade social na construção do que temos.

Do diálogo com os autores, resta para nós a compreensão de que a pós-modernidade é um tempo adolescêntrico que cola e reforça nos adolescentes um funcionamento narcísico-perversa ao tempo em que cobra deles, sobretudo, o que os próprios mediadores culturais ensinam e impõe. Tempo de desamparo ao qual se

responde com um autocentramento individualista, hedonista, imagético, performático, de inconstâncias, e atuativo. Para o qual o consumo, o adoecimento, as drogas e a violência apresentam-se como caminhos comuns sobretudo para as novas gerações, especialmente para os adolescentes que somam fatores internos com o desamparo, não reconhecimento e exclusão a que estão expostos por uma lógica (de mercado) perversa. Aos adolescentes excluídos não restam muitas alternativas que não seja o de tentar conquistar seu lugar ao sol pelos recursos que lhe estejam ao alcance.

Não restam dúvidas para nós de que precisamos repensar a ordem econômica e promover espaços de reconhecimento de si e do outro. Espaços e recursos de alteridade que nos permitam retomar o caminho da intersubjetividade tão evocado pelos ideais humanos, ainda que, para isso, precisemos reforçar a importância das pactuações coletivas.

No capítulo 5, buscaremos com auxílio da econometria ilustrar um pouco do que temos discutido, até então, de forma teórica, seja do desamparo adolescente, seja da importância social da Escola como instituição capaz de contribuir com o laço social mesmo quando a família não tenha tido muito êxito em seu objetivo de socialização.

CAPÍTULO 4

UMA CRIMINOLOGIA COMPLEXA

Conforme já discutido na metodologia deste trabalho, temos uma apreensão complexa do fenômeno da socioeducação e dialogamos com essa complexidade a partir da psicanálise com uma forte influência da psicossociologia, daí os diálogos que se seguem entre as correntes criminológicas e a apreensão dos psicanalistas sobre esse fenômeno.

Definição e breve histórico da criminologia

A criminologia é campo multi e interdisciplinar que busca compreender o fenômeno do crime e aqueles que o praticam. O termo foi criado em 1885 pelo magistrado italiano Garofalo, defensor da pena de morte, para designar disciplina fundada por seu mestre Lombroso que tem como objeto o crime em sua etiologia.

Parafraseando Freud (1919/1976), o estranho (criminal) que nos é tanto familiar, tipificado ou não no código penal, sempre mobilizou o entendimento humano, fosse no registro do religioso (endemoniado), da monstruosidade ou do doente mental, pelo registro da ciência. Nas palavras de Salum (2009, p. 61):

A violência é a forma que encontramos para dizer da presença do real no mundo. No mundo orientado por Deus, o real violento aparecia na presença do demônio, dos monstros; no mundo dos homens, o real violento aparece no encontro com o semelhante.

Girard (1990) historia que a culpa e a responsabilidade pela violência é fenômeno moderno. Antes, as comunidades expiavam um bode ou um sujeito da comunidade como forma de vingança, sacrifício, de ludibriar a violência. Ainda não havia a ideia de justiça, que nasce na modernidade com a culpabilidade. É fato que ainda mantemos a ideia de expiar um em nome da comunidade, mas, diferente do período referido pelo autor, hoje essa prática é implícita.

Foucault (2002), em debate feito no Brasil, por meio de sua comum arqueologia demonstra que durante algum tempo os crimes eram resolvidos pelos deuses por meio do duelo. Não havia ainda a ideia de um terceiro neutro que se

colocava a serviço da verdade. No período designado como Idade Média a verdade era filha da força. O filósofo relata que com o *Édipo-Rei*, de Sófocles, tão caro a Freud, nasce a ideia de julgamento que busca a verdade com o mecanismo da inocência e da culpa por meio do relato dos escravos que narram os eventos. Essa medida, após um tempo esquecida, voltará no final da Idade Média.

No século XIII, a Justiça de contestação foi modificada pelo surgimento da figura de um procurador do soberano (Estado - lesa majestade) que passou a ser considerado como lesado solidariamente pelo dano. A partir desse ponto a noção de crime é substituída pela de infração. Não se trata mais apenas de um crime cometido por um homem contra outro, mas também contra o Estado, o que requer não apenas a reparação da lesão feita àquele, mas também a este. Daí a necessidade de manifestação pública de repressão e reprodução do poder. A lei (penal) passa a ser vista como uma defesa do corpo social e aquele que comete um crime como um inimigo interno deste por ter rompido o pacto social.

Foi também na Baixa Idade Média que o Estado passou a se utilizar do inquérito, mecanismo de que os bispos se utilizavam para colher dos párocos os ocorridos quando de sua ausência da comunidade. É por essa razão que a modernidade guardará uma miscelânea de ofensas: ao outro, ao Estado e a Deus.

Todavia, é com o Iluminismo que se comporá um saber sistemático sobre o crime e a punição daqueles que o praticam. Inicialmente com Beccaria, que no século XVIII centrou seus estudos na lei penal e discutiu o objetivo das penas como reformadoras das almas e moralização da sociedade. Defendia o ideal de uma justiça construída pelo homem praticada pelo Direito.

No século XIX outro importante referencial para a criminologia virá com Bentham (1827/2002), que fará as primeiras pesquisas sobre criminalidade e proporá uma reeducação universal daqueles que infracionam por meio de uma espécie de reforma psicológica tendo a pena como mecanismo. Os sujeitos passam a ser julgados pela sua periculosidade e prioriza o aprisionamento como ideal.

Esse filósofo utilitarista propôs uma prisão que funcionasse como um panóptico (BENTHAM, 1791/2013), estrutura arquitetônica de uma prisão na qual o poder exercido por uma vigilância individual e contínua geraria punição e recompensa. No século XX a prisão se consolidará como a forma prioritária de distribuição de castigo, extrínseca à Justiça e com a uniformização das punições.

Salum (2009) evoca Alain-Miller que, ao comentar esse livro de Bentham, discorre sobre o utilitarista como aquele que tem o código penal como uma economia de sofrimentos que por meio de uma tábua de equivalência que converte delitos em dores como forma de ensinar as virtudes da prudência, do raciocínio, do cálculo de lucros e perdas. Esta concepção, como um delírio da razão filha da discursividade moderna, compreende o humano como uma máquina que se torna controlável à medida que se conhece as leis de seu funcionamento. Daí poder transformar o que é relativo em absoluto ao criar leis. Interessante perceber como a teoria utilitarista segue hegemônica na compreensão das penas.

Tendo em vista que a teoria clássica não conseguia resolver o problema do crime como se esperava, surgiram correntes que tentaram explicar o crime/ aquele que comete crime por um viés biológico-determinista, segundo as quais o sujeito que delinque é reduzido à responsabilidade exclusiva pelo crime como algo nato e crônico, o que desqualifica qualquer ideia de prevenção, como defenderemos nas conclusões deste estudo. No afã do controle, os teóricos dessa linha de pensamento, defenderam o determinismo e a previsibilidade dos fenômenos humanos e compreenderam a punição como uma defesa da sociedade.

Pioneiro esforço científico nesse sentido foi levado a termo por Cesare Lombroso (1876/2001), judeu e militante socialista, médico penitenciário e psiquiatra em Piemont, compreendia o crime como nato de sujeitos que se assemelhavam a macacos selvagens. Através da mensuração de crânios defendeu que a criminalidade é nata e crônica e pode ser percebida a partir de marcadores anatômicos. Os esforços de Lombroso influenciam ainda hoje os estudos sobre o crime e a punição, ainda que não se assumam tal paradigma que é tido como modelo de obsolescência.

Apesar do pioneirismo de Lombroso, o primeiro instituto de criminalística só viria a ser criado em 1912 por Hans Gross, cujo filho, Hugo Gross, fora psicanalista. Por meio de sua iniciativa, unificou a criminalística e a criminologia.

A Sociologia lançará um especial olhar sobre o crime por meio de Durkheim (1895/1999), o qual apresenta o crime como fenômeno coletivo, normal e funcional dentro de algumas taxas em qualquer sociedade e que algumas pessoas se encontram em situação de anomia. Essas defesas, apesar de representarem um avanço em relação ao paradigma etiológico-determinista, tentou aplicar ao social as

mesmas leis científico-mecanicistas da Física newtoniana garantidas por meio do determinismo sociológico e da previsibilidade.

Dez anos antes, em 1855, Lacassagne defendeu no Primeiro Congresso de Antropologia Criminal que o crime é um fenômeno social e tão logo as condições de vida da população pobre melhorasse, o crime declinaria. No que estamos parcialmente de acordo, considerando que há questões de ordem psíquicas que a esse fenômeno se somam.

Quételet utilizou-se da Física e da Mecânica social para pensar o crime e apontou a miséria, o ambiente moral e material, a educação e a família como as principais etiologias do crime. Temos nele uma primeira ação de avaliação de grandes coletividade.

A relativização desse determinismo do social virá por Gabriel Tarde por meio do livro, publicado em 1892, o qual introduz a ideia de responsabilidade pessoal. Para esse sociólogo, o crime seria, a exemplo de um câncer, a um só tempo um fenômeno social e anti-social. Discute o desafio da conciliação entre o que denominou como similitude social e identidade pessoal. Defendeu que a imitação nos grupos sociais ocorre de cima para baixo e que a causa para o crime é a defasagem entre o desejo e os recursos. Defendeu ainda a pena como remorso imputado àquele que comete crime.

Contraopondo e contribuindo para essa posição, as teorias socialistas defenderão que o capitalismo favorece a ganância e o egoísmo por estimular o lucro e a competição. Marx lembrará que as leis não são a vontade do Estado, como até hoje se acredita, mas de um grupo que detém o poder.

Outra importante contribuição para essa discussão e que ainda hoje responde ao nosso objeto virá por meio da Escola de Chicago e suas derivantes, às quais nos deteremos.

Na segunda metade do século XX três correntes aglutinarão as discussões sobre o tema: as biológicas (neurológicas e genéticas), as que o discutiam o fenômeno vertente psíquica e a que o defendia pela vertente social.

Especial contribuição virá da Escola dos Annales com seus estudos sobre a história dos marginais, do crime, das sanções e punições, das crônicas policiais, pela qual o próprio crime teve voz nos estudos históricos.

Duas outras contribuições encontram diálogo profícuo com a psicanálise: Foucault atravessa essa discussão por meio da antológica obra *Vigiar e Punir* e Goffman, com *Manicômios, Prisões e Conventos*.

A devastação da guerra deixou um grande número de jovens desamparados e a infracionalidade explodiu como saída para esse estado, o que mobilizou muita discussão nos anos que sucederam a II Guerra Mundial e o pós-guerra, alguns dos quais discutiremos aqui.

O PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DE UMA CRIMINOLOGIA COMPLEXA: CORRENTES CRIMINOLÓGICAS

Feita essa breve retrospectiva histórica da criminologia, apresentamos em sequência algumas correntes criminológicas que nos tem ajudado a compreender melhor o fenômeno da infracionalidade adolescente. Apesar de muitas delas não dialogarem entre si e reconhecendo as comuns e excessivas fidelização às comunidades interpretativas, tão próprias de nosso momento de produção do conhecimento, seguiremos caminho diferente: do diálogo entre muitas delas, haja visto que nossa experiência empírica nos sugere uma complementariedade entre essas teorias. Há teorias que explicam situações comuns a todos os casos que analisei e há sujeitos que melhor se explicam por uma dessas teorias com complementariedade de outras.

Todas essas teorias apresentam momentos da construção da criminologia como novo campo de saber e apesar de possuírem suas limitações, cada uma delas contribuiu com nosso esforço de construção de uma compreensão complexa da criminologia crítica, conforme já discutido na metodologia deste trabalho.

Como campo de especialização do direito penal, a justiça juvenil espelha as contradições do direito (burguês). No continente americano, apesar dos avanços nos discursos - alguns dos quais consubstanciados no assentimento aos acordos internacionais pelos direitos (humanos) e pela letra da lei – a prática se mostra muito marcada por uma concepção de criminalidade etiológica, biopsicológica, patologizante e retributivo-punitiva, que continua apostando no encarceramento indiscriminado como um caminho para o enfrentamento de desafios juvenis que mais carecem de políticas públicas de assistência social e saúde.

Compreendemos com Baratta (2011), a criminologia crítica como uma resposta teórica alternativa à abordagem liberal do direito penal, que de forma multirreferencial debruça-se sobre o fenômeno dos desvios sociais tipificados como criminalidade. O Direito Penal não é compreendido apenas como o sistema estático das normas, mas também como o sistema dinâmico das funções que transita desde a produção das normas (incluindo as lentes ideológicas que ancoram essas construções até os processos de aplicação das normas), passando-se pela ação policial e, por fim, chegando-se ao julgamento com ou sem o encarceramento.

A criminologia crítica, enquanto síntese crítica da caminhada do Direito, ao tempo em que denuncia o caráter reformistas de importantes movimentos de contestação ao Direito Penal, reconhece seu valor para a sua própria construção, enquanto contraponto do direito burguês. Compreende, também, que uma proposta radical do Direito Penal deve contribuir com a crítica do modelo econômico capitalista com seus desdobramentos para o social.

A criminologia crítica ainda contrapõe-se ao paradigma etiológico-ontológico e às concepções moralistas que perseguem as causas do comportamento criminoso, tendo como lente a ideologia da defesa social, uma concepção abstrata e a-histórica de sociedade, esta entendida como uma totalidade harmônica de valores e interesses.

É essa lente que legitima a repressão da criminalidade por parte do Estado, como justa reação social às violações dos valores e interesses sociais. Assim, o desviante é o mal que precisa ser combatido. Nesse sentido, o delito é apenas uma questão de escolha individual, sem contextos que o sustentam e, como tal, precisa ser punido, como mecanismo de retribuição e de prevenção, o que, segundo essa ideologia, é feito de forma igual para todos os sujeitos, os quais também são vistos pela ótica da igualdade formal, desconsiderando-se a desigualdade real. Com isso, naturaliza-se o mundo tal qual o temos e o Direito Penal como expressão dos interesses sagrados desse todo harmônico.

Ancoram essa lente as concepções do humano – como algo dado pela natureza – da sociedade, como um todo harmônico que garante a todos os sujeitos iguais chances de distribuição e acesso aos bens materiais e culturais e do direito burguês, que protege igualmente todos os cidadãos contra as ofensas aos bens

essenciais e que distribui igualmente o *status* de criminoso independente da danosidade social das ações e da gravidade que a infração penal ocasionou.

As teorias sociológicas interacionistas estadunidenses trouxeram à baila um conjunto de premissas que possibilitaram maior visibilidade das rachaduras e lacunas do modelo determinista da criminologia biopsicológica. Essa caminhada teórica demonstra que o desvio é um fenômeno não apenas normal, como necessário; que o comportamento desviante não é expressão de conduta dirigida contra valores universalmente aceitos, pois, nas sociedades plurais, coexistem inúmeros valores; que desviante não é o membro doente no seio de uma sociedade sã, mas um elemento catalizador e agregador, agente regulador da vida social.

Uma das principais contribuições apresentadas por Baratta (2011) se dá com a crítica da propaganda pureza do projeto civilizatório, delineado pela discursividade da Modernidade, e por (re)humanizar o criminoso, ao apontar sua presença em todos nós e, assim, portanto, nos demonstrar passíveis à atuação criminosa. Na análise da criminalidade como sintoma social, possibilita-se a ruptura com a dicotomia entre o bárbaro e o civilizado. Assim, rompe-se a visão daquele que comete crime como ser degenerado, em decorrência de uma inferioridade biológica, antropológica e ou psicológica.

Nature and Nurture

Ainda não como uma teoria, mas um pressuposto complexo do diálogo entre natureza e cultura, consideramos pertinente iniciar esse debate com pouco da discussão que vem se travando entre o que teóricos da área têm considerado com *nature and nurture*. Todavia, ao abrirmos a discussão das correntes criminológicas com esse tema o fazemos no esforço de marcação de nosso lugar no debate que se coloca neste momento e de contrapormos à naturalização (biologização) de todas as camadas que compõem a constituição humana, sem desconsiderar, todavia, a importância da *bios* em nossa condição humana. Discussão já realizada neste estudo com auxílio de Edgard Morin sobre a condição humana.

Tem sido comum em nossos dias a tentativa de se explicar a condição humana apenas como efeito de um biológico em desprezo aos contextos. Contudo, há pesquisadores das próprias áreas biológicas que vêm tensionando essa

discussão, como é o caso de Roth (2011) para quem os caminhos pelos quais os genes são expressos dependem também de fatores sociais. Os adeptos do *nurturism* concordam com os *naturism* que a biologia importa, mas enfatizam a flexibilidade, enquanto estes enfatizam a fixidez.

Eagleman (2011) elenca biografias de sujeitos que cometeram crimes de grande repercussão cujos exames de imagem feitos posteriormente demonstraram anomalias nas amígdalas e no córtex pré-frontal. Tal é ainda o caso de sujeitos que apresentaram severas modificações agressivas de conduta pelo uso do pramipexol, assim como as complicações comuns em sujeitos cujos pais abusaram de drogas durante a gestação. Vale ressaltar aqui que essa discussão se faz forte em nossos dias. O autor percebeu ainda que alguns genes localizados no cromossomo Y favorecem comportamentos violentos.

Não é que o biológico do sujeito o determinou assim, mas há uma interação entre o biológico e as condições ambientais, visto que o contexto acentua ou inibe o modo de funcionamento cerebral. A neuropsicologia demonstra que um lóbulo frontal pouco mielinizado ou com funções reduzidas pode vir a ser desenvolvido por meio de exercícios e mesmo da micro-estimulação intracraniana. Mas, mesmo essas ações não são suficientes sem mudanças no ambiente.

Ridley e Western (2003) nos lembram que informações genéticas e epigenéticas são tão importantes quanto as condições ambientais de desenvolvimento e que há complexas interações entre elas. Para ele, a expressão de um genoma é melhor compreendida como um diálogo do ambiente com o organismo.

Também para Duscheck (2002), a expressão de um genoma é melhor compreendida como um diálogo com o ambiente do organismo, visto ser este e não os genes sozinhos que determinam qual formiga será a rainha ou qual peixe será macho em determinadas espécies e contextos, que não pode ser considerado de nós. O mesmo se dá com determinadas espécies de plantas que em solo seco desenvolvem raízes mais profundas do que quando colocados em solo úmido; ovos de tartaruga que originam machos ou fêmeas a depender da temperatura ambiental. Logo, genes não apenas ordenam, mas dialogam com o meio.

Shah e Roth (1974), já nesse momento demonstraram que a informação genética necessita do ambiente para manifestar-se integralmente em alguma de

suas possibilidades. E esse é um saber que continua em expansão: Stiles (2011) demonstra que os avanços da neurobiologia desde a década de 1980 tem posto termo à compreensão determinista da genética. Os recentes métodos demonstram a importância dos genes, do ambiente e da interação entre ambos.

Mesmo a estruturação cerebral, apesar de ser fortemente influenciada pelos genes, alguns mecanismos podem ser acionados ou inibidos pelo ambiente, como bem demonstra Owen (2012). Tal é o caso do aumento da produção de adrenalina e de noradrenalina e o aumento da produção de cortisol e a fragilização do sistema imunológico pela constância de quadros de estresse.

Ainda buscando elementos do contexto, Blackburn (2012) desenvolveu estudo com ratos que foram separados em dois grupos: um deles recebendo cuidados maternos e outro não. O pesquisador percebeu que partes do cérebro se desenvolveram melhor no primeiro grupo, que se tornou menos propensos a ser inundados com hormônios de estresse como o cortisol. Esse é um saber comum para estudiosos da vida animal.

Outros estudos demonstram que baixos níveis de excreção de adrenalina têm sido correlacionados com comportamento agressivo por uma baixa reatividade autônoma (extensão ou nível em que um organismo responde fisiologicamente a um estímulo externo, como um agente estressor). Um estudo longitudinal de 20 (vinte) anos sugere que baixo nível de reatividade autônoma possa ser decorrente de fraca mediação educacional na infância. Os pesquisadores trabalharam com sujeitos com uma média de 10 anos em uma cidade de 100 mil habitantes no ano de 1965. Ouviram professores e a rede de proteção social e mediram os níveis de adrenalina aos 13 anos. Os resultados mostram que um bom comportamento e ajustamento social com altos níveis de excreção de adrenalina - alta reatividade autônoma (MAGNUSSON; KLINTERBERG; STATTIN, 1992).

Ainda sobre a neuroquímica da violência, Zak (2011 e 2012) observou que a oxitocina aumenta o altruísmo enquanto que o estresse inibi sua liberação.

Farrington, dialogando com vasta bibliografia debatedora dos fatores de risco, nos informa que uma das explicações para o pico da transgressão na adolescência é a maior produção de testosterona e maior influência dos pares com diminuição da potência de influência dos pais. Jovens tendem a atuarem na infracionalidade de forma diversificada, sem especialização. “[...] delinquency (which

is dominated by crimes of dishonesty) is only one element of a larger syndrome of antisocial behavior that arises in childhood and usually persists into adulthood²¹(1996, p. 75).

Uma última e importante contribuição biológica que julgamos procedente trazer para este debate, além das contribuições nosográficas à qual recorreremos logo à frente, é a neurofisiologia da adolescência, o que faremos com o auxílio de Steinberg (2015) que discute as questões neurofisiológicas dessa fase com destaque para as possibilidades e não para as limitações.

Para o autor, a adolescência é o segundo período de maior plasticidade cerebral e o prolongamento da adolescência torna esse período particularmente importante. Essa plasticidade, que é especialmente rica em áreas que governam a autorregulação, faz da adolescência um período de grandes oportunidades, assim como de perigosos riscos.

O pesquisador percebe a adolescência como um momento de desequilíbrio maturacional, pois por um lado a arquitetura cerebral do funcionamento cognitivo já está maduro aos 16 (dezesseis) anos de idade, com a excitação dos sistemas cerebrais que governam o processamento de incentivos, mas por outro, a experiência emocional e a cognição social ainda está desenvolvendo a autorregulação. Esse desequilíbrio é ainda maior no meio da adolescência, período no qual há uma maior vulnerabilidade ao comportamento de risco e à psicopatologia.

O livro é rico em gráficos que demonstram o amadurecimento cognitivo antes do social, por parte dos adolescentes, o que equivale a dizer que durante o meio da adolescência há uma intensa atividade límbica, que o pesquisador associa a um acelerador, com uma ainda frágil atividade de regulação por parte dos lóbulos frontais, que ele associa à ideia de um freio. Logo, em sua analogia o carro apresenta risco para a circulação nas vias públicas.

Esse processo predispõe o jovem a uma hipersensibilidade à circuitaria de recompensa, o que favorece a busca de sensações que costumam manifestar-se em comportamentos de risco. Steinberg coleciona alguns estudos que dão fundamento à sua tese, um dos quais demonstra que a busca de sensações alcança

²¹ a infracionalidade (que é dominada como crimes de desonestidade) é apenas um elemento de uma síndrome maior de comportamento antissocial que surge na infância e geralmente persiste na idade adulta.(tradução nossa)

seu pico aos 19 (dezenove) anos em muitas culturas ocidentais estudadas, apesar de não apresentar amostras no Brasil.

Já a circuitaria de inibição de respostas, que requer uma capacidade de adiamento de satisfação, resistência à frustração e controle dos impulsos encontra-se muito fragilizada nesta fase da vida, o que ocasiona uma dificuldade de contenção dos impulsos e baixo limiar de resistência à frustração, como é tão comum em algumas das categorizações nosográficas catalogadas pelo DSM-5.

Ocorre que o cérebro humano é extremamente “plástico”, pois modifica-se ao longo da vida para melhor atender às necessidades da interação sujeito-ambiente. Tanto muda pela maturação biológica, quanto pelas experiências humanas e há dois momentos nos quais essa plasticidade é ainda maior: na primeira infância e na adolescência.

Por essa plasticidade de desenvolvimento, o autor compreende as mudanças em larga escala na estrutura dos circuitos neurais: crescimento de projeções neuronais, poda sináptica, neurogênese e mielinização dos neurônios. Já na fase adulta, essa plasticidade se dá pela modificação de sinapses existentes em pequena escala e pequenas mudanças nas espinhas dendríticas. A adolescência é o período final dessa maior plasticidade de desenvolvimento, momento no qual ocorre uma remodelação intensa de múltiplos sistemas cerebrais. Daí porque, além dos fatores socioambientais, centra-se nesse momento o início da grande maioria dos transtornos mentais, conforme demonstra Barlow e Durand (2017), consenso em todos os estudos epidemiológicos do mundo ocidentalizado).

Para Steinberg, a adolescência se inicia através da biologia e se encerra através da cultura. Eu diria que há cultura nessa biologia e há biologia também nesse encerramento. O autor aponta uma queda contínua na idade de início da puberdade ocasionada pela obesidade infantil, a exposição a disruptores endócrinos, o aumento à exposição da luz, a grande ausência do pai e o crescimento da sobrevivência de bebês prematuros.

Concomitante tem-se também o adiamento da transição para a idade adulta que se dá pelo aumento da demanda pela educação superior, o crescimento no custo de vida, mudança no *status* e poder econômico das mulheres e mudanças nos valores e atitudes dos jovens adultos.

Esse momento cultural tem impactado no desenvolvimento do adolescente por meio de uma extensão do período de desequilíbrio maturacional (logo, de risco), o que se desdobra como a combinação da busca de recompensa e do baixo controle cognitivo que é especialmente tóxica. Ao mesmo tempo há período mais longo de neuroplasticidade e maior oportunidade para intervenção haja vista que os sistemas autorregulatórios permanecem abertos.

Mesmo os estudos organicistas, como o em tela, demonstram o impacto da condição sócio-econômica nos processos de autorregulação e funcionamento executivo já na primeira infância, o que tem ocasionado uma puberdade precoce com maior probabilidade de serem vivenciados por crianças de baixo rendimento socioeconômico. A essa questão retornaremos na sequência.

Também o contexto familiar, escolar e comunitário desses adolescentes apresentam deficiências na promoção da autorregulação. O autor chega mesmo a afirmar que adolescentes de mais altos níveis socioeconômicos apresentam maiores oportunidades de acumular “capital neurobiológico”.

Mesmo oriundo das cadeiras médicas, o autor admite que a autorregulação é mais importante, menos hereditária e menos estável que a inteligência, o que depende em muito do estilo parental de autoridade. Tal como nós, defende uma revisão do conceito de adolescência para além da limitação, que enfatize a potencialidade; que a intervenção precoce é a mais efetiva, eficiente e eficaz das políticas públicas; que os Estados tomem medidas para impedir a precocidade da puberdade; políticas que ajudem os adolescentes a se protegerem de si próprios; que ajudem os pais em seus papéis com seus filhos; políticas escolares que promovam a autorregulação e aumentem as oportunidades de serviço voluntário.

Tanto quanto Steinberg (2015), percebemos de nossos sujeitos de pesquisa acentuado descompasso entre os impulsos e a contenção desses e, apesar de considerarmos a força do biológico, comprovamos que a biologia não atua descontextualizada do ambiente social, histórico, familiar e de constituição e funcionamento psíquico, o que também é percebido por Barlow e Durand (2017). De nossa parte, contenta-nos perceber um profissional das áreas biológicas chegar a conclusões tão semelhantes.

Ao lermos esse autor, reforçamos nossa compreensão de que o/a adolescente que foi sujeito dessa pesquisa é a caricatura de uma sociedade que apresenta dificuldade com o controle dos impulsos e com a resistência às frustrações.

Esses foram apenas alguns recortes iniciais sobre o diálogo entre a biologia e as ciências humanas para marcação de nossa posição nesse debate, o que, de certa forma, já foi demonstrado quando de nossa discussão com a teoria da complexidade sobre a condição humana.

Seguiremos com algumas das correntes da criminologia que nos tem ajudado a compreender o fenômeno da infracionalidade juvenil e serão apresentadas sem ordem de importância, a começar por uma corrente que destaca a (des)organização social como fator etiológico do crime.

A Escola de Chicago

Importante contribuição para essa discussão e que ainda hoje responde ao nosso objeto veio por meio dos estudos da Escola de Chicago, linha de pesquisa da Universidade de Chicago que tomou a cidade como objeto de investigação e introduziu o uso de pesquisas qualitativas por meio de documentos antes negligenciados pela academia, como documentos pessoais, cartas e diários e bem como a utilização do trabalho de campo nos conglomerados urbanos da cidade.

Concluíram que a desorganização social, o declínio da influência das regras sociais sobre os membros de um grupo e a ecologia humana, por eles compreendida como a luta pela existência na relação com o meio, são fatores que predis põem ao crime.

Essa caminhada abre espaço para as teorias culturalistas, as quais defendem que a formação da identidade se dá por meio dos processos de socialização pelos quais se opera a interiorização de padrões culturais a partir das pulsões individuais.

Sobre isso atuam as subculturas e a urbanização, criadoras de contraste entre as condições do gueto e as áreas residenciais onde moram as classes mais abastadas que, quando infringem à lei são tratados à conta de “colarinhos brancos”. O crime é considerado o resultado de um conflito entre o ser que delinque e a cultura, pois o acesso a ela é condicionado pela classe social a que se pertence.

Dentre os autores dessa corrente destacamos Cohen (1955), para quem a subcultura delinquente juvenil é uma resposta coletiva à frustração sócio-econômica que busca por intermédio da infracionalidade o acesso cultural, ao tempo em que rejeita os ideais culturalmente selecionados. Portanto, a delinquência não é expressão de algum tipo específico de personalidade, como tanto se pretende com alguns discursos paranóico-patologizantes comuns em nossos dias, mas da associação com modelos que infracionam, tal como ocorre com as demais “carreiras” sociais.

Cohen percebeu que os jovens das classes baixas, devido às condições sociais, encontravam muitos obstáculos e dificuldades para atingir as metas pressupostas pela sociedade para uma vida digna, o que o gera um estado de frustração que leva à humilhação, angústia e culpa pela crença na autorresponsabilidade pelo fracasso. Tanto a frustração socioeconômica, quanto a associação com modelos que infracionam foi situação comprovada com todos os nossos sujeitos de pesquisa.

Percebeu ainda que a sociedade confundia sucesso com virtude e que a saída seria a negação desse jogo, o que equivale a recusar o reconhecimento das regras e estabelecer novos jogos com regras diferentes, de forma que pudessem se realizar satisfatoriamente. Dessa forma, para Cohen a delinquência não é condição inerente às classes baixas, mas uma função das limitações sociais e econômicas impostas a essas que geram uma auto imputação de culpa pela pobreza, segundo ele, o verdadeiro vilão na criação da carreira delinquente.

Trouxemos esse autor por concordarmos com suas percepções sobre o fenômeno da infracionalidade, apesar de compreendermos que ele responde por apenas parte do fenômeno.

Todavia, Cohen limita-se à questão socioeconômica e posso citar o quanto é comum jovens que apresentam disfunções de fala e de aprendizagem que encontram na infracionalidade um caminho de empoderamento.

No ano de 2014 coordenava um Núcleo de Ensino dentro de uma Unidade de Internação Socioeducativa e uma das primeiras ações foi convocar e convencer os adolescentes para a escolarização. Certo dia me foi trazido um jovem que recusava-se à Escola. Essa situação era comum e rapidamente conseguíamos mudar esse quadro, mas com esse jovem sentimos muita dificuldade. Insisti e ele

“abriu o jogo”. Tinha uma disfunção de fala e, segundo o mesmo, sempre que foi à escola foi para ser “zoadado”. Por essa coincidência que a vida tem, encontrava-se na Unidade, por uma iniciativa nossa, membros de uma atividade de extensão da Faculdade de Saúde da UnB. O levei até lá depois de dizer que também tive uma disfunção de fala na infância. Havia um otorrino que o examinou e lhe disse que traria os instrumentos para uma pequena cirurgia no sentido de soltar sua língua. E assim o fez. A história tem muitos detalhes que não cabem para este espaço, mas durante semanas, sempre que passava, esse jovem me chamava para que eu perguntasse à professora se ele estava ou não sendo um bom aluno. A notícia se popularizou e mais cinco jovens desta mesma Unidade fizeram a mesma intervenção nas semanas seguintes. Ficamos com uma série de perguntas: por que não sofreu aquela tão rápida intervenção na infância? Se a disfunção de fala o afastou da Escola, penso que podemos dizer que o aproximou da infracionalidade. Infelizmente, vivemos em um país cujo Estado não cuida, sobretudo dos mais vulneráveis.

Logo, fica claro para nós que, apesar da importância do socioeconômico, ele não responde sozinho aos processos infracionais, mesmo porque nem todos os moradores dessas comunidades caminharam para a infracionalidade.

Teoria da desorganização social

Esta teoria também defende que as estruturas econômicas, sociais e urbanas exercem imenso impacto na vida dos sujeitos. Nasceu na Escola de Chicago e tem a obra de Shaw e McKay (1942) como um marco. Por meio de um mapeamento de Chicago e de outras cidades estadunidenses apontaram a necessidade de mudanças efetivas nas condições econômicas, sociais e urbanas dos adolescentes que desenhavam carreiras criminais.

Correlacionando estatística às questões geográficas-urbanas, os autores perceberam que os jovens das áreas com maiores índices de infracionalidade juvenil que abandonaram a escola apresentavam maiores chances de se tornarem sujeitos que infracionam, que eram, não por acaso, também as com piores condições urbanas. Ou seja, o abandono da escola é fator que se soma aos riscos dos territórios de vulnerabilidade.

Perceberam que os índices de infracionalidade das áreas geográficas são diretamente proporcionais à reincidência e que a evasão escolar é maior precursora desta nessas mesmas áreas. Aliás, foi essa a nossa percepção colhida a partir de nossa caminhada como professor em escolas públicas do Distrito Federal o objeto inicial desta pesquisa: a correlação entre a infracionalidade juvenil e a escolarização.

Esses pesquisadores demonstraram que os índices de infracionalidade numa dada comunidade era também proporcional aos conflitos entre os sistemas de valores hegemônicos e sistemas conflitantes, o que diferia das regiões com menores índices nas quais perceberam maior uniformidade entre os valores instituídos, maior reprovação dos comportamentos desviantes, mais explícito incentivo para a formação ético-moral das novas gerações por meio de atividades escolares e de lazer, instituições melhores aparelhadas que protegiam esses valores, além do menor contato que as novas gerações apresentavam com os comportamentos desviantes da infracionalidade.

Os teóricos demonstram que, ao contrário do que muitos acreditam, os valores convencionais existem nas comunidades nas quais prevalecem altos índices de infracionalidade e são perseguidos por famílias, pela Escola e pelas igrejas, mas encontram forte e explícita resistência de valores desviantes representados por grupos de desvio que adquirem visibilidade, destaque e empoderamento nessas comunidades de invisíveis e desempoderados, expondo as novas gerações à valores divergentes como possibilidade de pertencimento, visibilidade e empoderamento.

A teoria da desorganização social demonstra que a subcultura criminal adulta exerce grande influência sobre as novas gerações devido à desorganização das instituições socializadoras, que costumam ser mais frágeis nas regiões com maior criminalidade, o que predispõe ainda mais as novas gerações aos valores desviantes que exercem fascínio nos jovens num contexto de tanto anonimato e desempoderamento.

A carência de oportunidades e a pressão de um sistema de valores que exalta o individualismo e o ter como caminho de ser empurrado muitos adolescentes para grupos com padrões morais desviantes em busca das falsas promessas de ascensão rápida e possível.

Shaw e McKay (1942) percebem que em distintas comunidades estadunidenses a infracionalidade torna-se uma espécie de tradição, o que também ouvimos de muitos dos nossos sujeitos de pesquisa, para os quais “o crime” era como uma sina.

Assim, os sociólogos compreenderam que o desafio desse fenômeno passa por medidas que considerem o envolvimento das comunidades e revitalização urbanística, visto que apenas o tratamento individual do sujeito que delinque não é suficiente para a solução da infracionalidade juvenil em maior escala. Tal como já demonstramos de nossos sujeitos de pesquisa, Shaw e McKay (1942) notaram que a maioria absoluta dos jovens que delinquiavam residiam em bairros mais afastados e que os menores índices de violência estavam nos bairros residenciais projetados.

Todos os nossos sujeitos de pesquisa viveram ou interagiram em territórios de risco, denominados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE (2011a) como territórios de vulnerabilidade sócio-econômica (tabela 12 - anexo). Os dados levantados por nós na Unidade de Internação de Santa Maria confirmam a teoria da desorganização social como um importante aporte para compreensão do fenômeno sobre o qual nos debruçamos.

Já havíamos discutido aqui que esses territórios não se formaram por um interesse desses sujeitos, mas como consequência do sistema econômico perverso no qual vivemos e da especulação imobiliária. Inúmeros são os autores com os quais dialogamos: da criminologia, da sociologia (como os que discutimos agora), e até mesmo da psicanálise, que perceberam a necessidade de se investir nesses territórios como forma de enfrentamento dos quadros de risco e de vulnerabilidade desses sujeitos.

Também já tivemos a oportunidade de dizer aqui que nas Unidades de Internação do Distrito Federal os adolescentes, devido aos conflitos de territórios, são separados em módulos pelas localidades onde moram, as mesmas áreas dos territórios de vulnerabilidade apontados pelo estudo do DIEESE (2011a), conforme Tabela 12 (anexo). Não há dúvidas de que tal quadro se deve à carência de políticas públicas ante a pressão das subculturas criminais, à pobreza, à fragilidade das instituições nestas localidades, questões que discutiremos à frente.

De forma idêntica ao que ocorre aos nossos sujeitos de pesquisa, as áreas de maior índice de violência apresentavam uma projeção geográfica com

casas deterioradas, vemos isso em quase todos os prontuários e demais bancos de dados nos quais constavam informações sobre a moradia; famílias desorganizadas e disfuncionais, tema ao qual retornaremos; baixos índices de escolaridade de todos os moradores, pobreza; alto índice de adultos envolvidos com o crime, alta frequência de usuário de drogas e álcool e grande rotatividade de parcerias sexuais. Durante a leitura dos bancos de dados montamos o genograma de todos os sujeitos desta pesquisa e a quantidade de parceiros que as mães tiveram ao longo da vida foi algo que nos chamou a atenção em um grande número de casos.

Shaw e McKay (1942) denominaram essa realidade como “vizinhança desestruturada”, na qual prevalece uma desorganização social, como a incapacidade de uma determinada comunidade se organizar em prol de um objetivo comum e de valores efetivos para si próprios, bem como a dificuldade em alcançar valores comuns a todos os seus residentes e de manter o controle social efetivo.

Ilustrando a questão, McLeod e Shanahan (1993), cinquenta e um anos após a publicação da obra de Shaw e McKay, atestam maiores índices de desobediência e agressividade em sujeitos de territórios com carência de políticas públicas, e enfraquecimento das instituições socializadoras. Baixo peso ao nascer, morte prematura, fome, vitimização sexual, menor imunização por vacina, menor assistência médica, menor estímulo/desenvolvimento cognitivo são fatores que exercem forte impacto na vida dos sujeitos.

A teoria da desorganização social sofreu severas críticas e foi suplantada por explicações mais disposicionais, tendo sido resgatada pela criminologia crítica, muitos anos depois. O problema com certeza não estava na teoria, mas na abordagem comum da academia de absolutização de achados como os da teoria da desorganização social. Embora consideremos de imensa valia as contribuições dessa teoria, não acreditamos que ela, sozinha, dê conta do fenômeno da infracionalidade em nossa sociedade, o que é fácil de ser comprovado, pois nem todos os sujeitos das comunidades de nossos sujeitos de pesquisa caminharam para a infracionalidade, o que nos sugere que há ainda outras questões a serem consideradas nessa teia complexa cujo sintoma é a infracionalidade.

Teoria da Associação Diferencial

Importante constatação emergiu tanto da investigação dos prontuários e demais bancos de dados dos adolescentes quanto dos atendimentos clínicos: a alegação de que sua carreira infracional iniciou-se com a associação a pares de risco, o que encontra sustentação na teoria da associação diferencial desenvolvida pelo criminólogo estadunidense Edwin Hardin Sutherland (1949), ao afirmar que o comportamento daquele que comete crime é aprendido por meio da convivência com padrões de comportamento disruptivos em sobreposição aos socialmente aceitos.

Também vinculada à Escola de Chicago, trata-se de uma teoria com anseios de cientificidade que busca por meio da Sociologia, em contraposição às explicações biologizantes e intrapsíquicas, explicar o comportamento infracional sem reduzi-lo à pobreza, visto que se aplica também nos casos dos crimes de “colarinho branco”, termo criado pelo próprio Sutherland e constante do título de alguns de seus livros.

A teoria da associação diferencial é um refinamento de uma das constatações da teoria da desorganização social. Compreende que comportamentos disruptivos são assimilados a partir da interação com pessoas envolvidas com o crime e a violência por meio de valores que suportam as ações transgressoras, técnicas delituosas e mecanismos de racionalização.

São interações particulares, em pequenos grupos nos quais o comportamento transgressor é aprendido por meio de processos comunicacionais nas interações diretas. A infracionalidade é aprendida por meio de sentidos construídos sobre os motivos, as racionalizações, os impulsos e as atitudes necessárias ao crime e à avaliação dos custos e benefícios. Esse processo varia em frequência, duração, prioridade e intensidade.

A criminologia crítica destaca a importância dessa teoria como divisor de águas por ter evocado para a pauta científica crimes que não eram discutidos pela academia. Além disso, criticou a tendência positivista de estabelecer uma relação causal linear e direta entre crime, fatores sociais e psíquicos e complementou o pensamento da Escola de Chicago acrescentando uma relação sócio-psicológica, ao

defender que as pessoas aprendem o comportamento daquele que comete crime a partir da exposição a padrões desse comportamento (BARATTA, 2011).

Sutherland (1949) é muito contundente em suas críticas às explicações biológicas e psicológicas. Para ele as diferenças nas taxas de criminalidade entre os gêneros, raças, idades e a condição sócio-econômica se devem aos contatos com padrões criminais aos quais se encontram submetidos esses sujeitos.

Ao tempo em que compreendemos a importância desse movimento num momento em que a criminologia se encontrava excessivamente influenciada por explicações tão lineares, discordamos do autor em parte por considerarmos que, apesar de suas importantes pontuações, há um fator biológico e um componente cultural que contribuem, como é o caso da condição gênero, de raça, momentos do ciclo de vida, especialmente falando aqui da adolescência e da condição sócio-econômica dos sujeitos.

O sociólogo critica as explicações disposicionais, as quais chama de neolombrosianas. Para ele essa questão só é relevante por possibilitar diferentes contatos com padrões diferentes de comportamento, mas não explica por si só a infracionalidade, no que concordamos e acrescentamos que tampouco a associação diferencial daria conta. Consideramos também frágil o fato de que mesmo levando em conta a influência da comunicação em larga escala e da importância das instituições socializadoras, Sutherland restringe sua explicação da criminalidade às interações diretas.

Para nós a teoria é frágil ao negligenciar os motivos que levam um sujeito a ter ou eleger as associações com pessoas ligadas à infracionalidade ao passo que outras de uma mesma comunidade e na mesma família não o fazem, como demonstra Assis (1999), cujo subtítulo fala por si: “a vida de jovens infratores e seus irmãos não infratores”.

Teoria dos Pares de risco

Contudo, por falarmos em influência interacional e tendo percebido que todos os nossos sujeitos de pesquisa relatam envolvimento com pares de risco, centraremos um pouco nossas reflexões sobre a influência dos pares nas carreiras criminais. Apesar de considerarmos com August Aichhorn (1925/2006) que os pares

de risco podem influenciar a infracionalidade, mas não são mais que o detonador de processos que já se encontravam latentes.

Para Brendegen et al. (2002), ter amigos violentos é fator preditivo para o comportamento violento, sobretudo na adolescência, o que restou claro do estudo dos prontuários e demais bancos de dados e da escuta de todos os nossos sujeitos de pesquisa.

No que tange à associação com pares de risco, Elliot e Menard (1996) demonstram que os pares que infracionam estão sempre presentes, seja no passado e ou no presente desses jovens que atuam pela infracionalidade. Segundo esses autores, duas são as correntes teóricas sobre o tema: a *social learning theory*, ou teoria do aprendizado social, para a qual as relações mais próximas com pares que infracionam leva ao comportamento delinquente e a *social control theory*, ou teoria do controle social, para a qual o comportamento delinquente leva à aquisição de amigos que infracionam.

Investigando qual dessas duas teorias explica a infracionalidade, os autores, após uma longa revisão da literatura e de importantes bases de dados de pesquisas longitudinais internacionais, concluem que para adolescentes com idade entre 12 e 18 anos, as evidências preponderam para a teoria do aprendizado social sobre a sequência sugerida pela teoria do controle social.

A maioria dos respondentes nas pesquisas dos autores começaram pelas relações com sujeitos envolvidos na infracionalidade antes que atuassem com comportamentos infracionais e também para nós se deu a mesma coisa.

Todavia, esses mesmos autores alertam para o fato de as formas mais simples de infracionalidade nos exigir cautela com relação à afirmação anterior, pois, segundo os mesmos:

For the adolescent years, ages 12 to 18, the preponderance of the evidence regarding onset clearly favors the developmental sequence postulated by learning theory over the sequences suggested by control theory or the equivalence hypothesis as explanations for the relationship between delinquent behavior and having delinquent friends [...] the majority of respondents initiate some exposure prior to delinquency [...] For minor forms of delinquency, however, there is reason to be more cautious [...]. If peers are not causally implicated prior to age 11, exposure to illegal behavior on the part of siblings, parents, or other family members whose influence is

presumed to be relatively strong prior to age 11 may still precede the onset of delinquent behavior (Elliot e Menard, 1996, p. 60-61)²².

Mesmo com a informação precedente, os autores concluem não estarem habilitados a rejeitar a hipótese da teoria do aprendizado social para a qual a exposição a pares que infracionam comumente precede o início do comportamento delincente. Encontraram ainda que a exposição a pares que infracionam precede os comportamentos infracionais iniciais na maioria dos casos, e os atos mais graves em aproximadamente todos os casos tiveram uma ordem que pode ser determinada. Nas palavras dos autores:

We were not able to reject the learning theory hypothesis that the onset of exposure to delinquent others typically precedes the onset of delinquent behavior. Instead, we found that exposure to delinquent peers preceded minor delinquent behavior in a majority of cases, and serious delinquency in nearly all cases where some order could be determined (Elliot e Menard, 1996, p. 61)²³.

Nos estágios iniciais do comportamento antissocial a associação com pares de risco não é demonstrada. “Although the temporal order suggested by learning theory predominates, it is not the only pattern evident in the data. For a significant minority, the control theory pattern holds with respect to minor delinquency.” (Elliot e Menard, 1996, p. 62)²⁴. Apesar da ordem temporal sugerida pela teoria do aprendizado social ser predominante, esse não é o único padrão evidenciado em nossos dados também.

²² Para adolescentes, com idades entre 12 e 18 anos, as evidências preponderam para o início claramente a favor do desenvolvimento postulado pela teoria do aprendizado social sobre a sequência sugerida pela teoria do controle social ou a hipótese equivalente explanada pela relação entre comportamento delincente e ter amigos que infracionam [...] a maioria dos respondentes começaram pelas relações com aqueles que infracionam antes que atuassem com comportamentos infracionais. [...] Para as formas mais simples de infracionalidade, porém, há razões para ser mais cauteloso [...] Se os pares não estiverem casualmente implicados antes dos 11 anos, a exposição ao comportamento ilegal por parte dos irmãos, pais ou outros membros da família cuja influência seja presumida relativamente forte antes dos 11 anos pode ainda preceder o início do comportamento delinqüente. (Tradução nossa)

²³ Não estamos habilitados a rejeitar a hipótese da teoria do aprendizado social para a qual a exposição a pares que infracionam comumente precede o início do comportamento delincente. Pelo contrário, encontramos que a exposição a pares que infracionam precede os comportamentos infracionais iniciais na maioria dos casos, e os atos mais graves em aproximadamente todos os casos tiveram uma ordem que pode ser determinada. (Tradução nossa)

²⁴ Embora a ordem temporal sugerida pela teoria da aprendizagem predomine, ela não é apenas um padrão evidente nos dados. Para uma minoria significativa, o padrão da teoria de controle é ousado em relação à menor delinqüência. (Tradução nossa)

Assim como entre nossos sujeitos de pesquisa, para uma minoria significativa, o padrão da teoria do controle social liga-se à condutas infracionais menos gravosas. Para a maioria dos adolescentes, a exposição a pares que infracionam precedeu o comportamento delinquente, apesar desses valores serem menores para os primeiros atos antissociais. “But, the strength of the influence of exposure to delinquent peers on delinquent behavior remains stronger than the influence of delinquent behavior on exposure to delinquent peers.” (Elliot e Menard, 1996, p. 63)²⁵.

Os autores concluem que “Our results appear most consistent with a learning theories, and with Thornberry’s interactional theory may be more valid after the onset of both exposure and delinquency, rather than in the early stages of the emergence of delinquent behavior and exposure to delinquent peers.” (Elliot e Menard, 1996, p. 63-64)²⁶ e que esta última é mais patente depois do início da exposição ou da infracionalidade.

Também Loeber (1996) concorda que os semelhantes se encontram e retroalimentam-se nos grupos.

Teoria da neutralização

Uma derivação da teoria de Sutherland ficou denominada como Teoria da neutralização, a qual discorda que haja uma subcultura juvenil independente das leis dominantes. Julgamos procedente trazer também essa discussão por termos comprovado sua relevância junto a nossos sujeitos de pesquisa.

Segundo Sykes e Matza (1957), os jovens seguem sendo influenciados pelos valores morais de um tempo, pois demonstram sentir culpa acerca de seus atos ilícitos, admiram pessoas honestas e cumpridoras das leis, mantêm uma clara linha divisória entre os que podem ser vitimizados e os que não podem e não ficam imunes às necessidades de conformidade, mas conseguem neutralizá-los por meio de técnicas: negação de responsabilidade, negação de dano, negação de

²⁵ a força da influência da exposição a pares que infracionam sobre o comportamento delinquente permanece mais forte do que a influência do comportamento delinquente sobre a exposição dos pares. (Tradução nossa)

²⁶ “[...] nossos resultados demonstram mais consistentemente uma causa bidirecional que é consistente tanto com a teoria e do aprendizado, e com a teoria internacional de Thornberry” (p. 63, tradução nossa).

vitimização, condenação dos condenadores, apelação a uma lealdade superior, entre outros.

No que tange às formulações da teoria da neutralização, também nós comprovamos que nossos sujeitos são influenciados pelos valores de nosso tempo relativamente à proibição do crime e à imposição do gozo do ter. Essa comum informação de que não apresentam culpa é própria de quem ficou com uma fala defensiva de um primeiro encontro com um jovem que justifica-se de sua impotência ante seu psiquismo e contextos.

Quanto às técnicas de neutralização, em psicanálise as chamamos de mecanismos de defesa do Ego - recursos inconscientes dos quais nos utilizamos para proteger a autoimagem construída a partir de nossas identificações - quais sejam: Ego Ideal e Ideal de Ego.

A negação de responsabilidade é um dos recursos que os teóricos da teoria da neutralização observaram de suas investigações e também nós a percebemos no campo junto a nossos sujeitos de pesquisa. Quando já possuíamos uma boa vinculação com os jovens, era comum que ao encontrá-los escutássemos narrativas que buscavam negar ou minimizar suas responsabilidades nos equívocos cometidos: “Essa cadeia tá pesando!”, “Ele ficou me turrando, por isso caí pra dentro dele!” etc.

Também a negação de dano era muito comum: “eu roubei dos ‘playboy’, Seu Mauro!” (Guri 3), ou “Eu matei foi bandido.” (Guri 5), ou “Nunca matei um cidadão de bem.” (Guri 1). Aliás, esse foi um recurso muito comum da parte daqueles que já haviam cometido homicídio.

De início somos recebidos com o mecanismo da racionalização por meio de justificativas de seus atos. Um dia fomos chamados a acalmar o Guri 11 devido a sua agitação. Ele me narrou que sua mãe passara por um constrangimento em sua presença. Em sua revolta repetia: “Minha mãe não precisa passar por isso aqui não, Seu Mauro!” Após acolhê-lo e conseguir acalmá-lo disse a ele que de fato sua mãe não precisava passar por aquela situação, mas que a atitude infracional dele era também responsável por aquele quadro. O jovem sorriu com uma expressão entre a vergonha e a defesa e falou: “Eu fui buscar o que é meu, Seu Mauro.” Resposta muito significativa ante a abordagem de alguns psicanalistas, conforme veremos em seguida.

Teoria do Etiquetamento Social

Importante contribuição os estudos criminológicos se deu com o que ficou conhecido como criminologia crítica radical, que recusa com veemência o paradigma etiológico-determinista e reprova os recortes estatísticos oficiais, percebe as normas penais como expressões de um grupo ou classe e o direito penal como um instrumento a serviço dos detentores do poder, questionam a criminalização do consumo de entorpecentes e a tolerância aos crimes de colarinho branco, entendem que a superação do sistema capitalista seja a solução para a erradicação do crime, haja vista que o desvio é resultado de uma reação social que é etiquetada e defendeu programas de descriminalização e despenalização.

De nossa parte, embora consideremos a importância do capitalismo como motivador da ganância, não acreditamos que ele, sozinho, responda pela etiologia do crime, pois, se assim o fosse, não teríamos tanta violência nos países ditos socialistas.

Soares (2007, p. 276-277), por exemplo, chama a atenção para a característica da dupla mensagem da cultura brasileira, o que escutamos de muitos dos nossos sujeitos de pesquisa:

Nos *outdoors* e nos comerciais da televisão, todos são convidados para uma grande festa hedonista do consumo: carros potentes, mulheres exuberantes e homens maravilhosos – os adjetivos são permutáveis: carros exuberantes, mulheres maravilhosas e homens potentes. O que se vende, a homens e mulheres, é justamente a potência e o bilhete de entrada no jardim das delícias narcísicas. Automóveis são equivalentes das armas na economia libidinosa da cultura *yuppie*. Na realidade, poucos têm a senha que garante o ingresso; à maioria, o acesso é vetado. Na teoria, todos são cidadãos, iguais perante a lei, e compartilham direitos e deveres. Na prática, a desigualdade prospera, o preconceito racial impera e a ilimitada criatividade nacional vai manobrando e dando seu jeitinho para adaptar o país legal ao país real e vice-versa. A originalidade brasileira não está propriamente na desigualdade, mas na vocação para a manobra adaptativa que compatibiliza o incompatível e infunde sobrevida à ordem estamental e hierárquica, nas entrelinhas da sociedade individualista que o capitalismo forjou no país.

Uma das principais vertentes da criminologia crítica se sustenta na *labeling approach Theory*, ou Teoria do etiquetamento, que nasce no bojo do movimento da contra-cultura e muda o objeto da criminologia do crime ou aquele que o pratica para o sistema jurídico. A pergunta deslocou-se do porquê uma pessoa comete um crime e passou a ser porque apenas uma parcela da população é tratada

como criminosa, as consequências desse tratamento e qual a legitimidade disso (BARATTA, 2011).

A razão pela qual trouxemos essa teoria para essa discussão foi por percebermos a força dela no fenômeno da infracionalidade juvenil. Tão forte e significativa para nós que foi a partir do diálogo com autores dessa corrente que definimos nosso objeto inicial de estudos.

Para essa teoria, a condição de desviante é construída socialmente a partir de “verdades jurídicas” que é impingida pelas ações de instâncias oficiais de controle social a respeito do comportamento de determinados sujeitos. O comportamento desviante seria, portanto, uma etiqueta social. Para essa teoria é o sistema penal quem constrói o *status* de crime/criminoso por meio da Escola, das forças policiais, penitenciárias, do Judiciário e outras instituições de controle social.

Os teóricos dessa vertente buscam elucidar como são construídos e mantidos rótulos que contribuem para a criação do estigma de desviante/criminoso especialmente para certos grupos sociais. O processo pelo qual a sociedade rotula as minorias políticas como desviantes, produz desvios secundários transformando-se numa identidade e lugar social para aquele que já vinha com dificuldades em assumir um lugar nessa sociedade. Em nossa compreensão, o rótulo é especialmente conveniente a quem tem uma fragilidade identitária e social.

Para esses teóricos, o rótulo imposto pelo sistema de controle sobrepõe todas as demais características do rotulado, especialmente as classes sociais alijadas que têm suas posturas. Por essa compreensão teórica, ao contrário do que se pensa, o Sistema Penal por meio da construção do conceito de criminalidade através de processos discricionários e estigmatizantes atua como um aparelho de reprodução das desigualdades sociais. Logo, reforça o que acredita combater.

A teoria trabalha com o conceito de infracionalidade “primária” e infracionalidade “secundária”, sendo a primeira a imputação social inicial e a segunda um *commitment to deviance*, pelo qual o sujeito tende a encontrar um lugar nesse papel que lhe foi imposto, como um mecanismo de defesa à infracionalidade primária. Assim, esse processo de criminalização primária, ao desconsiderar as questões sociais, culturais, econômicas e psíquicas, tende a prender os sujeitos nessa rotulação que podem redundar em uma carreira criminosa.

Nesse contextos as penas restritivas de liberdade, que aprisionam o sujeito, não importando o eufemismo que se utilize para isso, retiram o sujeito da (com)vivência, quando é de (re)aprender a conviver de forma saudável que esses sujeitos mais precisariam.

Ainda segundo a teoria do etiquetamento social, essa seletividade e estigmatização passa por processos formais (leis, aparato policial, tribunais e presídios) e informais por mecanismos de reprodução na subjetividade. Há no sistema penal uma dimensão simbólica que atua pelos discursos, imagens e símbolos das ideologias legitimadoras dos processos de rotulação em cooperação recursiva com o senso comum punitivo, para o qual o ato delituoso produz uma responsabilização moral no autor, possuindo discernimento sobre seu ato, transgride com dolo o que é socialmente pactuado como aceito. Vale lembrar que para a etnometodologia, uma das correntes na qual a *labeling approach* se ancora, os atos delituosos são avaliados a partir de um interacionismo simbólico que o precede e no qual se encontra imerso.

Ante as instituições socializadoras (in)formais: Família, Escola, Igreja etc e as formais, Leis, Polícia, Judiciário e Presídios constroem o desviante como alguém que não merece a condição de pertencente. Assim como para Goffman (1974), o rótulo transforma-se num *status* total e simplificador que tenta representar para o social toda a subjetividade do sujeito, suas múltiplas dimensões identitárias e personalidade são desconsideradas em nome do rótulo de criminoso/delinquente.

Conforme pudemos comprovar com todos os nossos sujeitos de pesquisa, o processo de rotulação inicia-se nas instituições de socialização primárias: desvios em casa e principalmente na Escola num movimento de recursividade, evoluem para desvios na comunidade e na cidade. Aos poucos, o sujeito vai assumindo o rótulo como uma definição de si, um lugar social, um: “drogado”, “ladroão”, “bandido”, “cabuloso”, “vida louca”, “peba” etc. Esse processo é concomitante a um de identificação também recursiva com seus pares dando início a uma carreira criminal.

Interessante constatar com a teoria do etiquetamento que, contraditoriamente, as instituições que deveriam desencorajar os comportamentos desviantes, são as que mais o reforçam por reunir desviantes longe do convívio

comunitário num contexto de trocas pedagógicas (de ensinar e aprender) sobre o mundo do crime.

Os teóricos dessa corrente demonstram por meio do que denominam como cerimônias degradantes, que os sujeitos vão tendo suas identidades desconstruídas em função de uma nova inscrição de suas subjetividades no social, um novo lugar/ papel. Dialogando com Goffman (1974) tencionam que o confisco dos pertences, dos documentos, vestimentas e a padronização com uniformes e cortes de cabelo não são atos ingênuos.

Também a mídia, que condena antes da sentença, ocupa lugar determinante nesse processo, sobretudo no que tange a programas populistas punitivos que dizem o que a sociedade quer ouvir num contexto de insegurança e medo que gritam por soluções mágicas. Conforme já discutido aqui com auxílio de Cerqueira e Coelho (2015, p. 2):

Há um clamor difuso da sociedade contra a impunidade que, nos últimos anos, tem possibilitado a ação estratégica de parlamentares em torno de um populismo penal, em que o endurecimento da lei é vendido como um remédio contra a impunidade e como um sinal do comprometimento parlamentar com a segurança pública.

O processo de rotulação possui momentos que passam pela resposta ritualizada e estigmatização do sujeito desviante, distanciamento social das oportunidades, engajamento a uma subcultura delinquente com reflexo na autoimagem, reforço estigmatizante decorrente da Institucionalização, reforço de uma carreira criminal redundando em uma criminalização secundária.

Apesar de considerarmos a importância e pertinência dessa teoria e ter sido, a partir dela, que definimos o nosso objeto desta pesquisa, relativizamos a absolutização que ela insinua sobre a rotulação, desconsiderando outras dimensões do complexo fenômeno que é a infracionalidade: a constituição psíquica, os precoces sintomas respostas de subjetividades desamparadas, as heranças transgeracionais, além de todas tantas importantes contribuições que já foram aqui dadas e ainda serão pontuadas tanto com o auxílio da criminologia quanto pela psicanálise.

Ainda assim reforçamos a importância dessa teoria para a compreensão do fenômeno sobre o qual nos debruçamos. Apenas com a relativização de sua

tentativa de apreensão da totalidade do fenômeno e de uma desresponsabilização dos sujeitos, o que será melhor abordado aqui com o auxílio de Lacan (1951/1998).

Teoria dos Fatores de Risco

Importante contribuição para a compreensão do fenômeno da infracionalidade é dada pelo que ficou conhecida como teoria dos fatores de risco. Essa teoria nos toca de forma muito especial por demonstrar o que, de fato, percebemos em nossos muitos anos trabalhando com populações em situação de riscos que, muitas vezes, os traduzem como vulnerabilidades.

Farrington (2002b), autor que se dedica a estudos estatísticos sobre o fenômeno da infracionalidade²⁷, dialogando com inúmeros estudos internacionais sobre o tema, apresenta como fatores de risco para a esse fenômeno os especificados na tabela que se segue:

Tabela 7: Indicadores precoces de violência juvenil

Variáveis nas idades de 8 - 10 anos	Percentual de condenações		Quociente de probabilidade
	Ausente	Presente	
Psicológicas			
Audácia	6	20	4,0
Hiperatividade	8	17	2,3
Baixa inteligência	7	18	2,6
Baixo desempenho	8	17	2,4
Familiares			
Condenação de um dos pais	7	17	2,7
Disciplina rígida (pai)	8	17	2,5
Disciplina rígida (mãe)	8	21	3,2
Pais autoritários	8	15	2,1
Supervisão deficiente	7	22	3,8
Conflito entre pais	7	18	2,9
Família desfeita	8	19	2,9
Socioeconômicos			
Baixa renda familiar	7	20	3,1
Condições de moradia precárias	8	15	2,1
Famílias numerosas	8	18	2,6

Fonte: Farrington (2002, p. 32).

²⁷ O autor sempre apresenta dados estatísticos, o que não julgamos necessários aprofundar para este estudo.

Farrington (1996) compreende por fatores de risco para a infracionalidade juvenil, elementos que aumentem a probabilidade de ocorrer entraves no desenvolvimento saudável do sujeito. Para ele é importante considerar o início, frequência, persistência e duração das infrações na história de cada sujeito. Dialoga com outras pesquisas para demonstrar que

The best independent predictors of persistence included the boy rarely spending leisure time with his father at age 11-12, low intelligence at age 8-10, employment instability age 16, and heavy drinking at age 18. Indeed, nearly 90% of the convicted males who were frequently unemployed and heavy drinkers as teenagers went on to be reconvicted after age 21 (p. 81)²⁸.

De todos os fatores de risco, destacamos aqueles ligados à impulsividade, problemas de atenção e baixo desempenho escolar, todos ligados às funções executivas dos lóbulos frontais. Localizam-se nessa região as funções executivas que incluem atenção, concentração, raciocínio abstrato, formação de conceitos, formulação de objetivos, previsão e planejamento, programação, auto-monitoramento e inibição de comportamentos inadequados. Essa questão já foi aqui discutida com o auxílio de Steinberg (2015).

E os destacamos por serem aqueles que mais se correlacionam com o ambiente escolar, o que reforça nossa tese de que a Escola é a instituição do Estado mais aparelhada para a promoção de um amplo programa de prevenção e intervenção nesses casos.

Conforme também já discutido, acreditamos que a imaturidade ou pouca habilidade dessa região deva-se muito mais a fatores ambientais que biológicos.

A ausência do pai e castigos corporais severos são fatores também destacados pelo autor.

Em Farrington (1996) destaca alguns outros fatores de risco: proximidade da infracionalidade, baixa renda, famílias grandes, possuir parentes com histórico criminal, precária supervisão parental, técnicas de criação rígidas e ambivalentes, pais em conflito ou separados, baixa inteligência, fracasso escolar, problemáticos, hiperatividade, impulsividade, matar aulas, abandono da escola e tendência à

²⁸ O melhor preditor, independente de persistência, inclui os rapazes que raramente gastaram tempos de lazer com os pais entre as idades de 11 e 12 anos, baixa inteligência entre 8 e 10 anos, empregos precários aos 16 anos, e fizeram uso ostensivo do álcool aos 18 anos. De fato, aproximadamente 90% dos homens aprendidos não possuíam estabilidade no emprego e abusavam do álcool antes de serem novamente presos, antes dos 21 anos de idade. (Tradução nossa)

associação a pares de risco. E ainda: baixo peso ao nascer, precariedade de cuidados durante os primeiros anos de vida, pais antissociais, privação econômica, influência de pares de risco e desorganização social, fatores pré/perinatais, comportamento antissocial, abuso de drogas e genitalização precoce.

O autor cita inúmeros estudos que correlacionam significativamente a predição de comportamentos indesejáveis (baixo peso ao nascer, menor circunferência craniana, disfunções de fala etc, além dos já citados acima) com: abuso de drogas, cigarro, álcool e cocaína.

Loeber (1996) destaca como o que denomina como “preditores” da infracionalidade: dificuldades de temperamento, hiperatividade, transtornos de conduta/agressividade, isolamento, pobreza relacional (certamente na escola), dificuldades de aprendizagem, tendência a ocultar condutas equivocadas, associação com pares desviantes, infracionalidade (prisão), reincidência no ato infracional são fortes indicadores de uma possível carreira criminal.

Para esse autor, alguns comportamentos funcionam como catalisadores e outros são propensos a persistirem apenas quando os catalisadores se fazem presentes. Destaca o transtorno de hiperatividade como um desses principais catalisadores que, para ele, prenuncia outros distúrbios, dentre os quais o que denomina como transtorno de personalidade antissocial, infracionalidade e uso indevido de drogas. Nas palavras do autor:

hiperactivity may stimulate an early serious conduct problems and delinquency may become more acute when physical aggression accompanies disobedience at an early age [...]. In summary, hyperactivity and drug involvement may act as catalyst in the development of disruptive behaviors, but the evidence is far from complete. Future studies need to demonstrate that catalysts operate independently from third factors, such as impulsivity, aggression, or peer influences.²⁹ (LOEBER, 1996, p.9-10)

Também o abuso de substância é alto preditor de infracionalidade.

O pesquisador destaca o hábito de agredir fisicamente e frequentemente colegas e professores na educação infantil como forte preditor de infracionalidade ou outros distúrbios, como é o caso de temperamentos arredios, hiperatividade e dificuldades de relacionamento com os pares. “Although few studies have classified

²⁹ A hiperatividade pode estimular sérios problemas precoces de conduta e a infracionalidade pode se tornar mais aguda quando a agressão física acompanha a desobediência em uma idade mais recuada [...]. Em resumo, a hiperatividade e o envolvimento com drogas podem atuar como catalisadores no desenvolvimento de comportamentos disruptivos, mas a evidência está longe de ser completa. Estudos futuros precisam demonstrar que os catalisadores operam independentemente de terceiros fatores, como impulsividade, agressão ou influências de pares. (Tradução nossa)

developmental histories or pathways, a review of longitudinal studies has provided evidence that there is more than one pathway to crime."³⁰ (LOEBER, 1996, p. 14).

O autor percebe ainda que quanto mais se acumulam escores em cada um desses percursos, mais cresce a probabilidade da infracionalidade.

Typically, the onset of authority conflict preceded the onset of overt or covert behavior. The knowledge of pathways is important because it can help identify, at an early stage, juveniles who appear to be at highest risk for later maladjustment and can distinguish them from youth with minor and/or more transient problem behavior³¹ (LOEBER, 1996, p. 16).

Também observa que quanto mais passagens pelo sistema de justiça, maior a diversificação e o tempo, menor a desistência da vida infracional.

Farrington (1996) destaca que há material suficiente para demonstrar que, além dos fatores já citados por ele acima, são fatores de risco, que merecem um olhar atento das políticas públicas para a prevenção e enfrentamento da infracionalidade juvenil: baixo nível dos batimentos cardíacos (o que tem a ver com a discussão sobre a secreção da adrenalina já discutida aqui), baixa frequência de ondas alfa no EEG.

Na vida adulta esses sujeitos tendem a possuir subempregos, viverem longos períodos desempregados, apresentarem comportamentos desviantes diversificados, abusarem de drogas (i)lícitas, apresentarem problemas com álcool, fazerem uso de uma direção perigosa, apresentarem vida sexual promíscua e diversificadas, acumularem históricos de separações/divórcios.

Afiliado à teoria das carreiras criminais, Farrington (1996) considera como tal a sequência longitudinal de ofensas cometidas por um indivíduo que infraciona e por *offenses* os mais comuns tipos de crime que predominam nas estatísticas oficiais. Para ele, esses atos antissociais são manifestações subjacentes de um construto teórico chamado tendência antissocial, o que Loeber (1996) denomina como Transtorno de personalidade antissocial.

³⁰ Embora poucos estudos tenham classificado histórias ou trajetórias desenvolvimentais, uma revisão de estudos longitudinais forneceu evidências de que há mais de um caminho para o crime. (Tradução nossa)

³¹ Normalmente, o início do conflito de autoridade precedeu o início do comportamento aparente ou encoberto. O conhecimento dos caminhos é importante porque pode ajudar a identificar, em um estágio inicial, os jovens que parecem estar em maior risco de desajustamento posterior e podem distingui-los dos jovens com um problema menor e/ou mais transitório. (Tradução nossa)

Uma tendência antissocial subjacente pode levar a um ato infracional em algumas situações e a um ato antissocial em outras, o que nos convoca a uma compreensão da interação entre efeitos e fatores. “Geralmente uma criança antissocial tende a se tornar um adolescente antissocial, que, por sua vez, torna-se um adulto antissocial tendente a produzir outra criança antissocial” (FARRINGTON, 1996. p.73, tradução nossa).

Os estudos quantitativos e longitudinais evocados por nós, em que pese a qualidade e importância dos mesmos, merecem algumas importantes considerações de nossa parte: 1 - o risco de estigmatização, apesar de sabermos que essa estigmatização já ocorre especialmente nas instituições públicas, como fica muito claro do estudo de Rego e Pinzani (2013); 2 - o risco de apreensões disposicionais e patologizantes que desconsiderem os contextos e caminhos buscados por aqueles que os negam; 3 - conforme discutiremos, cada um desses fatores de riscos/preditores, as ciências estatísticas, quando não agraciadas com uma discussão sócio-histórica, correm o sério risco de naturalizar e simplificar em seus recortes elementos que se ligam a uma rede muito mais ampla, próximo daquilo que Morin (1996) denominou como paradigma disjuntivo e simplificador; 4 - por preditores compreendemos indicadores que são comuns na história de sujeitos que apresentam dificuldades com a infracionalidade, nada mais que isso e recorreremos a esse conceito apenas no sentido de defender políticas públicas que os considerem para efeitos preventivos.

Também lembramos com Hawkins (1996) que os fatores que condicionam a infração também são preditores para outros problemas sociais como doença mental, drogadição, alcoolismo, fracasso escolar e ou desemprego.

Um último cuidado para o qual atentaremos nos é relembrando por Farrington (1996) quando alerta para o perigo (e conseqüente cuidado) em dizer se um fator de risco é um indicador (sintoma) ou uma causa possível de um comportamento antissocial. Tal é o caso para as crianças e adolescentes: da impulsividade, do uso de álcool, da evasão e fracasso escolar, do desemprego entre e o divórcio em famílias. Para ele “[...] It is not unreasonable to argue that some factors may be both indicative and causal³²” (FARRINGTON, 1996, p. 82).

³² Não deixa de ser razoável considerar que alguns fatores podem ser ambas as coisas: indicador e causa (p. 82-83, Tradução nossa).

Conforme já discutido anteriormente, ganha corpo em nossos dias as explicações biológicas da agitação precoce desses sujeitos, ideia com a qual discordamos frontalmente. Nossos achados nos demonstram que o ambiente não pode ser desconsiderado, questão que está presente, inclusive em estudos mais positivistas da saúde mental, como é o caso de Barlow e Durand (2017).

Todavia, para todos esses casos, houve um ambiente reforçador, mantenedor desses processos. Prova maior não há que a mudança que todos esses sujeitos apresentaram quando fomos para eles referências seguras e saudáveis a seus processos de socialização.

Teoria da Violentização

Das últimas contribuições criminológica para nossos estudos se dá com a teoria da violentização, de Athens (1992), o qual defende as interações como uma chave para o entendimento sobre a formação de sujeitos violentos, razão pela qual centra sua atenção nas experiências sociais desses sujeitos. Interessa-se especialmente pelas convivências mais intensas e íntimas. Daí a trazermos para este debate,

Ele observa que a violentização é fruto de uma construção gradativa que vai do que denomina como brutalização, passando pela beligerância, pela performance violenta até chegar à virulência. Chega a essa conclusão investigando a biografia de autores de crimes hediondos nos EUA.

Não nos ateremos a detalhes dessa teoria, para além do que já foi anunciado pelo fato de não termos nos deparado com sujeitos de pesquisa que representassem essa escalada de construção da violentização, mas apenas nos momentos iniciais dessa teoria, ainda assim e por isso mesmo, importante para o debate.

Digno de destaque da teoria do autor é a crítica ao fato de só nos voltarmos aos jovens quando já se encontram enredados nas teias do crime. Defende como método preventivo a capacitação de professores perceberem e acionarem instâncias estatais capazes de intervir nesse processo, no que estamos inteiramente de acordo. Todavia, tanto quanto aqui, também nos EUA, esses profissionais tendem a responder mal, com punições e outros processos excludentes, o que reforça esse fluxo.

Destaca comunidades nas quais os tipos violentos são modelos de empoderamento a ser perseguido por jovens que sintam-se desempoderados e amedrontados, o que também já foi discutido aqui.

Teoria da Fragilização do Vínculo

Uma última contribuição da criminologia à qual recorreremos nos é dada por Hirschi (2001), o qual considera a fragilidade dos laços sociais como a principal causa das carreiras criminais.

Para o autor, essa fragilidade decorre de um baixo autocontrole dos impulsos, uma vez que os sujeitos buscam com o delito a satisfação imediata do desejo por não terem conseguido construir bem a negociação com o adiamento do prazer ou mesmo com o lidar com o desprazer com vistas a um maior prazer vindouro. Prendem-se ao aqui e agora. Retira o foco do caráter desviante do comportamento daquele que comete crime para tentar analisar a questão a partir de uma homogeneidade dos seres humanos e da sociedade.

Por vínculo compreende a conexão psico-emocional que aproxima as pessoas e permite especiais sentimentos de afeição e respeito. Observa e defende que quanto mais amplos e profundos forem os vínculos com os agentes socializadores instituídos, menores serão as chances de envolvimento com o crime.

Devido a sua ênfase nos vínculos, compreende o *Attachment* como o vínculo com os outros membros de uma sociedade. Há sempre uma expectativa dos sujeitos sociais quanto aos atos praticados por qualquer membro da sociedade, de que ele seja de acordo com os valores e normas da sociedade. O ato infracional frustra essa expectativa. Inseridos nesse contexto, os sujeitos esforçam-se por atender a essa expectativa.

Sendo assim, para que o sujeito progrida na carreira criminal, tem que fragilizar esses laços com o social. Ou seja, quanto menor o vínculo com outros da sociedade, menor sua preocupação de estar de acordo com a expectativa destes, o que implica uma menor internalização das normas.

Destaca de seus estudos além do vínculo com os pais, com a escola, com os pares, o comprometimento, o envolvimento e a crença. Denomina *commitment* como a forma com que o sujeito se relaciona com o medo da consequência de seus

atos infracionais, através de uma avaliação de custo e benefício, quanto menor a capacidade para essa avaliação, maior sua tendência ao cometimento de crimes. Por *involvement* diz respeito ao envolvimento do sujeito em atividades diárias e na busca de virtudes socialmente compartilhadas, comportamentos convencionais e êxito na vida. Para ele, a correlação de forças entre o medo ante as consequências do ato delituoso e a ambição e aspiração redundam no produto da conformidade. Concorda com o chavão popular da cabeça vazia como oficina do diabo, compreendendo os espaços sociais como um fator protetivo.

Quando o sujeito não é bem sucedido nessas ações ou julga-se incapaz de atendê-las, tende a abandonar essa busca e o crime se apresenta como uma negação (e diríamos, uma agressão) desses valores, comportamentos e aspirações.

Por crença compreende o acatamento às normas mais gerais da sociedade, visto que os desviantes acreditam nas regras, mesmo quando as violam, como também já foi discutido aqui por algumas escolas criminológicas, dentre as quais a teoria da neutralização. Quando o sujeito enfraquece essa crença tende à infracionalidade. Nas palavras de Hirschi (2001, p. 26):

We have not suggested that delinquency is based on beliefs counter to conventional morality; we have not suggested that delinquents do not believe delinquents acts are wrong. They may well believe these acts are wrong, but the meaning and efficacy of such beliefs are contingent upon other beliefs and, indeed, on the strength of others ties to the conventional order.³³

O autor não afirma que o rompimento desses laços signifique a infracionalidade, mas que há uma maior chance de que venha a cometê-lo. Dessa forma, apresenta a fragilidade dos laços sociais como uma tendência e não como determinantes.

Hirschi percebe de seus dados que jovens com menor preocupação com a expectativa e a reação dos pais quanto ao seu comportamento têm um reduzido controle sobre si, o que traz uma maior tendência à criminalidade. De fato não tivemos elementos para avaliar essa proposição do autor. Por um lado ouvi essa assertiva recentemente de um amigo com o qual estudei o Ensino Médio algo muito

³³ Não sugerimos que a infracionalidade seja baseada em crenças contrárias à moralidade convencional; Não sugerimos que os que infracionam não acreditem que estejam errado. Eles podem muito bem acreditar que esses atos estão errados, mas o significado e a eficácia de tais crenças dependem de outras crenças e, na verdade, da força de outros vínculos com a ordem convencional.(Tradução nossa)

semelhante à proposição de Hirschi. Disse a esse amigo que ele tinha um pé na infracionalidade, no que ele concordou. Mas contra-argumentou que o amor pela/da mãe foi maior. Pedi que explicasse. Contou-me que quando criança fora pego roubando com amigos em um supermercado. Os seguranças ameaçaram bater e chamar a polícia e aquilo pouco importava para ele. Mas, quando disseram que chamariam sua mãe, ele se desesperou.

Hirschi observa que a redução do diálogo ou a má comunicação entre pais e filhos favorece a infracionalidade. Situação que também observamos de nossos sujeitos de pesquisa. Defende a força do emocional entre pais e filhos como ponte entre o neófito e as regras morais da sociedade, ou seja não desenvolverá bem seu Superego.

Acredita que as crianças que têm maior vínculo com os pais, são menos propensas a cometer crimes pois passam a maior parte do tempo ao lado deles.

Nesses casos, mesmo distantes, carregam os pais consigo. Por esse parâmetro, contesta inclusive a teoria da associação diferencial ao afirmar que filhos de pais que cometeram crime, principalmente aqueles que pertencem às classes mais baixas da sociedade, estão mais propensos a cometer crime quanto maior o vínculo com seus pais, pois seriam influenciados pela atitude deles. Para Hirschi a influência do vínculo parental é a mesma: quando forte, reduz a chance de que o filho praticará crime.

Outra vinculação estudada por Hirschi e que muito tem a ver com o objeto desta tese é a relação entre os pais e a escola tem para a infracionalidade. Para tanto, traça uma hipótese, apoiada nos dados empíricos que traz e sugere a existência de uma cadeia de fatores que se retroalimentam com desdobramentos para a infracionalidade.

Para ele a relação entre o vínculo da pessoa com a escola e a prática de delitos passa da pela competência do sujeito para com a atividade acadêmica, ou escolar. Quando percebe-se incompetente, a vinculação com a escola fica comprometida e o não gostar da escola, por sua vez, mostra-se estatisticamente associado à rejeição desta quanto autoridade e à prática do ato infracional.

Consoante a nossos achados, Hirschi também reconhece que “students with weak affectional ties to parents also tends to have little concern for the opinion

of teachers and tend not like school”³⁴ (2001, p. 131). Destaca que os alunos que apresentam uma melhor relação com professores e escola se envolveram menos com infracionalidade, independentemente de suas relações filial-parental, o que reforça a tese da importância da Escola como importante política pública que promova fatores de proteção.

No que tange aos vínculos com os colegas, Gottfredson e Hirschi (1990) e Hirschi (2001) contesta as teorias da associação diferencial e dos pares de risco, já discutidas aqui. Seus estudos sugerem que essas associações decorrem da importância que os sujeitos possuem sobre os padrões e comportamentos sociais. Considera que não se pode desprezar a influência das vinculações com pares na prática de atos infracionais, mas critica que se conecte esses fatores de forma tão linear e determinística.

Também sobre as crenças, discorda que a infracionalidade seja causada por crenças que a estimulem, mas torna-se uma possibilidade diante da ausência de crenças efetivas em normas ou dogmas que a proibam e, com isso, aproxima-se da teoria da neutralização, conforme também já foi discutida aqui.

Aproximando-se da teoria psicanalítica, apesar de não citá-la, defende que os atos criminosos fornecem gratificação fácil ou simples dos desejos, proporcionando prazer sem os esforços comumente necessários para conquistá-los. Portanto, esses sujeitos que, por falhas no processo de vinculação não conseguiram negociar com o prazer e os desejos, tendem à falta de esforço, a relações instáveis e a preferirem hábitos de risco como fumar, beber, usar drogas, apostar etc.

São sujeitos, conforme já visto aqui, que possuem escassa tolerância à frustração e baixa contenção dos impulsos, apresentam muita dificuldade em lidar com conflitos, tendem a ser autocentrados, indiferentes ou pouco sensíveis ao sofrimento dos outros (aos quais não são vinculados, enxerto nosso), o que não significa antissocialidade, visto que podem descobrir a sedução e generosidade como caminho.

Apesar dessas características se aproximarem do que a psicologia denomina como impulsividade, o autor defende a origem social desse sintoma, afirmando que ninguém pode ser ensinado ou treinado para ter baixo autocontrole,

³⁴ os alunos com laços afetivos fracos com os pais também tendem a ter pouca preocupação com a opinião dos professores e tendem a não gostar da escola (Tradução nossa).

mas que o fenômeno ocorre exatamente quando se verifica falta de socialização, treinamento e disciplina.

A causa portanto do baixo autocontrole decorre de um processo de educação que não foi efetivo em monitorar o comportamento da criança, reconhecer o comportamento desviante quando ocorrer e punir tal comportamento. Para tanto, destaca a importância parental na educação dos filhos, visto serem os principais instrumentos do atual modelo de socialização para ensinar autocontrole às crianças. Para o autor, pais abusivos ou negligentes geram filhos impulsivos, insensíveis, menos intelectualizada, com pobreza de simbolização (embora não use esse termo), com gosto por comportamentos de risco e com visão imediatista.

O autor compreende o humano como naturalmente propenso às práticas delituosas e a educação como capaz de reorientar essa natural condição. Daí a importância dos vínculos das crianças e adolescentes com a família, a Escola e com as práticas religiosas. Em psicanálise diríamos: como seres de pulsão que precisam das castrações impostas pelo princípio da realidade para a vida em comunidade.

Farrington (1996) referenciando-se na teoria do vínculo social, defende a importância dos vínculos familiares, educacionais e profissionais entre os jovens adultos como variáveis que poderiam explicar o fenômeno da desistência criminal, o que explica a pouca aderência que sujeitos com esses vínculos fragilizados apresentam na melhoria de seus comportamentos adaptativos ao social.

O autor demonstra a força da correlação entre desistência criminal e recursos como emprego, escolaridade, casamento e paternidade, o que não se explica apenas pelos vínculos que essas condições propõem, mas à qualidade deles.

Também Sampson e Laub (1995) defendem que o baixo autocontrole é importante fator que pode conduzir alguém à prática de delito. Consideramos muito pertinente e plenamente de acordo com o objeto e achados desta pesquisa a percepção de Hirschi de que a conduta desviante começaria, na verdade, quando os laços do indivíduo com a sociedade são fragilizados ou rompidos, ou seja, resultam de fragilidades e falhas no processo de socialização, de ausência de mecanismos de controle que, por alguma razão, não operaram como deveriam.

Rolim (2014), tal como nós, discutindo essas questões defende a necessidade de políticas públicas que enfrentem especificamente a possibilidade do

que denominou como uma “socialização maléfica” operando em comunidades pobres e aposta na Escola um papel fundamental nessas políticas.

As duas últimas teorias e nossas observações nos dizem que o treinamento violento é um processo pedagógico singular que se torna possível ante a fragilidade dos processos formais de socialização da família, em primeiro lugar e da Escola, em segundo, mas não menos importante. Rolim refere-se a um “fracasso sistêmico”.

Tal como nós já discutimos aqui com o auxílio dos econométristas e o fizemos mais especificamente em Evangelista (2012), Rolim (2014) admira-se e critica a ausência políticas delineadas para este público e nós, destacamos, especialmente, a negligência da Escola enquanto política pública mais capilarizada, para a qual crianças e adolescentes vão todos os dias da semana e que, conforme já discutimos com auxílio dos dados, faz muito, mas poderia fazer muito mais.

Por todas essas questões, defendemos a importância da prevenção como caminho.

A PSICANÁLISE DO ATO INFRACIONAL: BREVE ESTADO DA ARTE

Breve história do diálogo entre a psicanálise e o crime/ato infracional

Já tivemos a oportunidade de citar aqui Lapassade (1968) e sua afirmação de Freud ao estudar a doença lançou mais luz sobre a dita normalidade do que todos os que o precederam. Consideramos o pensamento oportuno para elucidar que a psicanálise se debruça sobre o humano e o crime tem se mostrado como importante analisador dessa condição.

No campo psicanalítico houve autores que explicaram o crime mais ou exclusivamente pelo Édipo, pela pulsão de morte, pelo Id e pelo Superego. Freud pouco manifestou-se diretamente sobre o tema. Em Freud (1913/2010) discutiu o parricídio como matriz de todos os crimes humanos. Segundo ele, enquanto o histérico esconde um segredo que não conhece, o criminoso dissimula esse mesmo segredo conscientemente. Atribui função especial ao pai na construção da subjetividade e à lei como reguladora da vida social.

Outra importante contribuição sobre o tema foi dado por meio da conferência que realizou na Faculdade de Direito de Viena no ano de 1906, na qual

tencionou as verdades construídas pelos processos jurídicos. Defende a tese do crime como decorrente da culpa advinda do Édipo, que tem como produto o Superego, instância que introjeta a lei, agindo como um censura inconsciente que instaura um Ideal de Ego. Também nessa fala, defende que outra vertente do Superego exige satisfação proveniente do Id e destaca o conflito entre o Ego e o Ideal de Ego, entre a realidade e a pulsão, entre o desejo e gozo.

Todavia, a primeira explicação sobre o humano que delinque propriamente dita se dará no prefácio que redige para a obra de Aichhorn (1925/2006) o qual, como veremos, defendeu o sujeito que delinque como um Superego frágil, dominado por instintos, socialmente inadaptada, mal inserido na vida em sociedade, cujas satisfações pulsionais seriam realizadas sem freio e a inibição se daria somente através de represálias exteriores.

Freud (1906/2015) foi o primeiro a abordar o tema da transgressão no campo de saber que ele próprio inaugurara, o que considerou como busca de punição por culpas recalcadas, normalmente associadas a processos edipianos. Em Freud (1916/2014), discutindo alguns tipos de caráter encontrados no trabalho analítico, retira o foco do caráter e coloca no que pode ancorar a transgressão enquanto sintoma. É também nesse estudo que destaca a importância do amor como educador ao lado das exigências da vida.

Nesta mesma obra se aproxima mais do tema ao defender que a infracionalidade se ancora em experiências traumáticas da infância vivenciadas como injustas:

suas neuroses se ligavam a alguma experiência ou sofrimento a que estiveram sujeitos em suas primeiras infâncias, e em relação aos quais eles próprios sabiam não ter culpa, podendo encará-los como sendo uma desvantagem injusta a eles imposta (FREUD, 1916/2014, p. 353).

Tal condição os leva a ter dificuldade em lidar com o adiamento do prazer.

Regozija-nos a percepção de Freud expressa há mais de cem anos, visto que, sem que tivéssemos conhecimento dessa escrita do pai da psicanálise, é exatamente o que percebemos de nossos sujeitos de pesquisa, conforme destacarão outros psicanalistas de referência, dentre os quais destacamos Aichhorn, Winnicott e Erikson, conforme veremos na sequência.

Já Ferenczi debruçou-se rapidamente sobre o tema e chegou a propor o neologismo: crimino-psicanálise para designar a atenção especial da psicanálise a esse tema. Afirma que

“[...] tenho a convicção de que o tratamento analítico dos criminosos confessos já apresenta, por si só, algumas probabilidades de êxito, ao menos muito mais do que o rigor bárbaro dos carcereiros ou a hipocrisia dos capelães dos presídios” (FERENCZI apud ROUDINESCO e PLOM, 1998, p. 138).

Uma das mais importantes e pioneiras obras especificamente sobre a infracionalidade nos será dada por Franz Alexander em 1928, em parceria com Hugo Staub por meio do livro: *O criminoso e seus juízes*. Os autores atuaram sistematicamente com o sistema jurídico-penal, o qual criticaram severamente. Compreenderam o crime como uma patologia decorrente de um defeito de socialização. Chegaram a defender que os juízes tivessem formação em psicanálise e propuseram o termo: criminologia psicanalítica.

Para esses autores o homem é por natureza infrator e manifesta socialmente essa condição quando transita de forma disfuncional pelos estádios psicosexuais. Distinguiam três tipos de crimes de acordo com a etiologia: os de natureza psíquicas, que decorrem do intrapsíquico; sociológicas que proporcionariam a identificação do Ego Ideal com o Superego de adulto infrator e biológicas, decorrentes de doenças mentais.

Importante virada, todavia, ocorreu por meio dos psicanalistas que atuavam profissionalmente com sujeitos que infracionam, os quais buscaram explicar o fenômeno com o qual lidavam por meio da psicanálise. Tal é o caso de Aichhorn, Mauriel Gardiner e Marie Bonaparte, que serão aqui retomado. Esta última escreve em momento que pululava na França a discussão das psicoses passionais e o movimento surrealista que valorizava a loucura e a transgressão.

Mas, indubitavelmente, a maior contribuição da psicanálise para o estudo da criminologia se deu com a escuta de autores de crimes, arrancando-os da condição de objetos passivos da ciência.

Teodor Reik também se debruçou sobre o estudo do crime e discordou de Freud quanto a utilizar a psicanálise em perícias.

Já Edward Glover desenvolveu um trabalho de grande alcance sobre o crime na Inglaterra com uma forte marcação política. Criticou severamente a internação de adolescentes e defendeu o crime como consequência de falhas no processo de educação que fixa a libido em algum de seus estádios psicosexual.

Kate Friedlander

Também na Inglaterra e na esteira de Glover, Kate Friedlander dá cunho mais clínico aos adolescentes que atendia e busca discutir mais uma etiologia e tratamento, sem desprezar as medidas jurídicas, desde que a Justiça pudesse privilegiar as novas medidas no lugar da detenção tradicional. Ou seja, defendeu a necessidade de ser avançar nos métodos de responsabilização, sem se deter aos mesmos.

Também nós, passados dois anos dentro de uma Unidade de Internação, comprovamos que a medida socioeducativa de internação é cara, ineficiente, ineficaz e não efetiva. Como já visto aqui a reincidência no Brasil é de 54% (BRASIL, 2012a) e no DF, 83,1% na SL e 84,2% na internação (DF, 2013). Se pensarmos o imenso quantitativo de jovens que morrem ao serem liberados da medida, que é alarmante, apesar de não termos levantamentos sobre essas mortes anônimas, questionamos o sentido dessa política pública.

No Brasil não funciona uma política de egressos, embora conste da lei SINASE que ela exista. Este pesquisador tem acompanhado jovens que são jogados de volta em seus territórios de risco e vulnerabilidade, os mesmo onde construíram parte de suas carreiras criminais e construíram as guerras (como chamam os conflitos gerados pela rixas da infracionalidade).

Friedlander compreendia já naquele momento, o que está em perfeito acordo com o que também observamos em nossa intervenção, que o próprio sujeito que delinque sofria com as consequências de seus atos, talvez, mais do que a sociedade que ele atingia, embora isso pudesse estar encoberto por suas defesas, conforme destaca do caso Billy:

Hacia el final de los dos años de tratamiento, em una ocasion dijo que habría hecho mejor si se hubiese quedado em sua casa el día anterior para así obtener permiso para salir el siguiente. Fue esta observación el primer signo de un sentimiento de responsabilidad de sus propios actos (FRIEDLANDER, 1961, p. 126)³⁵.

A culpa, conforme já discutido aqui é fenômenos dos mais presentes em nossa intervenção de saúde mental.

³⁵ No final dos dois anos de tratamento, em uma ocasião, ele disse que teria feito melhor se tivesse ficado em sua casa no dia anterior, a fim de obter permissão para deixar o próximo. Foi esta observação o primeiro sinal de um senso de responsabilidade por seus próprios atos. (Tradução nossa)

Para a psicanalista existe uma diferença fundamental entre os conflitos que formam os sintomas e aqueles que provocam os atos de infracionalidade, visto que enquanto os primeiros (neuróticos) têm uma satisfação substitutiva, os sintomas da infracionalidade têm uma satisfação pelos atos.

Já naquele momento, antes mesmo de Winnicott, percebeu graves privações na história psíquica de seus pacientes, o que ancora constantes oscilações entre o excesso de satisfação e o excesso de frustração, conclusão à qual também chegou Aichhorn (2006/1925).

Friedlander (1961) esclarece que, embora os sintomas da infracionalidade sejam mais comuns na puberdade, suas raízes remontam à latência, momento crucial na sublimação da pulsão, muito frágil entre os sujeitos que atuam pela infracionalidade, o que de fato percebemos em nossa pesquisa, razão pela qual escrevemos um item apenas sobre a latência.

Relembra que toda criança deseja ser amada e tem receio de ser abandonada. Contudo, os sujeitos que atuam pela infracionalidade demonstram que essas condições não foram devidamente atendidas devido às más relações objetais da primeira infância. Relações que passam a ser reeditadas com o meio social. Portanto, defendeu que além do tratamento do sujeito houvesse também a modificação do meio, visto que a família desses jovens também foram alijadas socialmente.

E os pais? A esse tema retornaremos à frente. Por hora, basta dizer que esses é que não estavam lá mesmo.

Melita Schmideberg

Importante e clássica contribuição nos foi dada pela filha mais velha de Melanie Klein, Melita Schmideberg, médica e psicanalista que participou das reuniões da sociedade psicanalítica de Budapeste desde os 15 (quinze) anos e trabalhou com adolescentes que delinquiavam nos EUA, colaborou com os trabalhos de Anna Freud - apesar da rivalidade entre esta e sua mãe, migrou para os EUA, onde continuou lidando com a infracionalidade, mas afastou-se da psicanálise.

Schmideberg (1996) percebia a infracionalidade como perversões ou fetiches, pois, segundo a mesma, atuações agressivas não são originárias do Id

diretamente, mas revelam traços neuróticos com manifestos conflitos e mecanismos de defesa do Ego. “Em um certo sentido, o sintoma neurótico é mais social, enquanto o sintoma perverso é antissocial. Há, assim, uma forte conexão entre as perversões sexuais e o comportamento delinquente, por definição, antissocial” (SCHMIDEBERG, 1996, p. 40).

A autora localiza as perversões como atos repetitivos que variam pouco seu esquema e contexto, já o fetichismo como a fixação sobre alguns objetos, tais como sapatos, roupas, marcas e objetos. Características muito comuns de nossos sujeitos de pesquisa. Os adolescentes que se associam ao que uma corrente sociológica denomina como “carreiras criminais” apresentam especial fetiche por tênis de marcas consagradas, óculos, roupas de determinadas marcas, cortes de cabelo muito comuns e tatuagens muito padronizadas: da santa morte, nome da mãe no antebraço, palhaços, iniciais de nomes na base dos dedos da mão e caveiras. Tudo isso com um sentido muito específico no universo infracional deles.

As perversões, segundo Schmeideberg (1996), são similares aos *acting-outs*, visto que o Ego implica-se nas manifestações de superfície, com uma consciência da atividade, a qual é acompanhada de uma amnésia completa dos acontecimentos passados ou precoces que lhe deram origem.

As perversões inerentes aos comportamentos antissociais, como no *acting-out*, denotam uma atividade que implica os outros. O paciente não tem somente que afrontar seus conflitos inconscientes, como no caso dos neuróticos, mas também afrontar as repercussões de seus atos (SCHMIDEBERG, 1996, p. 41).

Nossa sonda investigativa corrobora algumas dessas percepções de Schmeideberg. De fato as ações de nossos sujeitos de pesquisa sempre denotam a existência de um outro. Diria mais, denotam a convocação de um outro que ecoam como uma voz no deserto para os fins que almejam, que recebem o outro para reforçar antigas privações e agressões.

Todavia, não coadunamos com a tese de uma estruturação perversa. Acreditamos sim com Calligaris (1986) em uma montagem perversa, conforme também já discutido aqui com auxílio de Birman (2007), Cunha (2014) e Costa (1998a; 2004), falamos em um funcionamento perverso como daquele que recusa a todo custo a experiência da castração. Neste sentido, concordamos com Schmeideberg, mas discordamos de uma fala comum de que todos esses sujeitos

apresentem uma estruturação perversa, como contestou também Lacan (1951/1998).

Diferente de Aichhorn e do que acreditamos, a autora recomenda que o analista empenhe-se em influenciar o paciente nos problemas da realidade antes de reforçar a transferência, deixando essa para quando existir uma certa estabilidade na relação terapêutica. Aichhorn (1925/2006) a antecipou nessa sugestão, mas defende que o educador favoreça a transferência desde o início. No que estamos de acordo. Nossa vivência e pesquisa revela que a transferência é importante recurso psicoterápico que se manifesta num tempo que é inconsciente do par analítico.

Schmideberg defende um tratamento do Ego com o objetivo de isolar a perversão, para, em seguida, tratá-la intensivamente por meio da técnica psicanalítica. Não discordamos dessa necessidade de iniciarmos com os problemas da realidade.

Para ela, a chave de todo o tratamento consiste no reconhecimento dos atos infracionais como perversões, que após um preparo podem ser abordados analiticamente. Sem esse cuidado, a cura da infracionalidade permanecerá sem orientação, sem começo, sem fim e sem objeto, de um ponto de vista analítico.

De nossa parte permanecemos com a convicção de que estabelecida a transferência, o processo se desdobra por si mesmo, cabendo-nos enquanto técnicos, a sustentação do *setting*.

Lacan (1951/1998) em se referindo à produção de Schmideberg, a elogia, mas sugere que seja feita uma observação mais de perto dos casos que segundo ela apresentaram cura.

August Aichhorn

Uma das maiores e pioneira contribuições sobre a temática à luz da psicanálise, a nossos ver, virá com August Aichhorn (1949/1978), filho de banqueiro socialista e cristão e ativista da luta contra o rigorismo disciplinar do sistema educacional vigente. Em 1922 fundou um grupo de estudos sobre a infracionalidade com a participação de Anna Freud e em 1925 lançou o livro *Juventude Desamparada*, prefaciado por Freud, no qual defende a utilização da psicanálise pelos educadores, sobretudo para uma educação especializada.

Dividia seu trabalho em dois tempos: reforçar o Superego pela psico-educação visando modificar a dificuldade desses jovens com a espera da satisfação, a instabilidade afetiva e o enfrentamento dos sintomas neuróticos que se tornariam mais aparentes, o que os levaria a um quadro de sofrimento e percepção de seus problemas. Colocava-se no lugar de educador, mas não de Mestre (todo), defendia o educativo antes do analítico por meio da transferência.

Aichhorn (1925/2006) nessa obra referência em nossa trajetória relata suas experiências com o que chamamos hoje de educador especializado e, no caso do Brasil, de socioeducador. O próprio Freud dirá no prefácio dessa obra que a psicanálise apenas deu elementos para que Aichhorn explicasse o que já fazia com maestria. A leitura dessa obra nos permitiu compartilhar com o autor os espaços da instituição que dirigiu onde estivemos sentado com ele observando o “grupo difícil”.

Consideramos esse caminho adequado e o adotamos em nossa intervenção na Unidade. Embora fosse melhor falarmos em ação predominantemente voltada para o Ego, haja vista não termos como separar essas dimensões do humano e mesmo acreditando que estamos trabalhando com o Ego, questões inconscientes estão sendo mobilizadas. Mas, concordamos que devemos evitar um trabalho mais regressivo e predominantemente voltado para o inconsciente.

O educador compreende que esses sujeitos construíram a infracionalidade como sintoma de fraturas psíquicas decorrentes de suas histórias, com especial atenção para o complexo de Édipo. O que, a nosso ver, está mais ligado ao complexo de castração. Daí a comum dificuldade desses sujeitos observada por Aichhorn em negociar a abdicação do princípio do prazer ante as convocações do princípio da realidade e a peculiar dificuldade de constituição do Superego.

Assim, Aichhorn defende que todos esses desafios podem ser remediados a partir do estabelecimento de uma relação transferencial, que é central na intervenção desse educador e psicanalista, a partir da qual o educador especializado agirá com muito amor e firmeza por novos caminhos de socialização para esses sujeitos.

De nossa parte, não temos dúvida da veracidade dessa percepção de Aichhorn. Nossa caminhada com essa população ou com jovens com maior

dificuldade de adaptação nos informa que a transferência é a condição *sine qua non* para os trabalhos de construção de uma socialização mais saudável, conforme demonstraremos nos itens que se seguem.

O autor discriminava a autoafirmação primitiva e a integração social como duas fases no desenvolvimento psíquico dos sujeitos. Para ele a infracionalidade tem uma força compulsiva que não pode ser contida a menos que se trabalhe o que a sustenta e o comportamento desviante é sintoma de disfunções desses sujeitos, seja por excesso ou por falta de amor. É comum que a falta de afeição vivida muito cedo no desenvolvimento da criança a leve, primeiramente, a odiar e, mais tarde, ao comportamento desviante.

A menudo, los sentimientos de afecto estallan con tanta vehemencia y tanta fuerza que el niño espera con mucha tensión la aparición de su consejero; hace algo para atraer su atención, corre tras él, o encuentra algo que hacer que le conduce a la vecindad de éste (AICHORN, 2006/1925, p. 124)³⁶.

Também naquele tempo Aichhorn percebia que o adolescente que atua pela infracionalidade é encaminhado para tratamento à revelia de sua vontade, o que dificultava o tratamento, que era visto por eles como uma forma de punição. Situação que também nós percebemos, mas temos visto que os jovens em sofrimento, quando vinculados aceitam o tratamento, embora alguns precisem de um tempo maior para falar de suas dores.

Seu método de tratamento consistia em fazer com que o educador exercesse, por um tempo a “função paterna” assim que e somente quando a transferência se instalasse, ainda que essa pudesse ser ambígua como fora a relação com os pais.

Aichhorn percebeu o quanto é comum que os jovens institucionalizados peçam punição, mas alerta para a necessidade de os educadores responderem de um outro lugar, visto que, mais do que repressão, esses sujeitos precisam de entendimento das causas e intervenção. Já naquele tempo percebia que seus casos procediam de uma família desorganizada. Essa era situação muito comum em nosso local de pesquisa.

No que tange à dinâmica entre o princípio do prazer e princípio da realidade, o educador-psicanalista observou e destacou a dificuldade desses jovens

³⁶ Muitas vezes, sentimentos de afeto surgem com tanta veemência e tanta força que a criança aguarda com grande tensão o aparecimento de seu conselheiro; faz algo para atrair sua atenção, corre atrás dele, ou encontra algo para fazer que o leva para próximo dele.

em reprimir as pulsões e dirigir energias para fora dos alvos primitivos. O adolescente dissocial é como uma criança que também não é capaz de desistir do prazer imediato em favor de um prazer posterior. Faz e diz coisas que são normais para um período anterior ao desenvolvimento da infância, mas que fazem parecer anormal e não social, porque elas o levam a um conflito com a sociedade.

Para ele, a infracionalidade é resultado de uma educação que prejudicou o desenvolvimento do sujeito, seja pelo excesso de amor ou excesso de severidade, visto que uma boa dose de frustração que não seja excessiva é necessária.

En resumen, podemos decir: la delincuencia es la consecuencia de una inhibición de desarrollo o de una regresión que tiene lugar en algún sitio del camino que va desde la primitiva adaptación a la realidad hasta la adaptación social (AICHHORN, 1925/2006, p. 167)³⁷.

Essa questão é retomada por Freud (2010/1930) para reafirmar que os excessos de mimo ou de rigidez são métodos patogênicos de educação. Questão que já foi discutida aqui por nós com auxílio da sociologia e da estatística.

Para Aichhorn ausência de amor não instaura a tensão entre Ego e o Superego, visto que a agressividade é toda voltada para fora. Uma consciência severa surge da operação conjunta de dois fatores: a frustração da pulsão, que desencadeia a agressividade e a experiência de ser amado, que faz a agressividade voltar-se para dentro e a transfere para o Superego, espécie de voz interior que orienta o sujeito na moral.

Já Freud (1930/2010) houvera destacado que o pai indevidamente fraco e indulgente constitui a causa de as crianças formarem um Superego excessivamente severo, porque, sob a impressão do amor que recebem não possuem outro escoadouro para a sua agressividade que não seja voltá-la para dentro.

Na puberdade os sentimentos eróticos inconscientes chegam muito perto de irromperem para o consciente. Assim, uma necessidade que permaneceu insatisfeita na infância levaria a uma sede de prazer aumentada, a uma forma primitiva de satisfação pulsional, a uma ausência de inibição e exigências afetivas mascaradas, mas intensas, gerando como consequência o conflito do jovem com a sociedade.

³⁷ Em resumo, podemos dizer: a delinquência é a consequência de uma inibição do desenvolvimento ou de uma regressão que ocorre em algum lugar ao longo do caminho que vai da adaptação primitiva à realidade até a adaptação social. (Tradução nossa)

O que Aichhorn propõe é uma reeducação destinada à formação do ideal do Ego pela integração de novos traços dos quais o educador seria a fonte. A partir daí, o jovem recuperaria as identificações que faltam ou são defeituosas, ou liquidaria o que não pode liquidar a partir de seu pai, sendo o educador um pai substituto, que utiliza a transferência como meio auxiliar fundamental.

O tipo e a intensidade dos laços libidinais da criança com seus primeiros objetos determinariam a orientação desses laços para toda a vida, o que implica que os sucessos terapêuticos se devam a uma influência exercida sobre o destino da libido, através de experiências vividas na transferência (ALVARENGA, 2005, p. 39).

Aichhorn segue como uma grande referência para nossa caminhada como educador especializado das juventudes desamparadas. Ousaríamos dizer que sua obra permanece como um de nossos livros de cabeceira ao lado de Winnicott (2005a) e Erikson (1987), sem desmerecer as preciosas contribuições de tantos outros psicanalistas da adolescência e sociólogos da juventude que serão aqui retomados.

Melanie Klein e Recortes menores de alguns psicanalistas que debruçaram-se sobre o psiquismo dos que delinquem

Importante contribuição do campo psicanalítico sobre a infracionalidade é dada por Melanie Klein (1927/1996) para quem o adolescente que praticou ato infracional é resultado de um Superego que permaneceu fixado em arcaico estágio de seu desenvolvimento gerando desproporcional estado de ansiedade e culpa.

Reconhece os pais como a fonte do Superego na medida em que suas ordens e proibições são absorvidas pela criança, que convoca punição para si quando é mal comportada. Para a psicanalista, as repressões mais profundas são as dirigidas contra as tendências mais antissociais, visto que os estágios mais primitivos de canibalismo e tendências assassinas estão em contradição com a parte civilizada que é de onde se origina a repressão. Como é o caso do amor, ódio e ciúmes pelos irmãos.

A criança alimenta impulsos e fantasias agressivas contra os pais, que depois retorna para eles, desenvolvendo uma imagem distorcida e fantasística das pessoas à sua volta. Dessa forma, sente-se governada por pais cruéis e perigosos, projeção de seu Superego, dos quais busca se proteger. Assim, as tendências

antissociais são proporcionais ao temor à retaliação dos pais como punição pelas fantasias que dirige contra eles.

Decorre daí a possibilidade do sujeito em análise trazer à tona sua capacidade para amar, pois, segundo ela, “o amor não está ausente naqueles que cometem crime, mas sim escondido e enterrado, de tal maneira que apenas a análise poderá trazê-lo à tona” (KLEIN, 1934/1996, p. 299), afirmação com a qual estamos de pleno acordo, a partir de nossa caminha empírica. O que de fato encontramos no campo de pesquisa são sujeitos carentes de um amor que recalcam pelas vicissitudes de suas vidas.

Embora algumas de nossas referências partam de Klein no que tange à discussão do Superego, não conseguimos alcançar da clínica as percepções da autora no que tange aos adolescentes autores de ato infracional. Já com adolescentes da classe média, de estruturação marcadamente neurótica, conseguimos.

Em nossa percepção, esses jovens tiveram dificuldades na constituição do Superego porque o próprio ambiente no qual se desenvolveram era conflituoso com a lei.

Com base em Salum (2009), fazemos aqui cinco rápidas e necessárias alusões a autores que fizeram alusões rápidas, mas significativas sobre o tema: Marie Bonaparte, Mme. Boutonier, Greef, Lagache e Hesnard.

Marie Bonaparte era uma rica analisanda de Freud que é aqui evocada por sua célebre publicação do caso Madame Lefebvre, um crime sustentado por uma psicose, que passou a ser referência nesse campo em sua época. Foi árdua defensora das mudanças penais pela retirada do conceito de responsabilização jurídica.

Já Mme. Boutonier era partidária da despatologização do crime e responsabilização do sujeito, visto que os compreendia como seres humanos como os demais e explicava que o que é compreendido como ausência de angústia é, de fato, defesa dela por mecanismos que nos podem confundir. Concordamos com Boutonier que a aparente ausência de angústia ante a infracionalidade é muito mais um mecanismo de defesa contra a própria angústia.

Greef defendeu que o sujeito que delinque sente-se injustiçado e busca no crime uma tentativa de compensar a injustiça que vive, o que se mostrou sempre

muito claro em nossa intervenção e investigação empírica. A ideia de que o mundo foi injusto com eles era algo comum. As caminhadas psicoterápicas seguiam comumente num sentido de auto-implicação/responsabilização pelos caminhos que viveram em suas vidas.

Lagache é um autor que centrou suas contribuições sobre o tema na severidade do Superego desses sujeitos e não em sua ausência como o responsável pelas condutas criminosas e antissociais. Para ele, o ato infracional é orientado para fora, é aloplástico e suas agressões é uma alo-agressão, contrariamente à atividade autoplástica do neurótico. Por autoplastia compreendia substituição de parte destruída ou defeituosa retirando do próprio corpo a matéria necessária para sua restauração.

Para esse autor, esses sujeitos passaram toda uma vida comparando-se com danos a sua autoimagem e autoestima (apesar de não utilizar esses termos). Por meio do ato infracional, o filho vingava a mãe e tenta uma superioridade sobre o pai que o rejeitou. Explicava por aí a ideia de filhos justiceiros que vinham responder aos pais injustos que tiveram. A ideia de vingar a mãe e tentar ser maior que o pai por meio da infracionalidade foi questão muito comum nos processos de atendimento desses sujeitos.

Perrin (1934), compilando muito desses autores dirá que punimos primeiramente para fazer expiar e para nos protegermos de nossas próprias tentações, depois para nos vingarmos e nos defendermos do inimigo exterior e, por fim, para satisfazer nossas tendências agressivas. Afirma que os infratores orgânicos deveriam ser confiados à medicina, os neuróticos à psicanálise, o normal à Pedagogia e o acidental à reparação civil. Concordamos inteiramente com essa percepção que o social costuma ter sobre aquele que delinque.

Outra importante contribuição sobre a economia psíquica do infrator nos foi dada por Hesnard (1949). A esse autor chegamos por um referência de Lacan (1951/1998). Hesnard (1949) definiu como conduta mórbida uma culpabilidade que solicita atenuação e reconhecê-la devolve ao doente o estatuto de ser humano. Foi daí que Lacan retirou a assertiva de que a psicanálise humaniza o criminoso.

Para Hesnard os sujeitos constroem um tribunal pelo qual são severamente julgados por um implacável juiz, de onde decorre a necessidade de significar a culpa. Defende que a maior parte daqueles que cometem crime não são

doentes mentais, mas sujeitos com um Édipo mal dissolvido, que entre os sujeitos que atuam pela infracionalidade é sempre complicado.

Compreende que nos casos de neurose os crimes se devem sobretudo a questões de sexualidade que podem ser de imaturidade sexual ou virilidade recalçada. Assim, os atos criminosos são tentativas de compensar a falta que por eles é sentida como inferioridade, o que também percebemos muito entre nossos sujeitos de pesquisa com os quais tivemos maior proximidade.

O autor compreende como uma caricatura da falta. Para o sujeito que atua pela criminalidade, há uma lei e o que resta fora da lei, um gozo nunca negatizado que retorna em forma de ato na infracionalidade. Essa falta não simbolizada retorna morbidamente. Portanto, defende o tratamento da falta antes da punição.

Não alcançamos em nossa intervenção a ideia de um Superego inflado. Percebíamos mais a ideia de um Édipo mal dissolvido, imaturidades psicosexuais e virilidades recalçadas. Também a ideia das faltas compreendidas como inferioridade e o ato infracional como tentativa de se haver com essa injustiça fez muito sentido em nossas escutas clínicas.

Jacques Lacan

Uma das mais importantes contribuições sobre esse debate e diálogo entre a psicanálise e a criminologia foi dada pelo psicanalista francês Jacques Lacan, principalmente por meio de um artigo produzido para um congresso de psicanálise (LACAN, 1951/1998).

Apesar de tratar-se de produção da fase sociológica e pré-estruturalista do autor, ainda com eco de sua última produção (LACAN, 1948/1985) e de sua influência durkheimiana, demonstra que o tratamento e a penalização do crime dependem da estrutura de poder estabelecido, antes que Michel Foucault o fizesse no cruzamento da clínica e do político. Para Lacan, o crime questiona uma realidade social que mais tarde receberá em seu sistema de ideias a designação de Outro (COTTET, 2008).

Jacques Lacan discute as transformações da família, o declínio paterno e os desdobramentos no direito e da justiça na tensão com o Superego individual.

Para o autor o direito é primeiro e o crime lhe é consequente antes que aquele que comete crime o seja. Remete-se a Paulo de Tarso, para afirmar que não existe pecado antes da lei. Essa dialética do crime e da lei atravessa a maior parte do artigo. Ele ainda se contrapõe ao saber comum de seu tempo dos “instintos criminosos” e da tese de um inconsciente criminoso e o localiza como efeito do Superego, como já houvera feito Aichhorn, a quem convoca para discutir sua tese.

Destaca a identificação da criança com o adulto que comete crimes gerador de um ideal do Ego fidelizado ao paterno e os efeitos produzidos pela posição associal do grupo familiar desses sujeitos que para dar conta das frustrações pulsionais detém-se “[...] num curto-circuito na situação edipiana” (1951/1998, p. 136). Afirma:

O Superego, diremos, deve ser tomado como uma manifestação individual, ligada às condições sociais do edipianismo. Assim é que as tensões criminosas incluídas na situação familiar só se tornam patogênicas nas sociedades onde essa própria situação se desintegra (LACAN, 1951/19981, p. 137).

Lacan já houvera se debruçado sobre os crimes decorrentes dos delírios em sua tese de doutorado. Todavia, o período do pós-guerra convocava a comunidade psicanalítica ao fenômeno da infracionalidade juvenil. Pululava nesse momento a ânsia por uma regulamentação sobre essa população, ao tempo em que havia um clamor e ações pelo fim das casas de correção. Situações sobre as quais também se debruçou, no mesmo momento, Winnicott conforme veremos aqui.

No artigo de 1951, Lacan (1951/1998) dialoga com os saberes de Schmideberg, já discutida aqui, a quem relativamente se contrapõe, destacando a importância de estudarmos seus relatos sobre grandes autores de crimes. Distinguiu crimes do Ego dos crimes ancorados no Id, como é o da psicose paranóica.

O autor apontou para o duplo papel da psicanálise junto à criminologia: demonstrar o caráter “simbólico do crime”, pelo qual o sujeito é humanizado e reinscrito no edipiano (universal), ainda que façamos dessa uma interpretação privada e também ao demonstrar que a interpretação do ato revela tensões da sociedade criminogênica.

Lacan considerava que apenas a psicanálise poderia avaliar as resistência às pulsões agressivas, que é ignorado pelas abordagens positivistas. Consideram o diálogo entre a criminologia e a psicanálise como profícuo, uma vez

que ambas são incluídas na linguagem. Retomando aos estudos de Freud (Totem e Tabu) defende que com a lei e o crime começa o homem, já que aquele é uma manifestação do Édipo no social. Para a psicanálise, a lei que interessa é aquela que visa ao singular, que institui a particularidade, sendo isso a referência do conceito de assentimento. Ele não opera a partir da instauração de qualquer acordo com o campo do Outro, acontece justamente porque o Outro falta.

Em sua apreensão dos crimes determinados pelo Superego, a psicanálise tem como efeito irrealizá-los. Assim soluciona um impasse da criminologia: irrealiza o crime sem desumanizar o criminoso. As tensões criminosas incluídas na situação familiar só se tornam patogênicas nas sociedade nas quais a ordem simbólica se desintegra.

Lacan faz eco ao declínio da ideia do crime como loucura e da humanização do autor do crime, que passa pela compreensão de sua condição semelhante à da população mais geral, o que retoma a ideia de responsabilização.

Pelo exposto, resta claro que Lacan prioriza nesse escrito a realidade sociológica do crime e da lei, ao tempo em que considerava a instância simbólica como prevalente. De acordo com Salum (2009), Miller em aula que ela assistiu com o psicanalista chegou mesmo a afirmar que esse texto era o mais próximo de *O Mal-estar na Civilização*.

A responsabilização é a temática que perpassa todo o texto. Sobre esse tema se contraporá a todos os autores psicanalistas que se opuseram a ela.

Para Lacan a justiça decorre da nomeação de uma lei pelo direito, sobre aquilo que coloca-se em tensão com a pulsão, buscando assim limitar os efeitos dessa tensão. Critica a idealização do humano como um todo harmônico que responde apenas pela razão de forma consciente, como defendem os criminólogos. Rebusca Platão, para quem a justiça não é absoluta, nem ciência e nem arte, mas fabricada por uma retórica que, para fazê-la existir, produz uma crença, um assentimento. A justiça é, assim, um semblante ante a impossibilidade de sua existência no real.

Assim como Freud, Aichhorn, Klein, entre outro, considera o Superego, enquanto herdeiro do complexo de Édipo, como um dos fatores pato/criminogênicos, pelo seu caráter mórbido/sádico.

Para ele, apesar do Superego ser uma manifestação individual, encontra-se ligado às condições sociais do edipianismo. A criminalidade se insere na situação familiar e torna-se patogênica nas sociedades onde a família se desintegra, sendo o Superego a instância que revela a tensão entre o plano individual e familiar/social.

Para o autor, sobretudo nesse momento de sua produção, o Superego nada tem de idealista, mas decorrente da dependência humana em relação ao outro devido ao desamparo. É devido a essa dependência que o neófito humano se subjetiva por meio da castração ocasionada pelo Édipo, articulando um ideal do Ego e inscrevendo o desejo e suas identificações. O Superego condensa no particular o que é do geral. No que se aproxima muito das reflexões de Hirsch já feitas aqui.

É por essa razão que destaca as transformações da família e o declínio da imago paterna como causa da fragilização do Superego, o que o infla em reforço de sua tirania, decorrente de sua condição menos sujeita à transmissão, pelo edipianismo, da lei que veicularia o ideal social.

Compreende as condutas individuais ditas como anormais como uma manifestação particulares de uma falha no laço social, tanto quanto a manifestação psicopata é reveladora de uma falha maior. O que passa pela família, que enquanto sistema semiaberto, transmite o Outro (apesar de ainda não utilizar essa expressão). O crime surge, assim, como uma falha na articulação entre o social e o individual.

Para Lacan, conforme vinha discutindo em seus últimos estudos, a função do pai se tornou mais complexa à medida que a família se nuclearizou, visto que, apesar de a autoridade do pai ser o único traço da estrutura original da família, esta autoridade se mostra cada vez mais instável e obsoleta. A função paterna não vem conseguindo promover a transmissão simbólica do falo que permita ao sujeito, na adolescência, a fazer uso do desejo como orientação para se separar dos pais.

Retoma Friedlander, já apresentada aqui, ao propor a transgressão, quando de uma estrutura neurótica, como expressão de anomalias na organização familiar, inclusive de uma família que também foi alijada da sociedade.

Critica severamente a penalogia em suas tentativas de explicação do crime pela razão e pela consciência, o que a faz vacilar quando o crime não apresenta evidentes causas utilitárias como propôs Bentham.

O ato criminoso não se deve a instintos agressivos, mas às relações em seu contexto social, mesmo porque, para ele, tais instintos não existem.

Neste texto, Lacan promove e defende de forma muito especial o diálogo da psicanálise com a sociologia. Dentre os fatores sociológicos, destaca o a fragilização das identidades em decorrência desse contexto de imposição de padrões, restando a agressividade como tentativa de resguardá-la.

Para Lacan, tanto quanto o homem comum, o autor de crime/ ato infracional demanda sua existência pelo amor. Todavia, diferente daquele, o faz por meio do crime/ato infracional e ao invés de formar um sintoma na relação com o outro para fazer laço e ser amado, faz um ato que o exclui.

Lacan retoma Hesnard, já pontuado aqui, para considerar que em última instância, a infracionalidade é uma resposta mórbida à castração imposta pelo real traumático do que não há. Trata-se de atuação a partir do impasse entre a lei, o gozo e o Outro. Esta imposição do gozo denuncia uma falha da lei em operar satisfatoriamente o recalçamento, satisfação direta, que não entrou nos circuitos do desejo, da simbolização e da castração como falta.

Lacan também concorda com Schimideberg em não levarmos em consideração o crime real, mas o ato. Foi nela que se ancorou para afirmar que a psicanálise irrealiza o crime. Apesar de sugerir que os resultados apresentados por ela deveriam ser acompanhados por tempo maior, para serem melhor avaliados.

A atuação espera de uma lei no real que faça o limite ao gozo e o sistema jurídico seria chamado para realizar o que falhou na simbolização da lei edipiana. Logo, para Lacan, diferente de Shmideberg, não se trata de uma questão de estrutura, visto poder ocorrer na neurose, na psicose e na perversão. Até acredita que haja casos que se dão na perversão, sendo esses de fixação objetal e ruptura nos mecanismos de recalçamento, sem responderem pela totalidade.

Lacan dedica especial atenção nessa obra ao tema da responsabilização que, para ele, pode promover a assunção subjetiva da falta e, por meio dela, a resposta de um sujeito frente ao real: a articulação de um ato à sua subjetividade, já que o ato é sem sujeito. A psicanálise poderia ajudar a libertar o sujeito daquilo que o condena (o universo mórbido da falta). Para o psicanalista, o castigo seria, então um chamado ao sujeito para que responda a partir de sua posição.

A responsabilidade ocorre, assim, a partir da entrada do Outro da lei por meio do semblante do direito penal que diz que a justiça se faz por uma distinção fundamental: há coisas que são permitidas, porque existem algumas proibições.

Nessa esteira, Lacan discordará da ideia de que existam crimes sem causa. O que não significa que toda causa possa ser de pronto medida pela arrogância da megalomania moderna. Ainda que haja um fator novo que atue como gatilho da angústia, há um algo que já estava ali promovendo uma relação entre o estranho-familiar, conforme asseverara Freud (1976/1919).

Para Lacan, o neurótico é aquele que se protege da falta com a construção da fantasia, enquadrando a angústia e velando a falta como um sujeito que coloca um quadro em frente ao caixilho de uma janela. O ato é uma defesa contra a angústia por não ter encontrado, a exemplo do sintoma, o suporte simbólico para proteger-se da angústia. É o suicídio do sujeito.

Ficamos semanas tentando interpretar esse estudo de Lacan e foi apenas com o auxílio de Cottet (2008) e Salum (2009) que conseguimos avançar nesse esforço. Com eles percebemos que Lacan discute com as principais referências da psicanálise sobre o tema até o momento em que o escreveu e tantos são os ensinamentos contidos nessa única obra que optamos por fazer um recorte de alguns poucos momentos dela para dialogar com o que encontramos no campo empírico da pesquisa.

Para nós chama especialmente a atenção as transformações que a família, enquanto instituição socializadora estava e continua vivendo e as repercussões disso no laço social, especialmente das famílias que apresentam quadro de alijamento social, como é o caso de todos os nossos sujeitos de pesquisa.

Interessa sobremaneira aos objetivos desta tese escutar de uma referência tão significativa para nós quanto é Lacan, que as condutas ditas anormais nada mais são que manifestações particulares de uma falha no laço social, tanto quanto a psicopatia o é em proporções ainda maiores. Alegra-nos perceber que tanto quanto nós, Lacan percebe que essa falha passa pela família, especialmente pelo que denominou como declínio do nome-do-pai, o que é tão patente de nossos Guris.

Também é gratificante para nós sua percepção de que toda demanda é uma demanda de amor, sendo que aquele que comete crime afasta quando, de fato, convoca o outro/Outro, a lei que faz *semblant* na Justiça. Uma resposta mórbida ao traumático do real que não há. Portanto, um impasse entre a lei, o gozo e o Outro

devido à falha na castração em decorrência das transformações que fragilizam o nome-do-pai.

Enquanto o neurótico protege-se da falta pela fantasia, o adolescente que atua pela infracionalidade defende-se contra a angústia por falta de um suporte simbólico, portanto, um suicídio do sujeito, que joga-se do precipício na esperança de encontrar redes.

Donald Wood Winnicott

“Há pessoas que passam toda a vida não sendo, num esforço desesperado para encontrar uma base para ser.”

Winnicott

Iniciei os estudos na psicanálise há muitos anos e um dos primeiros encantamentos com esse campo de conhecimento se deu com o conceito de “falência da função paterna”, tão comum na produção freudiana da década de 1920, com especial ênfase para a obra: *O Mal-estar na Civilização* (FREUD, 2010/1930). Contudo, mais recentemente aproximei-me da obra de Winnicott, com o qual tenho dialogado com epifania pelos seus saberes oriundos de sua atuação junto a crianças e adolescentes antissociais e infracionais especialmente quando da Segunda Guerra Mundial.

Quando da Segunda Guerra Mundial, foi convidado a ser consultor dos processos de crianças que apresentavam problemas de comportamento manifestados pela evacuação - processo pelo qual crianças e adolescentes foram retirados das grandes cidades e levadas para famílias substitutas em cidades interioranas. Ocorre que muitas dessas crianças e adolescentes apresentaram sérios problemas de comportamento para os quais Winnicott foi chamado a contribuir.

Construiu uma proposta de atendimento à essas crianças e adolescentes por meio de instituições dirigidas por um supervisor, que era diretamente acompanhado e orientado por ele. Os segredos de sua proposta, segundo o próprio Winnicott, se dá pela acurada avaliação inicial, pela seleção dos profissionais e cuidados sistemático que dispensava a estes e ao fato de estar ligado ao que seria em nosso país ao Ministério da Saúde e não ao Ministério da Justiça.

Pelo diagnóstico, comumente realizados por ele, através do jogo do rabisco selecionava as crianças e adolescentes de acordo com o grau de privação que tinham sofrido pois segundo o mesmo, quanto maior a privação, maior devia ser a cobertura. Por cobertura, compreendia o enquadre tanto mais rígido e verticalizado quanto mais privados fossem os sujeitos e vice-versa.

Para Winnicott, as crianças e adolescentes que apresentam comportamento antissocial e ou infracionalidade sintomatizam com esse comportamento quadros de privação sofridos em algum período arcaico da história psíquica desses sujeitos. Destaca ao longo de sua fala a importância do ambiente familiar como *holding* fornecedor dos alicerces para o neófito sujeito em construção. Critica os lares que não são suficientemente bons, pois não apresentam às crianças um espaço de segurança - inclusive para seus conflitos internos.

A tendência antissocial e a infracionalidade, desdobramento daquela, mais que uma simples carência, revela um desapossamento, quando a criança é privada de seu paraíso

por um período maior do que aquele em que possa manter viva a lembrança da experiência, a perda de algo bom, positivo, na experiência da criança. Tudo indica que, nesse momento, o eu do bebê ou da criança pequena está com processo de realização da fusão das raízes libidinais e agressivas do Id. Ela testa o ambiente repetidamente em sua capacidade para suportar a agressão, para impedir ou reparar a destruição, para tolerar o incômodo, para fornecer e preservar o objeto que é procurado e encontrado (WINNICOTT, 2005a, p. 145).

Para Winnicott, a privação inclui o ponto exato do trauma e, além dele, o antes e a persistência da condição traumática.

Na obra de Winnicott a mãe possui importância especial na constituição psíquica dos sujeitos. Lembremos que é o momento em que essas saem para o mercado de trabalho. Segundo ele, é a mãe quem tornará possível ao filho a mediação com o princípio da realidade (embora o autor não se utilize aqui dessa expressão). Graças e apenas mediante a esse suporte, a criança poderá colocar para o mundo seus fantasmas e ter *holding*, em vez de aniquilar magicamente o mundo. Suporte e *holding* adquirem sentido especial na teoria de Winnicott.

Toda criança precisa colocar

[...] à prova o seu poder de desintegrar, de destruir, assustar, cansar, manobrar, consumir e apropriar-se. Tudo o que leva as pessoas aos tribunais (ou aos manicômios, pouco importa, no caso) tem seu equivalente normal na infância, na relação da criança com o seu próprio lar. Se o lar consegue suportar tudo o que a criança pode fazer para desorganizá-lo, ela sossega e vai brincar" (WINNICOTT, 2005a, p. 129).

Para o autor, os estádios iniciais do desenvolvimento são repletos de conflitos de desintegração potenciais. A criança antissocial é aquela que requer da sociedade com suas instituições o *holding*, suporte e continência às angústias que a família não foi capaz de oferecer.

De acordo com Winnicott, toda criança tem absoluta necessidade de viver num círculo de amor e força, com a devida tolerância, de forma que não sinta medo excessivo dos fantasmas que habitam seu ser e o social não aceita.

Já quando a família não oferece suporte, a criança sente-se angustiada e não livre e, se tem alguma esperança, busca outro quadro de referência fora do lar. “Procura uma estabilidade externa sem a qual poderá enlouquecer” (WINNICOTT, 2005, p. 130). Como a Escola é das principais e primeiras instituições em seu processo de socialização, depois da família, é comum que seja esta instituição a ser demandada para ofertar esse enquadre, continência, suporte e *holding*.

Quando esses casos chegam aos tribunais ou aos conselhos de direito, é que o indivíduo está “recorrendo à sociedade em vez de recorrer à família ou à escola para lhe fornecer a estabilidade de que necessita a fim de transpor os primeiros e essenciais estágios de seu crescimento emocional” (WINNICOTT, 2005, p. 130).

Para Winnicott faz-se necessário a presença de uma disponibilidade paterna³⁸ forte e rigorosa para que a criança possa recuperar “seus impulsos primitivos de amor, seu sentimento de culpa e seu desejo de corrigir-se” (2005, p. 131). Segundo ele, cabe à disponibilidade paterna a contenção dos excessos do comportamento equivocado das crianças ou adolescentes. Explica que

na infracionalidade plenamente desenvolvida, a situação fica difícil para nós como observadores porque o que nos chama a atenção é a necessidade aguda que a criança tem de um pai rigoroso, severo, que proteja a mãe quando ela é encontrada. O pai rigoroso que a criança evoca também pode ser amoroso mas deve ser, antes de tudo, severo e forte. Somente quando a figura paterna rigorosa e forte está em evidência a criança pode recuperar seus impulsos primitivos de amor, seu sentimento de culpa e seu desejo de corrigir-se. A menos que se veja em apuros, o delinquente só poderá tornar-se cada vez mais inibido no amor e, por conseguinte, cada vez mais deprimido e despersonalizado, tornando-se por fim totalmente incapaz de sentir a realidade das coisas, exceto a realidade da violência [...] a infracionalidade indica que alguma esperança subsiste. [...] e o comportamento antissocial nada mais é, por vezes do que um SOS,

³⁸ O autor recusa o termo *função* paterna. Prefere a expressão disposição.

pedindo controle de pessoas fortes, amorosas e confiantes” (WINNICOTT, 2005, p. 131).

A questão da força é algo muito presente em sua fala e a necessidade dela será tanto maior, quanto maior for a privação sofrida pelo sujeito.

Assim, o comportamento antissocial é um pedido de socorro que como tal precisa ser encarado, ou seja, como uma questão de saúde e não de segurança.

Defende a continuidade desse controle até que a criança ou adolescente não esteja mais subjugada a seus fantasmas internos destrutivos e desestruturantes. Assim, a atitude antissocial é um apelo por continência que, quando existe, libera o ser para expectorar esses fantasmas podendo viver seus espaços potenciais.

Como a infracionalidade é fenômeno mais comum na adolescência, buscamos um pouco sobre esse conceito em Winnicott. Para ele a adolescência é a reedição com potência de estádios arcaicos de transformação física e emocional, os quais exercem muita influência sobre o momento atual.

Todavia, também para esse momento, reconhece o ambiente como fundamental para ofertar o suporte aos conteúdos internos decorrentes das fragilidades do psiquismo oriundos desse ou daquele momento. Ainda assim, lembra que “até nas melhores circunstâncias, quando o ambiente facilita os processos de maturação, cada adolescente ainda tem muitos problemas pessoais e muitas fases difíceis a transpor” (WINNICOTT, 2005a, p. 165).

Trata-se de momento da busca e consolidação da identidade. Nas palavras do autor, “o adolescente está empenhado em descobrir o próprio eu para que lhe possa ser fiel” (WINNICOTT, 2005a, p. 170). Esclarece o autor:

Podemos vê-los em busca de uma forma de identificação que não os decepcione em sua luta, a luta pela identidade, a luta por se sentirem verdadeiros, a luta para não se encaixarem num papel determinado pelos adultos, mas que lhes permita passarem por tudo o que tiverem que passar. Sentem-se verdadeiros só na medida em que recusam as falsas soluções; e sentem-se não verdadeiros leva-os a fazerem certas coisas que só são verdadeiras do ponto de vista da sociedade. De fato, a sociedade vê-se apanhada nesse aspecto curioso dos adolescentes: a mistura de desafio e dependência que os caracteriza. Quem cuida de adolescentes sente-se perplexo: como pode alguém ser tão desafiador e, ao mesmo tempo, tão dependente, a ponto de se mostrar pueril, até infantil (WINNICOTT, 2005a, p. 171-172).

Há neles um grande esforço por evitar a solução falsa, razão pela qual desafiam e espicaçam a sociedade. Em alguns casos agregam-se a outros

adolescentes que produzem um sintoma tendo em vista não possuírem energia suficiente para fazê-lo por si.

Em muitos momentos de sua obra, Winnicott chama a atenção do universo adulto para o que chama de inveja da adolescência: “A grande ameaça proveniente da adolescência é a ameaça àquele pedaço de nós mesmo que não teve realmente adolescência” (WINNICOTT, 2005a, p. 175). E acrescenta adiante:

Mas o jovem não dormirá, e a tarefa permanente da sociedade em relação a ele é deter e conter, evitar tanto a falsa solução quanto a indignação moral causada por ciúme da juventude. O potencial infinito é a possessão preciosa e fugaz do jovem. Isso gera inveja no adulto, que está descobrindo em sua própria existência as limitações do real (WINNICOTT, 2005a, p. 179).

Numa conferência proferida em 1955, caracteriza a criança normal como aquela oriunda de um lar que contribuiu para sua estruturação psíquica e que, por isso, recebe da escola o que essa lhe tem a oferecer ao tempo em que contribui com esse ambiente. Já a criança desajustada,

[...] necessita de um ambiente que enfatize mais a administração do que o ensino; o ensino é uma questão secundária e pode, às vezes, ser especializado, de natureza mais corretiva do que de instrução em matérias escolares. [...] **no caso de crianças anti-sociais não são professores de escola que acrescentam aqui e ali uma pitada de compreensão humana; são, de fato, psicoterapeutas de grupo que acrescentam uma pitada de ensino** (WINNICOTT, 2005a, p. 215, grifo nosso).

Daí o fato de propor um estudo sobre a psicologia dos grupos a partir do desenvolvimento individual, processo contínuo motivado tanto pelo instinto (interior) como pelo ambiente, que tem destaque em sua obra. A criança caminha da dependência para a independência, pelo qual o indivíduo identifica-se com grupos cada vez mais amplos sem perder o senso de si-mesmo e de espontaneidade individual. Nesse contexto, a vida escolar possibilita uma ampliação das convivências.

Após retomar elementos da função *holding*, já expressos aqui, explica que antes da integração o indivíduo é inorganizado, inarticulado, mera coleção de fenômenos sensório-motores, reunidos em um ambiente suportador. Depois da integração o indivíduo É (EU SOU). Possui uma membrana limitadora entre o que é e não é (repudiado e externo). Tem um interior, um conteúdo, no qual pode reunir experiências. Contudo, por ser um EU SOU ainda incipiente, a dependência do meio é muito grande e só os braços de outro podem suportá-lo permitindo que ele se

arrisque. A pele do corpo é também a membrana do psiquismo. Antes da integração o indivíduo só existe para aqueles que o observam. Começa a ter um eu.

Somente depois da integração podemos falar da cólera do nascituro. Antes existe apenas uma formação primitiva pré-grupo na qual “os elementos não-integrados são aglutinados por um ambiente do qual ainda não estão diferenciados. Esse ambiente é a mãe sustentadora” (WINNICOTT, 2005a, p. 219).

Quando a junção no indivíduo é de unidades relativamente não integradas, essa decorre mais da cobertura que das unidades. Logo, ficam contentes por estarem cobertos; exploram a situação, tornando-se dependentes e regredindo para a não-integração; utilizando-se da cobertura (até mesmo pela paranóia) e independente uns dos outros, conquistam alguma integração. Os mecanismos de cobertura são submetidos a grande tensão. Os que se integram estão aptos a grupo de integrados, nos quais os próprios indivíduos (e não a cobertura) promovem a integração. Alguns permanecem dependentes da cobertura e, portanto, necessitam ser mandados por toda uma vida.

Faltou ao sujeito antissocial e ou que delinque o ambiente suficientemente bom que lhe proporcionasse a construção de um ambiente interno. Defende, então instituições que lhe proporcionem o que lhe faltou no lar, o que para Winnicott, em vários momentos de sua escrita, um substituto da psicoterapia individual. Afirma o autor:

Quanto mais pensamos nessas coisas, melhor entendemos por que os bebês e as crianças pequenas necessitam absolutamente do *background* de suas próprias famílias e, se possível, da estabilidade do ambiente físico; e, a partir dessas considerações, vemos que as crianças privadas de vida familiar ou são dotadas com algo pessoal e estável quando ainda são suficientemente jovens para fazer uso disso em alguma medida, ou então nos obrigarão mais tarde a fornecer-lhes estabilidade sob forma de um reformatório ou, como último recurso, das quatro paredes de uma prisão (WINNICOTT, 2005a, p. 134).

Uma das grandes marcas de Winnicott é a valorização do ambiente na constituição psíquica dos sujeitos. Um *background* familiar é fundamental para a estabilidade do ambiente que dará suporte ao futuro adulto. Quando esses recursos faltam, devido a por episódios de privação, serão necessárias as instituições para que se faça o que o ambiente familiar não foi capaz. Assim, o autor destaca importante função para as instituições.

Winnicott faz ao longo de sua obra uma defesa muito especial do enquadre do ambiente externo. Para ele:

é preciso lembrar que a preservação da lei e da ordem é necessária às crianças, e será um alívio para elas, pois significa que a vida no alojamento e as coisas boas que ele representa serão preservadas, a despeito de tudo que elas possam fazer (WINNICOTT, 2005a, p. 79).

Em artigo escrito para professores em 1939 explica sobre as origens da agressividade, que para ele é uma energia instintiva comum a todos os seres humanos. Já quando essa energia apresenta-se como violência, a compreende como manifestação de uma privação sofrida na infância.

Para esse autor, todos nós manifestamos em tenra idade o amor e o ódio que existe em plena potência em nós. Contudo, alguns encontramos um ambiente que consegue ser continente da destrutividade que existe em nós e nos tranquilizamos com esse suporte. Outros muitos, no entanto, ao não encontrar no ambiente externo esse suporte e continência, temerosos, omitem sua destrutividade, construindo contra ela um Superego à altura de controlá-la. Explica:

Sem tentar nos aprofundar muito na origem das forças que lutam pelo predomínio dentro da personalidade, posso assinalar que, quando as forças cruéis ou destrutivas ameaçam dominar as forças de amor, o indivíduo tem de fazer alguma coisa para salvar-se, e uma das coisas que ele faz é por para fora o seu íntimo, dramatizar exteriormente o mundo interior, representar ele próprio o papel destrutivo e provocar seu controle por uma autoridade externa. O controle pode ser estabelecido desse modo, na fantasia dramatizada, sem sufocação séria dos instintos, ao passo que o controle interno necessitaria ser realmente aplicado e resultaria num estado de coisas conhecido clinicamente como depressão (WINNICOTT, 2005, p. 99).

A atitude antissocial seria assim a versão dramatizada de um mundo fantasmático interno terrível demais para o sujeito. Logo, essa atuação é endereçada a uma esperança de controle, o que é tarefa dos adultos de referência, proporcionando uma autoridade confiante, “dentro de cujos limites um certo grau de maldade pode ser dramatizado e usufruído sem perigo” (WINNICOTT, 2005a, p. 101). Alerta, contudo, sobre a importância do manejo da autonomia do adolescente por meio de uma retirada gradual dessa autoridade, o que sugere que, no caso das instituições, seja feito por grupos com características próximas de privação e consequente necessidade de enquadre.

É tarefa de pais e professores cuidar para que as crianças nunca se vejam diante de uma autoridade tão fraca a ponto de ficarem livres de qualquer controle ou, por medo, assumirem elas próprias a autoridade. A assunção de autoridade provocada por ansiedade significa ditadura [...] (WINNICOTT, 2005a, p. 101).

Ao longo de sua obra faz reiteradas críticas ao que denomina sentimentalismo, que para ele é uma negação inconsciente da destrutividade constitutiva do humano, restando à criança e ao adolescente o caminho da atuação, pois “o que se faz necessário é uma atitude não sentimentalista [...]. Nenhuma manifestação de amor é sentida como valiosa se não implicar agressão reconhecida e controlada” (WINNICOTT, 2005a, p. 102).

Um dos objetivos da educação é tornar o indivíduo capaz de drenar cada vez mais o instintual, o que envolve “a capacidade crescente para reconhecer a própria crueldade e avidez, que então, e só então, podem ser dominadas e convertidas em atividade sublimada” (WINNICOTT, 2005a, p. 102). Cabe ao mundo dar suporte à criança para que descubra as “formas de lidar com o choque de reconhecer a existência de um mundo situado fora do seu controle mágico” (WINNICOTT, 2005a, p. 109).

O ambiente suficientemente bom permite a integração da mãe-objeto, que promove a satisfação das necessidades da criança, com a mãe-ambiente, que é *holding*, apesar das adversidades.

Winnicott refuta a teoria da sociopatia tão difundida em nossos dias, o que segundo ele não resiste a um exame acurado que demonstre o que a criança era antes da experiência de privação. Para ele as crianças costumam seguir um padrão: as coisas corriam bem, há uma perturbação, a criança é exigida além de sua capacidade e as defesas do Ego desmoronam; a criança reorganiza-se com base em um novo modelo de defesa do ego, inferior em qualidade; a criança começa a ter esperanças de novo e organiza atos antissociais na esperança de compelir a sociedade a retroceder com ele para a posição em que as coisas deram errado, e a reconhecer esse fato. Para ele:

uma criança vítima de privação está doente, e será simplismo imaginar que um reajustamento ambiental provocará uma reviravolta na criança, que deixará de ser doente para ser saudável. Na melhor das hipóteses, a criança que poderá beneficiar com o simples provimento de um ambiente começará a melhorar e, quando passar de doente a menos doente tornar-se-á cada vez mais capaz de enfurecer-se com as privações passadas. O ódio ao mundo está em algum lugar, e enquanto esse ódio não for sentido não poderá haver saúde (WINNICOTT, 2005a, p. 198).

Na ausência de um ambiente suficientemente bom, o ódio é reprimido ou perde-se a capacidade para amar pessoas, instalando-se outras organizações defensivas na personalidade do indivíduo.

Percebe-se das ideias do autor em tela que os sintomas antissociais são tentativas de recuperação de um ambiente existente em sua esperança. Normalmente fracassam não apenas por serem dirigidas de modo errado, mas pela falta de consciência do que está acontecendo.

A criança antissocial necessita, portanto, de um ambiente especializado que possua um objetivo terapêutico e seja capaz de dar uma resposta fundamentada na realidade à esperança que se expressa através dos sintomas. Isso, entretanto, tem que ser feito por um longo período, para tornar-se eficaz como terapia (WINNICOTT, 2005a, p. 201).

Defende em vários momentos de sua produção a existência de pessoas intermediárias que façam a parte burocrática entre os alojamentos e as autoridades.

A assistência à criança é realmente um processo em tempo integral e deixa a pessoa que está realizando o trabalho com poucas reservas emocionais para enfrentar os procedimentos administrativos ou as grandes questões sociais representadas, em certos casos, pela polícia (WINNICOTT, 2005a, p. 202).

Há momentos na obra de Winnicott em que se discute muito a condição da adoção à luz de sua teoria e, apesar de não ser objeto desse estudo, convém abordá-lo, tendo em vista os esclarecimentos que faz em torno da continência e suporte do ódio dos sujeitos antissociais e que infracionam. Esses sujeitos são especialmente hábeis em provocar o tratamento áspero na tentativa de trazer para o presente uma maldade que possa ser recebida com ódio, os adultos que aceitarem essa convocação e ocuparem esse lugar presenciarão o alívio que o sujeito experimentará através da expectoração do ódio para o palco externo.

Apresenta como característica comum dos sujeitos privados a tendência para idealizarem seu próprio lar tal como é, situação muito comum entre os nossos sujeitos de pesquisa, especialmente com a figura da mãe. Se os adultos referências dos adolescentes com posturas antissociais ou infracionais conseguem absorver as ondas periódicas de sentimento negativo e sobreviver a elas, poderão aproximar-se cada vez mais de uma nova e mais segura (porque menos idealizada) relação com esses sujeitos.

O objetivo da grande instituição é que a criança tenha ordem a partir do externo no lugar do caos que ameaça seu mundo interno. Assim, poderão descobrir humanidade entre elas próprias, e podem chegar mesmo a dar valor à severidade,

na medida em que implica estabilidade. Reforça que “[...] o rigor do ambiente é a base, as crianças sentir-se-ão desorientadas se em tal ambiente houver exceções e escapatórias. Se é preciso haver um ambiente rigoroso, então que seja coerente, confiável e justo, para que possa ter valor positivo” (WINNICOTT, 2005a, p. 207).

Critica severamente as meias soluções que o Estado busca dar com economia de recursos e defende que há poucas crianças/adolescentes por adultos de referência.

[...] O bom trabalho deve ser pessoal, para que não seja cruel e torturante para a criança e o assistente. O trabalho só vale a pena ser feito se for pessoal e se aqueles que o estão realizando não forem sobrecarregados. É preciso lembrar que, se os assistentes aceitarem um excesso de trabalho, estarão fadados a ter fracassos e acabarão por aparecer estatísticas para provar que está tudo errado e que os métodos ditatoriais são mais eficazes pra fornecer operários às fábricas e empregadas domésticas às casas de família (WINNICOTT, 2005a, p. 210).

Winnicott denuncia o quanto temos construído falsos-*self* numa tentativa frustrada de se para atender às demandas do outro, apesar de não se encontrar ao alcance de nosso *self* sê-lo. Para o psicanalista britânico é muito comum ocorrer uma cisão da personalidade na qual o indivíduo apresenta uma vitrine, ou uma metade voltada para fora, construída com base nas demandas do mundo para com ela, ao passo que uma outra “é mantida em segredo e permanentemente envolvida em relações ocultas com objetos de fantasia idealizados” (WINNICOTT, 2005a, p. 199).

Em conferência realizada em novembro de 1970, pouco mais de um mês antes de morrer, ao falar da importância da oferta de confiança por parte das instituições em decorrência do caos dos ambientes de origem dos privados, explica a razão de desenvolverem um falso-*self* como saída para lidar com as demandas do mundo:

[...] a sagrada área central da personalidade deve manter-se escondida e inacessível, para que nada lhe possa fazer nem bem nem mal. O ambiente frustrador produz confusão mental e a criança poderá desenvolver-se permanentemente confusa, nunca organizada, no sentido de orientação. [...] Na realidade, passam a vida escondendo algo que se poderia chamar de seu verdadeiro eu. Talvez vivam algum tipo de vida em termos da franja formada pelo falso eu, mas o sentimento de existir estará vinculado a um verdadeiro eu, central e inacessível (WINNICOTT, 2005a, p. 254).

Numa palestra para magistrados, alerta a esses sobre os riscos e desafios de se negligenciar o inconsciente em suas atividades jurídicas e critica os caminhos que assumem por desconsiderarem esse fato. “Temos até magistrados

que não enxergam que os ladrões estão inconscientemente procurando algo mais importante do que bicicletas e canetas tinteiro” (WINNICOTT, 2005, p. 128).

Lembra à sua plateia que o crime produz sentimentos de vingança pública e os magistrados, antes de mais nada, expressam esses sentimentos e o fazem no sentido de destacar um grande perigo:

que aqueles que desejam que os infratores sejam tratados como pessoas doentes (como são, de fato) sejam contrariados tanto quanto estão, ao que parece, tendo êxito, se não levar em conta o potencial inconsciente de vingança. Seria perigoso adotar-se um objetivo puramente terapêutico nas decisões judiciais (WINNICOTT, 2005a, p. 129).

Em inúmeros momentos de sua obra, Winnicott reforça que o tratamento da infracionalidade é uma questão de saúde pública e não da segurança. Conforme já visto, afirma o sucesso de sua empreitada pelo fato de estar vinculado ao equivalente no Brasil do Ministério da Saúde e não ao Ministério da Justiça.

Mas reconhece que há casos nos quais o indivíduo levado a tribunal já chegou a um ponto para o qual o alojamento não é suficiente, seja porque terão que ser submetidas a um controle muito rígido, prejudicial para os sujeitos que não se encontram tão doentes, seja porque encontra-se envolvida a vingança pública. Para esses, defende a atuação das forças de segurança.

Emergirá em inúmeros momentos de sua fala a dificuldade de tratamento da infracionalidade, quando o sujeito já desenvolveu ganhos secundários com essa postura. Aposta muito que as sociedades possam fazer em tempos de paz aquilo que ele foi levado a fazer com muito sucesso em tempos de guerra: ofertar instituições que fossem suporte e continência para as crianças e adolescentes que apresentem atitudes antissociais.

Para o autor, “[...] o tratamento da tendência antissocial não é psicanálise, mas administração, uma conduta no sentido de ir ao encontro do momento de esperança e corresponder a ele” (WINNICOTT, 2005a, p. 139). Segundo o psicanalista, “quando os supervisores e o pessoal de um alojamento conduzem uma criança através de todos os processos, *eles realizam uma terapia que é certamente comparável ao trabalho analítico*” (WINNICOTT, 2005a, p. 146).

Para Winnicott, a democracia é um tipo de agrupamento proporcional ao grau de maturidade e integração dos indivíduos. Destaca em inúmeros momentos de

sua obra a observância desses princípios para o trabalho de grupo com crianças desajustadas:

Essa palavra desagradável - desajustamento - significa que, em alguma data precoce, o ambiente não se ajustou adequadamente à criança e esta vê-se forçada, portanto, a assumir o trabalho de cobertura e, assim, a perder a identidade pessoal, ou então pressionar a sociedade, forçando outra pessoa a agir como cobertura, de modo que uma oportunidade possa surgir para um recomeço com a integração pessoal (WINNICOTT, 2005a, p. 221).

Resta aos sujeitos desajustados duas alternativas: aniquilar o verdadeiro eu ou convocar a sociedade para que lhe forneça a cobertura, condição para que o verdadeiro eu possa emergir. Defende, portanto, que os sujeitos sejam agrupados segundo o grau de cobertura que necessitam. Em alguns momentos da obra desse autor, ficamos com a impressão de que ele ao propor a divisão dos grupos por grau de (auto/hetero)nomia defende que se permita as catarses dos relativamente privados.

Em conferência proferida em 1965, discute a questão da liberdade nas escolas progressistas, e reforça a importância de uma avaliação prévia dos sujeitos, lembrando que refuta os diagnósticos paralisantes. Faz, portanto, uma defesa de um trabalho mais individualizado com as crianças e adolescentes e alerta para um desafio das escolas progressistas: desconsiderar que os indivíduos encontram-se em graus distintos de integração e correr o risco de não reconhecer que a melhor educação a crianças normais estará viciada pelo fato de que uma grande proporção dos alunos não estará apta a empenhar-se na aprendizagem porque está concentrada numa tarefa mais importante, qual seja: a descoberta e o estabelecimento de sua própria identidade (resultante da perda do senso de identidade que acompanha a privação).

Reforça que a primazia do trabalho pedagógico da escola não está na proficiência acadêmica, visto que possa ocorrer de que tudo o que a escola tenha a fazer em algum momento seja esforçar-se por não cair na sabotagem do aluno pela sua exclusão até o momento que esse tenha condições de considerar áreas mais amplas de sua existência.

Para Winnicott essa é a condição para o título de progressista, do contrário “[...] a escola tenderá a converter-se gradualmente numa escola comum adequada à educação de crianças saudáveis de famílias inatas, mas deixou simplesmente de ser progressista” (WINNICOTT, 2005a, p. 241-242).

Uma das grandes características de Winnicott é sua humildade. Na conferência de novembro de 1970, faz uma (auto/hetero)crítica à empáfia que o conhecimento pode produzir em nós. Defende a necessidade de crescermos com humildade e faz apologia dos fracassos como professores dessa difícil tarefa.

Winnicott (2005) faz uma grande defesa das instituições como caminho para a terapia dos sujeitos, afirma que após anos de dedicação psicoterápica “Bem depressa eu aprendi que a terapia estava sendo feita na instituição, pelas paredes e pelo telhado [...] A terapia estava sendo realizada pelo cozinheiro [...]” (WINNICOTT, 2005a, p. 250). O ambiente é crucial no tratamento dos sujeitos para Winnicott: “o único ambiente que pode lidar com elas (crianças antissociais) adequadamente como indivíduos é o estabelecimento residencial” (WINNICOTT, 2005a, p. 253), visto trazerem consigo ambiente interno muito frágil, justificando daí a necessidade de provisão ambiental suficientemente boa que tenha sido incorporada e ajustada num sistema de crença nas coisas. “[...] É o desenvolvimento da confiança, ou qualquer outro termo que seja mais apropriado no caso, que constitui o requisito prévio para a eficácia de uma interpretação clássica correta” (WINNICOTT, 2005a, p. 253).

Para ele, apesar da importância da palavra, anterior a isso, no trabalho residencial (como chama a provisão do ambiente doméstico feito pelas instituições), “[...] podemos deixar de lado a verbalização e o material que está pronto para a interpretação, porque a ênfase recai sobre o suprimento total que é o ambiente” (WINNICOTT, 2005a, p. 254).

Para tanto defende a necessidade de o ambiente ofertar confiabilidade, haja vista a descrença de sujeitos oriundos de lares caóticos, o que equivale a dizer: imprevisibilidade, iminência de traumatismos o que faz com que desenvolvam um falso-*self* para lidar com as demandas do mundo, conforme já discutido aqui. Todavia, para tanto, o ambiente deverá proporcionar-lhes a segurança que o lar originário lhes negou. Deve-se fugir do moralismo inócuo; não se deve esperar por gratidão. Ao contrário, estar pronto para a atitude antissocial, que para ele manifesta-se quando há melhora/esperança. Para o eminente psicanalista:

[...] a tarefa de vocês não é curar os sintomas ou pregar moralidade ou oferecer suborno. Sua tarefa é sobreviver. Neste contexto, a palavra sobreviver significa não só que vocês continuarão vivendo e que conseguirão passar por isso ileso, mas também que não serão provocados à retaliação. Se vocês sobreviverem, então, e só então, poderão sentir-se usados de um modo perfeitamente natural pela criança que está se

tornando uma pessoa e adquiriu recentemente a capacidade para fazer um gesto de natureza amorosa um tanto simplificada (WINNICOTT, 2005a, p. 257).

Finaliza essa defesa afirmando que

Pode ser uma espécie de amor, mas, com frequência, tem que parecer mais um ato de ódio e a palavra-chave não é tratamento ou cura, mas sobrevivência. Se vocês sobreviverem, a criança terá oportunidade de crescer e vir a ser algo parecido com a pessoa que deveria ter sido se um infausto colapso ambiental não tivesse acarretado o desastre (WINNICOTT, 2005a, p. 258).

Ele promove uma ampla defesa do tratamento institucional “[...] o distúrbio psicológico é imaturidade, imaturidade do crescimento emocional do indivíduo, e esse crescimento inclui a evolução da capacidade do indivíduo para relacionar-se com pessoas e com o meio ambiente, de um modo geral” (WINNICOTT, 2005a, p. 266).

A psicoterapia desses sujeitos, segundo o autor, deve ser orientada no sentido de capacitá-los a completarem o desenvolvimento emocional, que significa muita coisa, inclusive “o estabelecimento de uma boa capacidade para sentir a realidade de coisas reais, internas e externas e o estabelecimento da integração da personalidade individual (idem, p. 133).

Assim como asseverou Aichhorn e Erikson e muito perto daquilo que temos vivenciado na clínica com esses sujeitos, é comum que os jovens, com receio de perderem o nosso afeto, nos coloquem seus imensos monstros e tranquilizem-se quando percebem que no mundo compartilhado pela fala esses fantasmas não são tão grandes como imaginavam e que permanecemos ali com o mesmo afeto e respeito.

Ao longo de sua atuação e escrita, faz verdadeira reverência aos profissionais que atuam com crianças e adolescentes com posturas antissociais e ou infracionais. Para ele, encontrava-se aí o sucesso dos trabalhos que dirigiu. Para Winnicott (2005, p. 75), “o fundamental era, como dissemos, fornecer estabilidade e, sobretudo, estabilidade emocional ao pessoal dos alojamentos, embora, é claro, isso nunca pudesse ser plenamente conseguido.”

Essa é uma meta que perseguiu a tal ponto que alguém disse em tom de crítica que as instituições que criou pareciam ter sido mais para os profissionais do que para as crianças.

Defendia uma convivência sistemática desses profissionais com as crianças e adolescentes, mas também períodos de folga, férias compulsórios, horários de descanso. Era preciso que estivessem revigorados para o difícil trabalho que reconhecia. Afirma que

É a natureza permanente do lar que o torna valioso, mais do que o fato de o trabalho ser realizado com inteligência. A educação dos supervisores no próprio trabalho é importante e foi discutida antes como parte da tarefa do psiquiatra e da assistência social psiquiátrica. [...] quando as crianças são antissociais, a administração tem de ser forte e não pode evitar ser ditatorial (WINNICOTT, 2005a, p. 77).

Afirma ainda sobre a disponibilidade dos profissionais de “perderem” alguns anos de suas vidas para viverem uma experiência genuína com os sujeitos antissociais.

Nos lembra que “uma equipe de trabalho inadequada não só torna impossível o tratamento pessoal como leva a problemas de saúde e colapso entre seus próprios membros, interferindo, portanto, na continuidade das relações entre eles, essencial nesse tipo de trabalho” (2005, p. 83). Situação que percebemos muito comum nas Unidades de Internação do Distrito Federal pelas quais passamos. Esclarece que

Deve haver algum vínculo pessoal entre a clínica e o alojamento, alguém deve conhecer alguém. Se ninguém conhece ninguém, então desenvolve-se a suspeita, porque na imaginação existem maus pais, maus médicos, maus supervisores, maus alojamentos e até maus ministérios. E por maus entendo malignos. Se um médico ou um supervisor é conhecido por não ser bom, ele é facilmente sentido como maligno (WINNICOTT, 2005a, p. 85).

Por vários momentos tivemos o nosso trabalho afetado pelas disputas de poder que são tão comuns na socioeducação. Tivemos um fôlego com a obra de Baptista (2013). Em alguns momentos tivemos que convidar os colegas que nos ajudavam na intervenção a se afastarem das batalhas sempre comuns de todos contra todos.

Winnicott afirma que “podem-se conceber todos os tipos de planos, esquemas e idéias mas, na prática, o bom trabalho é sempre feito por algum indivíduo que esteja em íntimo contato com a criança que está em dificuldades” (2005, p. 187).

Afirma o autor que

não é possível fazer a coisa certa por uma criança promulgando uma lei ou instalando uma engrenagem administrativa. Essas coisas são necessárias, mas constituem apenas um primeiro e melancólico estágio. Em todos os casos, um tratamento apropriado de uma criança envolve seres humanos, e esses seres humanos têm que ser do tipo certo (WINNICOTT, 2005a, p. 201).

Tanto aprendemos e sincronizamos com Winnicott que fica difícil dizer o que da produção teórica dele tivemos a oportunidade de ver semelhante junto a nossos sujeitos de pesquisa, porque é tudo o que foi expresso aqui, conforme demonstraremos quando discutirmos alguns elementos da psicanálise na história psíquica de nossos sujeitos de pesquisa.

Mas, especialmente gostaríamos de destacar a importância do mundo adulto e das instituições no acolhimento, continência e suporte dos sujeitos dissociados e ou infracionais e as formas como deveríamos nos portar junto aos privados, sem a ideia de regra geral que é hegemônica em nossos dias .

Voltaremos a essa questão quando discutirmos a prevenção.

Maud Mannoni

Também encontramos contribuição nos escritos da educadora e psicanalista Maud Mannoni, leitora de Françoise Dolto e Jacques Lacan, segundo a qual a infracionalidade é desvairio do adolescente insatisfeito pela ausência paterna, cuja mãe não soube introduzir por meio de seu discurso, o nome do pai, o que favoreceu a identificação da criança com uma mãe abandonada. “O adolescente em perigo moral, o delinquente, foram crianças difíceis em determinado momento” (MANNONI, 1983, p. 48).

Mannoni defendia que a comum crise é expressão de um mal-estar no interior da fratria, ou de um mal-entendido com os pais que se desdobram em disrupções que transbordam para a vida pública, a começar pela Escola até o ato infracional. Para a educadora psicanalista:

A presença real do pai não é indispensável: o que parece indispensável é a presença do pai no discurso da mãe. Quando o pai não faz a lei para a mãe, quando essa não o estima ou não o respeita suficientemente, sempre encontramos os efeitos disso ao nível da criança, particularmente na de sexo masculino (MANNONI, 1983, p. 48).

O que de fato escutamos das mães foi uma condenação desse pai por não estarem como companheiro do que como pai. Não desconsideramos o ônus da

responsabilidade de criar uma criança sem a presença de um pai, tema ao qual retornaremos em item próprio.

A psicanálise permite ao sujeito ter seus próprios desejos não alienados nos dos adultos. Para a educadora as crianças e adolescentes disruptivos não são perversas, no que concordamos, mas sujeitos cuja constituição psíquica é comprometida por uma situação familiar nociva que as impede a dissolução saudável do Édipo. Assim, enquanto não houver um Outro da castração, continuará trilhando o mesmo caminho:

[...] toda uma gama de distúrbios que vão desde a dificuldade caracterial simples até a infracionalidade caracterizada. Basta, às vezes, um excesso de mal-entendido para transformar um neurótico que pede ajuda num delinquente que a recusa (MANNONI, 1965/1983, p. 54).

Apesar de termos lido pouco com os escritos de Mannoni, não obstante nosso respeito e admiração pelo trabalho dela com os excluídos, nos sentimos bastante contemplados com os conhecimentos que ela compartilha conosco sobre o nosso objeto de estudo.

Charles Melman

Charles Melman, é conhecido psiquiatra e importante debatedor da psicanálise contemporânea de orientação lacaniana, que nos lembra não haver subjetividade organizada fora do laço social (outro/Outro). Para o autor, aquele que delinque acessa o objeto pela apreensão, pelo raptó, pela violação, diferente dos neuróticos que organizam o objeto pelo símbolo.

Segundo Melman (1992, p. 44) “as condutas do delinquente são simbólicas de uma falta, e de uma falta essencial, uma vez que é a falta de acesso dos objetos que conta”. O que está em questão no ato delinquente não é a falta dos objetos para o adolescente que delinque, mas a falta de acesso ao falo enquanto objeto que deveria comandar o gozo, o que equivale a dizer que ocorre uma falha de tomada pela ordem simbólica na medida em que esta dá acesso àquele.

Para ele, não há outra maneira de aquele que delinque

entrar em relação com o falo, de detê-lo, de possuir dele uma parte, se deseja manter-se na virilidade. [...] O ato delinquente não é o feito de um sujeito [...] mas se executa em um estado crepuscular, com uma sorte de

obnubilação da consciência [...] como se apenas após a execução do ato, pudesse o sujeito ex-istir ligado à posse e contemplação do objeto (MELMAN, 1992, p. 45).

Esta citação merece uma epígrafe em nossa tese, tamanha a relevância e elucidação que nos ajuda ter de nossos Guri. O ato infracional foi claramente, para muitos de nossos sujeitos, uma tentativa de compensar uma fragilidade (fálica). O produto dos roubos muito pouco ou nunca convertiam-se em produtos que garantissem ou ajudassem a subsistência da família. Eram sempre convertidos em roupas e calçados de marcas consagradas, drogas, armas, carros, motos, festas onde predominava a ostentação. Os objetos que os adolescentes autores de ato infracional roubam tem o valor de um símbolo: “de uma tomada e posse daquilo que lhes falta” (MELMAN, 1992, p. 59).

Para o psicanalista, tais biografias se ancoram em contextos de pais reais demasiadamente desprovidos e denunciados “[...] em falta com relação à referência fálica para poder funcionar como aquele que seria capaz de introduzir seu produto na cadeia simbólica” (1992, p. 46).

Melman tenciona o risco de que a punição dos adolescentes autores de ato infracional restrinja-se ao real afastando-se da dimensão simbólico, que é o que de fato importa nesses atos. Em outros termos, considera a infracionalidade como decorrente da falta de reconhecimento simbólico do Nome-do-Pai. A essa questão retornaremos quando discutirmos o pai.

Para o autor, esses adolescentes guardam em si uma convicção (inconsciente) de que algo em relação a ele não foi cumprido, o que o faz colocar em questão “o conjunto dos mecanismos sociais aos quais atribuirá a responsabilidade dessa falta, não sabendo, evidentemente, a quem e o que culpar” (MELMAN, 1992, p. 53-54), o que de fato escutamos de muitos deles.

Dessa forma, Melman não reconhece no ato delinquente a responsabilidade de um sujeito, mas o desejo de sê-lo, de se fazer um nome, de se fazer reconhecer, o que é tão caricato nas pichações de alguns desses jovens. Na Unidade consomem boa parte de seu tempo no duelo político dos módulos. Recordo especialmente de fala do Guri 5 que, além de todo o desempoderamento e faltas de uma vida, foi tomado como refém em um motim, tendo sido usado como escudo humano com severos danos físicos. Em certo atendimento me disse, sem falar, que

seu sonho era poder cometer um ato “cabuloso” para adquirir o respeito de seus pares.

Em nosso mergulho empírico, constatamos a grande pertinência das ideias de Melman para a tradução do universo psíquico de nossos sujeitos de pesquisa, questões às quais retornaremos mais adiante quando da discussão da história psíquicas desses sujeitos.

Teóricos do traumatismo

Importante contribuição em nossa caminhada acadêmica e clínica se deu com os teóricos da adolescência e traumatismo, conforme já discutido aqui. Para essa linha teórica, a violência do adolescente é resposta ao traumatismo imposto pelo real da puberdade mal suportado pela fragilidade psíquica dos sujeitos, o que encontra ancoragem também em seus romances familiares, contextos sócio-históricos e comunitários e na fluidez das mediações simbólicas de nosso tempo.

Trata-se de atuação, expectoração, regurgito do que não consegue ser contido, digerido, elaborado, ligado no mundo interno, ultrapassado que se encontra pela intensidade das sensações impostas. Há, portanto, implicitamente nesta ação, a tentativa de encontrar, no palco externo, o que não está conseguindo no palco interno. Falamos da paradoxal relação de violação e convocação do outro (MARTY, 2006; 2010; IMBERT, 1994). Além dos autores citados neste último momento: Winnicott, Erikson, Klein, Lacan e Aichhorn.

Conforme discutido em Evangelista (2012), etimologicamente, trauma significa ferida. Para os teóricos do traumatismo, representa a consequência de um choque sobre o psiquismo do sujeito, decorrente do encontro entre o externo (evento) e o interno (fantasma) com insuficiente regulação do psiquismo, que não consegue atuar como continente do que vem do exterior, consequência prejudicial que resulta da síntese possível feita pelo sujeito, um vazio de simbolização que não foi passível de assimilação, integração e representação.

Ante o trauma provocado pelo real do corpo e toda a conflitiva do sintoma da adolescência, quando não haja recursos psíquicos capazes de elaborar esses eventos, resta o recurso à ação, que Marty considera como um “segundo tempo do traumatismo” (2010, p. 61), o que para ele representa a um só tempo defesa e tentativa de elaboração da angústia com expectoração objetos destrutivos,

ocasionando um curto-circuito do pensamento, oclusão e não simbolização de uma parte da realidade que faz retorno ao real; tentativa de preencher um vazio interior, de nadificação, de simbolização; atualização de conteúdos inconscientes por meio de descarga canalizada para o corpo como modo primitivo de evacuação da tensão tão comum na agitação motora dos bebês que tende a diminuir à medida em que é inserido no mundo da simbolização.

Marty utiliza-se da metáfora de uma aranha que faz uso de um aparelho digestivo externo a ela por não possuir os recursos fisiológicos necessários para essa síntese para explicar a busca que o adolescente faz do outro como recurso, ainda que involuntário, para dominar, suturar ou evacuar a angústia. O “ato³⁹ é o equivalente ao processo de pré-digestão da aranha, e o outro é o seu receptáculo. [...]” O ato é “prótese do pensamento, e não somente seu curto-circuito.” (MARTY, 2010, p. 53). Todavia, convém lembrar com Houssier que “a natureza do ato nunca dá conta da problemática psíquica em jogo” (2010, p. 90).

O ato é ainda a tentativa de sair de uma condição de passividade, determinada pelo real da puberdade no corpo, além de ser uma reação contra o fantasma de ser penetrado. Para Houssier (2010), Marty (2006; 2010) e Saviotto (2010) a violência adolescente traduz tentativa de recusa à passividade e à feminilização, o que endossa a defesa kleiniana de que o adolescente delinquente está, a todo tempo, tentando provar a sua masculinidade.

Contudo, Houssier acrescenta não tratar-se de mera tentativa de lançamento de ponte entre os conflitos inconscientes e o meio, visto tratar-se de “uma busca do objeto numa relação de confronto que não é somente desafio, mas busca de interiorização” (2010, p.97).

Segundo Mayer (2001), o ato pode ser compreendido também como um curto-circuito que se deu entre o impulso e a ação na qual o processamento psíquico é pulado. Diferencia o *acting out* da passagem ao ato, visto que a primeira modalidade de atuação é um ato de desdobramento e extensão de elementos inconscientes no qual uma significação oculta é possível ser entrevista (os lapsos, os atos falhos e o fenômeno da transferência). Pelo mecanismo do deslocamento, há um conteúdo psíquico desinvestido que é investido em outro. Por sua vez, as

³⁹ Ato aqui é discutido no sentido psicanalítico do termo e não no sentido jurídico, ou seja não se trata do ato infracional, mas de passagem ao corpo de descargas cujo psiquismo não foi capaz de elaborar/conter.

passagens ao ato são uma descarga, uma evacuação, que costuma ocorrer quando os *acting out*, reiteradamente, fracassaram, pois, “na passagem ao ato, o sujeito se precipita numa ação extrema que pressupõe uma ruptura e uma alienação radicais, com desmoronamento de toda mediação simbólica” (MAYER, 2001, p. 93).

De acordo com Freud (1924/2011), enquanto os neuróticos deslocam a angústia para o corpo (histeria), para os objetos (fobias), para o pensamento (obsessivos), os psicóticos clivam e recusam a parte da realidade que é traumatogênica. Os primeiros buscam transformar a realidade interna, enquanto os segundos a externa.

Discutindo essa questão, Marty afirma que:

Para os psicopatas e adolescentes presos nas problemáticas do agir e cuja estrutura repousa em bases narcísicas frágeis, a gestão da angústia é feita através do recurso ao ato. [...] O ato transforma a realidade, adaptando-a às possibilidades internas do sujeito. É um agir que se coloca a serviço das exigências pulsionais, para modificar a parte da realidade que não é compatível com essas exigências pulsionais. A descarga contida no ato contribui para canalizar o afluxo de excitações para a descarga motora (2010, p. 46-47).

A atuação é dos fenômenos mais comuns em uma Unidade de Internação. É comum que os jovens nos falem da sensação de serem possuídos por demônios que nada mais são que dimensões não ligadas de seus processos. As tentativas de suicídio e surtos são algumas das muitas manifestações desse fenômeno que presenciamos inúmeras vezes nos 17 (dezessete) meses que ficamos na intervenção.

Outro tema discutido por essa linha de autores que muito nos interessa é o narcisismo tão recorrente no modo de funcionamento psíquico de nossos Guris e que já foi discutido aqui quando refletimos sobre a subjetivação na condição pós-moderna. Freud (1914/2010 e 2010/1930) o denominou como o investimento libídico que o ego faz em si mesmo como reação a fragilidades que se apresentem. Costa (1998a) dedicou atenção especial a essa temática, segundo a qual o ego procura esquivar-se da angústia sentida pelo ego ante as mudanças e o desconhecido, dado seu caráter conservador.

Ante o ambiente hostil e ameaçador, resta aos nossos Guris o autoinvestimento narcísico, o que incomoda sobremaneira os adultos que lidam com eles.

As passagens ao ato nos falam de um desamparo, apesar de, paradoxalmente, ignorar e afastar o outro (MARTY, 2010), que, enquanto ser diferenciado, é negado por ser “narcisicamente assimilado sem possibilidades de consideração da alteridade, a não ser a título de objeto” (HOUSSIER, 2010, p.96).

Houssier retoma Anna Freud, para lembrar que o desinvestimento objetal se faz acompanhar do desinvestimento dos valores e dos interditos associados às figuras de quem ocupou as funções de pais, o que explica o potencial transgressor adolescente. Por transgressão Houssier compreende os atos que transpõem as regras ou a lei, como uma efração da lei simbólica, o que denota uma falha de simbolização, colocando a infracionalidade como sintoma, texto não manifesto de fala perdida, da qual tentamos decifrar a dimensão latente jamais uniforme.

Freud (1913/2010) havia apontado que, toda vez que a identificação com o pai e com suas funções simbólicas ameaçam desaparecer, o ato provoca o renascimento de um processo identificatório possível pela retomada masoquista da punição paterna. O enfrentamento a este pai é preferível ao abandono por parte dele. Para Houssier (2010), não é o abandono da mãe comumente associado aos conflitos da adolescência, mas o abandono do pai, como no caso de Totem e Tabu e na tragédia de Édipo.

Essas trocas objetais próprias da adolescência reedita o deslocamento do Ego Ideal para Ideal de Ego, agora sob a égide do narcisismo secundário, o que vulnerabiliza o sujeito, que titubeia mais intensamente entre o eixo narcísico e o alteritário (edípico) com os quais terá de (re)negociar para fazer a boa gestão desta travessia. Contudo, como reedição, depende das bases narcísicas arcaicas, reforçando a tensão entre dependência e autonomia e, conforme temos nos esforçado em demonstrar, as bases narcísicas de nossos sujeitos é extremamente fragilizada.

Marty (2005), em preciosa síntese sobre a violência juvenil evocará Gutton, para quem este processo convoca o “apoio narcísico parental”, um adulto que como tal coloque-se como suporte e continência desses sujeitos, suporte sua destrutividade e, como tão bem nos ensinou Winnicott (2005) acredite no espaço potencial de nossos Guris.

Acrescente-se a essa discussão, abordagem que já fizemos no item *Ecce Homo* adolescente e sobre o adolecer e subjetivar-se na pós-modernidade. Esperamos ter demonstrado um pouco da importância de refletirmos o fenômeno da infracionalidade pelo intrincamento do social-histórico com o psicossomático. No próximo capítulo veremos sobre as potencialidades da Escola e a fragilidade que a ela foi imposta pelo sistema perverso no qual nos encontramos inseridos.

Nas Considerações Finais, apresentaremos um esforço de síntese dessas várias percepções sobre a atuação infracional.

CAPÍTULO 5

O LUGAR DA ESCOLA JUNTO À Infracionalidade JUVENIL: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

Se os governantes não construírem escolas, em
20 anos faltará dinheiro para construir presídios.

Darcy Ribeiro

A Família e a Escola destacam-se como as duas mais importantes instituições socializadoras em nossa sociedade. Sobre a Família conversaremos mais quando da análise dos achados, tamanha a sua importância para o objeto desta tese. Neste capítulo tentaremos demonstrar a força da Escola na profilaxia e terapêutica nos processos de fraturas com o laço social, tendo o homicídio como analisador. Demonstraremos o quanto essa política vem sendo sucateada pelo Estado com desdobramentos em seus índices de desempenho e por fim tentaremos demonstrar nossa convicção da Escola como privilegiada política de prevenção.

Iniciamos esse doutoramento influenciados pela nossa caminhada pessoal acreditando muito na Escola enquanto instituição socializadora capaz de muito ser até mesmo para os casos em que a família, enquanto socializadora primária, não tenha conseguido inscrever devidamente os neófitos humanos na intersubjetividade.

Tão logo começamos a ler os dados e conhecer as histórias de vida de nossos Guris e Gurias, colocamos em xeque nossa hipótese, que logo foi reafirmada durante os atendimentos dos nossos sujeitos de pesquisa e com as leituras teóricas que buscamos para nos ajudar a enxergar o que víamos. Neste momento de parada para tomada de fôlego, digestão e síntese de tudo quanto achamos em nossas investigações, reiteramos nossa convicção: a Escola pode e faz muito, mas possui suas limitações que, se superadas, a liberam para fazer muito mais.

Arendt (1957/2016) já nos alertou para o fato de que a crise da educação é algo muito maior do que estamos comumente vendo, uma vez que obedece a interesses hegemônicos que nos ultrapassam em muito.

Neste primeiro item queremos demonstrar um pouco da potência da Escola tendo como analisador a correlação entre escolarização e a vitimização por homicídio.

Escolarização: escudo contra a infracionalidade juvenil?

Iniciamos nossa caminhada por colocar em pauta se a Escola pode exercer uma função profilática e terapêutica nos processos de fraturas com o laço social. Para tanto buscamos um conjunto de estudos econométricos que correlacionam a Escola com o fenômeno da violência tendo o homicídio, como objetivo analisador de nosso objeto de estudo.

Cerqueira e Coelho (2015) e Silva e Oliveira (2015) discutem a similaridade entre o perfil das vítimas de homicídio e dos autores de crimes e atos infracionais no Brasil. Distrito Federal (2013) - especificamente para o Distrito Federal - e Brasil (2012a; 2015a; 2015b) delineiam o perfil dos sujeitos privados de liberdade no país e Cerqueira et al. (2016a), Waiselfisz (2014; 2015) apresentam o perfil das vítimas: a maioria absoluta dos privados de liberdade neste país e das vítimas de homicídio são jovens (não necessariamente adolescentes), pobres, negros, de baixa escolaridade e oriundos dos territórios de vulnerabilidade. Também, nos EUA, o perfil de autores e vítimas de crimes violentos é muito similar, conforme analisa Fox (2000).

O Brasil é um país de grandes paradoxos também no que tange à violência letal, pois dentro de um mesmo município há bairros extremamente letais ao lado de outros extremamente pacíficos. O mesmo se dá com relação a estados e regiões. Conforme nos informam as estatísticas do ano de 2014, 59.627 indivíduos sofreram homicídio no Brasil, o que deveria ser objeto de investigações e intervenções mais atenciosas por parte do Estado para além da repressão torpe que é feita. E essa não é “apenas” uma discussão humanitária, mas também econômica. Ao fazermos um recorte etário, percebemos com Cerqueira et al. (2016a) que 53% dos óbitos de homens entre 15 e 19 anos de idade são ocasionados por homicídios.

Outro fator que chama a atenção é a discrepância dos índices até mesmo dentro da mesma região do país e do mesmo estado, o que denuncia a importância das políticas públicas no enfrentamento da questão, como é o caso de estados que

vêm baixando drasticamente o índice de homicídios, ao lado de outros fronteiriços que assistem a um acentuado incremento. Ilustrando melhor: enquanto oito estados tiveram incrementos superiores a 100% (todos do nordeste), outros oito estados tiveram diminuição das taxas de homicídio, destacando-se Pernambuco que apresentou uma redução de -27,3%. O mesmo podemos dizer para as taxas de encarceramento, conforme demonstra Brasil (2015a).

Os estados do Sudeste se destacam por terem saído da liderança do *ranking* de estados com maiores índices de homicídio, para estados que apresentam quedas consideráveis desde 2013. Essa disparidade dá-se mesmo dentro de estados, como é o caso de Minas Gerais, que possui quatorze microrregiões (divisão que é feita pelo IBGE) na lista das vinte mais violentas e sétima colocada na lista das mais pacíficas. É comum que se pense estarmos falando dos desafios dos grandes centros urbanos, mas oito das microrregiões que obtiveram as maiores diminuições das taxas de homicídios possuíam população superior a um milhão de habitantes (CERQUEIRA, 2016a).

Outro dado alarmante é a velocidade dos incrementos. Para que se visualize a gravidade dessa informação, a microrregião de Senhor do Bonfim (BA) apresentou um aumento de 1.136,9% no número de homicídios entre 2004 e 2014. Também carecem de um olhar mais atento às mortes ocasionadas pela intervenção policial. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015), esse número foi de 3.009 mortes, com destaque para Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia.

Cerqueira et al. (2016a), pensando especificamente a questão da juventude e do lugar dos estudos econômicos, lembram que a redução da mortalidade juvenil e o aumento da expectativa de vida são vistas hoje como importantes recursos econômicos de um país. Segundo Cerqueira e Moura (2014), o custo de bem-estar associado à violência letal que acomete a juventude alcançava, no momento do estudo, 1,5% do PIB a cada ano. No ano de 2014, considerando-se apenas os jovens do sexo masculino, de acordo com Cerqueira et al. (2016a), o Brasil alcançou o patamar de 113,2 mortes para cada grupo de 100 mil homens jovens. O estado de Alagoas alcançou sozinho a marca de 270,3 para cada grupo de 100 mil habitantes, e essa não é uma situação nova.

Alinhavando esses tristes dados com o objetivo desta pesquisa, procuraremos demonstrar, por meio de estudos econométricos, o impacto da

escolarização no enfrentamento à violência como a mais eficiente, efetiva e eficaz política pública.

Uma revisão da literatura nos permite concluir que, tanto nos EUA (HARLOW, 2003) quanto no Brasil (BRASIL, 2015a), o nível de escolarização dos privados de liberdade é muito baixo. Lochner e Moretti (2001), estudando a população encarcerada estadunidense percebem que a possibilidade de estar cumprindo uma pena cai de 1,6% para 0,4% quando portadores de diploma do Ensino Superior. Os crimes dolosos são os mais sensíveis à escolarização. Esses autores concluem que “high school graduation significantly reduces criminal activity. This finding is robust to different identification strategies and measures of criminal activity” (p. 30-31).⁴⁰ Os autores, utilizando variáveis instrumentais, comprovam que a conclusão do Ensino Médio nos EUA reduz a participação criminal na ordem de 0,76 ponto percentual para brancos e 3,4 para negros.

Essa comprovação também se encontra na literatura nacional. De acordo com Soares (2007), quatro anos ou mais de escolaridade reduz a probabilidade de morte violenta em até 150 por 100 mil habitantes. Todavia, podemos pensar se essa não é uma correlação decorrente da melhora de renda que o nível de escolarização proporciona. Buscando dirimir essa dúvida, Macedo et al. (2001) demonstram que um indivíduo com capital cultural médio e capital econômico baixo possui uma probabilidade de 14 mortes por 100 mil habitantes, ao passo que quando se acumulam capital cultural e econômico baixo, a probabilidade de ser vítima de homicídio sobe para 35 por 100 mil habitantes. Já o capital cultural médio e capital econômico médio possui uma taxa de probabilidade da ordem de 13/100 mil habitantes. Ou seja, a escolarização é mais significativa que a renda na prevenção do homicídio.

No Brasil percebemos duas grandes linhas de pesquisa sobre a segurança pública: as econômicas e as de saúde pública. As primeiras centram-se em regiões mais amplas e as segundas em características dos indivíduos com fortes correlações entre idade, sexo, cor da pele. Soares (2007) retoma vários estudos de saúde pública para demonstrar que mesmo não procurando a correlação entre criminalidade e escolarização, os dados são muito significativos, mas desprezados

⁴⁰ a educação secundária reduz significativamente a atividade criminal. Este é um achado robusto e se sustenta mesmo com diferentes estratégias de identificação e diferentes definições do que venha a ser o crime (tradução nossa)

pelos pesquisadores que não os procuravam. Há um estudo pioneiro de Marcelo et al. (2001) que encontra forte correlação entre nível de escolarização e homicídio, mas restringe-se ao estado da Bahia.

Antológica produção sobre a correção escolarização e homicídio é realizada por Soares (2007) na qual, utilizando-se de dados do Censo Demográfico 2000 e dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do DATA-SUS do mesmo ano, demonstra, por meio de sofisticadas técnicas econométricas, ser a escolarização poderoso escudo contra o homicídio.

O gráfico 1 nos demonstra visualmente que, tomando como referência o pico da curva de morte por homicídios dos jovens, que se dá em torno dos 21 anos e que a mortalidade dos sujeitos que possuem de um a três anos de escolaridade corresponde ao dobro da altura da curva de morte dos que terminaram pelo menos o primeiro ciclo do fundamental (4 a 7 anos de escolarização), e a quase oito vezes a altura do pico para os que têm 12 anos ou mais de escolarização.

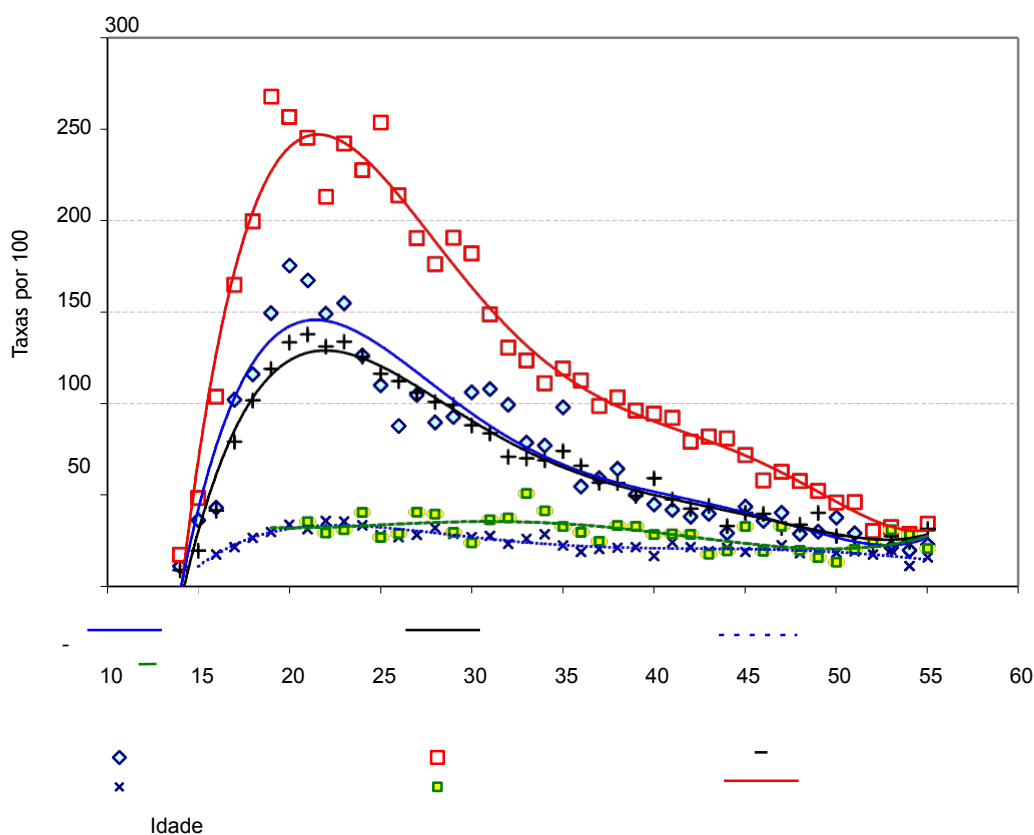
Soares demonstra que a renda impactaria mais com o EM e ES e possui correlação maior com crimes contra a pessoa. Isolando o critério renda, demonstra que ela é mais fator de risco que de proteção. Para ele a “[...] Renda aumenta a probabilidade de um indivíduo morrer vítima de homicídio, enquanto a escolaridade a diminui” (2007, p. 23). Há estudos que, em outra linha, compreendam que a renda seja a fonte da proteção e que a escolarização é *proxy* para esta.

O autor conclui que apenas sexo, idade e nível de escolaridade exercem influência superior a 100 por cem mil.

Um homem de trinta anos com renda per capita de R\$ 800 tem uma chance de 127 por 100 mil de morrer vítima de homicídio, contra nove para uma mulher com as mesmas características. A diferença nas taxas de mortalidade entre um homem de 50 anos ou mais e outro de 21 anos também é de 127 mortos por 100 mil. Por fim, a diferença na probabilidade de morrer vítima de homicídio entre um homem com 1 a 3 anos de estudo e outro com ensino superior é de 236 por 100 mil (SOARES, 2007, p. 27).

Continuando sua reflexão, o autor nos lembra que essas são variáveis de uma correlação para reforçar que para mudar o valor médio da variável mortalidade, uma vez que não é viável mudar o sexo das pessoas nem envelhecê-las, “[...] a única política pública passível de forte atuação sobre estes fortes determinantes do homicídio é a educação” (2007, p. 28).

Gráfico 1 - Taxas de homicídios por idade simples e escolaridade – Homens



Fonte: SOARES, 2007, p.19

Soares destaca, ainda, que a relação entre este conteúdo econômico revelado pelo mercado de trabalho e o aprendizado de linguagem e matemática, que são tão exigidos pela escola e pelos testes de proficiência em voga no país como balizadores da política pública de escolarização, não é muito forte. Ou seja, a maior parte das aprendizagens que se dão no processo educativo não é medido por exames padronizados de linguagem e matemática. Segundo o autor:

Uma hipótese é que exista no processo educacional um conteúdo de convivência, ou até cidadania, que não tem valor econômico direto, mas que oferece proteção contra a violência. [...] imaginamos que talvez seja fruto do fato de interagir com outras crianças em um ambiente no qual, bem ou mal, o conflito é mediado. [...] é possível que a escola forneça um escudo educacional que protege principalmente quem o detém, mas também terceiros que possam vir a entrar em situações de conflito com o detentor do escudo (SOARES, 2007, p. 27)

O autor argumenta que o conhecimento de conteúdo não é preditor do rendimento no mercado de trabalho, mas, sim, a aprendizagem de atitudes, normas sociais e valores.

Soares conclui com palavras tão assertivas que convém citar integralmente, sobretudo por ser ele um econometrista, à época, diretor do IPEA, que nenhuma vinculação direta tem com a política pública de escolarização:

A única conclusão – tentativa – é que a educação formal parece ter um efeito redutor muito forte sobre a taxa de homicídio, e que isto possivelmente se deva ao papel socializador da escola. [...] evidência substantiva a favor de manter as crianças na escola, mesmo se a aprendizagem de conteúdos ficar abaixo das expectativas, já reduzidas, da sociedade. [...] mesmo que uma criança de baixo status socioeconômico frequentando uma escola com professores mal pagos e mal formados não esteja aprendendo português ou matemática a contento, ela está aprendendo um modo de socialização que eventualmente poderá salvar-lhe a vida. E mais: é possível que, ao ensinar esta criança a como lidar com o conflito de modo não letal, a escola esteja também salvando a vida de terceiros. A conclusão inexorável é que a política educacional deve fazer tudo ao seu alcance para manter a criança na escola, mesmo que a aprendizagem de conteúdos acadêmicos seja aquém do desejado. Nesse sentido, políticas de progressão continuada devem ser incentivadas ao máximo, uma vez que há uma relação conhecida entre ser reprovado e evadir do processo educacional. Não se trata apenas de aprender a ler e escrever: é questão de vida e morte. (SOARES, 2007, p. 28-29).

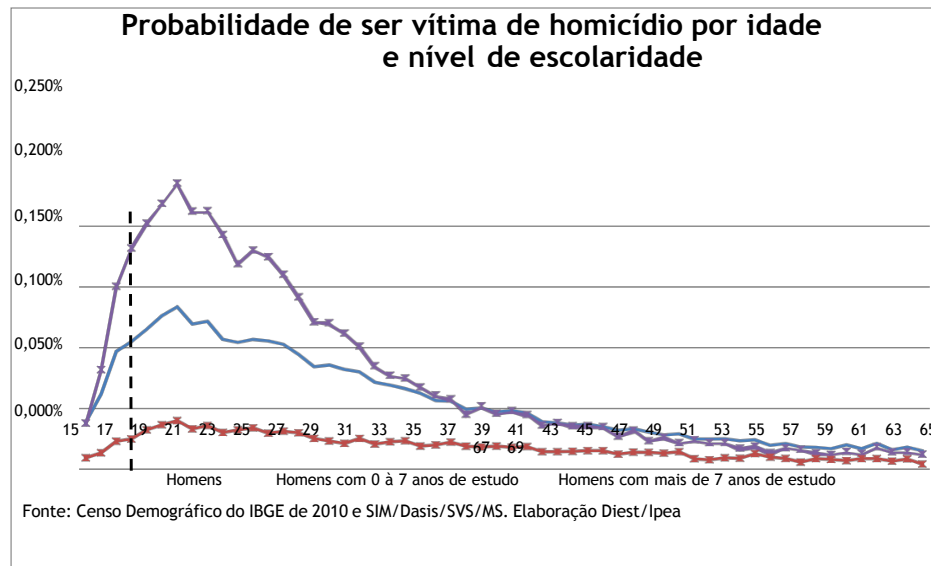
Esse estudo de Soares foi, a seu modo, atualizado por Cerqueira e Coelho (2015), os quais denunciam o uso populista (populismo penal) que políticos fazem do difuso clamor social pelo acirramento das leis como caminho para o enfrentamento da violência, “[...] em que o endurecimento da lei é vendido como um remédio contra a impunidade e como um sinal do comprometimento parlamentar com a segurança pública” (*op. cit.*, p. 2). Logo, o país caminha na contramão das evidências empíricas da academia nacional e internacional sobre a efetividade no controle e prevenção do crime.

Utilizando dados do Censo Demográfico 2010 e do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM)-DATASUS-MS, esses autores demonstram que controlando pela UF de residência, estado civil e idade, as chances de um indivíduo com até sete anos de estudo sofrer homicídio no Brasil são 15,9 vezes maiores do que as de alguém que ingressou no ensino superior. Aos 21 anos de idade, negros possuem 147% a mais de chance de ser vítima de homicídio, índice que continua crescendo ano a ano, ao passo que de uma taxa de vitimização de brancos que vem caindo.

De acordo com Cerqueira e Coelho (2015), considerando o pico de 21 anos de idade, as chances de serem vítimas de homicídio para os sujeitos com menos de sete anos de estudo são 5,4 vezes maiores do que para os que possuem mais que sete anos de estudo.

Os autores, utilizando-se de variáveis instrumentais no intuito de obter estimativas consistentes dos efeitos causais, demonstram que a maior oportunidade tanto educacional quanto no mercado de trabalho é um elemento crucial para mitigar a taxa de homicídio nos municípios brasileiros, pois, para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma diminuição de 2% de homicídios no município, e cada 1% de aumento do desemprego entre a população de 15 a 29 anos de idade contribuiria com um incremento de 2,5% no número de homicídio. Os dados comprovam que um homem com até sete anos de estudo possui 15,9 vezes mais chances de ser assassinado do que os que possuem nível universitário.

Gráfico 2 - Probabilidade de ser vítima de homicídio por idade e nível de escolaridade



Fonte: CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz.. *Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade*. Nota Técnica no 15. Brasília: IPEA, 2015.

Dissecando esses dados, esses autores analisam os efeitos das oportunidades de emprego sobre as taxas de homicídio para comprovarem que a grande correlação de proporcionalidade inversa se dá para os níveis de

escolarização e as taxas de homicídios nos municípios brasileiros, especialmente para jovens com idade entre 15 e 17 anos.

Cerqueira e Coelho (2015) promovem, ainda, um exercício contrafactual de considerar que se todos os sujeitos com 15 anos de idade ou mais tivessem acesso ao primeiro ano do Ensino Médio, o número de homicídios reduziria 43,3% no Brasil, o que equivaleria a 22.442 vidas preservadas apenas no ano de 2014.

Ante esses dados, concluem magistralmente:

É chegado o momento de investirmos recursos e esforços para fazer cumprir a lei e mudar os incentivos a favor do crime, sobretudo, no que se refere à juventude. Apenas as mentes muito criativas imaginam que se pode mudar tais incentivos por endurecer a punição. Não há racionalidade econômica que explique que o jovem ao completar 18 ou mesmo 16 anos irá se abster de cometer crimes em função de uma suposta lei mais dura. Além do custo esperado da punição, que depende da probabilidade de ser preso e condenado, ser baixíssimo no Brasil, os potenciais benefícios de curto prazo do crime são altíssimos – como ostentar uma arma, obter bens materiais e simbólicos antes não permitidos a esse jovem – vis-à-vis a alternativa da invisibilidade social. Perde-se tempo com retórica que dá votos e se sacia a sede de vingança da população assustada, quando se deveria focar em mecanismos para aumentar a efetividade da investigação policial e da justiça criminal como um todo; e garantir oportunidades, supervisão e orientação para que o garoto de hoje não seja o bandido de amanhã (CERQUEIRA, 2015, p. 21).

Quisemos com esses dados utilizando-se de uma analisador tão contundente para discutir o laço social e o pacto civilizatório quanto é o homicídio demonstrar a potência da Escola. Não se trata de clichê, slogan ou retórica. São dados que demonstram a força da Escola na terapêutica e profilaxia nos processos de ruptura com o laço social.

Agora veremos um pouco de qual tem sido a condição da Escola junto às populações em situação de risco e ou vulnerabilidades.

Os territórios de risco e vulnerabilidade e a Escola

A Escola é a maior capilaridade do Estado brasileiro. Ela adentra às comunidades como nenhuma outra política pública no Brasil. Está em territórios nos quais não existem nenhum outro aparelho do Estado. Logo, é compreensível que seja para esses aparelhos que escorram tantas potencialidades e fragilidades da população. Especialmente neste item, queremos destacar as fragilidades que a

inundam e na qual muitos profissionais se afogam por falta de apoio, suporte e vanguarda ante tantos desafios.

Evocaremos estudos que demonstram a necessidade de maior apoio justamente às escolas que se encontram em territórios de risco e ou vulnerabilidades, quando de fato têm sido as que menos apoio e suporte recebem.

O conceito de risco foi importado das ciências da saúde, designando grupos ou populações propensas a determinados danos causados por fatores externos. Hoje é estendido para grupos ou populações que se encontram na iminência de um perigo.

Ayres (1999), referindo-se à vulnerabilidade, aponta uma importante definição de risco ao apresentá-la como a falta ou não condição de acesso a bens materiais e bens de serviço; ou a posse ou controle dos recursos materiais e simbólicos que permitam o desenvolvimento, aperfeiçoamento e locomoção na tessitura social.

Também Abramovay (2002), referindo-se à vulnerabilidade apresenta uma preciosa conceituação de risco, entendendo-o como a carência na disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos aos atores; ou a indisponibilidade de acesso às oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade.

Depreende-se de nossos recortes que o conceito de risco tem uma conotação mais contextual, colocada por fatores externos ao psiquismo, mais utilizado para designar coletividades.

Já vulnerabilidade é compreendida como susceptibilidade individual, fragilidade nas respostas aos riscos (YUNES e SZYMANKI, 2001), baixa ou inexistência de suporte material, simbólico e comportamental para lidar com o real (CARNEIRO e VEIGA, 2004). Vê-se que essa última conceituação aproxima bastante os conceitos de risco e vulnerabilidade, o que de fato é muito intrincado, pois segundo Yunes e Szymanki ; Repold et al. (2002); Castel (1998) e Kaztman (2000), tanto os riscos não enfrentados podem redundar em vulnerabilidade, quanto o inverso. A partir de então, utilizaremos as expressões nos sentidos que consideramos corretos.

Feita essa marcação conceitual do que compreendemos por risco e vulnerabilidade, precisamos pontuar, com auxílio de alguns teóricos que discutem a

questão socioeconômica, cuidados que precisamos ter na abordagem do tema. O primeiro deles é não dissociar os contextos de risco e de vulnerabilidades aos do enfraquecimento do Estado, conforme assevera Castel (2005), o que acentua, na abordagem de Beck uma “sociedade de risco”, assim compreendida como “uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle da sociedade industrial” (1997, p. 15).

Outro importante cuidado é apontado por Dubet (1998) como decorrente da “desinstitucionalização do social”, assim compreendido como a perda de espaço das instituições clássicas, entre as quais a família e a escola, na fabricação dos sujeitos, que seriam responsáveis pelos (de)méritos de seus percursos de sucesso ou fracasso.

Um outro cuidado que nos cabe é o de assumirmos, conforme França et al. (2002), o lugar da resiliência dos sujeitos em metamorfosear os contextos de risco e suas vulnerabilidades ante esses mesmos contextos. Do contrário, teríamos alguns indicadores sociais como determinantes de vidas, o que não encontra lastro acadêmico crítico. Todavia, cabe, ainda um outro cuidado, com base no parágrafo anterior, de responsabilização do sujeito pela sua não resiliência.

Por fim, ressaltamos conforme Barker e Rizzini (2002), a necessidade de direcionarmos o foco que é dado para a falta e não para a possibilidade, haja vista a tendência hegemônica de se considerarem apenas as fragilidades, sobretudo, quando se trata de populações em contextos de risco. Especificamente neste capítulo, os dados representam grandes desafios a serem transpostos, mas, também, grandes feitos e imensas possibilidades.

Já por territórios de vulnerabilidade (apesar de, pelo que discutimos acima, consideramos melhor a expressão: territórios de risco e vulnerabilidade), com o auxílio de Penna e Ferreira (2014), entende-se a concentração de precariedade e falta de serviços coletivos e de investimentos públicos em infraestrutura que redundam em desproteção social das comunidades pobres. Kaztman discute esse conceito com auxílio de ativos e de estruturas de oportunidades. Por ativos, compreende o

conjunto de recursos, materiais e imateriais, sobre os quais os indivíduos e o lugares, sobre os quais os indivíduos possuem controle, e cuja mobilização permite melhorar sua situação e bem-estar, evitar a

deterioração de suas condições de vida, ou diminuir suas condições de vida, sua vulnerabilidade. (KAZTMAN, 2000, p. 294, tradução nossa).

Recursos que segundo o autor, permitem o aproveitamento das estruturas de oportunidades do Estado, do mercado e da sociedade. Por estruturas de oportunidades, compreendemos com Kaztman (1999) os recursos que são ofertados pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade. O Estado possui destaque nessa oferta tendo em vista ser o promotor da políticas de infraestrutura urbana, políticas sociais e econômicas. Essas estruturas de oportunidades vinculam-se entre si e favorecem os ativos.

Esses conceitos confrontam a tendência de naturalização dos territórios de risco, pois segundo Ferreira et al, “desigualdades sociais e territoriais são faces da mesma moeda e se mesclam no espaço, se sintetizam e se expressam como desigualdades sócio-espaciais, retroalimentando-se.” (FERREIRA, 2008, p. 9). Logo, os territórios de vulnerabilidade são a concretização das vulnerabilidades de parcelas de nossa população que são empurradas para espaços periféricos pelas contradições do capitalismo e pela carência de políticas públicas que enfrentem os grandes desafios dos mais pobres, sobretudo no que tange ao direito à moradia. Trata-se de uma reprodução das desigualdades, suas estruturas e dinâmicas sociais e econômicas, principalmente pelas dificuldades de inserção e mobilidade de ascensão dos mais vulneráveis, sobretudo. Destaca-se, especialmente, a educação, em que pese o aparente clichê.

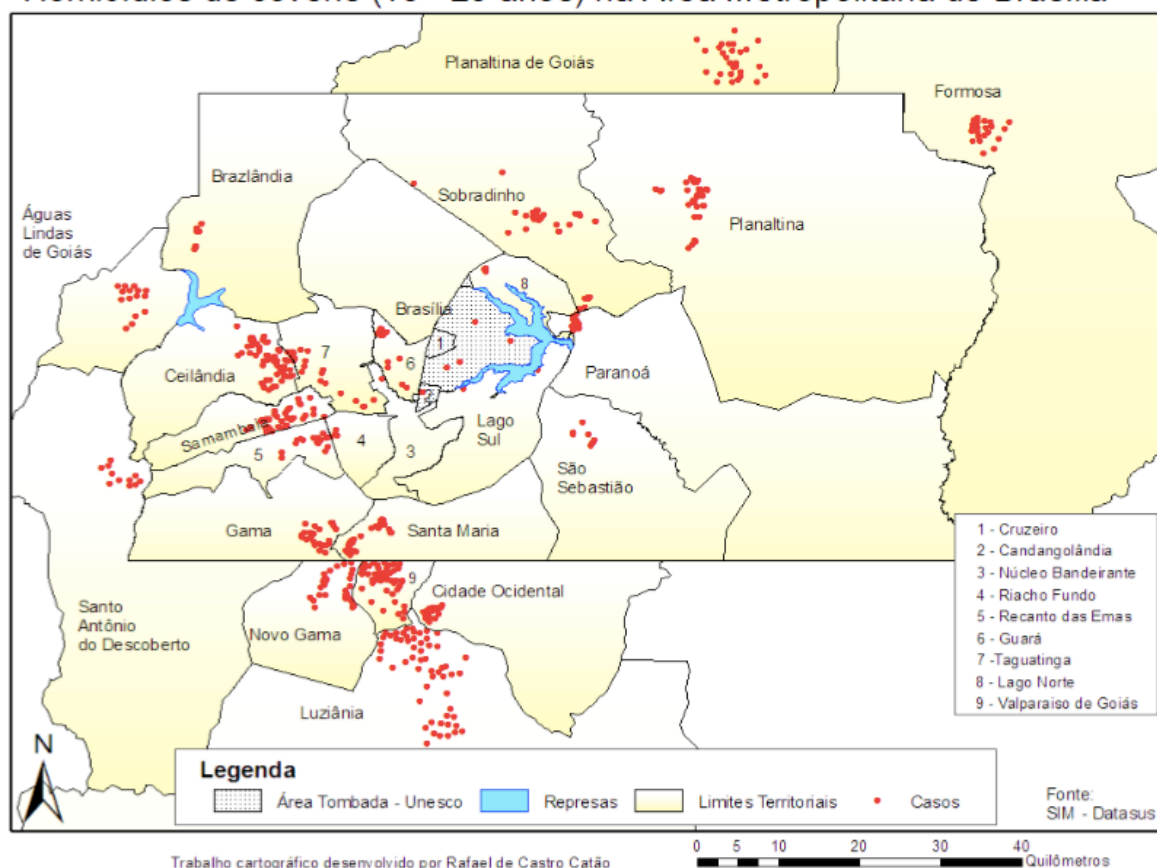
As periferias não se formam a partir da vontade deliberada e opção de seus moradores e, sim, pelas contradições do capitalismo em um país de grandes desigualdades como o nosso, reforçadas pela ausência do Estado, o que coloca em cheque o laço social ao tempo em que se torna o abrigo da população excluída socialmente e espacialmente periférica. “Na vivência da cidade negada, o conflito e a exclusão são exacerbados, principalmente no que se refere à instalação da violência” (PENNA e FERREIRA, 2014, p. 30).

Assim, também a violência, que é especialmente intensa nos territórios de vulnerabilidade, não se deve a uma questão disposicional dos “sujeitos” que ali habitam, mas das condições que são colocadas, por vezes impostas, pela materialidade do real. O adolescente ou o jovem, sobretudo no contexto contemporâneo de desregulamentação, fragilização dos enquadres culturais, fluidez dos lugares e papéis sociais, precariedade das instituições socializadores, crise das

narrativas, crise da adolescência etc, é a parte mais suscetível dessa dinâmica, estando ele no *front* seja para matar ou morrer, como comprovam as estatísticas.

O mapa de Homicídios de Jovens (15 – 29 anos) na Área Metropolitana de Brasília, demonstra visualmente essa questão.

Mapa 1: Homicídios de Jovens entre 15 e 19 anos por região metropolitana do Distrito Federal
Homicídios de Jovens (15 - 29 anos) na Área Metropolitana de Brasília



Fonte: Ferreira, Vasconcelos e Penna (2008)

Assim, por tudo o que foi exposto, não é coincidência a conexão entre ato infracional e crime nos territórios de risco e vulnerabilidades. Nas palavras de Ferreira, Vasconcelos e Penna,

É nos territórios da segregação e da pobreza, que a violência se manifesta em todos os seus aspectos: omissão do estado, quebra do contrato social, falta de acesso à saúde, à cidadania, à instrução, à formação profissional, ao mercado de trabalho, à segurança e às infra-estruturas urbanas. É a urbanização sem urbanidade, sem justiça social. [...] A criminalidade se favorece da pobreza que se torna funcional para o crime e este contribui para aumentá-la. [...] O espaço não é apenas um pano de fundo onde as ações sociais se inscrevem, nem somente o palco onde ocorrem, ou apenas, as reflete. Ele tem seu papel nos processos sociais ao reproduzi-los, mas não é determinante. (2008, p. 4-5)

Retornando ao diálogo mais direto com os números, ao analisarmos os dados da reincidência no Brasil, que é de 54% (BRASIL, 2012a) e no DF, 83,1% na SL e 84,2% na internação (DF, 2013), percebemos a fragilidade do modelo de socioeducação que temos implementado no país, ainda assim há quem insiste que encarcerar é o caminho. A explicação é simples, se esses sujeitos possuem dificuldades com o laço social, com a convivência, não será os privando dela e empurrando-os para uma convivência artificial, punitiva e com regulações muito frágeis ante a cultura prisional que comanda esses espaços que irá resolver a questão. É por essa razão que as medidas de meio aberto são as mais bem sucedidas no Brasil, como demonstra DF (2013), e no mundo, conforme já discutido no capítulo 2.

Claro que podemos ponderar que para o meio fechado são encaminhados, comumente, os adolescentes que cometeram atos mais graves. Todavia, o que a experiência empírica nos revela é que não é essa a questão. Há países que estão conseguindo fazer a diferença mesmo com os atos mais graves, como é o caso da França (D'ALLONDANS, 2012). Os próprios dados de Distrito Federal (2013) revelam a baixa reincidência no meio aberto (28,3% contra; 33,1% na LA), não obstante todas as limitações que essa política vem sofrendo, haja vista o Estado penal que norteia a socioeducação também no DF.

O ato infracional mais comum na reincidência continua sendo o roubo em todas as regiões do Brasil, o que remete mais uma vez para a discussão da sociedade do consumo. E, comprovando a falência do sistema em seu ideal de “socioeducar”, os levantamentos do CNJ (BRASIL, 2012b) revelam que, apesar de não assumir a dianteira, o ato infracional de homicídio foi quase três vezes superior aos dados da primeira internação e os atos infracionais da segunda internação apresentam maior gravidade. Também DF (2013) revela que parte muito considerável dos adolescentes circula no sistema com várias passagens pela internação por atos infracionais distintos, ou seja, não estamos falando de um universo muito grande de nossas populações.

Conforme já discutimos com os dados específicos do DF, percebemos que os maiores índices de homicídios ocorrem em bairros muito pontuais de alguns municípios nacionais. Ciente desse fato, o Governo Federal propôs, no ano de 2014, um Pacto Nacional pela Redução de Homicídios (PNRH). Um dos importantes

produtos dessa força tarefa foram os “Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios” (CERQUEIRA et al., 2016b).

Ante esse imenso desafio, um grupo de seis pesquisadores, diríamos que dando continuidade aos trabalhos de Soares (2007) e Cerqueira e Coelho (2015), realizam uma hercúlea tarefa de complementar e fazer trabalhar os dados do INEP-MEC sobre os indicadores de qualidade das escolas, associando-os às informações da SENASP e do próprio IPEA, órgão ao qual são vinculados. O resultado, ainda que óbvio, quantifica empiricamente uma fala comum que se perde entre crença, esperança e falácia: a escolarização é o melhor escudo contra o homicídio.

Os pesquisadores utilizam os dados do Censo Escolar (INEP-MEC) no intuito de avaliar a correlação existente entre as escolas que se encontram nos 81 municípios com os maiores índices de homicídios do país. Segundo os dados do INEP, havia no ano de 2014, 42.106 escolas nesses municípios do PNRH, incluindo públicas e privadas. Infelizmente, no trabalho inicial, não fazem distinção entre elas.

Na metodologia, apresentam pormenorizadamente o uso que fizeram dos indicadores, que mantiveram do INEP, não obstante a crítica à falta de clareza de alguns deles. São eles: Regularidade do corpo docente, Nível Socioeconômico, Complexidade de Gestão Escola, Percentual de Docentes com curso superior, Média de Alunos por Turma, Média de Horas-Aula diária, Taxa de Distorção Idade-Série, Taxa de Reprovação, Taxa de Abandono e Indicador de Esforço Docente. Os sete últimos foram mensurados separadamente para o Ensino Fundamental e Médio. Quanto ao número de homicídios, além do SIM-DATASUS-MS, receberam contribuições da SINESP-SENASP-MJ.

Uma das grandes descobertas do estudo é que a violência não é característica de todo o município, mas de uma pequena quantidade de bairros. Os 81 municípios focalizados pelo PNRH concentraram sozinhos 48,6% do total de casos do país (22.776) em 2014. Como exemplo, no RJ, dos 174 bairros, metade dos homicídios concentram-se em 17 bairros (10%).

Apenas como uma das muitas ilustrações, vejamos o que mostra a tabela abaixo:

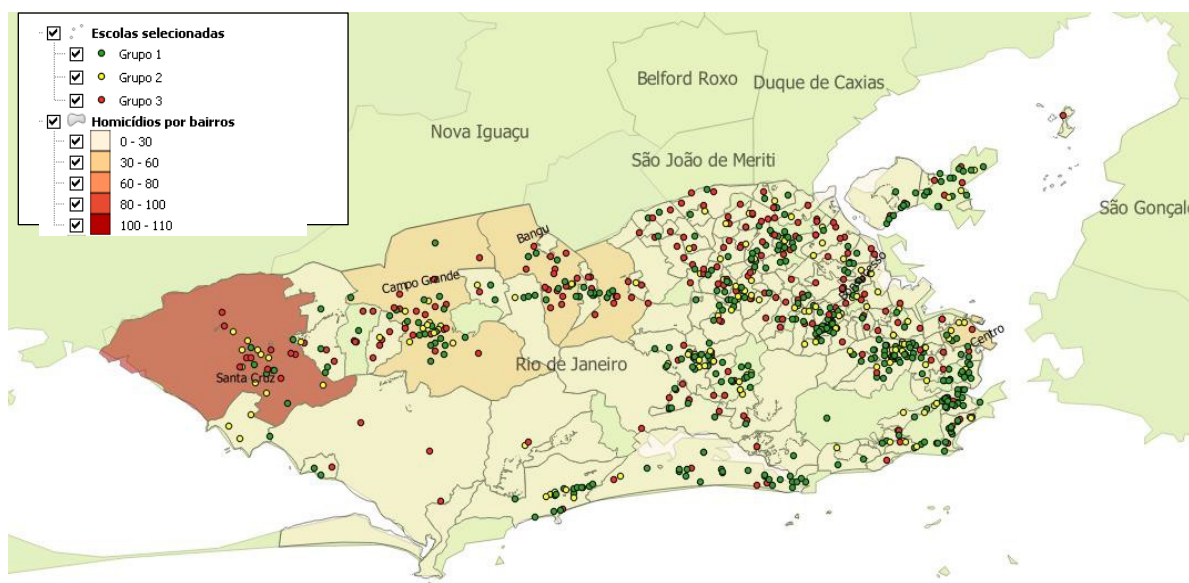
Tabela 1 - Média de Indicadores Seleccionados de Educação entre os Bairros Mais Violentos e Mais Pacíficos do Rio de Janeiro

	Taxa de Distorção Idade-Série - no Ensino Médio (melhor 0 - 100)	Taxa de Reprovação - no ensino Médio (melhor 0 - 100)	Taxa de Abandono - no ensino Médio (melhor 0 - 100)
Média dos 30 bairros mais violentos	36,2	16,3	7,5
Média dos 30 bairros mais pacíficos	6,3	1,7	2,0

Fonte: CERQUEIRA, Daniel; RANIERE, Mariana; GUEDES, Erivelton; COSTA, Joana Simões; BATISTA, Felipe; NICOLATO, Patrícia. *Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios*. Nota Técnica no 18. Brasília: IPEA, 2016b. p.35

Considerando-se apenas o estado do RJ, o mapa abaixo demonstra que “a maior concentração das piores escolas, segundo a dimensão do abandono, localiza-se exatamente nos bairros com mais homicídios” (*Idem*, p. 35).

Mapa 2 - Taxa de abandono escolar no ensino Médio e homicídios no Rio de Janeiro



Fonte: CERQUEIRA, Daniel; RANIERE, Mariana; GUEDES, Erivelton; COSTA, Joana Simões; BATISTA, Felipe; NICOLATO, Patrícia. *Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios*. Nota Técnica no 18. Brasília: IPEA, 2016b p.36

Esses pesquisadores percebem, a partir dos dados, que “as correlações da taxa de distorção idade-série, da taxa de abandono e da taxa de reprovação com

a taxa de homicídio são todas positivas e significativas” (2016b, p. 16). E ainda “[...] A maior regularidade do corpo docente está associada à menor taxa de homicídio, uma maior média de alunos por turma, maiores taxas de abandono e de reprovação estão associadas com maior taxa de homicídio” (2016b p. 18).

De posse desses dados, se apresenta nós a questão: essas escolas exercem uma influência sobre os sujeitos que nelas estudam, como propôs Winnicott (2005) ou o ambiente exerce pressão e influência sobre essas escolas?

As investigações de Cerqueira et al. (2016b) revelam que há um menor investimento estatal justamente nas escolas dos bairros nos quais há um maior índice de homicídios.

Analisando especificamente os indicadores para as 151 escolas do bairro de Santa Cruz, os pesquisadores concluem que a gestão é um grande desafio para essa região, pois a maioria das escolas são de médio e grande porte, com mais de 1.000 alunos, funcionando em três turnos, com mais de uma modalidade e 2 ou 3 etapas. Os pesquisadores correlacionam as escolas desse bairro com as do estado do RJ e elas apresentam a maior média de alunos por turma, maior taxa de abandono e maior índice de esforço docente. O mesmo exercício é feito com os bairros com menores índices de homicídio e o resultado é que possuem escolas com os melhores resultados nos indicadores do INEP do estado do Rio de Janeiro.

Os pesquisadores afirmam que, ao estimar as correlações e regressões da taxa de homicídio como função dos indicadores multidimensionais da educação, encontraram coeficientes estatisticamente significativos e com o sinal esperado de acordo com a tese de que melhores indicadores educacionais estão associados a menores taxas de crimes violentos e, em particular, homicídios. “Nesses exercícios, ainda que não se possa falar em relação de causalidade, os resultados foram bastante sugestivos acerca do papel central que a educação desempenha para mitigar a criminalidade violenta” (2016b, p. 47). Deixemos então que os próprios pesquisadores concluam sobre seus achados:

O caso do Rio de Janeiro apresentado neste documento deixa clara essa necessidade. É incrível a constatação de que na comparação entre os bairros mais e menos violentos, a taxa de reprovação seja 9,5 vezes maior nos primeiros, ao passo em que a taxa de abandono e a taxa de distorção idade-série sejam também, respectivamente, 3,7 e 5,7 mais altas nas localidades mais violentas. [...] Enquanto a maioria das escolas localizadas no bairro mais violento (Santa Cruz), em 2014, se encontrava entre as 30% piores escolas, em relação à taxa de abandono escolar, considerando todas

as escolas do Estado do Rio de Janeiro, as escolas localizadas nas áreas mais pacíficas e mais nobres da cidade (como Barra e zona sul) se inseriam no conjunto das 30% melhores. [...] Parte significativa das escolas localizadas nesse bairro participava do conjunto das piores do Estado do Rio de Janeiro nos quesitos complexidade, média de alunos por turma, indicador de esforço docente (carga de trabalho), além da taxa de abandono, já citada. Ou seja, são escolas que têm mais de 500 alunos; funcionam em três turnos, com várias etapas de ensino, inclusive EJA; com turmas com excessivo número de alunos; e professores com carga de trabalho também excessiva, sendo que muitos desses docentes possuíam mais de 400 alunos e lecionavam em várias escolas e turnos. Nesse sentido, não é surpreendente a alta taxa de evasão escolar observada (2016b, p. 49).

Se a Escola é tão potente quanto demonstram os econométricos, propomos, agora, uma inversão do ponto de visão: olharmos como a Escola tem sido tratada pelas políticas públicas.

Números de fragilidades da Escola

Ao evocamos esses números, o fazemos no sentido de reforçar que não são apenas os nossos Guris que vêm apresentando dificuldades com a Escola. Conforme demonstraremos, a crise é geral. Não se entenda com isso que estejamos desacreditando nessa importante instituição, mas apenas demonstrando a fragilidade à qual essa se encontra exposta pelos interesses hegemônicos.

Um primeiro estudo que destacamos é o de Costa e Oliveira (2014), que discute o impacto da formação escolar na carreira profissional de jovens, visto que, segundo DIEESE (2011b), a escolaridade recebe dos empregadores maior atenção que outros atributos também importantes, como a aquisição de capacitação técnico-profissional e tempo de experiência. Todavia, esses autores comprovam que, apesar de uma melhoria na qualidade da educação nos últimos anos, a educação brasileira ainda carece de uma atenção especial das políticas públicas. Por exemplo: os adolescentes entre 15 e 17 anos de idade apresentaram no ano de 2012 uma média de 7,8 anos de estudos, quando o esperado seria 8 anos de estudos para os adolescentes de 15 anos de idade, apesar de essa faixa etária ter apresentado um crescimento de 1,93% de 1995 a 2012.

No que tange à proficiência, o avanço ainda se encontra aquém do esperado, fazendo um recorte específico dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, percebemos que de 2005 a 2011, o IDEB evoluiu de 3,5 para 4,1

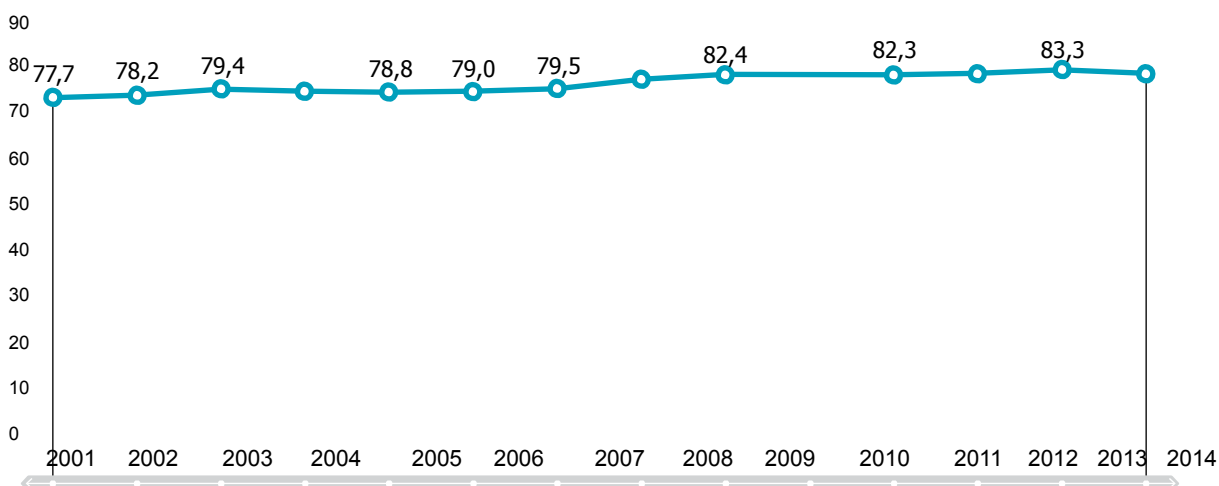
pontos para a primeira etapa e de 3,4 para 3,7 pontos para a segunda, revelando uma quase estagnação.

Também Soares e Nascimento (2012) observam que o Brasil foi um dos países que apresentou maiores incrementos no PISA: 33 pontos de 2000 para 2009, apesar de estar ainda muito aquém do esperado. Observam, também, que houve um leve incremento na taxa de matrícula dos adolescentes entre 15 e 17 anos de idade, inclusive com preterição do trabalho à escola. Demonstram também que os alunos que apresentam distorção idade-série/ano são os que mais tendem a abandonar os estudos. Em 2012, apenas 55% desses adolescentes (entre 15 e 17 anos) cursavam o Ensino Médio, etapa esperada para essa faixa etária, demonstrando que a reprovação ainda é fator muito presente em nossas escolas. Ainda assim, esse é um dado que tem diminuído:

Os jovens no Ensino Médio reduziram este indicador de 2,66 anos em 1995 para 1,39 ano em 2012. Simultaneamente, esta mesma estatística no Ensino Fundamental reduziu-se de 1,76 ano para 0,78 ano. [...] Entre os anos de 1995 e 2012, a proporção de jovens com os estudos atrasados recuou de 47% para 24% no Ensino Médio e de 40% para 20% no Ensino Fundamental. Mesmo ao se considerarem apenas os jovens entre 15 e 18 anos, a taxa evoluiu de 20% para 11% (SOARES e NASCIMENTO, 2012, p. 89).

O gráfico 3, que se segue, retirado do Anuário da Educação 2016 (BRASIL, 2016c) atualiza esses dados:

Gráfico 3 - Taxa de atendimento de jovens de 15 a 17 anos – Brasil

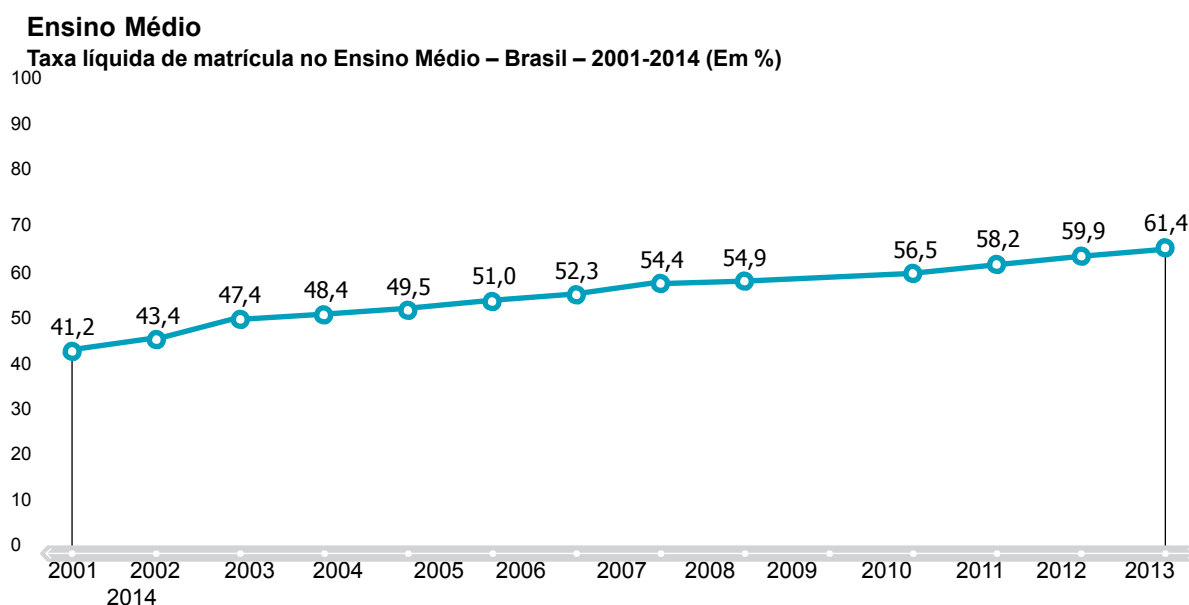


Fonte: BRASIL, 2016, p.31.

As mulheres, os brancos e os ricos são os grupos que continuam a apresentar os melhores indicadores de escolarização. Digno de nota é que seu extremo oposto (os homens, negros e pobres) são justamente os que mais adentram no ato infracional, o que nos leva a parafrasear o abolicionista Joaquim Nabuco no sentido de que a escola e o cativo continuam sendo polos que se repelem.

Não é à toa que uma preocupação grande vem sendo especificamente a população entre 15 e 17 anos de idade, pois, conforme demonstra a pesquisa, “O tempo de permanência na Escola e as motivações dos sem-escola e estudo” (FGV, 2009) e o estudo “Fora da Escola não pode” (UNICEF, 2013) e de acordo com os dados da PNAD, em 2006, 2,7% dos sujeitos entre 10 e 14 anos de idade e 17,8% dos sujeitos entre 15 e 17 anos de idade estavam fora da escola. Em 2014 esse número era de 17,4%, segundo o Anuário Brasileiro de Educação Básica (BRASIL, 2016). Esses índices revelam um grande desafio do sistema: a escolarização dos adolescentes. O gráfico 4, que se segue, indica que a febre foi controlada, mas que a temperatura ainda não começou a cair.

Gráfico 4 - Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio

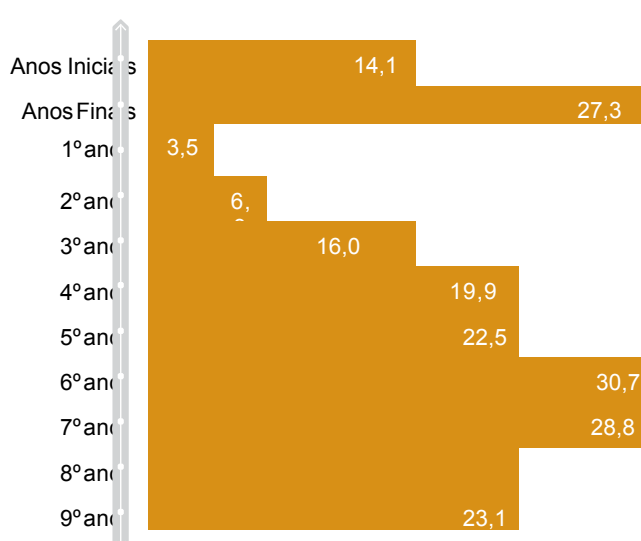


Fonte: BRASIL, 2016, p. 31.

Ao investigarmos a questão da defasagem idade-ano escolar, ainda com auxílio de Brasil (2016), comprovamos que a taxa que mede esse fenômeno é fundamental para o monitoramento do sistema, pois retrata os problemas de fluxo da

escolarização no país. Esse importante termômetro revela que mais de um quarto dos alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental têm idade superior à esperada para as séries cursadas. Isso significa, na prática, que esses estudantes ficaram retidos por reprovação, o que demonstra que os números têm melhorado muito discretamente: entre 2010 e 2014, o índice de distorção idade-série caiu de 29,6% para 27,3% nos anos finais do Ensino Fundamental.

Gráfico 5: Fluxo – Taxa de distorção idade-série – Brasil -Ensino Fundamental – Por ano – 2014 (Em %)



Fonte: BRASIL, 2016 p.65.

A FGV (2009) demonstra, através de estudo dos dados e revisão de literatura sobre a questão, que a reprovação, o abandono da escola, a cor da pele, o grau de escolarização dos pais e principalmente a renda são questões intimamente ligadas e que as taxas de escolarização influenciam diretamente na renda futura dos sujeitos de aprendizagens escolares. Ao fazer um recorte de renda, os pesquisadores comprovam que 23,5% dos adolescentes entre 15 e 17 anos encontram-se fora da escola, contra os 17,8% já citados para a população geral e contra apenas 5,8% dos adolescentes ricos.

No capítulo 2 buscamos localizar esses sujeitos que atuam pela infracionalidade e novamente encontramos parte deles aqui entre os fracassam ante os anseios da instituição Escola. No capítulo 3, tentamos elucidar um pouco sobre o transfundo de uma cultura narcísica do capital. É preciso considerar que a questão econômica e social atravessa também o fenômeno da escolarização. A Escola que

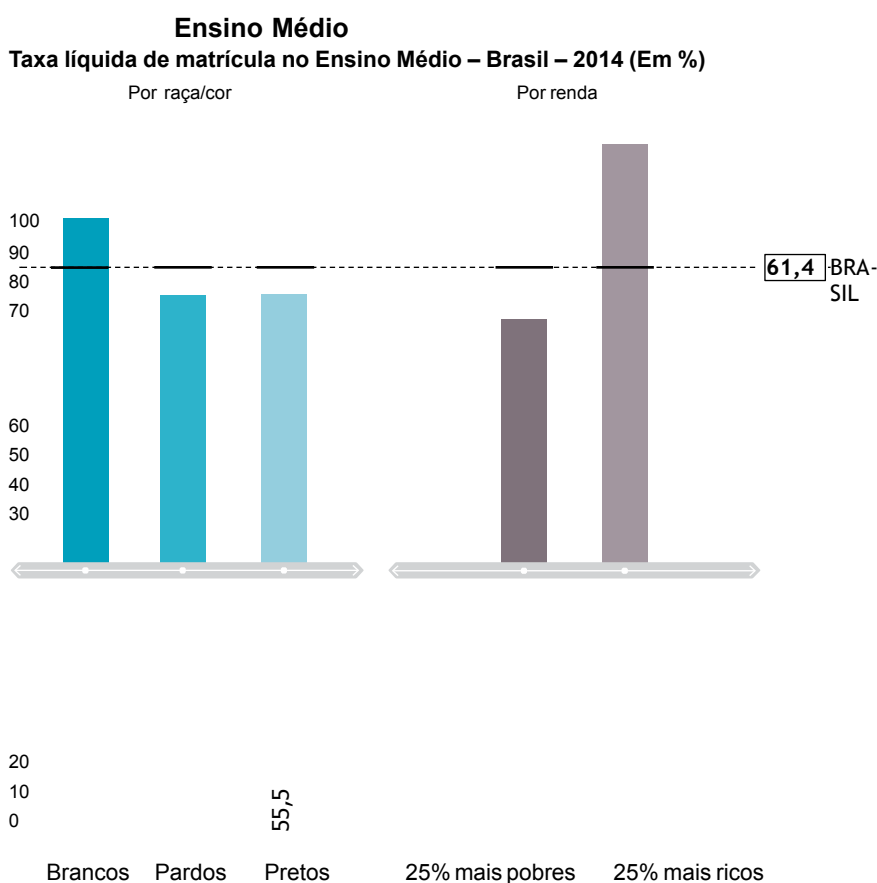
temos foi pensada para o branco rico e não podemos desconsiderar essa raiz histórica na explicação do fenômeno das fragilidades escolares, sobretudo para adolescentes do sexo masculino, pobres e negros, moradores dos territórios de vulnerabilidades e filhos de famílias muito fragilizadas também por uma questão de renda.

Utilizando dados da PNAD 2007, a FGV demonstra que

Mesmo quando comparamos pessoas com as mesmas características sociodemográficas - como sexo, raça e geografia - menos a educação, os salários dos universitários é 544% superior ao dos analfabetos e a chance de ocupação, 422% maior. O que impressiona nesses dados é a regularidade da correspondência do ranking onde cursos de nível mais alto apresentam melhor inserção trabalhista (2009, p. 30).

Esse dado é atualizado por Brasil (2016c) para demonstrar que “a desigualdade de oportunidades educacionais brasileira encontra um de seus exemplos máximos na diferença de 35,1 pontos percentuais entre a taxa líquida de matrícula dos 25% mais pobres e dos 25% mais ricos, no Ensino Médio” (p. 31).

Gráfico 6 – Taxa líquida de matrícula no Ensino Médio – Brasil – 2014 (Em %)



Fonte: BRASIL, 2016, p.34.

Com base na tabela 2, que se segue, inferimos que os adolescentes que praticaram ou praticam atos infracionais se encontram entre os defasados e os que não estudam e, quando muito, encontram-se na Educação de Jovens e Adultos. A tabela 2 atualiza o desafio dos Anos Finais do Ensino Fundamental, que coincide com a entrada na adolescência e no ato infracional.

A FGV (2009) observa que os jovens alegam desconhecimento dos ganhos proporcionados pela escolarização. Além disso, têm dificuldade em fazer investimentos para colheitas a longo prazo e têm a necessidade de trabalhar para complementar a renda da família, o que é uma das principais causas do abandono da escola.

Tabela 2: Ensino Médio – Jovens de 15 a 17 anos por etapa de ensino em que estão matriculados ou que estão fora da escola – 2014

	Populaç	%
Ensino Fundamental	1.841.78	17,4
Ensino Médio	5.842.4	55,
Alfabetização de Jovens e Adultos	7.87	0,1
Educação de Jovens e Adultos -	134.03	1,3
Educação de Jovens e Adultos – Médio	28.72	0,3
Ensino Superior	307.35	2,9
Pré-vestibular	22.91	0,2
Não estudam e não concluíram o Ensino	1.713.56	16,1
Não estudam, mas concluíram o Ensino	714.49	6,7
Total	10.613.2	100,0

Fonte: BRASIL, 2016, p.34.

Quando questionados sobre as causas do abandono escolar na PNAD 2006, os motivos alegados foram: dificuldades de acesso à escola (10,9%); necessidade de trabalho e geração de renda (27,1%), falta intrínseca de interesse (40,3%) e outros motivos respondem por 21,7%. Com destaque que a falta de demanda pela educação soma 67,7% das motivações.

Analisando as alegações mais pontualmente, ficamos com duas impressões: a primeira, de que a Escola não é interessante, sobretudo para adolescentes e, mais especificamente, para os adolescentes entre 15 e 17 anos de

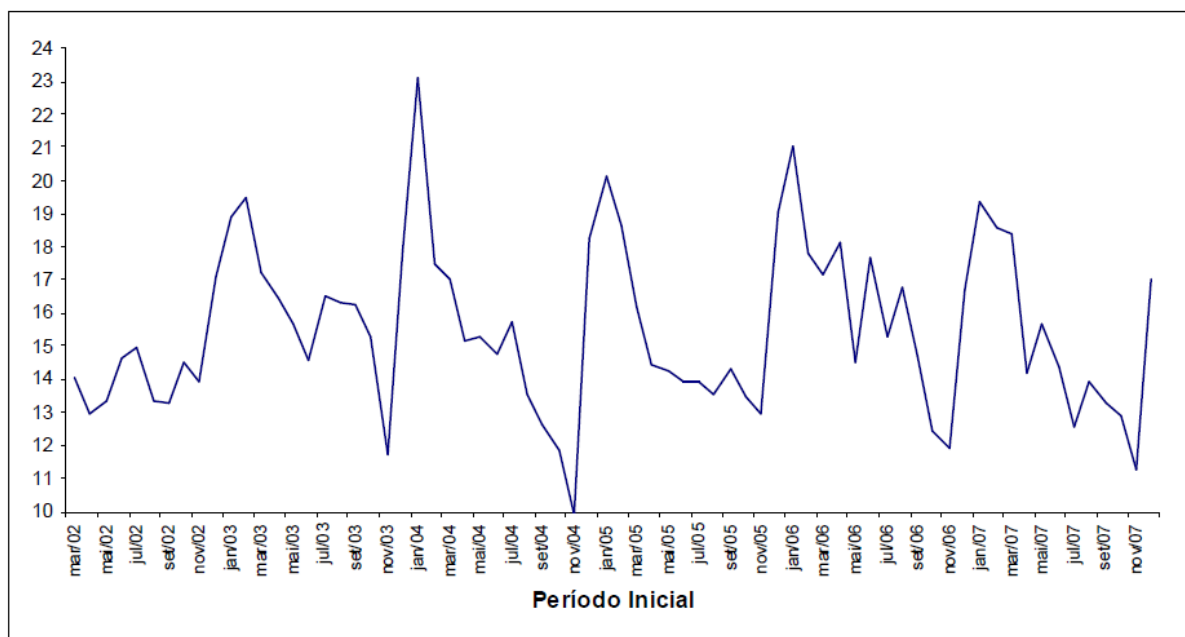
idade. Por demanda do Conselho Nacional de Educação, foi constituído um Grupo de Trabalho para pensar esse desafio em específico, porque essa população representa a maior parcela de evasão do sistema, porque impactam na Educação de Jovens e Adultos, para onde têm sido empurrados etc. Este Grupo pensou, por exemplo, a proposta “Trajetórias Criativas”. Outras vêm sendo discutidas no Brasil. Já tivemos a oportunidade de demonstrar em Evangelista (2012) que o conflito entre a Escola e a adolescência está no cerne da questão escolar. Recentemente o MEC publicou o Portaria nº 1.248 de 27/11/2018, que institui o Programa Escola de Adolescentes, justamente no sentido de enfrentar esse desafio.

A segunda, de que os fatores alegados para levar ao afastamento da escola são comuns a boa parte da população e, nem por isso, todos os que passam por esses mesmos problemas afastam-se da Escola, o que nos leva à impressão de que há o real afastamento da Escola quando a família não compreende a importância dessa instituição e não cobra ou não tem mais autoridade para essa cobrança. Apenas como destaque, o maior índice de alegação ao abandono à escola em 2006 é o item “não quis frequentar a escola ou creche” com 33,59 pontos percentuais. Em 2007, essa mesma alternativa sobe para 40,58 pontos percentuais. Também chama a atenção o fato de que 10,9% dos entrevistados alegam falhas na oferta por parte do Estado: falta de escola, transporte, vaga, documentação etc.

Esses pesquisadores observam, ainda, que quando é o próprio adolescente quem responde às perguntas, a evasão escolar entre os jovens de 15 a 17 anos de idade é substancialmente maior: 24,1% contra 15,7% quando é outro morador que responde às perguntas; a falta de interesse intrínseco cai de 43,3% para 34,7%, assim como as dificuldades de oferta que caem de 12,2% para 8,6% respectivamente nesse mesmo contraste.

Ainda com relação a essa mesma pesquisa, o gráfico 7, abaixo, nos leva a pensar numa correlação entre o abandono da escola e o desempenho na escola, visto que os últimos meses do ano coincidem com o incremento da evasão:

Gráfico 7: Taxa Mensal de Abandono Escolar em 1 Ano de Escola - População que frequentava a escola no período inicial - 5 a 17 anos de idade



Fonte: FVG, 2009, p. 14

Para a FGV (2009), o conhecimento dos benefícios da educação sobre a renda, a saúde precisam ser divulgados junto à comunidade escolar, para que haja um impacto positivo das taxas de escolarização em todos esses quesitos. Ainda assim, enquanto 2,7% de crianças e adolescentes estavam fora da escola em 2008, esse mesmo número para sujeitos entre 15 e 17 anos de idade subiu para 17,8%, sendo que 67,7% alegam falta de demanda e 40,3% alegaram falta de interesse intrínseco, demonstrando a necessidade de a escola se reinventar para essa parcela da população.

Essa discussão é também pontuada por UNICEF (2013) que destaca o baixo rendimento escolar como fator de risco para a distorção idade-série/ano escolar e para a evasão, e correlaciona a pobreza com o abandono da escola.

Interessante ponderar com esse documento - que baseia-se no Censo Demográfico 2010 - que o Nordeste apresenta os maiores índices de abandono da escola, mas não os maiores índices de ato infracional, e que o Sudeste e o Acre

apresentam altas taxas de abandono combinados com altos índices de atos infracionais. Algumas questões precisam ser pontuadas aqui: a discrepância entre os sistemas de justiça juvenil no Brasil é muito grande, como bem demonstra Brasil (2012b). Brasil (2012a) demonstra essa discrepância entre os índices de encarceramento entre as Unidades da Federação; a infracionalidade não é consequência linear apenas do abandono da Escola, apesar de sua forte correlação; existem aí fatores de ordem familiar e comunitárias que precisam ser considerados conforme tentaremos demonstrar na discussão de nossos resultados.

O documento em tela afirma que

[...] no decorrer das etapas da educação básica, por motivos diversos, uma grande parte dos estudantes brasileiros não consegue avançar nos estudos e vai ficando para trás, convivendo com a repetência e o atraso escolar ou, muitas vezes, abandonando a escola (UNICEF, 2013, p. 15).

O Anuário 2016, do MEC alerta que

Segundo o Inep, a diferença de desempenho entre as escolas públicas mais pobres e mais ricas no Brasil aumentou desde 2005. A diferença de desempenho na prova entre os 20% com nível socioeconômico mais baixo e os 20% de nível mais alto para o 5o ano em Língua Portuguesa foi de 20,34 pontos naquele ano. Em 2013, dobrou: 42,7 pontos (BRASIL, 2016c, p. 67).

Buscamos, ainda, os dados dos adolescentes de 15 a 17 anos de idade do Distrito Federal por meio da pesquisa Distrito Federal (2012) e, segundo esse levantamento, com base no Censo Demográfico de 2010,

em relação à inserção no sistema educacional, foi observado que, quanto maior a faixa etária, maior era o percentual de pessoas que frequentava a escola. A exceção é o percentual de adolescentes de 15 a 17 anos, que é menor do que o percentual de pessoas de seis a 14 anos inserido na escola (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 13).

A faixa etária entre 15 e 19 anos de idade também aqui no DF é a que mais sofre mortes por agressão, caracterizada, especialmente, por pessoas do sexo masculino e negros. “A maior disparidade entre sexos foi observada na faixa etária entre 15 e 19 anos de idade. O dado indica a necessidade de políticas públicas voltadas especificamente para jovens do sexo masculino com idades entre 15 e 19 anos” (*idem*, p. 27).

Coincidentemente, o documento também afirma que “Em todos os meses de 2011, havia mais adolescentes de 15 a 17 anos cumprindo medidas de

semiliberdade e de internação provisória do que adolescentes entre 12 e 14 anos e jovens entre 18 e 21 anos” (*ibidem*, p. 29). Ou seja, na porta de entrada do sistema socioeducativo estão os adolescentes entre 15 e 17 anos de idade, os mesmos que se encontram excluídos da escola. Não será possível perceber nesses dados uma correlação?

Havia mais jovens de 18 a 21 anos de idade em liberdade assistida e internação, o que nos leva a inferir que eles cometeram atos menos gravosos para estarem na condição de Liberdade Assistida, e que os mais velhos são aqueles já sentenciados com reincidência no sistema.

A maioria dos adolescentes e jovens que cometeu atos infracionais que ocasionaram morte foi encaminhada para o regime de internação (média de 94,92 por mês). Mesmo assim, também houve os que cometeram esse tipo de infração sob liberdade assistida (média de 17,83 por mês), semiliberdade (média de 3,00 por mês) e internação provisória (média de 6,42 por mês)” (*ibidem*, p. 29).

Emerge desse conjunto de dados uma Escola que faz muito pelos mais vulneráveis, mas que também apresenta desafios muito grandes quanto ao acolhimento e à escolarização, sobretudo dos sujeitos do sexo masculino, que possuem entre 15 e 17 anos de idade, negros e com baixo poder aquisitivo, o mesmo perfil dos adolescentes que adentram o sistema socioeducativo.

Emergem dos dados discutidos neste capítulo algumas considerações: o comportamento delinquente é mais específico da adolescência, exigindo instituições sociais que saibam lidar com esse fenômeno para além da punição/responsabilização; os adolescentes não são o grande vilão da criminalidade em nossos dias; os adolescentes que atuam pela infracionalidade possuem uma condição socioeconômica, idade, sexo, cor de pele, localização da moradia, desempenho e comportamento escolar e organizações familiares muito comuns, o que facilita a intervenção por meio de políticas públicas bem orientadas; os territórios de risco e vulnerabilidade não foram construídos por uma vontade de seus moradores, mas pela ordem socioeconômica instituída.

Em resumo, em que pese a responsabilização dos sujeitos como já discutido no capítulo anterior, especialmente com Lasch (1983), há que se convocar o Estado para que assuma seu papel de ofertar estruturas de oportunidades aos cidadãos, especialmente às crianças e adolescentes como “prioridade absoluta”, em

nossa compreensão, a Escola ocupa lugar privilegiado em nossa compreensão, a Escola ainda é a instituição mais importante no processo de construção do laço social, de afiliação à *pólis*. Ocorre que essa instituição vivencia desafios muito próprios do momento que vivemos, os quais apresentaremos de forma esquemática como ilustração. Contudo, conforme veremos há interesses que sustentam esse quadro.

Um pouco do que está por trás da crise da Escola

Chegaram aos bancos escolares brasileiros, nas últimas décadas do século XX, por imposição do capitalismo internacional, parcelas da população que antes não tinham acesso e, para as quais, a Escola não se reinventou. Barbosa (2009) nos chama a atenção para observarmos a estreita relação entre desigualdades sociais e as diferenças de acesso e sucesso no sistema escolar, pois o que de fato o sistema provocou, segundo Freitas (2002), nada mais foi do que internalizar a exclusão por meio de uma perspectiva ideológica que legitima as desigualdades educacionais. Gentile (2009) nos chama a repensar essa instituição, de forma que a desigualdade social não continue se conjugando com os processos de desigualdade na educação. Dubet (2003) aponta que ela pode até ter se tornado mais acessível, mas continua injusta, visto que a desigualdade de acesso foi substituída pela desigualdade de sucesso.

Colombier, Mangel e Perdriault (1989, p. 25) sintetizam nossos anseios ao afirmarem que

Mas, sem acreditar que a escola vá apagar as dificuldades de cada um em suas relações, em sua história pessoal, poderíamos desejar que ela não reproduzisse as mesmas situações de exclusão. Que ela não aumentasse o sofrimento de cada um e que, em todo caso, fosse possível falar sobre isso, o que é absolutamente raro.

Sobre a precarização do ensino, Peregrino (2006) prefere falar em expansão degradada, visto que esticou-se um cobertor já pequeno e precário para atender uma parcela muito maior da população, o que fragilizou ainda mais a escola pública, apesar do crescimento da qualidade para aqueles que não tinham acesso à escola. É comprovada a forte correlação da pobreza com o fracasso escolar e com a violência, apesar de a Escola não querer essa discussão como bem demonstra Duarte (2012).

Os alunos vêm chegando à Escola com fragilidades na construção do laço social, o que equivale a dizer, conforme Castoriadis (1982), fragilidade na socialização da psique, ou com Imbert (1994), ainda aprisionados em um funcionamento predominantemente narcísico-primário, indiferenciado, no qual o outro ainda não lhe foi devidamente apresentado, haja vista a fragilidade dos mediadores culturais, sejam da família, seja da cultura que se manifestam no Complexo de Édipo, conforme veremos. Castoriadis defende que a Escola faça essa mediação simbólica aos moldes do que propõe a Pedagogia Institucional, o que também é defendido em Imbert (2001). Por vezes, esse funcionamento narcísico-primário aproxima-se de um funcionamento predominantemente perverso, pelo qual o outro é objetificado, destituído (ou não incluído em) (de) sua condição de sujeito desejante, usado e descartado, reeditando o desamparo conforme já discutido aqui (COSTA, 1998a; 2000; 2004; BIRMAN, 2006; 2007; 2009).

Como transfundo do item anterior, os próprios mediadores culturais favorecem fragilidades na construção do laço social. Com a crise das grandes narrativas e da discursividade moderna, parecemos caminhar sobre uma fina camada de gelo que ameaça quebrar se não corrermos, como bem observou Bauman (1998) em sua compreensão da modernidade líquida.

E o que falar sobre a Escola nessa pós-modernidade? Padro (2010) sintetiza com maestria que “a Escola é uma instituição do século XIX, com professores do século XX e alunos do século XXI” (p. 12). Ou, como afirma uma conselheira de educação francesa: a Escola de hoje é a Escola de ontem. Permanecemos com uma escola conteudista, que cedeu à armadilha do imaginário racionalista da modernidade, instituição pré-moderna, ainda sob a égide da *ratio studiorum*, classificatória, excludente, ainda uma Escola para o rico e branco. Piaget (1990), uma das grandes referências da educação do século XX e principal referência do cognitivismo, afirma que há uma educação intelectual e uma educação moral que não pode ser negligenciada, além de reconhecer os métodos ativos como um caminho viável para uma educação construtivista.

Ocorre que pelos fatores aqui citados e outros, a Escola, conforme está organizada, quando não possui um olhar atento para as vulnerabilidades, repele nossos Guris, visto serem eles a caricatura do desencontro entre a Escola e o aluno real, para além da abstração. Questão que discutimos em Evangelista (2012). São

membros de uma parcela da população que não tem sucesso escolar: homens, pretos, pobres e adolescentes. Nossos dados demonstram o quanto nossos Guris foram machucados pela escola ao ponto de não se sentirem seguros nela e de terem a colocado como um local onde foram violentados ao tempo em que 93,7% deles acreditam que a escola pode mudar a vida deles (DISTRITO FEDERAL, 2013).

Drügg (2007), do lugar de uma supervisora de estágio com a clínica escolar já percebera o caráter ambíguo da Escola: terapêutica e de amadurecimento cognitivo e socioafetivo ao lado dos prejuízos que provoca com aqueles que requerem outros caminhos e processos de aprendizagem com sérias consequências para a intra e interrelações.

Goffman (1974) foi autor que muito nos ajudou a compreender como as instituições socializadoras (in)formais: família, Escola, Igreja, leis, polícia, Judiciário e presídios constroem o desviante como alguém que não merece a condição de pertencente. O rótulo que esses sujeitos recebem transforma-se num *status* total e simplificador que tenta representar para o social toda a subjetividade do sujeito, suas múltiplas dimensões identitárias e personalidade são desconsideradas em nome do rótulo de criminoso/autor de ato infracional. Voltaremos a essa questão na discussão dos resultados.

Baratta (2011) demonstra essa questão do etiquetamento, que, apesar de culminar na judicialização-condenação não se restringe ao encarceramento, cabendo à Escola papel de destaque nessa rede, pois, da forma como se encontra organizada essa instituição, alicerçada na meritocracia, tem servido como elemento para a manutenção do *status quo* e de intensificação das desigualdades e injustiças. Como um dos mais importantes aparelhos de dominação ideológica, "à escola tem sido atribuída a mesma função seletiva do sistema prisional: seleção e marginalização" (p. 171), cabendo ao direito penal realizar, "no extremo inferior do *continuum*, o que a escola realiza na zona média e superior dele: a separação do joio do trigo [...] através de mecanismos de seleção, discriminação e marginalização" (p. 172).

O autor destaca a visível dificuldade das classes baixas em responderem às expectativas colocadas pela Escola, a qual reage com sanções. O professor, ancorando essa instituição que fala por ele, de acordo com as elucidações de

Castoriadis (1982), tende a tratar os estudantes que não conseguem êxito com preconceitos e estereótipos negativos, “que condicionam a aplicação seletiva e desigual em prejuízo deste, dos critérios do mérito escolar” (BARATTA, 2011, p. 174). A escola é, quase sempre, o primeiro filtro, que impele os não selecionados para uma marginalização, quase uma profecia auto-realizadora.

O autor é contundente ao evocar Kark para afirmar que

existe documentação concreta, além de qualquer dúvida razoável, com o nosso sistema de escola pública se recusou a assumir a função de facilitar a mobilidade social, em realidade, se tornou instrumento de diferenciação de classe, a nível econômico e social, na sociedade americana (BARATTA, 2011, p. 175).

Com essa grave e franca denúncia, afirma de forma ainda mais contundente que

O cárcere representa a ponta do iceberg que é o sistema penal burguês, o momento culminante de um processo de seleção que começa ainda antes da intervenção do sistema penal, com a discriminação social escolar, com a intervenção dos institutos de controle do desvio de menores da assistência social, etc. O cárcere representa, geralmente, a consolidação definitiva de uma carreira criminosa (BARATTA, 2011, p. 167).

Tal como demonstramos em nosso Memorial Educativo, a Escola faz muito bem àqueles que conseguem responder às suas demandas e pode fazer muito mal se não atentar-se para aqueles que não conseguem responder a essas demandas.

Essa é também a realidade para os nossos Guris (muito mais que para as Gurias, mas também para elas) como demonstram os dados do Distrito Federal (2013) nos quais a Escola situa-se na quarta posição em relação aos locais onde sofrem violências, sendo antecedida pelas ações da polícia, por conflitos entre grupos rivais e familiares. A escola não é indicada pelos adolescentes como um local seguro, que pode justificar o fato de que, segundo esse estudo, 82% dos Guris ainda não haviam completado o Ensino Fundamental e apenas 2.2% havia completado o Ensino Médio. Contraditoriamente, o mesmo estudo apresenta que 93% dos adolescentes/jovens acreditam que a escola pode mudar sua vida.

Após muitos anos acompanhado as estatísticas do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), temos elementos para afirmar que a quase totalidade de nossos Guris encontram-se evadidos da Escola e quando ocorrem de estarem matriculados, não são frequentes. Além disso, possuem histórico de reprovação, que

os coloca numa condição de atraso em relação ao ano escolar que deveriam estar cursando, possuem históricos de medidas disciplinares como é o caso da transferência compulsória à revelia de seus interesses e ou de seus familiares.

Trabalhamos muitos anos como coordenador distrital da política de escolarização de nossos Guris e Gurias e constatávamos esses dados e a dificuldade em conseguirem uma vaga em uma Escola pública e na permanência nelas. É emblemática para nós a fala de uma secretária escolar que exigiu do agente público da política de socioeducação que ele assinasse um termo se responsabilizando pela postura do Guri na escola. Ciente do fato intervimos na situação e ouvimos dessa servidora do público: “Não entendo uma lei que me manda dar uma vaga para um marginal quando poderia dar para uma aluno.”

O conflito entre o adolescente que atua pela infracionalidade e a Escola é realidade de todo o território nacional. O processo de massificação do acesso à Escola, discutido aqui, não representou uma massificação do sucesso escolar e uma grande porcentagem de adolescentes, sobretudo entre 15 e 17 anos de idade abandonam a escola. Como vimos a mesma idade na qual se tem uma maior entrada para o sistema socioeducativo.

Há múltiplas explicações para o fenômeno do fracasso escolar: as que responsabilizam as dificuldades (neuro)psicológicas dos estudantes, as que responsabilizam os familiares, as que responsabilizam os professores por problemas na ensinagem, as que responsabilizam as políticas públicas.

Conforme demonstra Assis (2001) e também se mostrará em nossos dados, a evasão é regra para os adolescentes que atuam pela infracionalidade. Segundo a autora:

A importância do fracasso escolar na vida dos entrevistados, principalmente dos infratores, deve ser vista sob diversos ângulos. Os jovens com tais problemas familiares tendem a ir mal na escola; o mau desempenho estimula a ampliação do grupo de amigos, em muitos casos, ligados ao mundo infracional, e também contribui para o sentimento de fracasso na vida e para a baixa autoestima, importantes fatores associados à infracionalidade (2001, p. 75).

Pereira e Sudbrack (2009) destacam como fatores para o abandono da Escola a insegurança, a sensação de não pertencimento, a baixa autoestima e a falta de perspectivas futuras. O trabalho infantil, inclusive no tráfico, como demonstra pesquisa de São Paulo (2018).

Convém ainda reafirmar que a Escola pode muito!

A educação escolar por si já é fenômeno profundamente complexo, a infracionalidade não menos. Consideremos então a interação entre esses dois fenômenos, que possuem raízes comuns: a educação. Sobre essa correlação, nos falam Silva e Bazon (2015):

[...] denotando a existência de uma natureza sequencial e complementar entre as trajetórias de desenvolvimento pessoal, social e escolar relacionadas à conduta infracional. Como ficou evidenciado que uma experiência escolar negativa se configura como um marco importante para a entrada ou para o agravamento da conduta delituosa na adolescência (p. 273).

Lembrando não se tratar de uma questão pertinente apenas à política pública de escolarização, afirmam os autores:

Desse modo, a compreensão das relações existentes entre a escolarização e a conduta infracional nos adolescentes precisa considerar, em alguma medida, aspectos atinentes à família, pois, embora seus efeitos sejam indiretos, eles modulam as condições que favorecem ou não a qualidade da experiência educacional. A importância das variáveis familiares, apesar de menor, não podem ser menosprezadas (p. 284).

O que será objeto pormenorizado de nossa discussão. Esses autores fazem uma ampla revisão da literatura sobre a correlação entre Escola e infracionalidade, a qual destaca que: a experiência escolar quando acompanhada de êxito é dos fatores protetivos mais impactantes contra a infracionalidade juvenil e enquanto que o baixo desempenho, relações conflituosas com pares e professores, punições reiteradas e severas são fortes preditores para a infracionalidade juvenil. Para os autores:

[...] o sucesso na escolarização constitui uma incerteza, os adolescentes podem sentir-se pouco motivados a adiarem gratificações de ocorrência mais imediata, em detrimento de benefícios futuros, o que abre caminho para a desistência dos estudos e isso, por sua vez, abre brechas para o trabalho precoce e, ou, para o envolvimento infracional (SILVA e BAZON, 2015, p. 276).

Convém lembrar com Steinberg (2015) que o contexto familiar, escolar e comunitário desses adolescentes apresentam deficiências na promoção da autorregulação. O autor chega mesmo a afirmar que adolescentes de mais altos

níveis socioeconômicos apresentam maiores oportunidades de acumular “capital neurobiológico”.

Mesmo oriundo das cadeiras médicas, admite que a autorregulação é mais importante, menos hereditária e menos estável que a inteligência, o que depende em muito do estilo parental de autoridade. Defende uma revisão do conceito de adolescência para além da limitação, que enfatize a potencialidade; que a intervenção precoce é a mais efetiva, eficiente e eficaz das políticas públicas; que os Estados tomem medidas para impedir a precocidade da puberdade; que se viabilize políticas que ajudem alguns adolescentes de se protegerem de si próprios; que ajude os pais em seus papéis com seus filhos e se viabilize; políticas escolares que promovam a autorregulação e aumentem as oportunidades de serviço voluntário.

Shaw e McKay (1942), correlacionam estatística às questões geográficas-urbanas e perceberam que os jovens das áreas com maiores índices de infracionalidade juvenil que abandonaram a escola apresentavam maiores chances de atuarem pela infracionalidade, que eram, não por acaso, também as com piores condições urbanas. Ou seja, o abandono da Escola é fator que se soma aos riscos dos territórios de vulnerabilidade. Perceberam ainda que os índices de infracionalidade das áreas geográficas são diretamente proporcionais à reincidência e que a evasão escolar é maior precursora desta nessas mesmas áreas. Aliás, foi essa também nossa percepção colhida a partir de nossa caminhada como professor em escolas públicas.

Inúmeros foram os estudos estatísticos e econométricos com os quais tivemos contato que nos comprovam que a evasão escolar é diretamente proporcional à infracionalidade juvenil, assim como o seu inverso. McGuire (1979 *apud* FARRINGTON, 1996) demonstra por meio de meta-análises muito consistentes que um declínio na evasão escolar é seguida de um declínio na infracionalidade. Também Chui e Chan (2012) demonstram que uma forte vinculação com a escola é importante fator de proteção contra o abandono desta e contra o envolvimento com a infracionalidade.

Sampson e Laub (1995) demonstram que há um conjunto muito amplo de evidências para a ideia de que quanto maior for o vínculo com a escola, menor será o envolvimento dos jovens com a infracionalidade; que o fracasso escolar está

diretamente correlacionado à infracionalidade e que famílias grandes, pais alcoólatras ou com condenações criminais, mudanças de domicílio, são alguns dos fatores que tendem a diminuir o vínculo das crianças com a Escola e que dificultam, por exemplo, o monitoramento sobre os deveres de casa (temas) e o próprio acompanhamento dos filhos na Escola. Os jovens envolvidos formal ou informalmente com a infracionalidade possuem uma tendência consideravelmente maior a não concluir seus estudos do que os jovens não-envolvidos; a mesma correlação é encontrada crianças de temperamento irritadiço e agressivo.

Sobre essa questão, Farrington (1996, p. 99) destaca que “the best primary school predictor of juvenile offending in this study was the rating of troublesomeness at age 8 to 10 by peers and teachers, showing the continuity in antisocial behavior”⁴¹ (FARRINGTON, 1996, p. 99).

Seus estudos demonstram ainda que escolas com altos índices de infracionalidade, alunos com baixas habilidades estudantis e famílias de baixa renda apresentam forte correlação com o fenômeno da evasão escolar, o que não pode ser inteiramente explicado pelas diferenças socioeconômicas ou por meio dos escores de raciocínio verbal dos alunos com 11 (onze) anos, visto que, para ele

Therefore, they must have been caused by some aspect of the schools themselves or by other, unmeasured factors [...] The main school factors that were associated with delinquency were a high amount o punishment and a low amount of praise given by teachers in class. Unfortunately, it is difficult to know whether much punishment and little praise are causes or consequences of antissocial school behavior, which in turn is probably linked to offending outside school⁴² (p. 99).

Shoemaker (2010) relata interessante estudo realizado por Empey e Lubeck em Utah e Los Angeles, publicado em 1971, pelo qual 482 (quatrocentos e oitenta e dois) jovens que infracionaram são comparados com 185 (cento e oitenta e cinco) jovens sem infrações. Os resultados demonstram que famílias

⁴¹ o melhor predecessor de infração juvenil da escola primária neste estudo foi a reportagem de problemas aos 8 e 10 anos por colegas e professores, mostrando a continuidade do comportamento antissocial (Tradução Nossa).

⁴² Assim, essas diferenças são causadas por algum aspecto da escola sobre os alunos ou por algum outro fator ainda não mensurado. Os principais fatores escolares associados à infracionalidade foi um grande número de punições e uma baixa quantidade de elogios dados pelos professores em sala de aula. Infelizmente, é difícil saber se muita punição e pouco elogio são causas ou consequências do comportamento escolar antissocial, o que, por sua vez, provavelmente está ligado à ofensa fora da escola (Tradução nossa).

desorganizadas, conflitos entre os pais, relações com os pais e questões escolares, especialmente notas baixas são diretamente associados à infracionalidade. Todavia, quando os autores compararam a força de cada um desses indicadores, as fragilidades escolares apareceram como mais fortemente associadas à infracionalidade.

Outro estudo citado por Shoemaker é de Kruttschnitt de 1986, pelo qual este pesquisador demonstra que aqueles que abandonam precocemente a Escola têm maior propensão para desenvolver uma trajetória infracional. Shoemaker conclui que as evidências disponíveis sugerem que os vínculos das crianças e adolescentes com a escola reforçam a resiliência diante das desvantagens sociais pré-existentes.

Todavia, o estudo mais consubstanciado que tivemos contato sobre a vinculação foi de Hirschi (2001) o qual demonstra que a vinculação com a Escola e com os professores é proporcional à sensação de competência por parte dos jovens e inversamente proporcional ao envolvimento com a infracionalidade. O autor compreende o humano como naturalmente propenso às práticas delituosas e a educação como capaz de reorientar essa natural condição. Ocorre que, conforme já discutimos com dados nos capítulos precedentes, a Escola, da forma como tem se estruturado e organizado, nega esses vínculos, os quais vêm sendo encontrados nas ruas.

Daí a importância dos vínculos das crianças e adolescentes com a família, a Escola e com as práticas religiosas. Em psicanálise diríamos: como seres de pulsão que precisam das castrações impostas pelo princípio da realidade para a vida em comunidade. Esse autor demonstra ainda que os laços com os pais tendem a repercutir diretamente nos laços com os professores. Ou seja, a Escola não é uma ilha asséptica do mundo.

Sampson e Laub (1995) defendem que o baixo autocontrole é importante fator que pode conduzir alguém à prática de delito e Hirschi (2001) esclarece que a conduta desviante começaria, na verdade, quando os laços do indivíduo com a sociedade são fragilizados ou rompidos, ou seja, resultam de fragilidades e falhas no processo de socialização, de ausência de mecanismos de controle que, por alguma razão, não operaram como deveriam.

Quando o sujeito não é bem sucedido na Escola ou julga-se incapaz de atender às demandas dela, tende a abandonar essa busca e o crime se apresenta

como uma negação (e diríamos, uma agressão) desses valores, comportamentos e aspirações.

O autor traça uma hipótese, apoiado em seus dados empíricos que sugere a existência de uma cadeia de fatores a se retroalimentarem com desdobramentos para a infracionalidade. Para ele a relação entre o vínculo da pessoa com a Escola e a prática de delitos passa pela competência do sujeito para com a atividade acadêmica, ou escolar. Quando percebe-se incompetente, a vinculação com a Escola fica comprometida e o não gostar da escola, por sua vez, mostra-se estatisticamente associado à rejeição desta quanto autoridade e à aproximação da prática do ato infracional.

Hirschi elucida que “[...] students with weak affectional ties to parents also tends to have little concern for the opinion of teachers and tend not like school”⁴³ (2001, p. 131). Destaca que os alunos que apresentam uma melhor relação com professores e Escola se envolvem menos com infracionalidade, independentemente de suas relações filial-parental, o que reforça nossa tese da Escola como importante política pública que promova fatores de proteção.

De igual forma Farrington (1996) referenciando-se na teoria do vínculo social, também defende a importância dos vínculos familiares, educacionais e profissionais entre os jovens adultos como variáveis que poderiam explicar o fenômeno da desistência criminal, o que explica a pouca aderência que sujeitos com esses vínculos fragilizados apresentam na melhoria de seus comportamentos adaptativos ao social. O pesquisador demonstra a força da correlação entre desistência criminal e recursos como emprego, escolaridade, casamento e paternidade, o que não se explica apenas pelos vínculos que essas condições propõem, mas à qualidade deles.

Todavia, não estamos falando de qualquer escolarização. O próprio Jean Piaget, em antológico artigo de 1948 (PIAGET, 1990), ao comentar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, faz um balanço da educação escolar para reafirmar que a educação é uma ação que lida com as dimensões intelectual e moral e que apesar de ter se dedicado à dimensão cognitiva, não percebe como de menor valor a dimensão moral.

⁴³ os alunos com laços afetivos fracos com os pais também tendem a ter pouca preocupação com a opinião dos professores e tendem a não gostar da escola.

No sentido apresentado aqui e como já discutido com algumas vozes críticas, a Escola e o cárcere são pólos que se repelem. Mas não nos referimos à Escola da exclusão, mas da inclusão. Falamos de uma Escola suficientemente boa, como referiu-se Winnicott em referência à mãe.

Uma Escola Suficientemente Boa

Não temos dúvidas de que o enfrentamento do desafio sobre o qual nos debruçamos nesta tese passa pela Escola por meio da prevenção, haja vista que os adolescentes que atuam pela infracionalidade apresentavam dificuldades escolares (disciplinares e ou aprendizagem) já nos anos iniciais, que não foram devidamente enfrentadas por essa instituição, o que tem desdobramentos para os processos de simbolização, sublimatórios e cognoscentes. Experiências como a que se deu nos EUA (NEW YORK, 2013) demonstram que o investimento na escolarização e no apoio e suporte das famílias desses adolescentes pode reverter drasticamente os índices de violência na adolescência.

Freud (1905/2016) já havia falado da importância da Escola como espaço de sublimação e em Freud (1914/1996) na importância dos professores no período pós-edípico como novas fontes identificatórias para o latentes, tendo em vista o desinvestimento que esse complexo ocasiona nos neófitos humanos, o que será reafirmado também por Lacan. Em Freud (1910/2006) defendeu que a Escola ajude o aluno a desenvolver desejo pela vida, ofertando-lhe amparo especialmente quando a latência os leve a afrouxar os laços com os pais. Alerta que essa instituição nunca esqueça que ela tem que lidar com sujeitos em peculiar momento de desenvolvimento, aos quais não pode ser negado o direito de se demorarem em certos estádios mesmo que desagradáveis. Para ele a escola falha quando olvida seus compromissos com a vida e a muitos deixa de cumprir seu dever de proporcionar um substituto para a família. Em Freud (1925/2006) destaca que não é de se admirar o quanto de interesse e esperanças a psicanálise atraiu no que diz respeito ao seu emprego na teoria e prática da educação, se pensarmos que o trabalho da educação é orientar e assistir as crianças em seu caminho para diante e protegê-las de se extraviarem.

Assim, pensamos com Scárdua (2016) a emergência de espaços de uma educação libertadora por meio da dissidente voz de uma Escola suficientemente boa como alternativa a essa padronização impostas pela racionalidade burguesa, quantitativa, classificatória e meritocrática. Uma Escola possível ante as condições concretas em oposição à escola idealizada, perfeita e inalcançável.

O conceito “suficientemente boa” tem origem em Winnicott (2005b) que o pensou para defender a necessidade de uma mãe que não é total e com isso permite um espaço potencial ao sujeito pelo qual construirá autonomia e criatividade. Em Winnicott (2008b, p. 149) refere-se a esse espaço potencial como

Apresentei, para discussão de seu valor como idéia, a tese de que o brincar criativo e a experiência cultural, incluindo seus desenvolvimentos mais apurados têm como posição o espaço potencial existente entre o bebê e a mãe. Refiro-me à área hipotética que existe (mas pode não existir) entre o bebê e o objeto (mãe ou parte desta) durante a fase do repúdio do objeto como não-eu, isto é, ao final da fase de estar fundido ao objeto. De um estado de sentir-se fundido à mãe, o bebê passa para um estágio de separá-la do eu (sei!), enquanto a mãe diminui o grau de sua adaptação às necessidades do bebê (tanto em consequência de se ter recuperado de um alto grau de identificação com ele, quanto devido à sua percepção da nova necessidade dele, a necessidade de que ela seja um fenômeno separado).

Justamente o que acreditamos para uma Escola que seja também *holding*. Por essa expressão, Winnicott (2005a) compreendeu a forma como a mãe contém e suporta o bebê quando sua agitação psicomotora nos fala de um mal-estar ainda não passível de nomeação; quando a mãe diz ainda que sem palavras que está tudo bem, que ela está ali e tudo ficará bem. É essa a Escola que acreditamos, sobretudo para os vulneráveis. Que exerça a disposicionalidade materna e paterna, principalmente se as famílias não conseguiram estar suficientemente disponíveis.

Erikson (1968/1987) é autor ao qual recorreremos pela importância que dedicou à juventude, à latência, à infracionalidade e, especialmente à importância dos adultos e das instituições para as novas gerações. Atenção especial consagra o autor à latência com seu desafio de autoconsciência de sua competência, que deveria ser uma calma antes da tempestade, a onda que recua antes do seu retorno tempestuoso.

Ocorre que na ausência da sensação de competência, o sujeito recusará a Escola e buscará pares com os quais encontre um lugar de reconhecimento de sua identidade negativa e possa vivenciar sua paradoxal autonomia ante os modelos

que lhe são impostos. Outros fatores que o autor apresenta como fragilizadores da autoimagem é a vergonha pela cor da pele, família e condições socioeconômicas.

Saberes extremamente de acordo com a realidade de nossos sujeitos de pesquisa, visto que todos apresentaram dificuldade com a escola especialmente durante a latência. Destaca assim a importância das instituições adultas, dentre as quais o que denomina como ideologia, que assume concepção específica com esse autor, a Escola e as instituições jurídicas.

Destaca a importância da Escola em reconhecer e ou desenvolver a competência das crianças. Denuncia o quanto a desigualdade social associada a métodos retrógrados geram a incapacidade alguns. Diz o autor:

Pois o que está em jogo é nada menos do que o desenvolvimento e manutenção nas crianças de uma identificação positiva com aqueles que sabem coisas e sabem como fazer as coisas. Repetidamente, em entrevistas com pessoas especialmente dotadas e inspiradas, é-nos dito espontaneamente e com particular veemência que um professor pode ser creditado por ter acendido a chama do talento oculto. Contra isso levanta-se a prova esmagadora de uma vasta negligência. [...] O desenvolvimento de um sentimento de inferioridade, o sentimento de que “nunca prestarei para nada”, é um perigo que pode ser minimizado por uma professora que saiba enfatizar o que uma criança sabe fazer [...] (ERIKSON, 1968/1987, p. 125).

O suporte do mundo adulto é destacado por Erikson como de extrema importância para o sujeito.

Defende que a sociedade apresenta ao jovem um sistema ideológico, compreendido por esses como um corpo coerente de imagens, ideias e ideais compartilhados. É através da ideologia que os sistemas sociais penetram na índole da geração seguinte. Portanto, cabe às ideologias ofertar uma perspectiva simplificada de futuro, unir o sujeito com o social, apresentar a possibilidade de papéis coletivos, superação e ou inibição das culpas, apresentação de um mundo lógico, uma história e referências.

Sem tal vinculação ideológica, por mais implícita que esteja num modo de vida, o jovem sofre de uma confusão de valores que pode ser especificamente perigosa para alguns mas que, numa grande escala, é certamente perigosa para a própria tessitura da sociedade (ERIKSON, 1968/1987, p. 188).

Para o autor, portanto, a identidade juvenil depende da qualidade das oportunidades e recompensas ao alcance em seu grupo de pares e dos métodos

formais da sociedade. O suporte de um potencial ideológico de uma sociedade, da afirmação dos pares, confirmação dos professores e inspiração dos modelos sociais.

Uma vez “delinquentes”, a sua maior necessidade e, frequentemente, a sua única salvação é a recusa, por parte de amigos mais velhos, conselheiros e pessoal judiciário, em estigmatizá-lo ainda mais por meio de diagnósticos e juízos sociais engatilhados que ignoram as especiais condições dinâmicas da adolescência [...]” (ERIKSON, 1968/1987, p. 132).

E mais à frente:

[...] um jovem que, por motivos de marginalização pessoal ou social está prestes a escolher uma identidade negativa, esse jovem poderá muito bem empenhar suas energias em tornar-se, exatamente, o que a comunidade descuidada e temerosa espera que ele seja – e fazer disso um trabalho completo (ERIKSON, 1968/1987, p. 197).

Para Erikson os pais, e diríamos por extensão: o mundo adulto,

[...] devem não só ter certos métodos de orientação por proibição e permissão; eles devem também estar aptos a representar para a criança uma convicção profunda, quase somática, de que existe um significado no que estão fazendo (ERIKSON, 1968/1987, p. 104).

Para ele, a função da psicoterapia, e por extensão, diríamos, dos educadores é de alcançar os jovens e fazê-los verem que vale a pena acreditar nesse mundo. Todavia, como fazer isso se o próprio adulto se encontra receoso do amanhã ante a crise das grandes narrativas modernas?

Esses extremos, particularmente em épocas de confusão ideológica e vasta marginalização de identidades, podem incluir não só as tendências rebeldes, mas também as divergentes, delinquentes e autodestrutivas (ERIKSON, 1968/1987, p. 237).

Lembra que comunidade e indivíduos buscam reconhecimento mútuo e que costuma reagir com vingança quando tal não ocorre. Critica as comunidades por subestimarem a história do sujeito na sua construção identitária e seu potencial em interferir numa escolha.

Assim, a comunidade subestima frequentemente o grau em que uma longa e intrincada história da infância restringiu a escolha ulterior pelo jovem de uma mudança de identidade e também o grau em que a comunidade ainda poderia, se quisesse, ajudar a determinar o destino de um jovem, dentro dessas opções (ERIKSON, 1968/1987, p. 160).

Apesar de sua relevância para o estudo da adolescência e ou juventude, pois reconhece e demonstra essa como o momento mais significativo na construção da identidade, Erikson ainda é bem pouco conhecido e estudado no Brasil. Talvez devido à apropriação que foi feita pela Escola estadunidense com sua forma muito específica de abordar as questões, além de sua aproximação com a psicanálise do Ego.

Também para Winnicott (2005a, p. 250), a instituição deve fazer o que a família não está dando conta. Não apenas a Escola, mas as instituições em rede. Para esse autor, os sujeitos precisam ser selecionados de acordo com seu grau de privação, que deve ser proporcional à cobertura por essas instituições. Este psicanalista atendeu a centenas de crianças dissociais privadas pela Segunda Guerra Mundial com excelentes resultados, devolvendo todas reintegradas ao convívio social e o fez por meio de instituição criada para esse fim. É lapidar para nós sua afirmação que ele nos faz de que: “bem depressa eu aprendi que a terapia estava sendo feita na instituição, pelas paredes e pelo telhado [...] A terapia estava sendo realizada pelo cozinheiro”.

Não temos e não teremos uma rede de saúde mental que dê conta de todas as nossas demandas, mas a Escola pode ser esse espaço *holding*, suficientemente bom para os sujeitos, sobretudo os vulneráveis, mesmo porque a política pública de escolarização representa a maior capilaridade do Estado brasileiro. Encontra-se em localidades que outras políticas públicas, e, poucos aparelhos do Estado já se fizeram instalar. O fato é que também as políticas públicas de saúde, assistência social, segurança encontram-se sucateadas. Faltam aparelhos, faltam profissionais, faltam recursos, faltam políticas públicas populares.

É para a Escola que vão em todos os dias úteis da semana toda a nossa população em idade escolar. Nenhuma outra instituição do Estado é tão frequentada pela população. Portanto, é na Escola que acreditamos para o enfrentamento dos desafios levantados nesta tese.

Winnicott defenderá uma instituição que adeque-se ao grau de privação de seus sujeitos. Não podemos continuar pensando em uma Escola padronizada para toda a população, quando de fato, precisamos de “coberturas”/enquadres

distintos. O autor fez severas críticas ao modelo idealizado de democracia com o qual temos trabalhado e, especialmente, ao escolanovismo.

Em Winnicott, 2005a, p. 215 afirma a necessidade de um ambiente que :

[...] enfatize mais a administração do que o ensino; o ensino é uma questão secundária e pode, às vezes, ser especializado, de natureza mais corretiva do que de instrução em matérias escolares. [...] **no caso de crianças anti-sociais não são professores de escola que acrescentam aqui e ali uma pitada de compreensão humana; são, de fato, psicoterapeutas de grupo que acrescentam uma pitada de ensino** (grifo nosso).

Pois, reiteramos: a antissocialidade e a infracionalidade são pedidos de socorro à sociedade para aquilo que a família e a comunidade não venham conseguindo responder, dar enquadre, ser *holding*, suporte e continência.

Todavia é preciso considerar com Lasch (1983) de que essa não é uma ação apenas para a Escola. Cerqueira e Moura (2014) investigaram o efeito causal das oportunidades do mercado de trabalho e educacionais sobre a taxa de homicídios nos municípios brasileiros, tendo o cuidado de isolar variáveis por meio de refinadas técnicas econométricas e concluíram que a maior oportunidade tanto educacional quanto no mercado de trabalho é um elemento crucial para mitigar a taxa de homicídio nos municípios brasileiros. Para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa de homicídio dos municípios e que o aumento de 1% na taxa de desemprego dos homens jovens (15 a 29 anos) contribui para o aumento da taxa de homicídio no município na ordem de 2,5%.

Acrescentaríamos que o esporte, a cultura e o lazer também seriam importantes caminhos. O psiquiatra que atendeu conosco durante toda a nossa intervenção na Unidade de Internação de Santa Maria formou-se em Cuba e sempre reportava que esse é um quadro que desconhecia naquele país, pois o Estado assume as novas gerações como importantes para o projeto de sociedade daquele país. Logo, observa-se que nosso objeto é atravessado pela questão de classe e renda.

Obviamente que para a Escola exercer essa função necessitará de um apoio que hoje não possui. Por encontrar-se na vanguarda do enfrentamento dos riscos e vulnerabilidades de nossas crianças e adolescentes, precisa de uma forte política pública que lhe ofereça retaguarda para essa função. O orientador

educacional não é suficiente para essa função, conforme temos visto no Distrito Federal.

É preciso uma Escola que funcione em rede internamente e com os demais setores do Estado e da comunidade. Mas que tenha uma política que selecione e forme agentes públicos especialmente preparados para essa função.

Nossa defesa é de uma Escola holding, suficientemente boa para lidar com os riscos e vulnerabilidades construídas neste país de tantas desigualdades e injustiças, inserido e vendido como se encontra no capitalismo internacional. Rolim (2014, p. 58) nos lembra que “é possível delinear uma política pública precisa a partir de um diagnóstico bem feito”. refere-se a esse contexto como de uma “socialização maléfica” decorrente de um fracasso sistêmico e admira-se da negligência com a política pública de escolarização. Lembra esse pesquisador que, Quando a Escola exclui, o crime acolhe! De fato, usa como a um produto descartável.

Capítulo 6

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre a empiria e nossas comunidades interpretativas

Os achados desta pesquisa se deram pela imersão no campo empírico a partir do dia 23 de maio de 2017, momento em que conseguimos vencer todas as burocracias junto ao Comitê de Ética designado para avaliação desta pesquisa, à Vara de Execução das Medidas Socioeducativas (VEMSE-VIJ-TJDFT), à Secretaria de Políticas para a Infância e Juventude e à Direção da Unidade de Internação de Santa Maria e seguiram até o final do primeiro semestre de 2018.

Dentre os nossos erros e acertos desse processo de investigação que aceita a complexidade do real e coaduna com as proposições de Kincheloe e Berry (2007), destacamos a ilusão de que nossa história com o fenômeno da infracionalidade de um lugar de um educador apaixonado pela pesquisa pudesse ser suficiente para o levantamento de uma literatura prévia que ajudasse a compreender esse fenômeno, como fizemos até a qualificação no dia 3 de março de 2017, quando nos sentimos autorizados a irmos para campo.

Imersos no campo de pesquisa nos percebemos fragilizados ante os saberes que esse nos exigia para entendimento do fenômeno. Ali vimos que o referencial teórico inicialmente elaborado para a qualificação não nos atendia de todo. Logo, os conhecimentos que se seguem neste capítulo são, de fato, o produto de um profícuo e real debate entre a empiria e a reflexão teórica. Durante quase dois anos lemos diuturnamente os sujeitos e as produções acadêmicas em um processo recursivo de troca entre essas duas importantes dimensões: a manifestação do real e a teoria.

Por vezes líamos o fenômeno de nosso lugar de pesquisador-observador e buscávamos acurar nossa visão por meio da literatura que, não raro, funcionava como uma lente corretiva de nossas miopias tão comuns sobre o fenômeno, de outras vezes como um microscópio. De outras, mais raras ainda, questionávamos a literatura a partir do que a empiria nos mostrava.

Assim, o que nos propomos de agora em diante é a grafia dos resultados desse diálogo.

Da leitura dos prontuários e demais fontes disponíveis, algumas questões gerais e comuns saltaram aos nossos olhos. Todavia, é preciso considerar que são informações constantes da documentação de alguns Guris, mas que não constam de outras documentações, daí não podermos trabalhar porcentagens, mas apenas com médias.

Entre o biológico, o psíquico e o social na adolescência: uma etiologia complexa

Conforme organograma que se segue, e de acordo com nossos achados, a etiologia da sintomatização pela fragilização do laço social entre nossos Guris se deu por quatro dimensões etiológicas observadas: os processos de socialização na família; na Escola; na comunidade e no atual contexto sócio-cultural e econômico, os quais utilizaremos, juntamente com a disrupção como as cinco categorias de análise referentes aos dados encontrados.

Percebamos do organograma que o grande objeto desta tese é a ruptura do laço social que teve como analisador a atuação infracional, fenômeno apresentado no capítulo 2. No cerne desta questão encontra-se a socialização da psiquê magistralmente destrinchada por Castoriadis (1982) num processo que vai do encapsulamento autístico à alteridade, passando pela noção de outriedade, embora o autor não se utilize desses dois últimos termos. Trata-se, em síntese, da eterna luta entre o instinto e a pulsão e a hominização pela cultura, que foi devidamente trabalhada por Freud (1930/2010), além dos inúmeros outros autores que foram retomados em vários momentos da revisão bibliográfica deste trabalho.

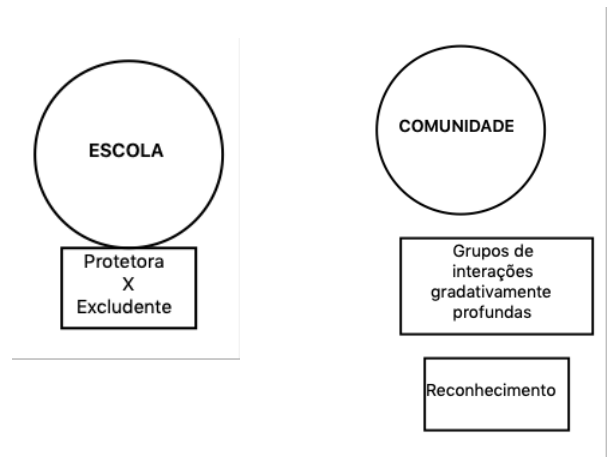
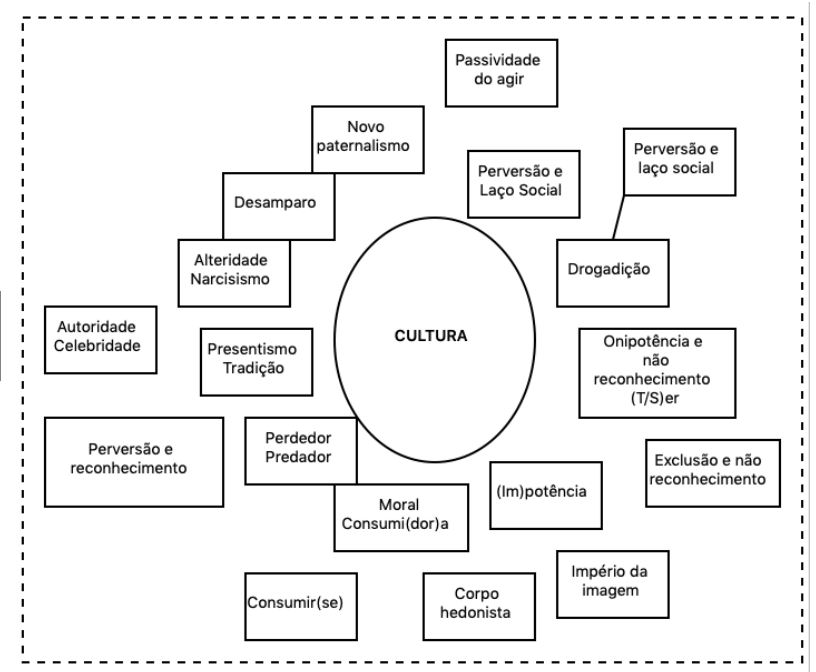
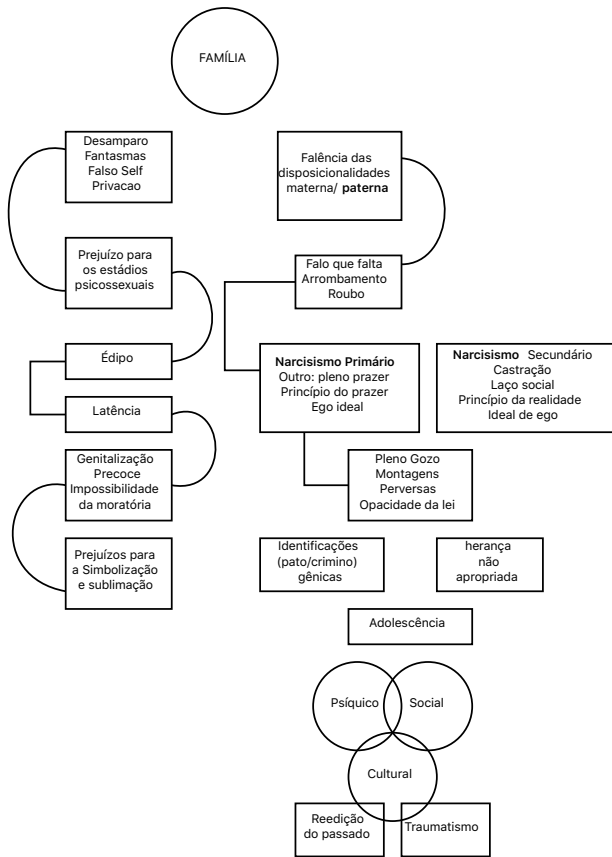
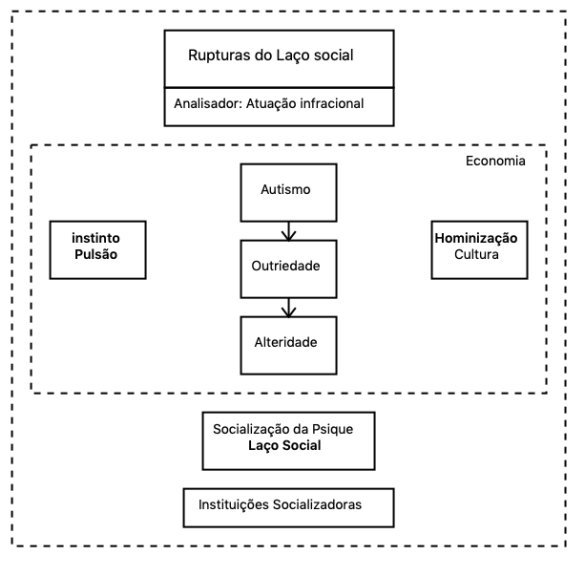
Esse processo de socialização da psiquê se dá por meio de instituições socializadoras, tendo sido destacado nesta pesquisa a partir dos dados e achados: a Família, a Escola e a Comunidade. A esse processo, em consonância com Freud em várias de suas obras, conforme será retomado aqui e com Lacan (1992) denominamos laço social.

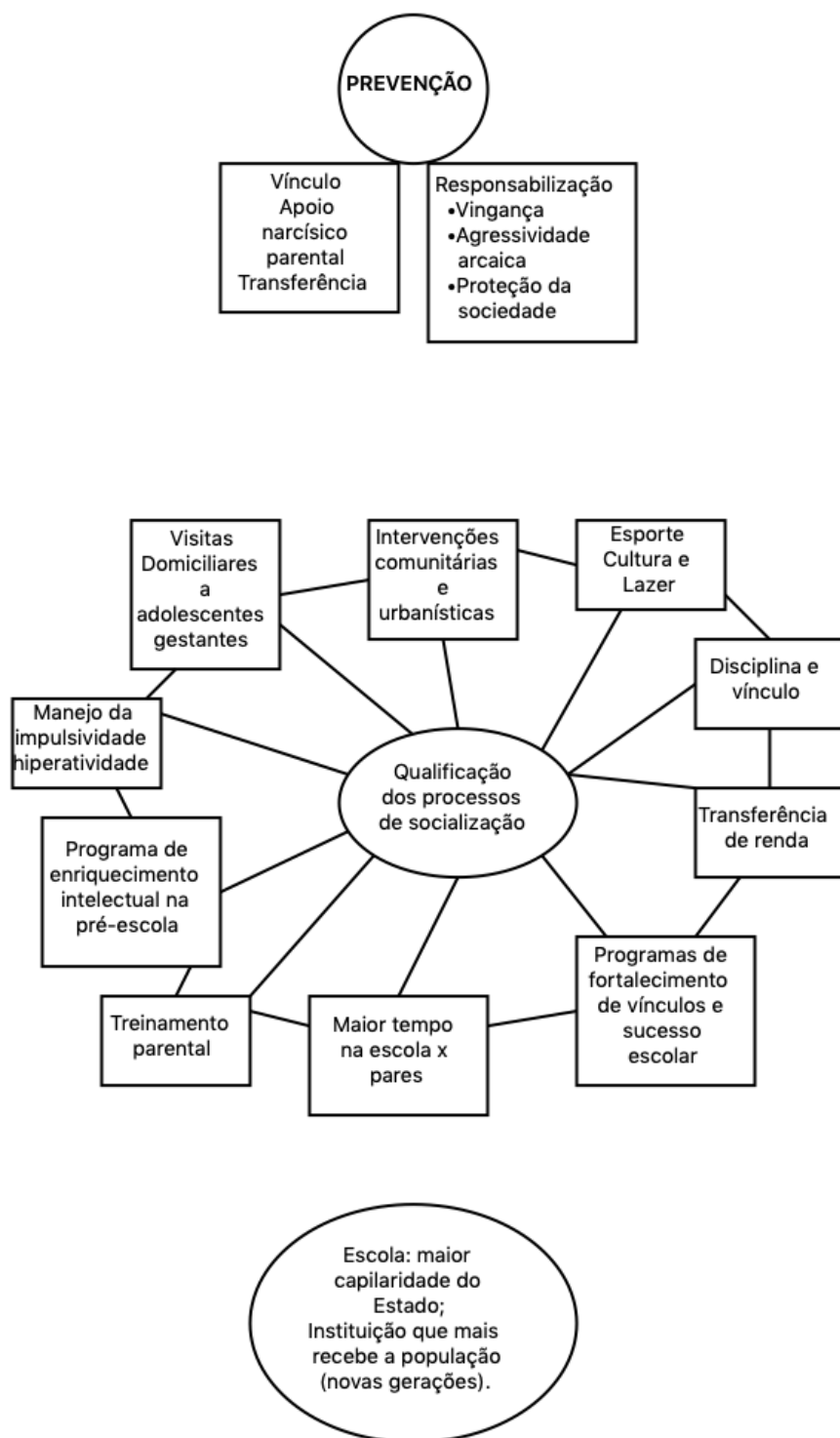
Todavia, todas essas instituições encontram-se imersas em um grande transfundo formado pelo modo de produção hegemônico, com sua política econômica num movimento recursivo e recorrente conforme trabalhado aqui com Morin (2007a) e todos os autores discutidos no capítulo 3.

Cada uma das instituições socializadoras e a cultura compõem uma categoria de análise das quais nos utilizaremos para a organização e análise dos dados, acrescido ainda do próprio fenômeno da disrupção que será analisada por nós por meio do conceito psicanalítico de passagem ao ato/*acting out*/atuação. Unidade com a qual iniciaremos essa discussão.

Posteriormente apresentaremos uma síntese conceitual que aqui denominaremos como uma criminologia complexa e, por fim, discutiremos a prevenção a partir da Escola como caminho que conseguimos vislumbrar como o mais eficaz, eficiente e efetivo no enfrentamento dos desafios que este percurso de pesquisa nos apresentou.

Organograma
Resultados





PRIMEIRA CATEGORIA DE ANÁLISE: A DISRUPÇÃO COMO SINTOMA DO PROCESSO DE RUPTURA DO LAÇO SOCIAL

A infracionalidade como um sintoma de um laço social frágil

De nossas investigações concluímos que todos os adolescentes sujeitos desta pesquisa sintomatizaram um enlaçamento social frágil decorrente das peculiaridades nos processo de socialização da psiquê em múltiplos níveis: da constituição psíquicas desses sujeitos em seus contextos familiares; de uma Escola que acolhe, protege e ou exclui; de uma comunidade de risco; de um país em crise com a lei, moral e ética, com posição definida pela divisão internacional do trabalho.

Conforme já discutimos em Evangelista (2012), sintoma é conceito reinventado por Freud (1905/2016; 1925/2011) a partir da Medicina para referir-se às subjetividades, compreendendo-o como uma metáfora que tenta burlar o recalcado e que persiste em dizer o que não pode ser falado, sem reduzi-lo ao registro do biológico, conforme se fazia em sua época e ofício.

Ao analisar o caso Dora, Freud (1905/2016) apresentou o sintoma como uma defesa do Ego ante a censura do Superego, que impossibilitou sua realização. Trata-se de um sinal e um substituto de uma satisfação pulsional que permaneceu em estado latente, uma consequência do processo de repressão. Birman (2007) compreende os sintomas como formas complexas de organização psíquica, por apresentarem uma estrutura multifacetada e estratificada em que se amalgamam, de modo quase indiscernível, os movimentos pulsionais do sujeito e as formas dos interditos.

São formações de compromisso do sujeito ante os impasses entre as pulsões e as interdições numa operação quase impossível de negociação por contrapor exigências inconciliáveis no sujeito (BIRMAN, 2007, p. 256). Adquire em psicanálise importância especial por apresentar a pista da história do sujeito conforme asseverou Lacan (1986a).

Em nossa compreensão o sintoma é caminho peculiar de cada subjetividade tendo em vista a história psíquica desta (psicossexual e psicossocial) sustentadas por um ambiente imediato com o outro e pelo Outro, sem desconsiderar

as ancoragens biológicas. Nossa imersão nesse campo nos demonstrou que o sintoma de hoje é produto de tantas outras angústias que desdobraram-se em sintomas sem que fossem acolhidos e suportados pela sociedade.

Já por infracionalidade, compreendemos com Elliot e Menard (1996), classe observável de comportamentos ilegais ou de subjacentes, predisposição construída para o desvio (potencial infracional), fruto da trajetória de adolescentes que apresentam dificuldade no enlaçamento social, sintomatizando por meio da atuação infracional, conforme já discutido no capítulo 2.

Por laço social compreendemos com base em Freud (1913/2010; 1921/1976; 1930/1976) e Lacan (1992; 2005), aquilo que possibilita o reconhecimento do outro como um semelhante, o que permite uma (com)vivência possível, conceito que articula as dimensões de sujeito, coletivo, inconsciente e esfera institucional.

Freud (1913/2010) apresenta a culpa pela morte do pai como fundamento do laço social e em Freud (1921/1976) baseou-se fundamentalmente na identificação vertical ao líder em uma conjugação entre “comando” e “moral”.

Também Freud afirma que “só através da influência de que possam fornecer um exemplo e a quem reconheçam como líderes, as massas podem ser induzidas a efetuar o trabalho e a suportar as renúncias de que a existência depende.” (1927/2014, p. 18). É também nesse estudo que relaciona o Superego com o processo civilizatório como instância favorecedora da coesão social. Tema ao qual retornaremos.

Freud compreende o Superego como a dimensão que possibilita o domínio do desejo de agressão, enfraquecendo-o e desarmando-o, “como uma guarnição numa cidade conquistada” (1930/1976, p. 147) que assim age pelo medo do desamparo ante o fantasma da perda do amor. Nesse mesmo texto destaca que a cultura serve a dois propósitos: “proteger os homens contra a natureza e o de ajustar os seus relacionamentos mútuos” (1930/1976, p. 109).

Todavia, tal renúncia não se faz sem um alto custo, visto que o sofrimento ocasionado pelo outro destaca-se como a maior fonte de mal-estar, ao lado das imposições da natureza e, decorrente da última, das imposições da corporeidade. Haverá sempre um *déficit* de liberdade a ser reivindicado na dinâmica social que

coloca em risco o que aqui temos chamado de laço social. Em obra posterior, Freud volta ao laço social afirmando que:

A primeira forma de organização social ocorreu com uma renúncia ao instinto, um reconhecimento das obrigações mútuas, a introdução de instituições definidas, pronunciadas invioláveis (sagradas), o que equivale a dizer, os primórdios da moralidade e da justiça. (1939/1976, p. 101)

Emerge da abordagem freudiana que as frátrias respondem a esse ato primevo do pai, o que será por nós retomado em vários momentos desses resultados e mais especialmente quando da discussão do lugar do pai na história psíquica de nossos sujeitos de pesquisa.

Uma segunda e decisiva contribuição sobre o laço social virá com Lacan em *O Seminário, Livro 17: O avesso da Psicanálise*, de 1992, no qual apresenta o discurso como artífice dos laços sociais. Ou seja, as relações humanas se estabelecem por meio da ordem simbólica. Daí sua formulação dos quatro discursos, para demonstrar que a relação entre o eu e o outro se estabelece de um lugar e posição discursiva, modos de posicionamento e de enlaçamento mais ou menos estáveis com o outro: o discurso do mestre, da histeria, do universitário e do analista.

Tendo em vista que a linguagem é anterior à fala, esse artifício da cultura é condição de humanização por meio do estabelecimento das estruturas elementares da cultura. Para Lacan a relação entre o Ego e o Ego Ideal ainda é predominantemente do campo do imaginário, enquanto a relação do sujeito com o Ideal do Ego é da ordem do simbólico. O discurso prescinde da palavra, ultrapassa sua função de mediadora na relação com o outro e é anterior à fala, logo, governa a palavra.

Também Winnicott (2005a; 2005b) trará importantes contribuições para esse contexto, não apenas pela “disponibilidade paterna”, como prefere nomear, mas principalmente pela disponibilidade de quem faça a maternagem do sujeito.

A disrupção em casa e na Escola é queixa comum entre todos os nossos Guris. Estudos mais quantitativos destacam a agitação na infância, a impulsividade e a hiperatividade como preditores sempre presentes nos quadros de infracionalidade.

Loeber (1996) destaca como o que denomina de “preditores” da infracionalidade: dificuldades de temperamento, hiperatividade, transtornos de conduta/agressividade, isolamento, pobreza relacional (certamente na escola), dificuldades de aprendizagem, tendência a ocultar condutas equivocadas, associação com pares desviantes, infracionalidade (prisão), reincidência no ato infracional são fortes indicadores de uma possível carreira criminal.

Para esse autor, e em consonância com nossos achados, alguns comportamentos funcionam como catalisadores e outros são propensos a persistirem apenas quando os catalisadores se fazem presentes. Destaca o transtorno de hiperatividade como um desses principais catalisadores que, para ele, prenuncia outros distúrbios, dentre os quais o que denomina como transtorno de personalidade antissocial, infracionalidade e uso indevido de drogas. Nas palavras do autor:

hiperactivity may stimulate an early serious conduct problems and delinquency may become more acute when physical aggression accompanies disobedience at an early age [...]. In summary, hyperactivity and drug involvement may act as catalyst in the development of disruptive behaviors, but the evidence is far from complete. Future studies need to demonstrate that catalysts operate independently from third factors, such as impulsivity, aggression, or peer influences.⁴⁴ (LOEBER, 1996, p. 9-10)

O autor afilia-se a corrente que discute o temperamento e a impulsividade como explicação para a atuação infracional/crime, haja vista a forte correlação entre temperamento irritadiço na infância com dificuldades futuras de adaptação ao final da adolescência a nos primeiros anos de vida adulta. Todavia, precisamos lembrar com auxílio de Prinz (2012) que a biologia é importante, mas são as condições ambientais que respondem pela variedade humana como percepção, inteligência e temperamento.

⁴⁴ A hiperatividade pode estimular sérios problemas precoces de conduta e a infracionalidade pode se tornar mais aguda quando a agressão física acompanha a desobediência em uma idade mais recuada [...]. Em resumo, a hiperatividade e o envolvimento com drogas podem atuar como catalisadores no desenvolvimento de comportamentos disruptivos, mas a evidência está longe de ser completa. Estudos futuros precisam demonstrar que os catalisadores operam independentemente de terceiros fatores, como impulsividade, agressão ou influências de pares. (Tradução nossa)

Farrington (2002a) caracteriza como comportamento impulsivo os sujeitos que apresentam hiperatividade, ausência de consideração pelas consequências, dificuldade planejamento, orientação por perspectivas de curto prazo, baixo autocontrole, busca por sensações fortes e gosto pelo risco. Cita vários estudos que demonstram a hiperatividade como preditor de infracionalidade e destaca a banalização do conceito no Brasil.

Rolim (2014) ilustra essa questão com estudo novazelandense que acompanhou mais de mil crianças com avaliação aos 5, 7, 9, 11, 13, 15, 18 e 21 anos e concluiu que 10% desses sujeitos foram classificados como subcontrolados: irritáveis, impulsivos, instáveis emocionalmente e não persistentes em suas tarefas. Ao longo da infância, seus pais e professores avaliaram estas crianças como difíceis de lidar, o mesmo que ouvimos de dois dos nossos quatro sujeitos de atendimento clínico que ainda possuem os pais ou parentes próximos vivos. Aos 18 anos, a marca principal desse grupo era a busca por emoções fortes, altos níveis de impulsividade, agressividade e alienação interpessoal; aos 21 anos relataram maiores dificuldades de emprego, maiores níveis de conflitos interpessoais em casa e nos seus relacionamentos amorosos. Eles tiveram também extensos atritos com a lei e os papéis que pretendiam desempenhar como adultos foram comprometidos pelo abuso do álcool. As pessoas que os conheciam bem corroboraram este perfil de ajustamento interpessoal conflituoso, descrevendo o grupo de indivíduos subcontrolados como “pouco confiáveis” e “inconfiáveis”.

Não possuímos mais elementos sobre o estudo para avaliar a condição socioeconômica com todos os seus elementos, a organização dessas famílias, o tipo de escola, a herança transgeracional etc. Como nos lembra Robins (1966 apud SAMPSON e LAUB, 1995), comportamento antissocial na infância prediz classe social de forma mais eficiente do que a classe social poderia predizer comportamento antissocial.

Contudo, não se trata de uma mera condição natural, como demonstra Farrington (2002a) sobre estudo longitudinal com trezentos meninos selecionados pela alta frequência de queixas de interrupção, sobretudo com altos escores de agressividade e hiperatividade aos seis anos de idade. Todos esses sujeitos tiveram seus pais treinados em (auto)controle e aos doze anos, todos eram bons alunos e não possuíam histórico envolvimento com a polícia. Esse estudo corrobora uma de

nossas maiores percepções desta caminhada acadêmica: precisamos investir na prevenção.

Não conseguimos ter acesso à documentação escolar pregressa dos nossos sujeitos, como por exemplo: laudos ou relatórios escolares, não obstante todos os esforços que enveredamos nesse sentido. Mas, dos diálogos com os jovens e com as mães escutamos que todos apresentaram muita agitação nos anos iniciais da escola. Dos poucos documentos que conseguimos ter acesso, como é o caso do relatório bimestral dos anos iniciais do Ensino Fundamental do Guri 3 (anexo), percebemos que essa agitação se mostrava também na escola.

Todos os nossos sujeitos de pesquisa que foram atendidos mais diretamente nos relataram dificuldades que se assemelham ao que vem sendo denominado como transtorno de hiperatividade, sendo que apenas o Guri 7 nos apresentou laudo sobre essa questão, enquanto que todos os outros afirmaram que possuíam esse laudo, apesar de não termos tido acesso a ele. Ocorre que o termo hiperatividade é hoje sinônimo de criança agitada, até mesmo para parte da classe médica.

Dos relatos dos prontuários e demais bancos de dados, pelos fatores já explicados na metodologia, encontramos informação frágeis também sobre a infância dos Guris em suas casas. Já os Guris que atendemos em ambiente clínico ouvimos de todos os pais e ou familiares com os quais tivemos contatos que eles eram crianças agitadas desde a mais tenra infância.

É emblemático para nós a fala de uma tia de Guri 3 que me pareceu ser uma referência em autoridade na família. Guri 3 foi criado pela bisavó materna e no dia que marcamos de ir à casa dela, grande parte da família se fez presente para colaborar, dentre as quais uma tia mais nova, mas de postura forte e sensata que nos inspirou a ideia de ser uma referência saudável importante para ele: “De todas as crianças da família, ele já nasceu diferente. Sempre foi muito agitado. O choro dele era diferente, demonstrava um desespero. O sono dele era agitado. Ele já tinha algo diferente” informou na ocasião. Essa simples fala da tia de Guri 3 abre um leque de reflexões e debates sobre a precocidade da agitação desses sujeitos.

As mães de Guri 3 e de Guri 1 também nos falam de crianças inquietas e agitadas desde os primeiros anos de vida. A tia do Guri 2, única referência adulta viva

em condições de nos ajudar com esse tipo de informação, nos fez relato semelhante ao da tia de Guri 3.

Estudos longitudinais anglo-saxões nos falam que a agitação na infância é um dos principais preditores da infracionalidade juvenil. Loeber (1996) a partir de estudos longitudinais já apontava tendência à persistência dos problemas de comportamento ao longo dos ciclos da vida com características bem peculiares para cada um desses momentos. Crianças que apresentam altas taxas de comportamento antissocial possuem mais chances de serem adultos com comportamento antissocial quando comparadas com as demais crianças. A essas questões retornaremos quando discutirmos a teoria dos fatores de risco. Também Robins (1978 *apud* SAMPSON e LAUB, 1995, p.125) afirma que “comportamento antissocial adulto virtualmente requer comportamento antissocial na infância”.

Tanto a teoria, quanto nossos achados corroboram a ideia de que nossos Guris sintomatizaram pela disrupção desde os primeiros anos de vida, conforme demonstraremos, como um pedido de socorro que convocou o outro, por vezes o desconsiderando. Vimos que boa parte deles passaram por equipes de saúde mental, quase sempre encaminhados pela Escola, mas deparam-se com todas as limitações que essa política pública apresenta no Distrito Federal.

Nos itens que se seguem, demonstraremos não se tratar de uma questão disposicional determinada por fatores biológicos. Mas, antes, resultado de contextos familiares, comunitários, sócio-culturais e econômicos. Até concordamos que alguns desses sujeitos possam apresentar temperamentos e algo de suas personalidades que se calca no real do biológico, haja vista que todos os Guris que atendemos clinicamente passaram por farmacoterapia da saúde mental sem outras abordagens, com exceção de Guri 7, cuja mãe é servidora pública, que visitou algumas sessões de psicoterapia, mas a recusou.

A construção desse quadro de disrupção com consequências para a socialização da psiquê e para o laço social é o que passamos a perseguir por meio da discussão de nossos achados no contexto das famílias, da Escola e da comunidade, tudo isso inserido em um grande transfundo sócio-econômico e cultural. Logo, a disrupção segue como atravessador-atravesado de/por todas as demais unidades de sentido.

Na sequência do como se dá com a psiquê humana, iniciaremos a análise de nossos achados concernentes à Família.

SEGUNDA CATEGORIA DE ANÁLISE: A SOCIALIZAÇÃO NA PSIQUÊ PELA FAMÍLIA

Desse modo, a compreensão das relações existentes entre a escolarização e a conduta infracional nos adolescentes precisa considerar, em alguma medida, aspectos atinentes à família, pois, embora seus efeitos sejam indiretos, eles modulam as condições que favorecem ou não a qualidade da experiência educacional. A importância das variáveis familiares, apesar de menor, não podem ser menosprezada (SILVA e BAZON, 2015, p. 284).

Os dados referentes à Família foram os mais presentes neste estudo. Conforme anunciamos na metodologia, apesar de possuímos um desenho metodológico inicial, tivemos a ousadia de ir deixando que a metodologia se construísse a serviço da pesquisa e não o contrário. Não imaginávamos que teríamos tantos elementos sobre a vida familiar de nossos Guris, mas foi assim que o percurso de pesquisa se desdobrou.

Apresentaremos inicialmente dados gerais sobre as configurações familiares de nossos Guris e Gurias. Lembrando que há dados colhidos dos prontuários e bancos de dados dos 141 (cento e quarenta e um) sujeitos desta pesquisa, dados mais específicos dos 54 (cinquenta e quatro) Guris e Gurias que atendemos esporadicamente e dados colhidos dos 8 (oito) adolescentes que atendemos clinicamente mais sistematicamente, conforme explicado no capítulo 1.

Montamos o genograma dos 141 (cento e quarenta e um) Guris e Gurias que se encontravam na Unidade no dia 23 de maio de 2017 e fizemos anotações sobre as informações constantes referentes à família, condições sócio-econômicas, comunidade, ato infracional, escolarização e outras observações que saltava.

Após, conforme organograma que se segue, destacamos duas ordens de achados em diálogo com os saberes psicossociológicos: os processos de socialização da psiquê com especial ênfase para alguns dos estádios psicosexuais categorizados por Freud (1905/2016) e num segundo momento e paralelo a tudo isso, os desdobramentos metapsicológicos desses percursos mais ou menos comuns na estruturação e modo de funcionamento psíquico desses sujeitos.

Alertamos para o fato de que a divisão que aqui propomos é meramente para efeitos didático, visto que, de fato, conforme discutido com Morin (2005; 2008b; 2007a; 2007b; 1998 e 1996), trata-se de construções complexas, no mais estrito sentido do termo para esse autor, como aquilo que é tecido em conjunto. Há uma intersecção, interdependência e recursividade dialógica entre elas.

Nossa tese trabalha com a técnica da figura e fundo para inúmeros fenômenos que se nos apresentaram. À medida que focarmos em um consideraremos os demais como fundo. Assim, compreendemos a drogadição, a infracionalidade e os transtornos mentais como sintomatizações ante a incompetência do Ego em lidar com as adversidades que para esses sujeitos nos parece ser imensas. Contudo, o quadro geral é do processo de ruptura com o enlaçamento social por parte dos adolescentes que atuam pela infracionalidade. Nenhum deles tem lugar em uma apreensão simplificadora, disjuntiva e mecanicista, conforme discutido aqui com Morin (1996; 2008b).

As Famílias que encontramos: informações gerais sobre os (des)arranjos de famílias fragilizadas

No presente item apresentamos algumas situações comuns nos documentos a que tivemos acesso e dos processos de escuta clínica. Não nos propomos a uma análise pormenorizada de muitas das informações porque muitas delas fugiriam aos objetivos desta tese e outras serão analisadas nos itens que se seguem.

A família mostrou-se como o primeiro dos níveis da socialização da psiquê e construção do laço social, a partir dos dados depreendemos que esses sujeitos possuem lacunas e sintomas muito arcaicas. No que foi possível alcançar pelo nosso olhar, escuta, percepção e interpretação a partir do que tivemos acesso, suas famílias, como primeira e mais importante instituição socializadora em nossa sociedade, apresentam desorganizações a um ponto de não serem suficientemente funcionais para a garantia de um enlaçamento social saudável.

Entretanto, antes de adentrarmos especificamente esses dados, convém discutir um pouco com alguns teóricos com os quais dialogamos nessa caminhada no sentido de evitarmos equívocos interpretativos como: a culpabilização das

famílias, o marxismo, o patriarcalismo e a condenação da família enquanto instituição socializadora para o momento presente. Pode ser que amanhã tenhamos outras formas de socialização das novas gerações.

Convém ainda marcar que por família compreendemos um sistema semiaberto composto por pessoas que foram unidas pelos laços da consanguinidade ou escolheram morar juntas nas quais algumas funções se processam no sentido de garantir a sobrevivência, o cuidado, a educação com vistas à preparação das novas gerações para a vida em sociedade.

Conforme demonstram Walsh (2005) e Roudinesco (2003) a família mostra-se resiliente a todos os ataques e premonições escatológicas sobre seu fim. Roudinesco demonstra que erraram todas as previsões de sua extinção, citando como analisador a reivindicação dos gêneros dissonantes do heteronormativismo pelo direito de terem/serem uma família com casamento e adoção.

Todavia, ambas demonstram as grandes transformações que essa instituição vem vivenciando. De fato ela nunca foi esse modelo idealizado pela discursividade moderna para as classes populares. Roudinesco tenciona em sua obra a metáfora paterna tão cara a Freud e seu declínio.

Dentre as transformações da família nos interessa bastante o *déficit* afetivo que as novas gerações levam em sua mochilas para as escolas, visto que a mãe saiu para o mercado de trabalho sem que o pai tenha repensado seus horários, sobrecarregando o feminino ainda mais (BIRMAN, 2006), e deixando as novas gerações ao acaso das redes sociais virtuais, das TV's e das ruas.

Uma última discussão introdutória que fazemos aqui ancora-se no historiador e psicanalista Christopher Lasch (1983 e 1991), o qual discute especificamente os efeitos da cultura do narcisismo para as famílias e conseqüentemente para as subjetividades que nelas inicialmente se forjam. Para ele, os novos tempos provocam mudanças na família, que por sua vez, manifestam-se nas personalidades, reforçadas pelas demais instituições socializadoras.

Segundo Lasch, não foram novos problemas que criaram as novas profissões, mas o oposto. Ressalta que a tradição sempre soube criar as novas gerações com as dificuldades comuns. Foi quando os saberes dos tecnocratas desqualificaram os saberes da tradição e tentaram ensinar a família a criar seus filhos que construímos a desordem na qual vivemos. Afirma o contundente

psicanalista que “a assistência da indústria da saúde à família trouxe muito mais benefícios às ‘profissões assistenciais’ do que à própria família” (LASCH, 1991, p. 150).

O fracasso desse modelo fez com que os mesmos prescritores das famílias passassem a defender a autenticidade parental. Esse processo legitimou a proletarização parental na educação dos filhos em favor das profissões auxiliares. O autor cita trecho de um relatório que afirma:

encontramos pais convencidos de sua importância, agarrados à doutrina de enfrentar o fato consumado, falta de espontaneidade (ou equivalentemente, forçando-se, como uma rotina, a ser espontâneos), cheios de culpa, em dúvida sobre sua própria capacidade de discriminação, sob dupla tutela – a do próprio filho e a de seu agente, o especialista – permeáveis, indefesos, crédulos e seguros somente de que, embora ainda não seja à vista, o dia da salvação está à mão. [...] Aos pais restou apenas a culpa pelas desgraças do mundo. Ironicamente a desvalorização da paternidade coincide com um movimento tardio de devolver à família funções que dela havia sido usurpados pelos aparelhos da terapia e do ensino organizados (SEELEY, apud LASCH, p. 208).

Para Lasch (1983;1991), a família que fora baluarte de segurança acabou sendo invadida pela selvageria do sistema. Acreditou-se que a família seria o refúgio para o mundo cão, mas essa dinâmica adentrou também o lar.

A assim chamada privatização da experiência caminhava de braços dados com um assalto sem precedentes à privacidade. A tensão entre a família e a ordem política e econômica, que nos primeiros estágios da sociedade burguesa protegia os membros da família contra o impacto total do mercado, gradualmente esmoreceu (LASCH, 1991, p. 216).

Os guardiões da moralidade sempre insistiram que o mal estava lá fora e que cabia à família preservar-se dele. A medicina foi chamada à condição de arauto da civilização e quando os cientistas substituíram os religiosos na orientação familiar, a resistência masculina arrefeceu. Os especialistas solaparam a confiança dos pais em seus próprios recursos para educar os filhos. “Assim, a família luta para conformar-se a um ideal de família imposto de fora para dentro” (idem, p. 221).

Outra discussão realizada pelo autor de forma contundente refere-se ao declínio da autoridade na família e seus efeitos para a subjetividade e para o Superego, mais especificamente. Para o autor, vivenciamos uma devoção à “lei e à ordem” numa sociedade permissiva, restando à lei fazer o que a moral não mais consegue. “Divorciada do conceito de justiça, a lei tornou-se apenas um instrumento através do qual as autoridades impõem obediência. [...] Negligencia-se a imposição

da lei e a estrutura social se deteriora” (LASCH, 1983, p. 237). Discussão oportuna para o momento político que vivemos, refletindo as fragilidades do Superego, arremata que “a única alternativa ao Superego é o super-Estado” (LASCH, 1983, p. 239).

Esse diálogo com os autores citados se fez necessário para não reproduzirmos aqui comum culpabilização da família pelas disfunções de todo um tempo sócio-histórico. Crítica levada aos extremos por Lasch (1983 e 1991). Ocorre que a essa instituição foi delegada a responsabilidade pela socialização do sujeito em nossa sociedade e, conforme vimos e veremos, nem sempre lhe foram/são dadas as condições mínimas para que pudesse/possa exercer sua função.

Assim, esse item esforça-se por elucidar o que lemos, percebemos, escutamos e interpretamos dos Guris e Gurias, de suas famílias e no sentido de contribuir com a reeducação dos olhares daqueles que trabalham com essa população e de sensibilizar nossos governantes para futuras políticas públicas.

Compreendemos com Minuchin (1988), grande referência da psicologia sistêmica na atualidade, famílias disfuncionais como aquelas que dificultam o crescimento psicossocial dos seus membros. Para os teóricos dessa abordagem, as famílias, enquanto sistemas, costumam adoecer pela inadequação das fronteiras, fluidez dos lugares, heranças intra e transgeracionais não elaboradas, padrões de comunicação equivocados, enrigecimento ante os ciclos de vida familiar e desequilíbrio na dialética entre identidade e pertencimento etc.

Feitas essas ressalvas teóricas, consideremos alguns de nossos achados.

Montamos o genograma de todos os nossos Guris e Gurias a partir dos frágeis bancos de dados disponíveis e muitas das disfunções destacadas pelos sistêmicos se apresentam claramente, o que se torna ainda mais claro de nossos atendimentos clínicos.

A presença de parentes próximos; a precocidade da maternidade dos Guris e Gurias; uso indevido de drogas pelos pais, inclusive o alcoolismo; a supervisão parental deficiente; conflitos conjugais; famílias extensas; violência intrafamiliar e doença dos pais são fatores que segundo Farrington (1996) destacam-se na literatura internacional como preditores ou fatores de risco para a construção de carreiras infracionais.

Reiteramos que a alguns desses temas retornaremos para um diálogo mais profundo.

Existe uma presença ostensiva de pessoas do sexo masculino nas famílias. Apenas como ilustração de uns casos mais clássicos, destacamos algumas dessas famílias: a família do Guri 91 cuja composição tem 8 membros e 7 são do sexo masculino; a família do Guri 111 tem 9 membros e 8 são do sexo masculino, sendo 7 filhos; a família do Guri 5 tem 8 membros e 6 são do sexo masculino, sendo 5 filhos; a família do Guri 38 tem 7 membros e 5 são do sexo masculino, sendo 6 filhos; a família do Guri 74 tem 7 membros e 6 são do sexo masculino, sendo 5 filhos; a família do Guri 18 tem 10 membros e 7 são do sexo masculino, sendo 8 filhos. O mesmo podemos dizer das famílias dos Guris 31, 123, 138, 133 e 87.

Conforme já vimos, a infracionalidade é fenômeno essencialmente masculino. Interessante também termos percebido que há casos relatados de irmãs mais velhas que iniciaram a trajetória infracional na família, normalmente após namorar um traficante, mas esses casos são pouco correntes.

Nos documentos é frequente o relato de um parente mais velho envolvido com o crime. Todavia, nos atendimentos todos os guris nos falaram de parentes próximos que os precederam na infracionalidade. Essa informação aparece em 29 (vinte e nove) dos prontuários estudados e com os 26 (vinte e seis) Guris que acompanhamos mais de perto.

Há casos de famílias que apresentam algo demasiadamente criminogênico, como é o caso das famílias dos Guris 5, 14, 20, 42, 66, 74, 87 e da Guria 125, visto que regularmente os membros do sistema que alcançam a adolescência adentrem a seara infracional. Não estamos dizendo com isso que não existam elementos criminogênicos, como influência de importantes referências na famílias, mas que no caso daquelas aqui citadas essa informação constava dos prontuários e demais documentos numa proporção tal que exigiu um estudo mais específico, ousou apostar tratar-se de sistema familiar com ótimo pertencimento duplo-víncular e herança intra e transgeracional. Acreditamos mesmo até que essa seja uma situação mais corriqueira do que a efetivamente informada nos prontuários.

Farrington (1996) percebe de suas meta-análises o quanto é corrente a morte dos pais, especialmente do pai. Para nossos sujeitos de pesquisa foram

frequentes os pedidos de apoio psicológico da Unidade de Internação, os quais chegavam indigestos com informações trazidas pelos visitantes, normalmente as mães. Por várias vezes tivemos que fazer contato com esses familiares para sugerir que poupassem os adolescentes dos detalhes mórbidos que sempre traziam.

A morte de um dos pais é frequente. Essa informação aparece em 12 (doze) prontuários, normalmente trágicas, como é o caso dos Guris 2 e 4 e da Guria 128. O pai do Guri 2 morreu em confronto com a polícia e sua mãe foi apedrejada e queimada pelo tráfico. Essa era uma dor sempre presente no universo psíquico desse sujeito. Um tio muito querido do Guri 3 foi morto pelo tráfico. Ele tinha sempre consigo uma foto desse tio e era habitual que chorasse relatando a dor dessa perda. O pai de Guri 4 foi morto em sua frente pelo próprio irmão, quando esse contava com apenas 7 (sete) anos de idade e a mãe desse mesmo sujeito foi morta a “pancada”. Convidado a explicar o que compreendia por esse termo, esclareceu: “Ué, pancada, Seu Mauro: porrada e paulada!” Guri 63 viu o o tio materno ser assassinado brutalmente; Um jovem que não é sujeito nesta pesquisa porque chegou após a data de corte contou-me que a irmã foi degolada e queimada em um acidente doméstico. Outro jovem que também chegou após a data de corte me contou que seu irmão de 5 (cinco) anos foi vítima de bala perdida. Aliás, ouvi muitas histórias de bala perdida. De homicídios de parentes que aconteceram por engano. Um jovem me contou que sua mãe voltava do trabalho quando foi assassinada e nada dela levaram. Ocorre que ela não era ligada à infracionalidade e as causas do crime nunca foi solucionado. Esse jovem vive em contexto de miséria e mendicância. O pai do Guri 5 morreu como indigente nas ruas tomado pelo alcoolismo. O avô do Guri 6 virou morador de rua e foi morto a pauladas por outros moradores de rua; O pai do Guri 9 também já havia falecido, assassinado pelo tráfico. Isso sem considerar os sujeitos que não sabem dos paradeiros dos pais: Guris 6, 14 e 15. Em diversos prontuários e demais bancos de dados lemos histórias trágicas como essas.

Meu lugar de psicólogo nesse processo me aparelhava a lidar com essas histórias com suporte e continência, sem grandes dificuldades para além da empatia à dor deles que era imensa. Ali eu os acolhia, amparava. Todavia, sempre que fui convidado a falar sobre o tema e relatava alguma dessas histórias, emocionava-me às lágrimas. São histórias de muita dor, desamparo e abandono.

Uma quantidade imensa de mães trabalham em serviços de limpeza. Essa informação constou para quase todas as mães que trabalham. Há anos ouvimos de uma grande especialista da assistência social que trabalha no sistema socioeducativo o anseio de desenvolvermos um trabalho sobre a reciclagem, pois percebia deles uma relação com o lixo como aquilo que a sociedade não mais quer. Ante essa comum informação dos prontuários, fiquei reflexivo sobre a percepção da especialista. Também é habitual que pais ou padrastos sejam recicladores e catadores. Reconhecemos aqui um recorte de classe, mas não somente.

Da mesma forma é muito comum que os Guris relatem que trabalharam em lava-jatos. Um número frequente deles declaram terem vivido essa experiência trabalhista.

Lemos relatos de Guris que afirmam se relacionar com mulheres bem mais velhas que eles, como é o caso do Guri 19, que com dezessete anos namora uma mulher de 38 anos. Mas a grande maioria são mulheres com uma média de 8 (oito) a 10 (dez) anos mais que eles. Considerando que a maioria absoluta deles são criados também pelas avós e as suas mães confundem-se entre o lugar de companheira, amiga e mãe, estaria aí a explicação para esse fenômeno?

Já das mães, é recorrente que relacionem-se com homens bem mais novos que elas, normalmente também do “corre” (como chamam a seara infracional). Não quantificamos porque não é uma informação que conste dos prontuários, mas que o/a Guri/Guria nos dá quando vinculados. O Guri 3 demorou quase 6 (seis) meses de atendimento para falar das angústias que expunha e vulnerabilizava sua mãe, como, por exemplo, de que sua mãe era uma arlequina⁴⁵ e de que sua casa era uma boca de fumo.

Nos documentos não há muita informação sobre os pais, quando ocorre são desqualificações que as mães fazem sobre esses pais, fato bastante regular.

Outra disfunção costumeira que se mostra nos relatos constantes dos documentos são os frequentes conflitos conjugais e familiares, as inúmeras entradas e saídas de novos membros pela conjugalidade com a mãe. Situação que também é apontada por Farrington (1996) como característica comum das famílias nas quais ocorre o fenômeno da infracionalidade. Todavia, compreendemos que esse fenômeno não se correlaciona com a infracionalidade sem outras intersecções.

⁴⁵ como chamam mulheres que preferem relacionamentos afetivos com a figura do bandido

Todos os sujeitos que atendemos mais diretamente tiveram seus lares reconstruídos. Aliás, dos fatores que mais nos chamou a atenção quando da leitura dos prontuários e demais bancos de dados foi a quantidade de parceiros que as mães desses jovens tiveram ao longo da vida.

Assim, é encontradigo o exemplo de mães que apresentam uma grande rotatividade de parceiros, como é o caso dos Guris 12, 14, 91, 5, 1, 69, 50, 16, 138, 83, 81, 82 e 137. Apenas a título de ilustração: a mãe do Guri 91 teve 6 filhos e 5 parceiros; a do Guri 5, 7 filhos e 4 parceiros; a do Guri 1, 6 filhos e 4 parceiros; a do Guri 69, 2 filhos e 4 parceiros; a do Guri 50, 7 filhos e 4 parceiros; a da Guria 16, 4 filhos e 4 parceiros; a do Guri 138, 3 filhos e 3 parceiros e a do Guri 83, 3 filhos e 3 parceiros.

Repete-se relatos de mães que foram abandonadas pelas suas mães, como é o caso das mães dos Guris 12, 13, 81 e 101. Imaginamos que por ser uma informação espontânea essa situação seja ainda bem mais regular.

A maioria absoluta foi mãe precoce em relação aos tempos contemporâneos de maternidade. Há relatos de mães que pariram seu primeiro filho em idade bastante precoce, como é o caso do Guri 81 e 82. As mães de todos os sujeitos que atendi mais diretamente foram mães precoces, mas nas comunidades deles parece ser normal.

Há inúmeros relatos de vivência em vínculo de rua devido à fuga de casa, como é o caso do Guri 39 (todos os seus irmãos têm histórico de fuga de casa e apresentou uma renda entre 9 e 10 salários mínimos mensais), Guris 42 e 97. O acolhimento institucional é outra realidade corriqueira. Tal é o caso dos Guris 4, 14, 15 e 17, por exemplo. Esses são exemplos de Guris que atendemos, pois a informação não aparece nos documentos disponíveis.

A escolaridade dos pais e dos irmãos é sempre baixíssima.

Alcoolismo na família é situação recorrente, como é o caso dos Guris 42, 45, 123 e 141, apenas como exemplo. Em suas comunidades o abuso de drogas é naturalizado ao ponto de ser invisibilizado pela fala deles.

O relato de insônia durante a infância e o uso da maconha para dormir também aparece nos relatos dos documentos dos Guris 2, 5, 31 e 45. Mas, no ambiente clínico esse relato foi de quase todos eles.

A gravidez de nenhum dos Guris que atendemos mais diretamente foi planejada. Inferimos pela leitura dos documentos que de todos os demais, também não;

A supervisão parental foi muito deficiente. Pereira (2012) já havia percebido esse fenômeno que denominou como autoridade líquida. A autoridade em suas casa é ambivalente entre o abandono, a permissividade, o autoritarismo e a violência extrema. Citamos estudo (FARRINGTON, 1996) no qual a simples orientação desses pais afastou da infracionalidade os filhos, ações nesse sentido vêm sendo comuns nos países anglo-saxões.

A supervisão parental nas famílias mostrou-se frágil sendo este um dos preditores mais citados por vários e distintos estudos, conforme demonstra Farrington (1996), o que se caracteriza por monitoramento instável ou áspero, desarmonia entre os pais, rejeição dos filhos, baixo envolvimento com as atividades dos filhos, hostilidade e rejeição materna.

Todos os Guris que atendi mais diretamente me relatam uma quase absoluta auto-responsabilidade pelas suas vidas em tenra idade. Ícones dessa questão são Guri 6 e Guri 9 que aos sete anos de idade decidem não ir mais para a Escola. Detalhe é que a mãe do Guri 6 sempre recebeu o Programa Bolsa Família.

Todos os que atendemos mais diretamente, e também é comum nos prontuários, relataram conflito conjugal e famílias (des/re)feitas;

O pai foi ausente na maior parte ou totalidade do processo de educação desses Guris. A esta questão retornaremos.

Pertencem a famílias extensas e muito fragilizadas, o que também se destaca nas pesquisas sobre o fenômeno da infracionalidade e apesar de termos detectado muitas famílias grandes e com inúmeros parceiros, essa não é uma regra absoluta. Talvez por serem mais frequentes nas regiões periféricas, nas quais escasseiam políticas públicas (FARRINGTON, 1996).

Muitos tiveram o pai e ou a mãe usuária de drogas ilícitas. O envolvimento com drogas por parte dos pais é assunto que lemos em vários prontuários e demais bancos de dados, mas o envolvimento das mães só nos foi dito nos atendimentos mais diretos e omitidos na maioria absoluta dos bancos de dados. De nossos sujeitos ouvimos desse envolvimento por parte dos pais dos Guris 1 (pai), 2 (pai e mãe), 3 (pai e mãe), 4 (pai e mãe), 5 (pai e mãe), 9 (pai e mãe) e 14 (mãe).

Reiteramos que os Guri 6 e 14 não sabem do paradeiro dos pais. Farrington (1996), como importante estudioso dos fatores de risco para a infracionalidade juvenil demonstra por seus estudos que o envolvimento com drogas por parte dos pais é importante fator preditivo para a infracionalidade juvenil, mas também o fenômeno da droga se inscreve dentro de uma perspectiva figura fundo já discutido aqui.

A violência intrafamiliar é outro fator que percebemos dos prontuários, mas que se mostrou mais nas escutas clínicas. Todos me relatam que em algum momento os pais tentaram pela violência física a contenção de seus impulso dissociais. O mesmo escutei de todos os pais com os quais tive contato. Apenas como ilustração, Guri 12 chegou a ser acorrentado nos móveis da casa para não recorrer às ruas em busca de drogas. Espancamento, abuso sexual e negligência são outros preditores comuns nos processos de infracionalidade, segundo Farrington (1996).

Chamou-nos especialmente a atenção o prontuário do Guri 20, que não chegamos a atender por ter sido transferido para outra Unidade ao completar 18 anos enquanto ainda estudávamos os prontuários e cujos relatos do Conselho Tutelar nos falam de espancamentos quando esse tinha menos que 3 (três) anos de idade. Aos três anos ele teve um jarro quebrado em sua cabeça pelo padrasto e a mãe o abandonou ensanguentado, tendo sido achado por vizinhos convocados pelo seu choro frequente. Como seu pai estava preso, foi levado para a casa da avó paterna (dependente química de álcool e tabaco), na qual moravam três tias (todas dependentes de crack e maconha). A primeira e a segunda tia possuíam três filhos cada (os filhos da tia mais velha já eram viciados em maconha) e a terceira tia possuía dois filhos pequenos. Esse Guri perambulava pelas ruas até ter sido acolhido pelo tráfico. Relatos de espancamentos como esses eram usuais na maioria dos sujeitos que atendemos mais diretamente.

Os relatos de abuso sexual não foram regulares entre Guri, mas ocorreram. Lembramos especialmente de um atendimento que fazíamos com o psiquiatra que nos acompanhou em nossa intervenção no qual um Guri (que não identificaremos por questão de sigilo) irrompeu em prantos para falar de uma violência sexual sofrida quando tinha 8 (oito) anos de idade. Iniciou com a seguinte fala: “Eu preciso falar uma coisa que eu nunca tive coragem de contar pra ninguém.

Mas, eu não aguento mais guardar isso aqui em mim...” Relatou detalhes das dores e sangue que escorria por suas pernas, do quanto não foi amparado pela mãe que acreditou tratar-se de invenção ou negou por não saber como lidar com a situação. Era a primeira vez que ele via o psiquiatra. Relato que também escutei de alguns poucos Guris, visto que a questão sexual com homens é assunto por demais preservado, mas ocorre.

Histórico de doenças com os pais é outra questão citada por Farrington (1996) como fator de risco/preditor frequente nas pesquisas pelo mundo e que se apresentou nas falas dos Guris 2, 4, 5 e 16. Apesar de não ter sido tema ao qual recorreremos, mas que naturalmente emergiu de algumas falas. Perceba-se que estes são sujeitos atendidos mais diretamente, por não constar dos prontuários do Guris e Gurias.

A tentativa de preenchimento da lacuna deixada pelos pais por parte dos avós também é usual na biografia deles, mas parece terem tido dificuldades em se constituírem como referência de autoridade pela falta de clareza de papéis, lugares e funções claras nessas relações. Os Guris 1, 2, 3, 6, 9, 13, 14, 20 e 22 relataram não apenas terem sido criados pelas avós (quase sempre maternas), como também forte vinculação com elas. Por vezes, maior que a vinculação com a própria mãe. Veja cartão que nos foi dado pelo Guri 2. Voltaremos ao tema da avó.

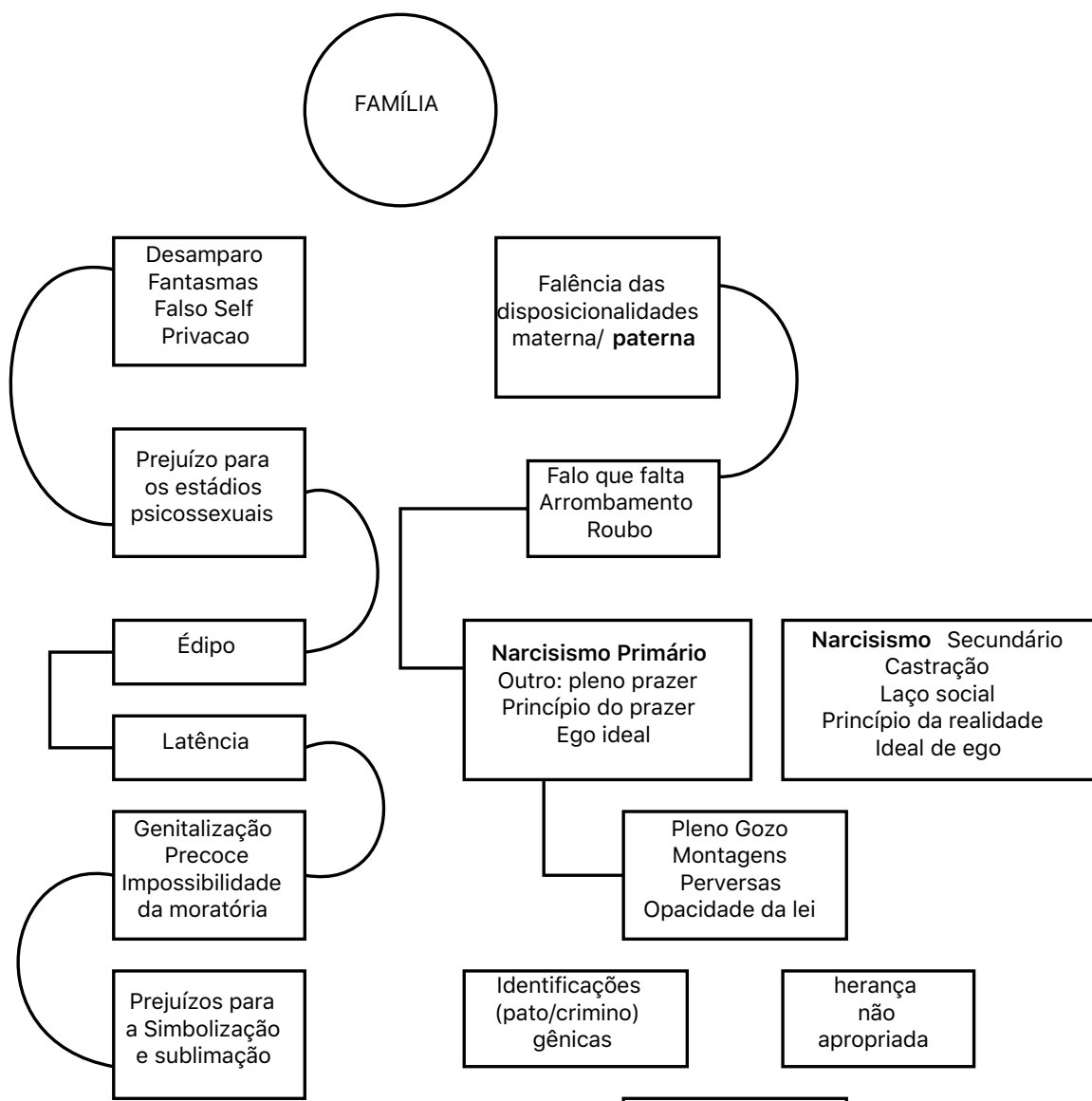
Raramente encontramos nos prontuários ou demais documentos dos adolescentes informações sobre os tempos arcaicos desses sujeitos e mais especificamente sobre o processo de maternagem e paternagem. Os adolescentes que atendemos não tinham elementos para nos dar essas informações. Nos casos dos Guris 1, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 21 e 22 buscamos essa informação com suas próprias mães ou familiares, mas apenas algumas se sentiram à vontade para falar mais da infância dos filhos, justamente as mães dos Guris que atendemos mais sistematicamente. Quanto ao Guris 2 e 4, colhemos essas informações de uma tia materna. No que tange a todos os outros jovens, não buscamos ou não conseguimos esse contato com os familiares.

De posse desses dados e saberes até aqui acumulados, passamos a uma tentativa de interpretação de alguns dos fenômenos citados até então sobre os arranjos familiares, por meio de um diálogo com importantes saberes das

psicologias, a partir da psicanálise em uma verdadeira ecologia de ideias (MORIN, 2008b).

Nossos Guris são filhos de famílias que apresentam algumas desorganizações que impactam negativamente em momentos singulares de suas constituições psíquicas. Sabemos não existir famílias sem disfunções. Ocorre que as desorganizações dos sistemas familiares de nossos Guris e Gurias, conforme dos dados, prejudica a possibilidade de um ambiente integrador. Winnicott (2005a) já nos alertou que não existem ambientes perfeitos, mas defendeu ambientes que busquem ser “suficientemente bons”.

Organograma 2: os processos de socialização da psiquê na família



As Famílias que encontramos: dinâmicas familiares patogênicas.

Um fenômeno já tocado aqui por meio dos psicanalistas e que nos chamou a atenção em nossa imersão empírica e sobre o qual optamos por trazer para o lugar da figura é a triangulação, processo pelo qual, ante a denúncia de uma falta ou desqualificação do pai no discurso da mãe, nossos Guris não se identificam com esses pais e tentam assumir posição parental, retirando-se do subsistema fraternal, como o “homem da casa”.

Causou-nos estranhamento o primeiro contato que tivemos dos Guris com suas mães juntos, que foi no almoço pelo dia das mães realizado em maio de 2018. Já desconfiávamos desse fenômeno por algumas falas que se davam no *setting*. Guri 6, por exemplo, nos relatou que nas visitas de sua mãe, colocava um colchão no sol para que deitassem juntos e dela pudesse receber os carinhos que tanto gostava.

Situação semelhante percebemos por parte dos Guris 1, 3, 5, 11, 14 (este último se referindo à avó), 21, 22 e 24.

Ouvi do Guri 5 que sua mãe, ao tempo em que o condenava pelo ato infracional, exigia desse a solução para a ausência de alimento. Era comum que abrisse a porta da casa e o mandasse para a rua em busca de comida. Talvez tenha agido assim com os quatro irmãos dele que o precedem no ato infracional/crime.

Penso (2003), assim como nós, percebe de sua investigação que esses são adolescentes que nasceram antes do tempo, visto serem filhos de mães muito jovens, quando ainda viviam com seus próprios pais, o que deixa os filhos, informalmente, aos cuidados dos avós, daí a comum confusão entre nossos Guris que percebem as mães no *status* de irmãs. A maioria absoluta das mães de nossos Guris foram mães precoces, ainda que não tenham sido eles o primeiro filho. Mas, quando isso ocorreu, percebemos uma disfuncionalidade que rolou como uma bola de neve que passou pelos nossos sujeitos de pesquisa, como é o caso do Guri 6.

Vejamos com a tabela 8 o que conseguimos de dados, pois essa é uma informação nem sempre presente nos documentos e os próprios Guris e Gurias não sabem ou, naquele momento, não nos preocupamos em perguntar:

Tabela 8: idade em que as mães pariram pela primeira vez

GURI	IDADE EM QUE A MÃE PARIU PELA PRIMEIRA VEZ
1	17
3	16
4	16
6	13
7	16
8	20
9	15
11	20
12	13
17	14
25	16
82	14

Destoam as mães dos Guris 8 e 11. Da primeira restou claro dos atendimentos que essa mantinha uma vida conjugal com o pai dos filhos, que mora em outro estado onde tem outra família e que o irmão do Guri 8 (que o precede no ato infracional) e o próprio Guri 8 convocavam esse pai pela transgressão. Do Guri 11 não temos muitas informações além de que um irmão o precede no ato infracional. Estivemos com sua mãe, mas a fusionalidade com o Guri 11 e uma boa articulação nos roubou totalmente a atenção e percepção. Guri 11 apresentava um quadro sindrômico que não conseguimos elucidar, visto que o atendíamos apenas em emergências. Tinha uma incomum dificuldade de contenção dos impulsos e baixíssima resistência à frustração. Desconfiávamos ainda de uma deficiência intelectual.

Penso (2003) percebe que essa precocidade conduzia a uma “doação” (também percebi uma apropriação) dos filhos pelos avós, fator dificultado do exercício dos papéis parentais por parte dos avós, visto que hora eram filhos de suas mães biológicas, ora eram filhos dos avós, dificultando ainda a formação

identitária dos adolescentes sujeitos desta pesquisa. Escutei da mãe do Guri 1 em visita que fiz a ela:

Minha família não acredita no meu filho. Eu também não sei se eu acredito. Mas, é meu filho e eu vou lutar com todas as minhas forças, porque eu sou a mãe dele.
Eles não me deixaram ser a mãe de meu filho. Então eu disse para eles: vocês já estragaram e me entregaram ele destruído. Agora não se metam. Deixem eu tentar arrumar as coisas (Mãe do Guri 1).

Essa fala surgiu no momento em que me explicava que seus pais, avós do Guri 1, eram excessivamente permissivos, “passavam a mão na cabeça dele” (sic) e não a permitiam ser mãe. A desautorizavam.

Dos Guris que atendemos mais sistematicamente, todos foram criados pelas avós, ou concomitantemente pela avó. Com exceção dos Guris 20 e 21, tratava-se sempre da avó materna. Todos falavam de uma adoração pela mãe, fala habitual na cultura prisional, ao lado de relações conflituosas com essas. A impressão que ficou é de que as mães, hoje mais amadurecidas, ainda oscilam entre a condição assimétrica de cuidadora e a simétrica de irmã mais velha. Por um outro lado, escutei deles uma imensa afetividade por essas avós, pelos quais choravam quando a elas se referiam. Chamou-me a atenção especialmente a afetividade dos Guris 2, 3, 9, 14 e 22 pela figura da vó.

Assim como Penso (2003), escutei de quase todos os Guris e Gurias no espaço clínico, falas de que precisavam cuidar de suas mães e avós que se encontravam em situações econômicas e familiares difíceis. Essa era a principal motivação que alegavam para tentar fugir. Em Penso e Sudbrack (2015), reportando-se a essa pesquisa, afirmam: “Estando preso à mãe pela lealdade ao seu sofrimento, e pela missão a ele delegada, não pode se aproximar do pai, ao mesmo tempo em que não pode separar-se dessa mãe e se individualizar” (PENSO e SUDBRACK, 2015, p. 109). Em seguida as pesquisadoras afirmam que “o preço para a manutenção deste amor infinito é a lealdade absoluta, impossível de ser rompida, implicando um sacrifício do próprio eu, em uma relação de desequilíbrio entre as obrigações de lealdade e o seu processo de individuação” (idem, p. 111). Talvez esteja aí a explicação para a idolatria das mães, tão comum da cultura prisional.

Em algum momento dessa investigação, chamou-nos a atenção a proximidade das falas de Guri 3 em meus atendimentos que ocorriam semanalmente e sua mãe, a qual acionei e mantive contato, além das entrevistas iniciais, por meio de suas postagens no *status* do *whatsapp*. Ilustraremos à frente. Impressionava-nos a similaridade dos discursos e preocupações de ambos. Guri 3 parecia efetivar a sombra negada da mãe que, ao tempo que me falava de seus anseios de mudança do filho, postava imagens de apologia ao crime e às drogas. O mesmo se dando com relação a um irmão dela e tio de Guri 3 que morrerá pelo tráfico e dominava o universo psíquico de ambos. Era comum que fôssemos acionado por essas mães para mediar conflitos entre elas e seus filhos que eclodiam nas visitas dos finais de semana.

Mães transgressoras

Conforme já dissemos, reconhecemos que a socialização da psiquê desses sujeitos foi deficitária pela própria condição ambiental, com destaque para a família enquanto agência socializadora, e mais especificamente para a figura da mãe, porque em nossa forma de organização social são elas que assumem o lugar desse primeiro outro plenamente disponível aos cuidados básicos do neófito humano e porque, de fato, foram elas as convocadas a seguirem sistematicamente com esses Guris.

Reproduzindo os valores culturais de nosso tempo, constatamos uma idealização imaginária da figura da mãe usual no ambiente “prisional”. Há uma imagem e falas de que elas são as únicas que nunca os abandonam, em que pese a não constatação desse fato para todos os casos, pois ocorria de alguns Guris não terem a visita da mãe, apesar de estar viva, morando em Brasília, saber da condição do filho e não estar presa. Assim foi com a mãe do Guri 5, a qual tivemos um trabalho desmedido para trazê-la para perto do filho.

Recordo de um atendimento de emergência que fiz com o Guri 14, com o qual nunca havia estado, após uma tentativa de suicídio. Houve um momento de minha intervenção que esse fato tornou-se comum na Unidade. A Segurança chegou a afirmar tratar-se de uma forma de me convocar. Eles gostavam de ser cuidados. Apesar de não acreditar que fosse apenas isso, mas um grito de socorro ante tantas

adversidades. O atendimento de Guri 14 desnudou uma mãe patogênica que apenas o buscava quando precisava dele para que trabalhasse para ela no tráfico de drogas. Encontrava-se presa naquele momento. Guri 14 havia sido criado pela avó materna, a quem dedicava muito amor e respeito, embora tenha sido essa também presa nos últimos meses de nossa intervenção, segundo o mesmo por estar roubando roupas a serem levadas para ele na Unidade.

Devolvi minhas impressões para Guri 14 que me disse não saber porque sempre retornava a essa mãe. Ele estava com uma camisa de mangas compridas e eu puxei a manga e no braço dele havia tatuado o nome da mãe (essa é uma característica quase que universal entre eles) e então respondi: Está marcado em você, não é Guri 14? Ele se emocionou em lágrimas e disse: “É mãe, né, seu Mauro! É mãe!”

Também a política de assistência social vigente no país centra suas ações na figura da família e especialmente da mãe. Consideramos com Escrivão Filho e Souza Júnior (2016) que o assunto merece maiores reflexões, não cabendo a nós fazermos nesta pesquisa. Ainda sobre o caso citado, quando o discuti com a especialista que acompanhava Guri 14, uma assistente social muito bem intencionada, relatou todos os esforços que vinha fazendo para vincular Guri 14 à sua mãe. Tencionei esse objetivo e ela demonstrava não compreender o que eu estava falando, pois aprendera a necessidade de vincular à família e, especialmente, à mãe.

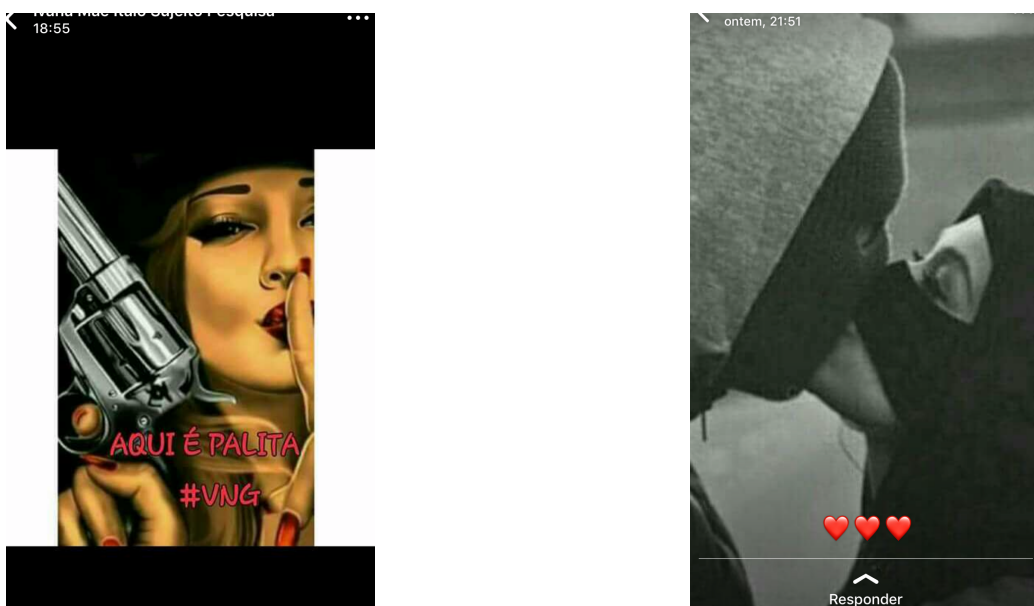
Ao fazermos essas reflexões iniciais sobre o lugar do feminino nesse grande amálgama que chamamos de cultura ocidental, queremos firmar nosso cuidado de não coadunarmos com explicações machista e patriarcais que responsabilizam apenas o feminino pelo abandono das novas gerações, como se tal função fosse natural e exclusivamente das mulheres, que não questionam a irresponsabilidade do masculino que a essas crianças não se vincularam e as abandonaram irresponsavelmente, discussão que é aprofundada por Zanello (2018) através do conceito de “dispositivo materno”. Sobre a questão do pai, retornaremos adiante.

As mães de nossos sujeitos, em sua maioria absoluta, foram mães transgressoras aos padrões instituídos como aceitáveis pela moral tradicional. Todas as mães com as quais conversamos mais detidamente nos relataram ou deixaram

transparecer uma condição de transgressão em relação aos valores que eram impostos por suas famílias: de erotização precoce e fora dos padrões defendidos por suas famílias, de envolvimento com membros do crime, de uso de drogas, de conflitos com os pais ou criadores etc.

A mãe do Guri 1, teve uma vida sexual precoce e com uma grande diversidade de parceiros, o que a afastou de sua família; A mãe de Guri 2 era usuária de maconha, álcool e crack; a mãe de Guri 3 foi e ainda era uma típica arlequina⁴⁶, conforme imagens que printamos de seus status no *whatsapp* (ambas printadas no dia 18 de dezembro de 2017):

Fotografia 2: *Print do status de whatsapp da mãe do Guri 3*



Fonte: Mauro (2017)

As mães dos Guris 4, 5, 10, 14, 15, 19 e 20 eram dependentes químicas; dos Guris 9 e 21 eram prostitutas, segundo seus próprios relatos; dos Guris 5 e 14 eram também traficantes.

A mãe do Guri 1 me relatou na primeira visita que fiz a ela: “Eu não gosto de droga, não mexo com coisa errada. Não faço nada disso, Meu único erro é isso aqui (aponta para as filhas): homem! Meu único erro é homem!”

Em um segundo encontro, essa mãe, que não fora do *corre*, mas dessa captura do outro pela corporeidade, contou-me que muito nova encontrou um homem dez anos mais velho que viria a ser o pai de seu primeiro filho. Casado com

⁴⁶ Mulheres que relações afetivo-sexuais com sujeitos do ato infracional/crime.

outra esposa, como eram os pais de Guri 3, 6 e 8. Teve ainda uma filha com esse homem, outra filha com outro homem e mais uma filha com um terceiro homem:

Meu único erro foi homem. Eu era uma jovem rebelde e desobediente. Mas eu nunca fui desonesta. Nunca tirei nada de ninguém, nunca experimentei nenhuma droga. Sou uma trabalhadora. Meu filho foi tomado de mim e os avós passavam a mão na cabeça dele e o pai ensinava a ele que a lei não pune o adolescente. Meu erro foi homem.

Algumas delas trocaram várias vezes de parceiros, mas todos do crime. Muitas se destacam pela quantidade de parceiros com os quais conviveram e tiveram filhos. Situação que já discutimos aqui.

Guri 9 falou-me em uma sessão: “Eu vou te falar uma coisa que nunca disse para ninguém. Ninguém sabe. Minha mãe era prostituta!”

Perguntei como tomou conhecimento desse fato. Ele me relatou rotinas de ver a mãe receber homens em casa - mesmo sendo casada com o traficante da região - ocasiões em que era mandado para a rua com o irmão mais velho, só podendo voltar quando a mãe o chamasse. Perguntei com quantos anos tomou ciência disso, ele me respondeu que com 7 (sete) anos de idade.

Perguntei o que isso representava para ele.

Foi foda! Fiquei sem chão. Nunca tive coragem de falar isso para ninguém. Quis muito que não fosse verdade. Eu e meu irmão sabíamos, mas nunca tivemos coragem de falar sobre isso.

Não tive muitos contatos com o Guri 137, mas seu prontuário revela nitidamente o quanto sua genitora foi assassinada pela fêmea que buscava desesperadamente esse outro que obturasse suas faltas. Sempre que encontrava um parceiro, largava o Guri com os avós para viver essa aventura e o Guri sintomatizava com interrupção na Escola.

Interessante a repercussão disso em nossos Guris, tema que caberia também no item inter e transgeracionalidade, mas que o faremos aqui pela proximidade com a temática, pois trata-se apenas de uma relação figura-fundo. Perguntei a todos os que atendi, o que o *corre* deu e de todos ouvi a mesma resposta: “Mulher, dinheiro e fama.” E alguns poucos: “Mulher, dinheiro, fama e guerra.”

Também a ordem dessa resposta mudava. Os jovens mais erotizados colocavam sempre a mulher em primeiro lugar, os que sintomatizavam sua impotência mais pela condição socioeconômica colocavam o dinheiro em primeiro

lugar e aqueles que apresentavam uma fragilidade narcísica maior em decorrência da autoimagem corporal ou condição de vergonhas, tendiam a colocar a fama em primeiro lugar.

Apesar dos dados falarem de uma realidade maior que a Escola, percebemos o quanto o desempoderamento é implícito entre esses sujeitos falicamente frágeis. Não se destacaram pela Escola, nem pelos esportes, nem pela cultura de massa: restou-lhes o mundo do crime como tentativa de empoderamento. E se houvessem sido acolhidos e empoderados pela Escola?

A todos eles tencionava suas conquistas com o *corre* e foram unânimes em reconhecer, cada um à sua forma, a falácia de suas conquistas, como disse Guri 3: “O diabo dá com uma mão e tira com duas, Dr. Mauro.”

Questionava onde estavam suas conquistas e ouvi de todos eles que as mulheres que tiveram não eram deles, mas do *corre*. Essa resposta tão comum nos leva a refletir sobre os percursos bem próprios que essas adolescentes *do corre* desenhavam em suas trajetórias.

Atendemos nessa caminhada a um jovem transsexual e estivemos com 11 (onze) Gurias que cumpriam internação (estrita, cautelar ou sanção)⁴⁷. 4 (quatro) dessas eram exclusivamente lésbicas (embora todas as Gurias que atendi informassem vivências sexuais com outras meninas dentro da Unidade) e todas as demais entraram para o *corre* pela vinculação a homens que a ele já pertenciam. As 4 (quatro) lésbicas foram para o *corre* por influência da mãe, que também era traficante e homicida e duas delas pela situação de extrema pobreza.

Ouvimos de todos os Guris com revolta que suas antigas companheiras circulavam pelos rapazes do *corre* e de uma dessas Gurias (125), ouvimos: “Os peba⁴⁸ só querem meter e sair fora!” (fazendo gesto de bater as costas da mão direita na palma da mão esquerda por três vezes).

Atendemos à Guria 125 por um pedido da escola que funciona na Unidade, porque dava trabalho demais às professoras e nos deparamos com uma jovem sonhadora, com estereotipia infantilista, que queria apenas ter encontrado um companheiro com o qual compartilhasse a vida. Essa era sua demanda.

⁴⁷ Estrita: quando o adolescente já foi sentenciado; cautela: quando aguarda essa sentença, e sanção: quando é punido(a) com a internação por um período curto devido ao não cumprimento da medida socioeducativa anterior.

⁴⁸ Gíria policial para referir-se aos adolescentes que atuam pela infracionalidade.

A solidão feminina acompanhada da tentativa de captura do outro pelo sexo mostrou-se presente nas mães de muitos dos nossos sujeitos de pesquisa. Algumas transitaram do sexo desregrado para o uso indevido de drogas e associação com o tráfico. Ser mãe não era a prioridade dessas filhas do desamparo.

Todavia, algumas delas viram-se mães por um “atropelamento”/ “convocação do real”⁴⁹ e não encontraram em si essa convocação materna como prioridade. A captura do outro parecia ter sido a prioridade mesmo quando seus filhos nasceram, pois como nos lembra Lacan (1972-1973/1982, p. 13): “toda demanda é uma demanda de amor.”

Não estavam integralmente ali com seus filhos porque também os pais não estavam, porque rebelaram-se contra uma cultura que aprisiona o feminino na condição de mãe e ao masculino proporciona espaços dionisíacos, porque eram desamparadas demais para serem o amparo para um outro.

Ouvimos de duas dessas mulheres confissões de culpa e uma resposta desesperada de compensação do tempo que não existiam para seus filhos. As outras ou haviam falecido, ou permaneciam no *corre*, ou guardavam revolta com a condição do filho, como é o caso da genitora do Guri 8.

Outra questão que nos chamou a atenção foi o sentimento de culpa em relação ao sofrimento de suas mães. De fato os vínculos com esses pais era frágil e ambivalente. Também percebemos muita culpa nas mães. Abaixo reproduzimos o *status* de *whatsapp* da mãe do Guri 3, apenas como ilustração do que estamos falando⁵⁰.

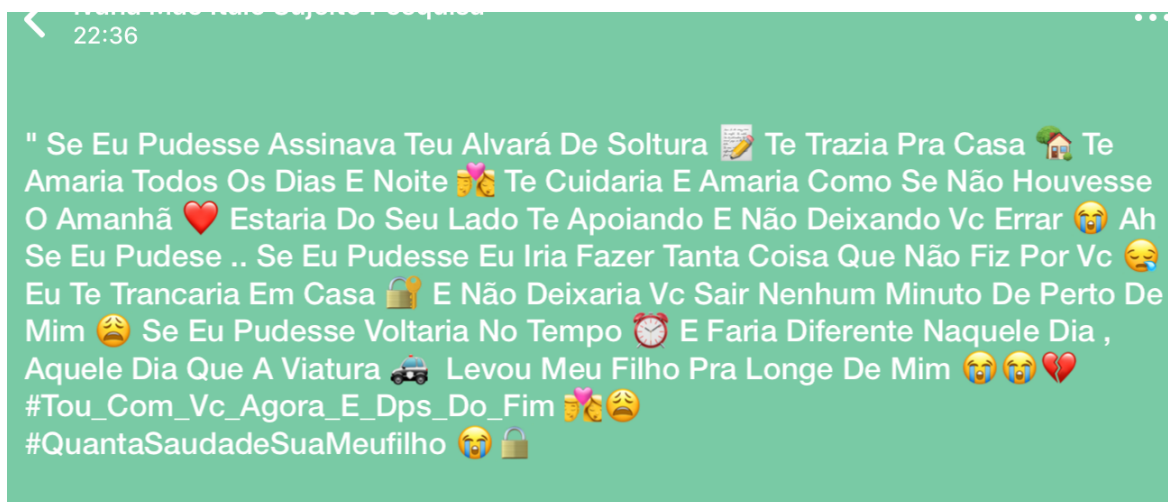
Esses filhos sempre voltaram para a casa das mães ou transitaram entre uma e outra casa (dos avós, de tios ou de outras pessoas para os quais foram dados na tentativa de educá-los). Especialmente Guris 1, 2, 3, 4, 9, 12, 14, 15, 19 e 20 nos falaram dessas constantes mudanças de família, normalmente entre membros da família e, no caso do Guri 2, por parte de pessoas que não eram familiares.

⁴⁹ Expressões comuns no discurso de Jacques Lacan.

⁵⁰ Com seis dos sujeitos que acompanhamos mais de perto (Guris 1, 2, 3, 4, 5 e 6) tivemos uma proximidade maior de suas famílias e destes passamos a ter o número de telefone. Então, em várias ocasiões demos *prints* nas postagens desses familiares. Essa informação foi levada ao conhecimento dessa mãe. Ela me disse que não se importava, que era uma forma de desabafo.

Como decorrência da desorganização das famílias e do caráter transgressor de algumas dessas mães, percebemos uma grande fragilidade na maternagem desses sujeitos, o que discutiremos na sequência.

Fotografia 1: *Print* de uma postagem no *whatsapp* da mãe do Guri 3



Fonte: Mauro (2018)

Maternagem fragilizada

Seja porque essas mães eram muito novas e não receberam de suas próprias mães uma maternagem suficientemente boa, seja porque o maior investimento emocional daquele momento fosse capturar um outro que transformasse suas faltas, seja porque haviam se alienado no uso indevido de drogas, seja porque estavam consumidas pelas suas dores, depreendemos das falas dos Guris, dos contatos que tivemos com algumas dessas mães (mães dos Guris 1, 3, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 21, 22 e 24) e das falas dos familiares desses Guris (estivemos com os familiares dos Guris 2, 3 e 4) que essas mães não estavam presentes o suficiente na infância arcaica desses sujeitos e isso é algo que os marca profundamente.

Pelas escutas efetuadas, inferimos que essas mães não estavam lá devido às suas próprias biografias psíquicas. Tratava-se de mães também desamparadas por uma mãe ausente ou frágil como resta claro da história das mães dos Guris 1, 3 e 6 com as quais dialogamos ao longo do atendimento dos filhos delas.

A mãe do Guri 1 muito nova começou a trabalhar como diarista. Não tinha uma boa relação com os pais, especialmente com o pai. Em uma viagem para outro estado, conhece aquele que será o pai do Guri 1 e muda o destino de sua viagem. Engravidou, morou na casa de parentes do seu companheiro, sofreu agressões verbais e físicas e teve a guarda de seu filho retirada por uma das tias do Guri 1 que trabalhava em um Conselho Tutelar.

A mãe do Guri 2 era usuária de crack tendo ele nascido em vínculo de rua e foi assassinada nesse contexto tendo sido queimada após espancamento.

A mãe do Guri 3 me falou que era filha de uma “prostituta de beira de estrada” (sic) que ela engravidou em um programa com seu pai. Foi criada pelos seus avós paternos e poucas vezes viu o pai. A impressão que tivemos de suas falas é a de ter ido ao mundo em busca de um homem que ocupasse as lacunas em sua vida tão desamparada como promete o discurso hegemônico. Logo, outro era o móvel de sua vida naquele momento.

Em suas buscas, encontrou um traficante que viria a ser o pai de seu primeiro filho. Todavia, esse era casado e morava em outro estado e ela própria foi a esse estado em busca desse companheiro, tendo sido muito agredida fisicamente. Seu guri ficou com os bisavós que o criaram entre as idas e vindas dela.

A mãe de Guri 3 omitiu algumas dessas informações, mas sua família estendida, em reunião marcada por mim, contou-me que ela fora uma adolescente transgressora dos limites colocados por seu núcleo familiar, envolveu-se com um traficante e homicida casado, do qual engravidou.

Quando de seu retorno, deixou o filho com os avós para circundar nos frevos⁵¹ em busca de capturar um outro com os recursos dos quais dispunha e foi em um desses frevos que encontrou o pai de sua segunda filha, também traficante, que iniciou Guri 3 em seu ofício.

A mãe do Guri 4 também era dependente química de crack e faleceu em contexto de vínculo de rua também por espancamento.

A mãe do Guri 5, conhecida como a “vovó do tráfico” era consumida pela dor de ter seus cinco primeiros filhos internados no sistema prisional/socioeducativo. Sua única filha vive com um traficante e um único filho não é envolvido com a seara infracional, mas que também não mora com ela.

⁵¹ festas regadas a sexo, álcool e drogas.

A mãe do Guri 6 encontra-se consumida por um transtorno bipolar que a acompanha até os dias atuais. Conforme visto, foi mãe pela primeira vez com 13 (treze) anos de idade. Ainda hoje trata-se de uma mulher extremamente frágil, de humor sempre rebaixado, a se mostrar na fala e na corporeidade. Na festa do dia das mães, chamou-me a atenção seu mal-estar em permanecer no ambiente com muitas pessoas. Pedia constantemente para ir embora.

A mãe do Guri 9 era uma prostituta que mesmo casada recebia seus clientes em sua própria casa.

A mãe do Guri 14 é traficante e passou a maior parte da vida do Guri presa, como está agora. Segundo ele próprio, só o buscava quando queria que ele trabalhasse no tráfico para ela.

Enfim... Muitas histórias de dor, desamparo e ausências.

De algumas das mães com as quais estive, escutei - apesar de algumas não terem falado - que estavam à captura de um outro que pudesse lhes salvar da condição “borralheira” em que viviam. Havia se colocado, no *corre*, como uma estratégia de serem percebidas na “prateleira do amor”, conforme nomeado por Zanello (2018) para especificar a perversão dos valores culturais hegemônicos que reduzem a felicidade feminina à condição de ser escolhida por parte de um homem.

Ouvi muitas histórias de envolvimento com drogas, mães arlequinas por parte dos Guris/Gurias ou familiares dessas mães, quando tive a oportunidade de estar com eles, pois essa é uma informação que não consta dos prontuários e demais bancos de dados.

Fiquei com a nítida impressão de que essas mulheres que foram do *corre* às suas formas, foram bastante desamparadas, que também para elas a maternagem foi prejudicada. Conseqüentemente, transmitiram desamparo a seus filhos

Desamparadas, essas crianças não encontraram *holding* em suas genitoras e de alguma forma os avós parecem não ter conseguido responder por essa falta, embora a afetividade por esses avós fosse muito grande.

Dialogando com os saberes sobre a questão encontramos em Winnicott, que iniciou sua caminhada com a infância pela pediatria, autor que para nós fala mais diretamente da importância dessa mãe na construção psíquica do sujeito, o que Birman (2014) esclarece em decorrência do momento histórico de saída da

mulher para o mercado de trabalho, como transfundo cultural da produção do pediatra-psicanalista.

Winnicott compreendia a mãe como o primeiro ambiente biológico e psicológico do sujeito, o qual exerce grande influência sobre a saúde mental desse, particularmente durante a gravidez e logo após o nascimento. Por isso fala especialmente a elas.

Imaginamos a especial condição de nossos sujeitos em seus primeiros anos de vida, pelos motivos já expressos acima. Recordamos do caso de Guri 20, que era espancado pela mãe e pelo padrasto, conforme relato de vizinhos.

Reiteramos não se tratar de uma culpabilização do feminino e também Winnicott (2000), afastando-se de uma interpretação patriarcal do fenômeno, alerta sobre a dívida imensa que a sociedade possui para com o feminino dada a nossa condição de absoluta dependência aos cuidados delas nos anos iniciais de nossa existência.

Em Winnicott (2000), afirma que a saúde mental do adulto advém da relação mãe-bebê a depender da qualidade do ambiente como facilitador ou não. Ou seja, no qual os processos de crescimento natural e as interações com o ambiente possam se desenvolver a contento. Para ele, espera-se que o ambiente favoreça os processos maturacionais de acordo com a maturidade própria à idade do indivíduo.

A mãe à qual Winnicott refere-se é uma “mãe suficientemente boa”, expressão basilar em seu sistema de ideias, da qual se utiliza para expressar uma mãe que se adapta às necessidades do bebê, inclusive de onipotência. Cunha por meio dessa expressão as ações da mãe para com o bebê e, com isso, marca uma diferença com a expressão “mãe boa” e “mãe má”, de Klein, que tem mais a ver com a leitura que o neófito humano faz do ambiente. É a mãe suficientemente boa que proporciona o desenvolvimento do que esse autor denominou como um “verdadeiro self”.

Na mesma obra define a mãe saudável como aquela que ingressa em um estado de preocupação materna primária a partir da gestação e após o nascimento sem adoecer, mas reconhece que mesmo as que adoecem podem ser mães suficientemente boas caso construam essa preocupação materna primária, o que demonstra uma identificação com o bebê.

Nessa mesma obra reforça a necessidade desse “adoecimento normal” das mães sadias e os riscos de mães que foram arrastadas por interesses passageiros. Todavia, pela análise dos prontuários, bancos de dados, atendimentos clínicos e visitas domiciliares, ficamos com a forte impressão de que as mães dos Guris 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 14, 15, 19, 20, 21 e 26 foram elas próprias muito desamparadas e transmitiram esse desamparo a seus filhos.

Algumas delas escutaram a falácia cultural de que o outro (macho), do lugar de príncipe encantado viriam lhes restituir a potência negada pela vida. Todavia, o senhor da espada (falo) em suas comunidades eram os homens do *corre*. Essa impressão ficou patente para nós entre as mães dos Guris 1, 3, 6, 9 e 21.

Já as mães de Guri 2, 3, 4, 5, 9, 10, 14, 20 e 21 tiveram suas mães roubadas de si pelas drogas ilícitas, e do Guri 6 pelas drogas lícitas, no caso das mães dos Guris 2 e 4 foi literalmente roubadas de suas vidas pela violência.

Consideramos muito pertinente os saberes de Winnicott por ter captado os ditames dessa sociedade à condição feminina e não defendeu a ideia de um “instinto materno”, mas de uma condição biológica que predispõe um mamífero superior a cuidar de sua cria durante o desamparo dela, questão que vem sendo comprovada pela neurofisiologia. Porém, mesmo aqui, o biológico não tem competência sem um contexto. Deixa claro seu afastamento de uma visão romântica e sentimental da maternidade ao destacar o alto preço que exige dos seres humanos. Chegou mesmo a afirmar que optou por não ter filho, haja vista o desafio dessa função, mas incentivou que quem o fosse estivesse disponível a seus bebês.

Winnicott (1993) nos lembra das dificuldades de tempo que uma mãe possui pelos excessos de demandas que são colocadas por se criar uma criança. Afirma o autor:

For the mother who is right there in it, there is no past and no future. For her there is only the present experience of having no unexplored area, no North or South Pole but some intrepid explorer finds it and warms it up; no Everest but a climber reaches to the summit and eats it. The bottom of her ocean is bathy-scoped, and should she have one mystery, the back of the moon, then even this is reached, photographed, and reduced from mystery to

scientifically proven fact. Nothing of her is sacred. Who would be a mother?
(WINNICOTT, 1993, p. 74)⁵².

Sobre a hipótese de as mães de nossos Guris/Gurias não exercerem bem a disponibilidade materna porque também elas não a tiveram com a qualidade necessária, pois como esclarece Winnicott, alguns fatores contribuem para a qualidade dos cuidados do bebê e o primeiro deles são as lembranças inconscientes de quando esses também foram bebês que tendem a se reeditar na cena com o novo filho (WINNICOTT, 2005). Tal é o caso das mães dos Guris 12, 13 e 81,

Destaca em fala para as mães que elas são o primeiro ambiente do bebê, com tudo aquilo que é ambiente para ela, inclusive o homem que a apoia (ou não). Em 1957, ao destacar a importância da família na construção psíquica do sujeito, nos lembra que também ela se encontra inserida no que denomina como “*setting* social”. Para Winnicott, a qualidade da relação parental é o principal componente na criação de uma atmosfera apropriada. Destaca ainda que a satisfação sexual da mãe é importante, embora nem sempre presente, para a saúde emocional do ambiente doméstico.

Três são as importantes disposicionalidades de uma mãe suficientemente-bom defendidas pelo autor já para os primeiros meses de vida: o *holding*, o toque e a apresentação do objeto que é a forma como a mãe oferece(se) o seio ou outra coisa que o bebê solicite. Ante os relatos que colhemos de nossos Guris e Gurias, instiga-me a imaginação a afirmação de Winnicott (2005b) de que o bebe necessita para além do biológico, de ser segurado com amor, sem agitação, tensão ou ansiedade.

Instiga-me pensar nos contextos dessas vulneráveis mães à espera de uma nova vida. Pelos relatos que colhemos, intuo que já não era fácil considerar o futuro para elas próprias, quiçá com e para um filho.

A estabilidade e confiança da mãe interfere diretamente em suas disposicionalidades como tal e essa, por sua vez, depende da qualidade de suas interações e disposições sociais. Defende que o melhor ambiente *holding* é aquele em que uma mãe, preferencialmente a biológica, esteja disponível para o bebê até

⁵² Para a mãe que está ali, não há passado nem futuro. Para ela, há apenas a experiência atual de não ter nenhuma área inexplorada, nenhum Pólo Norte ou Sul, mas algum intrépido explorador a encontra e aquece; nenhum Everest, mas um alpinista chega ao cume e o come. O fundo do seu oceano tem um aspecto de banho, e se ela tiver um mistério, a parte de trás da lua, então até isso é alcançado, fotografado e reduzido de mistério a um fato cientificamente provado. Nada dela é sagrado. Quem seria a mãe? (Tradução nossa)

os dois anos de idade, quando esse terá elementos para simbolizar as ausências dela.

Winnicott destaca a importância do olhar materno para a estruturação do novo ser. Para ele, a visão criativa do mundo da criança depende das respostas faciais da mãe quando olha o rosto do bebê. O rosto da mãe é o precursor do espelho. Afirma o autor:

Podemos, além disso, dizer muitas outras coisas relativas ao uso que o bebê faz do rosto da mãe. É possível pensar no rosto da mãe como o protótipo do espelho. No rosto dela, o bebê vê a si próprio. Se ela estiver deprimida ou preocupada com alguma coisa, então é claro que o bebê não verá nada além de um rosto (WINNICOTT, 2005b, p. 90).

Esse processo ajudará a estruturar o verdadeiro e ou falso *self*.

Destaca a importância de todo esse processo para que a criança construa a ilusão de ser Deus, condição necessária para a natural e inevitável desilusão e divide as mães que não conseguem ser suficientemente boas em três grandes grupos: as mães psicóticas, cuja maior dificuldade é afastar-se de seu filho; a mãe que não pode se entregar à preocupação materna primária, seja por depressão ou por outras preocupações que a roubem de sua condição materna primária e a mãe atormentadora. Para o autor a mais patogênica, por violar a possibilidade de construção do verdadeiro-*self*.

É interessante constatar que a mãe de Guri 3 foi também cedida aos cuidados de avós não tendo conhecido a mãe biológica, conforme já apresentado aqui, e que também não esteve para seu filho até os 7 (sete) anos dele, quando, já mãe de uma outra criança e tendo se sentido amparada pelo companheiro da época, também traficante, buscam o Guri 3 para morar com ela e o padrasto.

Que não se infira de nossas palavras uma linearidade causal entre os cuidados recebidos e os cuidados ofertados, uma vez que essa experiência depende das elaborações feitas pelo sujeito.

O que advém de nossas reflexões neste item é a complexidade do abandono que gerou desamparo, a criança desamparada que carregamos conosco e transmite-se na história familiar desses sujeitos de pesquisa, o que interferiu diretamente na qualidade do primeiro ambiente disponível para eles: a mãe, visto que as mães de nossos Guris parecem não ter conseguido ser mães suficientemente boas.

Ocorre que vivemos em um momento cultural que espera essa condição exclusivamente do feminino, conforme tencionado por Zanello (2018), por ela denominado como “dispositivo materno”. Mas, e os pais? O que temos a falar sobre os pais de nossos Guris/Gurias?

E o pai?

Em psicanálise o mais importante não é a presença de um macho ou de uma fêmea em uma lar, mas as funções ou dispocionalidades paterna e materna. Ocorre que, para além da falta do pai (real) Freud percebeu e denunciou a falência do pai simbólico, o que tentaremos tornar mais claro ao longo deste texto. Não se compreenda com isso que um lar não possa funcionar bem apenas com a presença do mãe. São as funções que não convém faltar. Nenhum dos sujeitos que atendemos mais sistematicamente teve a presença do pai ou uma boa referência desses. Vejamos:

Tabela 9: História com os pais dos sujeitos atendidos no contexto clínico.

Guri	História com o pai
1	Cumpria pena condicional por homicídio, dizia ao filho que “a lei não pegava para de menor (sic), violentava sexualmente sua outra filha. Guri 1 não o via como pai, mas como parceiro da infracionalidade. À frente reproduziremos fala sobre.
2	Havia muita afeição pelo pai, que morreu em confronto com a polícia.
3	Traficante e autor de homicídio. Muito pouco conviveu com ele. Dizia que era matador porque trazia o sangue do pai nas veias.
4	Morreu em seus braços quando ele tinha ainda 7 (sete) anos de idade, assassinado a facadas pelo irmão do Guri (por parte de mãe). A família me relatou que aos 5 (cinco) anos o pai já fora esfaqueado em um bar e que Guri 4 foi quem o levou para casa segurando suas vísceras.
5	Veio ao óbito pelo abuso ostensivo de álcool. Guri 5 sempre contava isso aos risos. “Meu pai era um pé-inchado. Morreu de tanta cachaça.”
6	Não conheceu o pai. Referia-se a esse como “um vazio” (sic). Todavia, quando de sua constelação familiar, permaneceu por semanas mexido com sua percepção de que sentia falta desse pai.
8	O pai tinha outra família em outro estado e pouco apareceu em sua vida. Evitava falar dele. Ele e o irmão mais velho, que o precedeu na infracionalidade, pareciam convocá-lo por esse meio da disrupção.

Guri	História com o pai
9	Traficante. Muito pouco participou de sua vida, a menos quando o usava para trabalhar no tráfico para ele, o que fez desde os 7 (sete) anos de idade.
10	Fora do “corre” e atualmente era pastor. Não os visitavam na Unidade por questões religiosas.
14	Soube que virou andarilho. Sua constelação foi sobre esse pai que ele não conheceu
15	Relatava muita mágoa do pai por tê-lo tirado do abrigo para jogá-lo no mundo. O pai o abandonou após o ato infracional praticado. Também o pai fora preso.
19	Presidiário. Pouco falava sobre ele. Ao longo dos atendimentos manifestou interesse em saber mais sobre o pai.
20	Presidiário. Nunca conviveu com o filho.
26	Falecido (câncer).

Sobre informações referente aos pais constantes nos prontuários, ver tabela 10 (em anexo).

A ausência do pai é também apontado por Farrington (1996) como fator comum entre os adolescentes que atuam pela infracionalidade. Com o cuidado de não cairmos em explicações machistas e patriarcais, testificamos com esses meninos o quanto os pais são presentes em seus universos fantasísticos, apesar da ausência sempre presente no discurso deles.

Vimos o pai do Guri 12 em uma visita que fez à Unidade após um surto do filho e sabíamos da existência do pai dos Guris 1 (presidiário). Também os pais dos Guris 10, 13, 15 e 16 encontravam-se vivos, mas nenhum deles visitava o filho na Unidade e conversei com o avô do Guri 141 que foi quem o criou.

Em minhas andanças, próximo à sala que me fora dada para atendimento dos meninos via um movimento que me lembrava uma terapia de grupo. Curioso aproximei-me e vim a saber que tratava-se do projeto do TJDFT sobre a constelação familiar. Resolvi então inscrever os Guris que atendia e os resultados foram todos fascinantes para mim e para os Guris.

Foram constelados os Guris 1, 2, 6 e 14. E o pai (ausente) foi o grande presente nessa modalidade terapêutica. Com exceção do Guri 6, todos me escolheram para como o representante de seus pais. Indescritível as coisas que vivi e escutei. Guri 6 me escolheu para representá-lo e não a seu pai.

A paternagem disfuncional é explicação regular à infracionalidade no campo psicanalítico. Hugo Freda (1996, p. 25) compreende o ato delinquente como um apelo ao pai na tentativa de inscrição no Outro, assim como os transtornos alimentares e as toxicomanias, também as atuações colocam-se como novas formas de sintomatização, pela dimensão do agir, o que equivale a dizer: da resistência ao simbólico. Conforme vimos no capítulo 3, o que temos assistido hoje é uma nova modalidade de economia psíquica marcada por um sujeito atrelado a um objeto de gozo e não mais o sintoma de um sujeito dividido entre ideais e pulsões. Como nos lembra Garcia (2004, p. 75), essa “nova forma de sintoma é tudo que resulta da discriminação, da segregação, da globalização e seus efeitos”.

Também para Rassial (1999), o sujeito que delinque, longe de desconhecer a função do pai, a interroga, dissociando diretamente o pai real, o pai imaginário e o pai simbólico. Projetam nessas figuras paternas a dimensão da falha particular do pai, seja ela real, imaginária ou simbólica.

Para Rosa (2011) o ato delinquente representa uma fixação no modelo da sexualidade infantil de tentar inscrever-se na ordem simbólica e participar dos elementos fálicos da ordem social, simbólicos de uma função subjetiva. Todavia, falta-lhes uma significação fálica determinada pelo Nome-do-Pai.

Conforme veremos quando discutirmos o Édipo, o pai ocupou lugar especial na metapsicologia freudiana. Muito preocupou o pai da psicanálise com o que nomeou como falência da função paterna, tema central e transversal a toda discussão que temos feito neste relatório de pesquisa.

Penso (2003) apoia-se em autores da psicologia sistêmica para sustentar seus achados de que as famílias dos adolescentes que atuam pela infracionalidade, sujeitos de sua pesquisa, são famílias emaranhadas, nas quais as fronteiras são frágeis e difusas. Para a autora, muitos desses sujeitos assumem a condição de filhos parentais como forma de compensar a vacuidade do pai por algum dos motivos já expressos, o que tem a ver com a história pessoal desses pais enquanto filhos.

“Coincidentemente” ouvi de dois dos Guri que atendi no espaço clínico, Guri 6 e Guri 8, uma mesma frase quando lhes perguntei: quando você pensa no seu pai o que você sente? Ambos, após um mergulho em si mesmos no afã de

perscrutar seus afetos, falavam antes com o rosto um algo como: não sei e depois com a boca disseram (ambos) em momentos distintos: “Um vazio!”

A percepção de nossos Guris está em consonância com os achados de Olivier:

E os psicanalistas rivalizam em imaginação; poderíamos conceber um pai imaginário, um pai simbólico ou um pai real (contanto que se tome como precaução dizer que o real não existe); toda essa abundância de significantes em torno do pai não esconde senão uma coisa: o significado pai é vazio (OLIVIER, 1984, p. 205 apud CONEAU, 1991, p. 17).

Já dos Guris 2 e 4 ouvi referências a um objeto bom que lhes faltou pela morte. Interessante constatar pelo diálogo com a tia do Guri 2 que o pai do Guri fora um bom filho para o avô paterno, mas que perdeu-se após o vício em crack, contexto no qual conheceu a mãe de Guri 2.

No rastro de Freud, a teoria psicanalítica captou a importância dessa figura para nosso romance familiar e consequente estruturação e funcionamento psíquico, também em psicanálise o pai ocupa lugar epicentral. De Aichhorn (2006/1925) a nossos dias, todos os teóricos que estudam o fenômeno da infracionalidade passam de alguma forma pela figura do pai.

Interessante discussão sobre o pai é feita por Dör (1991), o qual, do lugar lacaniano nos demonstra a importância dessa figura que representa epicentro crucial em nossa estruturação psíquica.

Em psicanálise o pai é uma metáfora que transcende a função empírica e contingente, um operador simbólico a-histórico e mítico. Logo, a encarnação do pai real nada mais é que a de um embaixador sem garantia de sua presença. Aquele que do lugar de estrangeiro promove a intervenção simbólica na economia psíquica do filho às voltas com o desejo da mãe, operação que pode se dar ainda que na ausência do pai real.

Já Lacan (1999, p.166-171) nos dizia que

[...] a função do pai tem seu lugar, um lugar bastante grande na história da análise. Está no centro da questão do Édipo e é aí que vocês a vêem presentificada [...] Não existe a questão do Édipo quando não existe o pai, e, inversamente, falar do Édipo é introduzir como essencial a função do pai.

A psicanálise nos adverte, com especial abordagem na obra de Lacan, que o problema não é a presença ou ausência de um pai real, mas a insuficiência desse do qual se espera uma condição fálica capaz de retirar a criança do lugar de

falo da mãe, haja vista o dilema entre ser ou ter o falo (da mãe) já que o pai ainda não é suposto tê-lo. É com a problemática edípica que a criança suporá o pai como o senhor do desejo, aquele que tem o falo (pai simbólico), recalca o desejo da mãe em nome do desejo do pai e o significante nome-do-pai é associado ao significante falo.

Quando a mãe impõe a falta imaginária do pai no inconsciente fantasístico do filho, o pai atua como o privador, interditor e frustrador. Dör (1991) define a frustração como sendo a falta imaginária de um objeto real, a privação como uma falta real de um objeto simbólico e a castração como a falta simbólica de um objeto imaginário.

Ainda segundo Dör, quando a mãe não se significa à criança como faltosa e ou o pai é complacente, a criança fecha-se na representação de uma falta não simbolizável que traduz o desmentido permanente. Em tal caso a atribuição fálica do pai, que lhe confere à autoridade do pai simbólico (representante da lei) nunca será reconhecida, exceto para ser incansavelmente contestada. Teremos assim uma estruturação ou montagens perversas.

Quando ocorre de um sujeito ser amado indevidamente por uma mãe, que alardeia a falta de um pai que é reconhecido como tal, é comum que esse seja convocado, e por vezes aceite, à condição de suplente do suposto faltante (seja o pai ou o filho), tal como é o caso do Guri 6, entre tantos outros. Ocorre aí um investimento libidinal precoce por parte da criança que se reeditará posteriormente na vida desses sujeitos como uma nostalgia do retorno ao ser vivamente cobiçado, mas nunca realizado.

É comum desses sujeitos a hostilidade ao lugar de qualquer figura de autoridade que remonte a *imago* paterna, tal como sempre foi a história do Guri 6 na Unidade de Internação. Inúmeras vezes fomos chamados para mediar conflitos deste com os homens que trabalhavam como “segurança”. Essa é, aliás, situação corriqueira.

Ao invés de deparar-se com a falta, a criança ilude-se em ser o que falta à mãe. Ao invés do desejo separar-se da necessidade para entrar no processo de demanda, este é curto-circuitado pela mãe e a criança ocupa de bom grado o lugar de objeto do gozo do outro, tende à queixa improdutiva que lhe permite assumir seu gozo e assim permanece cativo do temor da castração, busca ser tudo para o outro,

não cessa de tentar substituir o pai, toma o lugar do outro por prestígio, para ser o herói. Trata-se de um militante do ser. Temos aqui a estrutura obsessiva. Quadro próximo do que nos sugeriu o Guri 15.

Conforme já discutido com auxílio de Penso (2003) e por outro sistema de ideias, nossos Guris tentam a função de suplentes da mãe que se anuncia pela falta. As drogas e o ato infracional é, comumente, tentativa de convocação do outro, ilusão de completude e anestesia da angústia decorrente da insuficiência imposta pela posição suplente.

Quando ocorre uma cristalização no investimento psíquico da atribuição fálica do pai, toda a economia do sujeito busca por à prova todos e tudo que lhe representa a função paterna ou potência fálica, visto fantasiar que o pai tem o falo que falta à mãe porque a privou. O sujeito ocupa o lugar do injustiçado, renitente, revoltado por não ter o falo. Guri 6 é um protótipo desse lugar.

Quando feminino tenta fazer-se homem e quando masculino reafirma sua virilidade, ocorre uma identificação militante com quem não o tenha, mas o deseje. Sujeita seu próprio desejo àquilo que imagina ou pressente ser o desejo do Outro ao qual dedica-se a responder antecipadamente. No caso de nosso Guris, os emblemas de potência anunciados pela cultura que buscam pelo arrombamento, já que para o saber acadêmico não se consideraram capazes.

Ocorre uma delegação imaginária que privilegia o lugar de Mestre como mecanismo de defesa ao desconhecimento da questão de seu desejo e à insatisfação que disso resulta. A economia desejanse do histórico apresenta uma ambivalência fundamental: existir/desejar por si ou aparecer aos olhos do outro, desejar aquilo que o outro é suposto desejar de seu desejo.

Não ousaríamos definir a estrutura de nossos sujeitos, sobretudo pelo pouco contato que tivemos com todos os que atendemos clinicamente. Mas, convém compreender o quanto da histeria trazemos em nós, e não é diferente para eles, pela cristalização no investimento psíquico da atribuição fálica do pai.

Por essas questões, resta claro que o processo de metáfora do Nome-do-pai só assegura sua função estruturante com relação ao desenvolvimento psíquico da criança quando esse garante o recalque originário do significante do desejo da mãe e para tanto, faz-se representante do Outro. Com essas explicações Dör (1991)

nos chama a atenção para o significante: “mães fora-da-lei”, o que está de pleno acordo com as mães de nossos sujeitos de pesquisa, já discutido aqui.

Outra importante contribuição à nossa pesquisa foi dada por Corneau (1991) que transita do lugar de analista conjugal para o de analista de homens, devido à sua percepção do sofrimento do masculino e maioria absoluta de nossos sujeitos, são do sexo masculino.

Corneau demonstra por meio de seus estudos que o sexo masculino apresenta mais deficiências intelectuais na infância, problemas de atenção e hiperatividade, dificuldades esquizóides, tiques transitórios crônicos, enurese e encoprese funcionais, sonambulismo e terror noturno, autismo, perturbações do desenvolvimento persistente e específicas como é o caso da dislexia. Na vida adulta, destacam-se nas perturbações de personalidade paranóide, compulsiva e antissocial, de alcoolismo e toxiconomia, suicídio, esquizofrenia e comportamentos de risco.

Corneau compreende a partir de seus estudos e carreira como clínico que a carência de alicerce nos homens, ou seja, a ausência frequente do pai e de modelos masculinos junto à criança justifica esse quadro. Destaca que o patriarcado não fez mal apenas às mulheres, mas também aos homens que são obrigados por força de uma cultura a negar seus afetos e identificar-se com um modelo inacessível de masculinidade.

Pela própria compreensão do Édipo, somos levados a pensar a complexidade da identificação com o masculino após tê-la vivido no momento mais estruturante de nossas vidas com a figura do masculino, o que leva o autor a afirmar que por estarmos inseridos em uma cultura na qual o cuidado do nascituro é delegado ao feminino, a mulher é, enquanto o homem precisa fazer-se. É o processo educativo quem subverte a natureza pela identificação com o masculino que, na história de nossos sujeitos de pesquisa existiam enquanto símbolo, mas eram ausentes ou modelos de identificação para o desvio.

O pai é por si um representante do princípio da realidade. Ocorre que desde que temos questionado o patriarcado, que de fato precisávamos fazer, colocamos em cheque também a função de pai, tema ao qual Freud muito se dedicou e já foi aqui bordado por nós.

Corneau elenca comuns casos de sua experiência clínica que denotam a ausência paterna. O primeiro deles é a ausência prolongada de pais, como é o caso do pai do Guri 8, que possui outra família em outra região do Brasil, ou o pai do Guri 3, que era caminhoneiro e tinha a casa dos pais apenas como repouso para quando estivesse por Brasília. Relatos como esse ouvimos de muitos Guris.

Certo dia fui levado a um Guri (18) que dava muito problema na Unidade. Em nosso diálogo ele me relatou um pai que sempre lhe faltou, mas que vinha quando esse transgredia, ainda que para castigá-lo. Fiz essa devolutiva para ele. Elucidar esse fato parece tê-lo tocado profundamente, pois tivemos a impressão que passou a nos olhar com outros olhos. Dias depois desse diálogo, me chamou e pediu que eu intercedesse por ele junto ao Gerente de Segurança: queria desculpar-se e recomeçar sua história na execução da medida. Também na Unidade, ele recorria ao pai (simbólico), no caso o Gerente de Segurança, a quem muitos referiam um pai, pela convocação por meio da transgressão, tal qual fizera com seu pai (real).

Outra forma de ausência se dá pela fragilidade da resposta afetiva desses pais, quando existiram para o sujeito enquanto pais concretos. Como demonstrado acima maioria de nossos sujeitos tiveram pais que atravessaram seus caminhos além da imagem evocada pela mãe e quase todos, com exceção do Guri 2 e Guri 4 referem-se a esse pai com faltante, esfriado afetivamente, distante e violento.

O fantasma de abandono por parte desse pai é uma constante na vida de nossos Guris. Não é por acaso que todos costumavam me chamar de pai. Guri 2, que não me chamava de pai, comparava-me em quase todas as sessões a seu pai. Em certo dia firmamos um acordo e eu fiz um cumprimento comum entre os jovens com a expressão: “de rocha?!” Ele sorriu e falou: “Carai, véi! o senhor falou igual a meu pai. Ele falava desse jeito comigo.”

No caso do Guri 1 escutamos de sua fala uma relação horizontalizada de um pai que buscava viver sua adolescência não elaborada e suas sombras psíquicas por meio do filho. O pai do Guri 1, informação também passada pela mãe, incentivava o filho a transgredir e solicitava que o filho repartisse com ele as meninas do *corre*.

Vimos também nos prontuários e demais bancos de dados quadros nos quais os filhos sofriam constante espancamentos por parte de seus pais biológicos.

A ausência paterna não é fenômeno apenas do universo desses sujeitos, mas do mundo contemporâneo, visto ser recorrente também em minha experiência enquanto clínico de classes sociais mais abastadas. A infracionalidade é umas das possíveis disfunções que esses sujeitos apresentam, pelo intrincamento com outros preditores/fatores.

Interessante constatação de Corneau (1991) é de que a ideia vulgar na cultura hegemônica de que o carinho físico é tarefa das mulheres aos filhos tem gerado sérios problemas na troca afetiva entre os sexos. É ideia comum em uma Unidade de Internação o medo da feminilização, o reforço da virilidade.

De início evitam a demonstração de afeto em frente aos colegas e servidores, mas desdobram-se em afetos quando no *setting* físico (lembrando que na Unidade montamos uma sala para os atendimentos clínicos com divã e outros acessórios).

Todavia, conforme percebem que não havia outros interesses em nossa forma de ser (não apenas erotismo mas também policiais), tornam-se eles próprios muito afetuosos. A vida severa que levam os faz funcionar de forma traumática. Ocorria de eles colocarem minhas mãos em suas cabeças, de nos abraçarem numa demonstração de desespero e chorarem convulsivamente ou de fazerem sólidas falas de amor, o que lemos como importante fenômeno (contra)transferencial. Como no caso do Guri 3, que fez questão de marcar afeto como distinto do homoerotismo.

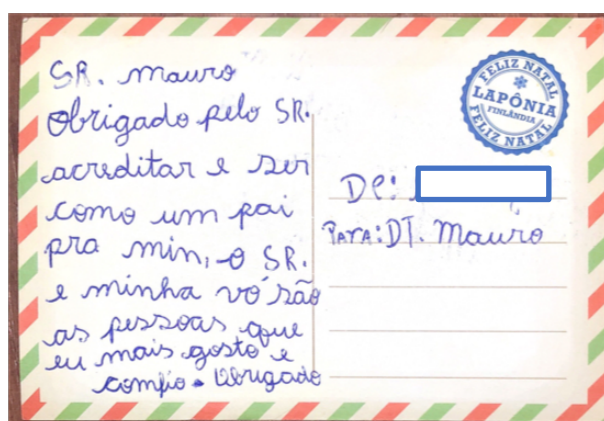
Das coisas que mais nos chamou a atenção em nosso atendimento dos Guris foi a afeição que logo passavam a transferir para mim. Em nome dessa vinculação e amor conseguiam conter seus impulsos e vencerem a si mesmos. A transferência nos colocou no lugar daquele que recebia e de quem solicitavam muito amor e cuidado. Certa feita Guri 3, demonstrando constrangimento evidente pela corporeidade e titubear da fala, nos disse: “Seu Mauro, eu queria dizer uma coisa pro senhor.” E travava. Incentivado a vencer sua vergonha, disse: “Eu amo o senhor, Seu Mauro, mas não é essa coisa de viado não. O Sr. entende?”. Todos aqueles que atendemos mais frequentemente, com exceção do Guri 6, sempre mais reservado, me falavam em todos os atendimentos que me amavam. Especialmente os Guris 1, 2 e 19.

De outra ocasião, Guri 1 nos falou: “Seu Mauro, cada dia eu amo mais o senhor.” Foi também Guri 1 quem disse à mãe que não era mais religioso. A mãe,

preocupada com a questão, compartilhou comigo. O tema veio à sessão quando lhe perguntei como buscava aproximar-se de seus conteúdos bons e ele me explicou que não seria mais religioso, pois queria ser um homem de ciência como eu. Ocorre que um dia me questionou conteúdos levados a ele por meio de um líder religioso que faz um trabalho na Unidade e expliquei que meu lugar ali era de um homem da ciência e não de homem de religião, que preferia que ele trabalhasse aqueles conteúdos com seus familiares e ou com o líder religioso. Daí tirou a ideia de que eu não era um homem de religião e que, portanto, ele também não seria.

Era recorrente que os jovens me chamassem de pai, apresentassem-me como pai e me solicitassem bênção. Foi no almoço do dia das mães do ano de 2018 que Guri 6 me apresentou a mãe dele nesses termos: “Mãe, esse é o famoso Seu Mauro.” Silenciou por alguns instantes com o gesto de apertar os lábios quando buscava mergulhar em si e então continuou... “meu pai.” Guri 1 gostava que eu reassegurasse constantemente que meu afeto não seria apenas pelo doutoramento (assim como Guri 6). Certa feita disse a ele que não existia ex-pai, no que me corrigiu: “Existe sim, o fulano é meu ex-pai. O senhor agora é meu pai.” Expliquei que seu pai seria sempre seu pai, embora não tenha ocupado de uma forma funcional esse lugar. Guri 2 interrompia-me várias vezes na sessão para me dizer: “Carai, o senhor falou igual meu pai.” “Caramba, meu pai falava desse jeito.” Os Guris 5, 13, 14 e 15 também repetiam sistematicamente o meu lugar de pai deles. Há um conceito entre eles denominado: “pai de cadeia.”

Fotografia 2: Cartão de natal do Guri 2



Fonte: Mauro (2018)

Por ocasião de nossa qualificação um dos membros da banca nos inquiriu sobre o que esses sujeitos recalavam. Naquele momento eu tinha impressões, hoje tenho elementos suficientes para afirmar que eles recalcam o amor e o medo. Tal como Corneau (1991), reconhecemos a mutilação que o patriarcado promoveu no masculino no que tange ao recalque do afeto e do medo. Também é comum que confundam nosso afeto cuidador com um afeto utilitarista-sedutor com o qual conviveram na maior parte de suas relações afetivas. Na ausência ou fragilidade dos modelos de identificação masculinas alguns desses jovens os encontraram em lideranças do tráfico e de outros crimes, em outros parentes que representaram esse ideal de virilidade.

Corneau (1991, p. 37) nos lembra que

Um pai que cuida corporalmente de seu filho não é um pai-mãe, ele é simplesmente um pai; ele acaba de dar um realidade a esse substantivo que permanece até então quase sem sentido.

O autor esclarece que não são o pai e a mãe concretos, mas nossas relações com eles que marcam nossa história e funcionamento psíquico. “Um complexo é de fato a soma de tudo que é experimentado como sendo da ordem do paterno quer se trate de um avô, um professor ou um irmão mais velho” (CORNEAU, 1991, p. 43). Para ele, “a marca do complexo paterno negativo é, portanto, a desordem interna [...]” (idem, p. 46). Os filhos desses processos vivenciam um eterno “teatro da virilidade” (idem, p. 49). Bem a marca de nossos sujeitos de pesquisa.

E buscando responsabilizar também os sujeitos, arremata:

Cabe ao meu “psi” concluir dizendo: ‘É bom lembrar aos espectadores que cada ator carrega, ao menos em parte, a responsabilidade pelo argumento do qual ele é a vítima. De fato, as rixas que ele teve com seus progenitores escondem, frequentemente, a demissão e a irresponsabilidade do indivíduo frente aos problemas inerentes a sua própria personalidade (CORNEAU, op. cit., p. 51).

Discutindo especificamente a questão da infracionalidade, assinala:

Os delinquentes representam toda essa forma indomada, não orientada pelo princípio paterno. Eles vão dedicar, por vingança ou mais simplesmente por necessidade de sobreviver, a fazer o mal em resposta ao mal que lhes fizeram. Os delinquentes são nossos redutores negativos; eles nos lembram nossa própria humanidade, aquela que temos tendência a esquecer, vaidosos que somos de nossos projetos altruístas (idem, p. 90).

Uma última ancoragem teórica que fazemos sobre a figura do pai é por meio de Winnicott. Julgamos essa discussão indispensável porque a psicanálise, até Winnicott deu muita referência ao pai edípico, conforme já vimos nos parágrafos precedentes com Joel Dör, entre tantos outros discutidos ao longo deste estudo. Winnicott, como pediatra e num momento em que o feminino saía para o mercado de trabalho destaca a importância da mãe (e do pai) nos período pré-edípico, sem com isso desconsiderar a importância do Édipo na vida de todos nós.

Para esse autor, apesar da primazia dada à figura da mãe, a importância do pai está presente mesmo antes do nascimento do filho, haja vista seu lugar na relação erótica com a mãe e o suporte (ou não) que dará a essa criança. No período de dependência absoluta, quando mãe e bebê formam uma só unidade, a relação do pai desdobra-se na relação com o bebê, ajudando a ofertar um ambiente de proteção (ou não), sobretudo em um mundo no qual predomina uma sensação de insegurança, ainda mais nos contextos em que esses sujeitos habitam. O pai forma com a mãe o ambiente total do bebê. Sua presença/ausência e qualidade na relação com a mãe e com o ambiente total desdobra-se na vida psíquica do bebê (1999a).

No período da dependência relativa deveria estar ali para ajudar nas necessárias separações e resgatar a mãe à sua condição de fêmea que deveria ter sido eclipsada pela condição materna. Os verbos se encontram no futuro do pretérito do indicativo porque no caso de nossos sujeitos, essa é uma condição mais do ideal do que do real.

Os pais-companheiros das mães não existiram para as mães de nenhum dos nossos sujeitos atendidos mais diretamente e para os demais não foi possível perceber essa informação. Winnicott (1982) refere-se ao pai para dizer que ele entra na vida do bebê como uma dimensão mais dura e severa da mãe e vai se tornando um homem que pode ser temido, amado, odiado e respeitado e apesar da mãe também possuir essas características, sua condição de maternagem as deixa mais para o pai.

Para esse importante expoente da psicanálise, “o pai é o primeiro vislumbre que a criança tem da integração e da totalidade pessoal” (WINNICOTT, 1994, p. 188), haja vista não está colado ao bebê como a mãe pela sua própria condição de cuidadora em nossa cultura.

No estágio do concernimento o pai defenderia a mãe da impulsividade infantil. Uma presença forte permite à criança ir mais fundo na experimentação de suas pulsões sem receio de destruir a mãe. A integração da destrutividade é condição importante para que a criança seja apta para viver um pouco mais tarde, as experiências agressivas relativas às fantasias e tensões próprias das relações triangulares (WINNICOTT, 2000). No estágio das relações triangulares, a criança evoca o conjunto de relações e sentimentos precedentes.

Quando chega ao estágio de desenvolvimento em que consegue perceber a existência de três pessoas, ela própria e duas outras, a criança encontra, na maioria das culturas, uma estrutura familiar à sua espera. No interior, a criança pode avançar passo a passo, do relacionamento entre três pessoas para outros mais e mais complexos. É o triângulo simples que apresenta as dificuldades e também toda a riqueza da experiência humana (WINNICOTT, 1990, p. 57).

Em Winnicott (2000) esclarece sua compreensão do Complexo de Édipo como importante momento do estágio das relações triangulares, mas não da totalidade desse processo. Para esse autor o Complexo de Édipo ocorre dentro de uma família e não o inverso. Afirma:

especialmente quando o pai bate o pé com firmeza é quando ele se torna significativo para a criança pequena, desde que ele tenha conquistado antes o direito de assumir uma atitude firme ao ter uma presença assídua e amistosa em casa (WINNICOTT, 1999b, p. 100).

Muito significativo para nossas investigações é a constatação que faz em Winnicott (2001, p. 135) de que

Nessa situação triangular, o menino pode conservar o amor pela mãe tendo à frente a figura do pai, e do mesmo modo a menina, com a mãe à frente, pode conservar seu desejo pelo pai. Na ausência de uma terceira figura, a criança só tem suas alternativas: ser engolida ou se afastar violentamente.

O que Winnicott (2001) traz à discussão psicanalítica é que os conflitos inevitáveis do Édipo podem ser amenizados ou intensificados pelo ambiente, daí a importância da maturidade emocional dos pais para a saúde psíquica da criança e a relação afetivo-sexual dos pais oferece base para esse processo. Reiterando a importância do outro como suporte e continência, rememora que

[...] a passagem do tempo, algumas horas ou por vezes alguns minutos, traz alívio para praticamente quase tudo, por intolerável que pareça, desde que alguém familiar e compreensivo esteja presente, mantendo a calma

quando o ódio, a raiva, a ira, o desespero ou a mágoa parecem ocupar o universo inteiro (WINNICOTT, 1990, p. 75-76).

Quando o pai ocupa esse lugar reforça a relação de confiança que já vinha construindo, o que nos oferta mais elementos para melhor compreendermos os quadros de nossos sujeitos de pesquisa. Mesmo a castração tem o valor de cuidado e proteção para a criança por tornar-se uma alternativa bem-vinda para a angústia da impotência.

Para ele, a moralidade teve uma história pregressa na relação mãe-bebê que não pode ser reduzida ao Édipo, quando há saúde, a criança desenvolve uma moralidade pessoal antes mesmo de adotar a moralidade dos pais, da educação ou da cultura. Assim, a lei paterna é um segundo momento mais instrumentalizador e normativo das regras sociais.

Em Winnicott (1999b, p. 36) afirma que

[...] No meu trabalho, aprendi muito sobre as dificuldades que as mães enfrentam quando não desfrutam uma posição favorável. Talvez tenham grandes dificuldades pessoais, de modo que não podem ter um bom desempenho, mesmo quando são capazes de ver o caminho; ou têm maridos que estão longe, que não fornecem um apoio adequado, ou que interferem, que são até ciumentos; algumas não tem marido, mas têm ainda que criar o bebê.

Na ausência de um pai que dê suporte à mãe, conforme se encontra organizada a vida em nossa comunidade, e quando a mãe não consegue ser esse suporte por si, a criança tende a temer que sua destrutividade afete a mãe e recolhe em prejuízo para si e para os que os cercam. Quando teme sua pulsionalidade a criança tende a limitar sua potência e “o ato de experimentar, que poderia fazê-la chegar a um acordo com a própria agressividade, torna-se impossível” (WINNICOTT, 1999b, p. 86). Já em Winnicott (1990, p. 94) considera que quando a criança é impedida de exteriorizar a agressividade que é inerente ao viver há a tendência para que a criança iniba o instinto, reapareça a dissociação entre o bebê excitado e a mesma pessoa quando tranquila, o sentimento de tranquilidade não fique mais ao alcance e a capacidade de brincar e trabalhar construtivamente seja perdida.

Esperamos ter demonstrado com esse item que nossos Guris não tiveram uma boa relação com seus pais, o que se mostrou nos espaços clínicos como patogênicos e que alguns pais foram para eles criminogênicos. Após, dialogamos com três referenciais teóricos para demonstrar a importância do pai nos períodos

pré-edípico, edípico e na adolescência e o quanto buscam esse pai em seus percursos infracionais.

Somos favoráveis a que qualquer agente público que ame o que faça e troque com os adolescentes que atuam pela infracionalidade assuma o lugar de adulto referência para aquilo que Marty (2005) buscou em Gutton como “apoio narcísico parental”, sobretudo para esses jovens cuja função/disposicionalidade paterna faltou.

Por esse termo, o autor compreende a postura de relacionar-se com o adolescente do lugar de adulto, sem ceder a suas convocações de abandono desse lugar; apresentar enquadres como quem oferece um presente; resistir à destrutividade da violência adolescente; confiar no processo da adolescência; nomear as coisas; não temê-los; nem confundir-se com eles, nem ignorá-los; assumir o lugar de adulto e de orientação, quando necessário; proporcionar apoio ao adolescente que esteja em situação de fragilidade narcísica; confiar na saída do processo de adolescência; buscar auxílios de terceiros, quando necessário; proteger o adolescente contra si mesmo; perceber o tornar-se adulto no ser adolescente, com suas incertezas, destrutividades e potenciais; lembrar que violência é força da vida, que precisa ser ligada aos objetos e orientá-la a alguma significação; ofertar objetos (culturais) para que canalizem por eles sua violência; manter a ligação com o adolescente, por meio da palavra e do interesse. Ajuda-lo a manter uma atividade de ligação em seus investimentos para que não sobrevenha o risco da ruptura.

Inter/Transgeracionalidade

É habitual dos relatos dos adolescentes, conforme já dito, familiares próximos que os precedem na infracionalidade. Farrington et al. (1996) evocam estudo intitulado *Cambridge Study in Delinquent Development* pelo qual mais de 400 (quatrocentos) meninos em Londres, foram acompanhados dos 8 (oito) aos 46 (quarenta e seis) anos. Os resultados demonstram que, entre tantos outros fatores, ter um parente de primeiro grau judicialmente condenado é fator preditivo muito forte, sobretudo quando esse parente é o pai.

Além de ser informação nos prontuários e demais bancos de dados, com exceção do Guri 7, que não significa que não tenha, mas não é perguntado e não

consta de seus documentos, todos os sujeitos que atendemos mais diretamente relataram parentes que os precederam na infracionalidade. Veja as tabelas 9 e 11 referente aos adolescentes que atendemos mais diretamente e a tabela 10 dos que não atendemos mais efetivamente ou apenas lemos nos documentos sobre os mesmos. Lembrando tratar-se de informações expontâneas devido à fragilidade das fontes, conforme já explicado na metodologia.

Tabela 11: Transgeracionalidade infracional entre os sujeitos atendidos clinicamente

Guri	História com o pai
1	Pai homicida, ofensor sexual e outras passagens pela polícia. Tio traficante.
2	Pai e mãe envolvidos no tráfico. Pai morreu em confronto com a polícia e mãe morreu a pancadas e queimada pelo tráfico.
3	Pai traficante e autor de homicídio. Mãe arlequina.
4	Pai e mãe usuários de crack.
5	Mãe traficante e os quatro irmãos mais velhos se encontram presos.
8	Irmão mais velho o precede no ato infracional.
9	Pais e irmão mais velho traficantes.
10	Pais o precedem na infracionalidade.
11	Irmão mais velho o precede no ato infracional.
14	Mãe presidiária e seus dois irmãos mais velhos o precedem no ato infracional
15	Pai, irmão mais velho e mais novo o precedem no ato infracional.
19	Pai presidiário o precede no ato infracional
20	Pai presidiário o precede no ato infracional

Instigou-nos especialmente o quanto alguns fenômenos circulam em múltiplas gerações de nossos sujeitos de pesquisa: o alcoolismo, a drogadição, o envolvimento com o crime, a prostituição e o abandono são alguns que percebemos regularmente nas famílias das quais descendem. Ouvimos de diversos familiares: ele puxou o pai/tio/irmão etc. A esse fenômeno a psicologia sistêmica denomina “herança intra e transgeracional”.

Ouvimos de todos os nossos sujeitos de pesquisa de seus envolvimento com mulheres do *corre: arlequinas*. Essas meninas engravidam precocemente e seus filhos são criados pelas suas mães e avós, assim como eles próprios o foram. Muitos deles nos falaram de supostos filhos que tenham tido com arlequinas. Tal é o caso dos Guris 2, 3 e 25. Esse fenômeno mais comum após os 16 (dezesesseis) anos de idade e na Unidade de Internação do Recanto das Emas, onde cumprem medida dos jovens entre 18 (dezoito) a 21 (vinte e um anos), na qual já trabalhei essa é uma situação muito mais comum. Não é difícil interpretarmos esse fenômeno como a busca do feminino a partir das referências que tiveram de suas próprias mães e cuidadoras. Quadro que tende a gerar um ciclo vicioso, visto que nossos Guris reproduzem caminhos comuns de seus pais, mães, irmãos mais velhos e tios que os precedem na infracionalidade, o que a psicologia sistêmica traduz como herança trans e intergeracional.

Essa não é uma informação sempre presente nos prontuários e demais bancos de dados, ou porque os pais omitem, ou os especialistas não perguntaram, mas que ouvimos de muitos Guris.

Pesquisamos nos prontuários percebemos que os Guris 1, 3, 4, **5**, 11, **14**, 20, **26**, 27, 35, 36, 38, **39**, **42**, 43, 45, 47, **50**, 54, 59, **66**, 67, 68, **74**, 79, **81**, **87**, 93, 95, 99, 104, 106, 112, 114, 123, **125**, **131**, 135, 136, 137 e **141** possuem um pai e ou uma mãe e ou um irmão e ou um tio que os precederam no ato infracional, conforme tabela 11 em anexo.

Em negrito aqueles que pelo menos um irmão o precedeu na infracionalidade.

Com exceção dos Guris sublinhados, todos os demais tiveram o pai os precedendo no ato infracional, ainda que não tenham convivido com eles.

Para os Guris 1, 3 e 59, esse antecessor foi um tio.

Para os números em itálico, as mães os precederam na seara infracional.

Todavia, quase todos os sujeito que foram atendidos de forma esporádica ou sistemática relataram essa herança trans e intergeracional, conforme ilustramos com a tabela precedente.

Ouvimos do Guri 3 que era um homicida como seu pai. Também Guri 1, que cometera crimes de homicídio, tinha um pai homicida. Conforme já relatamos o

Guri 3 disse com orgulho: “Eu sou um matador como meu pai, Seu Mauro. Eu tenho o sangue dele.”

Digno de nota é que Guri 3 nunca conviveu com o pai, tendo o visto em raros momentos na vida, mas demonstrava fidelização a essa importante referência em sua vida.

Alguns Guris me relataram em segredo, sob o compromisso de que não contaria para seus familiares, que fora um irmão de sua mãe que os iniciaram no ato infracional. Guri 3 demorou 6 (seis) meses de atendimento semanal para nos relatar os envolvimento da família com o tráfico. Um Guri me pediu segredo junto à sua mãe de que fora um irmão dela quem o iniciara no tráfico. Já ela me disse ter sido o pai do Guri, quem iniciara o irmão dela.

Convém lembrar que atendemos de forma individualizada aos casos considerados mais complexos pela Unidade. Seria essa herança trans e intergeracional algo que fragilizasse ainda mais os psiquismos e ou esse é um ciclo vicioso comum nessas comunidades vulneráveis?

Sobre a questão da trans e intergeracionalidade, os estudos quantitativos-longitudinais também nos revelam que pais que cometem crimes, alcoólicos e antissociais tendem a ter filhos que infracionam. “It is not entirely clear why criminal parents tend to have delinquent children. In the Cambridge study, there was no evidence that criminal parents directly encouraged their children to commit crimes or taught them criminal techniques⁵³” (ELLIOT e MENARD, 1996, p. 93).

Farrington (1996), já evocado aqui para esse mesmo tema demonstra pelos seus estudos e por revisão da bibliografia que, a exposição a irmãos ou pais envolvidos com o crime antes dos 11 (onze) anos de idade é fator muito forte na provisão de ato infracional e que as mudanças de níveis de infracionalidade costumam se acompanhar de mudança entre o grau de comprometimento com a infracionalidade por parte dos pares.

O psicanalista Kaës (2001), aborda essa temática como uma parte da herança não-passível de apropriação, de atribuição de sentido e, conseqüentemente, de transformação. Delineia o conceito de transmissão psíquica a partir de Freud, que em (1913/2010) a discute como herança da culpa pelo

⁵³ Não está totalmente claro por que os pais que cometem crimes tendem a ter filhos delinqüentes. No estudo de Cambridge, não havia evidências de que pais que cometem crimes encorajassem diretamente seus filhos a cometer crimes ou ensinassem técnicas criminosas.

assassinato do pai; em Freud (1914/2010) refere-se à transmissão de uma herança da ordem dos desejos e fantasias não realizadas dos pais e em Freud (1921/2014) refere-se a processos de identificação: “o Id hereditário, o Ego que deriva do Id, e o Superego herdeiro do complexo de Édipo e, portanto, do Superego dos pais” (KAËS, 2001, p. 11).

Essa transmissão é aquilo que é transferido e transportado no interior do aparelho psíquico a partir da intersubjetividade no palco familiar, tendo e estruturando-se por relações de diferenças e complementariedade.

Assim, para Kaës o sujeito é antes de tudo um “intersujeito”.

O que é inelutável é que somos postos no mundo por mais de um outro, por mais de um sexo, e que nossa pré-história faz de cada um de nós, bem antes de nascermos, o sujeito de um conjunto intersubjetivo, cujos sujeitos nos têm e nos mantêm como servidores e herdeiros de seus ‘sonhos de desejos insatisfeitos’, de seus recalamentos e de suas renúncias, na malha de seus discursos, de suas fantasias e de suas histórias. De nossa pré-história tramada antes de nascermos, o inconsciente nos tornará contemporâneos, mas só passaremos a ser seus pensadores pelos efeitos a posteriori. Essa pré-história em que se constitui o originário, a de um começo do sujeitos antes de seu advento, se escreve na intersubjetividade (KAËS, 2001, p. 13).

O transgeracional se dá pela transmissão da vida psíquica entre gerações como processo de identificação desde a pré-história do sujeito. O imaginário dos doadores “dão provas da dinâmica inconsciente dos genitores e dos elos de sua fantasística com os das gerações que prenderam”, inscrevendo o sujeito, desta forma, “numa rede de significações ocultas” (idem, p. 94). Assim, por esses significantes, a história futura do sujeito se acha atada *ab origine* a uma pré-história mais frequentemente desconhecida dele, ou mal conhecida (idem, p. 95).

Para esse autor, a transmissão leva em conta as formações intersubjetivas primárias (principalmente os apoios recíprocos, os investimentos narcísicos e as exigências de separação), o espaço dos vínculo que organizam a realidade psíquica do conjunto intersubjetivo (enunciações dos interditos e significantes para fins de comunicação e representação) e o complexo de Édipo que torna possível a representação das diferenças entre os sexos e as gerações, ordenando as relações de desejo e de interdito.

A transmissão transpsíquica se dá através e não entre os sujeitos extinguindo o espaço e os limites subjetivos que são atravessados e transpostos. O sujeito é incapaz de se apropriar dessa herança, apesar de nele subsistir “como

estrangeira, ou estranha quando lhe for imposta, presença obscura e desconhecida dentro dele de um outro ou de mais de um outro” (KAËS, 2001, p. 14).

Apesar de poder transformar a herança, nem sempre é capaz de se apropriar e metabolizar aquilo que lhe é implantado, uma vez que, como visto, o transpõe, impedindo esse trabalho.

A história parental, suas fantasias e discurso são herdados pelos filhos constituindo sua pré-história, “[...] à qual a futura história se acha atada *ab origine*, podendo conter elementos traumáticos, da ordem do que não foi representado, simbolizado. Nada do que foi retido poderá permanecer totalmente inacessível para a geração seguinte” (KAËS, 2001, p. 17).

Cardoso (2002, p. 14) nos fala de mensagens enigmáticas constituídas por “elementos impossíveis de metabolizar, elementos imóveis que têm um caráter imperativo porquanto irreduzíveis, não recaláveis e dificilmente capazes de serem conduzidas a outra coisa, ou seja, transformadas”, nem por isso excluídos do psiquismo, antes, encravado no aparelho psíquico assim como o trauma, estrangeiro radical isolado no interior do psiquismo. Diferente do recalque, não é estrangeiro por não efetivar compromissos, visto não serem possíveis. Quando abandona o isolamento é acompanhado por uma força capaz de invadir o território egóico.

Penso (2003) compreende essas questões, pela ótica da teoria sistêmica como mitos e segredos familiares. Processo pelo qual o membro do sistema paralisa-se em suas emoções por não conseguir esquecer aquilo que não pode lembrar, como é o caso já citado de Guri 9 ao falar da prostituição da mãe.

Há algo de trágico na história de nossos sujeitos de pesquisa. Sentíamos isso não apenas em suas falas, como nos ambientes que fomos visitar para ouvir mais dos familiares. No dia em que fomos na casa da avó do Guri 3, toda a família estava reunida. Não fazia muitas semanas que o tio do Guri havia sido assassinado pelo tráfico. A morbidez pairava naquele ambiente. Também havia ali um homem estendido em uma cama com alguma enfermidade grave.

Quando fomos à casa do Guri 6 tivemos sensações semelhantes. No sofá havia um membro da família com olhar alienado que, segundo a mãe do Guri 6, era esquizofrênico. Nas casas dos Guri 2 e 3 não era diferente. A vó do Guri 2 encontrava-se estendida em uma cama após alguns derrames que sofrera e a na

casa do Guri 3 sua mãe me levou até seu quarto para que visse as pichações com temas macabros que ele fizera nas paredes sob efeito de drogas.

Em uma ocasião, a pedido do Judiciário, aplicamos o teste Rorschach para o Guri 12 e essa onda macabra mostrou-se claramente em sua fala, conforme alguns recortes que se seguem: demônios, morte, sangue, desgraças, inferno, sombras dominam todas as pranchas do teste.

“Um diabo fechando uma pessoa nas asas dele. Está sorrindo e furioso.”

“Um monte de coisa ruim voando.”

“Alma cortada no meio com faca entrando dentro da alma.”

“Um diabo fechando uma pessoa nas asas dele abertas. Está sorrindo e furioso.”

“Um buraco aberto muito fundo, cheio de morte, chamando pessoas.”

“Um cavalo vermelho com o capeta montado nele vindo na direção de uma pessoa e vindo para o inferno uma espada no seu braço direito. Agora está sobrevoando com duas manchas de sangue. Na sua frente está a maldição com muita mancha vermelha, da cor do inferno. Há ainda outros pretos vagando pelo céu gritando: quero mais sangue.”

“com chifre, uma faca entrando dentro de um coração. Cheios de sangue, com duas almas ao seu redor. Com uma perna gigante e no seu braço esquerdo uma faca muito gigante.”

“Uma porta com duas manchas de sangue ao seu redor e versos de coisas brancas e cheio de pessoas ao seu redor, as pessoas gritam para o inferno.”

“Meu Deus do céu! Uma maldição com mechas de manchas pretas, com uma cabeça cheia de olhos.”

“Uma coisa ruim com muita maldição, com olhar de maldade, com dois chifres, suas asas abertas e um inferno, um céu todo preto de morte e por dentro muitas almas chamando para o inferno.”

“Inferno, duas cabeças, uma grudada na outra, no meio um laço da morte, muita desgraça, muita maldição do demônio, um olhar, cheios de maldade.”

METAPSICOLOGIA FAMILIAR PSICANALÍTICA

Também neste momento de nossa escrita os conceitos psicanalíticos serão discutidos numa perspectiva figura-fundo, sabendo que compõem parte de uma interação complexa. Há psicanalistas que colocam o Édipo como figura e todos os demais conceitos da constelação do sistema de ideias da psicanálise como fundo e o mesmo se dá com o Superego, com o princípio do prazer e princípio de realidade, com latência e com sublimação. Todos os conceitos que trabalhamos nesse item..

Destacaremos aqui momentos significativos na constituição psíquica de nossos Guris, segundo nossas percepções em consonância com os clássicos estudos sobre a infracionalidade à luz da psicanálise.

A trans e intrageracionalidade é fenômeno tão patente entre nossos Guris e Gurias que as políticas públicas não podem continuar ignorando, mesmo com todos os riscos de estigmatização que, de fato, já existem.

O Édipo

Conforme já discutido aqui com o auxílio de tantos psicanalistas, além de toda a discussão feita sobre o pai, que passa, inevitavelmente pela questão edípica, o processo pelo qual somos arrancados de nossa condição autística inicial para a relação com o outro é fenômeno que se instaura ao curso do tempo e tem no Édipo momento especial. Sobre a importância desse momento, retomamos Aichhorn (2006/1925) para quem a infracionalidade decorre de fixações libidinosas, quando a criança não faz a substituição de seus objetos de desejo do lar pelos da sociedade.

Para ele, a infracionalidade é fruto de uma educação mal conduzida, seja por excesso ou por faltas. Um comportamento dissocial indica que os processos psíquicos não funcionam harmoniosamente, pois, em resumo, podemos dizer: a infracionalidade é a consequência de uma inibição do desenvolvimento ou uma regressão que tem lugar em algum momento da caminhada.

Evocamos esse conceito como forma de destacar a importância do Édipo como momento crucial da formação do Superego. Vimos aqui com o auxílio de Lacan (1951/1998) que o Superego decorre da inevitável relação entre o neófito e seus cuidadores, nada tendo de idealista, advindo daí seu processo de subjetivação, que passa pelo complexo de castração operado pelo Édipo, articulando um Ideal do Ego e inscrevendo o desejo e suas identificações e condensando no particular o que é do geral.

Logo, trata-se de processo que se inscreve no sócio-histórico e vem sendo demasiadamente afetado pelo declínio da *imago* paterna como causa da fragilização do Superego, ficando o humano menos sujeito à transmissão da lei que veicularia o ideal e o laço social. Nesse sentido, Lacan compreende as anomalias como manifestações particulares de uma falha no laço social.

Assim como nós, Mannoni (1983) não compreende os adolescentes disruptivos como perversos, mas sujeitos cuja constituição psíquica é comprometida por uma situação familiar nociva que fragiliza a dissolução saudável do Édipo, condenando esses sujeitos na busca de um Outro capaz de barrá-los.

Como vimos, nossos Guris nem tiveram Édipos clássicos, nem tampouco tinham boa ancoragem no arcaico, como já ocorrera em sua herança transgeracional que se reeditou com potência na crise da adolescência.

Também sobre esse tema, Winnicott foi importante referência para nós, ao demonstrar que há algo anterior ao Édipo que (re)edita-se nele. Lembra que o complexo de Édipo ocorre dentro de uma família e não o inverso. Muito significativo para nossas investigações é constatar com esse mesmo autor que “na ausência de uma terceira figura, a criança só tem duas alternativas: ser engolida ou se afastar violentamente” (WINNICOTT, 2001, p. 135).

Winnicott (2001) nos lembra que os conflitos inevitáveis do Édipo podem ser amenizados ou intensificados pelo ambiente, o que passa pela maturidade emocional dos pais, justamente aquilo que faltou a nossos Guris e Gurias.

Ele nos lembra que a moralidade tem uma história pregressa na relação mãe-bebê que não pode ser reduzida exclusivamente ao Édipo, uma vez que, quando há saúde, a criança desenvolve uma moralidade pessoal antes de adotar a moralidade dos pais. A lei paterna é um segundo momento mais instrumentalizador e normativo das regras sociais.

Com a ressalva apresentada aqui por Winnicott, afiliamo-nos a todos os psicanalistas que reconheceram no Édipo momento peculiar na explicação do fenômeno da infracionalidade juvenil: Freud(1913;19060, Aichhorn (1925/2006), Hesnard (1949), Lacan (1951/1998), Manoni (1965/1983), Houssier (2010), Imbert (2001) e Melman (1992).

Nossos Guris e Gurias, em decorrência das insuficiências ambientais e ausência do pai e de sua função ou disposicionalidade, por todas as questões já discutidas até aqui sobre a família, tropeçaram nos estádios pré-edípicos e arrastam esse desequilíbrio até o momento síntese do Édipo.

A nós não restam dúvidas sobre a má dissolução do Édipo por parte de todos os nossos sujeitos de pesquisa. As dificuldades que apresentaram na fase pré-edípica da triangulação, que se reeditou no Édipo e desdobrou-se na latência, as fragilidade dos processos de simbolização e sublimação, a recusa à castração e a fragilidade do Superego nos atestam essa afirmação.

Esses sujeitos se caracterizam pela recusa à castração, ante a qual ele age pela via do arrombamento. Assim, busca a anulação do paterno por meio do ato,

como a lhe dizer que ali ele nada pode. Já tivemos aqui a oportunidade de relatar interessante diálogo que mantivemos com o Guri 6 sobre sua dificuldade em aceitar a castração. A recusa à castração é marca comum de todos esses jovens, como já tivemos aqui a oportunidade de citar fala do Guri 6 nesse sentido.

Lembramos de atividade que desenvolvemos com Guri 1, Guri 2 e Guri 6 juntos. Na ocasião Guri 6 chegara visivelmente de senho franzido, como era comum e tão logo questionei como estavam reclamou das condições da cadeia que pesava (expressão comum entre eles). Convocado a elucidar o que se passava contou de um enfrentamento que vivera com o gerente de segurança. Debatesmos o tema em conjunto e posicionei-me contra sua postura de medição de força com a Segurança. Expliquei que a rejeição à castração era marca comum entre eles. Guri 6 me solicitou que explicasse o que significava e após minha explicação ele respondeu: “Mas, Seu Mauro, eu passei a vida sendo castrado. Tenho que ser castrado aqui também?”

Vivemos tempos nos quais as patologia pré-edípicas imperam. Não é diferente para os nossos sujeitos de pesquisa, com todas as consequências já discutidas no capítulo 3, como o funcionamento perverso (enquanto montagem), presentismo, eleições ego-ideais de celebridades, impotência, hedonismo, a passividade do agir, a drogadição, o predadorismo e a busca por reconhecimento.

O Superego

Também a construção do Superego já foi por nós debatida no capítulo 4 com o auxílio de alguns autores psicanalistas que discutiram a infracionalidade.

Aichhorn (1925/2006) nos lembra que a construção do Superego é sustentada por um processo de identificação que será tanto mais efetiva quanto mais cedo tenha lugar, visto que a formação do Ego não é apenas dos fatores constitucionais e ambientais, mas também das catexias objetais.

Como a criança foi uma vez compelida a obedecer seus pais, assim o Ego se submete ao imperativo categórico pronunciado pelo Superego. Nas palavras do autor:

Cuanto más intenso ha sido el complejo de Édipo, y cuanto más rápidamente ha sucumbido a la represión (bajo la influencia de la disciplina, la enseñanza religiosa, la escuela y la lectura) será luego más estricta la

dominación del super-Yo sobre el Yo (AICHHORN, 1925/2006, p. 181-182).⁵⁴

Para o terapeuta de adolescentes que delinquiram na Veneza da primeira década do século XX, essas impressões primitivas recebidas pelas crianças terão efeito duradouro na formação de seu caráter e o Superego dela continuará por receber importantes contribuições no curso posterior do desenvolvimento da criança por parte de professores, heróis e pessoas de autoridade.

El Ideal del Yo es la “representación de nuestra relación con nuestros padres. Cuando éramos niños pequeños, conocíamos estas naturalezas superiores, las admirábamos y temíamos, y más tarde las tomamos dentro de nosotros (AICHHORN, 1925/2006, p. 182).⁵⁵

Ao longo de nossa caminhada com esses Guris facilmente percebemos que, apesar de pertencermos ao mesmo universo simbólico, as convenções sociais não têm neles a mesma força eficácia que para os sujeitos socialmente mais adaptados aos valores convencionais, por vezes chegando a graus extremos de ignorância (nos dois sentidos do termo) da lei.

O Superego, formado ainda quando o Ego era frágil e imaturo, exerce sobre eles uma pressão semelhante à que os pais exerciam naquele momento, herdeiro que é do complexo de Édipo. Nossa hipótese é de que nossos sujeitos de pesquisa, tendo em vista a fragilidade das vinculações parentais dos primeiros anos de vida, da fluidez a lei em seus ambientes e da ausência de quem fizesse a função/ disposição paterna, possuem Superegos frágeis.

Mas também constatamos que respondem muito bem ao nosso lugar transferencial de um algo, ou da miscelânea de algos, que ocupam lugar em suas vidas psíquicas, visto que, em função desse afeto que nutrem conosco implementam mudanças significativas em suas vidas, inclusive no que tange ao repensar da circuitaria gozo e desejo. Foi comum situações em que haviam sucumbido à angústia e buscaram o extermínio e pedimos que pactuássemos a sustentação de suas vidas até nossa próxima visita à Unidade, e sempre cumpriam, visto que pela

⁵⁴ Quanto mais intenso foi o complexo de Édipo, e quanto mais rapidamente houver sido sucumbido à repressão (sob a influência da disciplina, o ensino religioso, a escola e a leitura) será logo mais estrita a dominação do Superego sobre o ego (tradução nossa).

⁵⁵ O Superego é a representação de nossas relações com os nossos pais. Quando éramos crianças pequenas, conheciam essas naturezas superiores, as admirávamos e temíamos, e mais tarde as tomamos dentro de nós (tradução nossa).

transferência Eros vencia Thanatos. Também pedíamos em nome desse afeto encaminhamentos que os tirassem de contextos de risco, como por exemplo relevar agressões sofridas ou abster-se do uso da maconha e quase sempre cumpriam. No mínimo tentavam verdadeiramente.

Recordo-me de uma das constelações familiares da qual participaram muitos de meus alunos do curso de psicologia que passaram a se interessar pelo tema. No encerramento o Guri 1 me falou baixinho e com manifesto constrangimento: “Seu Mauro, eu vacilei com o senhor. O senhor vai ficar triste comigo.” Perguntei se ele havia se envolvido em alguma ocorrência. Ele disse que não. Então, imaginei o que pudesse ser. Havia pactuado com ele que se afastasse da maconha, haja visto tudo de ruim que ela trouxera para ele. Imaginei que fosse isso. Assim falei em seu ouvido: Você usou maconha? Ele respondeu afirmativamente com a cabeça, demonstrando seu constrangimento para comigo. Então eu lhe disse com um afago em sua cabeça: “Está tudo bem! Fique tranquilo. Eu tenho certeza que você tentou muito!” Ele sorriu com um profundo respiro emoldurado em carinhoso olhar.

O Superego, na compreensão de Aichhorn (1925/2006), está associado à alteridade, ordem e conformidade entre as demandas sociais e restrições à satisfação das pulsões, que descansam sobre o cimento das identificações que, conforme já discutido aqui, no caso de nossos Guris foram por vezes patogênicas e até criminogênicas. Nossa vinculação com os Guris e com as suas mães demonstraram o quanto atuavam as sombras psíquicas das mães, como resta claro da imagem da mãe de Guri 3.

Aichhorn já havia percebido que circunstâncias externas exercem influência sobre a formação do Superego: pais agressivos, frágeis, alcoolistas, ambientes conturbados e disputas entre os pais são algumas dessas condições que ele cita. Ilustra o caso de crianças que mudam de família com frequência, como é o caso do Guri 2 que passou por seis configurações familiares distintas, como causa de sujeitos que não conseguem fazer a catexia e identificação com seus cuidadores, tendo desdobramentos para seu Superego.

Por essa razão, tanto quanto nós fizemos, Aichhorn historiava a biografia dos adolescentes, no sentido de buscar perceber suas identificações e tanto quanto

nós comprovou a existência de referências que os precedem no ato infracional. Questão que já foi aqui discutida.

Outra percepção de Aichhorn (2006/1925) é o caso de adolescentes que buscam o ato infracional como forma de adquirir para si punição, conforme já houvera observado Freud. Também nós acompanhamos casos de adolescentes que buscavam na Unidade espaços de punição para si, como é o caso de Guri 4 que por nove vezes “deu sua cabeça a prêmio”. Colocava uma tereza⁵⁶ em seu pescoço para que os colegas de módulo lhe dessem branco⁵⁷. Ocorre que matar alguém dentro de uma Unidade de Internação é algo que dá poder e prestígio a quem o fizer. Uma Unidade é uma barril de pólvora no que tange ao jogo pelo poder. Algumas vezes, Guri 4 quase foi assassinado e, ainda assim, dava a cabeça a prêmio. Novamente percebemos nesse ato o desejo de ser cuidado, pois sempre que ocorria, toda a Unidade voltava-se para ele, mas também um conteúdo de punição.

Concluindo esse tema, Aichhorn (idem, p. 189) arremata que

Podemos terminar esta parte de nuestra discusión con el reconocimiento de que muchas delincuencias nacen del deseo de un individuo de aliviarse de las severas demandas de sua Ideal del Yo, porque los sentimientos de culpabilidad inconscientes llegan a ser la fuerza motriz que empuja a la delincuencia (p. 189).⁵⁸

Considera assim o desenvolvimento tardio do Superego como um caminho de cura. Nosso trabalho com os adolescentes que foram sujeito desta pesquisa tinha uma conotação psicoeducativa, embora nosso lugar de analista estivesse sempre presente. Tentamos inscrever esses sujeitos na lei, simbolizarem seus conteúdos, construir alteridade, desprender-se do princípio do prazer sem considerar o da realidade etc. Mas, tudo isso ancorado numa sólida transferência.

A necessidade de reconhecimento do olhar do outro, aliada ao medo de castigo, conforme já discutido aqui, introjetam no sujeito uma sentinela permanente que atua mesmo na ausência dos pais ou cuidadores. A criança prevê/antecipa as reações do mundo por meio das funções do Ego que vão se separando. Há uma

⁵⁶ corda feita de pedaços de tecidos disponíveis no quarto: lençol, camiseta.

⁵⁷ ação pela qual impedem a respiração por asfixia e o adolescente desmaia.

⁵⁸ Muitas infracionalidades nascem do desejo de um indivíduo de aliviar-se das severas demandas do Superego, porque os sentimentos de culpabilidade inconscientes chegam a ser a força motriz que empurra a infracionalidade (tradução nossa).

identificação com os pais (e não com as regras), que levam as crianças a uma relação dúbia entre ceder aos impulsos ou reprimi-los.

Fenichel (2004), como interessante compilador da teoria Freudiana nos lembra que o estabelecimento do Superego se dá pela substituição regressiva das relações objetais edípicas por identificações que, em virtude da desestabilização do Ego, regride à introjeção e oralidade, nega a sexualidade e investe na razão.

Como nos lembra o próprio Freud:

O amplo resultado geral da fase sexual dominada pelo complexo de Édipo pode, portanto, ser tomada como sendo a formação de um precipitado no ego, consistente dessas duas identificações unidas uma com a outra de alguma maneira. Esta modificação do ego retém a sua posição especial; ela se confronta com os outros conteúdos do ego como um ideal do ego ou superego [...] o ideal do ego tem a missão de reprimir o complexo de Édipo; em verdade, é a esse evento revolucionário que ele deve a sua existência [...] O superego retém o caráter do pai, enquanto que quanto mais poderoso o complexo de Édipo e mais rapidamente sucumbir à repressão (sob a influência da autoridade do ensino religioso, da educação escolar e da leitura), mais severa será posteriormente a dominação do superego sobre o ego, sob a forma de consciência (conscience) ou, talvez, de um sentimento inconsciente de culpa [...] O ideal do ego, portanto, é o herdeiro do complexo de Édipo, e, assim, constitui também a expressão dos mais poderosos impulsos e das mais importantes vicissitudes libidinais do id (FREUD, 1923/1996, p. 49-51).

Também nos lembra Fenichel (2004) que o Superego não é apenas identificação com o objeto frustrador, visto que há parte do par parental em cada sujeito, com proeminência do pai, haja vista nosso arranjo familiar moderno que ancora mais nesse o objeto castrador. Alteram-se as funções mentais, o sujeito amplifica uma ansiedade seguida de culpa profundamente vinculada à possibilidade de perda do objeto bom, o que somente pode ser minimizada pela incorporação das exigências externas.

Calcados sobretudo em Aichhorn, sobre o qual já tivemos a oportunidade de manifestar nossa deferência, buscamos por meio de um trabalho psicoeducativo concomitante à instauração de uma forte transferência, ajudar esses sujeitos a recalcarem o pleno gozo, negociando com a cultura as cedências necessárias para o laço social, trabalho que sempre nos alimentou a alma.

Nossos Guris apresentam os quadros aqui discutidos de Superegos frágeis, em decorrência das fragilidades na dissolução do Édipo e com seus processos de castração. Conforme discutiu Freud e Aichhorn, buscam a lei que lhes

faltou por meio da infracionalidade e apresentam muita dificuldade em negociar (des)prazer.

Princípio do Prazer/Princípio da Realidade

É muito claro para nós a dificuldade que nossos Guris apresentam com o princípio da realidade: recusam, evitam-no! Ocorre que o princípio da realidade é castrador e convocador do encapsulamento autístico dos primeiros momentos de vida. Freud (1911/2010) trouxe à tona na construção psicanalítica os conceitos de princípio do prazer e da realidade justamente para expressar o processo pelo qual o ambiente convoca a mônada autística, gerida pelo princípio do prazer, para as necessidades externas, regidas pelo princípio da realidade. Texto não mais visitado pelo autor após sua criação.

A atividade psíquica, sobretudo na primeira infância, consiste em buscar prazer e evitar desprazer. O processo educativo consiste em ensinar a negociação com o (des)prazer, por vezes com adiamento do prazer, com vista a um prazer futuro. Todavia Aichhorn (1925/2006) alerta que a educação deve ser diretamente proporcional ao amor que a criança recebe de seus adultos significativos. Fato que sempre se mostrou muito claro na relação com os Guris durante esta pesquisa e em outros momentos de nossa caminhada com eles e elas.

Ocorre que muitos de nós nos fixamos no princípio do prazer, como tentativa de negar a castração imposta pelo princípio da realidade, ao que Aichhorn denomina como infantilismo. Fato muito comum no atual momento cultural e econômico, conforme já discutimos no capítulo 3, especialmente com os conceitos de narcisismo, presentismo, compulsão pela fama, consumismo, (im)potência, hedonismo, drogadição, perversão, predadorismo e reconhecimento. Sujeito e cultura se retroalimentam tendo o transfundo socioeconômico moldura e causa.

Para Aichhorn (2006/1925) a infracionalidade é a consequência de uma inibição do desenvolvimento ou uma regressão que tem lugar em algum momento da caminhada, seja por excessos ou ausências durante o processo educativo. O autor compreende que o papel do trabalho de correção dos equívocos da socialização deva se voltar para ajudar o sujeito a inscrever-se no princípio da realidade. Esclarece que nem tudo são questões inconscientes, ainda que ancorem-

se nessas. Se o Ego está dominado pelo prazer, a realidade, com suas desagradáveis consequências futuras não existe para ele no momento. Caberia aqui um conceito que, apesar de não o abordarmos diretamente, perpassa toda essa tese: aquilo que Freud (1930/2010) nomeou com “falência da função paterna”.

Conforme já relatado em itens anteriores, sempre foi claro para nós o quanto nossos Guris recusam a realidade castradora ancorados nas imensas privações sofridas em suas caminhadas constitutivas. Permanecem na condição infantilizadas das crianças que evitam a negociação com a cultura do (des)prazer em prol de investimentos sublimatórios. Possuem poucos recursos simbolizadores.

Estabelecida a transferência, aceitam retomar esse caminho com excelentes resultados. Pensamos que, conforme discutido aqui, não precisaríamos esperar a atuação infracional para que agentes públicos pudessem promover essa travessia. Recordamos que a sociedade só se preocupa com os adolescentes quando esses delinquem, momento no qual o trabalho exige muito mais de nós. Sonhamos com a implementação de políticas públicas preventivas por meio da Escola, especialmente durante a latência.

Latência

Trabalhamos e estudamos o fenômeno da adolescência em toda a nossa caminhada profissional, mas só recentemente escutamos de Marty em um seminário internacional sobre a adolescência e a violência, que precisávamos recuar o olhar à latência para melhor compreender o fenômeno da adolescência, o que impactou sobremaneira em nós por compreendermos a sabedoria e extensão dessa afirmação.

Todos os Guris e Gurias que atendemos mais diretamente tiveram uma latência negada, alguns a tiveram roubada e encurtada pelas suas condições sócio-econômicas, pelas fragilidades de suas famílias, pelas precariedades de suas comunidades e por um transfundo cultural que impõe o pleno gozo. Uns/umas mais, outros menos. De fato, é como uma fita k7 que começou a embolar no início e os desdobramos repercutem nos estádios posteriores, com especial ênfase para a latência, o que buscamos compreender um pouco melhor agora.

Apesar de rechaçada ou esquecida por inúmeros pós-freudianos, as fases psicosssexuais são fundamentais para a compreensão da constituição psíquica do

humano. Freud (1905/2016) defendeu que todos passamos por fases psicosexuais ao longo de nossa constituição psíquica, tema que foi tencionado por Lacan (1986), o qual denunciou que Freud fora vítima do organicismo no qual foi formado e contrapôs à ideia de tempos cronológicos, a de tempos lógicos com a qual também concordamos. Ou seja, em nossa vivência clínica, na investigação da “normalidade” e patologia, as fases psicosexuais de Freud fazem-se muito presente, ainda que precisemos relativizar os tempos lógicos de cada constituição subjetiva.

Segundo Freud (1905/2016) o nascente humano passará inevitavelmente pelas fases oral e anal, decorrente da condição de dependência orgânica do nascituro humano; a fase fálica, que tem uma interface maior com a cultura, apesar de ancorada em um biológico. É nesse momento que se dará o complexo de Édipo, também fundamental em psicanálise, que não é apresentado como uma fase, mas desdobra-se num tempo e é central na constituição psíquica do sujeito. Da dissolução do Édipo desemboca o sujeito na latência, que para nós é crucial no entendimento do fenômeno sobre o qual nos debruçamos e a puberdade, que evocará a adolescência com todas as suas crises rumo à consolidação de uma estruturação com seus modos de funcionamento psíquico.

É por meio dessa basilar produção de 1905, reeditada por ele ao longo de toda a sua caminhada, que o pai da psicanálise iniciou uma escalada em seus estudos sobre a pulsão, que, segundo ele pode essa ser direcionada a um objeto, às formações reativas, retornar ao próprio eu, recalcada ou sublimada e é interessante observar que no tempo da latência todas esses destinos da pulsão estão presentes.

A partir dessa obra e ao longo de sua produção, conforme tentaremos percorrer aqui, apresenta a latência como o período que se estende entre a dissolução do Édipo e a puberdade convocada pelo biológico e reforçado pela cultura no qual a criança direciona sua libido para a aquisição de cultura por meio da sublimação, o princípio do prazer cede ao princípio de realidade como hegemônico no funcionamento psíquico, que passa a ser regido prioritariamente pelos processos secundários, há um autoerotismo e uma centralização do ideal do Ego, um declínio da autoridade paterna, processo desampara o sujeito e o social se mostra como saída possível.

Outra importante característica desse momento é o desinvestimento nos pais enquanto modelo de identificação e busca no social, a exemplo do que fez com

a ama de leite enquanto lactante, novos modelos substitutos. A criança aprende a amar outras pessoas que a ajudam em seu desamparo e satisfazem suas necessidades e faz segundo o modelo de sua relação de lactante com a ama e dando continuidade a ele. A correlação entre a sublimação e o erotismo é tão significativa que Freud chega a pontuar a dificuldade em se educar uma criança erotizada. De fato, há sujeitos que são arrastados pelas suas pulsões sexuais e, como tal, prejudicam e recusam a sublimação e demais possibilidades de investimentos da pulsão. Não é por acaso que a estética cinematográfica hollywoodiana apresenta o aluno estudioso, denominado *nerd*, como o mal sucedido na vida sexual: virgem, feio, solitário, triste. Quantos não são os sujeitos que caem nessa armadilha, seja enquanto aquele que recusa a sublimação, com receio dessas imagens associadas ao *nerd*, seja aqueles que assumem um lado maniqueísta de ocupar um lugar com estereotipais e estigmas com o sexual.

Em Freud (1908/1996) reconhece a complexidade da sexualidade humana pelo conjunto de pulsões do qual é composta e que os componentes anais dessa pulsão são metamorfoseados pelo processo educativo da civilização atual, sublimando-os durante a latência em favor de uma ordem, parcimônia e obstinação. Reconhece assim uma estreita relação entre o tempo de latência, a educação e a neurose.

Em Freud (1911/2010), destaca a latência como momento crucial no qual o há a retomada autoerotismo dos primeiros anos e o adiamento da escolha objetal, que é adiada pra a puberdade, cabendo à educação exercer importante função ao proporcionar substituição do princípio do prazer pelo da realidade por meio das negociações (e não eliminação) com o prazer. Destaca a importância da oferta de amor pelos educadores durante esse processo e os alerta para os riscos de não agirem assim.

Tendo como figura seus estudos sobre a libido e não mais a teoria do trauma, que assume contextos de fundo. Em Freud (1914/2010) destaca o tempo da latência como de recalque do autoinvestimento tendo em vista a convocação da cultura, traduzida como um Ideal de Ego a ser perseguido. Destaca a importância dos professores no preenchimento da lacuna deixada pelo deslizamento objetal do desinvestimento nas figuras parentais, o recalque do sexual e formações reativas por meio do asco, do nojo e da vergonha.

Freud (1921/2014) destaca a latência como momento no qual o amor sexual sucumbe à repressão, restando apenas um laço afetivo, ancorado por uma forte sublimação.

Em Freud (1923/1996) faz considerações interessantes sobre o pai que, para ele é a primeira e mais importante identificação de um indivíduo. Reforça a ideia do Superego como introjeção do pai em decorrência do Complexo de Édipo, seguido por um declínio da autoridade desse, que é buscada no social por meio de novas identificações. Especial momento para que o professor como agente público com o qual necessariamente terá que conviver permita e utilize-se dos processos transferenciais, de forma a ocupar esse lugar suposto saber, não para alimento de suas fragilidades narcísicas, mas para ser suporte e continência (*holding*) a quem necessite. A autoridade do pai é introjetada no Ego e da origem ao Superego. Tem lugar uma libido dessexualizada e sublimada que imbuídas em seus objetos transformam em impulsos de afeição.

Em Freud (1924/2011) reitera essas compreensões de uma libido negada e redirecionada para a afeição e, acrescentaríamos, para a aquisição da cultura, quando o professor transmite como obtura suas faltas pela sublimação. Retomará ainda essa questão em Freud (1925/2011; 1926/2014), na qual retomou o tempo da latência é tempo das formações reativas pelo asco, de vergonha, das exigências dos ideais estéticos e morais, de restrição da pulsão sexual que não cessa, apenas é desviada pela sublimação.

Freud referiu-se a esse momento como tempo de latência, período de latência e período de adiamento. Inicialmente, ainda na teoria do trauma, usou o termo como período entre o trauma e a neurose. A essa questão retomará no fim de sua obra em Freud (1938/1996) como o tempo de preparação entre o trauma e seus desdobramentos, sejam eles a elaboração ou o adoecimento. Destaca o antagonismo entre as exigências civilizatórias, as pulsões e o tempo da latência como importante momento para os processos posteriores. Compartilha seu aprendizado de vida de que há um limite de atendimento das exigências da civilização para cada sujeito.

O investimento que o pai da psicanálise faz nesse conceito por meio de sua constante revisita ao tema fala por si. Já em Evangelista (2012), apoiados em uma

fala de Marty, destacamos a necessidade de discutirmos a latência como tempo de preparação para o laço social:

Marty em Congresso Internacional sobre o tema, discutindo a questão da latência como tempo de preparação para a adolescência, adverte para a carência de estudos sobre este tema e sobre a sublimação – que em nossa cultura é direcionada pelo investimento na instrução e na educação – à qual, caso não ocorra com sucesso, há severo risco de que o pulsional se sobreponha. Daí vem a importância de repensarmos as dificuldades que algumas crianças e pré-adolescentes possuem com a escola, tendo em vista a relevância para o processo de sublimação da pulsão e de preparação da adolescência (EVANGELISTA, 2012, p. 34).

Resta claro a importância da Escola como mantenedora desse tempo de sublimação, no qual o princípio da realidade sobrepõe o princípio do prazer e o funcionamento psíquico é predominantemente orientado pelos processos secundários e não mais pelos primários.

Tanto Drügg (2007), quanto nós nos deparamos com a carência de estudos psicanalíticos pós-freudianos sobre a latência. O que representa uma grande lacuna para nosso objeto de estudos, visto que nossa vivência com esses jovens nos demonstra que a latência de nossos Guris e Gurias foi roubada, negada ou interrompida.

A infracionalidade é fenômeno que se mostra mais efetivamente ao social na adolescência, mas que foi se construindo ao longo da caminhada constitutiva do sujeito, com especial atenção para os momentos do Édipo, da latência e da adolescência. Muito pedido de socorro foi ecoado desde a mais tenra infância ante a surdez e mudez das instituições sociais, para além da crítica a uma suposta disposicionalidade violenta desses sujeitos e uma culpabilização da família como se essa soubesse o que fazer e não o fizesse por mera escolha caprichosa.

Farrington (1996) refere-se à importância do período que em psicanálise denominamos como latência, apesar do autor não usar esse termo, que, segundo o mesmo, é especialmente vulnerável para o sujeito. Farrington destaca as idades entre 11 (onze) e 12 (doze) anos como reconhecidas pelos estudos longitudinais e pesquisas quantitativas como de maior risco para os sujeitos em formação, o que coincide com o início da puberdade com todas as problemáticas já discutidas aqui, especialmente nos capítulos 2 e 3.

De fato, também percebemos um agravamento dos quadros de infracionalidade por parte dos Guris e Gurias que tiveram a latência violada. Tal foi a situação de todos os nossos Guris e Gurias. Sempre que tivemos acesso a quadros

mais complexos, comprovávamos o abandono mais precoce da escola, uma latência mais violada e contextos familiares e sociais mais complexos. Tal é o caso, por exemplo dos Guris 3 e 9 (que aos nove e sete anos, respectivamente) já trabalhavam para o tráfico.

Farrington (1996) também destaca-se como importante referência no estudo dos fatores de risco para a infracionalidade juvenil e seus estudos revelam a precocidade da genitalização para a carreira criminal. Os sujeitos que atuam pela infracionalidade tiveram dificuldades na sublimação da pulsão sexual e agressiva ainda durante o período no qual a cultura lhes concede uma moratória para a aquisição de saber.

A tabela 14 (anexa) apresenta a idade da primeira experiência sexual com outra pessoa de todos os Guris e Gurias, que é de 12,4 anos de idade em média. A todos os que atendemos de forma mais direta escutamos que essa primeira experiência sexual foi seguida de um início da vida sexual, haja vista que o *corre* é regado a drogas, sexo e guerra. Destacamos o início da vida sexual por representar, no caso deles, uma erotização precoce, o que inviabiliza da latência. Chamamos a atenção o fato de que no ordenamento jurídico brasileiro a “idade do consentimento” para a vida sexual é de 14 (quatorze) anos de idade.

Observe-se que os Guris 7 e 17 tiveram sua primeira experiência sexual aos sete anos de idade; os Guris 9, 14 e 20 com oito anos de idade; os Guris 3, 42 e 141 com nove anos de idade; os Guris 2, 33, 58 e 74 com dez anos de idade; 18 Guris tiveram sua primeira experiência sexual com outra pessoa com onze anos de idade; 29 deles, com doze anos de idade e 29 com treze anos de idade; 14 Guris tiveram a primeira experiência sexual com outra pessoa aos quatorze anos de idade e 17 com quinze anos de idade.

Em visitas que fizemos às casas de alguns dos Guris que atendemos mais efetivamente não conseguimos colher muitas informações sobre a latência deles, além do fracasso escolar, quadros de hiperatividade, do transtorno opoitor desafiante, do transtorno explosivo intermitente, entre outros. Todavia, sempre nos deparamos com ambientes e crianças tomadas por uma cultura da performance sexual, atuando teatralmente um erotismo imposto pelo império do gozo e ficamos nos perguntando da fragilidade da latência para essas comunidades que nos pareceu maior que nas classes sociais mais abastadas.

Conforme já vimos aqui, Winnicott (1990) nos lembra que quando o sujeito entra na puberdade com uma sexualidade desorganizada em decorrência das fases anteriores, a adolescência fica ainda mais complicada, haja vista que durante a latência há uma intensa atividade de elaboração das defesas do Ego sem diminuição das tensões e sim reorganização das funções do Ego a serviço das exigências sociais que, no afã de defender-se dos fantasmas edípicos, a criança regride ao sádico-anal.

Assim, nesse período no qual deveria ser hegemônico a integração e à sociedade, a delegação ao Ideal do Ego, predomina defesas obsessivas com ênfase para as formações reativas e a sublimação com amplo uso das simbolizações. Todavia, quando a fita k7 embolou no início do rolo, como fica a questão da latência? Como fica a questão da latência em um mundo tão erotizado, no qual os próprios pais expõem em redes sociais de massa seus filhos e filhas cantando e dançando músicas extremamente erotizadas? Quando nossas crianças são expostas a tanto erotismo pelos meios de comunicação de massa? Quando a criança olha para o adulto e percebe que capturar um outro é o caminho para a felicidade?

Outra psicanalista que olhou para esse tema é Dolto (1996) que o apresenta como tempo de espera e de promessa, de uma pulsão a favor da humanização, de busca de objetos fora da família. Considera que a lei não é apenas repressiva, mas constitutiva do ser ante o social e aquele que interdito também precisa ser marcado pela lei e reconhecido fora da família. Nesse sentido, os professores são importantes para concretizar o pós-edipianismo, ajudando as novas gerações a também se reconhecerem fora da família e terem um lugar reconhecido no social. A latência é importante momento de individuação, o que requer as novas identificações. A criança perde os dentes com impactos para o psiquismo, momento comum de se voltar à riqueza e o dinheiro.

Também Melman (1998) reconhece essas perdas da latência em nossos dias.

Habitualmente, essa circunstância gera o que se chama fase da latência, que sabemos não ser constante, ou mesmo, talvez, cada vez menos constante, mas que faz com que o real com o qual a criança precisa lidar, e que é representativo do período consagrado à educação, seja um real assexuado [...] (MELMAN, 1998, p. 8-9).

Para o autor, o Outro convoca a criança a colocar em jogo a inteligência ao invés de sua sexualidade e à Escola vem sendo delegada, desde o século XVI a

condição de cuidado da infância. Não se trata de um fenômeno apenas natural como pretendia Freud, assistimos a uma tendência de universalização do fenômeno, uma vez que compartilhamos do mesmo universo simbólico.

Interessante estudo sobre os tempos da latência e a escolarização foi realizado por Drügg (2007) no qual reconhece o caráter ambíguo da Escola que por um lado promove importante terapêutica e amadurecimento cognitivo e socioafetivo nas crianças e por outro é promotora de sintomas que vão das dificuldades de aprendizagens à prejuízos intra e interrelacionais.

Atuando na supervisão de psicólogos em uma clínica escola que atende às dificuldades escolares, percebe a indisponibilidade de alguns para responder às demandas do processo de escolarização e para tanto, retoma à teoria psicanalítica para lembrar que durante a latência as crianças retiram investimentos fantasísticos e investem no recalque.

Lacan destacou em sua obra a importância do campo do Outro nos processos de constituição psíquico, retirando assim as dúvidas sobre a redução ao biológico do desenvolvimento humano. Compreensão que cabe especialmente ao tempo da latência pela sua relação especial com o campo do Outro que encontra na cultura ocidental importante ancorador desse processo na escolarização.

Erickson (1987/1968) já houvera destacado a importância da latência para a adolescência. Segundo ele, momento no qual a onda recua para retomar com violência na crise da adolescência. Para os nossos Guris e Gurias esse tempo de recuo da onda foi roubado, negado ou encurtado com severos prejuízos para a maturidade cognitiva e socioafetiva, o que equivale a dizer: acadêmica, social e pessoal.

Viola e Vorcaro (2013) destacam a importância dessa aposta no saber para o vindouro adolecimento convocado pela puberdade, visto que na latência o sujeito goza com a apreensão do saber:

[...] Ainda que para o adolescente contemporâneo o papel das figuras de referência tenha se desbotado, é preciso continuar apostando no saber – no saber inconsciente, no saber singular do adolescente – enfim, no saber como operador capaz de oferecer balizas ao sujeito nessa difícil travessia (VIOLA & VORCARO, 2013, p. 474).

As psicanalistas sintetizam os efeitos para a latência das modificações familiares e na trama simbólica com a promessa de oferta generalizada de gozo e objetos descartáveis.

Trouxemos para essa discussão o tema da latência após termos estudado a vida escolar de todos os 141 (cento e quarenta e um) Guris e Gurias e termos percebido que todos apresentam percurso muito comum nesse estágio da constituição humana e o quanto a economia psíquica deles vêm sendo predatoriamente roubada pelo desamparo ante as vulnerabilidades de seus contextos e histórias psíquicas, restando-lhe as drogas e a captura de um outro pela corporeidade como lenitivo. Sereias que os arrastam para o alto mar onde naufragam depois de deixar as frágeis embarcações de nossas sucateadas instituições socializadoras, sobretudo em suas comunidades: bolsões nos quais o sistema despeja o resto, o abjeto.

Resta claro que é um pedido de socorro que agora se faz por um agir violento contra o patrimônio e a vida de uma sociedade que negou-se a escutar os gemidos, choramingados e gritos desses Guris e Gurias, que fez de conta que não viu as lágrimas que corriam abundantes em suas faces fincadas pela dor, embora a performática alegria de quem as buscava camuflar com a disrupção.

Temos a clareza, por tudo o que escutamos desses sujeitos e de seus familiares que seus desafios psíquicos que desembocaram na infracionalidade vêm desde a mais tenra infância, conforme já demonstrado. Todavia, ao longo de nossa vida como educador em escolas públicas há 25 (vinte e cinco) anos, sempre lidando com populações em situação de risco e ou vulnerabilidade, vimos muitos desses processos serem metamorfoseados pela identificação com novas figuras de referência, fossem da Escola, fossem por líderes religiosos locais ou mesmo parentes que deles se aproximaram, como é o caso do Guri 2 que mudou de comportamento quando morou com uma senhora que foi para ele *holding*.

Por tudo o que discutimos neste item, renovamos nossas apostas na Escola como importante instituição capaz de restaurar o pacto social e salvar a *polis*. A Escola é por essência caminho sublimatório, o mais importante do projeto moderno de sociedade, espaço por excelência no qual a relação com social será mediada por um outro/Outro adulto que não os pais. Assim, convém pontuarmos um pouco sobre o fenômeno da sublimação.

Sublimação

Vimos no item anterior que o mecanismo de defesa do ego de formação reativa é predominante na latência e esse se dá juntamente com outro mecanismo, muito elogiado por Freud: a sublimação.

O pai da psicanálise não produziu escrito específico e tampouco conclusivo sobre a sublimação, tendo sido trabalhado por Freud em textos destinados a outras temáticas e em momentos distintos de sua obra, o que tem gerado uma insuficiente sistematização, conclusão à qual chegam Laplanche & Pontalis (1998).

Em *Moral Sexual "Cultural" e Doença Nervosa moderna* (FREUD, 1908/2007, p.168), conceitua sublimação como "a esta capacidade de substituir a meta sexual originária por outra não sexual, porém psiquicamente a ela atrelada". Esse processo poderia levar a psiconeuroses, caso os sujeitos não fossem capazes de sublimar em consonância com o recalque, promovendo renúncia ao sexual através do domínio da pulsão sexual pela dessexualização, com saída distinta da sintomática produzida pelo recalque, uma vez que há o direcionamento das forças pulsionais para fins culturais.

Lacan (1959-60/1997) trabalha o conceito de sublimação, promovendo um distanciamento do reducionismo propagado pelos pós-freudianos que simplificava a sublimação, como importante promotora do laço social, a um conceito normativo.

Apesar da rápida passagem pelo tema da sublimação, a fazemos como forma de pontuar a dificuldade que tiveram os nossos sujeitos de sublimar as pulsões sexuais e agressivas em decorrência do roubo que lhes foi feito da latência, momento especial para essas construções.

Acreditamos assim, que qualquer trabalho que busque o enfrentamento do desafio da infracionalidade juvenil deva passar, inevitavelmente pela sublimação por meio dos objetos culturais. Todavia, conforme já tivemos a oportunidade de constatar com os números da escolarização desses sujeitos, a Escola enquanto importante política pública não vem conseguindo essa ação desde os mais arcaicos tempos escolares da Educação Infantil e o inverso disso é nossa maior defesa nesta tese.

A sublimação é a força que pode fazer frente à pulsão de nossos Guris e Gurias que assemelham-se a “diques” ante a intensidade da tempestade que representam as pulsões e a Escola é espaço privilegiado para esse fim. Não uma Escola que insista em uma educação bancária, mas que apresente a cobertura/enquadre de acordo com as necessidades dos sujeitos, com investimento em espaços de expressão, simbolização e sublimação; que ampare, acolha, seja *holding*, suficientemente boa a esses sujeitos, como bem demonstrou Scárdua (2016).

Para finalizar essa categoria de análise, evocamos significativa contribuição de Hirschi (2001), autor da criminologia que destaca a importância (da ausência) dos vínculos com os pais para a construção de uma carreira criminal. Independente de serem esses pais ou não. Ao tempo em que concordamos plenamente com a importância dos vínculos com os pais, temos dificuldade em nos posicionar sobre a ideia de Hirschi de que a vinculação com os pais é necessária, independente dos rumos que tomem na vida. Ouvimos do Guri 1 que seu pai o incentivava à infracionalidade, o que não é relato muito comum entre eles, pois, mesmo os pais que se encontram na infracionalidade os orientam em outro sentido, afirmando que não querem o mesmo destino para os filhos. Embora tenha visto os filhos seguirem os passos dos pais. Chamou-me especialmente a atenção um prontuário que li de um jovem que fora criado como sendo filho do padrasto, o qual o registrou, e apenas quando foi apreendido por reiterados atos infracionais, tomou conhecimento que era filho de um presidiário. Segundo a mãe, tomou essa decisão para afastar o filho da “má influência do pai.”

Ouvi deles que honravam o sangue do pai, como é o caso do Guri 3 que em certo atendimento me falou: “Eu sou matador, Seu Mauro. Igual meu pai. Ele é matador e eu herdei isso dele.” Não sei como explicar o fato já narrado aqui de que os pais de muitos deles tinham envolvimento com o crime.

Não percebemos entre nossos Guris a preocupação em decepcionar a mãe, embora a mística comum no sistema prisional global sobre a figura da mãe. Percebi mesmo que a relação deles com as mães é muito fusionada, simétrica e ambivalente. Já tivemos a oportunidade de relatar nossa surpresa e estranhamento no almoço para as mães, assustou-me a impressão de que aqueles Guris se portavam ao lado de suas mães como seus parceiros. Guri 1 brigava com a mãe em

todas as visitas. Guri 2 e 4 (cujos pais já haviam falecido) me falavam de um profundo amor, sobretudo pelo pai. Guri 3 tinha uma relação simétrica com a mãe também. Guri 5 me falava de uma mãe que fumava maconha com ele, mas a quem era muitíssimo vinculado. Guri 6 tem uma relação de posse com a mãe e não conheceu o pai. Guri 7 me pareceu fortemente vinculado à mãe, mas reclamava a falta do pai. Guri 8 me pareceu bastante vinculado à mãe, mas essa era fria e cobrativa (talvez por todas as dores que tenha vivido com ele?). Ela próprio me relatou que as irmãs mais velhas cuidaram do Guri com excessivo mimo. Guri 9 pouco soube da mãe, apenas que estava presa. Guri 10 me falou de pais que amava, que haviam sido do *corre*, mas que hoje eram da igreja, para os quais deu bastante trabalho. Guri 11 tinha uma relação bem simétrica com a mãe, a qual apresentava um protecionismo com ele. Guri 12 me falava com carinho dos pais. Estive com ambos e não percebi nada que dissesse o contrário. Mesmo quando ela o acorrentava nos móveis da casa, penso que fazia por amor. Guri 13 me falava com amor dos pais, que viviam em um contexto de miséria. De Guri 14 ouvi uma relação do tipo: eu odeio amar minha mãe, de quem tem o nome tatuado no braço. De Guri 15 ouvi relatos de muita saudade dessa mãe, de quem se afastou aos 2 (dois) anos de idade, quando essa perdeu a guarda dele. Referia-se ao pai com saudade num primeiro momento e, num segundo, quando o pai recusou-se a visitá-lo, com mágoa e ódio. Guri 16 tentou convocar o pai pela infracionalidade. Disse-me um dia que o pai só ia vê-lo quando ele aprontava e que mesmo apanhando era bom ter o pai. Guri 17 era muito fusionado com a mãe, que mais me parecia uma amiga. Essa situação era comum.

Pelo exposto, resta para nós muita ambivalência dessas relações parentais-filiais.

TERCEIRA CATEGORIA DE ANÁLISE: A CONSTRUÇÃO DO LAÇO SOCIAL E A ESCOLA

A Escola exclui
e o
crime acolhe!

Marcos Rolim (2014)

Embora a educação escolar seja dimensão importantíssima de nossa tese, trata-se de dados muito aquém do que almejávamos, conforme já explicado na metodologia. O que consta nos prontuários dos Guris e Gurias é muito frágil, mesmo porque a figura do pedagogo é a menos numérica entre os técnicos do sistema socioeducativo. A Unidade na qual realizamos esta pesquisa conta com 10 (dez) módulos e cada módulo conta com dois ou três especialistas. Todos eram assistentes sociais e psicólogos e havia apenas dois pedagogos em toda a Unidade. Uma delas era a vice-diretora. Também o sistema I-Educar apresenta severas lacunas para os anos anteriores a 2013 e todos os nossos esforços em equacioná-las redundou inócuo.

Há um item no PIA que questiona o que eles acham da Escola e como era sua relação com professores e alunos e todos afirmam ter uma boa relação com a Escola, professores e alunos, embora essa informação nem sempre se sustente nos atendimentos que fizemos. De alguns deles escutei que foram transferidos por terem agredido um professor ou colega.

Dessas lacunas dos documentos pesquisados uma situação nos chama a atenção de forma mais especial: é normal que os Guris e Gurias não apresentem matrícula na rede por um ou dois anos, voltando a estudar na mesma série um ou dois anos depois. Dos que conseguimos especializar essa informação, trata-se de casos de mudanças de domicílio em que os pais alegam não terem conseguido vaga no sistema público de ensino. Mas, não conseguimos investigar essa informação na maioria absoluta dos casos e trabalhamos com a hipótese de que tenham sido reprovados e essa informação não consta no sistema I-Educar por um problema de migração de dados do sistema antigo (SGE) para o atual.

Conforme já visto aqui, Freud (1905/2016; 1901/2006 e 1914/1996) discutindo o fenômeno da latência destaca a importância da Escola como espaço por essência sublimatório no projeto moderno, e especialmente do professor, como

novo modelo de identificação, ante a fragilidade decorrente do deslizamento das identificações parentais, assim como os adverte para a importância de promovermos a vida.

Conforme já demonstrado no capítulo 2 e 5, também para nossos Guris e Gurias a relação dos adolescentes que atuam pela infracionalidade com a Escola é muito ruim.

Essa constatação preocupa, haja vista que a educação escolar é a mais efetiva, eficaz e eficiente política pública de enfrentamento e profilaxia contra a infracionalidade, conforme discutido ao longo desta tese e mais especialmente no capítulo 5 com o auxílio de Soares (2007); Cerqueira (2016); Cerqueira e Coelho (2015). E, por extrapolação diríamos, profilaxia e terapêutica contra os transtornos mentais, a drogadição e tantas outras epidemias que nos assolam o mundo contemporâneo.

Silva e Bazon (2015) em revisão da literatura sobre a correlação entre infracionalidade e escolarização, comprovam uma forte correlação entre esses dois fenômenos.

Sampson e Laub (1995) examinam o lugar que a Escola ocupa na carreira infracional de jovens por meio das pesquisas dos Gluecks⁵⁹, inclusive por Hirschi (2001), e comprovam que há um conjunto muito amplo de evidências para a ideia de que quanto maior for o vínculo com a Escola, menor será o envolvimento dos jovens com a infracionalidade. Logo, o fracasso escolar está diretamente correlacionado à infracionalidade.

Famílias grandes, pais alcoólatras ou com condenações criminais, mudanças de domicílio, são alguns dos fatores que tendem a diminuir o vínculo das crianças com a escola e que dificultam, por exemplo, o monitoramento sobre os deveres de casa (temas) e o próprio acompanhamento dos filhos na escola. Comprovam ainda que os jovens envolvidos com a infracionalidade (oficial e não oficial) possuem uma tendência muito maior a não concluir seus estudos do que os jovens não-envolvidos. O mesmo é válido para as crianças de temperamento irritadiço e agressivo.

⁵⁹ Pioneira e inovadora investigação longitudinal levada a cabo por mais de 40 anos, pela qual um grupo multidisciplinar coordenado por Sheldon e Eleanor Glueck, buscam compreender as causas do crime.

Ainda sobre a correlação entre ato infracional e escolarização, Farrington (1996) destaca que “the best primary school predictor of juvenile offending in this study was the rating of troublesomeness at age 8 to 10 by peers and teachers, showing the continuity in antisocial behavior⁶⁰” (FARRINGTON, 1996, p. 99). Já a influência do Ensino Médio sobre a infracionalidade é significativamente menor.

Conforme vimos no capítulo 5 com auxílio desse mesmo autor, os estudos demonstram que escolas com altos índices de infracionalidade tendem a ter altas taxas de evasão, assim como alunos com baixas habilidades estudantis e famílias de baixa renda. Porém, Farrington (1996) nos lembra que as diferenças entre as taxas de infracionalidade não podem ser inteiramente explanadas apenas pelas diferenças nas classes sociais e dos escores de raciocínio verbal dos alunos quando entram (11 anos). Cauteloso, o pesquisador considera que essas diferenças são causadas por algum aspecto da Escola sobre os alunos ou por algum outro fator ainda não mensurado.

O autor, do lugar de um estudioso das quantidades, adverte que os principais fatores escolares associados à infracionalidade têm sido um alto valor dado à punição e uma baixa quantidade de elogios dados pelos professores em sala de aula. Para ele é difícil definir uma ordem causal entre comportamento inadequado e punição e escassez de elogio, o que, para ele está, provavelmente, ligado à ofensas de fora da escola. Relembramos que esse autor evoca estudos de Rutter (1983), para quem a escola é significativa nesse processo, para argumentar que o bom manejo de classe, o cuidado com o uso de punições e elogios, e a participação dos estudantes são fatores importantes de sucesso escolar.

Também Farrington (1996) demonstra que a desistência da carreira criminal encontra-se fortemente associada ao emprego, casamento com pessoas de fora do meio criminal e a escolarização, variando a ordem conforme seja a idade do sujeito.

Também vimos no capítulo 5 estudo relatado por Shoemaker (2010) publicado em 1971, o qual demonstra que famílias desorganizadas, conflitos entres os pais, relações com os pais e questões escolares, especialmente notas baixas são diretamente associados à infracionalidade. Todavia, quando os autores compararam

⁶⁰ o melhor preditor para a infração juvenil encontrado neste estudo para a escola primária foi a classificação de problemas aos 8 e 10 anos por colegas e professores, mostrando a continuidade do comportamento antissocial. (Tradução nossa).

a força de cada um desses indicadores, as fragilidades escolares apareceram como mais fortemente associado à infracionalidade.

Outro estudo evocado por Shoemaker no capítulo 5 que muito serve à leitura de nossos dados, é a pesquisa que demonstra que aqueles que abandonam precocemente a Escola apresentam consideravelmente maiores probabilidade de desenvolver uma trajetória infracional. Também nós comprovamos, para além dos resultados da pesquisa em tela, que quanto mais precoce é o desligamento da escola, maior é a vulnerabilidade apresentada, maiores são os comprometimentos e maior é a frequência de atos infracionais, comprovando o caráter protetivo da Escola.

Todavia, não obstante a importância da política pública da escolarização demonstrada nos parágrafos precedentes por referendados estudos quantitativos, longitudinais e de meta-análises, nossos Guris e Gurias, em perfeita consonância com a pesquisa realizada pro Distrito Federal (2013) revelaram gostar da Escola, acreditam que ela seja uma via de transformação de suas vidas (93,7%), mas percebem-na como espaço no qual não se sentem seguros, visto que não a indicam como local seguro na pesquisa e a apontam como o quarto lugar dentre os que mais sofreram violência, possuem uma baixa escolaridade, acumulam histórico de punições em decorrência de indisciplina, inclusive transferência à revelia de seus interesses e de seus familiares, dificuldade com aprendizagem, infrequência, reprovações, abandono da escola, comprometimentos cognitivos e grande defasagem entre suas idades e o ano escolar que deveriam estar cursando, que entre nossos Guris e Gurias é de 4,8 anos. Essa relação ruim com a Escola já vinha sendo mostrada por alguns levantamentos nacionais e internacionais, conforme pontuamos aqui.

Ocorre que essa fundamental política da (res)pública, embora tenha sido estendida às massas por pressão dos interesses do capital internacional hegemônico, não se reinventou para servi-la, estando hoje muito mais à serviço da manutenção da injustiça e da exclusão. Especialmente para nossos sujeitos de pesquisa, haja visto que o nível de escolarização das pessoas privadas de liberdade é muito baixo no Brasil (BRASIL, 2012a; 2015b; 2015a; 2018;) e nos EUA (LOCHNER e MORETTI, 2001; HARLOW, 2003).

Todos os nossos Guris que atendemos mais sistematicamente encontravam-se evadidos da escola quando da apreensão. Consideremos que esta pesquisa foi feita em uma Unidade de Internação e que cumprem essa medida autores de atos gravosos e aqueles que são muito reincidentes. O CNJ (BRASIL, 2012b) fala em 57% que não frequentavam a Escola, mas essa é uma informação colhida pelo Judiciário quando da apreensão e, ao menos no caso do DF, no NAI, quando perguntam se estão matriculados em alguma escola, a maioria absoluta diz que estão, visto que essa informação alivia o peso da mão da Justiça e de fato encontram-se matriculados, mas são infrequentes, conforme comprovamos dos documentos escolares, quando muito, estão matriculados, mas não frequentam a Escola e quando isso ocorre estão em turmas de correção da distorção idade-série/ano escola ou numa turma da modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Todavia, essa não é uma condição dada desde os primeiros anos com a Escola, é construída e apresenta mudanças significativas, conforme seja o perfil e atuação do/da professor(a) com o qual o/a adolescente lida na política pública de escolarização. Esse fenômeno interage de forma dialógica, recursiva e recorrente com questões de ordem psicossociológicas que correlacionam os níveis de socialização já apresentados e os que se seguem.

Também Drügg (2007) percebeu esse paradoxismo da Escola, visto ser tanto terapêutica e promover o desenvolvimento cognitivo ao tempo em que exclui grande parcela que não consegue responder aos seus cânones que se escondem por trás da abstração aluno, os ritmos médios de aprendizagem e seu caráter meritocrático e excludente, o conteudismo e cognitivismo com desconsideração das aprendizagens de (com)vivência.

Com auxílio de documentos oficiais, demonstramos no capítulo 5 a precariedade da escolarização em nosso país e os desafios dessa instituição, especialmente para as populações entre 15 e 17 anos de idade, justamente as idades que acumulam uma maior quantidade de adolescentes nos atendimentos do sistema socioeducativo.

Vimos a forma como está organizada a Escola estigmatiza (GOFFMAN, 1974) reduzindo o sujeito a uma única dimensão de sua subjetividade como total de si e, dessa forma, por estar mais a serviço dos interesses de classe, apresenta-se como a porta de entrada do sistema penal (BARATTA, 2011).

Essa teoria é da máxima importância por ter retirado o foco do sujeito que delinque para o Estado com suas instituições que rotulam, especialmente o sistema jurídico que por meio de suas “verdades jurídicas” elitistas e racistas condena especialmente os pobres e pretos e, conforme aprendemos com Baratta (2011), a Escola tem sido nessa configuração de mundo burguês a porta de entrada do sistema penal. É nela que vem começando o filtro de separação daqueles que serão úteis para os inscrevesse dos sistema e os que sobrarão à condição abjeta.

Esse processo de rotulação nega as subjetividades, oferta-lhes um falso *self* pelo qual passam a operar, negando tudo o mais que sempre foi e é. Ante o quadro de invisibilidade perversa, o sujeito acha um lugar de reconhecimento.

A experiência tem nos demonstrado que o aprisionamento se mostra como uma escola para o crime. A ficha de passagem dos 141 (cento e quarenta e um) adolescentes que acompanhamos nos revelam a altíssima reincidência em todas as medidas. Em Distrito Federal (2013a) observa-se o mesmo fenômeno em nível de Unidade da Federação, e em Brasil (2012a e 2018), em nível de país. As prisões reforçam os personagens e rotulações que o sistema tem construído.

Como é muito bem trabalhado por Goffman (1974), numa Unidade de Internação, até que os adolescentes sintam-se confortáveis em baixar as armaduras, falam, andam e se comportam de forma muito semelhante, a denunciarem um ajustamento muito intenso a um personagem: “do bandido”. É muito comum ouvir de todos eles num primeiro momento: “Sou bandido, Seu Mauro. Perde tempo comigo não!”. Sempre tivemos muito sucesso em demonstrar isso a eles. Alguns chegam mesmo a nos dizer que precisam desse personagem como forma de proteção e sobrevivência nos módulos (local onde ficam os quartos, de fato celas).

Temos a forte impressão de que o medo e a amabilidade são dimensões que esses adolescentes recalcam, conforme nos fora questionado quando de nossa qualificação, pois o medo é fator sempre comum e a virilidade é meta sempre perseguida. Só com muita convivência passam a sorrir para nós. De início recusam o sorriso por entenderem como expressão de fragilidade. Uma das colaboradoras de nossa intervenção tirou fotos dos jovens como forma de resgatar uma outra autoimagem e teve muita dificuldade em fazê-los sorrirem.

Conforme pudemos comprovar com todos os nossos sujeitos de pesquisa, o processo de rotulação iniciou nas instituições de socializadoras

primordiais de nossa sociedade: desvios em casa e principalmente na Escola, que num movimento recursivo evoluem para desvios na comunidade e na cidade. Aos poucos, o sujeito vai assumindo o rótulo como uma definição de si, um lugar social, um: “drogado”, “ladrão”, “bandido”, “cabuloso”, “vida louca”, “peba” etc. Esse processo é concomitante a um de identificação também recursiva com seus pares dando início ao que uma corrente criminológica denomina como uma “carreira criminal”.

A evasão é uma regra para os nossos Guris e Gurias, conforme também percebeu Assis (2001) e Pereira e Sudbrack (2009), para as quais a sensação de não pertencimento, a baixa autoestima, a falta de perspectiva e o trabalho infantil apresentam-se como as principais causas percebidas por elas. Detalhamos no capítulo 5 como o auxílio das pesquisas da FGV (2009) e da UNICEF (2013) a complexidade do fenômeno de abandono da Escola em perfeita similaridade com os achados desta pesquisa.

O problema maior é que a evasão é promotora da infracionalidade, conforme demonstraram os pesquisadores da Escola de Chicago ainda na década de 1940, mais ainda nos territórios com alta frequência de infracionalidade (SHAW e MCKAY, 1942) e que, conforme comprovou Mc Guirre (apud FARRINGTON, 1996), uma diminuição na evasão escolar impacta direta e fortemente nas taxas de infracionalidade.

Conforme já visto no nível de socialização da psiquê anterior a esse (na família), nossos Guris e Gurias sintomatizaram por uma agitação que os destacavam de seus pares na Educação Infantil e nos anos iniciais no Ensino Fundamental.

Todos com os quais estive mais diretamente me falavam que gostavam da Escola, que eram bons alunos (embora isso não se comprove nos documentos escolares) e que eram agitados (“encapetados”, “custosos”, “danados”). Poucos foram os que me disseram que tiveram dificuldades de aprendizagem e mesmos esses afirmaram que gostavam da Escola. Ouvei de poucos socioeducandos em toda minha caminhada com eles (desde 1997) que não gostavam da Escola durante a infância. Um deles foi o Guri que aqui contei a história de sua disfunção de fala, de outro (Guri 65) li isso em seu prontuário.

Assim, temos claro que agitação na infância, impulsividade, agressividade e inquietação excessivas durante a infância é fator preditivo de risco dos mais fortes

em correlação com a infracionalidade juvenil. Farrington (1996 e 2002b) e Loeber (1996) destacam a hiperatividade⁶¹ e a baixa inteligência como fatores preditivos dos mais significativos da infracionalidade. Apesar de reconhecer não haver consenso se a hiperatividade e a impulsividade sejam ou não elementos da tendência antissocial, Farrington (1996 p. 87) alerta para o fato de que:

Intelligence may lead to delinquency through the intervening factor of school failure, as Hirsch and Hindelang (1977) suggested. The association between school failure and offending has been demonstrated consistently in longitudinal surveys⁶².

Com base em seus estudos, o autor afirma que evasão escolar e fracasso escolar tem sido relatado como passos iniciais da infracionalidade. Ocorre que os jovens com histórico de infracionalidade demonstram dificuldade de abstração de conceitos. Há relatos de intervenções que conseguem bons resultados, intervenções estas que reforçam as habilidades em línguas e matemática nos anos iniciais da escola, conforme demonstra Farrington (1996).

Também nossos sujeitos desta pesquisa, apesar de apresentarem uma inteligência fluida e maturidade acima da média, possuem sérias dificuldades com a leitura, escrita e com lógica matemática, o que corrobora a afirmação do autor. Um de nossos instrumentos de pesquisa eram cadernos deixados com os jovens para que esses nos escrevessem sobre suas vidas, nos quais fica clara a dificuldade com o domínio da língua portuguesa.

Farrington (1996) defende que o *background* familiar seja responsável por essa condição. As baixas condições econômicas dos sujeitos desta pesquisa tendem a prender as famílias ao absolutamente imediato, o que pode dificultar a capacidade de abstração. Pesquisas recentes não falam mais em baixa inteligência, mas em padrões cognitivos comprometidos, no que estamos de acordo, tais como habilidade verbal, memória e *déficit* de integração entre o visual e o motor, e pobreza de maturação do lóbulo frontal.

⁶¹ No Brasil hiperatividade hoje tem sido sinônimo de comportamento disruptivo entre crianças e adolescentes.

⁶² A inteligência pode levar à delinquência através do fator interveniente do fracasso escolar, como Hirsch e Hindelang (1977) sugeriram. A associação entre fracasso escolar e delito foi demonstrada consistentemente em pesquisas longitudinais. (Tradução nossa)

Em muitos prontuários e demais bancos de dados encontramos referência à baixa escolaridade dos pais, mas ela não é um dado absoluto. Há alguns poucos casos de pais com nível superior. Demonstraremos aqui o caso do Guri 106 que acompanha sua família nas taxas de escolaridade, mesmo tendo se inserido na seara infracional, mas todas essas questões precisam ser tencionadas para não correremos o risco de colocar na conta do pobre as privações de uma sociedade injusta.

Apesar de ser recorrente nos estudos anglo-saxões a menção a uma suposta baixa inteligência por parte dessa população, como é o caso de Farrington (1996) não a percebemos na relação com nossos sujeitos de pesquisa. Acreditamos que essa apreensão confunde dificuldades no ambiente escolar e sua consequente fragilidade na aquisição de competências acadêmicas com deficiência intelectual.

De fato, todos os nossos sujeitos de pesquisa com os quais lidamos diretamente apresentam baixo domínio dos conteúdos escolares, no que se refere a uma inteligência cristalizada, mas demonstram excelente inteligência fluida. Guris 1, 2, 6, 7, 8, 9, apenas para citar alguns, apresentam elogiável inteligência. De todos os jovens que atendemos, apenas os Guris 3, 5 e 12 apresentavam claro quadro de deficiência intelectual. Daí porque discordamos veementemente dessa afirmação tão comum na literatura anglo-saxã de que a baixa inteligência é um preditor da infracionalidade. Em nossa compreensão, o que de fato ocorre é uma dificuldade com os conteúdos escolares em decorrência dos atravessamentos de suas biografias em suas correlações com a Escola.

Shoemaker (2010) defende que as evidências disponíveis sugerem que os vínculos das crianças e adolescentes com a Escola reforçam a resiliência mesmo diante das desvantagens sociais pré-existentes, no que estamos plenamente de acordo, conforme comprovam relatos dos Guris 2, 3, e 106, apenas para citar alguns exemplos.

Contudo, em se falando de vínculo, Hirschi (2001) foi nossa maior referência. Para esse pesquisador e autor, a vinculação do adolescente é a chave para o entendimento da infracionalidade. Vinculação com os pais, sobretudo, e vinculação com a Escola, que, para ele está associada à ideia que a instituição e o sujeito façam da competência pessoal do aluno para atender às demandas que lhe são colocadas e é influenciada pela vinculação com os pais, conclusão à qual

chegam também Farrington (1996) e Sampson e Laub (1995). Todavia, precisamos considerar elementos do nível de socialização anterior (família), especialmente da latência. Os autores demonstram em suas pesquisas que a vinculação com a Escola reduz o envolvimento com a infracionalidade independente dos demais fatores.

Também Erickson (1968/1987) destaca a importância da sensação de competência para a saúde emocional do adolescente e critica as metodologias retrógradas das instituições que, para ele, são fundamentais, sobretudo durante a latência dos sujeitos. Critica ainda a surdez e cegueira da Escola para as condições socioeconômicas dos seus alunos. Também Winnicott (2005a) destacará a importância das instituições, sobretudo para as crianças e adolescentes dissociais ou que já caminharam para a infracionalidade. Sempre ponderando com Lasch (1983) que essa não é uma tarefa apenas da Escola, visto que o fracasso é sistêmico, mas apostamos na capilaridade e força dessa instituição para esse fim.

Em seus estudos sobre a correlação entre escolarização e infracionalidade, Chui e Chan (2002) também apostam na vinculação como fenômeno que faz frente à evasão e reafirmam que a evasão escolar é inversamente proporcional à infracionalidade juvenil.

O Guri 3, quando devidamente acolhido a uma profissional ao qual se vinculou, apresentou bom rendimento e melhorou o comportamento, mesmo considerando suas adversidades.

Guri 2, que estudou apenas até o 3º. ano do Ensino Fundamental passou por todas as escolas urbanas de sua Regional de Ensino devido a transferências compulsórias em decorrência de indisciplina. Seu maior tempo de permanência em uma escola foi de 3 meses. Todavia em dois únicos momentos apresentou estabilidade: num primeiro quando foi entregue para uma senhora que passou a criá-lo, todavia essa senhora envolveu-se com tráfico e ele fugiu de casa, retornando à casa da avó e num segundo momento quando vinculou-se a uma professora de Educação Física.

Também Guri 5, do qual suspeitamos uma deficiência intelectual e que nos foi encaminhado por disrupções que não reagiam às intervenções da Segurança, contou-me de dois momentos nos quais funcionou bem como aluno. Nos dois casos devido à vinculação com professor de Artes e com um monitor escolar. Ao procurar a mãe do Guri, atendendo aos pedidos recorrentes do mesmo, encontrei

e conversei com os dois profissionais. Ambos fizeram uma avaliação muito positiva dele e foi o professor de Artes quem encontrou a mãe do Guri para nós.

Do único Guri que conseguimos dados referentes aos anos iniciais da escolarização, a agitação não era registrada por todos os professores, conforme podemos perceber dos relatórios dos anos iniciais do Guri 3 (anexo). Percebemos que a professora da 3ª série/4º ano, em 2011, no primeiro semestre o elogia, reconhece boa habilidade cognitivo-matemático. Já no segundo semestre reclama de dificuldades de aprendizagem, que são imputadas ao Guri e não se cogita dificuldades na ensinagem especialmente para essa modalidade de aluno. No último bimestre informa problemas de disciplina e decide pela sua retenção nesta série, ou seja, Guri 3 é reprovado. Interessante perceber que foi neste ano que Guri 3 iniciou a vida sexual e o uso de maconha.

No ano de 2012 já apresentava muita agitação, apesar de ter tido bom rendimento. Esta mesma professora, no segundo bimestre reitera o comportamento e rendimento, mas afirma que quando ele tem a atenção da professora, apresenta-se como um bom aluno. No terceiro bimestre apresenta-se como bom aluno, tendo vencido suas dificuldades. Esse progresso continuou e foi registrado pela professora no 4º bimestre.

Chama-nos especialmente a atenção perceber que Guri 3 já havia conhecido a maconha, sem efeitos, pelo que parece, para a sala de aula, o que nos leva a crer que o ambiente escolar pode minimizar ou anular as disfunções que trazem consigo de seus ambientes familiares e comunitários. No ano seguinte a esse, Guri 3 começará o ano letivo, mas desistirá, assim como a maioria absoluta de nossos sujeitos de pesquisa.

Em quantidade expressiva dos casos, os Guris reprovaram a primeira vez na 5ª série/6º ano do Ensino Fundamental: 51 (cinquenta e um) casos, as idades mais comuns para a primeira reprovação são 12 e 13 anos. É frequente que se matriculem por três vezes no 6º ano, embora a maioria seja infrequente ao longo dos bimestres. Alguns abandonam a Escola depois da primeira reprovação, outros quando da transferência (alguns tentam estudar na nova escola). Todavia, nunca ocorreu de estarem frequentes e atuarem pela infracionalidade.

A tabela 14 nos ajuda a perceber que a sintomatização é sistêmica, visto que há diferença de meses para uma sequência mais ou menos comum: a primeira

reprovação dá-se em média aos 12 anos, o uso de drogas ilícitas dá-se em média aos 12,4 anos, o início da vida sexual dá-se em média aos 12,6 anos, o abandono da Escola dá-se em média aos 13 anos e a prática do primeiro ato infracional que se em média aos 14,2 anos de idade.

A média de defasagem da relação idade-ano escolar na Unidade é de 4,8 anos. Percebe-se dos dados que 30 desses Guris possuíam 5 anos de defasagem e 26 possuíam 6 anos de defasagem, outros 26 também possuem 4 anos de defasagem. Dados muito acima da média nacional conforme visto no capítulo 5.

Uma série de outros fatores precisam ser considerados aqui: não se retém (eufemismo para reprovação) alunos nos anos iniciais dos Ensino Fundamental (EF), embora tenhamos visto muitos casos de retenção nos Anos Iniciais entre nossos Guris e Gurias: seis Guris apresentaram reprovação no 2º ano do EF; oito Guris apresentam histórico de reprovação no 3º ano do EF; onze Guris apresentam reprovação no 4º ano do EF e quatorze Guris apresentam reprovação no quinto ano do EF. Ou seja, 39 (trinta e nove) de nossos sujeitos de pesquisa apresentaram reprovação nos Anos Iniciais. Esse dado, por si, já nos diz que está ocorrendo algum problema entre essa população e o ambiente escolar. Justamente esses casos costumavam apresentar os quadros mais vulneráveis do ponto de vista psíquico e social que atendemos.

Outro fator que precisa ser considerado é a quebra que o 6º ano representa, sobretudo no que tange à vinculação dos alunos com um professor, pois até 5º ano ele tem um professor na maioria absoluta do tempo e a partir do 6º ano passa a ter mais de dez professores que demonstram ser mais esfriados afetivamente.

Contribui ainda o fato dos professores dos anos iniciais do EF serem formados em Pedagogia ou pelo antigo curso profissionalizante de magistério, com complementação pedagógica. Ou seja, esses professores estudam transposição didática e bem menos sobre as áreas de conhecimento. Já os professores dos anos finais do EF são graduados em alguma área de conhecimento. Ou seja, estudaram basicamente essa área de conhecimento com apenas 4 (quatro) disciplinas gerais sobre a Educação: algo como estrutura e funcionamento do ensino no país, Psicologia do Desenvolvimento, Didática e Estágio Supervisionado, em outras

palavras, são frágeis em pedagogia e costumam ser mais afastados afetivamente dos alunos.

Apesar do número significativo de Guris que reprovaram o 6º ano, não há um determinismo para esse ano escolar como início dos processos disruptivos. O mais comum é uma falência sistêmica de forma mais ou menos comum, conforme apresentado. Quando esse processo se iniciou um pouco mais cedo, mais cedo ocorre a desvinculação com a escola e quando se dá um pouco mais tarde, para uma minoria ainda menor dos casos, o fracasso escolar e a desvinculação com a escola também se dá mais tarde.

O momento em que param de estudar varia muito. Alguns param logo após o envolvimento com as drogas, outros com a reprovação, outros com a transferência. Outra informação muito importante é de que esse percurso obedece a essa sequência dependente da idade em que começa. Quando o Guri informou começar o uso de drogas aos 7 anos, aos 9 ou 10 anos ele deixará de estudar. Quando informou o início das drogas com 14 anos, daí a alguns meses ou com 15 anos ele deixará de estudar.

Percebemos três blocos de casos:

Um primeiro e mais comum bloco é formado por Guris e Gurias que em sua grande maioria não eram alunos brilhantes, mas gostavam da Escola e não apresentavam grandes problemas, mas fatores biológicos (puberdade, insônia etc), familiares, comunitários, econômicos e sociais os levaram a uma sequência comum.

Após muito tempo de diálogo e reflexão com os dados percebi que um conjunto de disfunções vinham rolando como uma bola de neve que se avoluma à medida em que se movimenta até que ocorreu a associação com pares de risco devido a uma vacuidade deixada pela família e pela Escola durante a latência, dessa associação veio o uso da maconha. Todos os Guris e Gurias que atendi mais diretamente me relataram que seus percursos infracionais iniciaram com a associação a pares de risco. Na fala deles, “pelas más companhias.” O uso de drogas é passo concomitante ou sequenciado a essa associação. Não se entenda com isso que a prática infracional decorra das más companhias, pois, conforme veremos no próximo nível de socialização da psiquê, essa associação responde a processos latentes. A separação é meramente didática numa relação figura-fundo.

O percurso comum é numa interação sistêmica, recursiva e recorrente associam-se a pares de risco, normalmente na puberdade precoce (poucos são os casos nos quais esse processo não coincide com a puberdade), iniciam o uso indevido de drogas, pioram as relações no ambiente familiar; apresentam agitação ainda maior no ambiente escolar ou, para algumas poucas exceções, passam a manifestar agitação que antes não existia; passam a sofrer muitas sanções disciplinares no ambiente escolar: advertências, suspensões das atividades escolares e transferências à revelia de seus interesses e de seus familiares; logo em seguida ou concomitantemente têm a primeira experiência sexual, que, quando na seara infracional passa a ser ativa.

Após esse percurso, a maioria reprova na escola e também a maioria reinicia o ano letivo na mesma escola; as sanções tornam-se ainda mais comuns e sofrem uma transferência compulsória, à revelia de seus interesses e ou familiares; alguns tentam estudar na nova escola que reprovaram, mas logo a abandonam (a idade média para abandono da escola foi de 13,4 anos); a maioria inicia nesse momento a prática infracional. Mas, como dissemos, essa é uma regra mais geral, conforme demonstram as médias, visto que alguns casos a modificam.

Para alguns bem poucos casos, estava escrito no prontuário que a atitude antissocial manifestou-se na adolescência. Não sabemos se essa informação condiz com o real, pois temos a impressão de que muitos pais não convivem intensamente com os filhos, até mesmo pelas questões trabalhistas e só tomam conhecimento da disrupção desses quando são convocados pelas instituições sociais.

O ato infracional é sempre a idade mais alta no percurso dos Guris e Gurias, conforme demonstra a tabela 14. Considerando as variáveis: idade com que teve a primeira reprovação (R); início do uso indevido de drogas (D) e início da vida sexual (S), achamos que a sequência D e R concomitantemente, (ou seja, com a mesma idade) foi a mais comum com doze casos, seguida pela sequência R, D e S concomitantemente (reprovação com uma idade, seguida de uso indevido de drogas e início da vida sexual numa idade sequente e com a mesma idade para os dois últimos fenômenos) com dez casos; R e posteriormente D ocorreu em nove casos; D e posteriormente R ocorreu em oito casos. O mesmo que S (com uma determinada idade) e com a idade sequente R e D concomitantemente em 8 casos.

Retirando a variável S, temos que 34 (trinta e quatro) dos Guris e Gurias iniciaram com a mesma idade R e D; 24 (vinte e quatro) fizeram a sequência D e posteriormente R e em 21 (vinte e um) dos casos, a sequência foi de R e posteriormente D. Como se vê, trata-se de fenômeno muito sistêmico. Deixando ainda mais claro: 34 (trinta e quatro) Guris e Gurias iniciaram o uso indevido de drogas e reprovaram pela primeira vez na escola no mesmo ano escolar. Apesar de nunca terem sido excelentes alunos; 24 (vinte e quatro) Guris e Gurias primeiro iniciaram o uso de drogas para somente no ano seguinte reprovarem na escola e 21 (vinte e um) Guris e Gurias seguiram a sequência de reprovar primeiro para só depois terem iniciado o uso de drogas.

Um segundo bloco é formado por Guris e Gurias com quadros de muita vulnerabilidade sócio-econômica, urbana, familiar e pessoal que iniciam esse percurso mais cedo. É fácil percebê-los pela tabela 14 porque iniciam nas drogas e na vida sexual mais cedo que o comum, também mais cedo deixam a Escola. Tal é o caso dos Guris 45, inicia o uso indevido de drogas aos 15 anos, tendo vivido a primeira reprovação aos 14 anos de idade que, segundo ele, em seu próprio PIA, reprovou devido uso abusivo de drogas, apesar de ter informado à saúde que iniciou o uso indevido de drogas aos 15 anos de idade. Mantivemos a idade de 15 anos na tabela 14 em respeito ao seu documento oficial. Mas, temos a impressão de que de fato, iniciou as drogas antes da primeira reprovação.

Chama a atenção alguns casos que deixaram a escola nos anos iniciais para trabalhar no tráfico sem que as famílias tenham sido acionadas pelos Conselhos de Direito ou perdido o benefício do Programa Bolsa Família, como é o caso dos Guris 6 e 9, apenas como ilustração, visto que essa informação foi bastante comum. Os Guris 1, 2, 4, 5 e 14, entre outros, afirmaram que chegou um momento em que a Escola não mais os procuraram. Um dos Guris me disse que o diretor passou a suspendê-lo das aulas sempre que fosse à Escola para não atrapalhar as aulas e que assim agiria até que desistisse da escola.

Há um terceiro bloco que também desenha o percurso citado acima, mas que o fazem mais tardiamente não coincidindo com a puberdade. São poucos e é fácil percebê-los na Tabela 14, visto serem justamente aqueles que entram na Unidade cursando anos escolares mais avançados.

O Guri 83 é um caso um pouco atípico que gostaríamos de ter estado com ele no sentido de melhor compreender, mas quando terminamos a análise dos documentos ele não estava mais na Unidade por ter feito 18 anos de idade. No DF, os Guris com 18 anos ou mais são transferidos para a Unidade de Internação do Recanto das Emas e tivemos dificuldade de acesso a ele. O que o teria sustentando na Escola com bom aproveitamento mesmo tendo iniciado o uso indevido de drogas aos 11 anos, a vida sexual aos 12? Talvez a presença do padrasto, ao qual se reporta como violento, pois suas atuações infracionais começa aos 14 anos, coincidindo com a idade em que sua mãe se separou de seu padrasto e foi morar com avós em território de risco.

Os documentos do Guri 102 são muito frágeis para podermos avaliar mais de perto, até mesmo porque nunca o atendemos na Unidade. Apenas em um dia ele me cumprimentou e eu perguntei seu nome no afã de tentar associar aquela pessoa aos prontuários que conhecia. O nome incomum e a alta escolaridade me fizeram um rápido *link* ao caso. Mas estava com uma outra demanda de jovem que houvera tentado suicídio e nunca mais vi o Guri 102. Todavia, trata-se de uma percurso comum dos tardios aos 14 anos os pais separam, ele vai morar com os avós em um território de risco, inicia o uso indevido de drogas, a vida sexual, reprova pela primeira vez na Escola e a abandona e inicia a seara infracional com 15 anos de idade. Lembrando que esse jovem faz aniversário no final de janeiro e sua primeira judicialização se dá no início de abril. Logo, podemos concluir que os fenômenos droga, sexo, escola e infracionalidade se dão concomitantemente.

O Guri 106 informa uma renda familiar de 3 a 4 salários mínimos: um pouco acima dos demais Guris da Unidade. Possui um irmão que o precede na infracionalidade com o qual já convivi em uma outra Unidade de Internação e também esse irmão tinha uma boa escolaridade. Possui ainda um irmão de 23 anos que também apresenta uma boa escolaridade. Trata-se de um clássico caso dos tardios, visto que apenas aos 15 anos de idade associa-se a pares de risco (segundo relato da mãe em seu PIA), inicia o uso indevido de drogas, tem sua primeira experiência sexual, reprova na escola pela primeira vez e com 16 anos tem sua primeira judicialização.

Por fim, desses casos de início tardio, do Guri 124 não temos quase nenhuma informação devido à fragilidade de seus documentos. Apenas sabemos

que ele gostava de estudar e foi apreendido em período de férias escolares. Trata-se de jovem que também fez 18 anos de idade e foi transferido para a UNIRE. Acreditamos tratar-se de caso análogo ao do Guri 106 que acabamos de apresentar.

Quanto aos atos infracionais, chamou-nos a atenção os Guris 2 (com 22 judicializações de atos infracionais; o Guri 9 (26); o Guri 36 (20); Guri 38 (18); Guri 98 (26) e Guri 114 (18 processos judicializados por autoria de ato infracional). A média de atos é de 7,6 atos infracionais por Guri.

Também chama a atenção o fato que, dos citados no parágrafo anterior, todos cometeram a primeira infração com 13 anos de idade e o que mais importa aos objetivos desta tese: com exceção do Guri 36, que possui 20 judicializações e entrou na Unidade cursando o 8º ano e do Guri 38 que possui 18 judicializações e entrou na Unidade cursando o 6º ano, os Guris que apresentam a maior quantidade de processos judicializados são justamente aqueles que perderam a proteção da Escola ainda nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Vejamos: Guri 2 com 22 judicializações de atos infracionais, entrou na Unidade cursando o 3º ano do EF; o mesmo que o Guri 9 com 26 processos judicializados; o Guri 98 possui 26 judicializações e entrou na Unidade cursando o 4º ano do EF, o mesmo que o Guri 114 com 18 processos judicializados por autoria de ato infracional.

Buscamos compreender possíveis explicações para a relativa alta escolaridade do Guri 36 e percebemos que essa não é a única excepcionalidade deste Guri, visto que sua família apresenta a maior renda mensal declarada na Unidade. Percebemos de sua seara infracional que, apesar do pai ser usuário e ter cumprido pena no sistema prisional, Guri 36 gostava da Escola e era bom aluno, até que os pais se separam e a mãe foi morar em território de risco, tendo que acumular uma dupla jornada de trabalho, ficando Guri 36 aos cuidados dos avós, até que conheceu o sexo aos 12 anos e a maconha e a reprovação aos 13 anos. Desde de então, largou a escola e teve uma trajetória ascensional no tráfico de drogas.

Situação muito semelhante tem o Guri 38. Pai usuário e envolvido no crime, os pais separam-se quando ele tinha 15 anos, mas aos 13 anos conheceu as drogas, iniciou a vida sexual, reprovou pela primeira vez e abandonou a Escola. Tanto o Guri 36 quanto o Guri 38 relatam que gostavam muito da Escola, até adentrarem a seara infracional.

Muitos deles passaram pela modalidade de Educação de Jovens e Adultos, mas não conseguiram se vincular, como me relata o Guri 3. Também é comum que tenham pertencido às turmas de correção de defasagem idade-ano escolar, como é o caso do Guri 123. Todavia, não conseguimos ter acesso a essa informação.

Por tudo o que discutimos nesse nível de socialização da psiquê e construção do laço social, defenderemos nas considerações finais um caminho de prevenção que considere a Escola como espaço privilegiado para essa importante política pública.

Vejamos um pouco mais desses processos de socialização da psiquê e construção do laço social na comunidade.

QUARTA CATEGORIA DE ANÁLISE: O LAÇO SOCIAL E A COMUNIDADE

Tivemos a oportunidade de discutir aqui o que denominamos como territórios de risco e ou vulnerabilidade, compreendidos com auxílio de Penna e Ferreira (2014) como espaços urbanos que concentram precariedade e falta de serviços coletivos e de investimentos públicos e serviços sociais de educação, saúde, segurança e assistência social, em infraestrutura que redundam em desproteção social das comunidades pobres.

Segundo Kaztman (2000) carecem de ativos e de estruturas de oportunidades: recursos (i)materiais ofertados pelo Estado, pelo Mercado ou pela sociedade cuja mobilização permite melhorar sua situação e bem-estar, com prioridade para o Estado, conforme já discutido aqui com auxílio de Pereira (2009).

Ou seja, não se trata de espaços naturais, pois segundo Ferreira, Vasconcelos e Penna (2008, p. 9), desigualdades sociais e territoriais são faces da mesma moeda que se mesclam, sintetizam-se e retroalimentam-se no espaço. Logo, são a concretização das vulnerabilidades de parcelas de nossa população que são empurradas para espaços periféricos pelas contradições do capitalismo e pela carência de políticas públicas que enfrentem os grandes desafios dos mais pobres, sobretudo no que tange ao direito à moradia.

Assim, também a violência, que é especialmente intensa nesses territórios não se deve a uma questão disposicional dos “sujeitos” que ali habitam,

mas das condições que são impostas, sobretudo para as novas gerações. Ainda mais no atual contexto de desregulamentação, fragilização dos mediadores culturais, fluidez dos lugares e papéis sociais, precariedade das instituições socializadoras, crise das narrativas, que somam-se a crise da adolescência etc.

Retomamos o mapa 1, já discutido aqui no capítulo 5, o qual demonstra visualmente a correlação entre territórios de risco e ou vulnerabilidade e os homicídios no DF e entorno e reportamos o leitor à citação de Ferreira e Vasconcelos (2008) em sequência ao mapa, que arremata com muita propriedade essa correlação.

Conforme tivemos a oportunidade de falar em alguns momentos desta escrita, todos os nossos Guris que atendemos mais de perto e todos os que constavam a localidade no prontuário moravam ou haviam morado em territórios de risco ou vulnerabilidade, o que aponta para a necessidade de políticas públicas que considerem os territórios, como já havia proposto a Escola de Chicago. Dois foram os casos de infracionalidade tardia discutidos na categoria de análise sobre a Escola: quanto resta claro a força do território nesta construção de sua carreira criminal.

Os Guris que atendemos mais diretamente moravam quando de sua apreensão ou haviam morado nos mesmos territórios apontados pelo DIEESE (2011b), tabela 13 (anexa) como de vulnerabilidade, com exceção do guri 7 que morava em um território que não se encontra entre os listados pelo DIEESE, mas que “descia” (sic) para um desses territórios, onde encontrava seus “iguais”.

Todos me relataram sua proximidade com o crime a partir de seus territórios. Guri 1 foi iniciado no crime por um tio e logo apadrinhado pelo traficante de seu território que passou a chamá-lo de “filhote”. Encontrou ali o “pai” que lhe faltou na defesa, proteção e referência saudável. Como todos os Guris que atendi mais diretamente, Guri 1 recalca o medo e a afetividade. Conforme já dito, o pai que apresenta conduta delituosa, o incentivava à prática infracional.

Guri 2 cresceu em território de muito risco no Distrito Federal, que apresenta “guerra⁶³” com outro território vizinho também de muito risco. Sempre relatou que em sua rua há “bocas-de-fumo” numa casa próximo à frente da sua, uma na direita, outra na esquerda e uma atrás. Dizia isso com ironia: “Não tenho para

⁶³ Como chamam os conflitos de territorialidade ou pelo domínio do tráfico.

onde correr! Vivo cercado pelo crime!” Este Guri, foi liberado, foi morar com uma tia com quem sempre teve muitos conflitos, saiu de casa e em vínculo de rua, reincidiu.

Guri 3 morava em uma boca de fumo. Uma dele e uma de seu padrasto. Morava em região de muito risco. Assim era com todos os demais Guris. Tentamos destacar aqueles que pertenciam aos territórios mais vulneráveis e vimos que são todos casos nos quais encontramos essa informação nos documentos e entre os que atendemos mais diretamente.

Assim, retomamos aqui os estudos das escolas criminológicas, especialmente da Escola de Chicago e da Teoria da desorganização social para lembrar que nossos Guris não existiam em um vácuo, mas em comunidades que acumulavam “desorganização social”, como já vimos. Espaços marcados por um padrão urbano de precariedade, improvisação e falta ou carência de políticas públicas, com estéticas muito próprias.

Nesses espaços são escassos o acesso à cultura hegemônica, socialmente referendada, agremiando esses sujeitos em coletivos que se retroalimentam no intuito de dar uma resposta individual e coletiva ao alijamento sofrido. São territórios que acumulam mais riscos para a socialização das novas gerações.

A convivência próxima com pares de risco funciona como uma escola informal para a infracionalidade, em interações gradativas que se aprofundam. Sujeitos desempoderados que não encontraram um lugar na Escola, como primeira instituição socializadora do Estado, mas são reconhecidos pelo crime.

Daí defendermos políticas públicas de revitalização desses espaços, de implementação dos aparelhos públicos do Estado, especialmente nessas comunidade. O que se dá em sentido inverso, conforme já demonstramos aqui com Cerqueira et al. (2016b) em primoroso estudo econométrico que as melhores escolas do Brasil se encontram nos bairros mais pacíficos e as piores nos bairros mais violentos. Ou seja, na contra-mão do que estamos defendendo, onde o Estado mais precisava intervir, menos o faz.

A criminologia crítica, aqui já discutida, como campo de saber privilegiado do direito penal crítico, sob forte influência marxista, agremiou discussões que tiraram a infracionalidade do campo da ontologia naturalista, moralista, determinista

e psicologizante. Não que desconsideremos a existência e força de um biológico e um psicológico, conforme também já pontuamos aqui.

Não é pela nossa dimensão sócio-histórica que perdemos a nossa condição da *bios*, como sabiamente adverte Morin (2005; 2007a; 1998) e conforme discutido aqui com auxílio do debate *nature x nurture*. Contudo, compreendemos que esse biológico é em muito influenciado pelas condições sócio-econômicas desses sujeitos e pela carências das políticas públicas tendo em vista a natureza elitista, excludente de nosso país, que se inscreve na divisão internacional do trabalho em um mundo capitalista (perverso) em que pese a redundância sempre necessária.

Com Farrington (1996) e Loeber (1996) entre outros autores, observamos a partir de estudos longitudinais e de meta-análises de grande estudos internacionais a presença de fatores de risco ou preditores predominantemente biológicos, quais sejam: baixo peso ao nascer, partos complicados, menor circunferência da caixa craniana, disfunções de fala, baixo nível dos batimentos cardíacos (o que está ligado à excreção de adrenalina, já discutido aqui) e baixa frequência das ondas alfa no EEG. Encontramos dados semelhantes em outros autores e para outras sintomatizações: drogadição e transtornos mentais, por exemplo, o que também foi apontado aqui com o auxílio dos autores citados.

Nossos sujeitos de pesquisa nos demonstram a atualidade desse debate, e foi por essa razão que não abrimos mão de um psiquiatra em nossa intervenção.

Nossos sujeitos são subjetividades que se constituem a partir de um biológico sem se reduzirem e serem pouco determinados por ele. Guri 1 teve o crânio perfurado por um fogão que caiu sobre sua cabeça quando contava com 5 (cinco) anos de idade e obviamente que essa lesão lhe deixou como herança mais que as crises convulsivas controladas pela ação farmacológica de um benzodiazepínico que também lhe foi retirado abruptamente; ou da condição de abstinência na qual já nasceu o Guri 2 e dos Guris 3, 4 e 5, cujas mães eram dependentes químicas quando de suas gestações, entre tantos outros.

A mãe do Guri 2 era usuária de crack durante toda a sua gestação tendo ele nascido em contexto de rua e obviamente que esse fator tem um forte impacto na sua formação neurológica, conforme demonstra Camargo e Martin (2014) ao revisarem a bibliografia sobre os efeitos do crack na gestação de humanos. O que

não concordamos é com a ideia comum do determinismo do biológico sobre o psíquico e o social.

Nossas investigações comprovam que as mães de Guri 3, Guri 4 e Guri 5 foram usuárias durante a gestação e reconhecemos os efeitos disso na formação do sistema nervoso desses sujeitos, sobretudo para os anos iniciais da vida. Talvez muitas outras mães o foram, mas essa é uma informação que nunca constou do prontuário desses jovens e não dispusemos de tamanha aproximação com os demais Guris e Gurias que nos permitisse confiança desses sujeitos em revelar esse dado, uma vez que, conforme já explicado, fizemos um atendimento mais direto apenas de alguns.

Foram essas discussões que destacaram a força das interações que se dão nos espaços sociais dos sujeitos que delinquem. Somos gratos ao debate inaugurado pela Escola de Chicago ao demonstrar a desorganização social com a fragilização das instituições socializadoras que não vêm conseguindo apresentar de forma tão eficaz as regras sociais convencionais, abrindo espaço para que as normas conflitantes das subculturas exerçam maior impacto na vida das novas gerações sobretudo em espaços nos quais a luta pela sobrevivência se faz mais patente e com *déficits* urbanísticos.

Cohen (1955), apesar de não utilizar esse termo, compreendeu a infracionalidade como uma resposta coletiva de jovens que não conseguem atender às demandas que o mundo capitalista contemporâneo apresenta como possíveis, negando as condições para atingi-las. Mesmo porque ilude as massas com uma confusão entre o sucesso e a virtude. Para ele, no que estamos de acordo, a pobreza é o maior vilão deste fenômeno. Basta observar a condição de vida de nossos sujeitos conforme discutimos na sequência.

Tomemos como exemplo o Guri 6, um ícone da frustração socioeconômica para nós, que sempre nos falou no processo clínico dessa frustração pela sua condição socioeconômica e o quanto o roubo serviu para lhe ofertar objetos fálicos que compensassem seu desempoderamento: carros, motos e roupas de marca. Guri 6 acumulava outras castrações: não respondia ao padrão estético instituído. Recordo-me de sessão na qual se encontrava extremamente mobilizado com conteúdo de xingamento pela alcunha de macaco por parte das

meninas da Unidade. Era comum que em suas brincadeiras se afirmasse “o bonitão”.

Outro autor que nos ajudou a compreender a importância do social-comunitário foi Shaw e McKay (1942), os quais demonstram que, em perfeita consonância com nossos achados já discutidos em escolarização, o abandono/exclusão da Escola é proporcionalmente mais preditivo para a infracionalidade em áreas que já apresentam mais altos índices desse fenômeno, visto que evasão escolar e infracionalidade são elementos diretamente proporcionais.

Demonstram ainda que os valores convencionais são mais conformados nas comunidades mais abastadas e mais conflitantes nas áreas mais pobres, pois as subculturas criminais adultas exercem maior influência nas comunidades que apresentam elementos da desorganização das instituições socializadoras, que, por sua vez, são mais pressionadas por essas subculturas. E, conforme vimos no capítulo 5, sem saudosismos piegas, esse valores já não vêm ajudando tanto quanto outrora.

Chegam mesmo a afirmar que a infracionalidade torna-se forte tradição em algumas comunidades, o que denominam como “vizinhança desestruturada”. Logo, a prevenção e profilaxia passaria pelo fortalecimento das instituições socializadoras e revitalização das áreas urbanas mais vulneráveis, conforme já discutido aqui pela nossa caminhada com essa temática, temos plena convicção das tradições criminais.

Nossos Guris e Gurias são todos moradores dessas comunidades como tantas vezes já demonstramos aqui. Diríamos tratar-se de comunidades pato/criminogênicas, mas que não esgotam sozinhas as explicações para o fenômeno da infracionalidade.

Sutherland (1949) como um dos principais representantes do que denominam como teoria da associação diferencial, desdobrando ainda mais elementos da teoria da desorganização social, nos desvela que os comportamentos criminosos são aprendidos pela convivência com padrões de comportamentos disruptivos por meio de processos comunicacionais nas interações diretas, considerando-se frequência, duração e intensidade. Todavia, de nossa parte, não acreditamos que também essa teoria esgote a explicação para o fenômeno que

estudamos, visto haver um psíquico que busca essa associação enquanto outros não o fazem.

Guri 5, por exemplo, tinha quatro irmãos que o precederam no sistema socioeducativo, já estando os quatro no sistema prisional e um que não se envolveu com a infracionalidade. Guri 7 e Guri 8 tinham irmãos mais velhos que não se envolveram com o ato infracional, que discutimos com auxílio de Assis (1999).

Guri 1 é um exemplo de jovem que nos demonstrou por meio de sua história pessoal a força que um traficante possui nessas comunidades, o que vai ao encontro de seu desempoderamento. Nesse caso em específico, o traficante o tratava como “filhote”, o ensinou “tudo” sobre o mundo do crime e exigiu dele provas de fidelidade e lealdade.

Não foi o único, lemos o prontuário de um Guri (33) que, segundo relato da mãe e dele mesmo, foi apadrinhado por egresso do sistema prisional, ante a vacuidade de seu pai. É comum da fala dos jovens a narrativa da força dos grupos de passagem ao desvio e grupos criminosos em suas comunidades, dos quais se aproximam por afinidade e ou busca de proteção, necessidade de reconhecimento ante a invisibilidade perversa.

Embora consideremos a importância dessa teoria que muito nos responde em nossas investigações, a nosso ver, o fenômeno infracional não pode ser explicado sem auxílio das psicologias e ou das instituições socializadoras, das disponibilidades mais em alguns territórios do que em outros de determinados padrões de comportamento, de questões biológicas, culturais, raciais, econômicas, de gênero etc.

Outra importante contribuição sobre as interações na comunidade nos veio por meio da teoria dos pares de risco, apesar de consideramos com Aichhorn (1925/2006) que os pares reforçam, catalisam e detonam processos latentes que já se encontravam com nossos Guris e Gurias pelas biografias psíquicas dos mesmos. Os estudos e nossa pesquisa de campo comprovou que os atos infracionais são praticados geralmente em pequenos grupo de duas ou três pessoas e sob efeito de alguma droga que os ajudem a ter “coragem” e lidar com a “adrenalina”. Guri 3, com o qual interagimos por muitos meses, nos falava do quanto é ruim “sair para roubar”. Do medo que sentia. Entretanto, nem os pares, nem as drogas são uma regra

absoluta para todos. Mas, não vi nenhum caso que não usasse, ao menos um desses suportes.

Brendengen et al. (2002), Farrington (1996) e Loeber (1996) comprovam com seus estudos que a infracionalidade está sempre associada a pares de risco, seja no passado e ou presente da infracionalidade e comprovamos isso com todos os nossos sujeitos de pesquisa.

Farrington (1996) destaca a importância dos fatores comunitários como produtores da infracionalidade, visto que muitos estudos demonstram que há áreas com persistentes e altos índices de criminalidade, que se mantém por uma transmissão cultural de valores e normas antissociais passados de uma para outra geração e principalmente pelo fracasso do processo civilizatório para crianças de áreas de risco e ou vulneráveis. “[...] consequences of the social disorganization of an area, or the poor ability of local institutions to control the behavior of local residents”⁶⁴ (FARRINGTON, 1996, p.100).

Todos os nossos sujeitos de pesquisa nos falaram dessa proximidade com a infracionalidade em suas comunidades e ou na família. Guri 1 nos relatou que, na vacuidade do pai, foi “assumido” pelo traficante da comunidade, uma referência simbólica e modelo de identificação. Guri 2 passava a maior parte de seu tempo nas bocas de fumo de sua comunidade; Guri 3 foi apresentado ao crime pelo tio, mas seu próprio padrasto é traficante; Guri 4 conheceu a criminalidade dentro de sua casa e quando esteve em situação de vínculo de rua; Guri 5 também conheceu o crime dentro de sua própria casa; Guri 6 conviveu com o tráfico em sua comunidade, com o qual aprendeu a traficar; Guri 7 é o único que não morava em um território de vulnerabilidade, mas “descia” (sic) para um território vulnerável próximo à sua residência, onde convivia com o tráfico; Guri 8 foi iniciado pelo irmão e uma amiga (lésbica) que lhe deu as primeiras lições de infracionalidade; Guri 9 foi iniciado no tráfico aos 7 (sete) anos de idade, pelos traficantes locais, na comunidade (invasão) onde morava; Guri 10 também foi iniciado no tráfico com colegas que já trabalhavam nesse ofício; Guri 11 iniciou suas atividades com o irmão; De Guri 12 não colhemos essa informação, pareceu-nos que que foi criado pelas ruas, Guri 13 foi iniciado por membros de sua comunidade; Guri 14 foi iniciado pela sua mãe e irmãos mais velhos que eram traficantes, mas logo assumiu lugar de

⁶⁴ consequências da desorganização social de alguns espaços, ou da fragilidade das instituições locais de controle do comportamento dos residentes locais. (Tradução nossa)

destaque em sua comunidade nesse ofício, tendo ido morar em um hotel (relato que ouvimos de muitos deles); Guri 15 não tinha envolvimento algum com as atividades ilícitas e em um surto cometeu um crime hediondo e Guri 16 também conviveu com o tráfico e o roubo em sua comunidade. Discorreríamos páginas e páginas sobre essas histórias.

Contudo, o que nos transpareceu é que essa associação se deu muito mais por uma exclusão de outros espaços e o encontro de acolhimento junto a esses pares. Todos os nossos sujeitos nos falam de um quadro de desempoderamento que busca ser minimizado com a associação aos iguais a eles. Como me disse o Guri 6: “eu era um fodido, aí busquei outros fodidos para não me sentir tão mal.”

Chama a atenção os Guris 3, 9 e 14 pela precocidade com que se associaram aos pares de risco (aos nove, sete e nove anos de idade respectivamente).

Destacamos ainda preciosa contribuição nesse sentido que nos veio por meio do estudo de Elliot e Menard (1996), os quais promovem uma pormenorizada revisão da literatura para demonstrar que a associação com pares de risco precede as atuações infracionais na maioria dos casos, mas nos estágios iniciais do processo de ruptura essa situação não se comprova, o que também percebemos de nossos sujeitos de pesquisa. A associação com pares de risco é momento posterior do processo de construção de uma carreira criminal. O mesmo se aplica para os primeiros e menos graves atos de nossos sujeitos.

Tivemos o cuidado de perguntar para todos os nossos sujeitos de pesquisa com o qual interagimos, para além dos documentos, onde encontraram seus pares de risco e essa resposta se dividiu entre a Escola e a comunidade, com um destaque maior para os pares da comunidade. Precisamos considerar a força das ruas para esses sujeitos.

Também como demonstra a teoria da neutralização, não é verdade que nossos sujeitos não apresentam culpa e denegam os valores convencionais, tanto que lançam muito mão de mecanismos de neutralização que os ajudem a lidar com suas culpas ante a condenações do social.

De fato, a culpa foi o conteúdo muito presente nos contextos de nossos atendimentos clínicos. Culpa consigo mesmo por não terem cumprido o que a

sociedade esperava deles, por estarem expondo as mães a contextos de sofrimento e, principalmente, por terem matado. Uma psiquiatra que atendeu comigo por algumas semanas chegou mesmo a propor que investigássemos o que denominou como “transtorno pós-traumático do ofensor”. Todos os nossos sujeitos de pesquisa autores de homicídio(s) que atendemos em parceria com os psiquiatras ou que acompanhamos em caminhadas clínicas relatavam quadros alucinatórios visuais e ou auditivos nos quais viam e ou ouviam a(s) vítima(s) de seu(s) ato(s) lhes cobrando. O segundo psiquiatra, que esteve conosco durante toda a intervenção, sugeriu o estudo do livro *Crime e Castigo* de Dostoiévski, tamanhos eram os quadros ruminativos dos adolescentes.

A ideação suicida e a tentativa de suicídio foi uma constante durante toda a intervenção, com momentos de maior incidência, como podemos perceber da carta que Guri 10 nos encaminhou (anexo). Tentativas de suicídio eram tão comuns que os coordenadores de plantão (da segurança) chamados de “C2” portavam um canivete para cortar terezas (cordas feitas pelos próprios Guris com tecido) em tentativas de auto enforcamento. Todos os coordenadores de plantão eram unânimes em afirmar que a tentativa de suicídio era o maior desafio no exercício de sua profissão. Um desses coordenadores, narrou para nossa equipe que inúmeras vezes precisou fazer manobras de ressuscitação de jovens que foram retirados das cordas já inconscientes.

Era comum que chegasse à Unidade e fosse chamado às pressas em um módulo ou na enfermaria e encontrasse um jovem ainda aturdido por real tentativa de suicídio. Chegamos a elaborar alguns relatórios informando ao Judiciário de quadros nos quais os jovens não suportavam (no sentido de dar suporte) a medida. E como podemos falar em ausência de culpa entre esses sujeitos?

Ouvi de muitos dos sujeitos de pesquisa elogio aos irmãos e irmãs que trabalham, mulheres com as quais se envolveram e desejavam se envolver novamente porque eram pessoas honestas e cumpridoras da lei. Tal foi o caso de Guri 3, que relatou o afastamento de ex-namorada por não querer “namorar com bandido” (sic). Fui ao encontro dessa jovem, que me disse: “Eu sou filha de bandido, mulher de bandido eu não serei!”

Também foi importante aprender com Athens (1992), apesar de não termos lidado com sujeitos brutalizados aos moldes do que o autor estudou a

importância da pedagogia das ruas, embora não utilize esse termo, ao valorizar as convivências intensas e íntimas que se constroem gradativamente nas interações comunitárias.

Até acreditamos que Guri 1 seja um exemplo de jovem que foi construído para o crime por um adulto que o precedeu nessa carreira. Todavia, não trata-se de um autor de crime hediondo, casos aos quais Athens se deteve e teve o processo revogado pela vinculação que fizemos com o mesmo. Guri 1 é um dos três jovens (além de Guri 2 e 6) que pretendemos acompanhar mesmo após a liberação da medida de internação.

Também foi muito importante ser lembrado por Athens (1992) que só nos voltamos para os jovens quando já se encontram em estágios avançados da violentização. Conforme vimos dos dados, nossos Guris e Gurias sintomatizam e pedem socorro desde os primeiros anos de vida, mas as instituições do Estado se fizeram surdas a esses clamores.

Finalizando a contribuição das teorias criminológicas com as quais dialogamos, destacamos a produção de Hirschi (2001), para o qual a fragilização dos laços sociais é a principal causa das carreiras criminais, que impacta no não desenvolvimento por parte do sujeito do autocontrole dos impulsos, não conseguindo negociar prazer e desprazer.

Para Hirschi (2001) o vínculo é uma conexão psico-emocional que aproxima as pessoas e permite especiais sentimentos de afeição e respeito, que é inversamente proporcional à infracionalidade. Sobretudo o vínculo pelos pais, o primeiro e mais importante, com a Escola e com os pares. Desses vínculos depende o comprometimento ante o receio quanto às consequências de seus atos, como também o envolvimento com vivências socialmente compartilhadas e aceitas.

Gangues

Nossos Guris e Gurias, cada (identidade de) gênero à sua forma após a associação com pares de risco de forma mais individual, costumam ingressar em grupos de pares mais ou menos formais. Não percebemos a associação a gangues de forma mais direta em nenhum dos casos que atendemos. Normalmente essa ligação se dá por meio de um membro que já é da gangue. Há uma passagem

dessa vinculação individual para a grupal. Na sequência, apresentamos algumas das características que percebemos de nossa caminhada com essa população ou que lemos na literatura. Nossa principal referência para esse item foi Abramovay et al. (2002) e Abramovay (2010). Ambos resultado de pesquisas realizadas na região metropolitana de Brasília.

Também neste tema a Escola de Chicago foi pioneira ao associar os grupos juvenis à delinquência, à pobreza, segregação espacial e étnica. As gangues são uma forma alternativa de participação social por meio de grupos nos quais seus membros possam se expressar, compartilhar significados, serem reconhecidos como ativos na sociedade e camuflarem a invisibilidade perversa.

Apesar do termo ser usado indiscriminadamente, aqui o compreendemos como próprio para as agremiações juvenis que são reconhecidas como distintas por outros moradores do mesmo território;

é comum que adotam um nome para os designar; seus membros, sozinhos ou em conjunto envolvem-se em infracionalidades;

há uma tácita declaração de posse e defesa de um território, normalmente com uso de força em conflitos com outros territórios próximos;

apresentam vivências de violência, entre si, com grupos rivais ou com a comunidade; esses agrupamentos lhes ofertam pertencimento, visibilidade e fama, que lhes faltou pelas demais instituições socializadoras;

é comum que compartilhem códigos de conduta e símbolos;

compartilham também uma mesma visão e interpretação deste mundo que justificativa a superioridade deles em relação aos demais;

há uma interação frequente entre seus membros; possuem uma proclamação pública de rejeição do estilo de vida que a comunidade espera deles;

comungam de espaços lúdicos referendados por eles; possuem uma performance comum na forma do vestir-se, falar e na corporeidade;

valorizam o prazer e menosprezam o trabalho;

o consumo de drogas, as pichações e as guerras são atividades muito comuns entre eles e feitas coletivamente (aliás, o uso da maconha tem sempre uma conotação social na fala deles);

os frevos (como chamam as festas) são parte importante do cotidiano dos membros das gangues (forma de obter prazer, reconhecido, aproveitar a vida, brigar,

viver momentos intensos). Em alguns desses frevos ocorre o *bolo doido* no qual o sexo grupal se mostra mais patente (lembrando ainda não ser evento específico de gangues);

a internet vem ocupando lugar especial na vida dos gangueiros para ostentação (de dinheiro, mulheres e armas), comércio de drogas, conquistas e provocações;

quando já estão na gangue costumam abandonar a Escola e a usam para ostentação e brigas, apesar de relatarem o anseio de voltar a estudar pelo “supletivo”, como chamam a Educação de Jovens e Adultos. Referem-se à Escola como espaço de convivência, com importante função social para eles, além de a verem como caminho para uma outra vida;

possuem uma relação muito ruim com a polícia. Essa é aliás, marca comum de todos os Guris e Gurias com os quais trabalhamos mais diretamente;

são espaços de expressão e cultivo da virilidade do guerreiro, machistas e sexistas nos quais as novinhas (como se referem às mulheres) são sexualmente objetificadas;

percebemos que há gangues de meninas (todas as que conhecemos eram muito masculinizadas) que se associam pelos mesmo motivos expressos neste item e há uma participação das meninas do corre nas gangues formadas pelos meninos, que deles se aproximam em busca de prazer, proteção, drogas e transgressão.

O tema se faz necessário pela frequência com que aparece na fala dos Guris e Gurias que atendemos. Essa é uma informação comum para os casos nos quais convivemos por mais tempo com os jovens, o que é o caso dos 9 (nove) Guris e Guria que atendemos mais diretamente. Todavia, essa não foi uma informação que apareceu nas falas deles conforme aparecem nos estudos. Vejamos:

Guri 1: participou de uma “quebrada” que era comandada pelo traficante da região, mas não se refere a ela como uma gangue. Embora perceba uma marca de territorialidade com associação para o tráfico. Ainda na Unidade era reconhecido por todos os outros Guris da Unidade como membro dessa quebrada. A divisão dos jovens nos módulos obedecem esses territórios;

Guri 2: relatou referia-se à sua quebrada em constante guerra com uma quebrada próxima. Mas também não se referia a grupos formais. Sua vinculação era mais direta com alguns membros da comunidade;

Guri 3: refere-se a grupos organizados ainda menos que o Guri 2. Movimentava parte do tráfico em sua região e associava-se a alguns pares que vivenciavam momentos semelhantes. Este Guri, tal como Guri 1, participava de dois territórios em cidades distintas e próximas onde morava sua avó (de fato, bisavó) e outra localidade onde morava sua mãe;

Guri 4 e 12 não fazem relato de gangues, mas a grupos com o quais vivenciaram vínculo de rua;

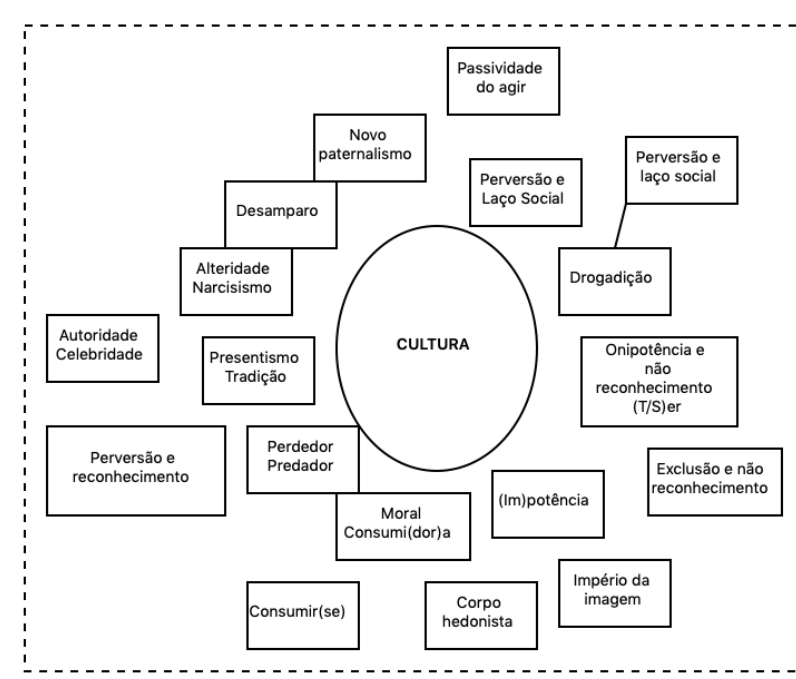
Guri 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15 referiam-se até com certa hostilidade à ideia de terem participado de gangues. Uma fala do Guri 6 representa falas comuns de muitos outros: “paia essa ideia de ir pela cabeça dos outros. Eu agia por mim!” A ideia de autonomia é muito forte na fala deles. Os Guris e Gurias que se deixam levar pela cabeça dos outros, como, segundo os mesmos eram o caso dos Guris 1, 4, 5 e outros que não atendi mais de perto, são chamados de “robozinhos” e nesses, “os caras muntam”. São submetidos a atividades vexatórias nos módulos, como, por exemplo lavar roupas dos demais. Lavar a coruja (como chamam cueca) é das mais vexatórias.

Guri 6 era um mestre em “entrar na mente” dos demais Guris de seus módulos e “xerifar”. Entrar na mente foi fenômeno que presenciamos muito de perto, mas que temos dificuldade em explicar. Trata-se de uma grande potencialidade de persuasão dos demais sujeitos com os quais se relacionam, mas que acreditam ter um algo do campo da hipnose. Realmente assistíamos e escutávamos relatos que nos impressionavam dessa potencialidade de muitos deles. Já xerifar é comandar um módulo. Ter autoridade sobre todos os demais Guris do módulo. Ouvi muito deles que, nos módulos “é vida de cão. Quem não manda, é mandado”.

Logo, não gostavam da ideia de pensar que se encontravam na infracionalidade por serem “mente fraca”. Assim, evitavam qualquer associação com a ideia de gangue no sentido formal do termo.

Embora os Guris 6 e 14 tenham participado de atividades ilícitas juntos, não o faziam em nome de gangues. O mesmo senti dos Guris 2 e 3. Todavia, é claro o envolvimento com pares de risco que possuem muitas das características citadas, mas que não se apresentam como uma “gangue”, mas como uma “quebrada”.

QUINTA CATEGORIA DE ANÁLISE: A SOCIALIZAÇÃO DA PSIQUÊ NA CULTURA CAPITALÍSTICA DO NARCISISMO



Uma última e não menos importante discussão é a da condição de pobreza de nossos Guris e Gurias.

As famílias de nossos Guris além de localizarem-se em uma dada comunidade, encontram-se imersa no Brasil. País cuja construção remonta ao Estado Patrimonialista e Clientelista português (FAORO, 2012). Inventado por uma elite e para ela própria, cujos os investimentos em políticas públicas do Estado sobretudo para com os pobres desde a coroa portuguesa foram muito precários. Estado no qual a dinâmica de forças do poder na estrutura sempre atendeu aos interesses da elite branca, de machos, rica, heterossexual e de matriz cristã. Todos os esforços no sentido de mudar esse quadro vêm sendo minimizados por reações com amplo apoio dos meios de comunicação de massa que não contam com um controle social da mídia. Como consequência nossas instituições negam-se a discutir questões sociais, como por exemplo a pobreza. Um país no qual se mostra mais patente o conflito entre a pulsão e a lei. Esse movimento que longe de ser conservador, é reacionário, vêm ascendendo no Brasil aliado a um movimento neopentecostal.

O Brasil é um país de desigualdade abismal, privilégios e injustiças, com uma imensa carência de políticas públicas de enfrentamento aos desafios apresentados pelas populações mais vulneráveis.

Sobre as desigualdades, temos a destacar que as pessoas privadas de liberdade no Brasil, mais especificamente, os adolescentes que atuam pela infracionalidade, têm renda, etnia-racial, sexo, escolaridade e condições de moradia muito comuns, conforme buscamos demonstrar em capítulos precedentes.

Lamentavelmente, apesar de sabermos que todos os nossos Guriis são pobres ou extremamente pobres, a renda é tema pouco explorado pelas pesquisas e levantamentos nacionais, mesmo daquelas que buscam demonstrar a vinculação do encarceramento com a cor da pele como é o caso de Brasil (2015a). Informação também precária nos prontuários e bancos de dados dos nossos Guriis. Em apenas 65 (sessenta e oito) prontuários e banco de dados constava a renda da família do Guri, mesmo tendo sido, a maioria desses, construídos por assistentes sociais.

Dos que conseguimos essa informação, 19 são oriundos de famílias que declararam receber 1 (um) salário mínimo mensal; 22 declararam que a família recebe de um a dois salários mínimos mensais; 11 declararam que a família recebe de dois a três salários mínimos mensais; 8 declararam que a família recebe de três a quatro salários mínimos mensais; 3 declararam que a família recebe de cinco a oito salários mínimos mensais e 2 declararam que a família recebe de nove a dez salários mínimos mensais. As marcações são por demais vagas para podermos estabelecer uma renda *per capita*. Podemos apenas dizer que a maioria deles apresentam famílias numerosas.

De qualquer forma, emerge dos dados acima, ainda que precários, a condição de extrema pobreza de nossos Guriis, o que fica patente pelo endereço de moradia informado: sempre territórios de vulnerabilidades em consonância com a tabela 13. Dos Guriis que atendemos mais diretamente podemos afirmar que os Guriis 1, 3, 8, 11, 22 e 26 eram pobres; os Guriis 2, 4, 5, 6, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 19 e 20 eram extremamente pobres. Muitos deles relatam vivência de rua, mendicância e miséria econômica; o Guri 7 não era pobre e dos Guriis 16, 17, 18, 21, 23, 24 e 25, não obtivemos essa informação, mas residiam em bolsões de miséria..

Ainda na defesa de políticas públicas que enfrentem os desafios apresentados pelos nossos Guriis, L Chioda; Melo e Soares (2012) investigaram o

impacto do Programa Bolsa Família sobre a criminalidade e verificaram que a expansão do mesmo associado ao aumento da escolarização de adolescentes entre 16 e 17 anos em situação de risco e ou vulnerabilidade, contribuiu para a diminuição dos homicídios. O maior tempo na escola reduz a criminalidade, mas é o aumento da renda familiar que mais impacta sobre as motivações desses jovens em não se envolverem em crime de razão econômica.

No que tange à questão socioeconômica, afirma Farrington (1996, p. 95):

Most delinquency theories assume that offenders disproportionately come from lower-class social backgrounds, and aim to explain why this is so. For example, Cohen (1955) proposed the lower-class boys found it hard to succeed according to the middle-class standards of the school, partly because lower-class parents tended not to teach their children to delay immediate gratification in favor of long-term goals. Consequently, lower-class boys joined delinquent subcultures by whose standards they could succeed. Cloward and Ohlin (1960) argued that lower-class children could not achieve universal goals of status and material wealth by legitimate means and consequently had to resort to illegitimate means⁶⁵.

Sabemos ser muito maior que isso, impera a lógica de um sistema injusto e perverso. Sobressai no Brasil uma percepção rasa do fenômeno da pobreza que a reduz ao fator econômico, ou seja, são pobres as famílias cuja renda mensal *per capita* é de até R\$ 154,00 e a pobreza extrema é considerada quando a renda *per capita* mensal de até R\$ 77,00. Todavia, embora renda seja realmente muito significativo, pobreza é bem mais que isso. A existência ou não, assim como a eficácia das políticas públicas, por exemplo, exerce forte impacto sobre o fator renda, pois uma coisa é ter uma renda baixa em um Estado que garanta o Bem-Estar Social como política pública e outra é ter que arcar com custos básicos como educação, saúde, moradia etc com uma renda baixa. Um Estado que não garanta serviços básicos, até uma renda muito maior do que as mencionadas pode não ser suficiente para proteger as pessoas de riscos normalmente ligados à pobreza.

Assim outros critérios vem sendo levados em consideração, como por exemplo classe social, lugar de residência; regiões geográficas que apresentem

⁶⁵ A maioria das teorias de infracionalidade assume que aqueles que infracionam são oriundos das classes mais baixas, e o objetivo é explicar por que isso acontece. Por exemplo, Cohen (1955) propôs que os meninos de classe baixa achassem difícil ter sucesso de acordo com os padrões escolares pautados na classe média, em parte porque pais de classe baixa tendiam a não ensinar seus filhos adiar gratificação imediata em favor de objetivos futuros. Consequentemente, meninos de classe baixa se juntaram a subculturas infracionais por cujos padrões elas poderiam ter sucesso. Cloward e Ohlin (1960) argumentaram que as crianças das classes mais baixas não podiam alcançar objetivos universais de *status* e riqueza material por meios legítimos e, consequentemente, tinham que recorrer a meios ilegítimos (tradução nossa).

diferentes situações de carência, como é o caso de moradias localizadas em áreas isoladas e tradicionalmente abandonadas pelo Estado. Também o gênero, a variação do rendimento, composição e etnia, momento do ciclo de desenvolvimento humano, estrutura e organização social, cor da pele, grau de engajamento e coesão comunitária são levados em consideração.

Como nos lembram Destremau e Salama (1999), a pobreza não é apenas um fato da concretude, mas também um sentimento, o que é aprofundado por Gaulejac (2006) ao falar com maestria do encontro entre o psíquico e o social, síntese nunca fácil.

Há uma concretude que não pode ser desconsiderada: as patologias psiquiátricas e de adição, gravidez entre adolescentes, os homicídios, a privação de liberdade por ação judicial, a mortalidade infantil, a confiança entre os membros de uma dada comunidade, a expectativa de vida, os resultados escolares entre crianças e adolescentes e a mobilidade social são negativa e intensamente impactados pelo fenômeno da pobreza. Nada do que foi citado deixa de ter um impacto no psiquismo desses sujeitos.

Gaulejac (2006) nos chama a atenção para a dimensão da injustiça quando sujeitos privados de direitos são obrigados à convivência com a opulência. Quantos não são os sujeitos que nos passam pelo ambiente clínico e nos relatam suas histórias de dor por terem convivido muito de perto com abastados. Tal é o caso de muitos de meus pacientes do ambiente clínico particular (e não dos sujeitos desta pesquisa) que quando alunos estudaram em escolas de classe média ou alta foram e obrigados, muito cedo, a perceberem-se faltantes em relação a tantos outros que podiam mais que eles.

Muitos desses sujeitos, tal como os relatos colecionados por Gaulejac (2006), falam-nos do desmoronamento da imagem do ideal parental, que é sempre um choque para as crianças, seja qual for seu meio social. Todavia, a pobreza a faz confrontar-se muito cedo com a imagem negativa essa que gera no olhar dos outros. As crianças são afetadas quando não conseguem admirar os pais pela condição de restrição em que se encontram. “A miséria é uma doença e o portador da doença é assimilado à própria doença” (p. 76), o que tende a comportamentos paranóicos. Melhor explicando, em psicanálise, falando de forma rápida, com sério risco de ser raso, o neófito humano nasce do útero para o universo ou falta, estranhamento e

desamparo. É a maternagem que o arranca do caos com os cuidados humanos. Logo, esse primeiro outro torna-se “tudo” para o bebê. Ocorre que a criança percebe um outro que na família patriarcal era o chefe da casa, a quem a mãe até então era imaginada como exclusiva da criança, tem um olhar de desejo. Assim esse terceiro passa a ser o “mais que tudo”. O que Gaulejac tenciona é: e quando mais que tudo é desqualificado pela sua condição de pobreza? De cor de pele? De condição social?

Foi comum escutar de nossos Guris históricos de maus-tratos, violências de toda ordem, tortura, ficando as vítimas divididas entre a impossibilidade e necessidade de falar a respeito, o que gera uma ambiguidade entre uma posição ativa de ter que continuar vivendo e a angústia de uma posição passiva, interna. Nos momentos de maior fragilização, vulnerabilizam-se. O sujeito vê-se devastado por tensões contraditórias entre a tentativa de salvaguardar sua unidade e a impossibilidade de consegui-lo sem rejeitar uma parte de si mesmo. Gaulejac (2006) evoca conceitos de Winnicott ao destacar que o sujeito perde a capacidade de brincar e o espaço transicional entre o sujeito e o mundo é invadido pela confusão dando lugar ao falso *self*.

Acirra-se para o sujeito o duelo entre o que deveria ser e o que as circunstâncias o obrigam a reconhecer-se como. Apesar de a psicanálise ter a falta como constitutiva do ser, nesse caso, tem-se justamente o contrário, haja vista a sensação de que é sua própria vida que está sendo recusada.

Também Goffman (1963 apud GAULEJAC, 2006) defende que o sujeito estigmatizado vivencia a ambivalência de suas identificações quando percebe que sua forma de manifestação excêntrica ou digno de pena, os estereótipos negativos atribuídos a seus pares, pois, ao tempo em que, partilha as normas sociais, repugna-se com o que vê, sente-se preso por sua identificação social e psicológica de tal forma que a repulsa se transforma em vergonha e a vergonha, em uma espécie de consciência pesada por senti-la.

Gaulejac (2006) nos lembra que o sofrimento, tanto pode mobilizar a criatividade, quanto pode bloquear o sujeito. Vítimas estruturais como aquelas atingidas pelas contradições, incoerências e ambiguidades das instituições, inscrita nos mecanismos terrivelmente implacáveis do mercado, da Escola, do racismo que atinge como uma fatalidade principalmente os alijados, que pela coabitação multiplicam as misérias de cada um, produzindo a desesperança de si.

Para o autor a dignidade é uma mobilização para não afundar ante o ataque às subjetividades, como fizeram com os judeus por meio da estrela amarela ou o *blanchot* entre os argelinos, como tentativa de impor a impotência e a inibição da capacidade de ação, tentar convencer sobre a decadência, a desqualificação do eu, imposição de confusões sobre as identidades e de auto-estimas. A saída para esse grande psicossociólogo seria reencontrar a instância de um Eu-sujeito que não fosse mais a expressão de um poder dominador e onipotente, mas da restauração de uma fala, por meio de um coletivo capaz de lhe dar segurança quando foi despossuído de si mesmo.

Para Gaulejac a vergonha é um meta-sentimento, complexo e multidimensional à qual o sujeito reage de forma hostil ou a internaliza. A pobreza, a fome, a miséria, as violências extremas (maus-tratos, estupro, tortura, deportação), são situações em que as vítimas ficam divididas entre a necessidade e a impossibilidade de falar sobre o trauma gerado por elas.

Esses são sujeitos abandonados pelo Estado, que renuncia à sua função pedagógica de criador de ambientes propiciadores de autonomia, gerando uma “ditadura da miséria” que desumaniza esses sujeitos ao relegá-los à redução da vida a uma constante luta pela sobrevivência, o que passa quase sempre por processos de humilhação e assujeitamento.

O resultado desse sistema perverso é um imenso *déficit* democrático e cívico, com severos danos para o laço social, ainda mais em comunidades esquecidas pelo Estado, restando o poder ambíguo e perverso dos interesses locais, ou seja: a injustiça, o desrespeito e a brutalização. Nessas localidades, o Estado destaca-se como repressor bruto, visto que, de fato, faz-se presente pelo camburão e precários e escassos serviços públicos, promovendo aquilo que Margalit (1996) denominou como “morte civil”, tentando nos fazer tropeçar em sua tragédia como se fosse natural.

Resta ao adolescente que atua pela infracionalidade como filho de um contexto de risco que é assimilado como vulnerabilidade devido a um Estado que não acolheu nem o apoiou por meio de políticas públicas eficientes, eficazes e efetivas que suportassem suas resiliências por meio dos recursos comunitários com vistas a construção de uma outra forma de organização econômica, social e política.

Carmo (2011) em brilhante estudo sobre os anomimato de vida e de morte de Guris como os nossos, trouxe preciosas contribuições ao perceber que a Escola está repleta de falas surdas, aquelas que servem apenas ao gozo, desprovidas de qualquer função de significar. Evoca Rosa (2010, p. 5) para quem o desamparo discursivo do adolescente assemelha-se ao do imigrante: ambos vivem o mesmo dilema, estariam “[...] entre a ânsia identitária - uma identidade social pela qual possa ser reconhecida e que o estabilize no laço com o outro - e a ânsia desejanse - que lhe abre novas experiências e possibilidades até então adiadas por promessas de realização posterior.”

Outra comparação da qual se utiliza para referir-se aos adolescentes dos territórios de vulnerabilidade é dos momentos da história nos quais populações que foram vistas como vilões e refugio de um tempo, como uma massa de miseráveis que são empurradas para a invisibilidade por demonstrarem o furo do discurso capitalista. Evoca Deleuze para apresentá-los como o resto do capital: pobres demais para serem incluídos e numerosos demais para o encarceramento.

Ainda com auxílio de Deleuze defende a ideia de que transitamos das sociedades disciplinares para as sociedades de controle, visto que as primeiras alijavam os não conformados, baseando-se no discurso do Mestre e o abjeto era trabalhado pelo excesso normativo da castração, enquanto que as segundas alijam o resto do sistema, como aquilo que não serve ao capitalismo.

Carmo (2011), nos lembra que Lacan, apesar de pouco ter falado sobre o discurso capitalístico, referiu-se a ele em Milão no dia 12 de maio de 1972 e nos ensinamentos entre 1970 e 1974. Nesses seminários afirma uma discursividade que assume o lugar do Mestre, defende o puro gozo ilimitado, consagrado ao desperdício, ao passo em que defende a ideia de que o sujeito que acredita-se comandante pela posse do objeto que lhe garante o gozo, de fato é comandado por esse, com empobrecimento e pauperização da alteridade, visto sermos reduzidos a objetos para-o-outro. Nessa falácia, desliza de ter para ser o objeto para ser abjeto. Bem o que percebemos de nossos Guris pela própria estrutura socioeconômica do Brasil.

Ao dizer que o sujeito é o senhor pelo domínio do objeto, de fato é um escravo. Onde havia há lei há o desarranjo de uma ordem (que) cega. Ao tentar nos

fazer crer que somos sujeitos-consumidores, nos faz objetos consumidos pelo objeto. Não há face de quem comanda.

É isto que distingue o discurso capitalista: a *verwerfung*, a rejeição, a rejeição fora de todos os campos do Simbólico, com o que já disse que traz como consequência. A rejeição de quê? Da castração. Toda ordem, todo discurso que se entronca no capitalismo deixa de lado o que simplesmente chamaremos de coisas do amor, meus amigos... não é pouca coisa (LACAN, 1971/1972, Seminário, Livro XIX. Ou pire (Inédito, sessão de 6/01/1972, apud CARMO, 2011, s/n).

Ficamos com a forte impressão de que nossos Guris vêm sendo esse resto do sistema capitalista. Ainda mais em um país tão carente de políticas públicas que busquem corrigir as desigualdades e injustiças. Produto de uma elite que cega-se pela ganância e vive a construir campos minados em derredor de seus condomínios.

Tivemos a oportunidade de falar na introdução desse estudo do momento regressivo no qual nos encontramos. Acrescente-se a esse contexto sócio-econômico, o transfundo cultural que nos “acolhe”.

Façamos o esforço empático de considerar o que seja subjetivar-se e adolecer no que tem sido chamado de pós-modernidade condição pós-moderna no qual resta um funcionamento narcísico-perverso ante a fragilidade da apresentação da outriedade e alteridade; o desamparo ao qual estamos todos condenados ante a fluidez das grandes narrativas e dos enquadres culturais; o quanto temos apostado em um presentismo em detrimento da tradição e com isso a preterência das autoridades pelas celebridades. O império da imagem e a moral consumi(dor)a; a (im)potência ante o consumir(se), tendo a corporeidade-vitrine um lugar especial nessa conjuntura hedonista; a passividade do agir e a drogadição como saídas como defesa da angústia; a escolha entre a posição de predador como recusa à de perdedor e com tudo isso a perversão do laço social; a luta pelo reconhecimento para sair de uma invisibilidade perversa; resta a onipotência e na busca de reconhecimento por meio do ter, ante a impossibilidade de ser; dada a condição de exclusão e não reconhecimento. Ante esse quadro de fragilização e confusão dos mediados culturais, façamos o esforço de tentar pensar e sentir o que tem sido adolecer no Brasil do século XXI.

Buscamos demonstrar de nossos achados o processo de socialização da psiquê e construção do laço social dos nossos Guris e Gurias na família, na Escola e

na comunidade, estando estas três instâncias imersas em um contexto cultural e econômico paradoxante. Restam aos sujeitos crianças e adolescentes sintomatizarem pela atuação infracional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por uma criminologia (psicossocial) complexa

Nossa caminhada teórica e empírica nos comprova que a infracionalidade não é escolha disposicional de um sujeito que o fez por possuir uma índole má, como quis nos fazer crer o paradigma etiológico-naturalista-determinista. Embora reconheçamos a existência e importância de um biológico e das peculiaridades de cada subjetividade, opomo-nos frontalmente a esse lombrosiano paradigma. Os sujeitos humanos ainda que ancorados em um *bios*, (re)constroem-se permanentemente nas relações desde os primeiros dias de vida até os últimos.

Os processos de socialização da psiquê e construção do laço social em nosso mundo se dão por meio instituições socializadoras, por meio das quais interiorização de padrões culturais, a partir de um pulsional. Mas, não há uma única cultura, mas culturas que dialogam e duelam com os valores instituídos.

As principais instituições socializadoras são a família, a Escola e a comunidade, que se encontram imersas em um mundo regido por interesses econômicos e culturais hegemônicos.

Esses sujeitos existem em contextos e não soltos no espaço e no tempo. Existem em comunidades onde predomina o que a Escola de Chicago denominou com “desorganização social” com declínio da influência das regras numa ecologia humana onde prevalece a luta pela sobrevivência. São espaços marcados por um padrão urbano de precariedade, improvisação e falta ou carência de aparelhos do Estado que, quando existem, são sucateados, restando a um número reduzido de servidores que façam o trabalho por inúmeros outros que deveriam ser contratados. São espaços com estéticas muito próprias e formados como consequência da perversão do modo de produção hegemônico, da concentração de renda, ausência de políticas públicas de moradia e da pressão do mercado imobiliário e grileiros.

A infracionalidade surge como produto do conflito entre o ser que delinque e o acesso à cultura hegemônica, a depender da classe social a que pertença. Esses sujeitos se agremiam em grupos que se retroalimentam no intuito de serem reconhecidos, dão uma resposta coletiva ao alijamento que sofreram.

A uniformidade entre os sistemas de valores hegemônicos e os sistemas conflitantes é proporcional à condição socioeconômica do bairro. Nos bairros mais

abastados há maior distanciamento e reprovação dos comportamentos desviantes, por parte da Escola e as instituições são melhores aparelhadas. Todavia, os valores dominantes existem em todas as comunidades, mas encontram maior resistência nos bairros mais precários, onde é corriqueira uma tradição para o crime.

Portanto, há territórios que acumulam mais fatores de risco para as novas gerações e que precisam desse olhar atento das políticas públicas: tanto os territórios, quanto os sujeitos que vivem neles. Nesses espaços é corrente: a precariedade das moradias, a fragilidade das famílias, a baixa escolaridade, o abuso e o tráfico de drogas, o alcoolismo, a criminalidade e a grande rotatividade de parcerias sexuais, a opressão e a pobreza.

Nesses espaços ocorrem processos de socialização a partir da convivência mais próxima com pares de risco que funcionam como uma escola informal para a infracionalidade, em interações gradativamente mais profundas. Legiões de sujeitos desempoderados que não encontraram um lugar na Escola, como primeira instituição socializadora do Estado, por meio dos grupos sentem-se reconhecidos, empoderados e pertencentes. Aliás, na Escola começaram a ser rotulados pelo fracasso e encontram nos grupos de desvio das normas instituídas um lugar de visibilidade fálica.

Esses sujeitos utilizam-se de técnicas de neutralização numa tentativa de pacificação ante a culpa que os acompanham por não terem respondido aos valores instituídos.

Essa rotulação é reforçada pela mídia e pelas instituições do Estado, a partir de verdades jurídicas, elitista e racistas que constroem as carreiras criminais, cuja a internação/prisão apresenta-se como culminância dessa carreira.

Para esse processo atuam inúmeros fatores de risco que de tão comuns vêm sendo considerados como preditores para a infracionalidade juvenil, quais sejam: Fatores de risco/preditores predominantemente psicológicos: conflito conjugal e famílias (des/re)feitas, ausência do pai, pai e ou mãe falecido(a), famílias extensas e fragilizadas, histórico de doenças sérias com os pais, uso indevido e abuso de drogas, violência intrafamiliar. Nesta pesquisa encontramos ainda fatores de risco/preditores predominantemente comunitários: proximidade com a infracionalidade, associação com pares de risco, precariedade do saneamento pública, padrões estéticos comprometidos, inexistência de políticas de esporte, lazer e cultura e

exposição à violência. Fatores de risco/preditores predominantemente socioeconômicos: pobreza e precariedade dos serviços (res)publicanos; fatores de risco/preditores predominantemente biológicos: baixo peso ao nascer, partos complicados, menor circunferência da caixa craniana, disfunções de fala, baixo nível dos batimentos cardíacos (o que está ligado à excreção de adrenalina, já discutido aqui) e baixa frequência das ondas alfa no EEG. Entre muitos outros que não conseguimos sintetizar nem neste trabalho, nem nesta síntese; há ainda que se considerar os fatores de risco/preditores predominantemente culturais, tais como a fragilidade dos mediadores culturais e a imposição de padrões que reforçam e acentuam nossas dimensões mais vis.

De qualquer forma, onde houver um sujeito sintomatizando, é nosso dever investigar que fatores sustentam esse quadro para as devidas intervenções do Estado por meio de políticas públicas sérias, planejadas e constantemente avaliadas.

Esses processos encontram especial importância nos vínculos que os sujeitos possuem com seus pais ou cuidadores, principalmente; com a Escola e com a comunidade. São esses vínculos que auxiliam os sujeitos a cederem ao pleno prazer em nome do princípio da realidade. Uma vinculação saudável é a maior profilaxia e terapêutica.

No plano psíquico, que não existe sem um social, compreendemos com Freud o humano como “ser pulsional”⁶⁶, mas sujeito à hominização conforme discutimos aqui com Morin. Processo dependente das instituições socializadoras, dentre as quais destacamos a família como principal delas, mas não determinante, a Escola, a comunidade, as mídias, os discursos etc.

A infracionalidade nos fala de um sujeito que não teve seus “desamparos” devidamente suportados e acolhidos por um outro “suficientemente bom” para tal em momentos cruciais de sua constituição psíquica. Em decorrência das “insuficiências do ambiente”, as forças homeostáticas não conseguiram atuar no sentido da resiliência do ser, seja no nível imediato com a família, principalmente, e ou da comunidade, e ou da Escola e ou de outras instituições socializadoras.

Esse processo impactou e foi reeditado nos/pelos “estádios psicosssexuais” e “psicossociais”, com especial ênfase para o “drama edípico”, a “latência” e a “genitalização”. Especial importância, por tratar-se de momento de

⁶⁶ Deste ponto até o final deste item usaremos aspas para marcar palavras que assumem um sentido particular em psicanálise ou entre os autores psicanalistas que acabamos de citar.

síntese do que passou e preparo do que virá, mas não definitivo, possui o “Édipo”, que, entre nossos Guris, demonstrou não ter uma boa ancoragem no “arcaico” que o antecedeu e o mesmo se reeditou com potência na crise da “adolescência”, que também reedita e sintetiza toda essa história psíquica. Ocorre que ante um momento de crise, tende o sujeito ao mecanismo de defesa do Ego da regressão. Busca atrás o que não está encontrando no agora. Todavia, o que fazer quando o que está no passado não dá sustentação ao presente? Esse drama psíquico não se dá dissociado da condição sócio-econômica do sujeito, de sua comunidade, de seu país em um dado momento sócio-histórico.

São sujeitos que nos falam de quadros de “privação” “pré-edípica” que se reeditam na dissolução (boa ou má) do “Complexo de Édipo”. Em nossa compreensão, elemento muito importante desse processo se dá com o que Freud denominou como a “falência da função paterna”, basilar no drama “edípico”, o qual, por meio do “complexo de castração”, arranca o sujeito do “narcisismo primário” regido pelo “Ego Ideal” para o “narcisismo secundário”, regido pelo “Ideal de Ego”, apresentando o “outro” e tirando-o da condição “fusional” de ter o outro primeiro como garantidor de seu pleno “gozo” ou alguém a quem deva fazer “suplência” às “faltas” do neófito humano.

Ocorre porém que a “disposição/disponibilidade paterna” não existe sem que a função/disponibilidade a/de mãe/materna se tivesse feito. Ao nos disponibilizarmos como maternagem, os Guris e Gurias transferem, dado que tiveram mãe, ainda que não suficientemente boa e com isso, nos autorizam a ocuparmos o lugar da separação simbólica do ex-istir.

Não obstante as críticas que se faz à família moderna, essa estruturou-se na ideia de uma mãe e um pai. A primeira tendo sido chamada à condição de cuidadora (maternagem) e o pai como promovedor da cisão na “fusionalidade” mãe-bebê e de apresentar-se como um “terceiro” nesta relação antes “diática”. Winnicott chama a atenção para o pai como suporte dessa mãe.

À família, imersa na cultura, coube a função de socialização inicial dos neófitos humanos. Ocorre que as condições de homem, mulher, pai, mãe, filho vêm sendo profundamente questionadas e repensadas pela história, o que desdobrou-se na desorganização do modelo burguês dessa instituição, logo, dos processos de subjetivação na contemporaneidade.

É nesse contexto que compreendemos a infracionalidade como “sintoma” de uma falha na socialização da psiquê com desdobramentos para o “laço social”, visto que, pelos elementos já citados, esses não foram devidamente apresentados a um “outro”/“Outro”, ou esse “outro” é desprovido e denunciado em relação à referência “fálica”, normalmente pelo discurso da mãe, com prejuízos para o “desejo” dos neófitos, restando-lhes o ciclo vicioso e mortífero do “gozo”, com danos também para a capacidade “simbolização”. Trata-se de um “falo” que “falta”.

Acrescente-se a esse processo um encurtamento ou negação da “latência”, enquanto momento de recuo da onda para a tempestade vindoura por meio de uma precoce “genitalização” com prejuízo para os processos de “simbolização” e, principalmente, “sublimatórios”, restando ao sujeito ser arrastado pela “agressividade” e “sexualidade” sem canalizações por meio dos objetos culturais.

As lacunas que temos apresentado emolduradas pela fluidez dos mediadores culturais também fragilizam a convocação dos neófitos humanos do “narcisismo primário”, restando a esses um “funcionamento limite” com predominância de “montagens perversas”, aprisionamento no “gozo” (mortífero) por opacidade da “lei” em instaurar o “desejo”. Há, portanto, um impasse entre a “lei”, o “desejo” e o “outro”. Restam sujeitos com severas fragilidades “Superegoicas”.

Ocorre que, seja pelas transformações da família, seja pela perversão do mundo capitalista e pela vacuidade na “ordem simbólica”, os cuidadores desses sujeitos não conseguiram ser “suficientemente bons” quando do período de convocação desses Guris da mônada autística à humana, pois, conforme vimos, todos apresentaram “relações objetais” na primeira infância muito fragilizadas.

Os pais não estavam ali com eles ou estavam e eram modelos “identificatórios” criminogênicos e as mães não conseguiram ser “*holding*”, “suficientemente boas” para garantir uma “integração” mais saudável desses psiquismos ainda em constituição, gerar neles “confiança no mundo” e em si mesmos, ajudá-los a aceitarem as “castrações” impostas pela “(princípio da) realidade” e negociarem com a dialética: “prazer e realidade”.

Por vezes, essas ausências/insuficiências eram compensadas por parte dessas mães, ou avós (que ficaram), com uma “fusalidade”, “triangulação”, “duplo-víncular” e excessos/escassez de amor ou ainda por uma convocação dos

filhos ao lugar de um falo para elas, deixando os Guris e Gurias de terem o falo para si, tendo uma perene “insuficiência” como produto. Muitos de nossos Guris e Gurias disseram, embora não expressassem assim, que buscavam vingar a mãe e ser maiores que o pai que os rejeitou (a ambos).

Além disso, todos os casos que atendemos mais diretamente nos falaram de “identificações” criminogênicas com adultos referências em suas caminhadas psíquicas. Fato que não pode ser relevado no entendimento do fenômeno e consequente construção de políticas públicas de enfrentamento desse desafio. Não se entenda com isso que estejamos afirmando que todos os sujeitos que vivenciaram relações familiares diretas com adultos que cometeram crimes se tornariam sujeitos que infracionam, como já tivemos a oportunidade de demonstrar o contrário não apenas pela literatura, como entre nossos sujeitos de pesquisa.

Na condição de moradores do “paraíso” com o “outro”, alguns sofreram por “falta” e outros por excesso de amor, comumente pelas duas coisas. Reclamam sem palavras uma imensa sensação de injustiça, exigindo que o mundo lhes restitua aquilo que deles usurpou, numa posição de “revolta” com a realidade. É preciso considerar ainda o “traumático” do “real da corporeidade” da puberdade e a adolescência como “sintoma” de um entrecruzamento do psíquico com o social e cultural.

Assim, a infracionalidade pode ser também uma tentativa de acesso ao “objeto que falta”, que é buscado pelo arrombamento, pela força, pelo roubo por não se sentir capaz de consegui-lo por si e acreditar que o mundo está em débito com eles. Das falas de alguns dos Guris ouvimos algo como se apresentassem uma fatura para o mundo pagar.

O ato infracional é comumente uma “atuação”, um atropelamento ao psiquismo que “passa ao ato” por não dispor de recursos mentais para a elaboração dos conteúdos “não ligados”/“simbolizados” que lhe tomam, pela angústia e medo não elaborados, o que significa que há muito pouco ou nada de um “sujeito” ou “autoria” na ação.

Portanto, o “ato” é representativo de um sentido que precisa ser decifrado para ajudar esse sujeito o “ligar”, “nomear”, “simbolizar” o “vazio de significação”. Trata-se de uma convocação do “outro” que comete o paradoxo de desconsiderá-lo. O “ato” é ainda defesa contra a “angústia” pela incapacidade de “simbolizar” e

“fantasiar”, acentuada pela presença de “culpas” não apenas conscientes. “Resposta mórbida” imposta pelo “real” “traumático” do que não há. Virilidade reativa a um medo da “penetração”, “apassivamento” e “feminilização”. Daí uma das explicações do ato infracional como “fetiche”. “Se o pai não serve de exemplo ao filho, este identifica-se com a sua mãe e desenvolve então uma ‘masculinidade compulsiva’ como defesa contra a efeminação” (LASCH, 1983, p. 211).

O “ato” é um pedido de socorro de um psiquismo que ainda tem “esperança” que o mundo possa lhe dar o que lhe falta. Todos os nossos Guris e Gurias sintomatizaram inicialmente pela “antissocialidade” antes que transitassem para a “infracionalidade”, mas o mundo adulto de fora do lar com suas instituições também não conseguiu ser “suporte e continência” para esses sujeitos, levando-os a uma reedições dos “desamparos” que tanto lhes marcam a biografia, restando ao jurídico que fizesse o “*semblant*” dessa lei, que também não vem conseguindo. O mundo adulto vem falhando quando não oferta enquadres claros e seguros para que as novas gerações responsabilizem-se pela *pólis*.

Nesse sentido, somos favoráveis à “responsabilização”, que possa dar autoria ao sujeito onde essa faltou pelo atropelamento do “ato”, que considere uma “cobertura/enquadre” condizente com as necessidade psíquicas de acordo com o grau de “privação”. Assim, consideramos a “lei-símbolo” (não apenas a “lei-código” de um face-a-face”) como recurso indispensável a esses sujeitos, seja no ambiente familiar, seja escolar ou socioeducativo. Uma lei que adeque-se a seu momento de constituição do “laço-social”.

Não os vemos como “estruturas perversas”, embora tenhamos percebido uma “montagem perversa” em tentativa de recusa à “castração”, que se sustenta numa profunda sensação de “privação” e de “falta”, à qual reagem pelo arrombamento como forma de dizer aos pais (simbólicos) que ali eles não estão, em sucessivas tentativas de negar da castração.

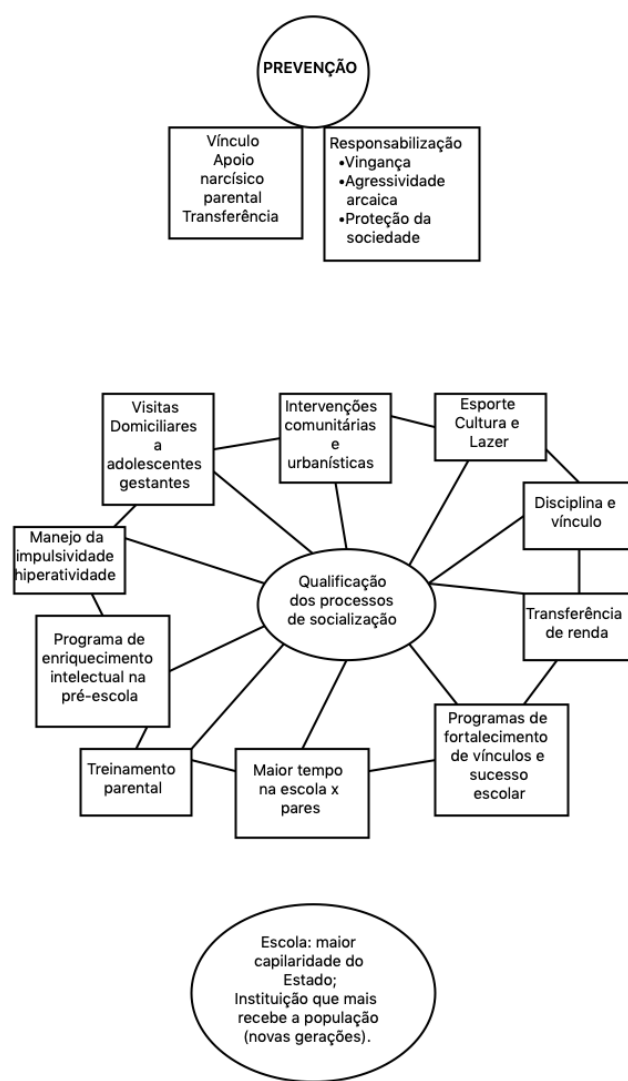
Todavia, não somos favoráveis a uma “responsabilização” pela violência que é mais “vingança” que justiça, mas de uma responsabilização calcada na “ética da complexidade”, em um amor que tanto lhes faltou para além de “relações sedutoras”, visto que funcionam muito bem na “transferência”, sempre que haja um adulto disposto a ser um “apoio narcísico parental”. Todos os sujeitos que

atendemos mais de perto, mostraram-se muito ávidos à (re)construção do “laço social”.

A punição-vingança, tão em voga no discurso populista-punitivo de nosso tempo não resolve o problema da infracionalidade, antes, o acirra. Normalmente ela tem a função de expiar pelo coletivo, nos proteger de nossas sombras negadas e satisfazer nossas tendências agressivas arcaicas. É para isso que serve o sistema socioeducativo e penal brasileiro.

Sendo assim, acreditamos em suporte especial às famílias que acumulam fatores de risco/preditores da infracionalidade e no aparelhamento da Escola como instituição privilegiada, seja pela capilaridade ou pela função social, a ser para esses sujeitos o que muitas vezes suas famílias não foram capazes de realizar pela *pólis*.

A Prevenção como caminho



Neste percurso de doutoramento, de debruçamo-nos sobre a atuação infracional enquanto analisador do processo de socialização da psique e a construção do aço social no sentido de compreender mais sobre como tem se dado os processos de rupturas no enlaçamento social por parte de 141 (cento e quarenta e um) socioeducando que cumpriam medida socioeducativa de internação, ou se encontravam em internação provisória, em uma Unidade de Internação Socioeducativa do DF.

Para tanto, buscamos inteirar sobre a complexidade do fenômeno da socioeducação com seus neologismos e *slogans* pomposos de sentidos difusos; abordamos o que tem sido subjetivar-se e adolecer no que tem sido chamado de pós-modernidade; discutimos o lugar que a Escola vem ocupando na trajetória dos adolescentes que atuam pela infracionalidade com destaques para suas potencialidades e as limitações que vem enfrentando.

No campo percebemos a infracionalidade é uma forma de funcionamento naturalmente possível para todos nós seres humanos, que é desconstruída pela socialização da psiquê e construção do laço social dialogicamente pela família, Escola e comunidade. Como tal, é sintoma das rupturas nesses processos e instâncias que nunca ocorrem isoladamente. Feita inicialmente pela família, onde se convoca a mônada autística para a intersubjetividade; pela Escola, como primeira instituição socializadora da pólis sem a mediação direta dos pais e pela comunidade, por meio de processos interacionais gradativamente mais profundos, estando essas três instâncias imersas em um grande transfundo econômico e cultural que se (retro)alimentam recursiva e recorrentemente. Todavia, também constatamos a força dos vínculos com adultos referência para a soldagem das fraturas, mesmo quando a família não tenha conseguido inscrever suficientemente as psiques na intersubjetividade. Por essa razão, apostamos na política pública de escolarização como a mais eficiente, eficaz e efetiva no enfrentamento do fenômeno da infracionalidade adolescente.

Esse achado nos leva a apostar na Escola como instância privilegiada de enfrentamento aos desafios pesquisados por nós.

Acreditamos ter conseguido avançar do campo da crença para o fato científico a eficiência, eficácia e efetividade da política pública de educação no enfrentamento às violências, assim como aos transtornos mentais, às dependências

químicas, aos fascismos e muitas outras barbáries, formas de fraturas do enlaçamento social.

O objetivo dos capítulos da fundamentação teórica foi de demonstrar que muito se tem cobrado de nossos adolescentes, mas pouco se oferta em múltiplas dimensões, conforme destaca uma de nossas epígrafes. Uma estridente voz cobrativa se dá em torno da aclamação do encarceramento dos adolescentes com a defesa da redução da idade de imputabilidade penal.

Ao participar desse debate, Cerqueira e Coelho (2015) lembram o equívoco que é avaliar a capacidade de discernimento do sujeito em relação ao ato cometido no final do ciclo da adolescência, revelando um caráter muito mais de vingança do que de julgamento da maturidade do sujeito.

O senso comum, usado por um discurso populista-punitivo acredita que longas penas dissuadem o comportamento delinquente, o que é rebatido estudos quantitativos, conforme demonstram Webster e Doob (2003) e Lee e McCrary (2005 e 2009). Esses autores, através de técnicas econométricas sofisticadas, demonstram a falácia da idade penal como limitador do ato infracional.

A ideia de impunidade é muito forte no senso comum, sobretudo para o adolescente, o que não condiz com o real, pois as punições de privação de liberdade para adolescentes são mais severas que para os adultos, encontrando apenas o limitador de tempo menor (três anos). Qualquer sujeito que não seja pego em flagrante delito e não represente risco para as investigações ou para outros, responderá em liberdade. Já um adolescente será imediatamente recolhido por até 45 (quarenta e cinco dias) enquanto seu processo é julgado. Acredita-se e vende-se a falácia de que são eles, os jovens, que devem pelos alarmantes números de homicídios no Brasil, o que também não condiz com as estatísticas. Apesar de não termos dados nas delegacias sobre a autoria de atos infracionais por adolescentes, Cerqueira e Coelho (2015) levantaram junto ao Conselho Nacional dos Ministérios Públicos as denúncias feitas por esse órgão no ano de 2013 e concluíram que os adolescentes cometeram 10% dos crimes no país e que, desses os crimes contra a vida representam 8% desse total.

Correlacionando dados do Censo 2010 e do SIM, Cerqueira e Coelho (2015) demonstram que, no Brasil, o crime não é uma constante na vida dos indivíduos; a autoria de homicídios não diminui aos dezoito anos pela condição de

imputabilidade penal e que, sexo, raça/cor e níveis de escolaridade exercem maior correlação com homicídios que o critério idade. Nas palavras dos próprios autores:

Outrossim, a probabilidade de um jovem de 21 anos de idade com escolaridade inferior a sete anos de estudo sofrer homicídio é 5,4 vezes maior em relação àqueles que possuem oito anos ou mais de estudos. Estas diferenças abissais expõem a natureza do problema social presente na criminalidade violenta no país (2015, p. 13).

Ainda com a fala direta dos autores:

Em relação aos indivíduos com nível de educação superior, aqueles com ensino médio completo ou incompleto possuem 9,7 mais chances de serem assassinados. Já os homens com mais baixa escolaridade, com até sete anos de estudo, possuem 15,7 vezes mais chances de sofrer homicídio (CERQUEIRA e COELHO, 2015, p. 15).

Outra questão que merece nosso olhar é o fato de a literatura empírica nacional e internacional demonstrar uma correlação de causalidade positiva entre armas de fogo e homicídios, como demonstra Cerqueira (2014). Ainda assim, temos assistido grupos reacionários extremamente mal intencionados pressionando o fim do Estatuto do Desarmamento (ED) no Brasil. Contraopondo essa corrente populista penal, Cerqueira e Coelho (2015) demonstram ainda que a letalidade ocasionada por arma de fogo representou 76,1% do total de homicídios ocorridos no país, tendo apresentando um decréscimo apenas após a aprovação do estatuto do desarmamento, em 2003.

Para demonstrar a importância dessa lei, os autores fazem um exercício contrafactual com expectativas bastante conservadoras de projeção do índice de homicídios, caso esse estatuto legal não tivesse sido aprovado, que já se mostrou pelos próprios efeitos da lei, pois os homicídios caíram drasticamente quando o ED foi implementado. Os autores, com base em cálculos econométricos, consideram que apenas 1% a menos de armas geraria uma queda de 1% de homicídio, embora a aprovação do estatuto tenha demonstrado muito mais que isso. O resultado é que, caso o estatuto não tivesse sido aprovado, teríamos 41% a mais de homicídio no Brasil entre o período de 2011 e 2013. Essa porcentagem é ainda maior se considerarmos apenas as regiões Norte e Nordeste.

Um último equívoco que julgamos procedente desfazer é de que o homicídio não é tão universalizado e difuso quanto aparenta aos olhares menos atentos que se limitam aos recortes dos meios de comunicação de massa ou de

uma estatística a serviço da indústria da segurança. A violência letal afeta principalmente pessoas jovens, pobres, negras, do sexo masculino e com baixa escolaridade, especialmente de 84 (oitenta e quatro) municípios brasileiros.

Não estamos dizendo com isso que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não precise de alterações. Apesar de sermos contra a redução da maioridade penal, pelos dados que aqui discutimos, concordamos com Calligaris (2015) que o tempo de internação de um adolescente não pode ser definido por um artigo de lei, mas pelas condições necessárias a seu retorno ao convívio social. Todavia, precisamos também pensar responsabilizações para o Estado quando não cumpre o ECA no que tange à promoção, defesa e garantia da condição cidadã de todas as crianças e adolescentes e quando não cumpre a Doutrina SINASE, o que é o caso em nossos dias.

Silveira, Maruschi Bazon (2012) nos provocam a importante reflexão de que a prevenção e o tratamento efetivo do desafio da infracionalidade juvenil requisitam ações que qualificam o processo de socialização dos adolescentes e que promovam seu desenvolvimento pessoal e social, o que vai de encontro às defesas repressivo-punitivas tão comuns de nossos dias, que limitam-se à restrição de liberdade que são caras, ineficientes, ineficazes e não efetivas, como demonstramos aqui com os próprios levantamentos estatais.

Pesquisa encomendada pelo próprio Estado (DF, 2013) mostra que a reincidência no meio fechado (Semiliberdade e Internação) é de 83,1% e 84,2% respectivamente. Ou seja, a quase totalidade dos adolescentes que não morrem, reincidem, visto que, apesar de não haver pesquisas no DF e, acreditamos, no Brasil sobre os índices de mortalidade dos Guris e Gurias que deixam a Unidade, nossa vivência empírica nos comprova de que ela é gigantesca. Tal se deve sobretudo pela carência de uma política socioeducativa que funcione e, mais ainda, devido à carência de uma política pública para o egresso do sistema socioeducativo (apesar de previsto na lei), e os adolescentes são jogados de volta a seus territórios onde construíram sua carreira infracional, com as mesmas precariedades e carências de recursos e a maioria absoluta dos que não reincidem, morrem nas guerras de território (ou de “sangue” como dizem) a que retornam. Em outros termos estamos dizendo que no DF a política pública da socioeducação é caríssima, ineficaz, não

eficiente e não efetiva e isso não se deve aos profissionais, mas ao institucional como o pensa Castoriadis (1982).

Também Beek, Pauwels & Put (2012) nos falam que a organização escolar minimiza a exposição dos alunos a situações de violência, visto que os contextos mais organizados estimulam a vinculação dos alunos à Escola, o que exerce um efeito de proteção às violências.

Toda a minha caminhada enquanto educador em escolas públicas, sobretudo, aponta para a constatação de que esses sujeitos sintomatizam pela atitude antissocial, pela disrupção e pela infracionalidade as pressões dos contextos perversos nos quais vivem e para os quais não vêm conseguindo resiliências funcionais.

Nesse sentido, assusta-nos a carência de políticas públicas que enfrentem esses desafios, assim como o discurso de punição tão apregoado pelo Estado penal com seu populismo punitivo aclamado pelas massas que projetam aí a necessidade de um grande Superego que dê conta de suas próprias sombras recalçadas.

Assim, destacamos a importância da prevenção por meio de pequenas e simples ações que vêm se mostrando extremamente eficientes, eficazes e efetivas no enfrentamento dos riscos e vulnerabilidades das populações que acumulam os preditores que discutimos nos capítulos precedentes.

Consideramos com Pereira (2009) as políticas públicas como normatizações do Estado a serviço do público que atua como balizamento para o agente público concretizar por meio de programas, projetos e serviços sociais com suporte na lei, direitos sociais conquistados, o bem comum e a satisfação das necessidades sociais. “Estratégia de ação pensada, planejada e avaliada, guiada por um racionalidade coletiva, na qual, tanto o Estado como a sociedade, desempenham papéis ativos” (p. 96).

Nesse sentido a política pública não é apenas aquilo que o governo faz, mas também o que ele deixa de fazer. Coadunamos com essa pesquisadora a ideia de que a relação entre Estado e sociedade é contraditória e os bens públicos não podem ser regidos pela lógica neoliberal da meritocracia. São redistributivas, visam a garantia dos direitos da Cidadania, concretizar as garantias legais com centralidade nos direitos sociais com vista à equidade e justiça social com atenção

especial para as minorias políticas, sem que caiamos no sofisma dos direitos individuais.

Políticas sociais, em que pese a imprecisão conceitual sobre o termo, é um conceito complexo que não condiz com a ideia pragmática da mera provisão e alocação de forças comandadas pelo Estado e aplicadas verticalmente na sociedade. Requer a participação ativa do Estado, sob o controle da sociedade, no planejamento e execução de procedimentos e metas voltadas para a satisfação das necessidades sociais. Embora seja regulada e provida pelo Estado, também engloba escolhas e decisões privadas, podendo e devendo ser controlada por cidadãos.

Defendemos a prevenção primária como caminho mais eficaz, eficiente e efetivo para o enfrentamento do fenômeno sobre o qual nos debruçamos nesta pesquisa e, para nós, a Escola é o *locus* por excelência para essa percepção e intervenção. Por prevenção primária compreendemos com esses autores a intervenção universal, por secundária as intervenções junto a sujeitos em situação de risco e por terciária, especialmente aos que se encontram vulnerabilizados e envolvidos.

Rolim (2014, p. 58) nos lembra que “é possível delinear uma política pública precisa a partir de um diagnóstico bem feito” e Farrington (1996) conclui seus estudos sobre os fatores de risco com a defesa da prevenção e do tratamento, apesar do risco de uma identificação precoce com um etiquetamento e estigmatização, que parece já existir independente desse processo.

Farrington (1996) destaca alguns programa/projetos interventivos: visitas domiciliares a adolescentes gestantes; manejo da hiperatividade e impulsividade; programa de enriquecimento intelectual na pré-escola; treinamento parental; transferência de renda; influência de pares; programas escolares; prevenção de crimes comunitários e prevenções pontuais. Todos avaliados por refinadas técnicas e que mostram excelentes resultados. Ações simples e baratas do ponto de vista das políticas públicas, mas que não vêm sendo implementadas em nosso país.

Nós também apostamos na necessidade de prevenção não apenas primária, haja vista que os nossos Guris demonstraram que já nos anos iniciais apresentavam dificuldades escolares (disciplinares/aprendizagem) que não foram devidamente enfrentadas pela Escola o que tem desdobramentos para os processos sublimatórios e cognoscentes. Experiências como a que se deu nos EUA (NEW

YORK, 2013) demonstram que o investimento na escolarização e no apoio e suporte das famílias desses adolescentes podem reverter drasticamente os índices de violência na adolescência.

Sampson e Laub (1995) destacam que a função e o peso social de importantes instituições de controle (in)formal variam muito ao longo da vida das pessoas. Na infância e na adolescência a família, a Escola, o grupo de amigos e, especificamente para os adolescentes, as instâncias da justiça juvenil são as instituições mais importantes de controle social. Na fase de jovens adultos, as instituições de educação superior, as formações profissionais, o trabalho, o casamento e o sistema de Justiça assumem o lugar das anteriores. Na vida adulta intermediária as instituições mais significativas de controle social são o trabalho, o casamento, a paternidade, os investimentos na comunidade e o sistema de justiça criminal.

O interesse primário para os estudos etiológicos deveria se localizar em torno da socialização familiar (disciplina, supervisão e vínculo com os pais); do vínculo com a escola; da influência de amigos ou irmãos envolvidos com o crime. Com tudo isso ficamos a nos perguntar: por que ainda não possuímos um programa de prevenção do genocídio juvenil, da infracionalidade, do uso indevido de drogas, das patologias mentais. Tantos sintomas dos mesmos quadros de risco e vulnerabilidades?

Defendemos que o Estado tenha um olhar especial para os sujeitos que acumulam escores de riscos e vulnerabilidades, o que poderia ser percebido e encaminhado pela Escola por ser a maior capilaridade de aparelhos públicos do Estado brasileiro, estar em comunidades nas quais outros aparelhos e políticas públicas ainda não chegaram e ser o único aparelho do Estado que recebe todos os dias da semana todas as crianças e adolescentes.

Se a Escola tivesse um simples e eficiente programa de percepção desses riscos e vulnerabilidade, com possibilidade de acionar as demais políticas do Estado para que juntas desenvolvessem um trabalho em rede, considerando o disposto da lei da criança e adolescente como prioridade absoluta, não teríamos o quadro de mortalidade, adoecimento mental, infracionalidade e uso indevido de drogas que possuímos em nossos dias.

Um trabalho preventivo precisa ainda considerar o resgate dos vínculos comunitários e a revitalização do urbanismos dos bairros mais atingidos.

Uma boa Pedagogia é terapêutica e profilática. Ao defendermos a Escola como caminho não nos referimos a qualquer Escola.

A Escola é o caminho. Mas, qual Pedagogia?

Bem depressa eu aprendi que a terapia estava sendo feita na instituição, pelas paredes e pelo telhado [...] A terapia estava sendo realizada pelo cozinheiro.

Winnicott, 2005a, p. 250

Por tudo o que discutimos nesta tese, não poderíamos defender uma outra Escola que não fosse a Pedagogia Institucional como fundo, ainda que façamos todos os ajustes necessários a cada realidade. Acreditamos e defendemos que cada comunidade escolar precisa ostentar sua feição própria.

Tal como Winnicott (2005a) e Erickson (1968/1987), acreditamos que sejam as instituições que nos ajudarão a retomar um projeto civilizatório menos idealizado e mais possível, respeitando tudo o que a história contemporânea demonstrou não ser possível no projeto moderno. Todavia, com certeza um projeto de alteridade radical.

Winnicott merece aqui toda o nosso reconhecimento tendo em vista o sucesso de seu trabalho com as crianças e adolescentes dissociais na Inglaterra da Segunda Guerra Mundial e, questionado quanto ao sucesso de seu trabalho respondeu que se devia ao fato de estar ligado à Saúde e não à Segurança, o diagnóstico que fazia das crianças e adolescentes, a seleção dos profissionais que trabalhariam no projeto e o cuidado desses profissionais.

Nossa proposta de Escola passa, inevitavelmente por todas essas questões. O caminho é a Pedagogia, precisamos saber o grau de comprometimento de cada criança e adolescente para ofertar o ambiente que ela necessite (com mais ou menos cobertura) e precisamos de uma melhor política de pessoal, não apenas de formação em serviço, mas de seleção para uma educação especializada, aos moldes do que vem fazendo a França.

Trata-se de uma Escola que considera a dimensão protetiva da autoridade, na qual a continência dispense a necessidade de contenção.

Nós seres humanos permanecemos a coexistência da dimensão psicossomática com o social-histórico. Assim, mesmo no humano adulto no qual prevalece a segunda dimensão, existe e insiste a mônada autística regida pelo prazer/sentir, como demonstram nossos momentos de extrema fragilidade. Essas são dimensões inseparáveis e inelimináveis e ainda assim inconfundíveis, como nos ensinou o mestre Castoriadis (1982).

Referimo-nos, com certeza a uma Pedagogia que considere o ser humano em seu “pleno desenvolvimento”, para usar aqui expressão de Piaget (1990) ao discutir a Declaração Universal dos Direitos Humanos no qual destaca o Pleno desenvolvimento do sujeito como o desenvolvimento intelectual e moral, embora tenha se dedicado à primeira dimensão e em Piaget (1985) no qual revisita a primeira obra trinta anos depois para concluir apesar das grandes mudanças do mundo, a Escola continuava a mesma. Nas duas obras faz uma exaltação dos métodos ativos, especialmente a Celestine Freinet.

Os estudos econométricos e estatísticos nos mostram que manter os estudantes em uma Escola é profilático e terapêutico, como aprendemos com Soares (2007), um econometrista que nenhuma vinculação possuía com a política pública de escolarização. Vale a pena repetir:

Uma hipótese é que exista no processo educacional um conteúdo de convivência, ou até cidadania, que não tem valor econômico direto, mas que oferece proteção contra a violência. [...] imaginamos que talvez seja fruto do fato de interagir com outras crianças em um ambiente no qual, bem ou mal, o conflito é mediado. [...] é possível que a escola forneça um escudo educacional que protege principalmente quem o detém, mas também terceiros que possam vir a entrar em situações de conflito com o detentor do escudo (SOARES, 2007, p. 27)

Por ocasião desse estudo, o autor argumenta que o conhecimento de conteúdo não é preditor do rendimento no mercado de trabalho, mas, sim, a aprendizagem de atitudes, normas sociais e valores. Conclui com palavras tão assertivas que convém citá-lo na íntegra:

A única conclusão – tentativa – é que a educação formal parece ter um efeito redutor muito forte sobre a taxa de homicídio, e que isto possivelmente se deva ao papel socializador da escola. [...] evidência substantiva a favor de manter as crianças na escola, mesmo se a aprendizagem de conteúdos ficar abaixo das expectativas, já reduzidas, da

sociedade. [...] mesmo que uma criança de baixo status socioeconômico frequentando uma escola com professores mal pagos e mal formados não esteja aprendendo português ou matemática a contento, ela está aprendendo um modo de socialização que eventualmente poderá salvar-lhe a vida. E mais: é possível que, ao ensinar esta criança a como lidar com o conflito de modo não letal, a escola esteja também salvando a vida de terceiros. A conclusão inexorável é que a política educacional deve fazer tudo ao seu alcance para manter a criança na escola, mesmo que a aprendizagem de conteúdos acadêmicos seja alguém do desejado. Nesse sentido, políticas de progressão continuada devem ser incentivadas ao máximo, uma vez que há uma relação conhecida entre ser reprovado e evadir do processo educacional. Não se trata apenas de aprender a ler e escrever: é questão de vida e morte. (SOARES, 2007, p. 28-29).

Obviamente que, para além das convivências, há pedagogias que nos fazem com que o aluno sintam-se melhor e há as que fazem o contrário e, nesse sentido, há inúmeras correntes da Pedagogia que propõem caminhos interessantes para essa construção. Toda Pedagogia que promova a aprendizagem cognitiva e socioafetiva é bem vinda para essa discussão.

De nossa parte destacamos algumas escolas pedagógicas que muito respondem aos meus anseios enquanto educador que sou há 26 (vinte e seis) anos, em sua grande maioria trabalhando com populações em peculiar situação de risco e ou vulnerabilidade. O tema em si daria uma nova tese. Por hora, apresentaremos ideias gerais de algumas dessas correntes e autores com os quais dialogamos ao longo de nossa formação acadêmica e profissional.

A primeira escola que destacamos é a Pedagogia Institucional, sobre a qual já nos reportamos em Evangelista (2012). De origem francesa, trata-se de corrente pouquíssimo conhecida no Brasil, nascida no rastro do institucionalismo, que mescla elementos do movimento institucional, da Pedagogia Freinet e outros métodos ativos e a psicanálise, sobretudo de orientação lacaniana, de quem, seu fundador, Fernand Oury, foi aluno.

Oury foi um professor de classes primárias que atuou na periferia de Paris escolarizando e educando os que infracionam, os marginalizados, os laudados, os “irrecuperáveis” por meio de uma Pedagogia psicossociológica, o que equivale a dizer, psicanalítica. Muito criticou a Escola “caserna” que existe para triar, a serviço do que denominava como “nazismo discreto das elites”. Utiliza-se de dispositivos que atuam na psicossociologia dos grupos no sentido de libertar a palavra e colocar em causa a instituição que, como alma das organizações, falam por nós sem que disso nos demos conta.

Afirmava Oury: “estarão os educadores, como as crianças, condenados ao silêncio?” (apud PAIN, 2009, s/n). Nos espaços de pedagogia institucional, a escuta é fundamental entre todos os membros da comunidade educativa. Entre os alunos destaca-se, por exemplo, os “conselhos da classe”, dispositivo pelo qual os alunos assumem a palavra sem que o professor a tenha. Entre os professores destaca-se os grupos de escuta. Mas, alertava Oury que, “o problema não é deixar a palavra livre, pois sabe-se que deixar a palavra, dar a palavra, é, exatamente, dá-la, deixá-la para a elite, (pois) é sempre a cultura que fala. Trata-se, antes de mais nada, de tomá-la” (apud PAIN, 2009) Em termos lacaniano, fazer a palavra trabalhar.

Quatro “L” são perseguidos na Pedagogia Institucional: o Lugar, a lei, o limite e a linguagem. Em fala muito oportuna ao momento que vivemos, Pain (2009) refere-se à Pedagogia Institucional como “[...] no alvorecer do século XXI: de uma pedagogia analítica que seja, em si mesma, uma psicoterapia da barbárie, que, a cada dia, novamente nos ronda, hoje como ontem” (p. 252).

A lei ocupa lugar especial na Pedagogia Institucional e um dos autores que muito nos tem ensinado nessa corrente é Imbert (2001a; 1994; 2001b), apenas para citar alguns de seus estudos. Em Imbert (2001) debate o lugar da moral e da ética, da norma e da lei na Escola para concluir que, da forma como essa discussão se coloca piora o que buscava corrigir. Defende uma lei-símbolo para além de uma lei-código.

Em Imbert (1994), destaca a mediação simbólica que a sala de aula promove nos psiquismos. De forma brilhante demonstra que a violência não decorre da tentativa de destruir o outro, mas da ignorância (no sentido de desconhecimento) desse outro. Nesse sentido, destaca a importância da vivência na microsociologia de um grupo que é uma sala de aula como dispositivo para arrancar-nos do narcisismo de morte ao qual temos sido condenados pelos dispositivos culturais discutidos aqui no capítulo 3.

Estamos falando de uma Pedagogia da autoridade, mas uma que autorize ao criar autoria, conforme discutimos em Evangelista (2012) com auxílio de alguns teóricos dessa corrente.

Outras correntes também nos inspiram.

Reafirmamos aqui fala de Costa (2004) de que

Oscilamos incessantemente entre o pior e o melhor. No que somos e queremos ser, há sempre um resto das 'baixas origens', avistadas por Nietzsche, Freud, Marx e Cioran, ou das 'altas origens', que o Buda, Jesus de Nazaré, Francisco de Assis, Ghandi, Winnicott, Simone Weil ou Diretrich Bonhoeffer souberam ver. (COSTA, 2004, p. 20).

Não somos o todo harmônico que pretendeu a discursividade moderna. Somos seres de pulsão, reafirmamos. Sem a lei corremos o risco de sermos arrastado pela força bruta. Temos também nossas potencialidades, luzes e virtudes.

Além da lei, a Pedagogia Institucional compreende especial local para a palavra. Colombier, Mangel e Perdriault (1989), discutindo o fenômeno da violência na Escola por esse aporte nos lembram que:

A violência é um discurso da recusa. Frente a esta situação, parece urgente criar lugares e tempos para a palavra. Inventar estratégias para que seja dito, ou às vezes escrito, o que não vai bem. A escola morre de infantilismo, da falta da palavra, da palavra da fala do desejo. A violência do sistema escolar, que tritura adultos e alunos, só pode ser freada pela violência da lei e da palavra. A pedagogia institucional procura não fazer mal, mas isto não significa que ela seja inofensiva. Posto contra a parede, cada um pode decidir ou não a pagar o preço de seu desejo (1989, p. 82).

Para o real das instituições e as mediações pelas técnicas, pois como lembram Colombier, Mangel e Perdriault (1989) que:

a escola sonhada não existe mais ou não existe ainda. Resta uma instituição e pessoas que aí se reúnem para trabalhar, todo um conjunto de forças que é possível desmassificar, reduzir, para que elas não fiquem mais mobilizadas e nestas condutas fracassadas [...] São as técnicas que permitem ao professor não ser mais o centro único da classe, o ponto para o qual convergem olhares, palavras e trabalhos. São as técnicas que permitem abandonar a "escolástica", a primazia do verbal em proveito de produções realizadas pelas crianças e centradas sobre seus interesses. [...] a partir de então, a escola não é mais uma corrida de obstáculos em direção a uma vida futura, mas lugar de vida e trocas. [...] num momento onde a denuncia da violência seja talvez a nova imagem assumida pela conspiração do silêncio em torno da escola-caserna (p. 85).

Com o cuidado da nostalgia de fusão, pois, como lembram essas autoras:

O adulto, assim como a criança, também é habitado por esta nostalgia do prazer da fusão e do poder total. Esta nostalgia toma para o professor a forma de dupla ilusão: a de ser ele investido de todos os poderes, de saber tudo em face de um ser novo, despossuído e instalado numa dependência total. Se não localizarmos esta dupla ilusão, corremos o risco de não suportar os comportamentos dos alunos que despertam em nós desejos infantis insatisfeitos: oscilamos, então, entre uma repressão que faz calar neles o que recusamos em nós e uma complacência que se esgota, por não chegar a satisfazer a falta do por demais gritante (p. 104).

Que respeite os ritmos individuais de aprendizagem, que tenha o currículo como um meio e as aprendizagens enquanto fim; que considere e debata a questão econômica e a questão política; que considere a condição humana como uma frágil teia da vida no planeta; que debata e se engaje nas grandes pautas políticas das minorias políticas; que tenha o afeto e as emoções como dimensões fundamentais do humano sem a necessidade de descartá-las em função do racionalismo cartesiano; que mesmo por ser crítica, não assuma posturas dogmáticas e excludentes das ideias humanas, considerando uma ecologia das ideias; que compreenda o conhecimento como uma construção a ser feita e não conteúdos a serem memorizados; que considere a concretude de seus sujeitos educativos; que trabalhe e respeite a corporeidade nos ensinando a lidar com a nossa condição *bios* com o respeito; que considere nossa condição transcendente com respeito todas as manifestações ancestrais passadas e atuais que esteja em consonância com uma ética complexa; que acolha, ampare, suporte e contenha seus sujeitos educativos em toda a sua complexidade.

A Escola que defendemos vem sendo construída em um movimento contra-hegemônico de uma Escola emergente, como bem captou Scárdua (2016). A Escola que acreditamos não é filha de uma única corrente em específico, mas passa, indubitavelmente pelo trabalho com nossa dimensão humana. Ainda que aposte em métodos e técnicas, considera a dimensão da impossibilidade do ato de educar, como asseverou Freud (1925/2006).

CONCLUSÃO (MOMENTÂNEA)

No início da caminhada os rios são rios e as montanhas são montanhas.

No meio da caminhada os rios não são rios e as montanhas não são montanhas.

Ao término da caminhada os rios voltam a ser rios e as montanhas voltam a ser são montanhas.

Provérbio Oriental

Essa é uma caminhada que não se finda, mas que pelos tempos institucionais ou pelo cansaço, pela necessidade de descolar dos (com)textos, resolvemos “fechar” momentaneamente para poder tomar fôlego.

Buscamos nesta pesquisa investigar os processos de fraturas com o enlaçamento social por parte de adolescentes que sintomatizaram pela atuação infracional e o lugar que a Escola ocupou no percurso de nossos nosso sujeitos de pesquisa.

Nossos achados demonstram que a infracionalidade é uma forma de funcionamento naturalmente possível para todos nós seres humanos, que é desconstruída pela socialização da psiquê e construção do laço social dialogicamente pela família, Escola e comunidade. Como tal, é sintoma das rupturas nesses processos e instâncias que nunca ocorrem isoladamente. Feita inicialmente pela família, onde se convoca a mônada autística para a intersubjetividade; pela Escola, como primeira instituição socializadora da pólis sem a mediação direta dos pais e pela comunidade, por meio de processos interacionais gradativamente mais profundos, estando essas três instâncias imersas em um grande transfundo econômico e cultural que se (retro)alimentam recursiva e recorrentemente. Todavia, também constatamos a força dos vínculos com adultos referência para a soldagem das fraturas, mesmo quando a família não tenha conseguido inscrever suficientemente as psiques na intersubjetividade. Por essa razão, apostamos na política pública de escolarização como a mais eficiente, eficaz e efetiva no enfrentamento do fenômeno da infracionalidade adolescente.

Muitas são as lacunas que permanecem nessa investigação, as quais ficam para a posteridade. Gostaria de ter investigado histórias que foram

metamorfoseadas pela Escola. Queria ter entrevistado irmãos de nossos sujeitos de pesquisa que não atuaram pela infracionalidade; tentei ter acesso aos relatórios dos anos iniciais de nossos sujeitos de pesquisa para explorar esses documentos; encontrar professores que marcaram a história desses meninos e entrevistá-los, mas os tempos e trâmites de um doutoramento tem as suas limitações.

Esses sujeitos participaram de instituições socializadoras fragilizadas pelos contextos econômicos, urbanos, sociais e culturais. Especialmente a família, como principal instituição socializadora em nosso momento sócio-histórico apresentou lacunas que denunciam um furo no real do projeto capitalista moderno. Mas, como tivemos a oportunidade de tencionar aqui com o auxílio de sábios teóricos, temos imputado à família disfunções e fracassos sistêmicos das quais elas também são vítimas. Todavia, o fato é que, sem investimento em políticas públicas de amparo às famílias, continuaremos relegando às sintomatizações disfuncionais ao laço social.

Vimos aqui que a maternagem desses sujeitos foi prejudicada pelo próprio quadro de vulnerabilidade dos cuidadores, em especial, das mães, a quem tem sido delegada a responsabilidade única pelo cuidado e educação das novas gerações. Vimos que boa parte dessas mães assumiram a maternidade precocemente, sem auxílio de um parceiro ou uma parceira que as ajudassem nessa árdua tarefa. Quando muito contaram com as suas próprias mães, avós das crianças, com acentuadas crises de fronteiras, lugares e funções sociais para com essas crianças e possuem elas próprias seus processos transgressivos.

Esses Guris e Gurias vivenciaram quadros de grandes privações no sentido winnicottiano do termo, como alguém que possuiu o paraíso e o perdeu, o que os levam à convocação do mundo para o retorno a esse paraíso por meio das atitudes antissociais como um pedido de socorro, suporte, continência, *holding*. Como não escutados e atendidos, revoltam-se e passam a acumular revolta e ganhos secundários gerando a infracionalidade.

Conseqüentemente, foram crianças que reeditaram com muita potência os desamparos arcaicos, com prejuízos para suas fases psicosssexuais e psicossociais pré e pós-edípicas. Inferimos a partir dos dados colhidos, lidos a partir de nossas comunidades interpretativas, numa ecologia de ideias, que a dissolução do Édipo desses sujeitos foi por demais fragilizada devido à vacuidade ou

desempoderamento do pai real e ou da função paterna ou disponibilidade dessa função. Contudo, esse processo ancora-se nos momentos anteriores da interação do sujeito com o outro/Outro.

Decorrente desse processo, como uma bola de neve de uma avalanche que se avoluma, desdobra-se na latência que é prejudicada pelas falhas de simbolização, da frágil castração do Édipo, com severas consequências para as funções sublimatórias, com desdobramentos para a escolarização e educação. Expulsos/expulsas formal e informalmente pela Escola, aproximam-se de pares com os quais retroalimentam-se em suas fragilidades narcísicas e revoltam-se contra o mundo por um algo que não tiveram que se retroalimenta pelas culpas por não terem atendido ao Ego Ideal social. A latência lhes é roubada, encurtada ou negada. Iniciam precocemente a genitalização com ainda mais prejuízo para a sublimação, restam sequestrados pelas pulsões sexuais e agressivas sem canalizações pelos objetos culturais que lhes faltam.

Na adolescência, buscam nos estádios anteriores com as lacunas e conquistas que foram se acumulando nessa caminhada, agora com potência maior que da infância. Dentre as características desse momento, destacamos o deslizamento identificatório da figuras parentais para o laço social que quando não é encontrado na Escola, desde a latência e agora muito menos foi pela forma como relacionam-se com o mundo, restando-lhes as figuras pato/criminogênicas de seus contextos imediatos e o pares com os quais costumam se afogar.

Nossos sujeitos foram navegadores que vivenciam imensas turbulências para a travessia da construção de uma identidade e tentativa de se chegar a um lugar saudável para eles no mundo que já encontraram. O momento das avarias ou do naufrágio na infracionalidade é próprio de cada um, mas nenhum deles conseguiu passar da adolescência. São raros os que conseguiram alcançar a barreira dos 15 (quinze) anos de idade sem terem se afogado no enlaçamento social antes.

A segunda importante instituição socializadora que se apresentou em nossos achados foi a Escola. Os dados demonstram que a Escola consegue ser *holding*, inclusive de sujeitos que vivenciaram e vivenciam as piores turbulências na travessia. Acreditamos que, tanto quanto aconteceu comigo próprio, muitos foram os sujeitos que não chegaram às mesmas condições dos nossos sujeitos de pesquisa

pela potência que teve a Escola, por meio dos sagrados agentes públicos, de tocar e convocar para o pacto civilizatório.

Sem querer retornar aos dados, mas como importante ilustração, vimos o quanto o Guri 2, que apresentava um quadro severo de adaptação social, foi um bom aluno e socioeducando quando vinculado por um professor de Educação Física. Ou como o Guri 3, já com profundas quebras com o enlaçamento social em sua família e comunidade, reeditou tudo isso do lugar de um bom e colaborativo aluno. Infelizmente o ano letivo acabou para esses Guris e Gurias e no ano seguinte eles tiveram não um, mas quase 10 (dez) professores que, por sua vez, não possuíam apenas 25 (vinte e cinco) a 30 (trinta) alunos, mas 100 (cem) a 300 (duzentos) e esses professores, em sua maioria são formados em Pedagogia e acreditam/anunciam essa característica como uma qualidade deles. Talvez por não terem vivência com a escolarização de crianças, são mais esfriados afetivamente e do que precisam nossos Guris e Gurias foi afeto e o reconhecimento que lhes faltou.

Inúmeros foram os estudos trazidos para o debate aqui que comprovam que a política pública de escolarização é a mais eficiente, eficaz e efetiva no enfrentamento do fenômeno da infracionalidade juvenil. Todavia, também trouxemos autores e números para demonstrar as fragilidades e desamparo dessa instituição tão especial para a *polis* com seus projeto civilizatório.

As comunidades nas quais nossos sujeitos de pesquisa se socializaram também contribuíram para o que Rolim chamou de socialização maléfica, visto que demonstramos que as políticas públicas chegam menos a elas, as instituições socializadoras são mais fragilizadas, há uma maior tensão entre os valores socialmente hegemônicos por uma socialização saudável e os de uma socialização pato/criminogênica. Acumulam-se nesses espaços desamparo, descaso e ausência do Estado, sobra a luta pela sobrevivência.

Tudo isso se desenrolou em um país com uma enorme desigualdade social, com uma imensa precariedade de políticas públicas, sobretudo para os mais fragilizados. Um país injusto e perverso com apenas uma minoria favorecida pelos bens materiais. Uma nação na qual o descumprimento da lei com prejuízo de um outro ou de muitos outros é estampado diuturnamente nos meios de comunicação de massas na figura do chefe do Executivo Federal, dos Estaduais e Municipais; em incontáveis nomes do Legislativo, assim como em muitos nomes do Judiciário. E

ainda se cobra especialmente do adolescente seus conflitos com a lei. Precisamos falar de um país em conflito com a lei, de uma sociedade em conflito com a lei, de instituições em conflito com a lei, de profissionais em conflito com a lei.

Retomamos Lacan para lembrar que o Édipo e o cultural não se dissociam.

Nossos Guris, suas famílias, nossas escolas e as comunidades onde todas essas histórias se constroem e nosso país encontram-se inseridos dentro de um modo de produção capitalista que favorece a ganância, o consumo, a competição e o individualismo. No qual a tradição é substituída pela moda, as autoridades pelas celebridades, os mediadores culturais fragilizam-se, as funções e lugares sociais em todas as instituições emaranham-se, tudo desliza o tempo inteiro.

Resta-nos paranoicamente refugiarmo-nos em nós mesmos, e de dentro de nosso mundo-trincheira, espreitarmos de onde virão os potenciais inimigos; resta-nos nesse jogo perverso escolhermos entre os lugares de perdedor ou predador; resta-nos o desamparo; resta-nos, quando possuímos recursos para tanto, consumir e com isso sermos consumidos, possuídos pelos objetos que os verdadeiros criminosos nos fazem crer que precisamos e de objeto deslizamos à condição de abjetos; resta-nos um presentismo no qual a imagem e o corpo assumem posição de destaque; resta-nos o gozo mortífero ante o crepúsculo do desejo nesse quadro de tanto desamparo e impotência; resta-nos o hedonismo e a passividade do agir; resta-nos as drogas lícitas ou ilícitas que nos ajudem a dar conta da loucura generalizada nesse anonimato de vida e de morte, pois, tudo o que queremos é sermos reconhecidos e amados e reconhecer e amar. E ainda temos coragem de cobrar apenas dos adolescentes que atuam os sintomas dessa loucura generalizada?

Precisamos de um novo pacto civilizatório!

E, por tudo que expusemos até aqui, acreditamos que a saída está em potencializarmos a instituição socializadora mais importante para a *pólis* por mediar as construções da família com as da sociedade em geral: a Escola. Não uma Escola que reproduza a *demens* coletiva, mas uma Escola crítica que tenha a coragem de assumir que estamos errando em quase tudo; que acolha seus sujeitos educativos, especialmente os mais frágeis; que tenha retaguarda do Estado sem poupança de

recursos para dar conta de seu lugar de vanguarda junto às populações às quais foram negadas o direito de SER com dignidade.

Escolas que tenham recursos proporcionais aos riscos e vulnerabilidades que sua comunidade educativa enfrenta, com potência para acionar e cobrar das demais políticas públicas que garantam as condições necessárias para que seus alunos aprendam conteúdos e convivência.

Damos uma pausa nessa caminhada investigativa com a certeza de que, como disse Lacan, toda demanda é uma demanda de amor e reconhecimento. A grande diferença na vida desses sujeitos é a vinculação, como bem percebeu Aichhorn, Hirschi, Winnicott, Erickson e tantos outros.

Esta pausa em nossa caminhada produtiva acadêmica nos faz acreditar que a Escola continua sendo o espaço privilegiado para a construção de um outro mundo. Não será o mundo que muitos de nossos teóricos nos fizeram crer, pois não é um mundo construído para o outro, mas com e pelo outro. Um mundo mais alteritário. Não que será um mundo sem a Academia, mas sem o lugar do Mestre para nenhuma das partes desse debate.

Por uma Escola capaz de conduzir um novo pacto civilizatório!

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Mirian e ESTEVES, Luiz Carlos Gil. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, Mirian; et al. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, 2009.
- ABRAMOVAY, Mirian. (coord.) et al. *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: RITLA/SEEDF, 2009.
- ABRAMOVAY, Mirian. (coord.). *Escola e violência*. Brasília: UNESCO, 2002.
- ADELMAN, Mirian. *Visões da Pós-modernidade: discursos e perspectivas teóricas*. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, no 21, p. 184-217, jan./jun. 2009.
- AGAMBEN, Giorgio. *La puissance de la pensée*, in *La puissance de la pensée. Ensaio et Conférences*. Paris: Bibliothèque Rivages, 2006.
- AICHHORN, August. *Juventud desamparada*. Trad. R. Del Portillo. Barcelona: Gedisa, 2006.
- ALMEIDA, Maria Izabel Mendes e TRACY, Kátia Maria de Almeida. *Noites nômades: espaço e subjetividade nas culturas jovens contemporâneas*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- ALVARENGA, Elisa. *Jovens em suspenso*. Opção Lacaniana, Belo Horizonte, n. 44, p. 38-43, nov. 2005.
- AMADO, Gilles. Implicação. In BARUS-MICHEL, Jacqueline; ENRIQUEZ, Eugène; LEVY, André. *Dicionário de Psicossociologia*. Lisboa: CLIMPSE, 2005.
- ARAÚJO, Sandra Maria Baccara. *Pai, aproxima de mim esse cálice: significações de juízes e promotores sobre a função paterna no contexto da justiça*. Tese de doutorado – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- ARDOINO, Jacques e BARUS-MICHEL, Jacqueline. Subjetividade. In BARUS-MICHEL, Jacqueline; ENRIQUEZ, Eugène; LEVY, André. *Dicionário de Psicossociologia*. Lisboa: CLIMPSE, 2005.
- ARDOINO, Jacques. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In BARBOSA, Joaquim Gonçalves. *Multirreferencialidade nas ciências e na educação*. São Carlos: UFSCAR, 1988.
- ARDOINO, Jacques. Das evidências pedagógicas à conscientização crítica: as articulações entre as ciências e as práticas sociais. In: IMBERT, Francis. *Pour un praxis pédagogique*. Trad. Lucie Didio. França: Editions Matrice, 1985.
- ARENDDT, Hannah. *Entre o Passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ASSIS, Simone Gonçalves de. *Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- ASSIS, Simone Gonçalves. *Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.
- ASÚA, L. J. *Psicoanálisis criminal*. 6. ed. Buenos Aires: Depalma, 1982.

- ATHENS, Lonnie H. *The Creation of Dangerous Violent Criminals*. Illinois: University of Illinois Press, 1992.
- AYRES, J. R et. al. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de AIDS. In PARKER, R. et al. *Sexualidade pelo avesso: Direitos, Identidades e Poder*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- BAPTISTA, Gustavo Camilo. *Impacto das Relações Intersubjetivas na Implementação da Política Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Tese de doutorado – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Editora Renavan; Instituto Carioca de Criminologia, 2011.
- BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Trad. Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2004.
- BARBOSA, Maria Lígia. *Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira*. Belo Horizonte: Editora Argumentvm, 2009.
- BAREMBLITT, Gregorio. *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. 5. ed. Minas Gerais: Instituto Félix Guatari, 2002.
- BARKER, G e RIZZINI, I. *Repensando o desenvolvimento infantil e juvenil no contexto de pobreza urbana no Brasil*. O Social em Questão, Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2002.
- BARLOW, David H. & DURAND, Mark R. *Psicopatologia: uma abordagem integrada*. Tradução Noveritis do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
- BARUS-MICHEL, Jacqueline. *O sujeito social*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.
- BARUS-MICHEL, Jacqueline; ENRIQUÈZ, Eugène; LEVY, André. *Dicionário de Psicossociologia*. Lisboa: CLIMPSE, 2005.
- BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. Portugal: Edições 70, 2008.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre as fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-estar na pós-modernidade*. Tradução Mauro Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Sobre educação e juventude: conversas com Riccardo Mazzeo*. Tradução de Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida em Fragmentos: sobre a ética pós-moderna*. Tradução Alexandre Wernek. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. in BECK, U; GIDDENS, A.; LASCH, S. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

- BEECK, H. O., Pauwels, L. J. R. & Put, J. *Schools, strain and offending: Testing a school contextual version of General Strain Theory*. *European Journal of Criminology*, 9 (1), p. 52-72, 2012.
- BELO, Fábio Roberto Rodrigues. *A primazia da alteridade: interlocuções entre psicanálise e pragmatismo*. Dissertação de mestrado – UFMG/FAFICH, Belo Horizonte, 2003.
- BENJAMIN, Jéssica. *Sujetos iguaes, objetos de amor, ensayos sobre o reconocimiento y la diferencia sexual*. Buenos Aires: Paidós, 1995.
- BENTHAM, Jeremy. *Panóptico*. São Paulo: Editora Autêntica, 2013.
- BENTHAM, Jeremy. *Teoria das penas legais e tratado dos sofismas políticos*. São Paulo: Edijur Editora, 2002
- BERTRAND, Yves. *Teorias contemporâneas da educação*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- BIRMAN, Joel et. al. (org.). Os paradigmas em psicanálise. In BIRMAN, Joel et. al. *A fabricação do humano: psicanálise, subjetivação e cultura*. 1 ed. São Paulo: Zagodoni, 2014.
- BIRMAN, Joel. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- BIRMAN, Joel. *Cadernos sobre o mal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BIRMAN, Joel. *Freud e a filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BIRMAN, Joel. *O Sujeito na Contemporaneidade: espaço, dor e desatento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BIRMAN, Joel. Tatuando desamparo. In: CARDOSO, M. R. (org.). *Adolescentes*. São Paulo: Escuta, 2006.
- BLACKBURN, Simon. Jesse Prinz Book review in: *New Statesman*, 2012. Disponível em: <http://www.newstatesman.com/books/2012/01/prinz-learning-capacities> Acesso em: 2 mar. 2014.
- BORNHEIM, G.A. *Introdução ao filosofar: o pensamento filosófico em bases existenciais*. 9. ed. São Paulo: Globo, 1998.
- BOURDIEU, Pierre (coord.). *A miséria do mundo*. 8 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBODERON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Trad. Guilherme Joao de Freitas Teixeira, 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRAIER, Eduardo Alberto. *Psicoterapia Breve de Orientação Psicanalítica*. Tradução IPELAN, 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRASIL, STJ. *Súmula 492*, Terceira Seção, julgado em 08/08/2012, de 13/08/2012.
- BRASIL. *Anuário Brasileiro de Educação Básica 2016*. São Paulo: Moderna, 2016.
- BRASIL. *Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei: levantamento nacional 2011*. Brasília: SDH, 2012a.

- BRASIL. *Justiça Infantojuvenil: Situação atual e critérios de aprimoramento. Relatório de Pesquisa*. Brasília: CNJ; IPEA, 2012b.
- BRASIL. *Levantamento Anual SINASE 2016*. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.
- BRASIL. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude e Secretaria Geral da Presidência da República, 2015a.
- BRASIL. *Panorama Nacional: a Execução das Medidas Socioeducativas de Internação*. Programa Justiça Jovem. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2012a.
- BRASIL. *Pesquisa nacional de saúde do escolar 2009*. Relatório. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). *Levantamento Anual SINASE 2013*. Brasília: SDH, 2015b.
- BRASIL. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Estudo & Pesquisas – informação demográfica e socioeconômica, n. 27. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- BRENDGEN, M.; VITARO, F.; TREMBLAY, R. E.; WANNER, B. *Parent and peer effects on delinquency related violence and dating violence: A test of two mediational models*. Social Development, p. 225–244. nov. 2002.
- BROWN, Sarah Alice. *Trends in Juvenile Justice: State Legislation 2001 – 2011*. Colorado: National Conference of State Legislatures, 2012.
- BUCK-MORS, Susan. *A condição Pós-Soviética*. Folha de São Paulo. São Paulo, 27 de novembro de 2005. Caderno + Política, p. 10.
- CAHN, R. Le processus de subjectivation. In , M.; LADAME, F. (dir.) *Adolescence et psychanalyse: une histoire*. Lausanne: Delachaux et Nestlé, 1997.
- CALLIGARIS, Contardo. *A maioria penal*. Folha de São Paulo. São Paulo, 25 de junho de 2015.
- CALLIGARIS, Contardo. *Perversão - um laço social?* Salvador: Cooperativa Cultural J. Lacan, 1986.
- CAMARGO, Paola de Oliveira e MARTIN, Maria de Fátima Duarte. *Os efeitos do crack na gestação e nos bebês nascidos de mães usuárias: Uma revisão bibliográfica*. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 22, n. Suplemento Especial, p. 173-181, 2014.
- CARDOSO, M. R. Violência, domínio e transgressão. Psychê, 6 (10), p. 161-171, 2002.
- CARDOSO, Marta Rezende e MARTY, François (orgs.). *Destinos da Adolescência*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- CARDOSO, Marta Rezende. Prefácio da obra: AMPARO, Deise Matos do et al. *Adolescência e violência: teorias e práticas nos campos clínico, educacional e jurídico*. Brasília: Líber Livro, 2010.
- CARMO, Viviani Sousa do. *Anonimato de Vida e de Morte: Contemporaneidade e laço social na adolescência*. Tese de Doutorado – PUC, São Paulo, 2011.

- CARNEIRO, C. B. L e VEIGA, L. *O conceito de inclusão, dimensões e indicadores*. (Pensar BH – Política Social, 2). Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, 2004.
- CASTEL, R. *A insegurança social: o que é ser protegido?* Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASTEL, R. *Metamorfoses da questão social*. Petrópolis, 1998.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CASTRO, Mary Garcia et al. *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: UNESCO, 2001.
- CERQUEIRA, D. R. C.; COELHO, D. S. C. *Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade*. Rio de Janeiro: Ipea, Nota Técnica no 15. 2015. Disponível em: http://www.en.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/150921_nt_diest_14_imputabilidade_penal.pdf. Acesso em: 2 abr. 2016.
- CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W. *Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 233-269, 2004.
- CERQUEIRA, Daniel e MOURA, Rodrigo Leandro de. *Custo da Juventude Perdida no Brasil*. In CORSEUIL, Carlos Henrique (org.). Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.
- CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. *Causas e consequências do crime no Brasil*. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.
- CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo Santa Cruz.. *Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade*. Nota Técnica no 15. Brasília: IPEA, 2015.
- CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; LIMA, Renato Sergio de; BUENO, Samira; HANASHIRO, Olaya; BATISTA, Felipe e NICOLATO, Patrícia. *Atlas da Violência 2016*. Nota Técnica no 17. Brasília: IPEA, 2016a.
- CERQUEIRA, Daniel; RANIERE, Mariana; GUEDES, Erivelton; COSTA, Joana Simões; BATISTA, Felipe; NICOLATO, Patrícia. *Indicadores Multidimensionais de Educação e Homicídios nos Territórios Focalizados pelo Pacto Nacional pela Redução de Homicídios*. Nota Técnica no 18. Brasília: IPEA, 2016b.
- CHARLOT, Bernard. Valores e normas na juventude contemporânea. In: SPOSITO, Marília Pontes e ZAGO, Nair Zago (org.). *Sociologia da Educação: pesquisa e realidade brasileira*, 2007
- Chui, W. H. & Chan, H. C. O. (2012). An empirical investigation of social bonds and juvenile delinquency in Hong Kong. *Child & Youth Care Forum*, 41 (4), 371-386.
- COHEN, Albert K. *Delinquent Boys: The Culture of the Gang*. The Free Press, New York, p. 49-72, 1955.
- COLOMBIER, Claire; MANGEL, Gilbert e PEDRIault, Marguerite. *A violência na escola*. Trad. Roseane Kligerman Murray. São Paulo: Summus, 1989.
- COSTA, Joana Simões de Melo e OLIVEIRA, Luis Felipe Batista de. Perfil educacional dos jovens: atraso e fluxo escolar. In CORSEUIL, Carlos Henrique e

BOTELHO, Rosana Ulhôa. *Desafios à Trajetória Profissional dos Jovens Brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

COSTA, Jurandir Freire. *A subjetividade exterior*. Palestra proferida no Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro em 2001.

COSTA, Jurandir Freire. Narcisismo em tempos sombrios. In: BIRMAN, Joel.(coord.). *Percursos na História da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Taurus, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. *O mito psicanalítico do desamparo*. Agora, Rio de Janeiro; 3 (1), p. 25-46, jan/jun 2000.

COSTA, Jurandir Freire. *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. *Silêncio de um pensador*. Folha de São Paulo São Paulo, 10 de abril de 1994. Caderno Mais.

COTTET, S. *Criminologie lacanienne*. Mental, Revue Internationale de Santé Mentale et Psychanalyse Appliquée, FEEP, n.21, p.17-37, 2008.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2007.

CUNHA, Eduardo Leal. A dupla face do desmentido na atualidade: entre o aniquilamento do outro e a felicidade em simulacro. In n BIRMAN, Joel et. al. *A fabricação do humano: psicanálise, subjetivação e cultura*. 1 ed. São Paulo: Zagodoni, 2014.

D'ALLONDANS, Thierry Goguel (dir.). *Sites qualifiants. Établissements de formation au travail social: Une nouvelle dynamique de l'alternance*. Paris: Téraèdre, 2012.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G. e GUATARRI, Felix. *O que é Filosofia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DESTREMAU, Blandine; SALAMA, Pierre. *O tamanho da pobreza: economia política da distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

DEVEREUX, George. *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. Paris: Flammarion, 1980.

DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS -*Pesquisa socioeconômica em territórios de vulnerabilidade social no Distrito Federal*. Produto 6 Relatório Analítico Final da Pesquisa Socioeconômica em Territórios de Vulnerabilidade Social no Distrito Federal. BRASÍLIA: DIEESE, 2011a.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Qualificação profissional e mercado de trabalho: reflexões e ensaios metodológicos construídos a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego*. Dieese: São Paulo, 2011b. Disponível em: [http:// tinyurl.com/n7cewkm](http://tinyurl.com/n7cewkm). Acesso em: 18 jul. 2016.

- DISTRITO FEDERAL - CODEPLAN. *Perfil e Percepção Social dos Adolescentes em Medida Socioeducativa no Distrito Federal*. Brasília, CODEPLAN-SECriança, 2013.
- DISTRITO FEDERAL. *Retrato da infância e da adolescência no Distrito Federal*. Brasília: CODEPLAN, 2012.
- DOLTO, Françoise. *No jogo do desejo: ensaios clínicos*. São Paulo: Ática, 1996.
- DÖR, Joe. *O pai e sua função em psicanálise*. Tradução Dulce Duque Estrada. Revisão Técnica Marco Antônio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1991.
- DRIEW, Didier. *A violência adolescente*. Fala proferida no Seminário Internacional de Adolescência e Traumatismo. Brasília, Universidade Católica de Brasília, outubro de 2010. Texto não publicado.
- DRÜGG, Ângela Maria Schneider. *A Subjetivação da criança escolar: um estudo sobre o tempo da latência*. Tese de Doutorado – UFRS, Porto Alegre, 2007.
- DUARTE, Natalia de Souza. *Política Social: um estudo sobre educação e pobreza*. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- DUBET, François. *A escola e a exclusão*. Cadernos de Pesquisa, Bordeaux n°. 119, p. 29- 45, jul, 2003
- DUBET, François. *A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização*. Revista Contemporaneidade e Educação. São Paulo, v. 3, p.27-33, 1998.
- DUBOST, Jean e LÉVY, André. Pesquisa-ação e Intervenção. In BARUS-MICHEL, Jacqueline; ENRIQUÈZ, Eugène; LEVY, André. Dicionário de Psicossociologia. Lisboa: CLIMPSE, 2005.
- DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*, trad. Paulo Neves, Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1999.
- DUSHECK, Jennie. *The Interpretation of Genes*. Natural History, 2002. Disponível em: <http://fire.biol.wvu.edu/trent/trent/interpretationofgenes.pdf> Acesso em: 12 set. 2018.
- EAGLEMAN, David. *Incógnito: as vidas secretas do cérebro*. Rio de Janeiro, Rocco Editora, 2011.
- ELLIOT, Delbert S. & MENARD, Scott. Delinquent friends and delinquent behavior: temporal and developmetal patterns In HAWKINS, J. David. *Delinquency and Crime*. Cambridge criminology series. New York: University of Cambridge, 1996.
- ENRIQUEZ, Eugene. *A organização em análise*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ERIKSON, Erik Homburguer. *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1987.
- ESCRIVÃO FILHO, Antônio e SOUSA JÚNIOR, José Geraldo de. *Para um Debate Teórico-conceitual e político sobre os Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2016.
- EVANGELISTA, Mauro Gleisson de Castro. *A violência na Escola como sintoma do mal-estar juvenil e institucional na pós-modernidade: a voz do(c)ente*. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2012.

FARIA, João Silveira. *Homicides and Age of Criminal Responsibility in Brazil: A Regression Discontinuity Approach*. Dissertação de Mestrado – EPGE/FGV, Rio de Janeiro, 2015.

FARRINGTON, David P. Developmental Criminology and Risk-Focused Prevention. In: MAGUIRE, Mike; MORGAN; Rod e REINER. Robert (Editores). *The Oxford Handbook of Criminology*. Oxford: Oxford University Press, 2002a.

FARRINGTON, David P. Fatores de Risco para a violência Juvenil. In DEBARBIEUX, Eric e BLAYA, Catherine. *Violência nas escolas: dez abordagens europeias*. Brasília: UNESCO, 2002b.

FARRINGTON, David P. The Explanation and Prevention of Youthful Offending. In HAWKINS, J. David. *Delinquency and Crime*. Cambridge criminology series. New York: University of Cambridge, 1996.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Ano 9. São Paulo: FBSP, 2015.

FEATHERSTONE, Mike. *O Desmanche da Cultura: Globalização, Pós-modernismo e Identidade*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

FENICHEL, Otto. *Teoria psicanalítica das neuroses*. São Paulo: Editora Atheneu, 2004.

FERREIRA, Ignez Costa B.; VASCONCELOS, Ana Maria; PENNA, Nelba de Azevedo. *Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades*. 2008. Disponível em: http://www.ceam.unb.br/oj/arquivos/artigo_nogales.pdf. Acesso em jul. de 2016.

FERRETTI, Maria Cecília Galletti. *O infantil: Lacan e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FGV. *O tempo de Permanência na Escola e as Motivações dos Sem Escola*. Coordenação Marcelo Côrtes Neri. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

FLOOD-PAGE, C. et al. *Youth crime: findings from 1998/99 youth lifestyles survey*. Home Office Research Study 209. Home Office Research, Development and Statistics Directorate Crime and Criminal Justice Unit, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Machado e Eduardo Martins. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOX, J. Demographics and U.S. homicide. In: BLUMSTEIN, A.; WALLMAN, J. (Ed.). *The crime drop in America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FRANÇA, M. A. G. et. al. *Ressignificando o conceito de risco nas pesquisas e práticas voltadas à infância contemporânea*. O Social em Questão. Rio de Janeiro, PUC-RJ. Departamento de Serviço Social, ano 6, no. 7, p. 22-44, 2002.

FREDA, Hugo. O Adolescente freudiano. In: RIBEIRO, Heloisa Caldas; POLLO, Vera. *Adolescência: o despertar Klimeros*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

FREITAS, L. C. *A internalização da exclusão*. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 299-325. Disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12934.pdf>. Acesso em: ago. de 2017

FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos*, 1905. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. (Obras Completas, volume 6)

FREUD, S. Caráter e erotismo anal (1908). In: _____. *"Gradiva" de Jensen e outros trabalhos*. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira Das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 9).

FREUD, S. Moral sexual civilizada e doença nervosa moderna (1908). In: _____. *"Gradiva" de Jensen e outros trabalhos*. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira Das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 9).

FREUD, Sigmund. O romance familiar dos neuróticos, 1909. In: _____. *O delírio e os sonhos na gradiva, Análise da Fobia de um garoto de cinco anos e outros textos*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 (Obras Completas, volume 8).

FREUD, Sigmund. (1910) Contribuições para uma discussão acerca do suicídio. In: _____. *Cinco lições de psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 11)

FREUD, Sigmund. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico, 1911. In: _____. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia ("O caso Schreber"), artigos sobre técnica e outros textos*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (Obras Completas, volume 10).

FREUD, Sigmund. Duas Mentiras Infantis, 1913. In: _____. *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia relatado em autobiografia ("O caso Schreber"), artigos sobre técnica e outros textos*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (Obras Completas, volume 10).

FREUD, Sigmund. (1914) Algumas considerações sobre a psicologia escolar. In: _____. *Totem e tabu e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 13)

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo, ensaio de metapsicologia e outros textos. (1914-1916). Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (Obras Completas, volume 11).

FREUD, Sigmund. O Instinto e as Vicissitudes, 1915. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (Obras Completas, volume 11).

FREUD, Sigmund. *Conferências Introdutórias à Psicanálise*, 1917. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2014 (Obras Completas, volume 13).

FREUD, Sigmund. O Estranho, 1919. In: _____. *Uma neurose infantil e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 27)

FREUD, Sigmund. *Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos*, 1921. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras Completas, volume 15)

FREUD, Sigmund. (1923). O ego e o id. In _____. *O Ego e o Id e outros trabalhos*. Tradução J. Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 19)

FREUD, Sigmund. A Negação, 1923. In _____. *O Eu e o Id, "autobiografia" e outros textos*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (Obras Completas, volume 16).

FREUD, Sigmund. A Organização Genital Infantil, 1923. In _____. *O Eu e o Id, "autobiografia" e outros textos*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (Obras Completas, volume 16).

FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo, 1924. In _____. *O Eu e o Id, "autobiografia" e outros textos*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (Obras Completas, volume 16).

FREUD, Sigmund. (1925) Prefácio in: AICHHORN, August. *Juventud desamparada*. Trad. R. Del Portillo. Barcelona: Gedisa, 2006.

FREUD, Sigmund. Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos, 1925. In _____. *O Eu e o Id, "autobiografia" e outros textos*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (Obras Completas, volume 16).

FREUD, Sigmund. A Questão da Análise Leiga, 1926. In _____. *Inibição, Sintoma e Angústia, O Futuro de uma Ilusão e outros textos*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras Completas, volume 17)

FREUD, Sigmund. Inibição, Sintoma e Angústia, 1926. In _____. *Inibição, Sintoma e Angústia, O Futuro de uma Ilusão e outros textos*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras Completas, volume 17)

FREUD, Sigmund. O Fetichismo, 1927. In _____. *Inibição, Sintoma e Angústia, O Futuro de uma Ilusão e outros textos*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras Completas, volume 17)

FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na Civilização, Novas Conferências Introdutórias à Psicanálise e outros textos*. (1930-1936). Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010 (Obras Completas, volume 18).

FREUD, Sigmund. A divisão do Ego no processo de defesa, 1938. In _____. *Moisés e o monoteísmo, Esboço de psicanálise e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.23)

FREUD, Sigmund. *El psicoanálisis y el diagnostico de los hechos en los procedimientos judiciales*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1996. (Obras completas, t2)

FREUD, Sigmund. *Varios tipos de caracter descubiertos en la labor analítica*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1996. (Obras completas, Tomo 3)

- FRIEDLANDER, Kate. *Psicoanálisis de la Delinuencia Juvenil*. Buenos Aires: Editora Paidós, 1961.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Trad. Flávio Parlo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GALLO, Sílvio. *Subjetividade, ideologia e educação*. Campinas: Editora Alínea, 2009.
- GAULEJAC, Vicent. Identidade. In BARUS-MICHEL, Jacqueline; ENRIQUÈZ, Eugène; LEVY, André. *Dicionário de Psicossociologia*. Lisboa: CLIMPSE, 2006.
- GARCIA, Célio. *Psicologia jurídica: operadores do Simbólico*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- GENTILE, Pablo. *O Direito à Educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina*. Revista Educação Sociedade, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1,059-1079, set./dez. 2009.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GIRARD, Rene. *A violência e o Sagrado*. São Paulo: UNESP; Paz e Terra: 1990.
- GIUST, Annie Charlotte. Entrevista In BARUS-MICHEL, Jacqueline; ENRIQUÈZ, Eugène; LEVY, André. *Dicionário de Psicossociologia*. Lisboa: CLIMPSE, 2005.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos, 1961*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
- GONÇALVES, Hebe Signorini. *Juventude brasileira, entre a tradição e a modernidade*. In: Tempo Social. São Paulo: [s.n], v. 17, n. 2, 2005. Disponível em http://test.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103. Acesso em 14 abr. 2010.
- GOTTFREDSON, M. R., & HIRSCHI, T. *A general theory of crime*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1990.
- GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: as cartografias do desejo*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GUERRA, Andréa Maris Campos et al. Risco e Sinthome: *A Psicanálise no Sistema Socioeducativo*. Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, v. 30, n. 2, p. 171-177, June 2014a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722014000200006&lng=en&nrm=iso. DOI.org/10.1590/S0102-37722014000200006. Acesso em: 21 Jan. 2017
- GUERRA, Andréa Máris Campos; MARTINS, Aline Souza; OTONI, Marina Soares. *Adolescência e infração: conjugando fatores subjetivos e políticos no compartilhamento de responsabilidades*. Revista Brasileira de Ciências Criminais: RBCCrim, São Paulo, v. 22, n. 109, p. 109-130, jul./ago. 2014b. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/83653>. Acesso em: 05 set. 2017.
- HABERMAS, Jurgen. *Modernidad: un proyecto incompleto*. Revista Punto de Vista No 21 Buenos Aires agosto de 1998. Disponível em : <https://centrito.files.wordpress.com/2011/06/3-habermas.pdf> . Acesso em: 23 ago. 2017.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

- HARDT, M e NEGRI, T. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HARLOW, C. W. *Education and correctional populations*. Bureau of Justice Statistics Special Report, 2003. Disponível em: <http://www.ojp.usdoj.gov/bjs/abstract/ecp.htm>. Acesso em 02 jul. 2015.
- HAWKINS, J. David. *Delinquency and Crime*. Cambridge criminology series. NY: University of Cambridge, 1996.
- HESNARD, Ângelo. *L'Univers morbide de la faute*. Paris: Presses Universitaires, 1949.
- HIRSCHI, Travis. *Causes of Delinquency*. New Brunswick (USA) and London (UK): Transactions Publishers, 2001.
- HOUSIER, Florian. De ontem a hoje: teorias psicanalíticas dos atos delinquentes na adolescência e relato clínico. O recurso ao ato em todos os sentidos. In: AMPARO, Deise Matos do. et al. *Adolescência e violência: teorias e práticas nos campos clínico, educacional e jurídico*. Brasília: Líber Livro, 2010.
- IMBERT, Francis. *A questão da ética no campo educativo*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- IMBERT, Francis. *Médiations, institutions et loi dans la classe*. Pratiques de Pédagogie Institutionnelle. Paris: ESF, 1994.
- JUSTO, José Esterza. A psicanálise lacaniana e a educação. In: CARRARA, Kester (org.). *Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens*. São Paulo: AVERCAMP, 2004.
- KAËS, R. O sujeito da herança (introdução). In: KAËS, R.; FAIMBERG, H. et al. *Transmissão da vida psíquica entre gerações*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- KAZTMAN, R. (coord.). *Activos y estrutura de oportunidades*. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Uruguay: PNUD-Uruguay e CEPAL – Oficina de Montevideo, 1999.
- KAZTMAN, Rubén. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. In: BID – Banco Mundial- - CEPAL-IDEC, 5° Taller Regional. *La medición de la pobreza: métodos y aplicaciones (continuación)*. Aguascalientes, 6 al 8 de junio de 2000, Santiago de Chile, CEPAL, p. 275-301, LC/R. Disponível em: <http://www.eclac.cl/deype/mecovi/docs/taller5/24.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2016.
- KEHL, Maria Rita. A juventude como sintoma de cultura. In: NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo (orgs). *Juventude e Sociedade – trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.
- KHEL, Maria Rita (org.). *Função Fraterna*. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2000.
- KINCHELOE, Joe Lyon e BERRY, Kathleen S. *Pesquisa em educação: conceituando a bricolagem*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- KLEIN, Melanie. *Sobre a criminalidade, 1934*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- KLEIN, Melanie. *Tendências criminosas em crianças normais, 1927*. Rio de Janeiro: Imago, 1996
- KRAUSKOPF, Dina. Dimensiones críticas en la Participación Social de las Juventudes. In: *Participación y Desarrollo Social en la Adolescencia*. San José: Fondo de Población de Naciones Unidas, 1998.

L.CHIODA, et al., Spillovers from conditional cash transfer programs: Bolsa Família and crime in urban Brazil, *Economics of Education Review* (2015). Disponível em <http://dx.doi.org/10.1016/j.econedurev.2015.04.005> Acesso em: mar. 2017.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 1: Os Escritos Técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge-Zahar, 1986a.

LACAN, Jacques. (1957-58) *O Seminário, livro 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. (1959-60). *O Seminário, Livro 7. A Ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LACAN, Jacques. (1969-70) *O Seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1992.

LACAN, Jacques. (1972-73) *O Seminário, Livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1982.

LACAN, J. Jacques. Os complexos familiares. (M. A. Coutinho Jorge & P. M. da Silveira Júnior, trad.). Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 11: Quatro conceitos fundamentais em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge- Zahar, 1986b.

LACAN, Jacques. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia, 1951. In:_____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1998.

LACAN, Jacques. O simbólico, o imaginário e o real. In:_____. *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

LAPASSADE, Georges. Os rebeldes sem causa. In: BRITTO, Sulamita (org.) *Sociologia da juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

LAPLANCHE, Jean. Interpréter (avec) Freud. In :_____. *La revolucion copernicienne inachevee*. Paris: Aubier, 1992.

LAPLANCHE, Jean. La psychanalyse comme anti-hermenéuticque. In_____: *Entre seduction et inspiration: L'homme*. Paris: Quadige/PUF, 1999.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LASCH, Christopher. *A Cultura do Narcisismo: Vida Americana numa Era de Esperança em Declínio*. Tradução de Ernani Pavaneli. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração*. A família: santuário ou instituição sitiada? Tradução de Italo Tronca e Lúcia Szmrecsanyi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEE, D. S. and J. MCCRARY. *Crime, punishment, and myopia*. NBER Working Papers 11491, National Bureau of Economic Research, Inc., 2005.

LEE, D. S. and J. MCCRARY. *The Deterrence Effect of Prison: Dynamic Theory and Evidence*. Working Papers 1168, Princeton University, Department of Economics, Center for Economic Policy Studies 2009.

LEGGE, S. *Youth and violence: phenomena and international data*. New Directions for Youth Development, n. 119, Wiley Periodicals, Inc., 2008.

- LIPOVETSKY, G. *O crepúsculo do dever: a ética indolor dos novos tempos democráticos*. Lisboa: Dom Quixote, 1994.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A Era do Vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri: Manole, 2005
- LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero: a moda e seu destino nos tempos modernos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.
- LOCHNER, Lance e MORETTI, Enrico. *The Effect of Education on Crime: Evidence from Prison Inmates, Arrests, and Self-Reports*. NBER Working Paper No. 8605 Issued in November 2001.
- LOEBER, Rolf. Developmental continuity, change, and pathways in male juvenile problem behaviors and delinquency. In HAWKINS, J. David. *Delinquency and Crime*. Cambridge criminology series. NY: University of Cambridge, 1996.
- LOMBROSO, César. *O homem delinquente*. Porto Alegre: Rivardo Lens, 2001.
- LYOTARD, Jean-François. (1979) *A condição pós-moderna*. São Paulo: José Olympio, 2002.
- MACEDO, A. C. et al. *Violência e desigualdade social: mortalidade por homicídios e condições de vida em Salvador, Brasil*. Revista de Saúde Pública, v. 35, n. 6, p. 515-522, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 20 set. 2007.
- MAGNUSSON, David; KLINTERBERG, Britt; STATTIN, Hakan. Autonomic Activity/ Reactivity, Behavior, and Crime in Longitudinal Perspective, p 287- 318, In: Joan McCord (ed), *Facts, Frameworks, and Forecasts: Advances in Criminological Theory*. New Brunswick, NJ. 1992.
- MANNHEIM, Karl. O problema da juventude na sociedade moderna. In: _____. *Diagnóstico do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- MANNONI, Maud. *A primeira entrevista em psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus, 1983.
- MANNONI, Maud. Ya lo sé, pero aún así, In: _____. *Claves de lo imaginário*. Buenos Aires: Amorroutu, 1969.
- MARGALIT, Avishai. *The decent society*. Cambridge (USA): Harvard University Press, 1996.
- MARTINS SOUZA, J. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2003.
- MARTY, François & CHAGNON, J.-Y. *identité et identification à l'adolescence*. Encyclopédie Médico-Chirurgicale, section psychiatrie, 39 páginas. A-30 p. 37-213, 2006
- MARTY, François. (Org.) *Destinos da adolescência*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.
- MARTY, François. "Violences à l'adolescence". In: MARTY, François. (org.) *L'illégitime violence: la violence et son dépassement à l'adolescence*. Ramonville Saint-Agne: Editions Erès, 1997.

MARTY, François. *Adolescência, violência e sociedade*. Ágora, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, June 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982006000100009&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 05 out. 2011.

MARTY, François. *Emergence des notions d'adolescence et de puberté das l'oeuvre de S. Freud (1892-1923)*. Les Cahiers du Collège International de l'Adolescence, 1, 84-97. L'adolescence dans l'histoire de la psychanalyse. Paris: In Press, 1996.

MARTY, François. *Transactions narcissiques à l'adolescence*. Paris: Dunod, 2002.

MARTY, François. Violência e passagem ao ato homicida na adolescência. In: AMPARO, Deise Matos do. *Adolescência e violência: teoria e práticas nos campos clínico, educacional e jurídico*. Brasília: Líber Livro, 2010.

MATZA, David. As tradições ocultas da juventude. In: BRITTO, Sulamita (org.) *Sociologia da Juventude*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MAYER, Hugo. Passagem ao ato, clínica psicanalítica e contemporaneidade. In: CARDOSO M. R. (org.). *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ, 2001.

MAZARGÃO, Lúcio Roberto. *Psicanálise e pragmatismo: ensaios e escritos heréticos*. Belo Horizonte: A.S. Passos, 1996.

McLEOD, J.D., SHANAHAN, M.J. Poverty, *Parenting and Children's Mental Health*. American Sociological Review, 58, p.351-366, 1993.

MELMAN, C. *Haveria uma questão particular do pai na adolescência?* In: Adolescência. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre, Artes e Ofícios, ano V, n. 11, nov. 1992.

MELMAN, Charles. *Infância e cidadania na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MINUCHIN, Salvador. *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

MORIN, Edgar. (1977) *O Método I: A natureza da natureza*. Trad. Ilana Heineberg. Porto Alegre, Sulina, 2008a.

MORIN, Edgar. (1980) *O Método II: a vida da vida*. Tradução de Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. (1986) *O Método III: o conhecimento do conhecimento*. Tradução de Juremir Machado da Silva, 4a ed. Porto Alegre: Sulina, 2008b.

MORIN, Edgar. (1991) *O Método IV: as ideias – habitat, vida, costumes, organização*. Tradução de Juremir Machado da Silva, 4a ed. Porto Alegre: Sulina, 2008c.

MORIN, Edgar. (2001) *O Método V: a humanidade da humanidade*. Tradução de Juremir Machado da Silva, 4a ed. Porto Alegre: Sulina, 2007a.

MORIN, Edgar. *O paradigma perdido: a natureza perdida*. São Paulo: Europa América, 1988.

MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Lisboa: Europa-América, 1996.

- MORIN, Edgar.(2004) *O Método VI. Ética*. Tradução de Juremir Machado da Silva, 3a ed. Porto Alegre: Sulina, 2007b.
- NEUBERN, Maurício S. *As emoções como caminho para uma epistemologia complexa de Psicologia*. In: *Psicologia: teoria e pesquisa*. maio-agosto. 2000, vol. 16, n. 2, p. 153-164.
- NEUBERN, Maurício S. *Complexidade e psicologia clínica: desafios epistemológicos*. Brasília: Plano, 2004.
- NEW YORK CITY. School-Justice Partnership Task Force. *Keeping Kids In School and Out of Court. Report and Recommendations*. New York: NYPJCJC, 2013.
- NICOLESCU, Basarab. Um novo tipo de conhecimento - Transdisciplinaridade. In: NICOLESCU, Basarab. (org.) *Educação e Transdisciplinaridade*,. Brasília: UNESCO, 2000.
- NIETZSCHE, F. *Aurora*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal Comentado. 10ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
- OBIOLS, S.D.S. *Adultos en Crisis, Jóvens a La Deriva*. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas Y Material Didáctico, 2002.
- OEA-Comission Interamericana de Derechos Humanos. *Relatorio sobre los Derechos de la Niñez. Justiça Juvenil y Derechos Humanos en las Americas: Derechos, todos tenemos*. Luxemburgo: OEA e CIDH, 2011.
- OUVRY, Olivier. Adolescência e violência. In: AMPARO, Deise Matos do. et al. *Adolescência e violência: teoria e práticas nos campos clínico, educacional e jurídico*. Brasília: Líber Livro, 2010.
- OWEN, Tim. The Biological and the Social in Criminological theory. In: *New Directions in Criminological Theory*. (ed) Steve Hall and Simon Winlow, Abingdon (UK), 2012.
- PADRO, Ricardo. *Entrevista à revista Carta Capital*, 13 de janeiro de 2010. p.12.
- PAGÈS, Max. O sistema sociomental hospitalar. In ARAÚJO, J. N. G. de e CARRETEIRO, T.C. (orgs.). *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta, 2001.
- PAIN, Jacques. La Pédagogie Institutionnelle de Fernand Oury. In: MARTIN, Lucien et al. *La Pédagogie Institutionnelle de Fernand Oury*. Paris: Éditions Matrice, 2009.
- PÁMPOLS, Carles Feixa. A construção histórica da juventude. In: CACCIA-BAVA, Augusto el al (org.). *Jovens na América Latina*. São Paulo: Escrituras, 2004.
- PENNA, Nelba Azevedo e FERREIRA, Ignez Barbosa. *Desigualdades Socioespaciais e áreas de Vulnerabilidades nas Cidades*. In Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 2536, set/dez. 2014.
- PENSO, Maria Aparecida e SUDBRACK, Maria Fatima Olivier. Construções identitárias de adolescentes envolvidos em atos infracionais e com drogas. In SUDBRACK, Maria Fatima Olivier; DALBOSCO, Carla; PEREIRA, Sandra Eni Fernandes Nunes. *Adolescentes e Drogas, Lei e Justiça: construções teórico-metodológicas para uma clínica da complexidade na socioeducação*. Brasília: Link Comunicação e Design, 2015.

PENSO, Maria Aparecida. Dinâmicas familiares e construções identitárias de adolescentes envolvidos em atos infracionais e com drogas. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PEREGRINO, M. *Desigualdade numa escola em mudança: trajetórias e embates na escolarização pública de jovens pobres*. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

PEREIRA, Potyara A. P. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes e MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Sandra Eni Fernandes Nunes. *Redes sociais de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e sua relação com os riscos de envolvimento com o tráfico de drogas*. Tese de Doutorado – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação?* Lisboa; Livros Horizonte, 1990.

PIAGET, Jean. *Psicologia e Pedagogia*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1985.

PINHEIRO, Teresa. Narcisismo, sexualidade e morte. In: CARDOSO M. R. (org.). *Adolescência: psicanalítica*. Rio de Janeiro: NAU/FAPERJ, 2001.

PLASTINO, Carlos Alberto. *O primado da afetividade: a crítica freudiana ao paradigma moderno*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

PONTALIS, Jean-Bertrand. *Entre o sonho e a dor*. Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras, 2005.

PRINZ, Jesse J. *Beyond Human Nature: How Culture and Experience Shape our Lives*. New York: W. W. Norton & Company, 2012.

RASSIAL, Jean Jacques. A adolescência como conceito da teoria psicanalítica. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre. *Adolescência: entre o passado e o futuro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997b.

RASSIAL, Jean Jacques. *A passagem adolescente: da família ao laço social*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997a.

RASSIAL, Jean Jacques. *O adolescente e o psicanalista*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1999..

RAUTER, C. *Clínica do esquecimento: construção de uma superfície*. Tese de Doutorado – PUCSP, São Paulo, 2003.

RAUTER, C. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003b.

REGO, Walquiria Leão e PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: UNESP, 2013.

RENAULT, Alain. *O fim da autoridade*. Trad. Felipe Duarte. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

REPOLD, C. T. Et. al. Prevenção de problemas de comportamento e o desenvolvimento de competências psicossociais em crianças e adolescentes: uma análise das práticas educativas e dos estilos parentais. In HULTZ, C. S. et. al.

Situações de risco e vulnerabilidade na infância e na adolescência: aspectos teóricos e estratégias de intervenção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

RIDLEY, M. *Nature via Nurture: Genes, Experience, and What Makes Us Human.* New York: Harper Collins, 2003.

ROLIM, Marcos. *A Formação de Jovens Violentos: para uma etiologia da disposicionalidade violenta.* Tese de doutorado – UFRS, Porto Alegre, 2014.

RORTY, Richard. Pragmatismo. Trad. Antônio Duarte. In: CARRILHO, Manuel Maria (dir.) *Dicionário do pensamento contemporâneo.* Lisboa: Public. D. Quixote, 1991.

ROSA, Miriam Debieux. O Discurso e o ato na produção do laço social: reflexões sobre a infracionalidade. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/pssocial/psol/planeja/d03.htm>. Acesso em: set. 2017.

ROTH, Randolph. *Biology and the Deep History of Homicide.* British Journal of Criminology. 51, p. 535-555, 2011.

ROUDINESCO, Elisabeth e PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ROUDINESCO, Elisabeth. *A família em desordem.* Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

RUTTER, M. *School effects on pupil progress: Research findings and policy implications.* Child Development, 54, 1-29, 1983.

SALUM, Maria José Gontijo. *A Psicanálise e o Crime: Causa e responsabilidade nos atos criminosos, agressões e violência na clínica psicanalítica contemporânea.* Tese de Doutorado – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

SAMPSON, Robert J., LAUB, John H. *Crime in the making: pathways and turning points through life.* Cambridge: Harvard University Press, 1995.

SANTOS, Boaventura Souza. *Um discurso sobre as ciências.* Porto: Afrontamento, 1987.

SÃO PAULO. NEU - Núcleo de Etnografias Urbanas. *Tráfico de Drogas entre as piores formas de trabalho infantil: mercados, família e rede de proteção social.* São Paulo: CEBRAP; FUNCAD; CMDCA; Prefeitura de São Paulo, 2018

SARTRE, Jean-Paul. *L'Existentialisme est un Humanisme.* Paris: Les Éditions Nagel, 1970.

SAVIETTO, Bianca Bergamo. *Adolescência: ato e atualidade.* Curitiba: Juruá, 2010.

SCARDUA, Martha Paiva. *Espaços de Educação Libertadora: a dissidente voz de uma escola suficientemente boa.* Tese de doutorado. Brasília, Universidade Católica, 2016.

SCHMIDEBERG, Melita. *Atos de infracionalidade considerados como perversões e fetiches.* Opção Lacaniana, São Paulo, n. 15, p. 39-42, abr. 1996.

SENNETT, Richard. *Autoridade.* Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: As Tirantias da Intimidade.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- SENNETT, Richard.(1998) *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais*. Tradução Marcos Santarrita. 14ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009
- SHAH, Saleem A., ROTH, Loren H. Biological and Psychophysiological Factors in Criminality. In: GLASER, Daniel (ed). *Handbook of Criminology*. Chicago: Rand McNally, 1974.
- SHAW, Clifford & MCKAY, Henri H. *Juvenile Delinquency in Urban Areas*. Chicago: University of Chicago Press, 1942.
- SHOEMAKER, Donald J. *Theories of Delinquency*. 6a. ed. New York: Oxford University Press, 2010.
- SILVA, Enid R. A. e OLIVEIRA, Raissa Menezes. *O Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: esclarecimentos necessários*. Nota Técnica No 20. IPEA. Brasília. 2015.
- SILVA, Jorge Luiz da; BAZON, Marina Rezende. Revisão sistemática de estudos sobre os aspectos escolares relacionados ao cometimento de delitos. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte , v. 21, n. 2, p. 273-292, ago. 2015 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682015000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 27 nov. 2018. <http://dx.doi.org/DOI-10.5752/P.1678-9523.2015v21n2p273>.
- SILVEIRA, M. A. S., Maruschi, M. C. & Bazon, M. R. *Risk and protection for adolescents engaged in practices of offensive conduct*. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 22 (3), p. 348-357, 2012.
- SINGER, P. A juventude como corte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- SOARES, Sergei Suarez Dillon. *Educação: um escudo contra o homicídio?* Texto para discussão no 1298. Brasília: IPEA, 2007.
- SOARES, Sergei; NASCIMENTO, P. A. M. M. *Evolução do desempenho cognitivo dos jovens brasileiros no Pisa?* *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 145, jan./abr. 2012.
- STEINBERG, Laurence. *Age of opportunity: lessons from the new science of adolescence*. New York: Eamon Dolan Book , 2015.
- STILES, Joan. Brain development and the nature versus nurture debate. In: *Progress in Brain Research* ,189: 3–22, 2011. Disponível em: http://www.researchgate.net/publication/51047911_Brain_development_and_the_nature_versus_nurture_debate Acesso em: 12 set. 2018.
- SUDBRACK, M. F. O. *Da falta do pai à busca da lei: o significado da passagem ao ato delinquente no contexto familiar e institucional*. In: *Revista Psicologia: teoria e pesquisa*. Suplemento especial, UnB, 1992.
- SUTHERLAND, Edwin. *Princípios de Criminologia*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1949.
- SYKES, G. M., MATZA, D. *Techniques of Neutralization: a Theory of Delinquency*, *American Sociological Review* 22(1): 664-70, 1957.

SZPACENKOPF, Maria Izabel Oliveira. *Perversão social e reconhecimento na atualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

THORNEBERRY, T. P. Empirical support for interactional theory: a review of the literature. In: HAWKINS, J. D. (ed.). *Some current theories of crime and deviance*. New York: Cambridge University Press, 1996.

UNICEF. Fora da Escola não pode! *O desafio da exclusão escolar*. Brasília, UNICEF, 2013.

USA. OJJDP Statistical Briefing Book. Disponível em: <http://www.ojjdp.gov>. Acesso em: jun. 2014.

VARIKAS, E. O poder e as mulheres, in: DARTON, Robert & DUHAMEL, O. *Democracia*. Rio de Janeiro: Record: 2001.

VIOLA, Daniele Teixeira Dutra e VORCARO, Ângela Maria Resende. *Latência, Adolescência e Saber*. Estilos da Clínica, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 161-467, set/dez 2013.

WACQUANT, Loic. *O Mistério do Ministério: Pierre de Bourdieu e a política democrática*. 1ª ed. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2005.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro; Brasília: Flacso; SGPR; SNJ; Seppir/PR, 2014.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. *Mapa da violência 2015: jovens de 16 e 17 anos*. Rio de Janeiro: FLACSO, 2015.

WALSH, Froma. *Fortalecendo a resiliência familiar*. São Paulo: Roca, 2005.

WEBSTER, C. M. and A. DOOB. Sentence severity and crime: Accepting the null hypothesis. In TONRY M. (Ed.) *Crime and Justice: A Review of Research*, Volume 30. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

WINNICOTT, Donald Woods. *O Brincar & a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

WINNICOTT, Donald Wood. *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

WINNICOTT, Donald Wood. *Talking to Parents*. Massachusetts: Addison-Wesley, 1993.

WINNICOTT, Donald Wood. (1969) O uso de um objeto no contexto de Moisés e o monoteísmo In: _____. *Explorações Psicanalíticas*, 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

WINNICOTT, Donald Wood. (1956) Retraimento e Regressão In _____. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

WINNICOTT, Donald Wood. (1960) O que irrita? In _____. *Conversando com os pais*. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

WINNICOTT, Donald Wood. (1969) *Tudo começa em casa*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

WINNICOTT, Donald Wood. (1958) *Da Pediatria à Psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WINNICOTT, Donald Wood. (1960) Família e maturidade emocional In____. *A família e o desenvolvimento individual*. 2ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

WINNICOTT, Donald Woods. *Privação e infracionalidade*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005a.

WINNICOTT, Donald Wood. (1945) E o pai? In____. *A Criança e seu mundo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982. WINNICOTT, D. W. *Os bebês e suas mães*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005b.

XAVIER, Francisco Cândido/Emmanuel. (1960) *Religião dos Espíritos*. 12ª edição. Rio de Janeiro: FEB, 1999.

YOUNG, Jack. Crime and Social Exclusion. In: MAGUIRE, Mike, MORGAN Rod e REINER Robert (eds). *The Oxford Handbook of Criminology*. Oxford: Oxford University Press (UK), 2002.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In TAVARES, J. (org.). *Resiliência e educação*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ZAK, Paul J. (2012) *A Molécula da Moralidade*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ZAK, Paul J. *The physiology of moral sentiments*. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 77: 53-65, 2011.

ZANELLO, Valeska. *Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

APÊNDICE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: A Escola e o laço social: o processo de rupturas entre adolescentes que atuam pela infracionalidade e a Escola.

Nome do Pesquisador Principal: Mauro Gleisson de Castro Evangelista

Nome da orientadora: Dra. Inês Maria M. Z. Pires de Almeida

Prezado(a) adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação ou em internação cautelar,

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que busca compreender mais sobre qual tem sido o lugar que a Escola vem ocupando na vida de um adolescente que cometeu um ato infracional. Pretendemos avaliar o quanto ela ajudou ou não a sua caminhada como ser humano.

Para tanto, faremos uma entrevista à qual gravaremos para fins de estudo de sua fala.

É muito importante que você saiba que os dados de uma pesquisa são totalmente sigilosos e jamais, em hipótese alguma, as informações relatadas nela serão divulgadas ou compartilhadas por qualquer motivo.

Jamais as informações contidas em sua fala serão utilizadas para fins de construção de seu relatório ou para o seu PIA.

Assim, contamos com sua colaboração para que possamos reforçar o que a Escola tem de bom e no que ela ainda precisa melhorar para poder ajudar ainda mais outros adolescentes.

Desde já agradecemos sua compreensão e colaboração!

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Santa Maria, ____ de _____ de 2017

_____ Assinatura do
adolescente

Anexos

Anexos
Tabela 10: Informações sobre os pais

027	Pai usuário.
028	Pai alcoólico.
036	Pai usuário e presidiário
038	Pai usuário.
043	Pai alcoolista e infrator (falecido).
045	Pai alcoolista.
054	Pai infrator.
056	Pai assassinado.
063	Pai morreu quando tinha 5 meses.
066	Pai infrator.
067	Pai falecido.
068	Pai infrator.
074	Pai e irmãos presidiários.
075	Pai falecido.
078	Pai assassinado.
081	Pai infrator e assassinado.
082	Pai infrator.
087	Pai e padrasto que infracionam.
089	Pai presidiário. Pai o ensina a traficar.
095	Pai falecido.
099	Pai infrator. miséria. padrasto violento.
101	Pai e padrasto alcoólicos e violentos.
102	Pai falecido.
104	Pai infrator.
112	Pai presidiário.
125	Pai e irmãos presidiários
131	Pai usuário.
138	Pai falecido.
139	Pai falecido.

reportadas no prontuário.prontuários

Tabela 12 - Ranqueamento dos territórios de vulnerabilidades do DF

Sequência dos territórios ou enclaves vulneráveis na Região Administrativa - RA	Índice de Vulnerab. (%)	Região Administrativa - RA	Enclaves vulneráveis por RA (Panorama geral)
Ceilândia - Chácara	74,2	Brasília	Vila Planalto
Itapoã - Fazendinha	72,1		Vila Telebrasilândia
Ceilândia - QNM	65,7	Brazlândia	Setor Norte
Varjão	64,7		Setor Sul
Planaltina - Buritís	63,9		Setor tradicional
Estrutural	60,1		Setor Veredas
Samambaia - Norte ímpar	59,6		Vila São José
Itapoã I e II	59,4	Candangolândia	Candangolândia
Itapoã - Condomínios	58,7	Ceilândia	Chácara
Brasília - Vila Telebrasilândia	58,5		P Norte
São Sebastião - Residencial Oeste	57,6	Estrutural	QNN
Brazlândia - Setor Tradicional	56,5		QNP
Ceilândia - Setor O	55,9		Setor O
Planaltina - Arapoanga	55,6		QNM
Recanto das Emas - Final até 5	55,1		Estrutural
Taguatinga - Areal	54,7	Gama	Leste
Sta Maria - Quadras acima de 10	54,1		Oeste
Brazlândia - Vila São José	54,0		Setor Central
Sta. Maria - Cond. Porto Rico	53,7		Sul
Samambaia - Sul ímpar	53,3	Guará	Lúcio Costa
Ceilândia - QNP 53,3	53,3		Guará I
São Sebastião	53,2		Guará II
Planaltina - Cond. Est. D'Armas	53,0	Itapoã	Condomínios
Recto das Emas - Final 6 ou mais	52,9		Fazendinha
Planaltina - Setor Tradicional	52,8		Itapoã I
São Sebastião - Res. Bosque	52,8		Itapoã II
Paranoá	52,6	Paranoá	Paranoá
São Sebastião - São José	52,5	Núcleo Bandeirante	Núcleo Bandeirante
Brazlândia - Setor Veredas	52,1	Planaltina	Arapoanga
Gama - Setor Central	51,8		Buritís
Planaltina - Jardim Roriz	51,4		Cond. Est. M. D'Armas
Gama - Oeste	51,2		Cond. M. D'Armas
Samambaia - Sul par	50,6		Jardim Roriz
DISTRITO FEDERAL	50,5		Setor Tradicional
São Sebastião - São Francisco	48,7		Vale do Amanhecer
Ceilândia - P Norte - QNP a QNR	48,5	Recanto das Emas	Final 6 ou mais
Brazlândia - Setor Norte	48,5		Final até 5
Sobradinho II	48,2	Riacho Fundo	Riacho Fundo I
São Sebastião - Tradicional	46,8		Riacho Fundo II
Gama - Leste	46,8	Samambaia	Norte Ímpar
Sobradinho I	46,8		Norte Par
Gama - Sul	46,8		Sul Ímpar
Taguatinga - QNA a QNJ	46,3	Sul Par	Sul Par
Guará II	45,7		Sta. Maria
Riacho Fundo I	45,4	Quadras 1 a 10	
Riacho Fundo II	44,3	Quadras acima de 10	
Guará I	44,2	Santos Dumont	
Taguatinga - QNM	44,1	São Sebastião	
Santa Maria - Quadras 1 a 10	43,4		Residencial Bosque
Taguatinga - QNL	42,5		Residencial Oeste
Núcleo Bandeirante	41,6		São Francisco
Ceilândia - QNN	40,9		São José
Samambaia - Norte par	40,1	Tradicional	
Brasília - Vila Planalto	38,4	Sobradinho	Sobradinho I
Planaltina - Cond. Mestre D'Armas	37,8		Sobradinho II
Candangolândia	36,4	Taguatinga	Areal
Taguatinga - Col. Agríc Samambaia	35,9		Col. Ag. Samambaia
Planaltina - Vale do Amanhecer	33,2		QNA a QNJ
Guará - Lúcio Costa	31,4		QNL
Vicente Pires	29,6		QNM
Taguatinga - QSA a QSF	27,4		QSA a QSF
Brazlândia - Setor Sul	24,3		Vicente Pires
Santa Maria - Santos Dumont	23,1	Varjão	Varjão

Fonte: DIEESE, 2011a.

Tabela 1

Autor	Tipo	Ano	Universidade	Título	Área de Conhecimento	Objetivos	Metodologia	Achados
BATISTA, Gilda Alves	Tese	2013	PUC-RJ	Jovens e Jovens em conflito com a lei: o que pesam sobre a escola?	Pedagogia	Percepção sobre Escola	58 AAI e 25 adolescentes-alunos EM	
Borba, Patrícia Leme de Oliveira	Tese	2012	UF S CARLOS	Juventude marcada: relações entre ato infracional e a Escola Pública em São Carlos - SP	Pedagogia		Analisou 2969 histórias escolares . 2000 a 2009. Reconstrução história de vida de 10 adolescentes.	são os jovens moradores das periferias urbanas, que frequentam a Escola Pública e que acumulam em sua trajetória escolar repetências, evasões, distorção série/idade e uma rotatividade intra e inter escolas, os mais propensos a adentrarem o sistema sociojurídico. 2- tirar o foco da adolescência apenas, pois esse quadro começa a se desenhar na infância. 3 - a escola representou um elemento protetivo na trajetória desses jovens, demonstrando, para o setor educação, articulado com as demais políticas sociais e com a família/comunidade, que os cuidados precisam ser empreendidos ainda na Educação Infantil e no Ciclo I do Ensino Fundamental. 4 - não finalização das etapas de escolarização, regular ou a de jovens e adultos, e o "insucesso" são marcas carregadas por esses jovens. 5 - Idade mais comum: 15, 16 e 17. 6 - 65% evadido (30% repetiram o ano anterior à escolarização); 12% estudando. Repetência entre eles é maior que a do Brasil; evasão e transferência de escola são altas. Em trajetórias curtas mudam em média 4 vezes de escola. mudança de classe. Adolescente mudou 21 vezes. São oriundos da EJA, média de defasagem : 6 anos. BR: 3,8 anos. 98% do universo dos adolescentes egressos apresentam defasagem. Em São Carlos foi de 35,4% / Fica assim comprovado que o sistema educacional possui dificuldades para lidar com esse público, e a expulsão desses meninos (as) foi a medida tomada pela escola. / não se trata de toda e qualquer adolescência, e sim da adolescência popular, que vive nas periferias da cidade. / a trajetória escolar, que já era complexa e frágil, é agravada pela prática do ato infracional. / Como analisamos as trajetórias escolares, percebemos que as dificuldades não estão circunscritas ao auge da adolescência, quando os hormônios explodem, expressos em meio a atos de agressividade, rebeldia, sexualidade que se explicita. Tais dificuldades com a escola estavam ali desde sempre, desde os poucos 7 anos. /Esses mesmos adolescentes receberam outras marcas, desde sua infância, pois um dos principais agentes, a Escola, que pegou o "carimbo" e imputou diferentes marcas como: criança "com dificuldades", " com problemas de aprendizagem", "rebelde", "com família desestruturada". 6º (4º lugar) ano é um ponto de estrangulamento. Afeto do professor parece ser uma causa. 1º lugar: 1º ano EM, 2º: 9º ano; 3º: 7º ano. Hipóteses: mudança de escola (municipal/estadual); 1 adulto referência para muitos que não se colocam como referência; Formação dos professores dos anos iniciais para os anos finais; Responsabilizam-se sozinhos pelo fracasso escolar. A Escola não os quer. não são todos os adolescentes que demonstram dificuldade antes do 6º ano. Psicologização dos conflitos sociais: Castel, 1998 e Bsgalia, 1986. Emerge das falas deles que a escola boa é a em que aprendem e que há uma boa relação com os adultos. Remetem muito ao afeto.
CALADO VÂNIA APARECIDA	Dissertação	2010	USP	Escolarização, gênero e conflito com a lei: um estudo de registros de atendimento a adolescentes em medida socioeducativa	Psicologia	compreender as relações estabelecidas entre adolescentes e escola que produzem atos de indisciplina que culminam no cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto,	estudo de caso, de caráter documental. 2000 a 2007 629 pastas	P
CRUZ, Ana Vládia Holanda	Dissertação	2010	UFRN	O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI E A ESCOLA: CRIMINALIZAÇÃO E INCLUSÃO PERVERSA	Psicologia	identificar a relação entre adolescentes em conflito com a lei, cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida, e a escola.	método histórico e dialético ///// 21 adolescentes, 8 técnicos, 3 membros do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará, 5 professores e 8 diretores e coordenadores das escolas frequentadas pelos adolescentes.	consumo, aos limites em face deles, e às formas perversas de inserção no sistema, como a criminalização, a segregação e a marginalização: a escola da qual participam reproduz tais condições de inserção, as quais ao mesmo tempo se constituem elementos de identidade por meio dos quais os jovens são caracterizados. ///// recibo de ser alvo de grupos rivais no percurso até o colégio, à dificuldade de conseguir efetivar a matrícula, às agressões físicas e psicológicas sofridas na escola, à expulsão escolar, à desmotivação, à internação em centros educacionais e à necessidade de trabalhar. ///// A partir da análise das entrevistas, pudemos perceber que o caráter seletivo e excludente da escola capitalista se manifesta também em relação aos adolescentes em conflito com a lei.
DIAS, ALINE FÁVARO	Dissertação	2011	UF S CARLOS	O JOVEM AUTOR DE ATO INFRACIONAL E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: SIGNIFICADOS, DESAFIOS E CAMINHOS PARA A PERMANÊNCIA NA ESCOLA	Pedagogia	compreender o significado que jovens cumprindo medida socioeducativa de Liberdade Assistida atribuem à escola e às suas vivências escolares, buscando identificar aspectos que facilitam ou dificultam sua permanência nesse espaço.	6 jovens. Entrevista semi-estruada. Observação participante, diário de bordo. análise documental.	as trajetórias escolares dos jovens participantes são marcadas por constantes mudanças de escolas, expulsões e repetências, apresentando a instituição um significado ambíguo, pois ao mesmo tempo em que discrimina, rotula e é palco de conflitos com educadores e colegas, também favorece a sociabilidade, as relações de amizade e de paquera. De forma geral, a narrativa dos jovens sobre a escola sinaliza que esse espaço é marcado por violência e movimentos de resistência contra as relações que os oprimem, mas também, por relações de sociabilidade entre amigos e professores ///
ASSIS, Simone Gonçalves de.	Livro	1999		Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores.		Por que em uma mesma família alguns caminham para o AI e outros não?	92, 61 adolescentes que praticaram ato infracional e 31 irmãos e primos que não praticaram.	poucos elementos diferenciadores na criação dos vários filhos. // frequentemente, no meio de seus irmãos, o jovem infrator recebeu e ainda recebe mais atenção do que os outros filhos.// papel reforçador da delinquência, exercido pela burocracia despersonalizante que dá a tônica das relações, nas instituições pretensamente socializadoras, mesmo quando há a boa intenção de educadores e de outros agentes sociais./// família, parte do problema.
ARONE, Mafiangélica	Dissertação	2006	PUC-SP	Sentidos e Significados da Escola para Adolescentes em Semiliberdade	Pedagogia	Analisar os Sentidos e Significados da Escola para Adolescentes em Semiliberdade	Entrevista adolescentes do EM.	Adolescentes apropriam-se dos sentidos e significados sociais.

Tabela 14: Dados de Escolarização, idade, drogas, vida sexual e Ato Infracional

GURI	ACU	I	APR	IPR	D	APE	IPE	ICUD	IIVS	DPAI	QAIP
001	6	2001	4	10	6			12	14		
002	3	2001	3	9	6			10	12	13	22
003	7	1999	6	11	7			9	12	15	1
004	4	2005	5	11				11	11		
005	3	2001	3	10	7	4	12	14			5
006	3	2001	3		3	9		11	12	13	13
007	7	2001	7	13	3			15	11	14	8
008	6	2001	6	11	6	13		12	11		
009	3	1998	3	9	10			8		13	26
010	6	2000	6	12	5			11			
011	4	2001	3	9							
012	5	2001			5			7			17
013	4	2001	3	9	5	3	9		13	14	5
014	6	2001						8	12		
015	6	2000	6		5			11	11		8
016	6	2000	6		5			11	12	9	16
017	4	2001	4	10		4	11	7		10	
018	6	2001	6	13	4			13		14	6
019	7	2001	6	11	3	7		11	12	14	5
020	4	1999	4	10	8	4	10	8	13	14	9
021	5	2000	5	12	6	6		12	13		
022	8	2000	7	14	3	8	15				
023	6	2000	6	12	5			12		14	7
024	6	2000	2	9	5	6		12	13	15	9
025	6	2001	6	13	4			11	13		
026	6	2001	6	12	4			12	13	16	2
027	5	2000	4	10	6	5		15		13	13
028	6	2001	6		4	6		11	12	14	7
029	7	2001	5	11	3	7	14		12	14	6
030	6	2000	6	12	5	6		13		14	9

Legenda:

ACU: Ano escolar para o qual estava apto quando entrou na Unidade de Internação.

I: Idade no ano de 2017.

APR: Ano escolar no qual reprovou pela primeira vez.

IPR: Idade que tinha quando reprovou pela primeira vez.

D: Defasagem idade-ano no ano de 2017.

APE: Ano no qual parou de estudar.

IPE: Idade com que parou de estudar.

ICUD: Idade na qual começou a usar drogas.

IIVS: Idade com que iniciou sua vida sexual.

DPAI: Data do primeiro ato infracional julgado.*

QAIP: Quantidade de atos infracionais judicializados.

* Muitos relatam transgressões anteriores aos 12 anos de idade, o que não é judicializado.

* Também relatam passagens anteriores ao que foi judicializado, mas que foi resolvido no âmbito da Delegacia da Criança e do Adolescente.

Tabela 14: Dados de Escolarização, idade, drogas, vida sexual e Ato Infracional

GURI	ACU	I	APR	IPR	D	APE	IPE	ICUD	IIVS	DPAI	QAIP
031	6	1999	6	13	6	6	15	12	13	16	5
032	6	1999	6		6			12	12	13	5
033	6	2001	6	13	4	6		10	12	14	3
034	5	2000	5	11	6	5	14	12	12		10
035	7	1999	6	14	5	6		13	13	14	8
036	8	2001	7	13	2	7		13	12	13	20
037	6	2001						15	14	13	10
038	6	1999	6	13	6	6		13	13	13	18
039	6	2000	2	9	5	6				15	5
040	6	2000			5		7	12	15	13	10
041	6	2000	6	14	5	6	14	15	15		
042	6	1999			6			9	14	15	8
043	5	2000			6			13	15	14	8
044	6	2000	6	13	5			13		16	4
045	10	2000	8	14	1	10	15	15	13	15	7
046	6	1999			6					16	3
047	7	2000	7	13	4	7	15	13	14	14	6
048	6	1999			6			12	12	16	4
049	6	2001								14	5
050	7	2000	6	14	4	7	14	14	14	13	9
051	6	2000									
052	8	2000	7	11	3			13	13		
053	5	1999			7			15		15	4
054	5	1999			7					14	10
055	10	1999			2					16	6
056	6	2000	6	12	5	6		13	11	14	9
057	6	1999									
058	5	1999	5	11	7			10		14	15
059	7	2001	7	15	3			14	15	13	9
060	6	2000	5	12	5	6		12	13	15	5

Tabela 14: Dados de Escolarização, idade, drogas, vida sexual e Ato Infracional

GURI	ACU	I	APR	IPR	D	APE	IPE	ICUD	IIVS	DPAI	QAIP
061	6	1999	5	12	6	6		12		14	4
062	7	1999	6	14	5			15		16	5
063	6	1999	6	12	6	6		11	13	13	14
064	6	2001			4			13	13		
065	5	2001	6	13	5			11			16
066	6	1999	6	11	6	6		13		14	11
067	7	2000	7	13	4			11		14	9
068		2000	6	12		7		12	12	15	5
069	7	2000	7	12	4			12	13	15	6
070	5	2003	5		3		11	11		13	4
071	6	2000	6	13	5			13	12	14	4
072	3	2001	3	12	7	6			14	15	2
073	6	1999			6			15		13	15
074	6	1999			6			10		15	10
075	9	2000			2			14	12	14	4
076	8	1998	6	12	5					17	2
077	5	2000			6			11		14	9
078	7	2000			4			15		14	2
079	5	1999	4	11	7			15	11	15	8
080	6	2001			4					14	5
081	6	2002	6	13	3	5		13		13	11
082	7	2000	2		4			15		15	6
083	9	1999	9	14	3			11	12	16	7
084	6	1999			6					16	3
085	6	2000	6	12	5			12	11	15	3
086	6	2001	6	13	4	6	14	13	13	14	2
087	6	1999	6	13	6	6	13	13	12	13	11
088	8	2000	7	12	3	8	15	12	13	13	12
089	5	2000	5	12	6	5	13	12	13	13	11
090	6	2002	6	13	3	6	14	13	11	14	5

Tabela 14: Dados de Escolarização, idade, drogas, vida sexual e Ato Infracional

GURI	ACU	I	APR	IPR	D	APE	IPE	ICUD	IIVS	DPAI	QAIP
091	6	2000				6	14	13	12	15	3
092	8	2000	7	13	3			11	11	12	8
093	5	2004	5	12	2	5	14	11	13		15
094	4	2000	4	12	7	4	13	12	10	14	5
095	6	1999	4	11	6	6	16	13		16	6
096	5	2000	5	13		5	14	13	10	11	6
097	6	2000	5	12	5	6	14	14		15	4
098	4	2002	2	8	5		10	12	13	12	26
099	6	1999	2	8	6			14	14	14	4
100	6	2000	4	10	5	6	16	15	14	16	5
101	7	2002	4	11	2			12	12	13	6
102	8	2000	8	14	3	8	15	14	14	15	7
103	6	1999	6	12	6	6	13	12	12	16	8
104	8	1999	6	11	4					17	5
105	6	1999	3	9	6					18	1
106	9	1999	9	15	3	9	16	15	15	16	4
107	6	1999								13	20
108	6	2001	6	14				12	13	12	7
109	6	2001						13	13	12	4
110	6	2000						13			11
111	5	2000			6			13	10	13	9
112	7	2000	7	14	4	7	14	13		15	7
113	6	2000	6	13	5	6	14	14	11	14	8
114	4	2000	4	15	7			14	13	13	18
115	6	2001	6	14	4	6	15	15	14	13	1
116	6	2000	6	13	5	6	15	11		14	8
117	6	2001	6	13	4	6	14	13		13	9
11999	9	1999	6	12	3	9	16	15	15	17	4
119	8	1999			4			14	13	17	4
120	6	2000	6	13	5	6	14	13	12	15	9

Tabela 14: Dados de Escolarização, idade, drogas, vida sexual e Ato Infracional

GURI	ACU	I	APR	IPR	D	APE	IPE	ICUD	IIVS	DPAI	QAIP
121	6	1999	6	15	6	6	15	14		15	3
122	3	2002			6					13	7
123	6	2003	2	9	2	2	12	12		12	6
124	8	1999	8	8	4					16	3
125	4	2000						12	12	15	3
126	6	2000	6	12	5	6	12	13		13	12
127	8	1999	8		4					15	7
128	5	1999	4		7			14	12	17	3
129	5	1999	5	14				13		16	2
130	3	2000							13	15	4
131	7	1999						14		16	1
132	6	2000	5	12	5	6	14	12		15	8
133	6	2001	6	15	4			15	15	15	2
134	7	2000	7	14	4	7	15	12	13	14	10
135	6	2001	6	14	4						
136	6	2002	6	13	3			13	13	13	7
137	5	1999			7	4	9	12	13	13	11
138	8	1999	6	12	4			12		16	4
139	6	2000	6	12	5	6	13	11	13	14	6
140	6	2000	6	13	5	6	14	14		14	14
141	6	2001	6	13	4	6	13	9	13	14	7